

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## SUMÁRIO

### 1 - RESOLUÇÕES

#### 2 - ATAS

- 2.1 - 14ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 2.2 - Solenidade Realizada na 6ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.3 - 3ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.4 - Evento Realizado na 7ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.5 - 4ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.6 - Evento Realizado na 8ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.7 - Evento Realizado na 9ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.8 - 5ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.9 - Evento Realizado na 10ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.10 - 6ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.11 - Evento Realizado na 11ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais
- 2.12 - Reunião de Comissões

#### 3 - ORDEM DO DIA

##### 3.1 - Plenário

#### 4 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

##### 4.1 - Comissão

#### 5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

#### 6 - ERRATA

### RESOLUÇÃO Nº 5.344, DE 4 DE MARÇO DE 2011

Cria a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, mediante alteração da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.



Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – O § 3º do art. 54 da Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 54 – (...)

§ 3º – O Deputado licenciado nos termos dos incisos I, III e IV do “caput” poderá exercer os direitos assegurados nos incisos V, VI, VIII e IX do art. 46, ficando suspensos os enumerados nos demais incisos, e o Deputado licenciado nos termos do inciso II do “caput” poderá exercer os direitos assegurados no art. 46.”

Art. 2º – O § 4º do art. 67 da Resolução nº 5.176, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 67 – (...)

§ 4º – Cada Líder poderá indicar Vice-Líderes, na proporção de um por cinco Deputados, ou fração, da respectiva Bancada, limitados a cinco Vice-Líderes por Bancada, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 68 e no § 2º do art. 72.”

Art. 3º – O parágrafo único do art. 68 da Resolução nº 5.176, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 68 – (...)

Parágrafo único – Poderão ser indicados pelo Líder do Governo até cinco Vice-Líderes.”

Art. 4º – O inciso XIX do art. 101 da Resolução nº 5.176, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação e fica acrescentado ao mesmo artigo o seguinte inciso XX:

“Art. 101 – (...)

XIX – de Esporte, Lazer e Juventude;

XX – de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência.”

Art. 5º – O inciso XIX do art. 102 da Resolução nº 5.176, de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação e acrescido da alínea “e” e fica acrescentado ao mesmo artigo o seguinte inciso XX:

“Art. 102 – (...)

XIX – da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude:

(...)

e) a integração e a participação do jovem no processo social, econômico, político e cultural do Estado;

XX – da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

a) a defesa dos direitos da pessoa com deficiência;

b) as políticas de integração social da pessoa com deficiência, em especial as políticas de acessibilidade;

c) a fiscalização e o acompanhamento dos programas governamentais relativos aos direitos da pessoa com deficiência;

d) a promoção e a divulgação dos direitos da pessoa com deficiência.”

Art. 6º – Fica revogada a alínea “d” do inciso XIV do art. 102 da Resolução nº 5.176, de 1997.

Art. 7º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 4 de março de 2011; 223º da Inconfidência Mineira e 190º da Independência do Brasil.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

## RESOLUÇÃO Nº 5.345, DE 4 DE MARÇO DE 2011

Altera a Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, que dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembleia Legislativa, e a Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, que modifica a estrutura administrativa da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprovou e eu promulgo a seguinte resolução:

Art. 1º – O § 2º do art. 21 da Resolução nº 5.086, de 31 de agosto de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 21 – (...)

§ 2º – Os cargos de Diretor e de Assessor poderão ser providos por ocupante de cargo efetivo com escolaridade inicial de nível médio que tenha nível superior de escolaridade e esteja posicionado no nível especial da carreira do cargo de que seja titular, e o cargo de Chefe de Gabinete poderá ser provido por ocupante de cargo efetivo com escolaridade inicial de nível médio que tenha nível superior de escolaridade.”

Art. 2º – O inciso III do “caput” do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – (...)

III – no terceiro grau, a Diretoria-Geral Adjunta, a Diretoria de Processo Legislativo, a Diretoria de Finanças, a Diretoria de Comunicação Institucional, a Diretoria de Rádio e Televisão, a Diretoria de Recursos Humanos, a Diretoria de Infraestrutura, a Diretoria de Planejamento e Coordenação e a Procuradoria-Geral.”

Art. 3º – O Anexo da Resolução nº 5.198, de 2001, passa a vigorar na forma do Anexo desta resolução.

Art. 4º – O quantitativo de cargos de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão VL-36, código AL-EX-01, previstos no grupo 5 do item I do Anexo I da Lei nº 9.384, de 18 de dezembro de 1986, a serem providos em uma sessão legislativa será estabelecido pela Mesa Diretora após a composição das bancadas, dos blocos parlamentares e das comissões, observado-se o limite de noventa cargos.

Art. 5º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 4 de março de 2011; 223º da Inconfidência Mineira e 190º da Independência do Brasil.



Deputado Dinis Pinheiro – Presidente  
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário  
Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

## ANEXO

(a que se refere o art. 3º da Resolução nº 5.345, de 4 de março de 2011)

## "ANEXO

(a que se refere o § 1º do art. 1º da Resolução nº 5.198, de 21 de maio de 2001)

- Diretoria-Geral Adjunta – DGA: gerir as ações de suporte às atividades institucionais e de segurança e vigilância.
- Diretoria de Processo Legislativo – DPL: gerir as ações estratégicas de suporte temático e processual à Mesa, ao Plenário e às Comissões e acompanhar e sistematizar os resultados de projetos e programas de interlocução com a sociedade, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Diretoria de Finanças – DFI: gerir, no nível estratégico, as ações nas áreas de finanças, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Diretoria de Comunicação Institucional – DCI: gerir as ações estratégicas de comunicação institucional voltadas para a divulgação das atividades do Poder Legislativo, a formação da opinião pública, a construção e o monitoramento da imagem institucional e para o estabelecimento de canais permanentes de interlocução com os diversos públicos da instituição, por meio de técnicas de jornalismo, relações públicas e “marketing” institucional, a partir da visão estratégica e da atuação planejada de comunicação integrada, sistemática e contínua, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Diretoria de Rádio e Televisão – DTV: gerir, no nível estratégico, o sistema integrado de transmissão dos sinais da TV Assembleia em todo o território do Estado e as ações necessárias à divulgação das informações relacionadas com a cobertura das atividades do Legislativo e matérias correlatas ao trabalho parlamentar, por meio da produção e da veiculação pela TV Assembleia e por meio radiofônico, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Diretoria de Recursos Humanos – DRH: gerir, no nível estratégico, as ações de recursos humanos e de assistência à saúde do servidor, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Diretoria de Infraestrutura – DIF: gerir as ações estratégicas de controle patrimonial, suprimento e apoio logístico, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Diretoria de Planejamento e Coordenação – DPC: gerir as ações de planejamento e gestão estratégicas, de sistemas de informação, de sistematização e normatização de procedimentos administrativos, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.
- Procuradoria-Geral – PGA: prestar consultoria jurídica à Assembleia Legislativa, representá-la judicial e extrajudicialmente e supervisionar os serviços de proteção, defesa e orientação do consumidor, de modo a contribuir para que a Assembleia Legislativa desempenhe adequadamente sua missão institucional.”



ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª  
LEGISLATURA, EM 3/3/2011

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Ofícios - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 585 a 592/2011 - Requerimentos nºs 186 a 205/2011 - Requerimentos da Deputada Ana Maria Resende e dos Deputados Fred Costa (4); João Vítor Xavier; Célio Moreira; Duílio de Castro; Bonifácio Mourão, Tiago Ulisses, Gustavo Valadares e Luiz Humberto Carneiro; Antônio Carlos Arantes; Rogério Correia; Dinis Pinheiro (57); Neider Moreira (2); Inácio Franco e Doutor Viana e outros - Comunicações: Comunicação da Comissão do Trabalho - Questão de ordem - Registro de presença - Oradores Inscritos: Discursos dos Deputados Adalclever Lopes, Antônio Júlio e Celinho do Sinttrocel - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Decisões da Mesa (2) - Decisão da Presidência - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro (57), Neider Moreira (2), Inácio Franco e Doutor Viana e outros; deferimento - Discussão e Votação de Pareceres: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 511 e 512/2011; aprovação - Requerimento do Deputado Rogério Correia; deferimento; discurso do Deputado Rogério Correia - Requerimento do Deputado Antônio Júlio; deferimento; discurso do Deputado Carlin Moura - Requerimento do Deputado Sargento Rodrigues; deferimento; discurso do Deputado Sargento Rodrigues - Requerimento do Deputado Bonifácio Mourão; deferimento; discurso do Deputado Bonifácio Mourão - Questão de ordem - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:  
Dinis Pinheiro - José Henrique - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ana Maria Resende - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Carlos Arantes - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bonifácio Mourão -



Bosco - Bruno Siqueira - Carlin Moura - Carlos Henrique - Carlos Mosconi - Celinho do Sinttrocel - Delvito Alves - Doutor Viana - Doutor Wilson Batista - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Durval Ângelo - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Hélio Gomes - João Leite - Leonardo Moreira - Luiz Carlos Miranda - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Neider Moreira - Paulo Lamac - Rogério Correia - Romeu Queiroz - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeuzinho Leite - Tiago Ulisses - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### 1ª Parte

#### 1ª Fase (Expediente)

#### Ata

- O Deputado Luiz Carlos Miranda, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Correspondência

- O Deputado Rômulo Viegas, 1º-Secretário “ad hoc”, lê a seguinte correspondência:

### OFÍCIOS

Do Sr. Daniel Silva Balaban, Presidente do FNDE (3.448), informando a liberação dos recursos financeiros que menciona, destinados a garantir a execução de programas desse Fundo. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Márcio de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Conceição das Alagoas, congratulando-se com os Deputados desta Casa pela instalação da 17ª Legislatura e desejando-lhes êxito nos trabalhos parlamentares.

Do Sr. Avilmar da Silva Hemetério, Presidente da Câmara Municipal de Caxambu, e outros, solicitando a esta Casa providências para solucionar impasse estabelecido entre essa Prefeitura e a Copasa-MG, relativamente à implantação, à operação e à manutenção da rede de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Conjunto Habitacional Padre Léo, a ser construído com recursos do programa “Minha Casa, Minha Vida”. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Da Sra. Maria Elmira Evangelina do Amaral Dick, Promotora de Justiça, encaminhando cópia do relatório que decide pelo arquivamento do inquérito civil público que menciona.

Da Sra. Carolina Queiroz Alves, Coordenadora-Geral de Convênio (substituta) da Subsecretaria de Planejamento do Ministério do Desenvolvimento Agrário, encaminhando cópia do primeiro termo aditivo ao convênio que menciona, bem como cópia do plano de trabalho e do extrato publicado no “Diário Oficial da União”. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Ronaldo José Ferreira Magalhães, Diretor de Áreas Protegidas do IEF (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 6.939 e 6.961/2010, da Comissão de Participação Popular.

### 2ª Fase (Grande Expediente)

#### Apresentação de Proposições

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

### PROJETO DE LEI Nº 585/2011

#### (Ex-Projeto de Lei nº 4.404/2010)

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Vazanteiros da Ilha das Porteiras, com sede no Município de São Francisco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Vazanteiros da Ilha das Porteiras, com sede no Município de São Francisco.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Elismar Prado

Justificação: A Associação Comunitária dos Vazanteiros da Ilha das Porteiras é uma sociedade civil sem fins lucrativos e prazo indeterminado, com sede e foro na cidade de São Francisco.

Entre os objetivos da entidade estão o apoio e a assistência a crianças, adolescentes, jovens e adultos carentes e em situação de risco e às pessoas da terceira idade, com vistas à promover a proteção da saúde da família, da maternidade, da infância, da adolescência e da velhice. A Associação realiza ações comprometidas com campanhas de prevenção de doenças. Também promove junto à comunidade atividades de segurança alimentar, combatendo a fome e a pobreza por meio da criação de hortas e roças comunitárias ou formação de grupos de pequenos produtores, gerando emprego e renda. Atua na integração no mercado de trabalho, com a promoção de cursos profissionalizantes, na reabilitação de pessoas com deficiência, na divulgação da cultura e do esporte, na produção de



artesanato e alimentação alternativa desenvolvidas pelo grupo de jovens, pelo grupo de mães e pela comunidade, bem como na proteção do meio ambiente.

É importante salientar, por fim, que a entidade presta serviço gratuito, permanente e sem discriminação de clientela nos projetos, nos programas, nos benefícios e nos serviços de assistência social, priorizando as ações voltadas para assistência social.

Ante o exposto, torna-se imperativa a aprovação deste projeto por nossos ilustres pares.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 586/2011

Dispõe sobre o apoio à implementação de atendimento especializado à pessoa com deficiência visual nas bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado apoiará a implementação de atendimento especializado à pessoa com deficiência visual nas bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais.

Art. 2º – Na implementação do atendimento de que trata o art. 1º, os órgãos estaduais competentes:

I – fornecerão a orientação técnica e o suporte material necessários à promoção da acessibilidade e à implantação de recursos voltados para as necessidades de leitura e informação do usuário com deficiência visual;

II – auxiliarão a formação de acervos em braile e em meio eletrônico, por meio da cessão de textos digitalizados e em áudio, e, sempre que possível, da oferta de serviços de impressão em braile;

III – orientarão as bibliotecas quanto ao correto aproveitamento dos recursos de informática destinados às pessoas com deficiência visual;

IV – desenvolverão rede de comunicação para integrar instituições públicas e privadas que atuem na promoção do acesso do deficiente visual à cultura e à informação;

V – manterão banco de acervos digitalizados destinados às pessoas com deficiência visual.

Art. 3º – Os acervos destinados ao usuário com deficiência visual serão compostos de forma a atender suas necessidades educacionais, culturais, de informação e de lazer e incluirão:

I – obras de cunho didático;

II – obras literárias para o público infantil e adulto;

III – periódicos.

Art. 4º – Nos programas de capacitação destinados aos usuários, bibliotecários e demais funcionários das bibliotecas integrantes do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas Municipais desenvolvidos pelo Estado, serão incluídos conteúdos específicos para o atendimento à pessoa com deficiência visual.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Fred Costa

Justificação: A deficiência visual interfere em habilidades e capacidades, e a impossibilidade de acesso direto aos veículos de comunicação escrita, bem como a outras formas de comunicação visual, é uma das mais sérias restrições que pode uma pessoa sofrer, pois o limitado acesso à informação em geral impõe grandes obstáculos à formação educacional, profissional e cultural.

O acesso aos livros didáticos mais utilizados pelos professores do ensino fundamental e médio será importante na vida do portador de deficiência visual, pois abrirá novos caminhos do saber e lhe proporcionará melhor qualidade de vida.

A Constituição Estadual assegura, em seu art. 224, diversos direitos ao portador de deficiência, visando à sua integração social e à facilitação de seu acesso a bens e serviços coletivos.

Nesta proposição, apresentamos várias opções, que são comumente utilizadas por entidades públicas e organizações da sociedade civil dedicadas ao apoio ao deficiente visual e ao atendimento de suas necessidades específicas. Os livros falados, veiculados tanto por meio de microcomputadores como de fitas cassetes, além de serem recursos muito mais baratos, ainda apresentam a vantagem de atender as pessoas que não tiveram ainda a oportunidade de aprender o código braile, seja por serem portadores de deficiência há pouco tempo ou por não disporem de meios para obter educação especializada.

A proposição estabelece ainda parcerias, o que é melhor para o Estado do que investir sozinho num trabalho que, na verdade, é uma dívida de toda a sociedade.

Ante os fatos aqui aduzidos, conto com o apoio dos nobres pares.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 256/2011 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 587/2011

Determina o repasse de informação ao consumidor, na comercialização de qualquer produto que contenha animal ou componente animal ou que tenha sido elaborado através de método que utilize animal, sobre essas circunstâncias.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Na comercialização de qualquer produto que contenha animal ou componente animal ou que tenha sido elaborado através de método que utilize animal, o consumidor deverá ser informado dessas circunstâncias.





Art. 2º - Tanto nos produtos embalados como nos vendidos a granel ou “in natura”, no rótulo da embalagem ou do recipiente em que estiverem contidos, deverá constar, em destaque, no painel principal, uma das seguintes expressões, dependendo do caso: “produto de origem animal” ou “componente do produto de origem animal” ou “produto testado em animal” ou “componente do produto testado em animal” ou “produto produzido a partir de teste em animal” ou “componente do produto produzido a partir de teste em animal”.

Art. 3º - As informações do rótulo deverão estar em língua portuguesa, com caracteres de tamanho e formato que as tornem ostensivas e de fácil visualização.

Parágrafo único - A informação determinada no art. 2º também deverá constar do documento fiscal, de modo que essa informação acompanhe o produto ou ingrediente em todas as etapas da cadeia produtiva.

Art. 4º - Os estabelecimentos comerciais, as empresas, os produtores e os fornecedores abrangidos por esta lei terão o prazo de trezentos e sessenta e cinco dias para se adequarem a suas disposições.

Art. 5º - O não atendimento ao disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, que poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo das de natureza cível, penal ou administrativa:

I - multa de 50 Ufemgs (cinquenta Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por unidade comercializada em desacordo com as normas estabelecidas nesta lei;

II - suspensão temporária da atividade;

III - cassação da licença de funcionamento.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Fred Costa

Justificação: A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos e a melhoria de sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia nas relações de consumo.

Um dos princípios dessa política é o reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. É dever do Estado, portanto, promover a educação e informação dos consumidores quanto a seus direitos e deveres, com vistas à melhoria das relações de consumo.

É direito do consumidor, quando da oferta de produtos, receber informações corretas, claras, precisas e ostensivas sobre as características de tais produtos, entre elas a origem e o método de produção.

Este direito é garantido eficazmente quando se aprimora a rotulagem dos produtos para que contenha informação completa sobre o conteúdo e composição do produto ou de componente dele, bem como dados sobre suas características, entre elas a origem e o método de produção.

A rotulagem dos produtos não alimentares deve igualmente conter informações específicas para garantir a segurança em sua utilização e permitir que o consumidor conheça todas as características do produto que está adquirindo.

A informação é critério determinante por ocasião da aquisição de produtos e afeta tanto os interesses dos consumidores como a confiança que estes depositam nos produtos que circulam no mercado.

Assim como acontece em outros países em relação aos produtos geneticamente modificados ou que contenham organismos geneticamente modificados, deve o consumidor ser informado também sobre os produtos e seus ingredientes ou componentes, bem como sobre os respectivos métodos de produção.

Ao determinar que tais informações constem no documento fiscal que acompanha tais produtos e seus ingredientes, cria-se um sistema de rastreabilidade eficiente, a fim de garantir que essas informações cheguem ao consumidor final.

O objetivo deste projeto é garantir informação completa sobre os produtos e seus componentes, bem como sobre seus métodos de produção. Esta transparência atende aos princípios da informação e da dignidade da pessoa humana, garantidos na Constituição da República.

Pelo exposto, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta iniciativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 588/2011

Dispõe sobre a obrigatoriedade de as embalagens de alimentos informarem a presença ou não de glúten, bem como de leite de origem animal na composição dos alimentos e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As embalagens de produtos alimentícios comercializados no âmbito do Estado de Minas Gerais deverão informar, além da presença ou não de glúten, a presença ou não de leite de origem animal na composição dos alimentos.

Art. 2º - O descumprimento desta lei, sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação em vigor, sujeita o infrator também às seguintes:

I - multa de 200 Ufemgs (duzentas Unidades Fiscais do Estado de Minas Gerais) por cada ocorrência, dobrando-se a multa em caso de reincidência;

II - cassação da inscrição estadual, no caso de duas ou mais reincidências consecutivas.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, considera-se infrator o estabelecimento que armazena o produto alimentício em desacordo com o disposto no art. 1º, para fins de comercialização, ainda que o destinatário não seja o consumidor final.

Art. 3º - Para os efeitos desta lei, considera-se ocorrência:



- I - a reclamação do consumidor ou interessado perante o estabelecimento que comercializa o produto;
  - II - a lavratura de auto de infração pelo agente competente;
  - III - a comunicação da infração realizada diretamente ao PROCON, à autoridade policial ou ao Ministério Público.
- Art. 4º - Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após sua publicação oficial.  
Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Fred Costa

Justificação: A presente proposta visa à proteção de inúmeras pessoas que têm alergia alimentar à proteína ou intolerância alimentar à lactose presentes em laticínios de origem animal.

Segundo a médica clínica e nutrologista Dra. Shirley de Campos, embora apresentem sintomas parecidos, a alergia alimentar e a intolerância alimentar são doenças com causas e desenvolvimento distintos. A alergia alimentar é a reação imunológica à presença de proteínas alimentares, desencadeada por anticorpos de classe E (IgE) e G (IgG). Alguns cientistas chegam a classificar esta última como intolerância alimentar, gerando confusão terminológica. Mas a real intolerância alimentar não envolve o sistema imunológico, apenas o sistema metabólico. Ocorre quando o organismo humano não produz enzimas digestivas suficientes para quebrar as moléculas do açúcar ingerido em moléculas menores, impossibilitando sua absorção pelo organismo para fins metabólicos e ocasionando diversas reações sintomáticas, como diarreia, inchaço abdominal, dores abdominais, entre outras. Hipótese bastante comum de intolerância alimentar, que ocorre com frequência em crianças, dá-se em razão da ingestão da lactose, açúcar presente nos leites de vaca e de cabra. Tais disfunções podem levar, em alguns casos, até à morte.

Estima-se que cerca de 20% da população sofra de algum grau de alergia ou intolerância alimentar, sendo que a grande maioria desconhece o problema. A hipótese mais amplamente conhecida é a intolerância ao glúten, dada a gravidade de seus sintomas, o que rendeu a obrigatoriedade de informação de sua presença ou não nos rótulos das embalagens de produtos alimentícios. No entanto, acreditamos que também a presença de leite de origem animal deva ser informada. Não se busca com isso – nem seria possível – obrigar os fabricantes de produtos do gênero a colocar nos respectivos rótulos a presença de qualquer substância que possa fazer mal ao organismo. Mesmo porque cada indivíduo pode ter alergia ou intolerância a qualquer substância, o que exigiria embalagens individualizadas. Entretanto, no caso de alergia e intolerância ao leite de vaca, embora as ocorrências não sejam frequentemente tão graves quanto no caso da intolerância ao glúten (doença celíaca), sua frequência e gravidade igualmente recomendam a adoção da mesma medida.

Não se pode olvidar também que o leite de vaca está presente em grande quantidade de alimentos, e nem sempre é possível identificar sua presença. Alguns biscoitos, bolos, macarrões, pães, balas, doces e diversos outros alimentos utilizam-no em sua composição, sem que muitas vezes o consumidor imagine.

Pelo exposto, pedimos o apoio dos nobres pares à aprovação desta propositura.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Saúde e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 589/2011

Altera a Lei nº 12.812, de 28 de abril de 1998, que regulamenta o parágrafo único do art. 194 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a assistência social às populações de áreas inundadas por reservatórios, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 1º da Lei nº 12.812, de 28 de abril de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens, com o objetivo de melhorar as condições de vida e incrementar o desenvolvimento dessas comunidades.

§ 1º - São diretrizes da Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens:

I - garantir a participação das comunidades atingidas pela construção de barragens no monitoramento e na avaliação dos impactos sociais e ambientais causados pelos empreendimentos e nas decisões relativas à superação de seus efeitos negativos;

II - respeitar e valorizar as diferentes práticas tradicionais e as especificidades culturais, ambientais, tecnológicas e socioeconômicas das comunidades atingidas pela construção de barragens;

III - tratar de forma diferenciada cada comunidade atingida pela construção de barragens, consideradas as condições de bem-estar físico, mental e social e sua forma de interação com a sociedade local;

IV - assegurar o desenvolvimento e a implementação de programas integrados de ensino, aprendizagem e pesquisa para a oferta de educação escolar;

V - incentivar o uso de tecnologias consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e local, respeitada a premissa da não geração de dependência tecnológica;

VI - recuperar as terras e os recursos hídricos que tenham sofrido processo de degradação;

VII - controlar ambientalmente as atividades modificadoras do meio ambiente, inclusive aquelas desenvolvidas em regiões limites da área atingida pela construção de barragens;

VIII - plantar espécies nativas e recompor a fauna nativa.

§ 2º - São objetivos da Política Estadual de Apoio às Comunidades Atingidas pela Construção de Barragens:

I - assegurar a melhoria das condições de vida das comunidades atingidas pela construção de barragens, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais;

II - prestar apoio e assistência especial às comunidades atingidas pela construção de barragens, objetivando reduzir os impactos negativos dela decorrentes por meio da universalidade, da integralidade e da equanimidade dos serviços prestados;



III - garantir às comunidades atingidas pela construção de barragens meios para sua autossustentação e reprodução e suas condições de vida;

IV - assegurar às comunidades atingidas pela construção de barragens a possibilidade de livre escolha de seus meios de vida, de sua subsistência e de seu desenvolvimento integral;

V - promover o respeito por meio da garantia à organização social, aos usos, costumes e tradições das comunidades atingidas pela construção de barragens, a todos os seus bens, a seus modos de viver, criar e fazer e a seus valores culturais e artísticos e demais formas de expressão;

VI - executar, com a anuência das comunidades atingidas pela construção de barragens e com sua participação, ações, programas e projetos que as beneficiem, especialmente nas áreas de reassentamento;

VII - proteger os bens de valor artístico, histórico e cultural e as demais formas de referência à identidade, à ação e à história das comunidades atingidas pela construção de barragens.”.

Art. 2º - O art. 2º da Lei nº 12.812, de 28 de abril de 1998, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 2º - (...)

Parágrafo único - São beneficiários do programa de que trata este artigo os habitantes de imóvel rural ou urbano desapropriado, bem como aqueles que nele exerçam atividade econômica, aí incluídos comerciantes, posseiros, assalariados, parceiros, arrendatários, meeiros e assemelhados.”.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Sargento Rodrigues

Justificação: Conforme dados da Comissão Mundial de Barragens, ligada à ONU, no Brasil cerca de 1 milhão de pessoas já foram expulsas de suas terras para construção de usinas hidrelétricas.

Barragens trazem enormes perdas sociais e ambientais, que na imensa maioria das vezes não são reparadas. Quem mais sofre com essa situação são as famílias expulsas, especialmente os trabalhadores rurais, que precisam reconstruir sua vida em outro lugar, muitas vezes sem indenização suficiente, sem nenhuma assistência e sem condições de tirar o sustento imediato na nova terra, quando conseguem conquistá-la e não engrossam as cifras do êxodo rural.

Além desta questão, há a situação das comunidades atingidas remanescentes, desestruturadas com a saída de parte da população e a perda de área territorial. A realidade da “barranca” dos lagos formados em nossos rios, com a construção de barragens, é extremamente dura: famílias isoladas, comércio falido, sistema de transportes desarticulado, dificuldade de escoar a produção, comunidades abandonadas pelo poder público, sem saúde, educação ou conservação das estradas.

Acreditamos que o Estado tem condições de promover políticas públicas capazes de amenizar essa situação. Para isso, propomos a destinação da compensação financeira que o Estado recebe pela exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica às famílias que são atingidas por barragens, sejam deslocadas ou remanescentes das áreas alagadas. Esses recursos são recebidos pelo Estado como compensação pela perda de áreas territoriais e pelo impacto desta na economia.

Nada mais justo que os “royalties” serem destinados àqueles que sofrem diretamente as consequências do problema que possibilitou a percepção, pelo Estado, desses recursos. Com eles, o Estado tem condições de construir uma política de apoio às famílias atingidas, mediante a construção de programas capazes de retomar o desenvolvimento nas regiões onde foram construídas usinas hidrelétricas.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelos Deputados Elismar Prado e Almir Paraca. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 182/2011 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

## PROJETO DE LEI Nº 590/2011

Altera a Lei nº 18.312, de 6 de agosto de 2009, que institui o Política Estadual do Livro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - O art. 3º da Lei nº 18.312, de 6 de agosto de 2009, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XII e XIII:

“Art. 3º - (...)

XII - fortalecer o sistema estadual de bibliotecas públicas;

XIII - estimular a instalação e a ampliação de bibliotecas escolares.”.

Art. 2º - O inciso III do art. 4º da Lei nº 18.312, de 2009, fica acrescido da seguinte alínea “g”:

“Art. 4º - (...)

III - (...)

g) incentivo à criação de salas de leitura nas escolas.”.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Sargento Rodrigues

Justificação: A atualização dos conhecimentos se faz necessária e somente pode ser feita sob determinadas condições: com a aquisição de bons equipamentos, livros, jornais e revistas e com a criação da possibilidade de navegação pela rede virtual de conhecimento. A escola contemporânea precisa receber especial atenção do poder público para se tornar qualificada.

É impensável uma escola moderna que não seja provida, entre outros recursos didáticos, de salas de leitura e de informática. Livros, revistas, jornais e materiais de pesquisa e informações disponíveis na internet são essenciais à sobrevivência no mundo atual.

Para a boa formação do cidadão contemporâneo, é crucial o hábito de leitura e a compreensão dos textos que favoreçam o entendimento de mundo, bem como o domínio da moderna tecnologia de comunicação, principalmente do funcionamento de computadores e da internet. A criação das salas de leitura, além de beneficiar de forma direta os alunos, dará aos professores - cuja





formação contínua se impõe como uma necessidade - e à comunidade a oportunidade de se apropriarem desses recursos e benefícios e deles fazer uso qualitativo.

Pelo exposto, contamos com a anuência dos nobres pares à aprovação do projeto de lei em apreço.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Fred Costa. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 562/2011 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 591/2011

Dispõe sobre a apresentação do Cartão da Criança ou da Caderneta de Saúde da Criança em escola pública ou privada do sistema estadual de ensino.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - As escolas públicas e privadas do sistema estadual de ensino poderão solicitar aos pais dos alunos com até sete anos de idade que apresentem o Cartão da Criança ou a Caderneta de Saúde da Criança no ato da matrícula.

Parágrafo único - Se o documento a que se refere o “caput” deste artigo estiver desatualizado, a escola orientará os pais sobre a importância da vacinação e dos cuidados com a saúde de seus filhos.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Sargento Rodrigues

Justificação: A vacina é o procedimento que visa a produzir anticorpos no organismo, contra determinado agente infeccioso, antes que uma infecção seja causada por esse agente. A prevenção de algumas doenças tem maior relevância na infância, já que alguns distúrbios comuns, se mal curados nesse período da vida, podem ter consequências irreversíveis. A vacina é a maneira mais simples e eficiente de prevenir algumas doenças.

Sendo assim, faz-se necessária a vacinação das crianças.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 196/2011 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### PROJETO DE LEI Nº 592/2011

Acrescenta dispositivo à Lei nº 13.765, de 30 de novembro de 2000, que dispõe sobre a afixação de preço em produto vendido pelo comércio varejista no Estado.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Ficam acrescentados os seguintes arts. 4º-A e 4º-B à Lei nº 13.765, de 30 de novembro de 2000:

“Art. 4º-A - Os preços a que se refere esta lei devem ser publicados simultaneamente na internet, contendo a caracterização do produto, com a identificação da marca e do peso.

Parágrafo único - O disposto neste artigo não se aplica ao estabelecimento classificado como pequena ou microempresa.

Art. 4º-B - Fica limitado ao máximo de 15 minutos o tempo de espera do consumidor para o pagamento das compras.”

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 3 de março de 2011.

Sargento Rodrigues

Justificação: Os arts. 6º, III, e 31 do Código de Defesa do Consumidor determinam “a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem” e que “a oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”. Dessa forma, a grande quantidade de produtos disponíveis hoje em nosso país, assim como a enorme variedade de estabelecimentos comerciais já existentes em nosso Estado, fazem com que sejam necessários métodos mais eficientes para a devida informação do consumidor, mantendo o atendimento ao comprador adequado e claro.

- Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo Deputado Elismar Prado. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 235/2011 nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

### REQUERIMENTOS

Nº 186/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para que seja estendido o programa de telefonia celular a todos os distritos de Minas Gerais.

Nº 187/2011, do Deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado pedido de providências para a implementação de programa de acesso à internet em todos os distritos de Minas Gerais.

Nº 188/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Rádio Cidade FM de Bom Despacho por seu 14º aniversário. (- Distribuídos à Comissão de Transporte.)

Nº 189/2011, do Deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Pedrinópolis pelo 48º aniversário desse Município.

Nº 190/2011, do Deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Tapira pelo aniversário desse Município.



Nº 191/2011, do Deputado Bosco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Medeiros pelo aniversário desse Município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 192/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sr. Paulo de Tarso Almeida Paiva pelo excelente e profícuo trabalho realizado na Presidência do BDMG. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 193/2011, do Deputado Duarte Bechir, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelos 48 anos de emancipação desse Município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 194/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado ao Diretor-Presidente da Cemig pedido de informações sobre as constantes interrupções nos serviços de energia elétrica no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 195/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Aneel pedido de providências quanto às constantes interrupções nos serviços de energia elétrica oferecidos pela Cemig no Bairro Santa Tereza, em Belo Horizonte. (- À Comissão de Defesa do Consumidor.)

Nº 196/2011, do Deputado Elismar Prado, em que solicita seja encaminhado à Aneel pedido de providências tendo em vista o trágico acidente ocorrido no Estado, ocasionado pelo rompimento de fios elétricos da rede de energia da Cemig em Bandeira do Sul, que teria resultado na morte de 16 pessoas e ferimentos em 55. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 197/2011, do Deputado Hélio Gomes, em que solicita seja encaminhado ao Governador do Estado, ao Secretário de Transportes e ao Diretor-Geral do DER-MG pedido de providências para a avaliação e correção dos trevos de acesso rodoviário nos entroncamentos com rodovias estaduais e federais, que apontam deficiências e necessitam de correção urgente, em especial o trevo no entroncamento das Rodovias BR-116 e MG-451, no Município de Governador Valadares. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 198/2011, do Deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Granja Adélia Esporte Clube, de Contagem, por seu 70º aniversário. (- À Comissão de Esporte.)

Nº 199/2011, do Deputado João Vítor Xavier, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Santa Luzia pelo 155º aniversário desse Município.

Nº 200/2011, do Deputado Luiz Henrique, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Espinosa pelo aniversário desse Município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 201/2011, do Deputado Vanderlei Miranda, em que solicita seja encaminhado ao Comandante do 22º Batalhão da PMMG pedido de informações sobre quantas ocorrências foram realizadas no período entre as 18 horas do dia 26/2/2011 e 1 hora do dia 27/2/2011, que de alguma forma tenham por precedente o evento conhecido como Sou Bento mas não Sou Santo. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 202/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Presidente da BHTRANS pedido de providências para analisar a possibilidade de subdividir a linha de ônibus 4107, de modo que a nova linha tenha seu ponto final na Rua Carlos Etienne de Castro, próximo à Escola Estadual Laura das Chagas Ferreira, no Aglomerado da Serra, nesta Capital. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 203/2011, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhada ao Cel. Irani Alvear Saraiva, Comandante da 2ª Região da PMMG, ao Cap. Ildeu Heller Coelho Martins, Comandante da 186ª Companhia da Polícia Militar do 39º BPM, e ao Maj. Carlos Alberto Sacramento, Comandante da 1ª Companhia de Missões Especiais, voto de congratulações pelo comando de mais de 400 policiais militares que prestaram serviço de prevenção e proteção à segurança dos foliões durante a 19ª edição do carnaval fora de época Banda Mole, no Município de Contagem.

Nº 204/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior pedido de providências para que se empenhe junto ao Governo Federal e à Câmara de Comércio Exterior com o intuito de frear as importações, que têm prejudicado diversos setores da economia do Estado.

Nº 205/2011, da Comissão de Turismo, em que solicita seja encaminhado ao Ministro da Defesa pedido de providências a fim de que se empenhe para impedir que o corte no Orçamento da União de 2011, anunciado pelo governo federal, atinja empreendimentos no Estado, como o acordo celebrado pelo Exército Brasileiro com a Helibrás, com unidade em Itajubá.

Do Deputado Fred Costa em que solicita seja comunicado ao Plenário que assinaram o termo de adesão à Frente Parlamentar Defesa e Apoio ao Turismo em Minas Gerais os Deputados Hélio Gomes, Carlin Moura, Rogério Correia, Marques Abreu, Fabiano Tolentino, Gustavo Valadares, Doutor Viana, João Leite, Adelmo Carneiro Leão, Maria Tereza Lara, Carlos Mosconi, Luzia Ferreira, João Vítor Xavier, Antônio Carlos Arantes, Duarte Bechir, Zé Maia, Bosco, Antônio Júlio, Neider Moreira, Liza Prado, Ivair Nogueira, Alencar da Silveira Jr., Sargento Rodrigues, Gustavo Perrella, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Anselmo José Domingos, Romeu Queiroz, Ana Maria Resende, André Quintão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Paulo Lamac e Sebastião Costa.

Do Deputado Fred Costa em que solicita seja comunicado ao Plenário que assinaram o termo de adesão à Frente Parlamentar Revitalização do Anel Rodoviário os Deputados Doutor Viana, Carlin Moura, Romeu Queiroz, Alencar da Silveira Jr., Hélio Gomes, Dilzon Melo, Bruno Siqueira, Vanderlei Miranda, Tenente Lúcio, Gustavo Corrêa, Bonifácio Mourão, Fabiano Tolentino, Duarte Bechir, Inácio Franco, Ana Maria Resende, Dalmo Ribeiro Silva, Neilando Pimenta, Luiz Henrique, Luzia Ferreira, Paulo Lamac, Rômulo Viegas, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Luiz Carlos Miranda, Rogério Correia, André Quintão, Gustavo Perrella, João Leite, Ivair Nogueira, Mauri Torres, Marques Abreu, Romel Anízio, Neider Moreira, Luiz Humberto Carneiro e Delvito Alves.

Do Deputado Fred Costa em que solicita seja comunicado ao Plenário que assinaram o termo de adesão à Frente Parlamentar Eu quero metrô para BH os Deputados Inácio Franco, Almir Paraca, Ana Maria Resende, André Quintão, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Antônio Júlio, Bonifácio Mourão, Bosco, Bruno Siqueira, Carlin Moura, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Viana, Duarte Bechir, Fabiano Tolentino, Gustavo Perrella, Gustavo Valadares, Ivair Nogueira, João Leite, João Vítor Xavier, Leonardo Moreira, Liza Prado, Luiz Henrique, Luiz Humberto Carneiro, Maria Tereza Lara, Marques Abreu, Mauri Torres, Neider Moreira, Paulo Lamac, Rogério Correia, Romel Anízio, Romeu Queiroz, Rômulo Veneroso, Rosângela Reis, Sebastião Costa, Tenente Lúcio, Ulysses Gomes e Zé Maia.



Do Deputado Fred Costa em que solicita seja comunicado ao Plenário que assinaram o termo de adesão às Frentes Parlamentares Mobilidade Urbana, Defesa do Idoso e Defesa dos Animais os Deputados Hélio Gomes, Carlin Moura, Rogério Correia, Marques Abreu, Fabiano Tolentino, Gustavo Valadares, Doutor Viana, João Leite, Adelmo Carneiro Leão, Maria Tereza Lara, Carlos Mosconi, Luzia Ferreira, João Vítor Xavier, Antônio Carlos Arantes, Duarte Bechir, Zé Maia, Bosco, Antônio Júlio, Neider Moreira, Liza Prado, Ivair Nogueira, Alencar da Silveira Jr., Sargento Rodrigues, Gustavo Perrella, Dalmo Ribeiro Silva, Dilzon Melo, Anselmo José Domingos, Romeu Queiroz, Ana Maria Resende, André Quintão, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Paulo Lamac, Sebastião Costa e Rômulo Viegas.

Do Deputado João Vítor Xavier em que solicita seja comunicada sua adesão à Frente Parlamentar pela Segurança no Anel Rodoviário.

Da Deputada Ana Maria Resende em que solicita seja apresentado projeto de resolução pela Mesa da Assembleia acrescentando inciso ao art. 101 do Regimento Interno para constituição de uma comissão permanente para tratar de assuntos relacionados à mulher. (- À Mesa da Assembleia.)

Do Deputado Célio Moreira em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Do Deputado Duílio de Castro em que solicita seja comunicada ao Plenário a criação da Frente Parlamentar para Acompanhar a Despoluição do Ribeirão Jequitibá e do Rio das Velhas. Subscrevem o termo de adesão à criação dessa Frente Parlamentar os Deputados Adalclever Lopes, Adelmo Carneiro Leão, Alencar da Silveira Jr., Ana Maria Resende, Anselmo José Domingos, Antônio Carlos Arantes, Antônio Júlio, Antonio Lerin, Bonifácio Mourão, Bosco, Bruno Siqueira, Carlin Moura, Cássio Soares, Celinho do Sinttrocel, Dalmo Ribeiro Silva, Délio Malheiros, Delvito Alves, Dinis Pinheiro, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Perrella, Gustavo Valadares, Hélio Gomes, Hely Tarquínio, Inácio Franco, Ivair Nogueira, Jayro Lessa, João Leite, João Vítor Xavier, José Henrique, Luiz Carlos Miranda, Luiz Henrique, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara, Marques Abreu, Neider Moreira, Neilando Pimenta, Pompílio Canavez, Rogério Correia, Romel Anízio, Rômulo Viegas, Rosângela Reis, Sargento Rodrigues, Sávio Souza Cruz, Tiago Ulisses, Ulysses Gomes, Vanderlei Miranda e Zé Maia.

Do Deputado Bonifácio Mourão e outros em que solicitam seja convidado o Secretário de Saúde para a reunião da Comissão de Saúde, em sua primeira audiência pública, a fim de prestar esclarecimentos sobre a política do governo do Estado no combate à dengue. (- À Comissão de Saúde.)

Do Deputado Antônio Carlos Arantes em que solicita, tendo em vista sua forte ligação com o setor produtivo, a indicação de seu nome para membro titular do Conselho de Industrialização do Estado de Minas Gerais - Coind -, como dispõe o Decreto nº 44.340, de 2006.

Do Deputado Rogério Correia em que solicita a criação de uma Comissão de Deputados desta Casa para acompanhar a elaboração do anteprojeto da reforma política brasileira junto ao Senado Federal. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

- São também encaminhados à Mesa requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro (57), Neider Moreira (2), Inácio Franco e Doutor Viana e outros.

### Comunicações

- É também encaminhada à Mesa comunicação da Comissão do Trabalho.

### Questão de Ordem

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, relativamente à tragédia ocorrida no Sul de Minas, na nossa querida cidade de Bandeira do Sul, o Estado inteiro e todo o Brasil ficaram consternadíssimos. O acidente foi de uma violência inacreditável. De uma forma absolutamente inusitada, 16 jovens perderam a vida, a despeito da segurança que havia no local e da estrutura preventiva do Corpo de Bombeiros. Mas, lamentavelmente, a calamidade aconteceu, e, de forma dolorosa, morreram 16 jovens de 15 a 18 anos, ficando 50 feridos, dos quais 25 se encontram em estado grave. Alguns foram transferidos para Belo Horizonte, a maioria está sendo atendida na Santa Casa de Poços de Caldas e nos hospitais das cidades de Campestre, Botelho e Alfenas. Acompanhei o Governador Antonio Anastasia na visita de solidariedade à cidade, na segunda-feira, ainda durante o velório daqueles jovens, trazendo muito conforto a todos da cidade e às famílias enlutadas. Todos nos perguntamos por que o acidente aconteceu, quem errou e o que fazer para que isso não ocorra mais. Quero informar a esta Casa que, de maneira preventiva, o Prefeito de Poços de Caldas, Paulo César Silva, baixou um decreto proibindo o uso de serpentina laminada durante o carnaval. Em outras cidades da região estão tomando essa providência, como o fez o Prefeito de Muzambinho, Sérgio Paoliello. Esperamos que essas medidas tragam mais segurança à população no carnaval. O acontecido é de estarrecer, sem entrar no mérito de a causa ter sido ou não só a serpentina laminada. Esse fato já foi verificado. Ela ficou colada em três fios de alta tensão e, depois de solta, os fios se romperam e agiram como um chicote, matando pessoas e ferindo muitas outras. Então, esse fato já está comprovado, como toda a mídia nacional vem noticiando. É de causar estarrecimento o fato de um produto como esse, Sr. Presidente, importado da China, ser utilizado no Brasil sem o conhecimento da população, sem o alerta das autoridades ligadas a essa área, a esse setor, e usado livremente, trazendo riscos. Isso é absolutamente desconhecido pela população brasileira, que nesses dias de carnaval se reúnem, aglomeram-se nas praças do País, correndo esses riscos. Assim gostaria de chamar a atenção dos governantes, pois o Brasil não pode permitir que um produto como esse entre aqui com tudo escrito em inglês - veio da China -, sem nenhuma palavra em português. Portanto a grande maioria da nossa população não vai entender absolutamente nada do que está escrito e vai usar esse produto a seu bel-prazer. Esse é um risco que a nossa população está correndo, e isso é inaceitável. Ontem apresentei um projeto de lei que proíbe o uso desse material em Minas Gerais. Naturalmente isso não será suficiente, pois o carnaval já está começando. Entretanto, quero fazer este alerta e demonstrar, Sr. Presidente, a nossa grande preocupação com o que poderá ocorrer. É preciso que todos tomem consciência disso e não permitam que esse produto seja usado de forma aleatória. Era o que queria manifestar nesta Casa, expressando o meu profundo pesar pela morte



desses jovens em Bandeira do Sul. A cidade toda ficou consternada, o Prefeito manifestou um enorme sofrimento. Enfim, todos sofreram muito. Lamentavelmente ainda há algumas pessoas internadas em estado grave na Santa Casa de Poços de Caldas e outras aqui, no Pronto Socorro João XXIII, também em estado grave. Gostaria ainda de ressaltar, Sr. Presidente, o trabalho - que merece ser relatado - realizado pela Santa Casa de Poços de Caldas. Toda a equipe do hospital estava presente. Chegaram 50 feridos, alguns em condições muito graves, e todos foram atendidos da melhor maneira possível pela equipe de médicos, enfermeiros e auxiliares de enfermagem. Todos se envolveram. Os que estavam fora foram correndo para o hospital, que ficou praticamente cercado pela população que queria saber o que estava acontecendo. Nenhum paciente ficou sem o atendimento correto e digno que pudesse salvar vidas. No pronto-socorro da Santa Casa de Poços de Caldas - aliás eu estava lá à noite, depois do acidente -, algumas pessoas com parada cardíaca foram ressuscitadas rapidamente. Então vale a pena ressaltar essa questão, pois temos de valorizar o atendimento, que foi competente e que salvou inúmeras vidas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Deputado Federal Weliton Prado.

#### Oradores Inscritos

- Os Deputados Adalclever Lopes, Antônio Júlio e Celinho do Sinttrocel proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

#### Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte, a Presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da Presidência e de Deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

A Presidência vai ler decisões da Mesa. (- Lê:)

#### “DECISÃO DA MESA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 do Regimento Interno, e considerando: o peso estratégico da integração do Estado de Minas Gerais à economia do Cone Sul; a importância da consolidação do Parlamento do Mercosul - Parlasul - para o fortalecimento da representação democrática dos países membros do Mercosul; a necessidade de o povo mineiro, por meio de seus representantes, acompanhar o processo de consolidação do Parlasul, bem como pugnar pelo adequado equilíbrio institucional entre os diversos povos representados e por um processo de integração pautado pela representatividade, pela transparência e pela legitimidade social, decide:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul, com vigência na atual legislatura, destinada a acompanhar o processo de consolidação desse Parlamento e a desenvolver iniciativas de intercâmbio entre o Legislativo mineiro e as demais representações democráticas do Cone Sul.

Art. 2º - A Comissão Extraordinária é constituída pelos seguintes Deputados: Vanderlei Miranda, Coordenador; Gustavo Valadares, Tiago Ulisses, Luiz Humberto Carneiro, Ivair Nogueira.

Art. 3º - A Comissão deverá atuar em sintonia com a Comissão Permanente de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo, subsidiando suas atividades e propondo ações conjuntas de âmbito institucional relacionadas ao Mercosul.

Art. 4º - A Comissão deverá apresentar à Mesa da Assembleia relatório de suas atividades.

Art. 5º - Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de março de 2011.

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.

#### DECISÃO DA MESA

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 74 do Regimento Interno, e considerando que: a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, reconhecendo a urgente necessidade da discussão de temas estratégicos do sistema político brasileiro, instituíram comissões especiais para promover estudos e apresentar propostas para a reforma desse sistema; as possíveis modificações no ordenamento jurídico federal repercutirão sobre as relações políticas nos níveis estadual e municipal, disso decorrendo a necessidade de que haja acompanhamento das propostas apresentadas no Congresso Nacional; a legitimação das propostas de reforma do sistema político pressupõe tanto estudos técnicos quanto a discussão democrática com a sociedade, também na esfera estadual e municipal; decide:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Extraordinária de Acompanhamento da Reforma Política, com o objetivo de desenvolver ações que possibilitem o aprofundamento da análise sobre o sistema político brasileiro, o amplo debate social do tema, o acompanhamento da discussão no âmbito federal e a elaboração de propostas a serem encaminhadas ao Congresso Nacional.

Art. 2º - A Comissão Extraordinária é constituída pelos seguintes Deputados: Carlos Mosconi, Coordenador; Romeu Queiroz, Antônio Júlio, Luzia Ferreira, Rogério Correia.

Art. 3º - Esta decisão entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 1º de março de 2011.

Dinis Pinheiro - José Henrique - Inácio Franco - Paulo Guedes - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Jayro Lessa.”





## DECISÃO DA PRESIDÊNCIA

A Presidência, nos termos da Resolução nº 5.207, de 10 de dezembro de 2002, que estabelece procedimentos disciplinares relativos à ética e ao decoro parlamentar e dá outras providências, e em cumprimento ao disposto no seu art. 6º, que cria a Ouvidoria Parlamentar, designa o Deputado Hely Tarquínio para exercer as funções de Ouvidor-Geral.

Mesa da Assembleia, 3 de março de 2011.

José Henrique, 1º-Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

### Comunicação da Presidência

A Presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 203/2011, da Comissão de Segurança Pública, e 204 e 205/2011, da Comissão de Turismo. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

### Leitura de Comunicações

- A seguir, o Sr. Presidente dá ciência ao Plenário da comunicação apresentada nesta reunião pela Comissão do Trabalho - aprovação, na 1ª Reunião Ordinária, em 2/3/2011, dos Requerimentos nºs 55 e 63 a 73/2011, da Deputada Rosângela Reis, 80/2011, do Deputado Doutor Viana, 119/2011, do Deputado Duílio de Castro, 138/2011, do Deputado Duarte Bechir, e 142 a 152/2011, da Deputada Rosângela Reis (Ciente. Publique-se.).

### Despacho de Requerimentos

- A seguir, o Sr. Presidente defere, cada um por sua vez, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro (57) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 451, 510 a 519, 521, 523, 1.003, 1.240, 1.586, 1.613, 1.847 a 1.849, 1.865 e 1.951/2007, 2.142, 2.173, 2.203, 2.234, 2.384, 2.402, 2.462, 2.463, 2.603, 2.682, 2.744 a 2.746, 2.755, 2.836 a 2.839 e 2.894/2008, 3.348, 3.450, 3.693 a 3.695, 3.767, 3.919 e 4.111/2009, 4.206, 4.276, 4.334 a 4.337, 4.709 e 4.797/2010, Neider Moreira (2) solicitando o desarquivamento dos Projetos de Lei nºs 4.015 e 4.017/2009, e Inácio Franco solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 4.604/2010; e, nos termos do inciso XXI do art. 232 do Regimento Interno, requerimento do Deputado Doutor Viana e outros solicitando a convocação de reunião especial para homenagear a Unimed-BH pelos 40 anos de sua fundação.

### Discussão e Votação de Pareceres

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final do Projetos de Resolução nºs 511 e 512/2011. (À promulgação.)

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Rogério Correia solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Rogério Correia.

- O Deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Antônio Júlio solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno, para, nos termos do seu § 1º, transferi-la ao Deputado Carlin Moura. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Carlin Moura.

- O Deputado Carlin Moura profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Sargento Rodrigues solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Sargento Rodrigues.

- O Deputado Sargento Rodrigues profere discurso, que será publicado em outra edição.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Bonifácio Mourão solicitando a palavra pelo art. 70 do Regimento Interno. A Presidência defere o requerimento e fixa ao orador o prazo de 15 minutos. Com a palavra, o Deputado Bonifácio Mourão.

- O Deputado Bonifácio Mourão profere discurso, que será publicado em outra edição.

### Questão de Ordem

O Deputado Carlin Moura - Questão de ordem, Sr. Presidente, questão de ordem propriamente dita para um esclarecimento.

O Sr. Presidente - Baseado em que artigo?

O Deputado Carlin Moura - Só uma interpretação do art. 164. O direito de resposta baseia-se apenas no caso de ofensa ou também no caso de o que foi afirmado não corresponder à realidade. Se esse for o entendimento, pediria o art. 164 para esclarecer o ilustre Deputado Bonifácio Mourão.

O Sr. Presidente - Deputado Carlin Moura, o art. 164 é concedido a critério da Presidência, que entende que não houve ofensa, mas apenas debate de grande nível.

### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de quinta-feira, dia 10, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

## ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 15/2/2011

### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e Zé Maia

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Olavo





Machado Júnior - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Roberto Luciano Fagundes - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Roberto Simões - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Lázaro Luiz Gonzaga - Palavras do Sr. Afonso Maria Rocha - Apresentação de sugestões - Registro de presença.

### **Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários**

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

### **Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado; Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Waldemar Antônio de Arimatéia, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, representando o Procurador-Geral de Justiça, Alceu José Torres Marques; e Paulo Bretas, Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação de Belo Horizonte, representando o Prefeito Municipal, Márcio Lacerda; a Exma. Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; e os Exmos Srs. Roberto Simões, Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae - e Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg -; Olavo Machado Júnior, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, representando o Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI -, Robson Braga de Andrade; Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-MG e Presidente do Sistema Fecomércio Minas, Sesc, Senac e Sindicatos; Roberto Luciano Fagundes, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais - ACMinas -; e Afonso Maria Rocha, Diretor-Superintendente do Sebrae-MG.

### **Registro de Presença**

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. Fábio Veras, Secretário Adjunto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais; Alberto José Salum, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Pesada do Estado de Minas Gerais - Sicepot-MG; e Evaldo Vilela, Secretário-Adjunto de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos todos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O locutor - Com a palavra, o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

### **Palavras do Sr. Presidente**

Exmos. Srs. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais e ex-Presidente desta augusta Casa, que muito nos honra com sua preciosa presença; Desembargador Cláudio Renato dos Santos Costa, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais; Waldemar Antônio de Arimatéia, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, representando o Dr. Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Paulo Bretas, Secretário de Planejamento, Orçamento e Informação da Prefeitura de Belo Horizonte, representando o Prefeito Márcio Lacerda; Exma. Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado de Minas Gerais; Exmos. Srs. Roberto Simões, Presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais - Faemg -; Olavo Machado Júnior, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, representando o Dr. Robson Braga de Andrade, Presidente da Confederação Nacional da Indústria - CNI -; Lázaro Luiz Gonzaga, Presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae-Minas e do Sistema Federaminas; Roberto Luciano Fagundes, Presidente da Associação Comercial de Minas Gerais; Sras. Deputadas; Srs. Deputados; senhoras; senhores; jovens e imprensa, o ciclo de desenvolvimento que estamos vivendo, no Brasil e em Minas Gerais, é um fato histórico que talvez não seja percebido por muitos que não presenciaram, ou já esqueceram, os períodos de instabilidade política e econômica, a ausência das liberdades democráticas, a ameaça constante do descontrole de preços, a perda contínua do poder aquisitivo e os elevados índices de desemprego que pesavam sobre a população brasileira há apenas algumas décadas. Graças a um conjunto de fatores externos e internos, ao amadurecimento político e a diretrizes econômicas fundadas no bom senso, sem ruptura com as bases deixadas por governos anteriores, estamos passando por uma fase de relativa estabilidade, mesmo diante de percalços e sobressaltos, como a crise financeira que abalou as economias americana e europeia a partir de 2008. Não que estejamos imunes a contratemplos, aos efeitos bruscos dos processos de globalização ou livres das nossas históricas mazelas sociais e das desigualdades que ainda nos situam no concerto dos países menos evoluídos no que tange à distribuição de renda. Definitivamente não vivemos no melhor dos mundos. Ainda saltam aos olhos nossos problemas de saúde pública, de educação, de moradia e de segurança, dentre tantos outros.

Interessa-nos particularmente, senhoras e senhores, nesse contexto, refletir sobre o desenvolvimento de Minas Gerais. As modernas e proficuas administrações dos Governadores Aécio Neves e Antonio Anastasia deram ao nosso Estado a estrutura, a correção de rumos, a aplicação criteriosa de recursos e o planejamento necessários a um crescimento sustentável, buscando levar os benefícios das políticas públicas a todas as regiões e a toda a população, ações essas, proficuas, que agora contam com a brilhante colaboração do nosso Vice-Governador Alberto Pinto Coelho.

Levantamentos da Fundação João Pinheiro, senhoras e senhores, têm mostrado, nos últimos anos, números sempre positivos em relação ao desempenho econômico e uma evolução gradativa dos indicadores da segurança pública, uma das questões de maior preocupação da nossa sociedade. Na área dos indicadores sociais, relatórios da ONU apontam que Minas alcançou, antecipadamente, várias metas estipuladas para reduzir a pobreza e a desigualdade. No campo da educação, dados do MEC colocam o Estado em posição de destaque entre todas as unidades da Federação.

Contudo, como dissemos, ainda há muito o que fazer. Não é de uma hora para outra, nem apenas com os esforços governamentais, que se corrigem tantas e tão arraigadas distorções. Para que todo o potencial de desenvolvimento do Estado seja colocado em prática,



é preciso reunir as experiências, os pontos de vista e as ponderações do conjunto da população e de suas instâncias representativas, enriquecendo o processo de compreensão das realidades setoriais e regionais e criando valiosos subsídios para o planejamento, a alocação de recursos e a tomada de decisões no âmbito das políticas públicas.

Esta Casa, senhoras e senhores, já cumpre há muitos anos o papel de ouvir sistematicamente a sociedade na elaboração e discussão das leis, na intermediação de conflitos, no acompanhamento e avaliação dos programas de governo. Não apenas por entender que esse é um caminho para consolidar as conquistas democráticas, mas também por ter a convicção de que as contribuições geradas por essa parceria conferem maior legitimidade e consistência às atividades parlamentares.

Tal procedimento, exercido de formas variadas, como na realização de seminários legislativos, fóruns técnicos, ciclos de debates, audiências e debates públicos, revisão do PPAG, reuniões no interior do Estado, recebimento de sugestões pelos meios eletrônicos, foi um dos fatores preponderantes para que a Assembleia de Minas se tornasse referência para outros Parlamentos estaduais e municipais.

Agora, estamos dando um novo passo. Com a realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, esta Casa busca inovar e ampliar sua interlocução com os cidadãos e as instituições mineiras, conclamando-os a contribuir para a formulação de sua agenda, para a definição de prioridades no amplo leque das demandas e proposições que fomentam as ações legislativas.

Representantes dos demais poderes públicos, do empresariado, dos meios acadêmicos e de diversos outros segmentos da sociedade – e os cidadãos, os cidadãos individualmente – estarão dando sua valiosa contribuição para subsidiar a Mesa Diretora, as comissões técnicas e o conjunto dos Deputados e Deputadas a formular a agenda institucional deste Parlamento para os próximos anos, a partir de dez temas centrais: “Desenvolvimento econômico e inovação”, “Meio ambiente”, “Educação”, “Cultura”, “Defesa social”, “Governança regional e urbana”, “Saúde”, “Esporte e juventude”, “Assistência social” e “Direitos humanos”.

Esta iniciativa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, queridos visitantes, insere-se no Direcionamento Estratégico, instrumento de planejamento formulado pela Casa para balizar sua atuação nos próximos 10 anos, e particularmente no projeto Assembleia como Propulsora do Desenvolvimento do Estado, cujo objetivo é reforçar o Legislativo como espaço de convergência entre os poderes públicos e a sociedade na discussão de políticas orientadas pelas carências e potencialidades do Estado de Minas Gerais.

Insere-se também em uma diretriz – melhor dizendo, em um compromisso –, que assumimos ao tomar posse na Presidência deste Parlamento: o de trabalhar, com o apoio do valoroso corpo dos Deputados, para que o crescimento econômico do Estado esteja sempre a serviço da correção dos desequilíbrios, da redução das desigualdades, da distribuição mais equânime dos benefícios, da melhoria da qualidade de vida, especialmente para os mais pobres, os mais necessitados, os mais humildes. Acima dos resultados econômicos, das leis de mercado e dos avanços tecnológicos, deve-nos guiar o sentimento de justiça, de solidariedade e de fraternidade, sem os quais não podemos pensar em um desenvolvimento em seu pleno significado. Agradecemos aos Srs. Deputados, às Sras. Deputadas presentes, às autoridades, aos demais participantes, de forma especial ao nosso querido Vice-Governador Alberto Pinto Coelho, e a todas as pessoas e instituições que colaboraram para a realização deste evento. A partir das exposições, proposições e debates aqui apresentados, esta Casa certamente estará ainda mais preparada para trabalhar pelo povo de Minas Gerais. Muito obrigado. A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos a todas as autoridades. Neste momento daremos início ao painel sobre o tema “Desenvolvimento econômico e inovação”.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente (Deputado Zé Maia) - Informamos aos participantes que, ao final de cada exposição, será exibido um vídeo produzido pela TV Assembleia, contendo sugestões de especialistas sobre o tema em discussão no painel. Esclarecemos ainda que, entre um expositor e outro, abriremos espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas via consulta pública, pelo formulário do “Participe Agora” e pelo 0800. Para que possamos otimizar a dinâmica do fórum, esclarecemos que os interessados já poderão encaminhar suas inscrições e sugestões por escrito durante o transcurso dos trabalhos, no formulário próprio que será distribuído pela equipe de apoio. Os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Para isso, basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o link do “Fórum Democrático”, clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 08007092564.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos a um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “Desenvolvimento Econômico e Inovação”.  
- Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras do Sr. Olavo Machado Júnior

Exmos. Deputados Zé Maia, Dinis Pinheiro; senhores companheiros de entidade de classe, Lázaro, Roberto e Roberto Simões; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores. Com satisfação, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais participa deste Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais. De início, registro meus cumprimentos ao Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, que, em um dos primeiros atos do seu mandato na Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, realiza esse evento, que é da maior importância para Minas e para o setor produtivo do Estado. Na sua pessoa, caro Presidente Dinis Pinheiro, saúdo todos que estão conosco participando deste fórum, que tem o objetivo de discutir o presente e o futuro do Estado de Minas Gerais. De forma especial, cumprimento as senhoras Deputadas e os senhores Deputados que têm a missão de criar e zelar pelo arcabouço legislativo contemporâneo do mundo que estamos construindo neste começo do século XXI, comprometido com o desenvolvimento sustentável e em sintonia com as expectativas e demandas da sociedade mineira. Ousado em seus objetivos, como aliás devem ser as propostas corajosas, esse seminário se propõe a traçar um abrangente retrato da realidade mineira em todos os setores e, apoiando-se nele, estabelecer um programa de trabalho que nos conduza a altura das tradições de Minas e da sua importância no cenário nacional.

A nós, com muita honra, foi delegada a missão de introduzir o debate sobre o tema “Desenvolvimento econômico e inovação.” O objetivo é responder a uma pergunta fundamental: qual deve ser a agenda do Poder Legislativo para contribuir para o



desenvolvimento de Minas Gerais? O Sr. Robson Andrade, Presidente da CNI, deveria estar aqui e pediu-me que o representasse. Ele continua afinado e preocupado com as coisas de Minas Gerais e, Deputado Dinis Pinheiro, pediu-me que apresentasse suas desculpas. Por mais esforço que tenha feito, os compromissos em Brasília não permitiram que estivesse presente. Então me pediu que falasse, em meu nome e em nome dele, sobre o que acreditamos ser necessário para Minas Gerais. Essa é uma pergunta que impõe um olhar para o futuro, buscando identificar as macrotendências que hoje governam as economias mundial e brasileira. Avaliar oportunidades e riscos - e esse cenário se coloca para Minas Gerais - e ao final compreender como o Poder Legislativo pode e deve atuar para potencializar nossas forças, de forma que possamos enfrentar e superar os desafios que temos pela frente. Portanto, proponho dividir essa exposição em três capítulos: primeiro, quais são os cenários para a economia e os mercados mundial e brasileiro nos próximos 20 anos? Minas Gerais está preparada para aproveitar as oportunidades do mercado? Qual é o cenário em que nos encontramos? Qual é a realidade na agregação de valor em nossos produtos no foco do parque industrial em Minas Gerais? Quais são as políticas públicas necessárias para estimular e elevar a competitividade da indústria de Minas Gerais?

Senhoras e senhores, considerando o tema que me cabe abordar, “Desenvolvimento econômico e inovação”, julgo importante apresentar nesse prólogo algumas assertivas fundamentais que aprendemos no dia a dia do mundo da economia e da indústria, e que, para muitos que aqui estão, tenho certeza, funcionarão como um choque de realidade: inovar é criar, produzir ou melhorar algum produto que possa ser considerado novo, seja por sua concepção, processo produtivo, método organizacional, “marketing” e comercialização; em um mercado marcado por incertezas, apenas sobrevive quem inova todos os dias; falar que o empresário industrial brasileiro não é ou é pouco inovador, é não conhecer a realidade das nossas indústrias e do nosso mercado; do ponto de vista da inovação e do desenvolvimento tecnológico, podemos avançar muito mais, se nos orgulharmos e valorizarmos o nosso passado, como se faz em todo o mundo; considerar, como se costuma fazer, que o empresário é incompetente e que só agora descobriu o mundo onde nossa indústria começa a prosperar é, para dizer pouco, rematado desrespeito a todos aqueles que nos antecederam e criaram o caminho para podermos disputar e conquistar mercados; o Brasil investe muito pouco em inovação, apenas 1,4% do PIB, quando comparado com o que investem a Europa e os Estados Unidos, que têm PIBs muitas vezes maior; das 18 melhores universidades do mundo, 15 são americanas, 2 inglesas e 1 chinesa - a Universidade de Pequim -, nenhuma universidade brasileira figura neste “ranking”; no que se refere ao ensino médio, no qual o Brasil estaria reprovado com nota inferior a cinco, Minas Gerais se coloca entre a 10ª e a 12ª posição; dados da Escola Politécnica da USP e estudos do Prof. José Israel Vargas, mineiro ilustre, informam que existem 140 mil vagas nas escolas de engenharia brasileiras, nas quais ingressam 130 mil estudantes a cada ano, desse total, 30 mil se formam e, destes, 20 mil não atingem a qualificação necessária para atender às exigências do mercado.

O Brasil dispõe de muito poucos engenheiros: 20 para cada 100 mil habitantes. Em Israel, são 80. Faço mais uma pergunta relevante: qual é a realidade básica da indústria mineira? É comum ouvirmos discursos com números grandiosos sobre a indústria mineira. A realidade é a seguinte: temos 120 mil empresas industriais no Estado, incluindo a construção civil, de acordo com o “Cadastro de estabelecimentos empregadores do Ministério do Trabalho” de março de 2010 - aliás, esses números se confirmam nos registros da Junta Comercial de Belo Horizonte -; destas, 62 mil são empresas que não geram emprego algum na indústria; outras 30 mil têm de 1 a 4 empregos e outras 22 mil têm 29 empregos formais; mais de 90% desse universo imenso de empresas não apresentam produtividade, escala e inovação em processos e produtos para operar e concorrer globalmente; no grupo de indústrias com mais de 50 empregos, em geral aquelas mais estruturadas, o Estado tem apenas 3.500 indústrias extrativas ou de transformação. Estas são responsáveis por mais de 70% do pessoal ocupado do Estado, 90% dos salários são pagos pelas mesmas indústrias e 95% do valor da transformação industrial, conforme a Pesquisa Industrial Anual - PIA - do IBGE.

Senhoras e senhores, esta é a nossa primeira pergunta: quais são os cenários para a economia no mercado mundial e brasileiro nos próximos 20 anos? Posso-lhes adiantar observações relevantes: a economia mundial está em franco e acelerado processo de mutação; economias até agora consideradas sólidas e desenvolvidas estão em grandes dificuldades; o crescimento mundial será baseado no crescimento de economias emergentes e em desenvolvimento, dentre as quais se destaca a brasileira; no Brasil, a estabilidade monetária, o crescimento do emprego e da renda, a explosão do crédito - já superamos 50% do PIB - e a ampliação dos programas de transferência de renda ampliarão exponencialmente o consumo de massa, fenômeno que também ocorre nos demais Brics e países em desenvolvimento; dados do IBGE mostram que, entre 2006 e 2008, 32 milhões de brasileiros foram incorporados ao mercado consumidor e mais 36 milhões deverão juntar-se a eles, entre 2010 e 2014, nas classes A, B e C. Nesse cenário, a perspectiva e as oportunidades para o Brasil e, portanto, para Minas são positivas e alentadoras, desde que estejamos preparados para transformar em realidade essas perspectivas e oportunidades, gerando um efetivo e consistente processo de desenvolvimento econômico e social. Há muito trabalho pela frente, e o posicionamento da Assembleia Legislativa será fundamental.

Senhoras e senhores, neste fórum o nosso objetivo principal é exatamente o de pensarmos, juntos, qual deve ser o melhor modelo de desenvolvimento para Minas Gerais e qual é a melhor agenda para que a Assembleia Legislativa contribua para maximizar o desenvolvimento do nosso Estado. O que a realidade nos mostra é que a explosão demográfica esperada e também a da renda exigirá grandes saltos de modernização da economia em todos os setores, como em agropecuária, serviços, indústrias e infraestrutura econômica em geral. Quer dizer, nos próximos anos serão criados novos mercados, surgirão novos consumidores ávidos por consumir. Se não tivermos capacidade para suprir essa necessidade, fornecedores de todo o mundo se apropriarão deles. Vale dizer: se não formos capazes de criar empresas mineiras globais, criar condições para que as empresas globais se instalem em Minas e se não formos capazes de absorver novas tecnologias, perderemos competitividade e também mercados, como já vem ocorrendo diante da acelerada ocupação do nosso mercado por países diversos e não só pela China.

Uma macrotendência mundial merece destaque, pois certamente terá influência sobre a economia mineira e brasileira: a emergência de novos modelos de produção baseados em alta escala e produtividade, baixo custo e inovação tecnológica. Minas Gerais está preparada para aproveitar as oportunidades de mercado? Essa é a nossa segunda grande pergunta, o nosso segundo capítulo.

Quais setores da economia mineira tendem a ser beneficiados neste cenário? O setor mineral, metalúrgico, químico, farmacêutico, de biocombustíveis, têxtil, de confecções, o setor de material de transportes, a agropecuária e a indústria de processamento de



alimentos constituem importantes cadeias produtivas de Minas Gerais, nas quais o Estado tem uma vocação forte e que, juntas, respondem por mais de 75% do valor da transformação industrial. Além, naturalmente, do sempre grande potencial para a construção civil e pesada. E, se temos a melhor energia do Brasil, por que não o setor eletromecânico, do qual faço parte, também não é o melhor do Brasil?

Podemos acreditar que a economia mineira pode ser beneficiada por esse ciclo virtuoso de crescimento mundial se nossas empresas estiverem capacitadas para concorrer. Quais são, então, os riscos de perdermos essa janela de oportunidades? Eles existem e não são poucos. Nossa indústria, na maior parte dos setores econômicos, opera em um padrão de escala reduzida em relação aos padrões brasileiros e mundiais. Estudos da Fiemg mostram que a produtividade do trabalho em nossa indústria está 5% abaixo da média brasileira e quase 20% inferior à média da indústria paulista; e que, de 88 setores industriais analisados no período de 1996 a 2006, nossa produtividade do trabalho é inferior à média nacional em 69 setores e, em 25 destes, essa menor produtividade apresenta comportamento de aprofundamento de queda ao longo do período analisado. São setores importantes que, juntos, empregam mais de 214 mil pessoas, o que representa 32,9% do emprego total da indústria extrativa e da transformação mineira.

A menor produtividade do trabalho tem reflexo direto na reduzida escala de produção da indústria de Minas em relação à média brasileira e paulista. O tamanho médio da indústria mineira, medido pela relação Valor da Transformação Industrial - VTI - por Unidade Industrial, mostra que o setor em Minas gera um VTI por unidade industrial 20% inferior à média brasileira e quase 40% inferior à média paulista. Baixa escala de produção e menor produtividade em nossa indústria significam que temos menor capacidade de concorrência no mercado, pois é menor nossa capacidade de geração de valor por unidade de trabalho e capital. Essas constatações nos levam a registrar aqui a nossa primeira mensagem: precisamos trabalhar pelo aumento da escala e produtividade de nossas indústrias. O aumento de escala passa por mais mercados que estimulem os empresários a ampliar investimentos em capital. Tem relação também com a disposição e conhecimento dos empresários para ampliar sua escala - e produtividade - por meio de consolidações empresariais, ou seja, fusões e aquisições.

Senhores e senhoras, para criar mercados e contribuir para elevar a escala e a produtividade da indústria mineira, o Estado precisa aprofundar sua política de uso do seu poder de compra e principalmente do poder de compra de suas empresas, como previsto no planejamento de desenvolvimento dos Governadores Israel Pinheiro e Rondon Pacheco nas décadas de 60 e 70.

O crescimento das estatais mineiras se deve ao empreendedorismo e à competência dos seus diretores, que as transformaram em empresas globais. Até pelo porte que alcançaram, não podem esquecer suas origens, o que significa que devem manter uma atuação competitiva e, ao mesmo tempo, comprometida com a integração e o adensamento das cadeias produtivas mineiras, apoiando o desenvolvimento do Estado.

Resumindo, podemos afirmar que o aumento da produtividade, do capital e do trabalho passa por um conjunto de fatores: pela renovação e modernização do parque fabril mineiro, o que exige, de forma urgente, uma legislação que desonere o investimento no nível da carga tributária estadual e municipal; por mais capacitação de mão de obra, recursos humanos em nível de excelência, segundo os padrões contemporâneos, tanto no nível médio quanto na engenharia; por melhorias nos sistemas logísticos de produção e de colocação de produção no mercado, o que implica maiores investimentos na infraestrutura do Estado; por expressiva elevação dos investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação, que, em Minas Gerais, são inferiores à média do País, e a indústria mineira, especificamente a indústria de transformação, precisa de apoio para investir mais em inovação. Além desses fatores, precisamos da criação de um ambiente institucional que assegure ao Estado criar e atrair parcela importante do aumento de fluxos financeiros internacionais, o que exige o equacionamento de quatro problemas que precisamos superar: gargalos na infraestrutura econômica estadual - rodovias, ferrovias, laboratórios, etc.; política ambiental restritiva; inadequação e timidez das políticas de incentivo creditício e tributário estadual; e falta de mão de obra qualificada em setores específicos.

Em síntese, Minas Gerais clama por políticas e estratégias público-privadas agressivas para promover o adensamento das cadeias produtivas, preferencialmente atraindo empresas integrantes dos setores de maior intensidade tecnológica.

Chegamos ao nosso terceiro e último capítulo: Quais são as políticas públicas necessárias para estimular e elevar a competitividade da indústria de Minas Gerais?

Identificadas as nossas oportunidades e riscos, passo a apresentar as políticas que, no nosso entendimento, devem constituir-se no foco da Assembleia Legislativa no objetivo de contribuir com o crescimento e fortalecimento da economia e da indústria de Minas Gerais. O equilíbrio das finanças públicas, a modernização da máquina administrativa, a ampliação das ações de planejamento e a elevação dos investimentos públicos são vetores que contribuirão decisivamente para acelerar o crescimento da economia mineira no período 2003-2010; é, portanto, estratégia a ser preservada a partir de um trabalho conjunto com o Executivo. É importante, igualmente, adotar, como política pública permanente, medidas que promovam a simplificação e a desburocratização dos processos, facilitando o cumprimento das obrigações legais pelos cidadãos e pelas empresas, incluindo a redução dos custos de impostos e taxas.

A educação deve ser tema prioritário nos programas e projetos do Executivo e Legislativo. No mundo da economia global, os ganhos de produtividade se condicionam, visceralmente, à incorporação da inovação, que, por sua vez, resulta do investimento na qualificação profissional. É necessário e urgente mudar o perfil profissional do trabalhador mineiro, capacitando-o para absorver e criar tecnologias, promovendo nas empresas um ambiente de conhecimento, criatividade e inovação. Tudo isso começa com educação básica e fundamental de qualidade.

Devemos ressaltar a diferença e a complexidade entre a indústria e os demais setores da economia. Na questão da formação de mão de obra, por exemplo, a indústria precisa de uma atenção especial, pois capacitar pessoas no setor representa um investimento alto e específico, de médio e longo prazos. Na indústria, um soldador não é substituído por um torneiro, e para tal o treinamento é longo e específico. Precisamos, assim, da criação de leis e incentivos na disseminação do ensino de engenharias e de cursos técnicos. A reinserção do Cetec nesse processo de formação e qualificação de recursos humanos em nível de excelência é fundamental e urgente para Minas Gerais. O Cetec é o nosso centro de tecnologia.





É vital estruturar programas que incentivem a promoção e o desenvolvimento tecnológico e inovador dentro de centros educacionais, escolas técnicas, universidades e empresas, por meio de parceria entre os órgãos públicos competentes - Secretaria de Estado de Educação e Fapemig - e o setor privado. Nesse trabalho, é indispensável um aprofundamento na articulação do governo do Estado com a Assembleia legislativa para aprimorar a legislação com vistas a incentivar a pesquisa, o desenvolvimento, a inovação e o “design” de produtos, de forma a obter maior valor agregado e incorporar mecanismos que permitam a concessão de incentivos fiscais às atividades inovadoras realizadas por empresas localizadas no território mineiro.

Na questão regional e setorial, precisamos de novas políticas que induzam um processo de desenvolvimento econômico sustentável, consistente e socialmente justo para todas as regiões do Estado, consideradas sua vocação produtiva, suas potencialidades e suas carências.

Na área creditícia, as políticas de crédito e financiamento no Estado devem priorizar dois objetivos principais: fortalecer a posição do BDMG como instituição financeira que deve cumprir uma agenda inovadora de desenvolvimento para Minas e criar linhas e programas de crédito e capital para a expansão do setor produtivo estadual. Para isso, o banco deve ser dotado de maior capacidade financeira, o que pode ser viabilizado por meio de um programa de capitalização baseado na integralização gradual dos ativos de outros fundos estaduais, especialmente o Findex.

De forma específica, reforço o que já apontei anteriormente: precisamos de uma política de Estado para ampliar as compras das grandes empresas estaduais, notadamente a Cemig, a Copasa e a Codemig, entre outras, junto a fornecedores no Estado. Ou seja, uma política que amplie o uso do poder de compra do Estado para a criação de mercados para a nossa indústria. Essa é uma estratégia vantajosa para o Estado, pois maiores compras dentro de Minas representam maior arrecadação para o Estado e, ao mesmo tempo, fortalecem a indústria para suportar a alta produtividade e a escala do mercado. Precisamos também rever os programas de incentivo estadual para tornar mais atrativo e efetivo o desenvolvimento de fornecedores locais por parte das empresas que investem em Minas Gerais. São inúmeros os exemplos de investimentos de bilhões de reais realizados no Estado onde as compras junto a fornecedores mineiros foram mínimas ou insignificantes.

Senhoras e senhores, três áreas merecem destaque especial, pois são estratégicas para viabilizar a construção de uma indústria competitiva em Minas Gerais. Refiro-me à questão da infraestrutura estadual e às questões tributária e ambiental. Uma infraestrutura de qualidade e compatível com as necessidades do setor produtivo é fundamental para assegurar competitividade às empresas e apoiar o crescimento sustentado da economia. Nenhuma indústria alcançará alta competitividade se esta só ocorrer do seu portão para dentro. Compete ao poder público, portanto, adotar ações nesse setor, de forma a atender aos empreendimentos já instalados no Estado e a atrair novos projetos, inclusive internacionais. Ademais, há um amplo espaço para uma atuação conjunta, em parceria entre os setores público e privado, mediante as parcerias público-privadas - PPPs -, podendo ser esse mais um caminho estratégico para a criação de mercados para a indústria mineira. Na área tributária, a meta é caminhar para uma carga tributária capaz de impulsionar a competitividade das empresas, em vez de comprometê-la. O setor produtivo mineiro defende a adoção de uma política tributária justa e desenvolvimentista, e entendemos que a Assembleia pode apoiar o setor produtivo nesses pleitos.

Destacamos as seguintes medidas: desonerar completamente a carga tributária das pequenas empresas industriais em setores determinados como panificação, vestuário, calçados, indústrias artesanais do setor de alimentos ou do setor de serralherias, carpintarias, pequenas indústrias de estofados, entre outros setores - tais empresas têm compromisso com a geração de profissionais, oferta do primeiro emprego e formação de profissionais, e seu peso na arrecadação tributária do Estado é praticamente nulo -; permitir ampla utilização dos créditos acumulados do ICMS, simplificando o seu processo de transferência e eliminando os limites mensais hoje em vigor; permitir que os contribuintes adquiram créditos acumulados de outros contribuintes; ampliar a base de contribuintes para assegurar melhor distribuição da carga tributária, hoje excessivamente concentrada, asfixiando setores empresariais e comprometendo sua competitividade; evoluir na redução da carga tributária do ICMS, visando à neutralidade do tributo perante a concorrência de outros Estados; assegurar maior agilidade nas medidas destinadas a proteger a economia mineira ante a guerra fiscal promovida por outros Estados; revisar os instrumentos de incentivo fiscal e creditício oferecidos em Minas Gerais, de forma a neutralizar as estratégias de atração de investimentos oferecidos pelos Estados limítrofes; dar transparência às inúmeras taxas cobradas em diversos serviços públicos através da divulgação de valores arrecadados e da destinação dos recursos; intensificar medidas para coibir a sonegação fiscal, prática que garante vantagem competitiva aos sonegadores; reforçar a atuação fiscal de caráter educativo e preventivo; estabelecer tarifas de energia elétrica e de gás competitivas e adequadas ao perfil de produção e de consumo no Estado. Pela legislação vigente os contribuintes do Estado de Minas Gerais são penalizados com uma das maiores alíquotas de ICMS sobre o consumo de energia e gás, o que reduz a competitividade das empresas aqui instaladas.

Por fim, a questão ambiental. Minas Gerais conta com um arcabouço legal no que se refere às questões ambientais. Temas como resíduos sólidos, mudanças climáticas, política florestal e uso de recursos hídricos são bem tratados por leis aprovadas nesta Casa. Verifica-se, no entanto, que, apesar de esses temas serem bem abordados pela legislação estadual, na prática as exigências legais não são cumpridas, muitas vezes por causa da existência de conflitos e sobreposições com a legislação federal; outras vezes, por falta de consolidação da legislação já existente.

Outro ponto que merece destaque e exige reflexão: na maioria dos casos, a legislação mineira é mais restritiva que a legislação federal, o que provoca uma perda de competitividade da indústria mineira, principalmente quando comparada à indústria de Estados que adotam as mesmas normas previstas na legislação federal. Neste momento, impõe-se a adoção de atitudes para consolidar a legislação ambiental mineira, revisando o seu texto para minimizar os conflitos existentes na legislação mineira e entre ela e a legislação federal e, também, para se exigir o cumprimento das leis já existentes.

Enfim, nessa área é urgente a construção de novas políticas que não travem o desenvolvimento do Estado. Vale ressaltar o recém-criado programa da Fiemg, denominado Minas Sustentável, que procura estimular a adoção de processos produtivos mais sustentáveis na indústria e em suas cadeias produtivas, conscientizando o empresário para uma nova filosofia de gestão, que alia processos





produtivos baseados na otimização de resultados econômicos, ambientais e sociais. O Minas Sustentável segue uma tendência mercadológica, que identifica o tema da sustentabilidade como uma boa oportunidade para estabelecer e fortalecer marcas e negócios.

Senhoras e senhores, vivemos em um mundo que se transforma a cada segundo. E nele o Brasil e Minas se destacam pelas oportunidades que têm diante de si. Nosso propósito, com as considerações e propostas aqui apresentadas, é contribuir para a construção de uma Minas Gerais forte em sua economia, justa na distribuição dos frutos do desenvolvimento e exemplar em sua gestão política no Executivo e no Legislativo. Nossa crença é que venceremos todos os desafios com os quais nos defrontamos se formos capazes de trabalhar em solidária parceria, somando energia e potencializando sinergias.

Caro Deputado Presidente, gostaria de lembrar que essas constatações trazidas pela Fiemg aumentam a nossa responsabilidade e afirmam a grandeza da indústria de Minas Gerais. Esse quadro pode parecer adverso em um primeiro momento, mas somos a segunda e, algumas vezes, a terceira economia do País. O único problema é que estamos muito distantes do primeiro lugar. Entretanto, com o apoio da Assembleia em eventos como este, do qual participamos, temos toda a condição de mudar efetivamente esse quadro e melhorar muito o Estado de Minas. Muito obrigado a todos.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Abriremos agora o espaço para a apresentação de contribuições. Solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e, em seguida, entreguem suas contribuições, por escrito, à assessoria. Cada participante terá até 3 minutos para fazer sua intervenção. Aqueles que não apresentarem sua contribuição neste momento poderão fazê-lo na parte final do evento.

Para dar início a esta fase, assistiremos ao vídeo produzido pela TV Assembleia, contendo sugestões do Sr. Mauro Borges, Diretor do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais, e do sociólogo Rudá Ricci, mestre em Ciências Políticas e doutor em Ciências Sociais, em resposta à pergunta “O que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?”

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos à leitura de algumas contribuições recebidas via consulta pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) - até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições poderá ser consultada no “site”.

Sugestão enviada por Tiago Ferreira de Almeida, de Belo Horizonte: “promoção de capacitações gratuitas ao público interessado em criar ou expandir empresas em Minas Gerais, bem como incentivo à exportação de produtos e bens produzidos no Estado, instruindo o empresário e os interessados sobre os procedimentos, benefícios e facilidades”.

Sugestão enviada por Gustavo Garcia, de Belo Horizonte: “fortalecimento da competitividade das empresas mineiras por meio do mapeamento de gargalos e do desenvolvimento de ações que busquem reduzi-los, bem como implementação de projetos que visem o fortalecimento da cultura da inovação empresarial”.

### Palavras do Sr. Roberto Luciano Fagundes

Caro Presidente, Deputado Zé Maia; meus companheiros Lázaro, Roberto e Olavo; senhoras e senhores, não faz tanto tempo - eu diria no máximo 15 ou 16 anos - que a palavra “inovação” ultrapassou as fronteiras do ambiente acadêmico e disseminou-se pelo mundo afora, graças à “web”, incorporando-se ao termo, até então mera designação genérica para algo novo, um caráter bem específico.

Lembro-me de que à época falava-se muito em inovação. Era palavra da moda, mas pouca gente sabia o seu real significado. E quem sabia raramente conseguia explicá-lo a simples mortais como eu. Depois de ler e ouvir muito a respeito, acabei por formular meu próprio conceito de inovação, em termos nada científicos, é verdade, mas capazes de sintetizar, mais que a nova acepção que se incorporava aos dicionários, o seu extraordinário alcance. Essa definição, que aliás continuo a sustentar para uso próprio, é a seguinte: inovação é tudo aquilo que, gerado pela inteligência humana e disponibilizado massivamente, resulte em conhecimento e em sua respectiva aplicabilidade. Peço desculpas àqueles que são do ramo pela simplificação que fiz; devo enfatizar que não o sou, sou um mero usuário daquilo que a todo momento a inovação nos proporciona. Entretanto, acredito que não estou muito longe do que dizem os especialistas. Por exemplo, o nosso estimado Dr. Alberto Duque Portugal, ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, em artigo sobre o tema, que será publicado em livro pela Associação Comercial de Minas, ao qual tive acesso, talvez indevido, certamente privilegiado, define a inovação como o processo de incorporação do conhecimento disponível em diferentes formas ao processo produtivo. Ainda citando Alberto Portugal: “O que torna o conhecimento essencial e decisivo é sua dinâmica de reprodução extremamente rápida, tendendo ao infinito e gerando um volume de conhecimentos jamais conhecido na história. Isso se deve aos investimentos feitos na formação de nível superior e especialmente na pós-graduação, em todo o mundo, e aos avanços em algumas áreas da ciência, como as de tecnologia, nanotecnologia e microeletrônica. Quanto mais conhecimento a humanidade acumula mais chances ela tem de gerar novos conhecimentos”.

Pois bem, senhoras e senhores, vivemos uma era que já é conhecida como a da economia do conhecimento, graças ao inacreditavelmente rápido acúmulo de inovações em todos os campos de atividade e a sua universalização. Para entendermos melhor a velocidade como isso se dá vamos estabelecer um paralelo entre dois grandes saltos tecnológicos da humanidade. O primeiro aconteceu, sem dúvida, quando o homem aprendeu a acender uma fogueira. Dominando a tecnologia que descobriu, pôde aplicá-la na sua defesa contra inimigos, na confecção de armas, na preparação de seus alimentos. O segundo salto foi a Revolução Industrial, entre os séculos XVIII e XIX, quando a invenção do motor a vapor possibilitou a construção de máquinas que, utilizando-o como força motriz, multiplicou por cinco a produtividade, criou uma nova relação entre capital e trabalho, impôs novas relações entre as nações e até mesmo fez surgir o fenômeno da cultura de massa. Passaram-se, desde aquele momento em que nosso ancestral provocou uma fagulha ao atritar duas pedras, cerca de 150 mil anos.



Entre a Revolução Industrial e meados do século XX, ou seja, em aproximadamente 200 anos, as conquistas se multiplicaram, com a eletricidade, o automóvel, o avião, o rádio, a televisão. Enfim, houve incontáveis inovações que induziram novos comportamentos, criaram novas demandas, modificaram expectativas, introduziram conceitos inéditos de conforto e bem-estar, influenciaram profundamente a cultura, a economia e a política.

Cheguemos agora a tempos mais recentes. Tudo aquilo que foi criado, aperfeiçoado, acumulado em termos de conhecimento nesses últimos 15 ou 20 anos provocou mudanças que superam, em medida incomensurável, aquelas introduzidas ao longo de 150 mil anos. Foi nesse período que surgiu e se difundiu a internet, ferramenta que seria a base para todos os avanços subsequentes, em todos os setores do conhecimento. Estou convencido, aliás, de que a recente eclosão de movimentos reformadores, democratizantes, em países árabes só aconteceu por causa do acesso de seus cidadãos, principalmente por meio das redes sociais, à informação e ao conhecimento. Diga-se de passagem, não por acaso, o personagem emblemático da revolta no Egito é Wael Ghonim, executivo do Google nesse país. Tudo isso é fantástico, impressionante, principalmente ao considerarmos que, na Idade Média, afastada dos tempos de hoje por um simples milênio, todo o conhecimento humano acumulado, se transcrito para o papel, não seria suficiente para preencher as páginas de um jornal dominical.

Caro Deputado Zé Maia, Presidente da Mesa, a incursão histórica que me atrevi a fazer mostra que a inovação - seja a do fogo, surgida mais do acaso que da inteligência; seja a deliberada e consistente que gerou a Revolução Industrial; seja a torrencial, múltipla e infinita de nossos dias - tem relação muito estreita com o desenvolvimento.

Vejamos agora como se dá o processo da criação inovadora. Ele se baseia fundamentalmente num sistema, cujos agentes são o universo acadêmico e científico, fornecedor da inteligência; o poder público, a quem compete estabelecer e viabilizar uma política de inovação além de lhe dar sustentação; e a iniciativa privada, a quem cabe desenvolver e aplicar em processos as tecnologias disponibilizadas. Há ainda nessa equação outro fator essencial: a internet. Como mencionei, a internet foi a inovação das inovações. Sem ela os novos conceitos dificilmente teriam avançado além das portas da academia. Senhoras e senhores, considero o desenvolvimento como decorrência direta da competitividade, da produtividade, da qualidade e da redução de custos que a inovação possibilita à produção de bens e serviços. Afirmo, não como opinião, mas como fato constatado por estudos acadêmicos realizados nos Estados Unidos, que mais da metade do crescimento econômico dos países desenvolvidos deve-se à inovação. Além disso, não custa lembrar, até pelo papel que exerço como Presidente da Associação Comercial de Minas - ACMinas -, que a livre iniciativa, o empreendedorismo e o universo empresarial constituem, em qualquer lugar do mundo, as molas propulsoras do crescimento econômico e da justiça social.

Vejamos agora, amigas e amigos, como está o ambiente da inovação em nosso Estado, onde, desde o primeiro mandato do Governador Aécio Neves, obtivemos avanços sucessivos e relevantes, e, na gestão do Governador Antonio Anastasia, esses avanços adquiriram caráter de permanência. Não pretendo me meter em cada iniciativa implementada, mas é fundamental citar três momentos absolutamente marcantes. O primeiro deles aconteceu quando Minas Gerais adotou efetivamente uma política de inovação tecnológica eficaz e capaz de estimular e coordenar os esforços dos múltiplos atores envolvidos no processo, que passaram a contar com respaldo institucional consistente e confiável. O segundo momento foi a implantação do Sistema Mineiro de Inovações - Simi -, que criou e desobstruiu canais para irradiação do conhecimento desenvolvido por seus núcleos geradores, direcionando-o para a iniciativa privada. Há que se destacar no âmbito do Simi o projeto Teia, focado especificamente nas empresas de microporte e pequeno porte, que consistem numa extensa rede "peer-to-peer", de funcionamento semelhante àquelas criadas para compartilhamento de músicas e filmes, hoje tão comuns, porém sem a aura de ilegalidade de que estas se cercam. No projeto Teia, a grande maioria das inúmeras soluções tecnológicas oferecidas são de livre acesso.

O terceiro momento é bem recente: o Centro Multidisciplinar para Microtecnologias, Nanotecnologias e Integração de Sistemas - CMINAS -, projeto cuja liderança o governo estadual assumiu no dia 31 de janeiro, tendo como parceiros, além de órgãos e secretarias de Estado, os Ministérios de Ciência e Tecnologia e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a Cemig e empresas privadas do setor de biotecnologia. Trata-se de um investimento orçado em 100 milhões de reais que se tornará uma referência para toda a América Latina.

Minas Gerais, minhas amigas, meus amigos, avança de maneira promissora e indiscutível na geração de inovação tecnológica, mas ainda esbarra num cenário que, no plano federativo, dá uma ideia precisa do longo caminho que precisaremos percorrer. No País como um todo, apenas 1,7% das empresas industriais podem ser qualificadas como inovadoras. Isso mostra que há um enorme espaço para difusão e aplicabilidade de novas tecnologias.

Por outro lado, essas mesmas empresas, esses mesmos 1,7% do universo industrial respondem por nada menos que 27% do faturamento do setor. Sim, 27%. E o que isso revela? Revela, de maneira cristalina, que a inovação é efetivamente o motor dos resultados econômicos, do desenvolvimento em todas as suas acepções. E revela também a enormidade assustadora dos resultados potenciais que estamos deixando de auferir.

Não há dúvida, diante de fatos como os que mencionei, sobre a necessidade e a conveniência de se proceder a intervenções de incentivo e fomento à geração, à disseminação e à aplicação do conhecimento, particularmente por parte do poder público.

Não foi por acaso, portanto, que, durante a campanha eleitoral de 2010 para o governo estadual, a ACMinas, juntamente com as demais entidades empresariais mineiras, o chamado Grupo dos 11, elaborou e encaminhou aos candidatos um documento que relacionou carências e dificuldades dos mais diversos setores de atividades econômicas e dos serviços públicos. No mesmo documento, propôs as respectivas medidas aperfeiçoadoras que, adotadas pelo novo governo, contribuiriam de maneira decisiva para a supressão dos obstáculos identificados. O Presidente Olavo Machado, melhor que ninguém, conhece esse trabalho. Foi ele quem liderou sua elaboração.

Assim, no capítulo dedicado ao tema "Tecnologia e inovação", o trabalho sugere 21 medidas, todas consideradas factíveis e apropriadas, capazes de propiciar avanços significativos no setor. Claro que não as citarei na íntegra, mas considero indispensável mencionar algumas: instituir mecanismos que permitam a concessão de incentivos fiscais às atividades inovadoras realizadas por



empresas localizadas no território mineiro; apoiar as empresas inovadoras e não apenas as de base tecnológica, estendendo a elas os benefícios do Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica, e, paralelamente, ampliar o prazo de duração desse fundo em consonância com uma política de inovação de longo prazo; conceder incentivos, ainda que temporários, para a comercialização de produtos inovadores; criar no BDMG linha de financiamento específica para a aplicação dos recursos do Fundo de Incentivo à Inovação Tecnológica, com regras e condições diferenciadas das linhas tradicionais; estender os incentivos propostos às instituições de ciência e tecnologia e também às ICTs privadas, de forma a incentivar a ampliação de redes de inovação em Minas Gerais.

São medidas, Sr. Presidente, senhores parlamentares, que teriam extraordinário impacto sobre a capacidade de nosso Estado de gerar inovação, difundir informação e estimular a modernização tecnológica de nossas empresas.

Ficam aqui, portanto, essas sugestões, que são, a meu ver, apropriadas como incentivo a esta ferramenta hoje fundamental, a inovação tecnológica, e plenamente consonantes com os inquestionáveis propósitos do nosso Poder Legislativo, implícitos neste fórum, extremamente oportuno e inovador para contribuir com o desenvolvimento de Minas Gerais.

Parabéns ao Presidente Dinis Pinheiro, parabéns às senhoras Deputadas e aos senhores Deputados. Em meu nome e em nome da Associação Comercial de Minas, agradeço a oportunidade da participação neste fórum. Muito obrigado.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos a exposição do Sr. Roberto Luciano Fagundes. Na sequência, assistiremos ao vídeo produzido pela TV Assembleia contendo sugestões do Prefeito Municipal de Caxambu, Luiz Carlos Pinto, em resposta à pergunta: o que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?

- Procede-se à exibição de vídeo.

O Sr. Presidente - Voltaremos a algumas contribuições recebidas via consulta pública. Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: “criação de espaços de formação profissional para o desenvolvimento de habilidades visando à reinserção social, com monitoramento e encaminhamento para o mercado de trabalho”.

Sugestão enviada por Jorge Arcanjo e Gildásio Ribeiro Catta Preta, de Teófilo Otôni: “efetivação, por parte da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, das articulações políticas necessárias à definitiva implantação da Zona de Processamento de Exportação - ZPE -, de Teófilo Otôni, já dotada de condições técnicas e documentais para se iniciar seu funcionamento, tendo em vista os benefícios econômicos e sociais implícitos ao projeto, tais como a grande redução de impostos para os empresários e o aumento considerável na geração de empregos, divisas e rendas para as regiões dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, de São Mateus e do Norte de Minas.”

Abriremos espaço agora para contribuições presenciais. Temos dois inscritos que terão até três minutos para apresentação de suas contribuições. Com a palavra, o Sr. Jorge Arcanjo, de Teófilo Otôni.

O Sr. Jorge Arcanjo - Parabenizo a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, por intermédio do nosso Presidente Dinis Pinheiro, por essa iniciativa do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais.

Trago aqui um assunto muito importante às Sras. Deputadas, aos Srs. Deputados, ao Presidente da Fiemg, aos empresários do Estado. Refiro-me à Zona de Processamento de Exportação de Teófilo Otôni - ZPE. Vocês bem sabem que no País temos 17 ZPEs. A única em Minas Gerais é em Teófilo Otôni. Já temos todas as condições técnicas para o seu funcionamento. Recebemos, há pouco, o alvará da Prefeitura, o decreto do governo do Estado e também a portaria do governo da União para o seu funcionamento. O Governador Antonio Anastasia já pediu aos técnicos que façam um levantamento minucioso para a compra de 51% da ZPE.

Peço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que façam gestão ao Governador Antonio Anastasia, para que, de fato, compre os 51% das ações da ZPEX e instale, de forma definitiva, a ZPE em Teófilo Otôni, que desenvolverá não só a região dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do São Mateus, mas promoverá o desenvolvimento econômico para todo o Estado de Minas Gerais.

Todos bem sabem como está agora a economia da China. Ela é modelo nesse aspecto de ZPE. Mostrou ao mundo que ZPE dá certo. Por isso apelo às Deputadas e aos Deputados que incluam na pauta do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais a compra dos 51% das ações e também a operacionalização, de forma imediata, da ZPE de Teófilo Otôni.

O nosso Governador Antonio Anastasia estará depois de amanhã em Teófilo Otôni. Espero que, de fato, na terra de Teófilo Otôni, de Aécio Cunha, possa anunciar realmente a redenção econômica de Minas Gerais, por meio da instalação definitiva da ZPE.

O nosso advogado, Dr. Gildásio, fará as considerações técnicas. Muito obrigado.

O Sr. Gildásio Ribeiro Catta Preta - Exmo. Sr. Deputado Zé Maia, na pessoa do qual cumprimento toda a Mesa. Farei, neste momento, uma pequena explanação sobre o que é ZPE, para que os senhores, que são pessoas que lidam neste Poder, façam uma análise da importância da instalação da ZPE não só para o Estado de Minas Gerais, mas também para todo o Brasil.

ZPE de Teófilo Otôni. Falar em desenvolvimento regional dos Vales do Mucuri, do Jequitinhonha e do São Mateus sem incluir a ZPE de Teófilo Otôni é uma grande injustiça, pois esta, apesar de já ter todas as condições técnicas e documentais iniciais, com exceção do alfandegamento, necessárias para o início das atividades, ainda não saiu do papel por falta de dinamismo dos agentes públicos e de entendimento entre o governo e a ZPEX, que é a empresa que administra a ZPE de Teófilo Otôni.

É importante frisar que os benefícios econômicos e sociais serão muito importantes para o desenvolvimento dos vales, considerados por alguns como os mais pobres do Estado de Minas Gerais, mas que possuem uma riqueza mineral esplendorosa, talvez uma das maiores do País, que, infelizmente, ainda não foi devidamente explorada. Não esqueçam que estamos sobre uma das maiores jazidas de minérios preciosos, semipreciosos e industriais, basta observar os mapas geomológicos e geológicos de Minas Gerais.

O Projeto de Lei de Conversão - PLV -, proveniente da Medida Provisória nº 418/2008, regulamentou a isenção de impostos para empresas autorizadas a operar em Zonas de Processamento de Exportação - ZPEs -, sendo devidamente sancionado pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. São sete os impostos isentos nos produtos exportados: Imposto de Importação, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI -, Cofins, IPI sobre Renda, Imposto de Renda, entre outros.



Existem no País 17 ZPEs, mas, por enquanto, nenhuma delas entrou em funcionamento. Quatro delas estão com infraestrutura construída e esperam alfandegamento da área, a ser implantado pela Receita Federal.

Sonho que se sonha sozinho é um sonho que se sonha sozinho; sonho que se sonha junto é uma realidade. Deixo essa reflexão aos senhores. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Recebemos sugestão enviada pelo Sr. Irani Leite, de Belo Vale: “É preciso desenvolver e inovar na área da agricultura, pois se investe muito pouco. A hora de trator tem um custo de R\$80,00 para arar as terras. O adubo também está muito caro, dificultando o plantio das lavouras dos pequenos produtores”.

Recebemos ainda sugestão enviada pelo Sr. Sebastião Laércio, da Nova Central Sindical: “Duplicação da BR-381, como prioridade inerente ao desenvolvimento econômico de Minas Gerais, trazendo mais rapidez e segurança no trânsito de pessoas e cargas; criação de facilidades para que empresas e indústrias se instalem em Minas Gerais, sem sacrificar o meio ambiente; criação do salário mínimo regional, assim se igualando com a maioria dos Estados do Sul e do Sudeste, com o objetivo principal de reduzir a desigualdade social.

Lembramos ainda a todos que a participação, por meio da consulta pública, que começou no dia 1º de fevereiro, permanecerá até o dia 28. Os interessados poderão acessar o “site” da Assembleia, [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), abrir o “link” da consulta pública, clicar no tema de seu interesse e enviar sua sugestão.

### Palavras do Sr. Roberto Simões

Gostaria de deixar meu cumprimento ao caro Deputado Zé Maia, Presidente da Mesa, e também ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, e aos meus companheiros de entidades empresariais, como Olavo Machado, Alberto Fagundes e Lázaro. Não trouxe uma palestra estruturada para falar nesta ocasião, mas algumas ideias e pontos que gostaria de colocar em discussão nesse painel.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não considerarei, em minhas observações, a Assembleia Legislativa especificamente como entidade que promove e faz leis tão somente. Aqui ela será encarada muito mais como Poder Legislativo, que é muito maior e logicamente convive com os demais Poderes com o mesmo valor e as mesmas responsabilidades. Além disso, não venho aqui com o intuito de fazer críticas à política que falta, ao que não foi feito ou a não sei quê. Venho com a ideia de que devemos, sim, somar nossa iniciativa privada, Poder Legislativo, Executivo e - por que não? - até o Judiciário nas tarefas que faltam para que Minas Gerais tome esse caminho que almejamos. Portanto, ditas essas premissas, gostaria de cumprimentar o Sr. Presidente pela oportunidade desse tema. Enfim, acho que Minas Gerais precisa tomar uma posição desenvolvimentista.

Há um certo toque de alguns críticos, como Tomás, em que diziam que no passado, na célebre política café com leite de Minas e São Paulo, toda vez que entrava um novo governo, discutia-se quem seriam os novos Ministros. São Paulo queria logo o Ministro da Fazenda, enquanto Minas Gerais brigava pelo da Justiça, pois, naquela época, era este que tratava das questões políticas.

Então, sempre tivemos esse viés de focar muito política, e, muitas vezes, outras questões fundamentais do ponto de vista econômico e desenvolvimentista passam. Neste momento não há nada mais próprio do que a proposta na Assembleia de revermos realmente essa posição e criarmos uma mais forte.

Quais são os nossos grandes projetos para Minas Gerais? O que trataremos e atrairemos? Como faremos funcionar, em conjunto, essas forças privadas, o governo e os Poderes para, num futuro próximo, aproveitarmos esse momento e darmos um novo impacto a Minas Gerais? Arrumamos a casa, e as finanças estão saneadas. Temos um processo administrativo em franco desenvolvimento que é exemplo para todo o Brasil. Então, o momento é para um novo salto.

Começo a pensar genericamente não só na minha área, mas também nas grandes questões. Uma das que me preocupam nos dá a ideia de trazer à Assembleia a nossa questão mineral, como motivo de discussão a fim de pensar em novas regras e leis. Com esse enorme potencial minerador, temos as nossas terras que às vezes são tratadas de maneira bastante agressiva, e exportamos. E aí? O que sobra em Minas Gerais?

Quando analisamos a estatística dos “royalties” que recebemos por exportação do minério, como, por exemplo, do minério de ferro, vemos que chega a beirar o ridículo. Essas são as questões maiores. Como resolver isso? Logicamente não queremos quebrar a competitividade da exportação brasileira nem de Minas Gerais na exportação dos seus minérios, mas sim saber qual é o melhor partido que podemos tirar disso.

Em tempos modernos, com os rendimentos do petróleo, por exemplo, na bacia do Rio de Janeiro, vemos cidades como Macaé construir calçada de policarbonato em razão de tanto recurso que recebe. Se compararmos, a parcela que Minas recebe é muito pequena. Esse é um ponto inicial de discussão complicado e delicado. No entanto, precisa ser debatido. Minas tem de tomar uma posição.

Há um segundo ponto, que, aliás, já foi comentado. É lógico que muitos pontos sobre os quais falarei aqui já foram abordados, pois os temas são os mesmos. No entanto, é preciso que cada um mostre o seu enfoque. Para mim, um outro ponto fundamental é a questão das guerras fiscais. Nós, do Estado, temos por princípio não entrar teórica, econômica e socialmente nisso. Provavelmente essa é a posição mais correta. Mas como ficamos na prática? Temos perdido investimentos, porque outros fornecem incentivos momentâneos e levam empreendimentos antes destinados a Minas Gerais - e dessa maneira vão indo alguns que, se formos citar, veremos que é um bom número. O mais recente e que me intrigou sobremaneira é essa perda de crescimento da Fiat de Minas Gerais para outro Estado. Realmente, precisamos nos posicionar melhor diante de fatos dessa natureza. Volto a dizer que não estou fazendo crítica pura e simplesmente, mas dizendo que todos nós somos responsáveis por esse processo no qual precisamos engajar-nos com mais força.

Recentemente ocorreu um outro fato. Com essa importação desenfreada ocorrendo por aí, muitos Estados - aliás, vizinhos nossos - estão praticamente desonerando a importação. Ora, isso é um verdadeiro tiro no pé. No entanto, nós, de Minas Gerais, não fizemos também. E o que ocorre? Estão abarrotando o Brasil de produtos importados em detrimento da nossa produção interna. Minas Gerais está recebendo esses produtos aos borbotões por baixo dos panos sem receber absolutamente nada com isso.





São problemas grandes que precisamos analisar melhor para saber como nos comportar diante da agressividade de vizinhos nossos para obtenção de vantagens momentâneas. Por exemplo, no caso de laticínios, em que recentemente o Rio de Janeiro baixou suas alíquotas e drenou os laticínios da Zona da Mata quase todos para o Rio de Janeiro. Agora o nosso Governador corrigiu essa medida. Então é preciso pensar de forma global nesse tipo de grandes fatos, de grandes projetos, para que coloquemos Minas Gerais numa posição novamente de vanguarda - de 3ª posição, talvez voltemos para a 2ª.

Especificamente quanto ao tema inovação, já evoluímos muito, como já apresentado aqui, principalmente na palestra do Sr. Roberto. Já existem certas estruturas, mas que precisam ser completadas, aprimoradas. Por exemplo, a Lei Mineira de Inovação. É fato, trata-se de um Estado que tem uma lei de inovações, feita no governo Aécio, porém há pontos que precisam ser melhorados, completados. Por exemplo, quando a lei fala em desenvolvimento, ela se restringe ao desenvolvimento industrial. Ora, temos outros setores absolutamente capazes, que têm condições de crescer também e que precisam ser tratados no que se refere à questão da inovação. Falou-se do Fundo. O Fundo foi criado pela lei, mas ainda não se tornou prático. Esse é um ponto que teremos de atacar brevemente, aqui, com apoio do Poder Legislativo, e de todos, para fazer desse Fundo uma realidade. Na minha área, por exemplo, precisa-se de recurso para a Secretaria de Ciência e Tecnologia e a Secretaria de Agricultura, para assim difundir e ajudar na montagem de empresas e projetos geradores de inovações e tecnologias. Há alguns outros empreendimentos definidos para Minas Gerais, que demoram, nos quais precisamos todos nos empenhar. Por exemplo, o parque tecnológico da Pampulha, no câmpus da UFMG. Há quantos anos estamos falando, trabalhando para a realização desse parque, e ele não se realiza. Precisamos urgentemente da sua implantação, para ali colocar as empresas que realmente produzem tecnologia de ponta, que trazem inovações. E assim há vários outros pontos nessa linha, cuja base se criou, mas que precisam evoluir com legislação complementar para tornar factível os processos dos quais precisamos.

Especificamente quanto à questão da produção de alimentos, estamos vendo a capacidade de Minas Gerais nesta área. Hoje há uma imagem que ficou sobre Minas Gerais, extremamente deturpada, de que Minas Gerais já não é área de agropecuária, mas que agropecuária é o tradicional Sul ou o novíssimo Centro-Oeste, produtor. Ora, enganam-se redondamente os que pensam dessa forma. Trata-se de uma das economias mais fortes do Brasil pela sua diversificação. Somos os primeiros produtores de café e leite, como apresentado aqui; com 10% dos grãos, o 2º rebanho nacional, o maior produtor de equinos e muares, a maior área plantada em florestas, o 2º lugar em cana-de-açúcar. Isso é extremamente forte, extremamente diversificado, para não falar nas crescentes explorações de frangos, de suínos, etc.

E há aí um outro desvio, quando se fala que somente exportamos coisas primárias e “commodities”. É preciso estudar um pouco essas “commodities” agrícolas, hoje. Isso já não é como um minério, que se tira do chão e manda embora. Essas “commodities” agrícolas passaram por um processo de tecnologia, que incorporam a tecnologia mais do que muitas outras atividades não agrícolas.

Hoje 1kg de soja ou 1kg de frango são produzidos por uma tecnologia tropical ímpar, criada gloriosamente por nossa Embrapa no mundo. Não se trata mais daquele produto antigo que se colhia ali, juntava e mandava embora. Isso significa altíssima tecnologia e investimento absurdamente alto para uma produção com qualidade e quantidade exigidas hoje, com técnicas e inovações fortíssimas, com transgenia e uma série de outras inovações fortíssimas nesse setor.

Portanto não há de se penalizar muito e achar que estamos “démodé” ou que é feio exportar “commodity”. Depende muito do tipo de “commodity” que estamos exportando. Não vamos conseguir que a nossa vocação para produção agropecuária caia. Minas Gerais e o Brasil serão sempre competentes, e essa é uma das áreas mais fortes que teremos para competir neste mundo. Estamos demonstrando isso hoje. Os países ricos contam com US\$300.000.000.000,00 ao ano de incentivos, subsídios. Nós não temos isso e competimos com eles em iguais condições. Colocamos produtos lá fora, mesmo com essa política do dólar, que nos prejudica extremamente, mas ainda assim somos eficientes e vamos continuar sendo. Temos de investir nisso e não sentir vergonha de nada. O emprego de tecnologia nesse campo e a velocidade com que as coisas acontecem são absolutamente altos. Anos atrás, quanto tempo se gastava para produzir um frango? Quantos dias gastamos hoje? Investiu-se fortemente nisso. Portanto se trata de um campo que Minas Gerais tem de preservar e colocar nas suas políticas, nas suas prioridades.

No momento, acredito já não ser necessário explicar a demanda de alimentos mundial, brasileira e mineira. Imaginávamos, naqueles tempos idílicos, que a população mundial se estabilizaria no mundo em 3 bilhões de pessoas. Ela já chegou a 6 bilhões, 6.200.000.000, e há uma projeção de chegar a 9.300.000.000. Como será? Esse pessoal precisa se alimentar, e nós precisamos produzir. Produzir mais hoje, no Brasil e em Minas, significa produtividade. Não vamos abrir outras áreas; já não vamos prejudicar o ambiente. Podemos até dobrar, ou mais, uma área que já está sendo explorada hoje. Mas, para que isso aconteça, aí sim é preciso que o governo, a Assembleia e todos nós tomemos muitas medidas. Uma delas, já citada, se refere à questão ambiental. Como induzir um produtor a produzir mais ou fazer um processo de investimento de longo prazo, se não há segurança nesse aspecto? Há uma lei estadual; também há uma lei federal, e o governo federal deu-nos um prazo de um ano e meio, que vencerá em julho - se não me engano. O Governador Aécio deu-nos quatro anos e meio de prazo para adequarmos às situações novas. Enfim, recentemente uma lei mineira, que se referia à mata seca em relação à mata atlântica e que foi feita nesta Casa, foi considerada inconstitucional. E essa nossa lei funciona agora? É ela que vale? Então qual é?

Vai-se votar o relatório de Aldo Rebelo, o qual não resolverá tudo, como todos estão pensando. Ele não resolverá! É apenas um bom passo; apenas isso. Depois teremos de complementá-lo, aliás, com uma legislação estadual própria. Estão querendo creditar a esse relatório tudo o que for possível, tanto de bom quanto de mau. Querem até incluir os problemas do Rio de Janeiro no relatório de Aldo Rebelo. Ele disse: “Meu Deus, meu relatório é sobre área rural, não tem nada a ver com área urbana, nem estou propondo nada”. Segundo ele disse num artigo, o brasileiro continua o mesmo: não estuda, não lê, mas tem opinião sobre tudo. Mas quando lermos os projetos, teremos de ver os pontos que nos interessam e realmente votá-los.

Que segurança tenho hoje para produzir? Preciso ter uma reserva legal ou não? Qual o tamanho da APP e da margem do rio? É preciso definir essa legislação, para que fique claro o que tenho de fazer e, dessa forma, eu possa decidir se topo a parada e me animo a investir. Mas há outros aspectos a considerar. Precisamos, por exemplo, de apoio, na área de tecnologia, à defesa sanitária. Para que





o setor agropecuário continue fornecendo a sua fortíssima colaboração para o desenvolvimento, é absolutamente necessário um programa de defesa sanitária. Lembro que para isso temos o melhor organismo do Brasil: o IMA. Mas o IMA precisa de mais recursos. Então, nossa legislação precisa atender melhor ao setor de defesa sanitária, seja animal, seja vegetal. Isso é imprescindível para a exportação e é necessário para que a nossa população interna tenha produtos com melhor qualidade e com maior garantia para a saúde.

Outro aspecto é a irrigação, fundamental na produtividade. Precisamos de maior apoio a essa área, com legislação específica. É preciso, por exemplo, baixar o custo da hora da irrigação à noite e nos feriados ou coisas dessa natureza, para facilitar essa operação. Do contrário, pode ocorrer o mesmo que se viu no Rio Grande, nosso rio da parte de baixo do Triângulo. Há mais de 20 anos existe um projeto de irrigação para o lado direito do Rio Grande, que está em Minas Gerais; São Paulo já irrigou todo o lado esquerdo. Não conseguimos vencer a questão ambiental. Ora, quando fizeram nova consulta a esse respeito, viram que já não há como fazer projeto na margem direita porque a outorga de água já foi toda superada no Estado de São Paulo, e nós ficamos a ver navios.

São pontos sérios, que precisamos levar adiante. Já foi comentado aqui o problema da infraestrutura. Minas Gerais tem uma característica mediterrânea: por este Estado passam todos os que vão de norte para sul, de oeste para leste. Então, é fundamental que esse setor mereça mais carinho, mais recursos e leis mais adequadas, feitas por nós, neste Estado.

Eram as questões que queria trazer, em termos genéricos, à discussão, dizendo que colaboramos na feita daquele documento citado pelo Roberto, que traz uma abordagem sobre medidas e leis necessárias. Coloco toda a estrutura da Faeng à disposição desta Casa para, no correr do ano, discutir essas políticas e leis necessárias. E o fazemos com a maior boa-vontade, porque nos sentimos parte desse processo e também responsáveis por ele. Muito obrigado.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos a exposição do Sr. Roberto Simões. Na sequência, vamos assistir a um vídeo produzido pela TV Assembleia contendo sugestões do Presidente da Epamig, Baldonado Arthur Napoleão; do Coordenador Técnico da Faeng, Pierre Vilela; e do Prefeito Municipal de Ipanema, Júlio Fontoura de Moraes Júnior, em resposta à pergunta “O que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?”.

- Procede-se a exibição de vídeo.

O Sr. Presidente - Informamos que essas contribuições poderão ser consultadas, na íntegra, no “site” da Assembleia, [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), até o dia 28 de fevereiro.

Sugestão enviada por Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, de Belo Horizonte: criação de um programa de fomento à inserção da pessoa idosa no mercado de trabalho, quer seja com a criação de microempresas e pequenas empresas, quer seja na área de capacitação, aproveitando o conhecimento e a sabedoria que somente os anos propiciam.

Outra sugestão enviada por Adylio Neto, de Belo Horizonte: melhoria da infraestrutura de aeroportos no interior de Minas Gerais, reformando aqueles com estruturas precárias e construindo novas unidades como estratégia de desenvolvimento econômico e de fomento à aviação.

Teremos, agora, uma contribuição presencial da Sra. Clarise Fernandes da Silva, de Belo Horizonte.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Muito obrigada pela atenção. Meu nome é Clarise Fernandes da Silva, sou representante da ONG Clarosofia Núcleo Mundial - CNM. Gostaria de encaminhar a sugestão de fazer parceria com a ONG, que realmente efetiva ações com contribuições para a sociedade. O motivo dessa minha sugestão é que, na verdade, a CNM é sistematizada em 84 gestões, como saúde, educação, habitação, etc. São 84 gestões pelo fato de o ser humano não ser apenas um nariz, uma boca, um pé. O ser humano é muito mais que isso. E hoje, ciente de que ele é muito mais que isso, precisamos investir no capital intelectual, que é o ser humano. Investe-se muito nas máquinas, mas é muito importante investir no sujeito.

Portanto, a proposta é que a ONG, com efetivas ações, seja parceira sem burocratização com o Estado. Afinal, a ONG, a sociedade civil jamais serão oposição ao governo. Na verdade, buscamos atuar onde as demandas estão excedendo e, por isso, precisamos de uma estrutura organizacional como a do Estado, bem como temos de participar efetivamente. Não podemos aceitar que as coisas caiam de paraquedas em nossa cabeça, porque não damos conta disso. É por essa razão que precisamos da consideração de todos vocês desta Casa que representam o governo, o Estado; precisamos da consultoria e dos demais. Faço um apelo à sociedade civil para que se organize mais e não fique sem esperança. Precisamos investir no capital intelectual, no ser humano, pois a criminalidade está crescendo.

Hoje a CBN registrou insistentemente que 1 milhão de crianças entre 6 e 16 anos estão envolvidas com “crack”. Isso é sério! A segurança é muito mais que apenas investir em polícia.

A polícia é fundamental, é importante? Sim, mas para combater os graves problemas de criminalidade que fogem do controle social. O mais importante é investir no capital intelectual, na prevenção. É preciso liberar e efetivar projetos de saúde, educação e habitação. Então, peço que realmente considerem o sujeito e as ONGs. É preciso respeitar e acolher as ONGs, de forma a liberar recursos para o andamento delas, contribuir efetivamente. Precisamos ter recursos para pesquisar e para contratar psicólogos, pois as famílias são desorientadas, não têm um norte.

A polícia hoje não controla a situação, assim como os políticos, os bispos, os pastores. Tudo está desajustadíssimo! Daqui a pouco, o que será de nós? Precisamos cuidar do planeta Terra, começando pelo sujeito. Aí, sim, estaremos socorrendo o planeta, mas precisamos de SOS vida. Precisamos capacitar e qualificar pessoas. Hoje a Clarosofia Núcleo Mundial - CNM - tem 4 mil vagas de emprego e não conseguimos ocupá-las, porque não há pessoas qualificadas. As vagas vão surgindo, e o povo está, cada vez mais, desqualificado, porque não há salário nem acesso ao mercado de trabalho. Essas pessoas ficam humilhadas, à margem da sociedade, e o sistema, que precisa ter esse maravilhoso desenvolvimento sustentável inovador, precisa sair do obsoleto para resgatar almas, vidas. Precisa qualificar e valorizar.



Conto com esse carinho de vocês, porque também somos defensores dos direitos humanos, segundo os quais todo ser humano tem direito à saúde, à educação e à habitação para sair dessa marginalidade horrorosa, para não se dirigir para o crime. Hoje um cachorro “pedigree” tem um custo operacional maior que o de um trabalhador que recebe um salário mínimo. É uma contradição, não é, amigos? Obrigada pela atenção.

O Sr. Presidente - Obrigado pela contribuição, Sra. Clarise.

Recebemos também uma contribuição presencial, enviada, por escrito, por Eliseu de Rezende Santos: “Potencializar as parcerias entre indústrias e universidades. De um lado, o do empresariado: criar condições, por meio da Fiemg, para que as indústrias apresentem suas demandas - produtos, processos, logística. De outro lado, o da academia: incentivar a participação do pesquisador dentro da indústria e fomentar o desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa. Participam, ainda, desse processo: Fapemig, Inpe, Cientec, IEL e BDMG”.

Outra contribuição presencial por escrito, enviada pelo Sr. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes. “Na cúpula do milênio em 2000, ocasião em que 191 países assumiram o compromisso de acabar com a fome e as desigualdades sociais até o ano de 2015, o oitavo objetivo conclama todos a se unirem para o desenvolvimento. No Brasil, está incluído nesse eixo temático a atuação dos voluntários. Considerando nortear a atuação das Deputadas e dos Deputados eleitos para o próximo mandato, sugerimos a inclusão na agenda desta Casa da realização de um fórum sobre cidadania, solidariedade e voluntariado em Minas Gerais, com o objetivo de conhecer as boas práticas de voluntariado e empreendedorismo social, desenvolvidas pelas entidades do terceiro setor, empresas, e das universidades, muitas delas não conhecidas ainda.”

Recebemos também, por meio do “site” da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, do Sr. Heberle Babetto, do Município de Belo Horizonte: “Solicito à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais o desenvolvimento de um planejamento estratégico para os próximos 5 a 30 anos, com metas críticas, identificando e avaliando oportunidades e riscos no contexto global e definindo índices para o Executivo alcançar. Minas tem oportunidade e grande capital humano. Integrar e desenvolver o Estado com desembaraço da legislação, tornando o Estado mais competitivo frente a outros competidores, hoje internacionais”.

#### Palavras do Sr. Lázaro Luiz Gonzaga

Sr. Presidente, Deputado Zé Maia; senhoras e senhores, boa tarde. Cumprimento meus companheiros Roberto Simões, da Faemg, e Olavo Machado, da Fiemg, representando o Dr. Robson, importante personalidade que ocupa a CNI, uma responsabilidade nacional, mas com a qual Minas ganhará muito. Cumprimento também o companheiro Roberto Fagundes, à frente da nossa tradicional Associação Comercial de Minas Gerais.

Nossos companheiros já teceram muitos comentários sobre o assunto. Agradecemos a oportunidade de participar, não apenas como representantes do Sebrae, como também da Federação do Comércio, Sesc, Senac e Sindicatos. Representamos um universo de 650 mil empresas do Estado de Minas Gerais nas áreas de comércio, bens, serviços e turismo, sendo que mais de 99% são pequenas empresas e microempresas. Vocês verão o potencial de emprego e renda que elas têm.

Parablenzo os Deputados na pessoa do nosso Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, por essa feliz iniciativa, pois aqui é o fórum ideal, onde encontramos representantes de todo o Estado, e onde, juntos, poderemos dar a nossa colaboração para diminuir as distorções regionais no nosso Estado e fixar mais as pessoas nas suas regiões. Parablenzo a todos e lhes agradeço, colocando o nosso sistema à disposição para continuarmos nessa discussão quando for oportuno. Que isso não aconteça somente agora, mas que sempre possamos contar com o Poder Legislativo para encontrarmos nossas soluções.

Peço licença para ceder a palavra ao Dr. Afonso Maria Rocha, nosso Diretor-Superintendente, que fará uma descrição detalhada e técnica das potencialidades e das capacidades do Sebrae.

#### Palavras do Sr. Afonso Maria Rocha

Boa tarde a todos. Serei objetivo, pois as entidades que já se apresentaram - Fiemg, Indústrias, Associação Comercial de Minas, Federação do Comércio e Faemg - fazem parte do Conselho Deliberativo do Sebrae. De certa forma, nós, do Sebrae, endossamos esses pleitos, porque tratam de questões discutidas no âmbito do nosso Conselho Deliberativo.

Desejo expor o que, no entendimento do Sebrae, deverá estar na agenda da Assembleia Legislativa para promover o desenvolvimento do Estado. Trouxemos duas questões fundamentais e que têm feito parte do nosso dia a dia. A primeira questão refere-se à Lei Complementar nº 123, a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa; a segunda questão refere-se ao trabalho que vem sendo feito não só pelo Sebrae, mas pelo governo do Estado de Minas Gerais, pelas Federações das Indústrias e da Agricultura e pelas outras entidades, nos arranjos produtivos locais no Estado.

Em relação à Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Constituição de 1988, no seu art. 179, diz o seguinte: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei”.

Obviamente uma série de medidas foram tomadas após a Constituição de 1988. No momento vem sendo realizado um trabalho intenso pelas diversas entidades e, diria, também pelo poder público, para a promulgação da lei geral nos diversos Municípios do Brasil. Tenho alguns dados que dizem que há hoje no Brasil 5.565 Municípios, e, desses, 2.783 já têm a lei geral implantada. Isso representa cerca de 50% dos Municípios do País. Em Minas Gerais, dos 853 Municípios, 174 já estão com a lei geral implantada, o que significa 20% do total dos Municípios do Estado. Naturalmente que aí cabe uma explicação, e essa é uma estratégia que o próprio Sebrae adotou. Temos trabalhado como se fôssemos consultores das Prefeituras com a orientação da implantação da lei geral. Priorizamos os Municípios de maior porte. Hoje os maiores Municípios do Estado de Minas Gerais já estão com a lei implantada.

O que todo esse esforço tem gerado de importante? Em primeiro lugar, apenas para citar alguns benefícios dessa lei, criou-se uma simplificação e facilitação muito grande no processo de registro e baixa de empresa. Hoje, em Minas Gerais, tem-se reduzido drasticamente o número de dias necessários para se registrar uma empresa.



No Capítulo 5 da lei geral há um dispositivo muito importante - aliás alguns Municípios ainda não têm a lei geral implantada, mas têm o decreto de compras regulamentado - que diz que o poder público poderá fazer processos licitatórios para compras de até R\$80.000,00 exclusivamente de micro e pequenas empresas. Isso tem gerado um trabalho importante com o apoio das Secretarias de Desenvolvimento Econômico e de Planejamento. O Sebrae implantou o dispositivo da lei geral de compras públicas dentro da própria entidade. Todas as compras realizadas no Sebrae de até R\$80.000,00 são feitas exclusivamente por meio de processo licitatório de micro e pequenas empresas.

Há outros aspectos importantes da lei, como melhor acesso a crédito. Bancos oficiais estão colocando linhas de financiamento para atender exclusivamente micro e pequenas empresas. No desdobramento da lei geral foram inseridos alguns novos dispositivos, como uma questão muito importante, as chamadas sociedades de propostas específicas. Isso permite maior facilidade de organização das micro e pequenas empresas em termos de centrais de vendas e centrais de compra, pois o baixo poder de barganha dessas empresas vem sendo um grande problema para elas no processo de compra. Então, no momento em que se criam dispositivos que facilitam a criação de centrais de compras, as micro e pequenas empresas fazem compras unidas, e assim elas conseguem reduzir custos e, conseqüentemente, aumentar sua competitividade.

Quero também destacar outro ponto relacionado a esse aspecto. A lei prevê a criação de foros estaduais, sob a liderança da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com o apoio do Sebrae e de todas as entidades empresariais - a maioria delas está presente aqui. Foi criado o Foro Permanente das Pequenas e Microempresas - Fopemip -, em que se discutem, em caráter permanente, questões ligadas aos interesses das micro e pequenas empresas. Então, são vários benefícios. Em relação ao esforço que temos realizado, foi criado um foro não apenas com o apoio, mas também o empenho e a participação efetiva das Secretarias de Desenvolvimento Econômico, de Desenvolvimento Regional e Políticas Urbanas e de Planejamento e Gestão e da Associação Mineira de Municípios - AMM.

Temos também a participação do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Ministério Público Estadual. Todos esses órgãos estão se pronunciando e se posicionando a fim de criar mecanismos para induzir os Prefeitos e os Municípios a realmente regulamentarem a lei geral como dispositivo importante para a sobrevivência e para o desenvolvimento não só de micro e pequenas empresas existentes, mas também para o incentivo ao surgimento de novas pequenas empresas saudáveis. Vale a pena destacar como elemento importante da lei geral a figura do microempreendedor individual, do qual muitos devem ter ouvido falar. Criou-se, no âmbito da lei geral, a figura do empreendedor individual, que são as pessoas que estão hoje, em sua totalidade, no mercado informal - vendedores ambulantes, diaristas, costureiras, salgadeiras, etc. Pelo que está descrito na lei, essas pessoas faturam até R\$36.000,00 por ano e geram até um emprego. Há uma série de facilidades e benefícios previstos na lei geral para esse público, a fim de que essas pessoas venham para a formalidade, passem a existir enquanto microempreendedores individuais, passem a ter direito à nota fiscal e obviamente acesso ao mercado. Conforme os senhores podem perceber, a lei traz vários benefícios. O próprio Ministério Público Estadual emitiu parecer dizendo que pode ser considerado ato de improbidade se o Município, o Prefeito, não atuar para que a lei seja regulamentada, pela série de benefícios que ela traz. Em nosso entendimento, essas micro e pequenas empresas nesses diversos Municípios não poderão ser privadas desse benefício. Apenas a título de informação, em Minas Gerais, hoje, a partir desse artigo inserido na lei geral, há 85.689 empreendedores individuais formalizados, que são chamados microempreendedores individuais.

A segunda questão, que até está na pauta do Sebrae, é o trabalho feito em relação aos Arranjos Produtivos Locais. Minas Gerais hoje tem diversas aglomerações de empresas especializadas na produção de produtos ou serviços em setores específicos. Poderia citar Nova Serrana e região - como Perdígão e outros Municípios -, cidade em que começou hoje uma belíssima feira. Lá há em torno de mil fábricas de calçados, que hoje respondem por cerca de metade da produção de calçados esportivos do Brasil - cerca de 90 mil pares de sapatos são fabricados em Nova Serrana. Podemos citar também o polo moveleiro de Ubá, região em que estão presentes cerca de 200 empresas. Há a questão dos arranjos produtivos ligados ao setor do turismo. Destacamos Minas Gerais como segundo destino turístico do Brasil, a TI de Belo Horizonte - nossa cidade hoje é considerada um polo nacional de biotecnologia, microeletrônica e "software". E há o polo de produção de frutas na região do Jaíba, além de outros.

O que há de tão importante nesses chamados Arranjos Produtivos Locais? Em primeiro lugar, vale destacar que são formados, em sua maioria, por micro e pequenas empresas que geram volume significativo de trabalho. Trago aqui o apoio e o incentivo que devemos dar ao desenvolvimento dos APLs e da inovação para tornar esses setores mais competitivos e conseqüentemente mais sustentáveis. Isso faz com que essas empresas se desenvolvam e conseqüentemente consigamos fixar as pessoas nas suas regiões de origem, obviamente contribuindo para melhor distribuição de renda, desenvolvimento do Estado e geração de emprego.

Vale a pena destacar um grupo que tem a participação do poder público e da iniciativa privada, mas coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico - recentemente foi coordenado pela Marilena Chaves -, chamado Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP-APL. Esse grupo vem trabalhando nas questões ligadas ao desenvolvimento e no reconhecimento das APLs como foco de atenção e desenvolvimento do Estado. Para isso pediríamos a atenção da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Encerrando, há uma proposta que, particularmente, considero interessante. Refiro-me à criação, aqui na Assembleia, de uma frente parlamentar da micro e pequena empresa. Acredito que o Sebrae e as entidades empresariais aqui presentes estariam dispostos a participar dessa frente e dar toda a contribuição necessária para que esta Casa pudesse assumir todas as questões, algumas delas já colocadas aqui, na defesa dos interesses das micro e pequenas empresas, porque, quando se fala nelas, fala-se de 99,11% dos estabelecimentos existentes, que geram cerca de 50% dos empregos. Esse, que é um foco de atenção do Sebrae, acredito seja ainda foco não só da iniciativa privada como também do poder público. Muito obrigado.



### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos a exposição dos Srs. Lázaro Luiz Gonzaga e Afonso Maria Rocha. Assistiremos agora ao vídeo produzido pela TV Assembleia contendo sugestões de Ivan Moura Campos, do Comitê Gestor de Internet do Brasil, em resposta à pergunta: o que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via de consulta pública. Sugestão enviada por Marcelo de Souza Cruz, de Montes Claros: “formação de uma rede de inovação consistente por meio do fortalecimento e do fomento às instituições de pesquisa em Minas Gerais, com o aumento do investimento nas universidades estaduais existentes, a criação de novas universidades e o incentivo à pesquisa aplicada para a melhoria das condições de cada região do Estado”.

Sugestão enviada por Renato Gontijo, de Belo Horizonte: “estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para a construção e expansão da malha ferroviária no Estado, tanto para o transporte de cargas quanto de passageiros”.

Daremos início à fase final de apresentação de sugestões. Temos uma sugestão oral, que será apresentada por Carlos Francisco Lobato Álvares da Silva, de Morada Nova de Minas.

O Sr. Carlos Francisco Lobato Álvares da Silva - Srs. Deputados, a minha cidade, Morada Nova de Minas, atualmente é a cidade do gás natural. Há um investimento das empresas de R\$350.000.000,00 e um poço já em perfuração, mas não está recebendo “royalties”. Já está em extração de gás. Também é a cidade natal do Frei Orlando, que está em processo de beatificação para ser o segundo santo do Brasil. Existe a Lei nº 5.676, de 23/11/2002, que foi engavetada, na qual se fala para fazer uma estrada asfaltada até o distrito denominado Frei Orlando. Frei Orlando é o patrono das Forças Armadas brasileiras, o padre capelão que morreu na Segunda Guerra Mundial.

Então peço o empenho de todos os Deputados, inclusive uma intervenção pessoal do Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, no sentido de ajudar Morada Nova de Minas e desengavetar essa lei, porque levará o turismo rural e o turismo religioso, e ainda levará Morada Nova de Minas e o Brasil para a exportação de gás. O Brasil deixará de depender da política de Evo Morales, que, pela mídia popular, é o dono do Brasil.

Morada Nova está no centro da região dos consumidores em terra firme e gás. Há a lei que foi engavetada, Lei nº 5.676/2002, para fazer uma base das Forças Armadas, porque é preciso segurança. Na Rússia, o gás explodiu, com a bomba atômica e vazamento de gás, em 1963. Então é necessária a presença das Forças Armadas lá. Já há a lei, e por que não se faz uma base das Forças Armadas? Da Aeronáutica, da Marinha.

Gostaria do empenho de algum Deputado, dos Deputados Federais também, e, se for possível, que algum dos senhores, por patriotismo, encaminhe essa questão do desenvolvimento minerário. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Agradecemos a contribuição do Francisco. Convidamos agora a Kátia Ferraz, de Belo Horizonte, para sua contribuição oral.

A Sra. Kátia Ferraz - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, boa tarde a todos. Apresentei algumas contribuições referentes à questão de desenvolvimento e pensei que seria necessário fazer alguns esclarecimentos em relação ao meu texto na consulta pública.

Propus uma espécie de convênio entre todas as entidades que compõem o sistema Fiemg, a fim de que colaborassem com os programas de produção inclusiva dentro do Estado, dentro dos projetos estruturadores que fomentam esse tipo de iniciativa, o que proporcionará que as famílias não tenham sua estrutura abalada e que os jovens tenham mais perspectiva de trabalho e um pouco mais de dignidade para traçarem uma trajetória de vida em termos de trabalho e de educação. O Estado é muito grande, e penso que é preciso desenvolver as habilidades, especialmente na indústria. Quanto à Federação, como uma entidade com a força e articulação que tem dentro do governo do Estado, esperamos que possa estar mais próxima e encontrar formas, por meio desses convênios, de promover esse tipo de questão dentro dos projetos de produção inclusiva. Só queria fazer esse esclarecimento. Obrigada.

O Sr. Presidente - Recebemos, também, sugestão por escrito, enviada por Luiz Roberto Andrade, de Teófilo Otôni: “contribuição do Estado com o desenvolvimento dos Vales do Mucuri, São Mateus, Médio e Baixo Jequitinhonha, em especial a implementação da zona de processamento de exportações”.

Recebemos, ainda, sugestão por escrito enviada por André Denardi, de Belo Horizonte: “dialogar com o governo federal para a possibilidade de instalação de um polo de produção de alta tecnologia, nos moldes do que temos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA -, responsável pela produção de grande parte de nossa tecnologia de ponta. Tal instalação propiciaria a formação de mão de obra qualificada, atendendo às demandas da indústria”.

Recebemos, também, sugestão enviada por Thiago Araújo, de Belo Horizonte: “a qualificação profissional da indústria deve prever minimamente o fluxo da transferência de mão de obra, devido à automação dos postos de trabalho. O valor agregado dos bens não é apenas a agregação de serviços e logística, mas também a redução, a economicidade, o respeito às diretrizes de direitos humanos e o apoio a iniciativas empresariais regionais, associações, cooperativas e autogestionárias. Incentivar e garantir que os setores prevejam a diminuição do impacto socioambiental. Garantir a diminuição da evasão direta e indireta, formal e informal de divisas. Aprimorar a noção de responsabilidade social, aprimorando o significado do uso da imagem das ações públicas realizadas com tais recursos”.

Recebemos, ainda, sugestões enviadas por José Edson Lara, de Belo Horizonte: “o evento está transcorrendo muito bem, especialmente a palestra do Dr. Olavo Machado, por suas opiniões, dados e sugestões. Entretanto, como envolver o verdadeiro Estado de Minas Gerais, por suas lideranças políticas, empresariais, sociais e acadêmicas? Essas instituições estão pouco representadas neste evento. Associada à pergunta anterior, questiona-se como interiorizar ‘verdadeiramente’ este fórum? Seria conveniente e oportuno tornar este fórum permanente e multirregional? É possível a realização de um plano diretor de desenvolvimento e inovação para o Estado, com participação plena dos atores estratégicos? É necessário desenvolver indústrias de transformação, procurando evolução de setores, como, por exemplo, o minerometalúrgico, criar e implantar uma conveniente política de ‘royalties’ para ‘commodities’,





políticas fiscais e política para a remuneração do uso da água pelos outros Estados. Finalmente, pleitear maior participação nas decisões políticas e econômicas em Brasília. Há muito tempo Minas não tem representações significativas em Brasília”.

Com a palavra, o Deputado Luiz Henrique.

O Deputado Luiz Henrique - Parabenizo a Mesa da Assembleia Legislativa, na pessoa do Deputado Zé Maia, pela realização deste brilhante Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Parabenizo os palestrantes de hoje por falarem sobre a importância da indústria estadual, do terceiro setor e da população propriamente dita.

Cito aqui uma experiência que tive ao trabalhar na Secretaria do Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas. Refiro-me à parceria que fizemos com a associação comercial, com o Sebrae e também com a Fiemg. Com relação ao Sebrae posso citar a importância que foi a realização do Programa do Leite, numa parceria interessante, bem como sua atuação nas áreas do artesanato e do turismo.

Mais uma vez, parabenizo o Deputado Zé Maia pela realização do fórum. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos a contribuição do Deputado Luiz Henrique. Em relação aos questionamentos enviados pelo Sr. José Edson Lara, esclarecemos que todas as entidades que ele menciona estão convidadas e convocadas para este fórum, inclusive, nos próximos dias, é fundamental e importante que estejam presentes. Já em relação à interiorização, que também cita aqui, gostaria de dizer que as colocações trazidas neste fórum certamente nortearão os Parlamentares das regiões de Minas Gerais em suas ações nas comissões permanentes e nas demais discussões que este Parlamento fará.

Além disso, gostaria de informar que as pessoas de qualquer localidade do Estado poderão participar, por telefone ou pela internet, e poderão evidentemente estar presentes aqui durante a discussão. Informamos aos participantes que as sugestões recebidas durante as discussões temáticas serão agrupadas em documento junto com as participações encaminhadas por consulta pública, as colaborações dos especialistas e dos parlamentares da legislatura anterior. Esse documento será entregue à Mesa da Assembleia Legislativa ao final do fórum democrático, a fim de subsidiar a construção da agenda da Casa para os próximos anos.

Finalmente, cumprimentamos o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa, pela iniciativa deste fórum tão importante para o processo de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais. Em especial, cumprimento também as Deputadas, os Deputados e a Mesa desta Casa pela contribuição deste fórum; o governo do Estado de Minas Gerais e, hoje, o Sr. Alberto Pinto Coelho, Vice-Governador. Faço também agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos demais participantes e ao público em geral.

#### **Registro de Presença**

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece também a presença da Exma. Sra. Marilena Chaves, Presidente da Fundação João Pinheiro.

### **ATA DA 3ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/2/2011**

#### **Presidência do Deputado Célio Moreira**

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras da Sra. Maeli Estrela Borges - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Wilfred Brandt - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa - Palavras do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro - Apresentação de sugestões - Encerramento.

#### **Comparecimento**

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Inácio Franco - Paulo Guedes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Ana Maria Resende - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - João Leite - Liza Prado - Luiz Henrique - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Tiago Ulisses.

#### **Abertura**

O Sr. Presidente (Deputado Célio Moreira) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### **Ata**

- A Deputada Maria Tereza Lara, 2ª-Secretária “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### **Destinação da Reunião**

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

#### **Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro, Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente - Feam -, representando o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Adriano Magalhães Chaves; a Exma. Sra. Maeli Estrela Borges, Diretora da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção Minas Gerais; os Exmos. Srs. Wilfred Brandt, Consultor de Meio Ambiente e Presidente do Grupo Nucleus; e Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão e Professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.





### Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença do Exmo. Sr. Breno Esteves Lasmar, Procurador do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam -, representando a Diretora do Igam, Cleide Pedrosa.

### Palavras do Sr. Presidente

As exposições, debates e propostas apresentadas ontem na abertura do “Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais” prenunciam, pela qualidade dos convidados, pelo conteúdo das proposições e pelo envolvimento dos participantes, o acerto deste Parlamento em conclamar a sociedade e os demais poderes públicos para formular, em conjunto, sua agenda para os próximos anos.

Em meu terceiro mandato como Deputado, posso testemunhar os esforços desta Casa para valorizar essa participação, essa parceria, justamente porque, para canalizar as demandas e interesses de todos os setores e todas as regiões mineiras, ela sabe a necessidade de conhecer de perto suas realidades, pela voz e pelo testemunho de seus representantes.

O tema que nos reúne neste encontro, “Meio ambiente”, é com certeza um dos mais complexos, mais importantes e mais urgentes na pauta de desenvolvimento do nosso Estado. Temos em nosso território um imenso patrimônio natural, histórico e cultural, vinculado aos recursos hídricos, às formações geológicas, à fauna, à flora e aos demais componentes ambientais.

Temos também um enorme potencial de exploração dos recursos naturais para fins econômicos, propício à expansão das atividades industriais e comerciais, e uma demanda crescente de ocupação de espaços, no campo e nas cidades, em virtude do crescimento populacional, da busca de oportunidades, de emprego e renda.

Os interesses em jogo muitas vezes são conflitantes, mas temos que encontrar caminhos, pelo diálogo, pela compreensão abrangente das realidades envolvidas e, principalmente, pelo aprimoramento da legislação e das políticas públicas, para que possamos fazer amadurecer os debates, superar os impasses e alcançar o equilíbrio.

A Assembleia Legislativa, por meio de sua Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e das ações dos Deputados, dá a essas questões um lugar de destaque entre suas atividades. E o faz por meio de seminários, fóruns, audiências públicas e mediação de conflitos e de produção de leis.

Agradecemos aos expositores, debatedores e demais participantes deste encontro, que certamente contribuirão muito para esta discussão. Agradecemos também a todos os que já encaminharam e continuarão encaminhando sugestões para o enriquecimento deste fórum democrático. Esta Casa está convicta de que, assim, reunirá subsídios valiosos para enriquecer a sua agenda, para se fortalecer como propulsora do desenvolvimento do Estado e para ser reconhecida como o poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor. Muito obrigado.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Passaremos agora à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “Meio ambiente”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras da Sra. Maeli Estrela Borges

Bom dia à Mesa e a todos. A questão meio ambiente é muito ampla e seus problemas acompanham toda essa amplitude. Temos, no país como um todo, ainda muitos desafios. Por mais que se tenha feito, os desafios ainda são grandes. Vou ater-me à questão dos resíduos sólidos, exatamente uma área em que atuo há mais de 40 anos, e gostaria de esclarecer que a situação no país não é das melhores. Sabemos que 50,8% dos resíduos gerados no país são destinados para locais a céu aberto e a lixões. Aterros sanitários são 27,7% e programas de coleta seletiva são 994. Esses dados são de 2008 e, quando os acompanhamos, vemos que também a situação do Estado não é diferente. Por mais que haja esforços para acabar com os lixões e transformar em soluções sanitárias os resíduos gerados, ainda temos uma grande quantidade de resíduos dispostos em lixões. São 462 lixões, em 2008, com todos os seus inconvenientes, como os de ordem ambiental, social, sanitária, econômica, de saúde pública, tecnológica, ecológica, cultural, pedagógica, estética e até política. Costumo dizer que executar um aterro sanitário não dá voto, mas executar um lixão tira voto. Então, isso é também política. Há 241 aterros controlados que não são soluções totalmente sanitárias. Cumprem algumas condicionantes que reduzem bastante a veiculação de doenças pelo lixo, principalmente por causa da presença dos vetores. Em 2008, eram apenas 43 aterros sanitários devidamente operados de forma correta.

Em 2009, Minas, como sempre, sai à frente com a legislação. Entrou em vigor a Lei nº 18.031, de 12/1/2009, que dispõe sobre a política estadual de resíduos sólidos. Depois, em setembro, o Decreto nº 45.181 regulamentou essa lei e deu outras providências. No ano passado, em 2/8/2010, tivemos a nossa primeira lei de política nacional de resíduos sólidos, que foi construída em aproximadamente 19 anos. Foram 19 anos de espera. A lei tem aspectos conceituais muito bons, mas precisamos agora começar a entender os desafios da sua aplicabilidade, pois seus aspectos conceituais são excelentes. Ela também foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010. Esse decreto institui também o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, que é um fato novo na legislação. Esses dois comitês vão cuidar praticamente da atualização. Ressalte-se que a lei que institui a política nacional e a regulamentação é dinâmica. Da mesma forma que a gestão dos resíduos é dinâmica, a legislação também tem de ser. Esses dois comitês vão cumprir essa função.

Houve ainda a publicação, no mesmo dia 23/12/2010, de um decreto criando o Programa Pró-Catador, que regulamenta o trabalho dos catadores no País. Como a lei é nova, precisamos começar a entender o seu espírito. Separamos, então, alguns itens que consideramos prioritários. O primeiro é o planejamento na gestão dos resíduos sólidos. O planejamento foi priorizado. Como temas já regulamentados, há o planejamento e a responsabilidade compartilhada. No que se refere ao planejamento, temos nada menos que seis planos diferentes sobre resíduos sólidos. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos inclui metas, tem a vigência de 20 anos e prevê uma revisão de quatro em quatro anos. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos também tem vigência de 20 anos, com revisão semelhante. Há os Planos Microrregionais de Resíduos Sólidos, os Planos de Resíduos Sólidos de Regiões Metropolitanas ou Aglomerações Urbanas, os Planos Intermunicipais de Resíduos Sólidos, os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - que os



Municípios devem elaborar - e os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que o gerador deve elaborar. No caso da responsabilidade compartilhada - que é outro desafio -, ela é instituída exatamente para haver uma mudança nesse ciclo de vida do produto. A questão não é só gerar resíduos para a reciclagem, vai muito além. Na medida em que pensamos na responsabilidade compartilhada aliada ao ciclo de vida do produto, temos condições de juntar numa mesma mesa os fabricantes, os importadores, os distribuidores, os comerciantes, os consumidores e os titulares do serviço público de limpeza urbana e do manejo de resíduos sólidos, a fim de se criar uma política própria para a logística reversa. Esse trabalho tem de começar logo, porque já estamos atrasados.

Há ainda a questão dos planos. Os planos de gerenciamento de resíduos sólidos podem ser elaborados pelo poder público, mas também podem ser elaborados pelo próprio gerador. Os geradores de resíduos sólidos que devem elaborar os planos já listaram os resíduos de serviços públicos e de saneamento básico, os de serviços de saúde e os de mineração. Esses resíduos precisam ter seus planos aprovados, o que também é um fato novo. Em Belo Horizonte já avançamos bastante em relação aos resíduos de serviços de saúde. Desde 1998, a Prefeitura normatiza, regulamenta e acompanha os planos de gerenciamento desses resíduos no Município. Então, nessa questão, Belo Horizonte já passou por muitos avanços. Há um capítulo na própria lei sobre resíduos de indústrias e resíduos perigosos. É bom que se conheça todo o teor legal.

Temos, ainda, a responsabilidade compartilhada, que passa pela logística reversa e pelo acordo setorial a fim de chegar ao ciclo de vida de um produto. Conforme o ciclo de vida do produto, podemos considerar a responsabilidade compartilhada como um conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas de fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores, titulares de serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos a fim de minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados e também para reduzir impactos causados à saúde e à qualidade ambiental, decorrentes do ciclo de vida do produto. Quando se faz uma logística reversa, retorna-se um produto que pode ser reaproveitado, reutilizado, reciclado ao produtor, ao comerciante, ao titular de serviço público. Se pensarmos na não geração, será possível mudar o ciclo de vida do produto. Tentaremos reduzir a geração de resíduos pensando em tudo que pode ser modificado em nosso processo produtivo.

A logística reversa é um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial para reaproveitamento em seu ciclo, em outros ciclos produtivos ou, ainda, em outra destinação final que seja ambientalmente adequada.

O acordo setorial é a forma de conduzir o processo. São todos os atores envolvidos, que se sentam a uma mesa a fim de fazer um acordo de natureza contratual entre o poder público, fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto. São etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção da matéria-prima e insumos, processo produtivo, consumo e a disposição final.

Hoje a disposição final dos resíduos está envolvida apenas com os rejeitos. Quando já não há possibilidade de reaproveitar, de reutilizar ou de reciclar, o que sobra é o rejeito, que será destinado ambientalmente ao solo, ou seja, é o que chamamos de aterro.

No caso da logística reversa, sabemos que os geradores de resíduos são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa mediante o retorno dos produtos. Em primeiro lugar, essa logística reversa atenderá a seis tipos de produtos: agrotóxicos e seus resíduos de embalagens, pilhas e baterias, pneus, óleos lubrificantes e seus resíduos e embalagens, lâmpadas fluorescentes, a vapor de mercúrio e de luz mista e produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

O Conama tem normatizações para os quatro primeiros itens. Ainda não há normatização para lâmpadas fluorescentes e produtos eletroeletrônicos. Para que o sistema esteja de fato implantado e ofereça segurança, é preciso que as duas normas estejam em vigor. O acordo setorial pode ser feito por três modalidades: pelo próprio acordo setorial para a logística reversa, pelo regulamento específico feito pelo poder público e pelo termo de compromisso. Essas são as três formas distintas de chegar-se à logística reversa, e cada uma apresenta as suas peculiaridades. Esse item já está regulamentado no decreto com bastantes detalhes.

O acordo setorial, ou o termo de compromisso, pode ter abrangências nacional, regional, estadual e municipal. O compromisso firmado em âmbito nacional tem prioridade sobre o firmado em âmbito estadual, e esses dois têm prioridade sobre o firmado em âmbito municipal. Há, então, uma hierarquia de compromisso, em que o nacional se sobrepõe a todos os outros e tem de ser seguido.

Para se fazer um aterro de rejeitos, tem de se fazer, primeiramente, uma coleta seletiva, ou seja, uma segregação do resíduo em sua origem, para destinar ao aterro apenas o rejeito. A gestão e o gerenciamento dos resíduos terão uma mudança significativa nos Municípios, pois deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada. A disposição final em aterro, que hoje recebe praticamente todos os resíduos do Município, receberá somente o rejeito. Tudo que puder ser reaproveitado, reciclado e reutilizado, ou tudo que puder sofrer um processo de redução em sua geração, deve preceder à disposição ambientalmente adequada. Deve haver a distribuição ordenada dos rejeitos em aterros, observando-se normas operacionais específicas, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizarem-se os impactos ambientais. O rejeito, como já disse, é tudo que sobra e que não tem condições de ser reaproveitado. A coleta seletiva é um pré-requisito para se fazer esse aterro de rejeitos. O Município dispõe de um prazo curto para a elaboração e a apresentação dos planos para o início da implantação do sistema de aterro, mas isso tem de ser iniciado.

O prazo para a elaboração do plano estadual de resíduos sólidos e do plano municipal da gestão integrada de resíduos sólidos é de dois anos. Temos somente um ano e meio pela frente, pois o prazo se iniciou no dia 2/9/2010. Quem não deu início ao processo tem de fazê-lo rapidamente, pois a aprovação do plano é demorada.

Para o aterro de rejeitos, o prazo é de quatro anos após a data de publicação da lei. No Estado, mais de 50% dos Municípios, até os pequenos, dispõem de lixões. Um número grande de Municípios necessita desse aterro para dar um salto de qualidade muito grande; para isso, é necessário planejamento.

A Lei nº 12.305, que trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria também um incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. Essa lei dispõe de regulamentação própria para essa questão da inclusão social do catador como agente no processo da limpeza urbana. A lei prevê também a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do



produto. Então, no caso do decreto que regulamenta esse valor social, que é a geração de trabalho e renda e promoção da cidadania do catador, temos um programa que se chama Pró-Catador, que poderá ser realizado em cooperação com órgãos e entidades da administração pública federal, órgãos e entidades do Estado, do Distrito Federal e dos Municípios que a ele aderirem. Então, tudo é feito por adesão, não há obrigatoriedade de o Município se envolver.

Para fins de execução de programas pró-catador, os órgãos do Governo Federal envolvidos poderão também, observada a legislação vigente, firmar convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação, termos de parcerias, ajustes ou outros instrumentos de colaboração. Uma outra forma são os consórcios públicos que podem ser constituídos. O catador pode envolver-se com o seu trabalho em um consórcio público. As cooperativas e associações de catadores têm essa regulamentação própria e já estão, em alguns Municípios, em processo mais desenvolvido, com estrutura física e estrutura organizacional em funcionamento.

As entidades sem fins lucrativos que atuarem na incubação, no capacitação, na assistência técnica e no desenvolvimento de rede de comercialização de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais recicláveis ou na sua inclusão econômica também farão parte desse Programa Pró-Catador.

O objetivo maior do Programa Pró-Catador, entre outros, é a abertura e a manutenção de linhas de crédito especiais para apoiar projetos voltados à institucionalização e ao fortalecimento de cooperativas e associações de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Com relação ao regulamento, prioriza-se a União. Os Municípios que optarem por consórcios terão acesso ao recurso da União, e também os que implantarem a coleta coletiva. Os maiores desafios serão a falta de investimento, a dificuldade que o Município tem de assumir recursos, os incentivos que a política nacional deve dar à indústria de reciclagem e fomento e também a criação de consórcio que fortalecerá o grupo de Municípios e possibilitará o recurso que realmente precisa ser rápido e urgente, porque está fazendo falta aos Municípios.

Finalmente, temos as propostas para a realização de um seminário ou ciclo de debates para a divulgação aos Municípios e à sociedade civil de novos paradigmas para início na política nacional, preferencialmente de forma regionalizada no Estado. Também é necessária uma gestão junto ao Estado e à União para a criação de incentivo à indústria de reciclagem com redução do IPI para produtos que forem fabricados com o uso de materiais recicláveis, porque esse é o gargalo entre o catador e quem irá comprar o seu material. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Agradecemos à ilustre expositora. Esclarecemos que entre um expositor e outro, abriremos espaços para apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e enviada por consulta pública pelo formulário do Participe Agora, pelo 0800.

A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o “link” Fórum Democrático e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 08007092564.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo produzido pela TV Assembleia contendo sugestões de José Augusto Mota Filho, Prefeito Municipal de Berizal, e de Cássio Robson de Melo, Prefeito Municipal de Piracema, em resposta à pergunta: “O que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via do Consulta Pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições está disponível no “site”.

Sugestão enviada por Luiz Carlos Ribeiro, de Curvelo: distribuição de sementes aos ciclistas que fazem trilhas para ajudar no reflorestamento de áreas desmatadas.

Sugestão enviada por José Geraldo Lucindo, de Betim: redução do uso de papel nas repartições públicas. Quando for necessário, incentivar o uso de papel reciclado.

Sugestão enviada por Guilherme Gonçalves Rodrigues, de Belo Horizonte: fiscalização efetiva das áreas de proteção ambiental, evitando, assim, a exploração econômica e as invasões.

Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: criação de projetos de reaproveitamento de resíduos e economia de alimentos, por meio da articulação com a economia solidária, no entorno da Cidade Administrativa.

O Sr. Presidente - Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. A leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Com a palavra, o Sr. Edmundo Eduardo Nascimento, da Fetaemg, para formular sua pergunta.

O Sr. Edmundo Eduardo Nascimento - Não é uma pergunta, é uma proposição. Sou Assessor de Meio Ambiente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais - Fetaemg.

Na legislatura passada, esta Casa aprovou o projeto de lei Bolsa Verde, que originou o programa de pagamento de serviços ambientais para agricultores e produtores rurais que preservam reservas legais, as APPs e matas nativas. No ano passado, R\$7.500.000,00 foram destinados a esse programa. Esse recurso foi oriundo do FHIDRO, um fundo público de apoio à preservação ambiental. Agricultores e produtores rurais apresentaram 2.457 projetos para serem avaliados e pontuados tecnicamente, a fim de



receberem o benefício a partir de dezembro do ano passado. À revelia do Conselho de Gestão, de que fazem parte a Fetaemg e a Faemg, o governo do Estado contingenciou os recursos. Portanto, os projetos não foram sequer avaliados, e os recursos financeiros que deveriam ter sido pagos no ano passado - o recebimento ocorre ao longo de cinco anos -, não o foram. Até hoje não recebemos um esclarecimento formal do governo do Estado sobre o motivo do contingenciamento e a continuidade.

Minha proposição é que esta Casa, onde o projeto de lei que originou o Bolsa Verde foi aprovado, convoque o governo do Estado e convide a Fetaemg e a Faemg para pactuarem a retomada desse programa, para que os agricultores não sejam prejudicados e o governo do Estado cumpra sua responsabilidade.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Edmundo Eduardo a sua proposição.

#### Palavras do Sr. Wilfred Brandt

Cumprimento o Presidente da Mesa, os Deputados, as autoridades e os demais presentes. Com a minha experiência, procurei responder à pergunta feita: o que deve estar na agenda da Assembleia para promover o desenvolvimento do Estado em relação ao tema meio ambiente.

Atualmente, em torno de US\$2.500.000.000,00 ao ano de perdas no patrimônio e nos serviços ambientais em todo o mundo. Isso se refere às mudanças climáticas, à perda de água, à perda de solo, enfim, a tudo o que se relaciona com meio ambiente e causa degradação na qualidade do ar ou qualquer outra que possa ser quantificada de alguma forma. Hoje o número utilizado pelas Nações Unidas é de US\$2.500.000.000,00 ao ano. Quando desenvolvemos qualquer atividade humana, seja agrícola, seja industrial, seja até referente ao próprio veículo utilizado, criamos uma "externalidade" negativa, que é o impacto provocado. Parte dessas externalidades negativas são transferidas como ônus para a sociedade, pois, como o próprio nome diz, a externalidade negativa é algo que não está colocado como custo interno da empresa ou da própria atividade. Por exemplo, se a pessoa utiliza o veículo com gasolina subsidiada, alguém pagará essa externalidade negativa: a sociedade. Estamos vendo isso agora: os preços dos alimentos mundiais estão se elevando em consequência de uma perda de solo e de clima, e alguém pagará por isso, ou seja, chegará ao nosso bolso.

Isso vem de um relatório das Nações Unidas e da União Européia, de 2010, que está disponível na internet. Como podemos entender a questão da externalidade negativa? Quando fazemos um empreendimento qualquer, como, por exemplo, uma plantação de cana-de-açúcar ou a exploração de uma mina, duas atividades muito comuns neste Estado, fazemos um investimento e temos um custo operacional ao longo de sua vida útil, havendo também um resultado. O vermelho nos mostra o que gastaremos de investimento e custo; o azul, os resultados. Se colocarmos todas as externalidades negativas para fora, o resultado ficará grande, e evidentemente a sociedade assumirá o resto. Se tivermos um custo para fazer o controle ambiental, diminuirá o resultado final, o lucro, mas não transferiremos à sociedade a externalidade. Se for preciso fazer uma recuperação ambiental de, por exemplo, uma área desmatada por causa do plantio ou de uma área de mineração, aumentará o custo interno, e não haverá a transferência desse custo para a sociedade. Consequentemente, o resultado diminuirá. Se a pessoa considerar todos os custos dos serviços ambientais que mencionei antes, como perda de solo, mudança climática etc., e pagá-los sem transferir à sociedade, ela pode não ter resultados. Isso é muito comum no garimpo, que só dá resultados para o garimpeiro porque ele não tem que recuperar nada. Se tivesse que fazê-lo e considerasse esse custo, não teria resultados. Entretanto, ele está transferindo isso para a sociedade, enquanto tem lucros.

Agora vem a pergunta: como equilibrar essa equação? Falarei de três itens: a legislação ambiental adequada, o licenciamento socioambiental - uso esse termo porque nosso licenciamento não é apenas ambiental, mas socioambiental; falam muito na licença social, mas, na verdade, há apenas uma licença: a socioambiental - e a aplicação da tecnologia limpa. Esses três itens nos dão a resposta. A legislação ambiental adequada é aquela que impede a transferência das externalidades negativas socioambientais para a sociedade, ou seja, ela protege a sociedade dessa transferência. Isso não significa que é necessário haver uma grande quantidade de leis, e temos que tomar esse cuidado. Tive a informação de que neste ano há cerca de 400 propostas de lei em tramitação, mas não necessariamente daí vem a solução. Às vezes é preferível haver um código ambiental consolidado, bem-feito, bem-controlado. Vamos imaginar essas 400 propostas de lei mais as de cada Município, que são 800, mais as do governo federal. Teremos 2 mil propostas. Será que conseguiremos controlar tudo isso? Talvez precisemos consolidar isso, mas temos que dar essa garantia de que não haja a transferência da externalidade.

Quanto ao licenciamento socioambiental, o que pode nos preocupar? O quadro atual mostra um descrédito da sociedade com o licenciamento, inclusive com uma pretensa baixa qualidade dos EIAs. Digo pretensa, porque fala-se muito em diagnóstico. Dizem que o EIA é ruim porque não foi feito um bom diagnóstico, não foi feito um bom estudo. Isso reflete uma falta de foco no EIA, porque o foco é a AIA - Avaliação de Impacto Ambiental. Não é um diagnóstico bem feito que vai levar a um bom EIA, mas uma boa AIA. Esse é o centro. Com isso os processos ficam muito morosos, porque existem TRs complexas, onde o foco é fazer um grande diagnóstico com um ou dois anos de estudo, mas não se sabe porque devem ser feitos todos esses levantamentos. Quando o licenciamento ambiental é finalizado, depois de todo esse processo que é bastante difícil, esses EIAs são esquecidos e o que passa a valer são os famosos condicionantes da licença. Então, quando vão fiscalizar, quando o Ministério Público quer saber o que aconteceu ou quando a empresa quer mostrar que está legal, afirma que está cumprindo os condicionantes, ninguém mais fala do EIA.

A realidade que precisamos considerar é a seguinte: por que o EIA é reconhecido mundialmente como um instrumento adequado e aqui no Brasil falamos do EIA com tanto descrédito? A meu ver é porque a qualidade do EIA não é função do diagnóstico, é função da AIA, o centro disso.

Uma AIA consistente depende da qualidade do diagnóstico? Não necessariamente e vou dizer porque. Mesmo quando alguém estuda uma área durante dois anos não tem uma resposta definitiva e fechada. Não pode dizer se ali tem ou não determinado animal em extinção. Nenhum especialista vai assinar o diagnóstico dizendo que não existe nenhuma hipótese de existir aquele animal ali. Dirá que, pelos estudos realizados, não existe ali nenhum animal em extinção, mas poderá acontecer de haver. Para ele dizer isso, se no impacto que será analisado será considerada a possibilidade de haver a presença desse animal e o programa será elaborado





considerando-se que aquele animal pode estar lá, não precisaria nem ter estudado para chegar a essa conclusão, poderia ir direto à avaliação de impacto e ao programa. Isso se chama avaliação conservadora de impacto. É feita com base no princípio da precaução.

Esse é um princípio que foi definido na época da ECO 92 e considera a pior hipótese de impacto. Essa avaliação não se preocupa necessariamente com o diagnóstico. Considerando a pior hipótese de impacto, vai direto a programas conservadores para controle dessas externalidades. Isso pode ser feito rapidamente por um sistema de opinião de especialistas, método que existe há mais de 20 anos. Colocam-se vários professores e especialistas dentro de uma sala, apresenta-se o empreendimento pretendido e o ambiente que se conhece hoje. Os professores e especialistas dão sua opinião conservadora sobre os impactos que vão ocorrer e o que poderia ser feito em termos de programa.

O que acontece nesse caso? A maioria dos EIAs é simplificada. Se considerarmos conservadoramente a maioria dos casos, sem nenhum estudo de detalhe, vamos chegar logo às conclusões necessárias e apresentar programas conservadores. Agora, em alguns casos, vai se chegar à conclusão de que é preciso refinar esse estudo, porque haveria impactos inadmissíveis ou os programas teriam um custo tão excessivo ao empreendedor, que essa externalidade negativa geraria um resultado negativo para o empreendedor. Nessas situações é preciso refinar os estudos e verificar se essa hipótese conservadora é real ou se existe algum conhecimento adicional e necessário para que a hipótese seja menor. O interesse em aprofundar o diagnóstico é do empreendedor, não do Estado. Se o Estado aceita a hipótese conservadora, ficará tranquilo. Mas, se o empreendedor considerar o impacto muito alto, inadmissível e achar que o Estado não licenciaria o projeto ou que o custo do programa é tão alto que não lhe interessa, terá de estudar um pouco mais e verificar se será viável ou não. Esse é um conceito importante que deve ser considerado.

Outro conceito: quando se levanta uma hipótese, ela tem de ser comprovada depois. O estudo de impacto ambiental é baseado em hipóteses. Como todas as avaliações de impacto são hipóteses, é preciso confirmá-las. Cientificamente, isso é normal - aliás, nem cientificamente. Quando você joga na loteria, levanta a hipótese de que ganhará e, depois, terá de verificar os números sorteados. Da mesma forma, é necessário fazer a revisão do EIA, após a implantação e durante a vida útil do empreendimento, senão o estudo estará perdido, tempo terá sido gasto à toa. É preciso confirmar as hipóteses, verificar se houve impacto e se foi cumprida a medida mitigadora adequada. Essas deveriam ser as bases da fiscalização. As reavaliações precisam ocorrer durante o processo de renovação do licenciamento, reavaliação de estudo do impacto ambiental sim. Se existe a hipótese, é preciso verificar se tal impacto ocorreu, a sua proporção e se a medida mitigadora foi eficiente. Isso tem de ser feito baseando-se no EIA, que deu origem a todo o processo. No caso da mineração, isso inclui o fechamento da mina.

Em relação ao licenciamento, há as seguintes conclusões: em primeiro lugar, estabelecimento de mecanismos de avaliação conservadora, que, sem eliminar a segurança do processo, o simplificará e o agilizará. Em segundo lugar, revisão do EIA ao longo da vida útil do empreendimento e do seu fechamento, baseando-se em resultados reais, monitorados e quantificados. Com o tempo, as hipóteses tornam-se realidade. Por fim, em terceiro lugar, a tecnologia limpa. Por que a tecnologia limpa faz parte disso? Devemos pensar, primeiramente, na terminologia. Muito se fala em sustentabilidade, mas um relatório do Conselho Empresarial Mundial conclui que sustentabilidade é um termo insustentável, porque é difícil afirmar que as coisas são sustentáveis e que a nossa presença na Terra é sustentável. Há um termo que mais se aproxima da realidade: ecoeficiência. Não que se atinja a posição divina da realidade, que é inatingível, mas é a que mais se aproxima dela. Ecoeficiência seria eficiência máxima nos processos, tanto de controle de impacto como de minimização de insumos e outros. Há outro termo novo e interessante denominado química verde, que procura entender o caminho atômicamente mais eficiente para se atingir um resultado. O que isso quer dizer? Há várias fórmulas para se produzir soda cáustica. Que caminho, atômicamente, gastará menos insumo e energia para produzi-la? Esse é o caminho mais ecoeficiente. É a química verde. Também muito se fala em economia de baixo carbono, ou seja, processos de baixa emissão de gases do efeito estufa. Esses três termos que aqui se encontram estão ligados a uma única coisa: à tecnologia limpa. Voltarei ao quadro em que há um empreendimento que não está obtendo resultado porque nele se colocam todas as externalidades negativas. O que faz a tecnologia limpa? Ela abaixa essa coluna do lado de cá, no que se refere a custos de controle ambiental, a custos de recuperação ambiental e à perda de patrimônios dos serviços ambientais, porque, na medida em que se faz um empreendimento com outra visão, ele terá menor externalidade negativa, voltando a obter resultado positivo, como vocês podem ver ali. É por isso que a tecnologia limpa é importante. Mas a tecnologia limpa, como qualquer outra inovação, tem riscos. Ao se desenvolver uma tecnologia, existe muito risco de não dar certo. E gasta-se muito dinheiro. Portanto, sem indução do Estado, não se consegue o desenvolvimento de tecnologia limpa para essas externalidades, porque o custo é muito alto. E como podemos induzir? Obrigando por lei, o que não é o ideal, ou por incentivos institucionais e fiscais - ambos, institucionais e fiscais. Apresentarei o exemplo do Chile, que é um país mais ou menos do tamanho de Minas Gerais e tem uma economia baseada na mineração. O Chile está muito preocupado com a exaustão de suas reservas minerais pois sabe que, um dia, elas vão acabar. Esse país fez um planejamento de longo prazo para mudar a economia a fim de se tornar um polo de inovação para vender conhecimento. O programa chama-se Start-Up Chile. Ele prevê o fornecimento de US\$40.000,00, a fundo perdido, por empresa que queira começar a montar uma inovação, partindo do zero. Dá espaço garantido para os escritórios e apoio institucional para capital de risco. Foi criado em setembro de 2010, já conta com 25 empresas, há 100 iniciando este ano e quer chegar a 1.000 até 2014.

Quanto à exaustão das reservas de ferro previstas no Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais, de acordo com um seminário realizado em Ouro Preto, notamos que não há um programa de governo que contemple o tema. Estamos pensando nisso? Que imagem estamos passando para o exterior? Estamos trazendo gente interessada no assunto? Não. Precisamos de um programa consistente, com recursos adequados para transformar o Estado em um polo de inovação e tecnologia limpa. Temos de introduzir, em todos os níveis de ensino, a formação para inovação e empreendedorismo, que considere desde a criança até o aluno universitário. Temos de levar em conta que os resultados da inovação implicam investimentos em empresas nascentes, inclusive a fundo perdido. Não podemos ter receio de fornecer dinheiro a fundo perdido para empresa nascente. Temos de parar com isso. É necessário dar dinheiro; caso contrário, não sairemos do lugar. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".



### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos ao ilustre expositor Wilfred Brandt. Agradecemos as sugestões recebidas até agora pelo telefone e pela internet. Assistiremos ao vídeo produzido pela TV Assembleia, contendo sugestões do Coordenador de Mobilização do Centro Mineiro de Reciclagem de Resíduos e do Fórum Estadual Lixo e Cidadania, José Aparecido Gonçalves, e do Pró-Reitor de Planejamento e Gestão da Universidade Federal de Lavras, José Roberto Scolforo, em resposta à pergunta: “O que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?”.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

O locutor - Leitura de mais algumas contribuições recebidas via consulta pública. Informamos que a íntegra das contribuições está no “site” da Assembleia.

Sugestão enviada por Eduardo Barbosa Monteiro de Castro, de Juiz de Fora: intensificação da educação ambiental nas escolas e implantação de coleta seletiva.

Sugestão enviada por Izabel Cristina Chiodi de Freitas, de Contagem: promoção de capacitação dos trabalhadores em saneamento, visando à transformação desses trabalhadores em agentes ambientais.

Sugestão enviada por Elias Haddad Filho, de Belo Horizonte: ampliação da atuação do Estado na operação e manutenção dos sistemas de esgoto por meio de ações de capacitação e financiamento.

Sugestão enviada por Ulisses Bifano Comini, de Viçosa: melhorias nas políticas de uso e ocupação do solo para minimizar os impactos dos eventos extremos.

O Sr. Presidente - Abriremos agora o espaço para as contribuições dos participantes.

Sugestão de André Vilela: criar normatização a respeito da emissão de sequestro de carbono, assim como a criação de um mercado de crédito de carbono.

Sugestão de Frederico Campos Viana: o governo do Estado de Minas Gerais deve rever a Lei nº 10.100, que dispõe acerca da temática de poluição sonora, uma vez que ela se encontra em total desacordo com as resoluções do Conama sobre o mesmo tema. Sugerimos a convocação da Associação Brasileira de Acústica para auxiliar na elaboração do novo marco legal.

Sugestão de Míriam Porto: medidas voltadas à proteção dos campos rupestres ferruginosos no Quadrilátero Ferrífero e a limitação de atividades mineradoras nesses locais.

Sugestão da Deputada Maria Tereza Lara: há necessidade urgente de se criar uma cultura de limpeza urbana. Não sujar as vias públicas, pois além das consequências graves para a saúde pública e para a ecologia, o serviço de limpeza urbana fica caríssimo para as Prefeituras. Outra sugestão é o uso dos meios de comunicação - tevê, jornais, internet -, sobretudo da televisão, para se criar uma cultura do uso correto dos resíduos sólidos, reciclagem.

Esse trabalho intenso e continuado também deverá ser feito nas escolas. Na Europa já se usa mais aterros sanitários para a geração de gás e energia por meio dos resíduos sólidos, sobretudo os resíduos orgânicos. É necessário que o poder público no Brasil invista em estudos e ações concretas para avançar nesse projeto de geração de gás e energia por meio dos resíduos sólidos orgânicos.

Pergunta de Anísia Sudário Daniel: “A cidade de Belo Horizonte tem condições de fazer coleta seletiva em vários bairros. Por que não o faz? A coleta seletiva, ao contrário da coleta de lixo comum, poderia ser feita uma vez por semana, reduzindo assim o número de carros de coleta. As empresas que produzem algo que se tornará resíduo reciclável, como artigo de higiene, perfumaria, embalagens Tetra Pak, deverão disponibilizar locais de coletas.

Com a palavra, o Sr. Iran Leite Ferreira, de Belo Vale, que disporá de 3 minutos.

O Sr. Iran Leite Ferreira - Sou Presidente da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro. No início do ano passado foram prometidas as barragens de contenção para o nosso Município. Como é um Município muito montanhoso, elas são muito importantes porque sofremos muito com as erosões.

Relativamente às cercas nas minas e nas nascentes, há um projeto do IEF, mas é muito difícil que as associações fiquem sabendo disso. Seria ideal que as Secretarias de Agricultura e as Prefeituras divulgassem esse projeto.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sr. Iran, pela sua contribuição. Com a palavra, o Sr. Denes Martins da Costa Lott, de Belo Horizonte.

O Sr. Denes Martins da Costa Lott - Bom-dia. Sou advogado e Analista Master de Meio Ambiente da Vale do Rio Doce e estou aqui em nome do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram - para apresentar as propostas do órgão, que congrega as empresas de mineração do País, as quais, em nossa visão, deverão estar na agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para promover o desenvolvimento do Estado no que se refere à mineração e ao meio ambiente.

O Ibram pleiteia o aperfeiçoamento do sistema de licenciamento ambiental por meio de revisão da legislação e edição de normas claras, levando-se em consideração as características específicas da mineração, que permitam acelerar o processo de licenciamento, simplificar os procedimentos, evitar a criação de mais etapas nesse processo, implementar instrumentos de planejamento com a finalidade de conciliar a exploração dos recursos minerais com a proteção do ambiente natural; o aperfeiçoamento da legislação sobre cavidades naturais subterrâneas que considere a rigidez locacional dos recursos minerais, a otimização do aproveitamento de jazidas, a possibilidade ampla de compensação ambiental, quando couber, fora da área do empreendimento, as características do minério e conhecimento gradual do patrimônio espeleológico brasileiro; avaliação prévia da existência de recursos minerais, ao se criarem ou alterarem unidades de conservação e corredores ecológicos na esfera estadual ou em áreas onde se pretenda dar usos especiais ao território, como assentamentos rurais, demarcação de terras indígenas e de áreas quilombolas ou equivalentes; cumprimento da averbação da reserva legal florestal pelo proprietário ou pelo possuidor, e não pelo minerador na fase de pesquisa mineral, pois tal exigência indevida tem atrasado o andamento do processo de licenciamento ambiental e os procedimentos no DNPM; definição clara de competência entre o órgão ambiental e a autoridade minerária com relação às ações e às medidas a serem adotadas pelo empreendedor no caso de recuperação de áreas degradadas e fechamento de mina.



Concluindo: acolhimento expresso pela legislação da consideração ampla e geral da utilidade e do interesse público da mineração, em razão de que essa atividade se desenvolve, como a própria Constituição Federal reconhece, no interesse nacional. Os órgãos ambientais resistem em reconhecer essa característica especial da atividade mineradora, dificultando os processos de licenciamento. Na oportunidade, apresentamos essas propostas por escrito. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Denes. Com a palavra, por 3 minutos, a Sra. Clarise Fernandes da Silva, de Belo Horizonte.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Bom-dia. Muito obrigada pela atenção. Sou representante da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Como venho dizendo aqui na Casa, o social tem de ser visto com muito carinho, como um todo, integrado, porque o ser humano não pode ser só uma orelha, uma boca, um pé. Não podemos vislumbrar ou até mesmo fazer planos de ações isoladas, porque as ações têm de ser sempre em conjunto, para tratar o social como um todo. Não se deve tratar delas regionalizadamente, por políticas preferenciais, de acordo com as quais a parte eleitoreira fala mais alto. Ocorre muita politicagem em vários segmentos. Já fui conselheira e sei muito bem o que estou dizendo. Há algum tempo, tentamos nos credenciar no Conselho de Assistência. Isso é muito grave. Recebemos representantes do Conselho de Assistência Social, onde foi claramente disseminado que hoje não interessa à Clarosofia, de forma alguma, estar no conselho especial. Para a Clarosofia estar credenciada no conselho, tinha de seguir o exemplo do Loyola, que deu R\$30.000,00. É um absurdo! Hoje não pretendemos, de forma alguma. Esse conselho não tem representatividade para nós. Temos relatórios eficazes. Hoje temos mais de 4 mil vagas para empregos. Atendemos a creches, fazemos doações de material, roupa, calçado, agasalho, mas isso é paliativo. Não é suficiente. O pessoal tem de sair da margem da mendicância. Sempre digo aqui na Casa que os impostos são multirributários. A carga tributária é onerosa, é caríssima. A sociedade fica à margem, na mendicância, de penico na mão. Os impostos são altos. Quando a conta chega nos impostos, tem de ser paga, senão os benefícios são cortados.

Os catadores de papel têm de sair da mendicância da mais valia. É necessário efetivar cursos de qualificação para eles. É preciso fazer pesquisa, diagnóstico social, para detectar as condições reais de vida deles, para dar-lhes suporte na área de plano de saúde. O programa da dengue está correndo o risco de perder R\$25.000.000,00, porque os profissionais cometeram falhas, ao aplicarem o programa no mercado. Foi detectado. Está no "Estado de Minas". Então, o profissional capacitado pelo governo cometeu erro e comprometeu R\$25.000.000,00. E dizem que não há recursos para nada. Como não têm recursos para nada? As campanhas políticas são milionárias. Os políticos honestos são bem-vindos, mas temos de avaliar a maioria. Temos de avaliar, temos de pesquisar. Nunca se tem dinheiro, mas não se faz política sem recurso financeiro. Todos temos conhecimento de que bancar campanha política é caríssimo. Então, realmente, temos de ter um olhar especial, porque lidamos com vidas. Hoje se investe muito mais na metodologia do que no sujeito. Depois, o gráfico da criminalidade só aumenta onde não vai ter representação de político, nem de pastor, nem de polícia. A polícia é fundamental, mas é muito mais importante investir no ser humano e na prevenção. Os direitos fundamentais determinam que todo pagador de impostos, que todo sujeito, como sujeito, tem direito à saúde, à educação e à habitação. Estamos no terceiro milênio, vivendo um processo totalmente retrógrado, que não tem justificativa, em se tratando da criminalidade. Ontem disse aqui e vou repetir: crianças de 6 a 16 anos estão no tráfico. Então, em que segurança podemos investir? Na repressão? Na polícia? O policial é um ser humano, é um profissional. Eles não podem muito, se não contarem com as autoridades parlamentares, com o Prefeito, com o Deputado Estadual, com o Deputado Federal, com o Senador, com o Presidente. Temos de estar unidos na condição de governo, de sociedade, de ONG, de representantes de entidades religiosas etc. Aliás, religiosidade hoje não resolve o problema. Se a pessoa não tiver Deus, se não tiver Jesus vivo, se não tiver o comprometimento com a palavra de Deus, se não tiver compromisso com Deus, não vai ter compromisso com os homens. Isso é balela. Temos de prestar atenção e saber para onde vão os recursos arrecadados em impostos, de nossa carga tributária onerosa.

Também queremos que abram precedentes reais para que a sociedade participe efetivamente, jogando por terra a burocracia. É necessário dar acesso à sociedade, que está aqui, desesperançosa por esta Casa estar vazia, mesmo com um programa maravilhoso como este.

Agradeço a abertura de espaços reais para que convênios sejam celebrados com o governo. Não somos adversários do governo, só entramos onde as demandas excedem, e a sociedade pede socorro. Conto com atenção especial para o que pode ser feito. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Clarise Fernandes, por sua contribuição. Teca, do Movimento pela Preservação da Serra Garandela. Por favor, identifique-se, pois você se inscreveu como Teca. Você disporá de 3 minutos.

A Sra. Maria Teresa Corujo - Bom-dia. Sou de Caeté e Belo Horizonte. Estamos em um Fórum sobre desenvolvimento. Escutei o Presidente Brandt falar sobre a exaustão de nossas reservas minerárias. Não é de hoje que todos falam da grande quantidade de reservas minerais do nosso Estado. Não acreditamos que nosso futuro esteja na exaustão das reservas minerais. A localização do minério está diretamente relacionada com a água, por isso dizem que Minas Gerais é a caixa-d'água do Brasil.

Nossa sugestão para este Fórum é que reflitam e decidam com cuidado para que esta Casa Legislativa trabalhe visando ao futuro do Estado. Se trabalharmos simplesmente com a exaustão das nossas reservas minerais, acabarão com o Estado, com o nosso povo, porque ficaremos não só sem a nossa paisagem e sem as nossas serras, mas também sem a menor possibilidade de futuro.

A facilitação dos licenciamentos, como é a proposta que percebemos estar nesta Casa Legislativa, é crime, é extremamente grave. A mineração deve ser tratada com extrema responsabilidade, porque não existe desenvolvimento nem futuro se não tivermos água e se não tivermos solo para plantar e garantir a segurança alimentar. Há uma preocupação crescente que está começando a unir movimentos a favor de uma nova perspectiva de desenvolvimento. Estamos trabalhando pela criação do Parque Nacional da Serra do Gandarela, precisamente por causa disso. Não há tempo, mas estaremos à disposição para informar. Obrigada e bom dia.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Maria Teresa. Aparecida Maria Martins Pereira.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Bom dia a todos. Célio Moreira, falarei com vocês sobre o Grupo Fé e Política. Como técnica agrícola, agradeço ao IEF o apoio que nos dá na Serra do Rola-Moça. Neste fórum de desenvolvimento sustentável de Minas Gerais, venho defender a Mina de Capão Xavier, porque estivemos lá e nada vimos de prejudicial aos habitantes de Nova Lima e do



Barreiro. Estamos aqui para defender, pois precisamos da Vale e do IEF, que está sempre conosco, como também a polícia do meio ambiente. Somos parceiros e como tal estamos aqui para defender a Vale do Rio Doce, porque precisamos de empregos para as pessoas de Minas Gerais. Sou mineira, com muito orgulho, trabalho como voluntária na Zeladoria do Planeta, sob o Conselho Comunitário de Segurança Pública, do Conselho de Saúde e Habitação de Belo Horizonte. Poderemos esclarecer qualquer dúvida que tiverem. Estamos aqui, eu e o Prof. Magela Fernandes Ferreira Leandro. Muito obrigada, tudo de bom a todos. Para que haja desenvolvimento, é preciso empresas como a Vale. Por fim, agradeço ao IEF.

O Sr. Presidente - Agradeço à Aparecida a sua intervenção. Com a palavra, o Sr. Fernando Antônio Leite.

O Sr. Fernando Antônio Leite - Bom dia! Sou do Instituto Fazer e Acontecer e quero desejar vida longa ao Prof. Apolo Heringer Lisboa, que está ficando mais experiente hoje, ao completar 33 anos, e também desejar vida curta a uma das suas principais bandeiras, que é enquadrar todos os rios de Minas na classe 2. Esperamos que os agentes envolvidos do setor público e empresarial e os ambientalistas tenham capacidade de diálogo, isto é, de criar uma convergência no diálogo sobre as políticas das águas e do meio ambiente, para que as nossas águas estejam enquadradas na classe 2, dentro de um período muito curto.

Desejo ao Prof. Apolo muita saúde e vida longa, para que possa ter novas bandeiras, porque o nosso desejo é que essa bandeira se expire o mais rapidamente.

O Sr. Presidente - Obrigado, Fernando. Com a palavra, a Sra. Aline Gonçalves A. Oliveira.

A Sra. Aline Gonçalves A. Oliveira - Bom dia. Sou estudante de gestão ambiental, faço estágio na Semad e participo da ONG Ecovida São Miguel de Permacultura e Agroecologia. Não vou reclamar de nada; apenas quero pedir atenção para as soluções já existentes, que estão sendo trabalhadas por profissionais renomados e muito inteligentes.

Primeiramente, gostaria de contar com o apoio dos Deputados ao uso do bambu, mais precisamente ao meu amigo Luiz, professor de engenharia da UFMG e doutor em bambu. Aliás, ele já tem um livro escrito sobre o uso do bambu e das fibras naturais para estruturas de pequeno, médio e grande portes. Por favor, mais verbas para o Bolsa Verde, acompanhadas de melhor capacitação para os produtores rurais na permacultura, na agroecologia, nos sistemas agrofloretais e nas formas de irrigação. Também conto com os senhores para incentivar a economia verde por meio de apoio aos artesãos e aos extrativistas, às biojoias, aos fitocosméticos, à fitorremediação. Peço ainda apoio ao meu Prof. Casali, de Viçosa, que está com o ouro na mão. Ele está descobrindo a homeopatia para a descontaminação da água. O que queremos é apenas um apoio para quem já está adiantado nas suas pesquisas. Não fechem os olhos.

Estou trabalhando no inventário das águas subterrâneas contaminadas por postos de gasolina, que são quase 80%. Estudo isso e posso afirmar-lhes que descontaminar o lençol freático é quase impossível. Temos filhos e precisamos pensar no futuro deles.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Aline. Com a palavra, Apolo Heringer Lisboa, Coordenador do Projeto Manuelzão e professor do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG, que disporá de 20 minutos para a sua exposição sobre o tema "Meio ambiente".

### Palavras do Sr. Apolo Heringer Lisboa

Bom dia a todos. Fernando, hoje estou completando 68 anos, e não 33. Você está me confundindo com Jesus Cristo.

Parabenizo a Assembleia Legislativa pela realização deste fórum democrático, bem como o Deputado Célio Moreira. Gostaria de saudar o Deputado Marques Abreu, mas ele já saiu. É um Deputado que está começando agora o seu mandato e chegou bem cedo e interessado no assunto. Aliás, os novos Deputados têm muito que aprender, e o melhor jeito de fazer isso é ouvindo a voz das urnas, isto é, a voz do povo que os elegeu. Muitos aqui representam trabalhadores, professores, ambientalistas, etc., por isso é preciso que esses Deputados se mantenham fiéis à destinação dos seus votos.

Ouvi algumas pessoas defendendo e outras posicionando-se contra a mineração. Tenho muito medo de entrar nesse jogo, porque precisamos ter embasamentos até filosóficos para defender um tema como o meio ambiente. O planeta Terra foi feito para todos os seres vivos. A concepção, ao observarmos a Terra, precisa ser biocêntrica, ou seja, todos os seres vivos têm direito à vida. Todos concordam com isso. Os animais, as plantas e os peixes têm direito à vida, e não só o ser humano. Este é o animal mais violento que há. Estava vendo uma escala de violência e predadorismo e cheguei à conclusão de que o ser humano é mais predador que onça, cascavel. Temos de nos educar, porque o ser humano não é nenhum modelo para o mundo. Ele inventou que foi feito à imagem e semelhança de Deus, mas isso é propaganda enganosa. O ser humano é terrível; é capaz de matar o próximo; de roubar a merenda escolar de crianças que estão passando fome. Só acredito no ser humano como projeto histórico de construção de uma nova mentalidade. Algumas pessoas dizem "Vamos humanizar o planeta". Quando ouço isso, saio correndo. Os animais também saem correndo. Se perguntarmos aos animais se querem que humanizemos mais o planeta, eles sairão correndo. Temos de mudar nossa autoimagem, porque há uma deformação afetiva da realidade. Não somos essa Brastemp, esse modelo que está aí, se bem que a Brastemp agora não está com nada. Precisamos então, ter um modelo biocêntrico. O ser humano tem de cuidar da Terra; tem capacidade tecnológica para isso; não pode dominá-la, escravizar os animais, desmatar, arrebentar tudo.

Defendo que deve haver mineração. Existem produtos dependentes da mineração. Defendo que haja agricultura. Acho que tudo é possível, desde que seja com outra mentalidade. Não podemos conviver com a atual mentalidade. Às vezes, faço críticas a movimentos sociais e ONGs, por exemplo, mas não gosto de ouvir certos empresários fazendo críticas a eles. Esses movimentos têm muita pureza no sentimento, apesar de precisarem evoluir em termos de políticas estratégicas. Os empresários têm de fazer autocrítica. Dá impressão de que são radicais somente os que lutam pelo meio ambiente. Sou contra o radicalismo. Vou perguntar quem são os radicais. Vamos fazer uma eleição. Se perguntarmos aos peixes quem desmata, quem joga agrotóxico para todo lado, quem está transformando rios em esgotos, dirão que é o homem. Isso não é radicalismo? Não é radicalismo desmatar todo o cerrado, dizendo que estão produzindo etanol para o combustível verde? Etanol só é combustível verde quando se prioriza o transporte coletivo, quando se planta cana em áreas já desmatadas. Os fazendeiros estão sem grana, Célio. Você conhece bem o interior. Por que não compram cana dos pequenos fazendeiros que estão passando necessidade? Por que desmatam terras novas? Essa história está mal-





contada. A monocultura extensiva nunca é boa para nada. Não somos contra o processo econômico. É mentira achar que somos contra ele. Lá estão as decisões. Não adianta tomar as decisões lá, sem consultar a sociedade. Decisões de que farão 200 PCHs, que desmatarão o cerrado, que produzirão etanol, que acabarão com o Triângulo Mineiro, que haverá só agronegócio e não deixarão reserva legal. Depois nos mandam brincar no Copam, no comitê de bacia hidrográfica e nos conselhos ambientais e fazer papel de bobo, perdendo tempo, pois a decisão foi tomada na instância econômica e política. O que estamos fazendo no comitê de bacia hidrográfica, se não temos poder nem para enquadrar aquele rio na classe 2? O que é classe 2? É o seguinte: nessa classe, pode-se jogar um pouco de esgoto tratado no rio, tirar água, mas devemos poder nadar no rio e os peixes devem voltar para ele. Devemos nadar em todos os rios, não podemos canalizar os rios. Isso é antinatural e desnecessário. Para que canalizar rio, se na Suíça e na Alemanha estão descanalizando todos os rios? Também na Coreia do Sul estão descanalizando os rios. Então, é uma ignorância insistir nesse argumento.

Durante quatro anos fui Presidente do Comitê do Rio das Velhas e pergunto: qual a grande empresa e quais os setores governamentais acharam ruim aquela gestão? Fui eleito por unanimidade por duas vezes. Todos participaram, e não ficamos contra o processo econômico, mas discutíamos e apresentávamos uma série de medidas. Muitas não foram cumpridas, pois não há fiscalização eficiente. A sociedade civil quer ajudar a fiscalizar, mas ninguém aceita as nossas reclamações. O Estado quer colocar muitos funcionários para fiscalizar o meio ambiente, mas eles poderiam ser poucos, a sociedade ajudaria trazendo suas reclamações, que seriam classificadas no computador e haveria uma ação mais inteligente. Para que essa política de não escutar a voz da sociedade, se somos nós que mandamos neste mundo? O povo manda no mundo. Isso é um princípio democrático. Ninguém está fazendo favor. Infelizmente os partidos políticos não estão sabendo expressar o sentimento do povo, porque este quer algo que nunca consegue. Há algo errado na democracia brasileira.

Respeito muito a economia. A economia é criativa, eles inventam coisas para produzir. A economia tem um papel importante, mas não pode governar o planeta, porque não tem juízo. A economia não tem juízo. Ela tem força, dinheiro e dinamismo. Se você for a um país onde não há empresários, verá uma tristeza, nada funciona. Deve haver empresários. Somos a favor de que os empresários assumam as opiniões da sociedade, que haja um desenvolvimento sustentável e que não deixem ser criados bolsões de miséria. Onde existe desenvolvimento econômico, não precisa haver prostituição, droga, violência e pobreza. Isso não está correto. Pergunto a qualquer capitalista: tem significado a riqueza para uns e a miséria para a maioria? É isso que questionamos. Não devem mentir nem inventar que somos contra o progresso. Somos tudo, pobre e tal, temos muitos defeitos, mas não somos idiotas.

Já que a questão econômica é fundamental no futuro da questão ambiental, o governo do Estado e a Assembleia Legislativa devem nos colocar no Conselho de Desenvolvimento Econômico na hora de tomar as decisões estratégicas para o Estado. Não adianta ter Secretaria de Meio Ambiente como subsecretaria, sem poder fazer nada e ficar antipatizada. O Dr. José Carlos de Carvalho foi um grande Secretário, é um homem íntegro, mas tinha grandes dificuldades para implementar qualquer mudança positiva. Quem são os radicais? Os que não querem aceitar a opinião dos outros.

Precisamos, em Minas Gerais - e dizem que Minas está na frente de tudo, está na frente da Inconfidência Mineira, está na frente do Golpe Militar de 1964 -, Deputado Célio Moreira, instituir uma gestão sistêmica do meio ambiente. Qual o problema disso? Por exemplo, há a Lei Federal nº 6.938, de 1981, e a Lei Federal nº 9.433, de 1997. Uma é da ditadura militar, que queria colocar um limite na devastação ambiental a fim de dar uma satisfação ao mundo que acusava o Brasil de não respeitar o meio ambiente. Cubatão e outras coisas. A outra lei refere-se à gestão das bacias hidrográficas. Nada impede que as duas leis coexistam de forma convergente, não há proibição disso. Então, por que não atuam conjuntamente numa gestão sistêmica por bacia hidrográfica? E por que deve ser por bacia hidrográfica? Se há 20 empreendimentos liberados um a um, sem um território estadual ou municipal definido, não há como medir o resultado, os efeitos cumulativos e sinérgicos dos esgotos, enfim, do impacto em algum lugar. A água tem esse papel metodológico. Por meio dela sabemos o que acontece no território. Se se está usando agrotóxico, se se está desmatando, queimando, se o esgoto está sendo lançado no rio, enfim, tudo aparece na água. A água mostra a nossa cara; ela permite governar; permite o biomonitoramento dos peixes, o monitoramento físico e químico. O José Cláudio Junqueira é especialista, tem doutorado nesses monitoramentos.

O Projeto Manuelzão trabalha o biomonitoramento - que atua ao lado desses outros - para que tenhamos rios vivos. É pedir muito um rio com peixe, onde se possa nadar? Os ambientalistas querem conservar a biodiversidade, os animais. Já imaginaram um mundo sem passarinho, sem aves, sem mamíferos, sem borboletas? Esse mundo pode ser real e existe nas grandes plantações de eucalipto. Não há nada lá. Se estivesse aqui, o Manuelzão “meteria o pau” no eucalipto. Não chego a tanto. Acho que se pode plantar eucalipto em pequenas quantidades, nas fazendas já desmatadas, levando-se renda para o produtor rural, mas sem desmatar mais nada para fazer esse plantio. O Brasil não pode desmatar mais.

Estive em Uberlândia, terra do agronegócio, para receber uma medalha, e também em Patos de Minas. Meu pai até conheceu o Secundino, que fundou a Agrocere. O pessoal do agronegócio não entendia o que eu estava fazendo lá. Na realidade, a medalha estadual foi concedida a quem luta para melhorar os rios, porque eles são importantes para a produção agrícola. Com água boa há mais produção, os animais têm mais saúde. E não são só os bois: estou preocupado com os animais que não têm dono. Onde os peixes, os passarinhos, as pacas vão beber água, se tudo virou esgoto? Estamos matando tudo. Eles também precisam de água boa. Nessa reunião a que me referi, fiquei impressionado com o discurso do então Secretário de Agricultura. Ele disse que tínhamos de desmatar para produzir mais alimento. Falei que o que estavam produzindo era etanol para carro particular. Não é preciso desmatar mais para aumentar a produção de alimentos. A maioria das terras desmatadas estão abandonadas, porque se vai desmatando, desmatando, e não adianta querer voltar atrás. Não se recupera plantação; é muito caro. São 200, 500, 1.000 anos para recuperar o cerrado. O cerrado é riquíssimo em frutas, em produtos medicamentosos. Os animais vão para o cerrado para sararem das doenças. O cerrado é feio, mas é importante, enquanto outros ecossistemas são bonitos, mas não resolvem nada. Não podemos mais ter essa visão de terra arrasada; vamos defender o território brasileiro. Isso não é ser patriota? Se arreberto tudo, provooco assoreamento e erosão,



estou defendendo o território brasileiro? O território brasileiro está indo para a Argentina, no rio da Prata, para o oceano. A terra está indo embora. O rio São Francisco está totalmente assoreado por causa de ações erradas no território.

Convoco as mineradoras, as siderúrgicas, a indústria química, a Petrobras, a Copasa, enfim, todas as indústrias a discutirmos juntos nos comitês de bacia. Para que esse antagonismo? Para que criar esse choque? Por que não haver diálogo? Esse é um radicalismo prejudicial à própria economia. Atividade econômica num lugar que não tem água boa, num território inadequado é bem mais difícil. Ou apenas estamos querendo mandar minério para a China a preço baixo, para ela o guardar e o explorar daqui a 200 anos e sem gerar emprego aqui? Temos de gerar emprego com esse minério. Se gero emprego aqui, não preciso tirar tanto minério; posso retirar menos, preservar as nossas jazidas. A mineração desenfreada, só para exportar, ocorreu no período colonial. O que fica aqui? Vá a Raposos, aos Municípios que têm minérios, e encontrará silicose, alcoolismo e cidades-dormitório. Quais são os progressos? Não há um código minerário. O minério não paga “royalties”. Não sou contra a mineração; sou a favor de uma mineração decente, digna e boa para o mundo. Isso precisa ser discutido. Não vamos ficar fazendo torcida de um lado e de outro. Essa questão não está resolvida.

A gestão ambiental deve ser feita ao mesmo tempo com os dois sistemas. Vocês estão vendo o resultado do rio das Velhas, que conseguimos melhorar. Os peixes estão voltando. Entretanto, morro de tristeza ao ver que os licenciamentos do rio das Velhas estão sendo feitos sem passar pelo comitê de bacia que governa o rio das Velhas de Ouro Preto a Pirapora. Foi criada uma Unidade Regional Colegiada - URC -, que é um Copam, em Montes Claros. O Copam de Montes Claros está fora da gestão da bacia, está distante. Ele vai liberar empreendimentos que afetarão o rio das Velhas, a Serra do Cabral, desmatando aquela maravilha. A URC de Diamantina licencia 30, 40 coisas por reunião, e o Comitê do Rio das Velhas não tem a mínima audiência nesse processo. São três URCs, três Copams em cima da mesma bacia, que é do rio das Velhas, que tem apenas um comitê de bacia. Ou seja, a lei não proíbe que haja uma URC na bacia do rio das Velhas. Para ficar perto para todo mundo, que é o argumento fajuto usado, faça-se a sede da URC em Curvelo, que fica no meio do caminho. Que seja uma URC por bacia ou por sub-bacia, por território de comitê. Que a licença prévia seja o ponto fundamental. Eles dão licença prévia argumentando que é sem importância por ser prévia. Ora, uma vez dada a licença prévia, acabou-se: as outras licenças terão que vir, pois o investimento já foi feito. A licença prévia só pode sair após a definição conjunta do comitê de bacia e do Copam. Uma vez tomada a decisão, é preciso colaborar para que o empreendimento aconteça. A licença prévia deve ser dada com seriedade. Que impacto será medido na região? Pode ser usada a metodologia do biomonitoramento das águas, que tudo indica.

Vou deixar o “pen drive” aqui e peço que imprimam - estou sem tinta em casa - a carta que enviamos ao Governador em dezembro, com a assinatura de quase todas as ONGs. Não recebemos resposta até o momento. Hoje farei uma reunião com o Secretário de Meio Ambiente. Adianto a carta ao Governador para a Assembleia, pois é uma carta pública.

Temos a Decisão Normativa nº 96/2006, que estabelece que, até 2017, todos os Municípios mineiros deverão ter esgotos tratados. Gostaria que os Deputados fiscalizassem isso. Até 2017, todos os Municípios mineiros devem tratar até 80% de seus esgotos. Com isso, o peixe voltará e será possível nadar em todos os rios. Essa deve ser a nossa meta para as Olimpíadas de 2016. Existe a Lei Federal nº 11.445, que estabelece que o saneamento deve ser por bacia. Saneamento não é por Município; meio ambiente não é por Município, nem por Estado, nem por país. Meio ambiente não tem pátria, pois é o território do planeta. Sou do planeta Terra. É importante a mudança de mentalidade. Precisamos nadar e pescar em todos os rios. Não é preciso estudar.

Já ouvi o seguinte: “É muito caro recuperar um rio”. Pergunto: e o dinheiro que foi ganho destruindo o rio? E as privações econômicas aos pequenos lavradores, ao abastecimento humano e aos animais silvestres? E as doenças causadas pela poluição? Qual é o preço? Os argumentos economicistas não resolvem nada. Quem coloca tudo na ponta do dinheiro está enganando. A maior riqueza não é o dinheiro; a maior riqueza é a qualidade de vida, o padrão de vida, o meio ambiente, a saúde e a vida. Eles confundem riqueza com dinheiro. Ora, dinheiro é uma expressão monetária de um aspecto da venda de mercadorias. Riqueza não é isso. Isso é reducionismo. Um político candidato à Prefeitura de Belo Horizonte na eleição passada fez uma declaração em sua propaganda que me deixou assustado: “Temos em BH mais de 600km de córregos. Destes, só 30% são canalizados. Vamos resolver esse problema. Vamos canalizar o resto.” (- Risos.) Isso não é possível. Pretendem liberar as PCHs uma a uma, muitas vezes na mesma sub-bacia. Juntam três para verem o impacto. Ao invés de construirmos PCHs para todo o lado, por que não construímos prédios com ventilação, para ficarem mais fresquinhos, que utilizem luz do meio ambiente externo? A Fiat já tem tecnologia para isso. Fica-se ligando ar-condicionado e acendendo-se luz o dia inteiro nos prédios. Trata-se de um consumo insustentável de energia. A geração de energia tem de se dar em função de um consumo sustentável. Há energias eólica e solar que estão dando certo no mundo inteiro. A China está na frente até dos Estados Unidos nisso, mas caminhamos devagar, pois acreditamos que dispomos dos rios para gerar energia limpa. Seria energia limpa acabar com a piracema e transformar os rios em lagos para ficarem cheios de algas verdes que os apodrecem? Então, não vamos nessa onda. As PCHs devem existir, mas não podemos fazer uma festa com elas, para o enriquecimento de empresas que não conversam conosco e aproveitam-se do lugar privilegiado que ocupam.

Hoje tudo é baixo carbono. Gostaria de advertir os Deputados e os presentes de que isso seria reduzir toda a complexidade da gestão ambiental a uma molécula. A questão ambiental é socioeconômica, histórica e política. Trata-se de algo complexo. A água reflete muito melhor essa complexidade. Por isso digo que “copenhágua” sim, mas Copenhague não. O que lançou o negócio do baixo carbono foi uma política do norte-americano Al Gore, para desviar a atenção dos ambientalistas inteligentes e para fazermos o papel de bobo de pretender reduzir toda a complexidade da questão ambiental, que exige a mudança do modelo econômico apenas para plantar eucalipto e para produzir etanol, com a destruição das áreas verdes. Isso é um engodo de um político inteligente, da democracia maior do Ocidente, que domina o mundo por meio de guerras e adota um modelo consumista, que transforma o planeta para pior. Não vamos nessa onda. Sou a favor do baixo carbono e da redução da emissão, mas não podemos transformar isso em liderança do movimento ambiental. Temos de abrir os olhos. Por que o Al Gore foi Vice-Presidente dos Estados Unidos? Ele poderia até ter sido Presidente. Trata-se de um homem associado à indústria do petróleo, da guerra e de tudo o mais. Ele lideraria o movimento ambiental para mudar a situação econômica e social do mundo? Jamais. Para encerrar, gostaria de apresentar um vídeo sobre o planeta Terra.



O Sr. Presidente - Apolo, antes gostaria que falasse sobre seu livro, que trata da revitalização dos rios do mundo, que está doando para a biblioteca da Assembleia Legislativa.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - O livro fala sobre a recuperação e revitalização dos rios do mundo inteiro. Realizamos um congresso mundial sobre isso. O Projeto Manuelzão tenta atuar no planeta Terra como um todo. Como disse, a Terra é uma bacia hidrográfica. Se não mudarmos o mundo, não poderemos mudar aqui. Estou doando esse livro para a biblioteca da Assembleia Legislativa, e os interessados poderão pegar um no Projeto Manuelzão.

O assunto é extenso, e temos de respeitar o horário. Lamento muito não poder falar mais, mas o movimento ambientalista e os Deputados têm de entender de outra maneira a questão do crescimento econômico e do meio ambiente, pois tudo está muito mal exposto. Há ONGs que acabam entregando os pontos e sendo captadas por financiamento. Isso é uma vergonha. O mundo não pode ser assim e não pode se corromper. O que mudará o mundo é uma nova mentalidade generosa, de pessoas com coragem, que não se vendem. A política tem de governar o mundo. A política só fará isso se não for comprada por dinheiro. Uma política e uma democracia por dinheiro não é democracia. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao ilustre expositor Apolo. Com certeza, contaremos com sua contribuição e apoio durante esta legislatura. Vamos assistir ao vídeo.

O Sr. Apolo Heringer Lisboa - Esse vídeo fala da bandeira única que queremos para o planeta Terra.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

### Palavras do Sr. José Cláudio Junqueira Ribeiro

Bom dia! Gostaria de cumprimentar o Deputado Célio Moreira, Presidente da Mesa, na pessoa de quem cumprimento os demais Deputados. Quero cumprimentar a Dra. Maeli, o Dr. Wilfred Brant, o Apolo e a Assembleia Legislativa pela iniciativa deste fórum democrático e dizer da nossa satisfação em participar deste evento e ouvir os palestrantes e as intervenções ao vivo e por vídeo. Todas essas contribuições sobre os problemas percebidos por diversos segmentos são muito importantes para a reflexão de todos nós e para a administração pública, a fim de que sejam levantadas as prioridades na questão ambiental do Estado.

Foi abordada, com muita propriedade, a questão dos resíduos sólidos, especificamente os resíduos sólidos urbanos, o lixo. Embora os dados apresentados sejam de 2008, podemos atualizá-los para 2010. No Estado, 53% do lixo estão dispostos adequadamente. Como disse a Dra. Maeli, ainda existe uma grande parcela de lixo disposta em lixões sem nenhum cuidado, o que causa vários problemas ambientais e de saúde pública. É necessário avançarmos nessa questão. Não podemos esquecer do papel importante dos Municípios, que, constitucionalmente, são responsáveis pela gestão dos resíduos sólidos urbanos. Outro problema é a falta de recursos para os investimentos necessários, para os trabalhos que estão sendo desenvolvidos em prol do consorciamento, cujo objetivo é minimizar a falta de recursos financeiros e humanos para soluções conjuntas. Essa é uma questão importante que deve constar na pauta da Assembleia Legislativa para a solução do problema ambiental.

O Apolo abordou, com muita propriedade, a questão das águas, a necessidade de recuperação delas, a necessidade de revermos os nossos procedimentos, que ainda estão muito enraizados não apenas na administração pública, mas também no setor empresarial e entre a população. Por exemplo, é muito comum a grande demanda da população junto à administração pública estadual, principalmente junto à administração pública municipal, pela canalização de cursos d'água. O cidadão enxerga apenas duas opções: o rio e o córrego ou poluídos ou canalizados, em que não se vê poluição. Não lhe é apresentada a alternativa de um curso d'água, um córrego, um ribeirão não canalizados e sem poluição. Com certeza, essa seria a sua preferência.

O Apolo, nos dois seminários sobre revitalização de rios que realizamos com a participação do Manuelzão - publicados no livro que está entregando à Assembleia -, mostrou o que o mundo está fazendo em termos de recuperação de cursos d'água, ou seja, exatamente o contrário do que está sendo feito no Brasil. Brinquei com o Fernando Leite, que coordenou os dois seminários, dizendo-lhe que não realize o terceiro, porque, a cada seminário tomamos conhecimento de mais canalizações, principalmente na região metropolitana. Devemos repensar essa questão. Creio que esta Casa poderá contribuir muito na criação de uma norma legal em prol da manutenção do estado natural dos nossos cursos d'água.

Outro ponto que foi abordado com muita propriedade diz respeito ao desmatamento, à cobertura vegetal nativa do Estado. Em 1994, 47% da área de Minas tinham cobertura nativa, não apenas primária, mas nos vários estágios sucessionais. De 2004 a 2008, quando foi feito o último levantamento, essa área foi reduzida para 33%. Embora os índices de desmatamento estejam caindo ultimamente, ainda são elevados. Mais de 60% da área desmatada no Estado são de pastagens.

Precisamos repensar a pecuária no Estado de Minas Gerais. Não é possível continuarmos a ter uma pecuária tão extensiva. Existem tecnologias e exemplos concretos em outros lugares do País, onde há uma quantidade maior de cabeças por hectare. Existe uma grande extensão de áreas de pastagem que poderiam ser utilizadas para a agricultura. Temos que repensar o nosso modelo não só para a produção de alimentos e para a expansão da fronteira agrícola não necessariamente em áreas que necessitam de desmate. Temos que pensar também, como disseram o Apolo e o Wilfred, considerando as tecnologias limpas, em compatibilizar atividades econômicas tão importantes para o Estado, como são a indústria de transformação, a indústria extrativista, a indústria de serviços e a de geração de energia, com a preservação do meio ambiente. Esse é o desafio não apenas do poder público, a começar pelo Legislativo - responsável pela legislação, que estabelece as regras do jogo -, mas também do Poder Executivo, que deve cumprir as leis fielmente, e também da população, que deve participar desse processo. Afinal de contas, esta Casa é de todos nós. Aqui estamos representados por aqueles que escolhemos, para que decidam, em nosso nome, as regras do jogo para o desenvolvimento do nosso Estado, que devem ser cumpridas fielmente pelo Executivo.

O Apolo disse que ainda não recebeu uma resposta do governo. Provavelmente a receberá formalmente, mas, de todos os documentos sobre o meio ambiente entregues ao Governador, o único que recebi, como diretriz para a reforma das linhas de atuação da política de meio ambiente, foi exatamente aquele citado pelo Apolo. A diretriz apresentada pelo Governador Anastasia e pelo Secretário Adriano é que a administração ambiental do Estado será feita por bacias hidrográficas, seja por licenciamento, seja por



fiscalização, por política florestal ou por política de resíduos. A proposta para a compatibilização das várias jurisdições, recebida pelo sistema de meio ambiente atual, é que as políticas sejam modificadas e feitas por bacia hidrográfica. Há uma razão para isso, pois é preciso compatibilizar as diversas políticas. A determinação do Governador e do Secretário é que isso seja feito por bacia hidrográfica. Muito obrigado.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos a um vídeo produzido pela TV Assembleia comentando a sugestão do Sr. José Cláudio Junqueira, Presidente da Feam, em resposta à pergunta: “O que deveria estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?”

- Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor - Mais algumas contribuições recebidas via consulta pública. Informamos, mais uma vez, que a íntegra das contribuições está no “site” da Assembleia.

Sugestão enviada por Felipe Willer, de Belo Horizonte: “Promoção do intercâmbio de gerações, mediante políticas ambientais que utilizem conhecimentos dos idosos como ferramenta.”

Sugestão enviada por Sônia Maria Moreira Mariquito Naime Silva, de Pará de Minas: “Adoção de sanções às cidades que não investem em saneamento, coleta seletiva, erradicação de lixões e mapeamento dos recursos hídricos.”

Sugestão enviada por Marília Noronha, de Cambuquira: “Atuação efetiva do governo do Estado na proteção dos aquíferos de água nobre do Sul de Minas.”

Sugestão enviada por Ronaldo Donizete Alves, de São Sebastião do Paraíso: “Desenvolvimento, em conjunto com as Prefeituras, de projetos de educação ambiental.”

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase final de apresentação de sugestões e debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes à assessoria sua contribuição por escrito. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Com a palavra, para sua intervenção oral, a Sra. Geralda Helena Góes Guerra.

A Sra. Geralda Helena Góes Guerra - Meu nome é Geralda Helena Góes Guerra e sou Conselheira Estadual do Idoso. Permitam-me chamá-los de queridos já que estamos aqui em unidade, todos com o mesmo sentido de amor à nossa terra. Depois de ouvir tantas pessoas inteligentes, com sabedoria e conhecimento, falarem sobre assuntos tão edificantes para o sistema ambiental, queria pedir que investissem especialmente no idoso, cujo crescimento populacional tem sido muito grande - chegaremos à previsão de quase 2 bilhões de idosos em pouco tempo.

Em todas as civilizações, através dos tempos, os idosos são sempre chamados quando existem questões a serem discutidas. Com sua sabedoria, experiência e vivência, lá em seu cantinho, dentro de sua casa, o idoso pode trazer soluções inteligentes. Por isso, pediria a vocês que criassem formas de o idoso contribuir. Estive na discussão do PPAG. Parece-me que existem programas de educação ambiental para a criança e o adolescente. Sugerir, na época, que incluíssem o idoso. Tenho 72 anos e quero contribuir. O idoso pode fazer isso para que suas experiências permaneçam. Darcy Ribeiro nos contou que os índios Tupari faziam pirão dos idosos e o comiam para que sua sabedoria permanecesse através das gerações. Espero não haver a necessidade de sermos comidos para contribuirmos. Tragam-nos as informações. Estou disponível e fazendo um planejamento, com minha pouca experiência e conhecimento. Passei toda a minha vida cuidando de crianças, fui arrimo de família com seis dependentes e, no ano passado, tive a oportunidade de concretizar um bacharelado, quando fiz um trabalho sobre a inclusão do idoso na sociedade atual. Estou disponível. Estou elaborando um projeto para levar essas informações, esclarecimentos e conhecimentos ao idoso, a fim de que ele possa atuar mais efetivamente na sociedade. O objetivo é não investirmos apenas em edificação de asilos, em profissionais e recreadores para cuidar do idoso. É necessário que ele possa contribuir, que possa ter mais vida, ser mais útil. Quem sabe, assim, ele poderá trazer coisas novas, apesar da nossa sociedade valorizar tanto a ciência e a tecnologia. Quem sabe o idoso, com sua sabedoria, consiga trazer inovações! Era o que eu gostaria de dizer. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Sra. Geralda Helena Góes, um exemplo para todos nós, com sua luta principalmente no Conselho do Idoso. Sempre participa de todos os debates nesta Casa, contribuindo muito em todas as discussões, um exemplo para nossa juventude. Parabéns! Com a palavra, Adair dos Santos.

O Sr. Adair dos Santos - Bom dia. Sou Adair Dornas dos Santos, Prefeito de Rio Manso, uma cidadezinha que faz parte da Grande BH. Recebi, na Prefeitura, o convite para este fórum a respeito do meio ambiente. Vim aqui solicitar que a Assembleia se associe à nossa causa, colocando em sua agenda a questão da legislação sobre o abastecimento de água. O que acontece hoje? Quando se faz um lago para gerar energia, além de explorá-lo para o turismo, ainda há o recebimento de uma compensação financeira. Temos o exemplo de Três Ranchos, em Goiás, uma cidade tão pequena quanto a minha, mas que recebe “royalties” porque possui um lago e ainda o explora para o turismo.

Nós estamos em Rio Manso, onde quase um terço do Município foi alagado e ocupado por área verde, e não há nenhuma compensação financeira por isso. Tenho discutido isso desde 1993, quando fui Prefeito pela primeira vez e quando o Ronaldo Vasconcelos era Deputado Federal. Sei que essa legislação não deve ser debatida em âmbito estadual, mas espero que vocês possam associar-se a nós. Tenho tentado isso junto à Agência Metropolitana e ao Prof. Lasmar e gostaria que vocês colocassem essa questão na agenda da Assembleia para que os Municípios de Igarapé, Brumadinho, Itatiaiuçu e Rio Manso pudessem ser um pouco mais beneficiados, porque somos extremamente prejudicados por não receber nenhuma compensação financeira. Para vocês terem uma ideia, em 1997 saíram do meu Município 700 famílias para outros lugares. Perdemos população, perdemos terras férteis e não temos nenhuma compensação.





Como disse meu antecessor, Minas Gerais é a caixa d'água do Brasil. Rio Manso, com sua modesta pequenez, é a caixa d'água de Belo Horizonte e de alguns Municípios da Região Metropolitana. Espero que vocês incluam isso na sua agenda e mudem essa legislação, para que os Municípios que têm boa área banhada por água e pelo verde possam ser compensados. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Adair, por sua contribuição. Com a palavra, Wagner Soares Costa.

O Sr. Wagner Soares Costa - Wagner Soares Costa, da Federação das Indústrias de Minas Gerais. Gostaria de dizer que a busca da modificação desse modelo econômico é também um anseio do setor produtivo. Essa não é uma busca que tem um prazo determinado: é um processo. Essa modificação é uma melhoria contínua. À medida que vamos incorporando novas tecnologias, novos conceitos, novas atitudes, vamos modificando isso. A fala do Apolo é sempre estimulante, justamente para buscar essa melhoria contínua. A nossa proposta para constar na agenda é a consolidação e a revisão das leis ambientais de Minas Gerais. Existe um grande arcabouço legal, uma série fragmentada de leis pequenas, perto das políticas estaduais vigentes. Para estimular a mudança do atual sistema, seria necessária a compilação, a consolidação e a revisão dessas leis. Assim esse arcabouço ficará próximo a um código, facilitará a vida dos empreendedores e evitará conflitos jurídicos na interpretação das diversas leis em vigor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Wagner. Com a palavra, Marcos Antônio da Silva.

O Sr. Marcos Antônio da Silva - Deputado Célio Moreira, meu nome é Marcos Antônio da Silva. Por intermédio de V. Exa., cumprimento a todos da Mesa.

Com muita honra participo deste fórum, de grande importância para a sociedade mineira. Grande amigo Apolo, lutador pelas causas ambientais, e Profa. Maeli, é interessante existirem pessoas que discutem temas tão importantes. Mas o que mais me chateia é haver debates todos os dias e pouco ser feito. Hoje, com muito orgulho, um correligionário nosso está na Presidência desta Casa, o Deputado Dinis Pinheiro. Esperamos que mude a discussão da questão ambiental na região. Há uma situação complicadíssima: em Ibirité, a lagoa da Petrobras está tomada por aguapés e esgoto. Poderia ser explorada pelo turismo, mas não há ninguém que discuta uma forma de revitalizá-la. Além de poder ser útil à população carente, a lagoa poderia gerar recursos aos Municípios de Sarzedo e Ibirité. Em 2008, eu e Deus conseguimos junto à Petrobras tirar a poluição, mas o esgoto de Ibirité continua a cair lá. E não há nenhuma discussão para que possamos usufruir dessa lagoa.

Para encerrar, quero falar sobre as mineradoras. Peço à moça que está saindo que me ouça. Quero parabenizá-la por defender a Vale, uma das maiores predadoras do meio ambiente na região de Brumadinho, onde moro. A mineradora Ferrous também chegou lá. Todas são multinacionais e estão poluindo o meio ambiente, contaminando o lençol freático. O Prefeito de Rio Manso esteve aqui e disse isso claramente. A água hoje consumida pela maior parte da população de Belo Horizonte vem de Rio Manso, meu Município. Não há discussão entre os órgãos competentes do Estado, pois são eles os maiores contribuintes para a poluição do meio ambiente: o Igam, o Ibama e não sei quais mais. São os maiores poluidores porque concedem a licença ambiental a vários empreendimentos. Atualmente foram cassadas várias licenças fornecidas às mineradoras pelo governo do Estado de Minas Gerais por estarem poluindo o lençol freático. Espero, com o apoio do nobre Deputado Dinis Pinheiro, que é da região, travarmos uma discussão clara, a fim de que nossa região volte a ser o orgulho de sua sociedade e de que o povo mineiro veja a beleza aqui existente. Hoje nossos rios e cachoeiras estão morrendo.

Agradeço ao Presidente Célio Moreira e a todos pela oportunidade. Espero que esta Casa, por meio de V. Exa. e de seu Presidente, faça do Estado de Minas Gerais uma região bonita de se ver, com suas belíssimas paisagens. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos sua participação, Marcos. Com a palavra, Sidnei Martins.

O Sr. Sidnei Martins - Bom dia a todos. Sou Sidnei Martins, da Rede Nós Amamos Neves, da cidade de Ribeirão das Neves. Ouvindo a palestra do Apolo, achei gratificante saber que outras pessoas pensam de forma semelhante à nossa. A Assembleia Legislativa, no nosso entendimento, poderia fiscalizar melhor a forma como tem sido concedido o licenciamento aos empreendimentos no Estado de Minas Gerais. Um exemplo: em Ribeirão das Neves, o governo do Estado está propondo a construção de um novo presídio na forma de PPP. Discutiremos o tema amanhã, na discussão especificamente voltada para a defesa social. Falarei sobre a questão do licenciamento ambiental feito de forma irregular, arbitrária e sumária. O conselho que definiu pelo licenciamento ambiental travou um debate com a participação da população local. A posição dos Conselheiros foi a seguinte: um Conselheiro foi contrário a conceder a licença prévia, nove Conselheiros solicitaram a baixa do processo em diligência e votaram pela abstenção, e apenas seis Conselheiros, todos representantes do governo do Estado de Minas Gerais, votaram favoravelmente ao licenciamento. Mesmo assim, foi concedida a licença prévia. Que Estado Democrático de Direito é esse em que, arbitrariamente, o governo impõe à sociedade a sua vontade? Essa construção está sendo realizada na Fazenda Mato Grosso, em Ribeirão das Neves, uma área de cerrado, de preservação ambiental aprovada por lei municipal. Antes mesmo de ser concedida a licença prévia, as máquinas e os tratores já estavam lá, derrubando as árvores, entulhando as nascentes dos córregos da mata. A população de Ribeirão das Neves possui o IDH mais baixo da Região Metropolitana, sendo uma cidade que sequer recebe um olhar diferenciado por parte do Estado, já que necessita de melhorias nas condições de saúde, de educação e de assistência ao seu povo. Moro na cidade desde 1995, e o nosso Estado e sua Capital, Belo Horizonte, deveriam tratar Ribeirão das Neves de forma especial. Ribeirão das Neves passa hoje por uma situação muito grave. O nível de assassinato de jovens na periferia tem aumentado, as escolas estaduais estão depredadas, e o Estado não dá uma resposta sequer a isso. Mas o nosso caso aqui é na área de meio ambiente.

A Fazenda Mato Grosso, uma das últimas áreas de cerrado naquela região, está sendo degradada, porque o Conselho Estadual de Meio Ambiente aprovou irregular e arbitrariamente que um consórcio de três empresas - duas de São Paulo e uma do Paraná - construísse um empreendimento de mais de R\$150.000.000,00. E o capital social desse consórcio - vocês podem olhar, está na documentação - é de R\$6.000,00. O Estado ou a Federação devem emprestar a esse consórcio o restante para o empreendimento. Isso é uma vergonha. Esta Casa, como fiscalizadora, deveria procurar saber de que forma foi dada essa liberação, como foi feita essa licitação, que muito nos preocupa. O povo de Ribeirão das Neves não deve ser tratado como marginal. Pelo contrário, somos cidadãos. Muito obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado pela sua contribuição. Com a palavra, o Sr. Carlos Augusto Silveira.



O Sr. Carlos Augusto Silveira - Meu nome é Carlos Augusto Silveira, sou Investigador de Polícia, estou aqui representando o movimento Espasso Conseg. Gostaria de parabenizar o Apolo, que é de Lisboa. Há muitos anos não o vejo, votei em você em 1982, quando foi candidato a Deputado. Se Deus iluminasse as pessoas como iluminou você, talvez a nossa política estivesse melhor. Emocionei-me ao ver o seu documentário, que é muito bonito. Sou do Espasso Conseg, um movimento de cidadãos que estão se unindo para resolver o problema da segurança. Vim aqui para parabenizar o seu trabalho e a sua luta. Gostaria de saber como o Espasso Conseg poderia ajudar o seu trabalho na questão da ecologia. É muito engraçado, porque é crime roubar uma bolsa ou um banco. Mas não é crime atentar contra a natureza no Brasil. É como o nosso companheiro falou: há coisas que acontecem no Brasil em que deveria haver a participação da Polícia Federal, da Polícia Civil, do Ministério Público para prender quem atenta contra o meio ambiente. O Espasso Conseg quer conversar com você para unirmos e darmos ideias para que os Deputados elaborem leis mais duras contra empresários e políticos que matam a ecologia.

O Sr. Presidente - Obrigado, Carlos. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques.

O Sr. Josadac Marques - Estou retornando a Minas Gerais depois de atuar por 30 anos nas regiões Norte e Nordeste. Sou consultor em organização de terceiro setor. Atualmente coordeno um projeto internacional no Brasil, que é o dia mundial de serviço da juventude. Retorno a Belo Horizonte em decorrência do falecimento do meu pai, que era um líder comunitário. As redes sociais, nos últimos dias, falaram muito sobre as catástrofes. Se não fossem os voluntários, muitas ações não estariam acontecendo. Durante muito tempo, ouvimos falar que as catástrofes ocorriam em razão da construção em áreas de risco por famílias pobres. Agora os relatórios da região serrana nos mostraram algo diferente. Gostaria, neste momento, de solicitar - já o fiz por escrito - que, na agenda da Assembleia nos próximos dias, na questão ambiental, fossem lembradas algumas datas especiais referentes a questões climáticas e ambientais. Temos o Dia do Planeta Terra, o Dia da Água, o Dia do Meio Ambiente. Teremos, em março, o Dia da Água. Na rede social, existem "sites" especiais para que nós, cidadãos da sociedade e governo, postemos qual é a iniciativa que estamos fazendo nesse dia. Srs. Deputados, será a quinta edição da Hora do Planeta, e a terceira vez que acontece no Brasil. É um convite para que as instituições desliguem a luz durante uma hora, simultaneamente. No ano passado, conseguimos fazer com que isso acontecesse em 5 mil cidades. Uma delas foi o Rio de Janeiro, onde foram desligadas as luzes do Cristo Redentor; em outra, Manaus, foram desligadas as luzes do Teatro Amazonas. Fica aqui a sugestão para começarmos a discutir qual será o símbolo de Belo Horizonte nessa campanha em defesa da vida no planeta Terra.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação do Sr. Josadac. No ano passado, a Cidade Administrativa desligou as suas luzes. Com a palavra, a Sra. Hércia Viriato Teixeira.

A Sra. Hércia Viriato Teixeira - Bom dia a todos. Represento o Conselho Regional de Psicologia e tenho trabalhado e atuado nos conflitos humano-ambientais. É um prazer rever a Maeli e o José Cláudio Junqueira. Nessa trajetória, Prof. Apolo, vejo a necessidade do empoderamento do coletivo para o controle social. No processo de licenciamento de um empreendimento, é muito doloroso ver a dificuldade da população para entendê-lo. Gostaria que esta Casa colocasse na pauta mecanismos como os do Parlamento Jovem, que foi um projeto tão bonito que internalizou no Estado a consciência da cidadania. É preciso que a sociedade entenda a importância de uma audiência pública para a eficácia do processo de licenciamento. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Em função da restrição do tempo, não será possível fazer a leitura de todas as contribuições recebidas. Faremos o registro de algumas, e as demais serão publicadas no relatório final do evento.

Eneida da Costa: tornar obrigatório em toda a rede pública e privada, desde o 1º ano do ensino fundamental, o ensino de educação ambiental, para formar cidadãos ambientalmente educados desde cedo. Hoje a educação ambiental é de todos e não é de ninguém. A ideia de transversalidade, em que todas as disciplinas deveriam tratar do tema "Meio ambiente", mostrou-se ineficiente e ineficaz.

Simone Alvarenga: viabilizar os corredores ecológicos fundamentais para a conexão entre as áreas protegidas, priorizando o Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mais verbas para a regularização fundiária. Criação de lei que obrigue mineradoras a agregar valor aos seus produtos no Brasil.

Priscila Brás, assistente social da Providência Nossa Senhora da Conceição: buscar formas de incentivo para que as prefeituras possam apoiar e contribuir efetivamente com o trabalho realizado pelas associações de catadores na implantação da coleta seletiva, tanto nas áreas residenciais quanto nos grandes geradores, possibilitando a redução no volume de resíduos sólidos para o aterro sanitário do Município e ainda promovendo a melhoria da qualidade de vida desses trabalhadores informais, que atualmente contribuem, de maneira significativa, para a preservação do meio ambiente, porém são vistos à margem da sociedade.

Maura Neves Coutinho: destinação de lotes onerosos, que são usados para a destinação final incorreta de resíduos sólidos, que atraem valores novos à saúde humana e que são mantidos ociosos para fins de especulação imobiliária, para a realização de práticas agroecológicas de agricultura urbana - AU. Funções ambientais da agricultura urbana: manter a permeabilidade do solo urbano, controle da dengue; manutenção da biodiversidade urbana.

Efetivação da política estadual de agricultura urbana, articulando-a às políticas voltadas à promoção da agroecologia - nesse sentido, acesso seguro ao solo para realização das práticas de AU. Quando associadas apenas a políticas sociais, mas não a políticas urbanas, as práticas de AU não permanecem.

Cíntia Camargo: crescimento acelerado da construção civil; grande impacto ambiental; falta investimento em estudos, em impactos desse crescimento; necessidade de contrapartida das empresas na implantação de infraestrutura urbana; maior fiscalização sobre a exploração imobiliária, prevendo impactos e benefícios.

Informamos que a publicação da ata deste fórum democrático será feito no diário oficial do Estado, o "Minas Gerais", na edição do dia 5 de março, na seção "Diário do Legislativo".

As sugestões recebidas durante as discussões temáticas serão agrupadas em um documento com as participações encaminhadas por via de consulta pública, as colaborações dos especialistas e dos parlamentares da legislatura anterior. Este documento será entregue à Mesa da Assembleia Legislativa ao final deste fórum democrático, a fim de subsidiar a construção da agenda da Casa para os próximos anos.



### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

## ATA DO EVENTO REALIZADO NA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 16/2/2011

### Presidência do Deputado Paulo Lamac

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. João Batista Araújo e Oliveira - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Suely Duque Rodarte - Apresentação de sugestões.

### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Suely Duque Rodarte, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais - Undime - e Vice-Presidente da Undime Nacional; e os Exmos. Srs. Carlos Roberto Jamil Cury, Membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e Coordenador do Mestrado em Educação da PUC Minas, e João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto.

### Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença das Exmas. Sras. Maria Lisboa de Oliveira, assessora acadêmica, representando a Secretaria de Estado de Educação, e Celeste Leite Fróes, Diretora do Escritório de Representação da Unimontes em Belo Horizonte, representando a entidade; e do Exmo. Sr. Osvaldo Manoel Corrêa, Coordenador do Setor de Extensão da Fumec.

Com a palavra, o Sr. Presidente, Deputado Paulo Lamac.

### Palavras do Sr. Presidente

Boa-tarde a todos e a todas. É um grande prazer estar aqui. Certamente teremos uma tarde muito produtiva. Minha cara Profa. Suely Duque Rodarte, grande amiga e Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais - Undime -; caros Profs. Jamil Cury, Membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e Coordenador do Mestrado em Educação da PUC Minas, que já nos orientou tanto no Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte e é um grande professor e amigo da educação do nosso Município e do nosso Estado, e João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; senhores e senhoras; é uma grande satisfação tratarmos dessa questão.

No meu ponto de vista, a educação é a prioridade e tem de ser vista como prioridade objetiva e concreta no dia a dia não só do nosso poder público em todas as esferas, mas também da nossa sociedade como um todo. Muitos são os exemplos, na história recente da humanidade, de países que deram grandes saltos em seu desenvolvimento, reduzindo substancialmente as desigualdades sociais e impulsionando as potencialidades econômicas, a partir de uma clara decisão política: a de investir, prioritariamente, em educação.

Ninguém disse que isso tem de ser barato nem que acontece de uma hora para a outra, mas é o único investimento no qual o retorno é certo. Isso já foi demonstrado em vários casos concretos de potências emergentes da nossa atualidade. É o caminho que, na teoria e nos discursos, se reconhece como o mais apropriado para a formação das crianças e dos adolescentes de uma sociedade, o fortalecimento da cidadania, a libertação das relações de dependência, a criação de oportunidades, a geração de conhecimentos, enfim, para o amadurecimento político e o crescimento econômico, em bases mais justas e mais igualitárias.

Entretanto os persistentes índices de analfabetismo, repetência e evasão escolar, deficiências que ainda existem na qualidade do ensino, deficiências na qualificação profissional - aliás, esse particular abre um atual desafio para o nosso país, porque, após muitos e muitos anos, crescemos economicamente e estamos esbarrando nas balizas da nossa formação profissional e o País já começa a encontrar os limites dos profissionais aqui formados e da ausência de pessoas profissionalmente qualificadas - e naturalmente a baixa remuneração de grande parte, para não dizer da grande maioria dos nossos professores, mostram-nos que muito ainda há de ser feito para que a educação se torne, de fato, a propulsora do desenvolvimento no seu sentido mais amplo.

Tal realidade me preocupa, particularmente, em razão de minha história há muito tempo voltada para a educação, e agora como membro desta Assembleia Legislativa, na qual pretendo, entre outras atribuições, trabalhar continuamente pelo aperfeiçoamento do sistema de ensino de Minas Gerais. Estamos, neste momento, no ponto de vista político, fazendo a definição das comissões da Assembleia Legislativa, e certamente estaremos na Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática, considerando que essa é a prioridade da nossa atuação aqui.

Apesar de estar no início do meu mandato como Deputado, sei dos esforços desta Casa no que diz respeito a essa área, por meio da frequente realização de debates, com participação de outros poderes e da sociedade; sei da elaboração e aprovação de leis, entre as quais destacam-se duas mais recentes, que se referem à fixação de subsídios para os profissionais da educação básica - em que pese haver discordâncias com relação ao conteúdo - e à instituição do Plano Decenal de Educação.

Cumprimentamos e agradecemos aos ilustres expositores - pessoas realmente qualificadas, que muito contribuem para a educação do nosso Estado -, aos demais presentes e a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização deste fórum democrático, o primeiro que mostra uma inversão importante no funcionamento da Casa. Isso porque, antes do efetivo funcionamento



da legislatura, a Assembleia se abre para escutar a população, receber sugestões e, com isso, balizar, direcionar a atuação dos Deputados. Portanto considero isso, realmente, um importante avanço. A nossa expectativa é gerarmos proposições que enriqueçam as atividades legislativas e, conseqüentemente, que tenham reflexos positivos no pleno desenvolvimento do nosso Estado. Parabênzinhos a todos pela participação. Tenho certeza de que teremos uma tarde muito rica. Espero que cada um de nós possa dar sua contribuição para a educação no nosso Estado e no País, o que, em última análise, significa contribuir para o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País. Boa atividade a todos, sejam bem-vindos.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Passaremos agora à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “Educação”.  
- Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras do Sr. Carlos Roberto Jamil Cury

Muito boa tarde, prezadas professoras e prezados professores; educadoras, educadores; Deputado Paulo Lamac; minha colega Suely e meu colega João Batista. Com muito prazer e, ao mesmo tempo, com certo peso, aceitei a incumbência de estar aqui nesta tarde, participando deste conjunto de seminários promovidos pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para discutirmos a educação para o desenvolvimento de Minas Gerais.

Em boa hora, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais entendeu que um ciclo de debates era mais do que oportuno para subsidiar os senhores parlamentares “na elaboração da agenda institucional da Casa para os próximos anos”. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais põe esta iniciativa como uma “das principais diretrizes”, na medida em que tal ciclo de debates é uma medida estratégica de longo prazo que pretende aliar a representação política “à parceria com os diversos segmentos da sociedade”. Dessa forma, a nossa Assembleia pretende inovar e ampliar sua interlocução com os cidadãos de modo a debater políticas orientadas pelas carências e potencialidades do Estado.

Louve-se, pois, tal iniciativa e que ela redunde na diminuição das carências e na atualização das potencialidades do nosso Estado quanto a cada um dos temas abordados. Esta Assembleia batizou a iniciativa de fórum. Um fórum não é uma entidade ou uma organização; é, sobretudo, um espaço institucional, espaço plural de discussão em torno de uma vontade democrática cuja tradução em políticas possa garantir um direito próprio da cidadania. O termo “fórum” imediatamente nos remete à representação de um edifício próprio do Judiciário em que os magistrados julgam determinadas causas. Esse termo também nos remete à ideia de praça pública, de tribuna, de um lugar aberto, em torno de um edifício, no qual se debate um tema de interesse amplo e social.

Historicamente era o que os gregos chamavam de Ágora, a famosa Ágora ateniense, o lugar privilegiado aberto aos cidadãos em vista de uma participação política nos destinos da sua comunidade. O Fórum Romano, similar à “Ágora”, também era um lugar onde se davam os atos cívicos, as cerimônias religiosas e onde figurava até mesmo um centro comercial. De qualquer modo, trata-se de um lugar aberto por onde circulavam as pessoas e onde elas promoviam debates, não raro com os políticos da cidade - Senadores, Cônsules.

Isso não quer dizer que um fórum seja um lugar competente para se decidir sobre determinadas causas que lá se dão a conhecer; que seja lá mesmo o “locus” de uma decisão oficial expressa em um juízo definitivo. Contudo, não se pode esquecer que um fórum, assim constituído, depende muito do próprio Estado para ser efetivado e, por isso, seu caráter híbrido põe limites a uma atuação caracterizadamente autônoma. Ainda que nessa situação, ele será mais um canal de comunicação entre a sociedade e o Estado, pelo qual os cidadãos, titulares do direito à educação, individualmente ou organizados em associações, manifestem em temas problemas relacionados à prestação desse dever público, inclusive quanto a propostas de superação de deficiências e aperfeiçoamento de situações existentes.

Essa ação conjunta entre o Estado e a sociedade, permeada pela qualidade das informações que o próprio Estado detém, amplia a noção de público, já que entre as funções exigidas do Estado está a transparência, ou seja, uma “accountability” pela qual o poder público preste contas de seus atos e a sociedade civil possa participar da coisa pública em razão de ser ela a base do Estado e a finalidade dos atos deste.

Um fórum assim entra como mais um espaço de consulta pública pela qual haveria maior aproximação entre o governo e a sociedade na identificação de problemas e na proposta de soluções. Por outro lado, ele teria a possibilidade de articular horizontalmente muitos organismos da sociedade civil identificados com o tema que hoje se propõe: a educação.

Posto esse fundamento do que vem a ser o fórum - e é isso o que embasa, teórica e politicamente, a proposição deste ciclo de debates -, é nesse eixo que a sociedade é convocada, como titular que é da soberania popular, a colaborar com o Legislativo na magna tarefa de propor políticas públicas para superar deficiências e avançar nas conquistas. É o que este ciclo propõe.

A própria Assembleia Legislativa aprovou, e o Governador do Estado sancionou, a Lei nº 19.481 em 12/1/2011, que institui o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais com metas e ações estratégicas cujas normas já estão em vigor. São 12 temas cujas estratégias vão da educação infantil à educação superior e abrangem a periodicidade de concursos públicos para provimento de cargos vagos; as modalidades relativas ao direito à diferença, como educação em áreas quilombolas, indígenas, nos sistemas prisional e socioeducativo e para pessoas com deficiência. A implantação de ao menos um centro integrado e especializado para as pessoas com deficiência é outra meta da satisfação do direito à diferença. A ampliação da jornada integral nas escolas, o aumento da taxa de conclusão do ensino médio articulado com uma rede pública de educação profissional própria e a melhora do desempenho dos alunos são postos como estratégias que demandam padrões de atendimento relacionados com a infraestrutura física, material didático, mobiliário, quadras esportivas, computadores, alimentação escolar, número de alunos por sala de aula e planos de segurança contra a violência. Trata-se, portanto, realmente de um plano no qual são estabelecidas metas e estratégias que se devem alcançar com razoável grau de definição.

O plano convoca os Municípios do Estado a se animarem no atingimento de metas comuns ou articuladas com as do Estado.

Desse padrão claro, distinto e até direto não gozam as metas e estratégias relativas aos aspectos orçamentários e de financiamento.





O plano, no que se refere à formação e à valorização dos profissionais da educação básica em nosso Estado, acolhe a Resolução nº 299 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que incide, indiretamente, sobre a remuneração dos docentes, o maior foco de vulnerabilidade da carreira, e com isso se adaptam os aspectos da Lei nº 15.293, de 2004, àquela resolução de caráter nacional. No entanto, é preciso considerar atentamente que o docente continua sendo, na relação com os alunos, o elemento-chave no processo ensino-aprendizagem. Não haverá sucesso nem melhoria qualitativa de todas essas metas, se o sistema contar com pessoas desmotivadas, estressadas, ao ponto de uma das metas se referir explicitamente à prevenção de doenças profissionais. Ou seja, o plano está reconhecendo, na meta 10.1.7, a existência de doenças profissionais em tal número, que julgou importante colocar entre as metas e estratégias algo que previna e atenua o impacto do estresse, que tem sido uma das formas de apresentação das doenças profissionais dos docentes. Estou falando de um plano elaborado aqui, que contou com o apoio de vários fóruns técnicos. Há pouco tempo nos foi apresentado um pequeno filme de vários técnicos legislativos atuando; depois, evidentemente, os Srs. Deputados fizeram a última versão do projeto, sancionado pelo Governador do Estado. Portanto é algo pelo qual os parlamentares, com apoio da sociedade civil, são responsáveis.

A lei convoca, pelo seu art. 3º, o Poder Executivo, em articulação com a Assembleia Legislativa, os Municípios e a sociedade civil, de dois em dois anos, a avaliar esse plano. Ora, essa avaliação se conjuga com uma feliz passagem do Anexo II do plano - 2.3 -, quando esse expõe seus princípios e diretrizes: “Mais do que uma declaração de boas intenções, o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais é a expressão de compromissos democraticamente estabelecidos e capazes de produzir os resultados que a sociedade mineira deseja”. Mais claro não poderia ser. “O seu pressuposto é o de que a educação é fator decisivo para o desenvolvimento por estar fortemente associada ao crescimento da eficiência e da produtividade e constitui o aparato mais eficaz para promover a democratização das oportunidades e a inclusão social. O PDEMG concebe a educação escolar como direito do cidadão e patrimônio da sociedade.” Isso é um trecho que deveria ser grafado em negrito porque, de um lado, a Assembleia Legislativa está convocando a sociedade civil para participar. Do outro lado, assume compromissos ao dizer claramente: “Não queremos que seja igual a outros planos nacionais e estaduais da educação que foram redondos fracassos. Este não será uma carta de boas intenções. Este será um plano para ser efetivado”. Desse modo, o PDEMG chama o Executivo e a sociedade civil para, de dois em dois anos, acompanhá-lo e avaliá-lo.

Quero dizer a vocês que, dos meus estudos de história da educação, que conheço um pouco, é a primeira vez que vejo uma tal redação, em que o Legislativo, junto com o Executivo, põe no papel que desta vez será diferente. Além disso, coloca a sociedade para acompanhar de dois em dois anos, avaliar e, se for o caso, redefinir metas.

Desse modo, o Plano Decenal de Educação do Estado de Minas Gerais - PDEMG - está convocando o Executivo, o Legislativo e o conjunto dos educadores a não deixar que suas metas e estratégias sejam - citando - “letra morta de boas intenções”. Se é para valer, então cabe estudar as metas e apropriar-se das estratégias uma por uma, etapa por etapa, modalidade por modalidade, percentual por percentual, de modo a ir suprindo lacunas, superando obstáculos e avançando nas conquistas. E quem acompanhará tal itinerário até 2013 e daí, de biênio em biênio, até 2020? Um fórum não é uma entidade ou uma organização, mas sobretudo um espaço; espaço plural de debates e de discussão em torno de uma vontade democrática, cuja tradução e políticas possam garantir esse direito da cidadania. Nada impede que o Estado, por um ato formal, queira abrir esse espaço como um foro de audiência. Portanto, um fórum como este, coordenado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas, com o apoio da Secretaria de Educação, com a presença do Conselho Estadual de Educação, da Ouvidoria Educacional, com a participação dos Municípios, que foram convocados a fazer uma articulação com o Estado, e de representação de educadores e de famílias, se torne o espaço estratégico para que o PDEMG não se torne “uma declaração de boas intenções”.

Essa ação conjunta entre o Estado e a sociedade, permeada pela qualidade das informações que o próprio Estado detém, amplia o espaço público, pelo qual o poder público presta conta dos seus atos e a sociedade civil participa dessa coisa pública, seja a base do Estado e a finalidade maior das ações.

Ao lado disso, há que se notar o incremento da consciência cidadã sobre a importância da educação escolar, a tal ponto que, fazendo jus ao dispositivo que fez da educação um direito público subjetivo do cidadão e dever do Estado, tramita no Congresso Nacional um projeto de lei de caráter nacional, vindo do Executivo, que altera uma lei de 1987 nos seguintes termos: “Caberá ação civil pública de responsabilidade educacional para cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer sempre que ação ou omissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios comprometa ou ameace comprometer a plena efetivação do direito à educação básica pública. A ação civil pública de responsabilidade educacional tem como objeto o cumprimento das obrigações constitucionais e legais relativas à educação básica pública, bem como a execução de convênios, ajustes, termos de cooperação e instrumentos congêneres, celebrados entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, observado o disposto no art. 211 da Constituição. O objeto da ação civil pública de responsabilidade educacional destina-se ao cumprimento das obrigações mencionadas acima, não abrangendo o alcance de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacional”. Daí, a importância de uma consciência dos governantes para com a educação, em termos de sua exigibilidade.

Outros temas derivados de dispositivos nacionais deverão ter forte impacto em nossa realidade a partir deste ano, e até mesmo do ano passado. Senhores parlamentares, a Emenda à Constituição nº 59/2009, que institui um sistema nacional de educação e lança, finalmente, à frente o que está na Constituição Federal de 1988 - o regime de colaboração -, deverá receber da parte dos senhores o mais atento cuidado e, ao mesmo tempo, a articulação desse plano com as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação. Mas, no fundo, há uma questão substantiva, que é a questão federativa, a noção de nacional e de sistema federativo supõe uma distribuição balanceada de poder entre uma autoridade para o conjunto dos cidadãos dentro do território nacional e as autoridades subnacionais. Essa distribuição do poder supõe competências e atribuições em esferas gerais, conjugadas e específicas de iniciativas. Nosso federalismo assimétrico, tridimensional no enfrentamento da democratização da educação, põe a União como poder apenas supletivo e erige a totalidade dos Municípios como entes federados, não regulamenta o federalismo por colaboração e assim termina por dispersar ações.



Cabe, enfim, à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais liderar elaboração de proposições em relação ao plano que ela vem de aprovar e também em relação ao Sistema Nacional de Educação, posto na Emenda à Constituição nº 59/2009, que viabilize o regime de colaboração, cooperação e corresponsabilidade entre todos os entes federativos, de modo a garantir tanto o caráter nacional da educação quanto a sua diversidade regional.

Eis, pois, senhores parlamentares, alguns dos dilemas e dos desafios, que, com o apoio e a discussão aberta por um fórum com a sociedade civil, devem ser vencidos para que Minas saia à frente e dê sua palavra forte, sua palavra segura, a fim de que nós, de fato, dentro do Estado e em articulação com os nossos Municípios e com a União, possamos celebrar um novo pacto federativo que faça da educação verdadeiro direito da cidadania. Muito obrigado.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Prof. Jamil Cury a exposição, com o brilhantismo habitual. Esclarecemos que, entre as exposições, abriremos espaço para apresentação de sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, além de outras entradas por via de consulta pública, por meio do formulário eletrônico constante no “link” Participe Agora, e pelo telefone. O fórum está sendo transmitido ao vivo pela TV Assembleia, e os telespectadores poderão participar. A medida que essas participações forem encaminhadas, serão debatidas com os presentes.

A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito, em formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente deverão especificá-lo no formulário. Informamos que os telespectadores poderão participar acessando o “site” [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), abrindo o “link” do Fórum Democrático e clicando em “Participe Agora”. Para enviar sua contribuição por telefone gratuitamente, basta discar 0800-7092564.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos ao vídeo com as sugestões da Coordenadora-Geral do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais, Beatriz Cerqueira, e da Diretora-Geral do Colégio Loyola, Sônia Maria Vasconcelos de Magalhães, que também irão subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos à leitura de algumas contribuições recebidas via consulta pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia, [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra da contribuição já se encontra no site. Sugestão enviada por Tiago de Moraes Faria Novais, de Divinópolis: “consolidação do ensino superior público estadual por meio da estadualização das fundações da Universidade do Estado de Minas Gerais - Uemg -, encerrando uma luta que se arrasta desde a Constituição Estadual de 1989”. Sugestão enviada por Guilherme Gonçalves Rodrigues, de Belo Horizonte: “criação de uma legislação estadual complementar à lei federal, tornando obrigatória a presença de professores de Música nas escolas, restringindo-se o desenvolvimento das atividades relativas aos cursos de Música ou à educação musical escolar a músicos habilitados em licenciatura plena, como forma de garantir um ensino de melhor qualidade e seriedade nas atividades desenvolvidas nas instituições escolares”. Sugestão enviada por Nísio Lourenço Júnior, de Romaria: “criação, pela Secretaria de Educação de Minas Gerais, de um prêmio para a Superintendência Regional de Ensino, para as escolas estaduais e os professores que se destaquem em projetos inovadores que realmente melhorem os índices da educação em Minas Gerais, difundindo essas boas práticas para todo o Estado”.

Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que antes entreguem sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. Inicialmente, convidamos o Sr. Josadac Marques.

O Sr. Josadac Marques - Meu nome é Josadac. Sou mineiro e estou retornando do Amazonas. Atuei nos últimos 20 anos como consultor do terceiro setor no Norte e no Nordeste. Volto a Minas por dois motivos: para concluir o meu mestrado e porque fui agraciado por uma entidade internacional, que oferecia 50 vagas para a América do Sul.

Nos próximos 90 dias, no Brasil e no mundo estarão acontecendo os preparativos para o Dia Mundial de Serviço da Juventude. Nos Estados Unidos, os feriados nas escolas são uma convocação de cidadania para que os adolescentes desenvolvam programas temáticos. Estando em trânsito em Belo Horizonte para estar aqui hoje, em função deste encontro, desta agenda aberta em educação, reservei o momento para comunicar a alegria com que recebi o convite da Fundação Disney, pelo serviço americano da juventude, para coordenar este ano no Brasil os preparativos do Dia Global de Serviço da Juventude. De Belo Horizonte estarei coordenando esses eventos para todo o Brasil. Por que na Assembleia? Porque na nossa cartilha deste ano estamos incluindo a temática da democracia participativa. Como tarefa sugestiva a alunos, à juventude, estamos colocando um item em que solicitamos que eles entrevistem Deputados e Vereadores. Para que as escolas participem desse processo, também estamos sugerindo oficinas de produção de texto, de fotografia e solicitando que as escolas entrem em contato primeiramente com a assessoria da Assembleia, a fim de que os alunos que queiram participar dessa maratona assistam a uma reunião, conheçam uma temática, para depois registrarem as suas entrevistas com os Deputados. Esse programa será realizado em 90 dias, pois queremos entregar o relatório desse programa experimental que realizaremos em Belo Horizonte. Na primeira semana de maio, Belo Horizonte sediará o “I Fórum Internacional de Voluntários”. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Somos nós que agradecemos. Muito obrigado, Josadac. Gostaria de convidar o Marlon Tadeu Penido da Cunha para fazer sua exposição.

O Sr. Marlon Tadeu Penido da Cunha - Boa tarde a todos. Represento o Cesec. Pelo primeiro vídeo vocês puderam observar que 160% do crescimento da educação é em decorrência do Cesec. Que tipo de educação é esse que o Cesec e a EJA oferecem para as pessoas que saem do ensino médio para o ingresso na universidade? A dificuldade é muito grande, pois não há aula, e o quadro negro não é usado. É uma educação de política pública, sem sustentabilidade. É só isso.

O Sr. Presidente - Obrigado, Marlon. Passo a palavra a Aparecida Maria Martins Pereira.



A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Boa tarde a todos, o meu respeito a esta magna Casa. Minha preocupação é relacionada a concursos públicos, que não estão ocorrendo. Há professoras, até sociólogas, que estão designadas. Gostaríamos de saber quando haverá concursos. Há pessoas que passaram em outros concursos, até mesmo eu, e fomos prejudicados pelo atual Senador Itamar Franco. Desde aquela época há uma enorme dificuldade para a realização de concurso na área da educação, pois pessoas que não tinham uma certa cultura, eram semianalfabetas, nos prejudicaram. Naquela época fomos extremamente prejudicados, até mesmo eu. Tenho muitas amigas com designação, e outras estão desempregadas, à disposição do Estado. Então, gostaríamos de saber se essas pessoas conseguirão emprego, pois já não são mais jovens: são pessoas na faixa etária de mais de 40 anos. Graças a Deus, consegui fazer na Prefeitura e no Sine o curso de cuidadora de idosos, que me ajuda quando faço os meus trabalhos de plantonista como cuidadora. Muito obrigada, tudo de bom para todos. Fiquem com Deus.

O Sr. Presidente - Somos nós que agradecemos, Aparecida. Quero reforçar que todas as exposições estão sendo registradas pela nossa equipe e, posteriormente, serão tratadas nas comissões e nos espaços adequados da Casa.

Certamente todas as preocupações apresentadas serão compartilhadas com os Deputados e será dado retorno às pessoas que estão falando aqui dos encaminhamentos propostos pela Assembleia. Com a palavra, o Sr. André Denardi, de Belo Horizonte.

O Sr. André Denardi - Tudo bem? Cumprimento a Mesa e o Deputado Paulo Lamac. O Bairro Serra manda agradecimentos. A Assembleia Legislativa oferece o Parlamento Jovem, projeto em que podemos discutir vários temas entre as escolas. Em 2007, o tema foi "Educação". Discutimos, durante seis meses, temas referentes à educação básica, infantil e superior do Estado - deve haver muitos professores aqui, espero não falar nenhuma besteira. Um assunto muito frisado nesses debates foi a escola integral, lá pensada para criar um vínculo com a comunidade. Concluímos que, se a escola criasse uma diretoria envolvida com a realidade da comunidade, ela poderia reforçar sua imagem na comunidade. Não adianta apenas a escola possuir infraestrutura razoável se o aluno não tiver motivação para buscar conhecimento. Se fosse criada uma escola aberta ao público, com atividades extras, esporte, trabalhos de arte, música e outros atrativos desde o ensino infantil, o aluno teria nova motivação para frequentar as aulas. Sabemos que, muitas vezes, o aluno precisa dessa motivação, porque vive em condições precárias, difíceis. Ele poderia enxergar a escola como um local para passar o dia, passar o tempo. Uma escola com essa proposta de integração, que discutimos muito no Parlamento Jovem, estaria mais preparada para atrair o aluno. Era isso. Espero que todos tenham um bom debate nesta tarde. Obrigado.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos, André. Farei uma rápida referência a algumas sugestões recebidas agora pela internet. Uma delas é do Wellington Ricardo de Oliveira, de Belo Horizonte, que propõe curso supletivo "on-line" de primeiro e segundo graus - ensino fundamental e médio - no "site" da Secretaria de Educação. Está registrada a proposta. Muito obrigado, Wellington.

O Heberle Babetto, também de Belo Horizonte, enviou-nos a seguinte mensagem: "solicito o pacto estadual pela educação, com plano de metas para os próximos 30 anos, que permita a Minas formar jovens, adultos e pessoas da terceira idade; que se cumpra a universalização do ensino com cursos EAD em todos os níveis, acesso a tecnologias de educação como iPads educativos, bibliotecas digitais, banda larga nos lares, integrando o sistema de ensino com qualidade; e que exista capacitação para a cidadania e desenvolvimento pleno, com o PIB estadual vinculado a metas de qualidade e fomento a redes de ensino. Obrigado, Heberle Babetto".

Agradecemos todas as participações, que são importantes. Teremos novamente, em outros momentos, espaço para abrir o debate no Plenário. Com a palavra, o Sr. João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto, que disporá de até 20 minutos para exposição sobre o tema "Educação".

#### Palavras do Sr. João Batista Araújo e Oliveira

Boa tarde a todos. Seguirei a orientação do Presidente e irei direto ao assunto. Trago alguns dados para reflexão sobre educação, a partir dos quais, havendo tempo, trarei algumas ideias para formulação de políticas públicas.

Esse quadro que os senhores veem apresenta a distribuição das matrículas no Estado.

No pé da página, consta que cada grupo de idade, cada corte de idade possui aproximadamente 300 mil pessoas. O Estado de Minas - não sei se sabem disso - representa aproximadamente 10% do Brasil. Ele é 10% em tudo, em população, em demografia, o que nos facilita pensar no Brasil e em Minas. O Brasil possui cerca de 3 milhões de crianças em cada faixa etária, considerando as novas, as que estão acessando a escola, e Minas tem 1/3 disso. Quando observamos os dados da primeira coluna, que é o atendimento da educação infantil, chamado de creche, primeira fase, percebemos que em Minas há cerca de 180 mil crianças. O potencial, a demanda total seria 4 vezes 300, ou seja, 1.200. Então ainda se está arranhando a superfície dessa questão. No segundo quadro, há a matrícula de pré-escola. Estamos com 400 mil crianças. Se são dois grupos de 300, há a necessidade de 600 mil, logo, está-se bastante aquém da média nacional e da demanda.

No caso do ensino fundamental, primeira fase, séries iniciais, devia ser 5 vezes 3, logo, 15 grupos etários. Então 1.500.000. Tem-se 1.600.000, um pouco mais de gente que deveria ter. De 6ª a 9ª, também um pouco mais de gente do que deveria ter. Então a matrícula excede os 100%.

No ensino médio, sem contar o ensino médio técnico, tem-se, próximo aos cortes, naquela faixa etária, a demografia antiga. São mais de 300 mil. Há vagas suficientes. Todavia, conforme aquele vídeo inicial da Assembleia, há jovens de 15 a 17 anos ainda fora do sistema, embora o número de vagas seja superior a essa demanda potencial. No total, são 4.500.000 pessoas na escola, o que equivale a 15 cortes, 15 grupos etários, o que é muita coisa. Ainda que pensemos em carência, precisamos entender que isso representa um esforço, um progresso e um custo absolutamente monumental.

Nesse quadro 2, há uma linha vermelha, que mostra aproximadamente os 300 mil jovens ou crianças de cada faixa etária. Não é exatamente 300 mil, mas cerca disso. O que está aquém da linha mostra gente que não está na escola naquela série, e o que está além da linha mostra o efeito da repetência, efeito que não é simétrico, já que ocorre mais em algumas séries, como no 3º ano, que corresponde, em muitos lugares, ao fim de um ciclo. Esse, junto ao 6º ano, é fortemente objeto de reprovação em massa. Há um acúmulo muito grande de pessoas, por uma distorção do sistema, e o preço disso se reflete no ensino médio. Observem que, no último ano do ensino fundamental, no 9º ano, há menos alunos que no 1º ano do ensino médio. Isso mostra que, para as duas séries, há mais vagas que gente. As retenções, que são extremamente fortes, no ensino médio sofrem um dramático afunilamento em poucos anos,



porque o sistema é bastante inadequado ao que se propõe à população. Ele expulsa as pessoas da escola, expulsa da vida, porque não dá a essas pessoas nenhum tipo de terminalidade, nenhum tipo de conclusão.

Este terceiro quadro mostra o resultado. Falamos de cobertura e de eficiência, agora falaremos sobre resultado. Alguém disse, quando da apresentação de vídeos, que Minas Gerais está acima da média. Cinquenta por cento de qualquer coisa está acima da média sempre, a questão é saber se isso é bom e o que significa.

Essas são notas da Prova Brasil, que é um termômetro nacional da qualidade da educação. Ela é bastante confiável, bastante estável, embora, nessa última rodada da Prova Brasil, tenha havido um pouco de desequilíbrio. Veremos se neste ano isso se confirma. Podemos ficar aqui o dia inteiro olhando para esse quadro. Um primeiro dado de comparação, que considero importante para essa reflexão e para o pacto federativo, é que não há diferença significativa entre a rede estadual e a municipal ou, se quiserem com mais precisão, entre a rede estadual e as redes municipais. Esse é um dado importante para reflexão; se não há diferença, por que havia duas, sobretudo quando a legislação diz que o ensino fundamental é municipal? Temos aqui a representante da Secretária de Educação, Dra. Maria Lisboa. Eventualmente no debate poderemos discutir essa questão, que é um problema sério. Minas e São Paulo são os Estados do Brasil que ainda têm as maiores redes estaduais. Sob o ponto de vista de eficiência e qualidade, não há uma justificativa para isso em nenhum nível de ensino.

Outra questão importante a observar é a diferença entre níveis, ou seja, o ganho que se tem, por exemplo, da 4ª para a 8ª série, hoje 5º para o 9º ano, é aproximadamente 50 pontos nas redes públicas e 60 pontos na rede particular. Do 8º para o 3º ano do ensino médio é quase nada, pouco, menos de 20 pontos. Isso, apesar de uma redução brutal na seleção enorme dos alunos que chegam lá. O que parece que sugere esse dado, que não é só de Minas, é que o sistema não se aguenta à medida que as pessoas vão para frente; ele começa a bater pino quanto mais há de exigência acadêmica para frente. Se considerarmos - e todo mundo aqui conhece - a gama da distribuição das escolas particulares no caso de Minas, parece-me perfeitamente plausível que, em algum momento, as redes públicas atinjam pelo menos o nível que elas alcançam - queira Deus que estejamos vivos para ver. Ainda é um nível medíocre em termos internacionais, mas é plenamente atingível, dadas as condições externas à escola e a competência existente neste Estado.

Sem deixar de dizer que é acima da média, esse quadro mostra o estado bastante dramático da qualidade da educação, que é parecido com o do Brasil - um pouco melhor que a média nacional. No caso do ensino médio e do Enem, estamos falando de notas em torno de 4 ou 5 - os 400 e 500 correspondem às notas 4 ou 5 -, algo bastante medíocre.

Este quadro e o seguinte, de matemática, tratam do mais importante, uma reflexão sobre o problema da educação no Brasil, em Minas Gerais, no Município ou na escola. Qual é a função do poder público quando diz à população: eu, poder público, organizarei e oferecerei o sistema de ensino e lhe direi onde matricular seu filho. Teoricamente ou praticamente, se vivemos num país desenvolvido educacionalmente, isso significa que a disparidade entre escolas é muito pequena. Isso acontece no mundo desenvolvido, com exceção dos Estados Unidos, onde a disparidade é muito grande. Mas em qualquer país da OCDE, da Europa ou da Ásia moderna, a diferença de resultados entre escolas é muito pequena. Ou seja, o sistema público que se arvora em executor tem a competência de oferecer uma educação padronizada, com resultados bastante padronizados. Dentro de qualquer escola, em qualquer lugar, a dispersão é muito grande, há aluno mais inteligente, menos inteligente, mais esforçado e menos esforçado, mas entre escolas mantém-se o padrão.

Esse é um drama da educação. Não é privilégio de Minas Gerais, mas é um problema com o qual o Brasil não aprendeu a lidar. O Brasil consegue fazer, como podem ver na ponta da distribuição, algumas escolas boas. Há embaixo, no quadro, algumas escolas de 4º ano que conseguem mais de 230 pontos. Para terem uma ideia, para o Brasil ter um nível semelhante ao dos países europeus, 70% dos alunos teriam que estar acima de 230. Em Minas Gerais, há seis escolas acima de 230, e podem ver que são necessários cinco anos escolares para aumentar 50 pontos. Esse descompasso é muito grande. O mais importante desse quadro é a dispersão. Você, cidadão, matricula seu filho na escola, que pode ter o resultado médio de 150 a 240, dependendo de onde mora, dependendo de um acaso. Ou seja, o poder público no Brasil e em Minas Gerais não tem conseguido oferecer um padrão de ensino. Esse é o grande desafio. É fácil? Não. Se fosse fácil, isso já teria sido resolvido. As pessoas que cuidam disso há muito tempo têm procurado resolver a questão, mas certamente os instrumentos de ação não são adequados. Se fossem, o resultado não seria tão patético quanto esse.

Mais grave é se vocês compararem a quantidade de escolas que no 4º ano têm nota igual ao do 8º ano. Pode-se estar numa cidade ou numa rede de ensino em que o desempenho médio de uma escola de 8ª série é igual ao desempenho de um outro sistema ou da outra rede ou na outra cidade de 4º ano. Isso mostra a descalibração, a incapacidade, não estou falando de incompetência, dos sistemas públicos de educação, municipais ou estaduais, de estabelecerem um padrão de qualidade.

É muito curiosa essa questão no Brasil. Sempre que se faz uma inovação no Brasil, fala-se em criar uma escola padrão, a primeira delas é o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Não há Pedro III, nem Pedro IV nem Pedro V. Quer dizer, tudo que chamamos de padrão é o que não dá para replicar. Tudo de que precisamos é criar um padrão replicável, um padrão de escola a que todo cidadão, com "C" maiúsculo, tenha acesso. Se ele se dedicar e se esforçar, terá sucesso. Isso vale para as disciplinas de Português e de Matemática. Essa é a dispersão que mostra o desafio dos sistemas públicos de ensino de oferecerem um padrão de qualidade que assegure à população o efetivo exercício do seu direito a uma educação de qualidade.

Na última Prova Brasil, tive a curiosidade de fazer uma pergunta. Hoje, na internet, temos acesso a todos esses dados. Peguemos as redes de ensino de todo o Brasil. Vamos analisar as redes municipais que tenham pelo menos 50% da população escolar na sua rede, pois algumas são muito pequenas com uma ou duas escolas. Vamos ver quantas dessas escolas têm nota acima de 200 pontos em Língua Portuguesa no 4º ano. No Brasil, encontrei 12; em Minas, 4. Quantas dessas conseguem ter esse mesmo resultado proporcional na 8ª série? Nenhuma. Conseguimos, então, quatro Municípios que aprenderam a administrar parcialmente uma rede de escolas primárias. Esse é um desafio muito grande em 2011.

Esses são dados importantes para uma reflexão sobre educação. Como disse antes, não é culpa de ninguém, é a nossa história, a nossa forma de promover um Brasil desigual. E a educação, a expulsão de pessoas da escola, é um instrumento de promoção de desigualdade. Não é fácil mudar. Não depende apenas de um plano, de uma lei, de uma vontade, de uma ideia aqui, hoje. Não serei eu





o portador da verdade. Gostaria de sugerir alguns temas para reflexão e para pensar em prioridades em educação num Estado como Minas Gerais. O primeiro deles, retomando a linha do meu predecessor, que falou de federalismo, é a questão da municipalização. Por todas as razões do mundo, Minas Gerais deve enfrentar, com rapidez e com rigor, a municipalização do ensino. Não há nenhuma razão para ter duas redes. Isso resulta numa ineficiência brutal. É um sistema inadministrável. Todos sabem disso. A maioria das pessoas não tem cabelos brancos por causa disso, mas todos que estamos nessa área há muitos anos sabemos dessa verdade. O atual sistema não traz nenhum benefício à população. A lei brasileira diz que o ensino fundamental é municipal, tem problemas de responsabilização e por aí vai. Agora, isso deve ter como contrapartida que o Estado não deve cuidar de gerir escola, mas sim de educação. É muito curiosa uma realidade. Quando um Prefeito é candidato, e aqui temos parlamentares que já foram Prefeitos, diz que cuidará de muitas coisas, entre elas a educação. Quando toma posse, se vem um doente à Prefeitura, ele o pega, põe no hospital ou na ambulância e o manda para a cidade. Se vem um aluno, ele pergunta se ele é da rede estadual ou municipal. Ele vira Prefeito de rede e não do Município. No Estado é a mesma coisa. Dizem que o problema deles é a rede estadual. Não podemos pensar assim. O pacto federativo não prevê essa realidade. Quer dizer, há muitas responsabilidades que seriam próprias, do ponto de vista de regulação e de controle de qualidade, do governo estadual, de credenciamento, de certificação, de estímulo, etc., que não implicam necessariamente uma operação ineficiente de uma rede monstruosa e desajeitada. Repito, não é culpa das pessoas, mas sim de um processo histórico que precisa ser pensado.

Deve-se, de um lado, municipalizar, mas, de outro, repensar papéis do ente federativo Estado na regulação, no controle de qualidade e nos incentivos à melhoria de qualidade. Não é sair da questão, mas entrar nela de maneira diferenciada. Obviamente, nessa linha de políticas públicas, a questão mais importante é criar um mecanismo de carreira, porventura estadual ou com regras estaduais, que assegurem, que atraiam para o magistério as pessoas mais brilhantes da sociedade. Só assim teremos um ensino de qualidade. Esse é, então, um primeiro ponto, que é a base de tudo, sem o qual jamais teremos um ensino de qualidade.

O segundo ponto é o ensino médio. O Brasil insiste num modelo único de ensino médio acadêmico que não serve para nada, expulsa todo mundo da escola e não tem nada a ver com as pessoas e com a demanda do mercado de trabalho. Em Minas Gerais apenas 12% ou 13% das pessoas frequentam cursos técnicos. O mercado de trabalho muitas vezes explode, mas não há pessoas para trabalharem, pois não são formadas, além de um enorme preconceito contra o trabalho. Ou seja, nosso sistema técnico é subdesenvolvido, porque temos preconceito contra o trabalho. Perdoem-me. Acho que o equívoco desse conceito de educação geral é perverso para o Brasil. Existe educação profissional, educação geral, não há nenhuma vergonha em estudar história da tecnologia, pois essa história é tão válida como estudar a história de Napoleão. Nosso preconceito contra o trabalho e o ensino técnico têm prejudicado a juventude e tem distorcido fundamentalmente o ensino médio.

É preciso repensar e pluralizar o ensino médio, acabar com a ideia desse mundo de cursos e matérias obrigatórias, etc. e tal, que poluem a cabeça de todo mundo e não dá tempo para pensar e estudar, nem mesmo há tempo para a juventude curtir sua própria juventude. Creio que diversificar o ensino médio é uma prioridade para o Brasil e claramente para Minas Gerais.

O terceiro ponto - para ficar apenas em três, e é a questão mais importante - é a primeira infância. Mais e mais economistas e cientistas concordam que é de pequenino que se torce o pepino. Se o capital humano é importante - o Dr. James Jim Heckman ganhou o Prêmio Nobel de Economia com a tese sobre como o capital humano é acumulativo - , quanto mais cedo se investir, mais rendimento se terá. Assim ele ganhou o Prêmio Nobel. Ou seja, quanto mais cedo conseguir-se investir no capital humano, mais juros e rendimentos ele dará. A política da primeira infância, que não se esgota em creches - e certamente não apenas em creches -, é o único instrumento que qualquer país tem para assegurar o pleno desenvolvimento do potencial das pessoas. É algo complexo, que envolve diferentes setores da sociedade, a começar da área da saúde, dos cuidados de pré-natal, remoção de fatores tóxicos que afetam o desenvolvimento da criança, cuidados perinatais e pós-natais da mãe e da criança, além de uma série de políticas públicas de trabalho, de reinserção profissional da mãe, de preparação dos pais, de atendimento das crianças, seja na casa, seja em creche, seja em outros centros de alta qualidade. Em longo prazo, isso pode ser o verdadeiro instrumento de promoção da equidade. Hoje perdemos tempo e recursos enormes querendo fazer equidade na porta da universidade, quando sabemos que ela se faz no berço. Ou mexemos aqui, ou depois isso será um paliativo com pouca repercussão. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Sr. João Batista, agradecemos pela grande contribuição e pelos temas importantes que nos trouxe.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Neste momento, assistiremos ao vídeo com as sugestões da Sra. Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey, Coordenadora do Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador; do Sr. Fernando Rolla, Prefeito do Município de São Domingos do Prata; e do Sr. João Antônio Ribeiro, Prefeito do Município de São João do Pacuí, que também contribuem na construção da agenda da nossa Assembleia.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos a leitura agora de mais algumas contribuições recebidas por meio de consulta pública. Sugestão encaminhada pela Sra. Valéria Tavares Junqueira, de Belo Horizonte: “maior investimento nas escolas estaduais de tempo integral, favorecendo o bem-estar e a educação de nossas crianças e, ao mesmo tempo, beneficiando as mães que precisam trabalhar”.

Sugestão encaminhada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: “inclusão, na grade curricular da rede de ensino regular, nos cursos de formação e capacitação de profissionais da segurança pública e na educação não formal promovida em comunidades de bairro bem-estruturadas, em todos os níveis, de disciplina que vise à contextualização social da violência. Tal disciplina seria concebida nos moldes de um novo paradigma de cultura de paz, à luz dos direitos humanos, sob orientação pedagógica da Secretaria de Educação, em diálogo permanente com uma coordenadoria estadual de acolhimento integral à família e a pessoas em situação de vulnerabilidade e violência”.



Sugestão encaminhada por Brenda de Castro Cabral Gonçalves, de Viçosa: “melhoria das escolas estaduais e aumento da carga horária das disciplinas ministradas durante as aulas com professores mais preparados para levar o aluno a aprender, de fato, os conteúdos”.

Abriremos espaço para mais algumas contribuições de participantes presentes. Há aqui algumas inscrições, aliás todas foram feitas com pedido de utilização do microfone. A primeira é da Sra. Santuza Abras, Vice-Reitora da Uemg, e foi feita em conjunto com a Sra. Renata Vasconcelos. Não sei se dividirão a intervenção ou se são duas intervenções distintas. De qualquer forma, a palavra está franqueada.

A Vice-Reitora Santuza Abras - A formulação feita se refere à elaboração de uma legislação específica para as universidades públicas estaduais. Digo isso porque, folheando este material de apoio, percebemos que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB - dão as atribuições para cada ente federativo. No caso da União, esta financiará as instituições de ensino público federais; no do Estado, ninguém fala em financiamento. Então a minha indagação é sobre quem financia o ensino público do Estado, pois está escrito: autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. Na rede municipal não se fala nada.

Estamos na Uemg, dentro do nosso planejamento estratégico para a gestão 2010-2014, propondo... Aliás, num depoimento que dei à Assembleia, falei que é urgente essa legislação. Como disse o Prof. Cury, fica tudo tão difuso que ninguém sabe quem é responsável pelo quê. Nesse sentido, assim como outras universidades estaduais, não temos uma porcentagem do ICMS para que fosse aplicado nisso.

Esse é outro apelo que faço em nome das instituições públicas estaduais, sejam elas universidades ou não, porque há outras instituições, como a Fundação Helena Antipoff. Então, o meu pedido é que a Assembleia olhe com carinho essa questão, que está também prevista no Plano Decenal de Educação. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Profa. Santuza. Certamente a questão tem a simpatia e terá o acolhimento dos Deputados desta Casa, aqui presentes em grande número. Com a palavra, a Sra. Emilce Maria Soares.

A Sra. Emilce Maria Soares - Não vou falar de frente para a Mesa, mas, sim, de frente para o público, porque falarei a esse público que tem de pensar no processo de democratização do direito à educação e na história da educação. Para mim há algumas questões que merecem ser retomadas por nós ao discutirmos sobre a educação: acabar com o democratismo que temos atualmente na educação de dizer que há uma participação política profunda, porque não há. Existe um público que, desde o final da década de 80 à década de 90, entrou para educação, que eram exatamente os pobres e miseráveis. Eles têm representações, suas associações comunitárias, uma visão de educação, e pouco deste público está aqui e pouco é ouvido sobre as questões do direito à educação. E há muita coisa produzida, muita gente interessante integrada na área do movimento comunitário popular. Há muita gente que absorve a ideia da elite deste país, mas há muitas experiências interessantes nos trabalhos das escolas integradas e mesmo na base da educação extraescolar.

A segunda coisa é sobre política educacional, sobre servidores públicos da educação. Vou falar uma coisa muito séria de professor. Quero falar de professor: que ele, na verdade, é o centro da relação principal da educação, que é a relação ensino-aprendizagem. A relação professor-aluno é uma relação de dois entes. Professor e aluno... (- É interrompida.)

Mas ainda não se passaram 3 minutos.

O Sr. Presidente - Passaram-se 2 minutos. A senhora tem 1 minuto para concluir.

A Sra. Emilce Maria Soares - Não, eu não vou concluir, não, porque me inscrevi duas vezes e agora que fui chamada...

A autoridade do professor - autoridade política, autoridade técnica - é uma questão que precisa ser debatida, e não somente carreira, salário. A grande questão apresentada hoje para nós, professores, é a da autoridade política e técnica, que temos de retomar. Nós somos os responsáveis pela luta junto ao povo brasileiro, nesses últimos anos, da garantia do direito à educação junto à sociedade. Então, os professores devem parar de discutir somente sobre carreira, salário. Vamos discutir a nossa autoridade política e técnica.

A outra questão é sobre a discussão de metas. Na verdade, houve meta, sim: botar o povo todo com direito à educação. Conseguimos isso no início da década de 90. A outra meta é garantir direito ao conhecimento, que estamos superando. Ou seja, da forma que se pode, estamos conseguindo superar essa questão. Num país de quase 200 milhões, onde existem realidades de A a Z, é evidente que a direção política tem de ser uma e as ações têm de ser diferenciadas. E aí eu acredito que a discussão tem de ser em outro nível, não uma discussão em que somente há metas e resultados - número que rende em português e matemática -, mas, sim, as diferenças; não se trata de uma discussão sobre quanto estou rendendo em números. Tenho de render em número, sim, mas em qualidade também, respeitando as diferenças. Equidade é diferente de igualdade; unicidade curricular é diferente de um currículo único. Essas são discussões de política educacional, e não, de politicagem educacional, como tem ocorrido nos últimos anos no Brasil. Vamos fazer política educacional, e não, politicagem educacional, demagogia.

O Sr. Presidente - Obrigado, Emilce. Com a palavra, Kátia Ferraz.

A Sra. Kátia Ferraz - Meu nome é Kátia Ferraz. Apresentei sete contribuições à consulta pública na área de educação. Quero comentar uma questão. Houve algumas concordâncias e votações em relação a direcionar um orçamento específico à Coordenadoria de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência para a contratação de intérprete de libras e a aquisição de literatura em braile para pessoas com deficiência.

Quero esclarecer que 70% das pessoas com deficiência no Brasil têm até três anos de estudo, apenas, e 30% dos analfabetos são pessoas com deficiência. Então, na verdade, a questão da escola inclusiva não está acontecendo. Sempre se coloca a pessoa com deficiência em segundo plano: ela pode se virar para subir escada; pode se virar para ir ao toalete; para ter ou não privacidade. Todos esses pontos, infelizmente, são de violação de direito pessoal, e às vezes ela não consegue entrar no ambiente escolar.

Pedimos uma dotação para a Coordenadoria adquirir toda essa infraestrutura. Estamos precisando de infraestrutura, de acessibilidade nas escolas, mas, primeiro, precisamos da mudança de mentalidade dos professores e do grupo escolar. Muitas vezes o pessoal imagina que a deficiência é apenas cognitiva, que a pessoa não tem como contribuir para o desenvolvimento escolar. Ela não tem futuro como uma pessoa empregável no mercado de trabalho. Hoje há a lei de cotas, e as empresas exigem a qualificação dessas



pessoas. Como elas vão enfrentar o mercado de trabalho se são negadas nas escolas? Recebi a denúncia de uma criança de 11 anos, que não possuía problema cognitivo algum e cuja matrícula foi negada em 10 escolas. Imaginem, 10 escolas negaram à mãe, na porta da instituição de ensino, a matrícula dessa criança. Não podemos concordar com esse tipo de ação.

Deputado, apresentei uma proposta de ação legislativa em 2007, em que se solicita a estruturação da acessibilidade em todas as escolas. Essa ação foi aprovada pela Comissão de Participação Popular e arquivada. Refiro-me à Proposta de Ação Legislativa nº 462/2007. Gostaria que os parlamentares pudessem acompanhá-la para que tais medidas se tornem possíveis. Obrigada.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos a participação. Certamente, resgataremos a Proposta de Ação Legislativa nº 462/2007. Com a palavra, o Sr. Flávio Nascimento (“Panetone”).

O Sr. Flávio Nascimento - Boa tarde, componentes da Mesa e participantes deste fórum. Acredito que essa iniciativa atinge a democracia e realiza o debate educacional, que temos de tratar como estratégia para o desenvolvimento do Estado e do País.

Primeiramente, quero comentar um pouco da fala do Prof. Jamil. Tive a oportunidade de participar da comissão organizadora da Conferência Estadual de Educação e do Plano Decenal, e vimos que a referida Conferência foi estratégica para um debate único da educação, de um sistema mais articulado. E o Plano Nacional de Educação entra diretamente para solucionar o problema da educação básica existente no País, hoje.

A par dessa prioridade, o Plano lembra que não deixará de lado as outras fases da educação, como o ensino superior e a pós-graduação. Mas, pensando na lógica de o Plano priorizar o ensino básico, há algo que me preocupa, Prof. Jamil: queremos resolver o problema da identidade do ensino médio e colocar mais estudantes nas universidades brasileiras, mas hoje o que vemos em nosso país é a contramão desse debate. Apesar de mais de 70% das instituições do País serem privadas, o Plano Nacional de Educação nem sequer promoveu o debate sobre a regulamentação da instituição privada, algo tão necessário no nosso Estado e no País. O exemplo que tomo é o reajuste a que se procedeu nos últimos cinco anos: reajustaram-se os salários dos professores em 24%, e as mensalidades, em mais de 40%.

No âmbito estadual, é necessário fazermos um debate melhor sobre a inovação do ensino médio, tornando-o mais atrativo e interessado em debater a construção de um cidadão, em vez de pensar somente em números, como vimos na apresentação do Prof. João Batista. Penso que precisamos também resgatar outro debate neste Estado: entre os maiores protagonistas do desenvolvimento nacional, Minas Gerais é o único Estado que não tem uma rede estadual de escolas técnicas. Em São Paulo, há a Fatec; no Rio de Janeiro, a Faetec. Mas, em Minas, nossa opção é pagar mais para o Sistema S, que já é retirado da folha salarial dos trabalhadores e pelo qual se investe em bolsas e programas. Temos de sair do abismo dessa lógica na educação e fortalecer o ensino técnico, que está diretamente ligado ao desenvolvimento do Estado e da Nação.

Por fim, já que estamos em um fórum democrático para o desenvolvimento de Minas Gerais, precisamos tratar da gratuidade da Uemg, pois é preciso haver uma rede estadual de universidades públicas que atenda à necessidade do jovem mineiro. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Flávio. Com a palavra, o Sr. Samuel Gazolla Lima.

O Sr. Samuel Gazolla Lima - Meu nome é Samuel Gazolla Lima e sou Secretário de Educação do Município de Ubá, na Zona da Mata. Em primeiro lugar, quero parabenizar o João Batista por suas palavras. Não conversamos, mas acho que, em pouco tempo, você desenhou a real situação da educação no País e em Minas Gerais, além de pontuar a necessidade de alguns investimentos que, querendo ou não, temos feito em Ubá. Um dos Prefeitos que falou aqui, de cujo nome não me recordo, abordou o tema do transporte escolar. Como gestores públicos da área da educação, temos sofrido muito com essa situação. A própria LDB - ou seja, é até mesmo uma questão legal - preceitua que o transporte escolar dos alunos da rede estadual deve ser de responsabilidade do Estado. Mas, como nossa Federação não funciona, essa pressão acaba sendo feita sobre as secretarias municipais de educação, e acabamos com um orçamento que não é barato. Sabemos que o transporte escolar é um direito do aluno, algo que o leva a participar mais e a ter uma efetiva continuação na rede escolar, mas, por outro lado, os Municípios se penalizam. Não falo aqui como representante da Undime, mas tenho certeza de que esse tema é muito importante e tem-se transformado no calcanhar de aquiles dos Municípios. Os custos do transporte escolar são sempre constantes e elevados e se devem parcialmente ao fato de os Municípios terem de arcar com os valores relativos aos alunos da rede estadual de ensino. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Samuel, nós é que agradecemos a sua contribuição. Para encerrar este bloco, gostaria de convidar a Sra. Neuma Soares Rodrigues.

A Sra. Neuma Soares Rodrigues - Boa tarde a todos. Meu nome é Neuma e faço parte da comissão de pais e mães de Belo Horizonte e do Comitê de Mobilização Social de Belo Horizonte.

Quando solicitei a minha participação, pretendia tratar do ensino médio, mas, até aquele momento, nada tinha sido falado ainda a respeito. Como o próprio Deputado sabe, sou representante das mães e, há um bom tempo, estou nessa luta do ensino médio, com o qual, na verdade, estamos muito preocupadas.

Depois que o Prof. João Batista apresentou as estatísticas, fiz algumas reflexões a respeito. Os dados do ensino médio mostram a relação dos meninos do 2º e do 3º anos que não terminam o ensino médio. Mas, se o Estado tem de ter a responsabilidade sobre o ensino médio, totalmente, por que esta Casa não trabalha em cima desse segmento escolar com qualidade e respeitando esses alunos e seus familiares? Precisamos ser respeitados, e esses meninos precisam do ensino médio. Todas as pesquisas mostram que o ensino médio é um dos problemas que impede que esses alunos cheguem às universidades. Então, está esperando mais o quê? As pesquisas já mostraram; pais e mães estão brigando. Quando fomos para a Conae, fizemos as solicitações; então, o que mais precisamos fazer?

Como mãe e representante de mães e pais que têm filhos no ensino médio, estou aqui pedindo para que tenham um olhar especial para o ensino médio, porque, para que os nossos filhos possam chegar a uma universidade, eles precisam de um ensino médio com qualidade. O nosso desejo é que nossos filhos trabalhem bastante no ensino médio; que ensinem a eles como fazer um Enem bacana; e que tenham uma estrutura de ensino médio que valha a pena. Na verdade, não tenho uma pergunta a fazer, apenas gostaria de dizer pelo que mais brigo e o que mais quero. Acredito que esta Casa tenha de trabalhar em prol do ensino médio.



O Sr. Presidente - Muito obrigado, Neuma. Como já temos mais de 30 solicitações de intervenção oral, gostaria de combinar o seguinte: agora são 16h3min, e manteremos os pedidos de inscrição abertos até às 16h15min. A partir de então, continuaremos recebendo sugestões por escrito, as quais serão consideradas para o momento da apuração dos trabalhos. No entanto, ressalto que às 16h15min estaremos encerrando o recebimento de solicitações para intervenção oral, sob pena de inviabilizarmos a realização dos nossos trabalhos.

### Palavras da Sra. Suelly Duque Rodarte

Boa tarde a todos. Quero cumprimentar a Mesa. Deputado Paulo, este negócio, agora, de Presidenta e Presidente confunde um pouco. Desculpem-me, mas aproveito este momento para fazer um esclarecimento, que, aliás, já fiz por meio de um “e-mail”. Estou hoje como Diretora Executiva da Undime e também como membro da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação e Coordenadora do Comitê de Educação Infantil da Conspiração Mineira pela Educação, onde tenho uma amiga particular e companheira que está ali, a Sueli Baliza.

Cumprimento todos e digo que não é fácil falar depois das feras que aqui estiveram; não é brincadeira. Farei como os jovens: reverenciarei. Só uma coisa já dá um alento grande de que a fala pode encurtar: o Prof. Jamil fez um passeio pela história, quando falou do fórum, e trouxe para nós este momento em que estamos e a responsabilidade que é ser participante de um fórum.

Depois veio a fala do Prof. João Batista. Parabenizei-o, dizendo-lhe o seguinte: “Não falarei de educação em nível de ensino médio. O senhor já fez meu desabafo”. O que mais precisamos, senhora mãe, que tão bem falou, é deixar os alunos com um rumo ao sair do ensino médio, e não, de mãos vazias. Até então, não temos dado esse rumo de que precisam. A maioria das nossas escolas não tem condições de preparar os alunos para ingressarem em uma universidade e não dá a eles competência para o trabalho. Então, isso merece revisão imediata. Gostaria também de ressaltar o que o Prof. João Batista falou a respeito da primeira infância. Esse será praticamente o tema em que demorarei mais uns segundos, porque não há como construir educação sem construir a base. Então, para nós, isso é muito importante.

Parabenizo a Assembleia Legislativa do Estado de Minas por este fórum. Já sabemos tão bem o que é um fórum e por que estamos aqui, sabemos da nossa responsabilidade neste evento. Parabenizo, principalmente, porque a Assembleia de Minas já deu um grande passo, ao organizar aqui, pela primeira vez, o fórum técnico para discutir o Plano Decenal de Educação, do qual participamos. Cabe a esta Casa essa responsabilidade, porque os Deputados são os representantes da sociedade civil. Portanto, eles estão aqui para nos representar quando não temos como falar e nem sabemos aonde nos dirigir. Com essa garantia, o futuro pode ser melhorado por uma intervenção no presente. E aí, Deputado Paulo, V.Exas. já começam este ano legislativo tão bem; já interferindo para que tenhamos uma política de Estado, não só ao longo dos quatro anos. Devemos esquecer essa ligação da política com a educação, pois devemos ter uma política de Estado. Passam-se quatro anos; passam-se oito anos, mas essa política de educação de Estado deve permanecer e não ser uma política muito boa em um governo e mais ou menos em outro. Devemos sair dessa incógnita.

Algo igualmente importante para mim é poder apresentar proposições. Falo isso como participante que fui do fórum técnico realizado por esta Casa. Quando realizamos este fórum, buscamos democratização - isso mesmo -, participação efetiva e responsável, solicitações que devam ser cumpridas. Estamos também trabalhando no avanço institucional desta Casa e da nossa possibilidade de sermos participantes e garantir, por meio dessa participação, o tratamento da educação como uma política de Estado. Esta Casa deve cuidar muito bem do papel do Estado. Fizemos um trabalho para a Coedi muito intensivo. Estão aí o Panetone, a Samira e a Santuza. Trabalhando, fizemos 47 reuniões em cidades-polo, além do trabalho feito em todos os Municípios de Minas Gerais. Precisamos garantir essa política de Estado, mas precisamos saber, com muita clareza, qual é o sistema de colaboração que existe na educação. Quem paga a conta para essa educação melhorar? Quem é o responsável pela qualidade? Falar em qualidade é fácil, mas não se faz qualidade sem o financeiro. Isso não significa que só o financeiro faça educação, mas temos de lembrar que está havendo uma evolução muito grande e que nossas escolas devem acompanhá-la e dar essa condição aos alunos. Não podemos ouvir mais que o Brasil está no 78º lugar no Pisa, ou que só atingimos quatro Municípios no Prova Brasil. Essa situação tem de mudar. Esta Casa tem poder de decisão. Às vezes sonhamos lá fora, mas não votamos para que isso aconteça. A Casa tem essa responsabilidade. Quando falo que esta Casa já começa a dar seus passos, refiro-me ao fato de ter reunido aqui toda a sociedade civil em número de 37 representações para organizar o plano técnico de educação. O que deverá estar na agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para promover o desenvolvimento do Estado? Não podemos vir aqui com conversa de palanque. Já chega, pois, em todos os palanques e em todos os lugares, fala-se em priorizar a educação e a saúde. Mas o analfabetismo continua subindo e o povo continua morrendo nas portas dos hospitais.

Portanto, devemos ver a realidade. A Assembleia tem o poder e o dever de garantir o que já está escrito na Constituição: direito a educação de qualidade para todos. Para que isso aconteça, deve garantir o financiamento da educação. Quando se avalia o aluno, pensa-se no professor que dá aulas em três, quatro, cinco, seis lugares para sobreviver? Com que qualidade e responsabilidade esse professor vai para a escola? Não é possível permear todo esse trabalho se vocês não se reunirem com os governadores, se as Assembleias não se posicionarem, como vocês, junto aos governos, traçando uma realidade digna para que todos se entusiasmem em ser professores. Acabou o entusiasmo. As estatísticas mostram que a cada vez há menos procura, apesar de toda facilidade da Plataforma Freire, do EAD, etc. Quem consegue se formar abandona o magistério, vai para a rede privada, busca outro trabalho, mas não fica, pois não consegue garantir a própria subsistência. Essa realidade deve ser pensada e repensada. O que deve estar na agenda da Assembleia? A educação infantil, que também deve estar na agenda de todo cidadão, do pai, da mãe, do professor, do padre, do Papa, seja de quem for. É a garantia de futuro, de qualidade de vida melhor. Quando o Prof. João Batista falou, eu disse que estávamos estudando praticamente com a mesma cartilha. James Heckman, que ganhou esse Prêmio Nobel, mostrou que a economia só melhora por meio da educação infantil. Vamos chegar lá.





Paulo, gosto de falar e provar. Fizemos parte da Coedi. Estou com um documento final da Conae; entreguei-o à Mesa. Aqui, tenho 75 propostas de emendas para o Plano Nacional de Educação que vêm de diferentes fontes de contribuição, a fim de garantir educação infantil de qualidade, universalização da educação infantil, ensino médio e valorização do professor.

Paulo, a Undime, o Todos pela Educação, o Direito Nacional à Educação, enfim, todos estamos reescrevendo o necessário para que, no momento da votação do Plano Nacional de Educação, as emendas sejam aprovadas. Isso não é para o Paulo. Solicito a todos os legisladores presentes que leiam o documento e peçam aos Deputados Federais que tenham atenção em relação ao Plano.

Fala-se muito. Entre as metas está a de universalizar, até 2016, o atendimento escolar de 4 e 5 anos, e, até 2020, 50% da população de até 3 anos. A nossa realidade é muito diferente. Estamos culturalmente acostumados a ver a creche como um local de assistência social. Durante muito tempo, realmente isso aconteceu, pois havia pessoas caridosas que abriam suas casas e abrigavam crianças. Entretanto, esquecemos do principal na educação infantil: além do desenvolvimento cognitivo necessário durante a primeira infância, a socialização garantida por meio do trabalho de uma creche sustentará, mais a frente, um cidadão com mais autocontrole, com mais autovalorização, ou seja, um novo cidadão para o padrão social. É muito importante que pensemos e que esta Assembleia atue.

Estou passando rapidamente pelas emendas que estamos propondo. Quando se fala na aplicação do PIB, fala-se, por exemplo, em 10% dele, e isso causa um horror. Segundo o governo, já se aplicam 7%. A diferença entre 7% e 10% são 3%, logo a distância não é tanta. Temos que garantir o financiamento da educação. Ao se falar em financiamento, é preciso falar em controle social. Temos que aprimorar os conselhos municipais de educação. Precisamos de uma boa gestão do dinheiro público. Já que a educação pega o maior volume do orçamento, este deve ser muito bem gerenciado a fim de haver retorno. O controle social por meio dos conselhos é imprescindível, e a Assembleia tem que nos ajudar. Precisamos formar a cabeça desses conselheiros. Não podemos mais ter conselhos municipais em que as atas vão para a casa, porque um ou outro se ofereceu para fazê-las. Temos de entender de financiamento, temos de entender de Fundeb para podermos assinar uma ata de um conselho municipal de educação. Paulo, nós, Undime, estamos prontos para trabalhar com vocês a fim de viabilizar uma formação adequada para as pessoas que desejam ser conselheiras de educação.

Volto a insistir na realidade da educação infantil. Não há desprestígio quando se fala em educação superior, quando se fala no fator de ponderação para o ensino médio. Porém é necessário pensar muito quando se fala na educação infantil. Observem o fator de ponderação para a educação infantil. A criança mama, faz xixi toda hora, faz muitas outras coisas toda hora; tem de haver uma alimentação e uma nutrição correta para o seu desenvolvimento. Sabemos que a alimentação nas creches, às vezes, é a alimentação que a criança tem; depois que ela vai para casa, às vezes não tem essa alimentação. Observem o percentual de 1,1% quando a creche é de tempo integral, e a criança fica de seis a oito horas. Nem água dá para a criança. Então temos de pensar nessa situação e revê-la.

Falamos do Plano Decenal de Educação e que estamos preocupados com a agenda da Assembleia. Gostaria de solicitar - se a Assembleia quer colocar em sua agenda a educação - articulação com o Plano Nacional de Educação 2011-2020. Essa articulação significa monitoramento. Não pode apenas nós participarmos da Coedi, fazermos parte da Conae. A Assembleia deve ter um monitoramento direto do que se está propondo para a construção do Plano Nacional de Educação. Devemos continuar a ter os Planos Decenais de Estado. Quando andamos por todo o País, vemos que a educação do Estado de Minas - aliás, isso foi dito aqui várias vezes - é destaque. Não podemos dizer que estamos bem demais. Entretanto, é impossível comparar a realidade educacional de Minas com a de outros Estados. Há momentos em que pensamos que mineiro é quem dá o recado na frente. Ficamos muito orgulhosos quando convivemos com outros Estados, como fiz recentemente na trajetória como Vice-Presidente da Undime Nacional. Fui conhecer de perto a realidade educacional de cada Estado. Temos de agradecer muito o nosso desfecho. Então, que a Assembleia faça a articulação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais de Educação dos Estados e monitore e dê competência aos Planos Decenais de Educação dos Municípios.

O Secretário de Ubá e a Maria Lisboa estão presentes. Fui Secretária de vários Municípios. E o que vemos? Que o plano nacional, na maioria dos casos, é algo para se fazer cumprir e guardar na gaveta de quem tiver a chave mais forte, pois ninguém vai revê-lo nem monitorá-lo. Então precisamos disso acentuadamente. Partindo desse encontro, que haja formação de comissões de monitoramento por esta Assembleia e que haja possibilidade de se fazer um fórum estadual de educação. Para nós, embora estejamos tão bem, gostaríamos de caminhar e vislumbrar mais, não apenas um fórum técnico, mas um fórum em que os 853 Municípios tenham oportunidade de falar sobre a realidade educacional deles.

Vou voltar a falar sobre a educação infantil, que é prioridade. O Prof. João Batista falou do James Heckman, economista americano, ganhador do Prêmio Nobel. Sou uma admiradora do James Heckman, segundo o qual tentar sedimentar em um adolescente o conhecimento que deveria ter sido apresentado a ele 10 anos antes custa mais e é menos eficiente. Costumo dizer que a EJA é o pagamento da dívida social. Fiz inúmeros gráficos, com divisão de creches e pré-escolas, para vermos a situação da educação infantil. Podemos ver que o atendimento de creche e pré-escola recai sobre os Municípios. Há Municípios que vivem apenas de FPM. Precisamos saber qual é a contribuição da União e qual é a corresponsabilidade do Estado para a educação infantil. Não adianta apenas municipalizar, não adianta dizer que é dar responsabilidade. Quem tem responsabilidade precisa de condições para executar. A educação infantil precisa ser cuidada com carinho.

Passarei rapidamente. Nossa estratégia é justamente cuidar sistematicamente desse sistema de parceria, porque a União fala muito, mas faz pouco, há mais alarde do que realidade. A União precisa definir com clareza suas competências financeiras no plano nacional, para não ficarmos nessa penumbra. Existem as leis, que, entretanto, não estão sendo cumpridas. É preciso também aproveitar esse projeto da Proinfância - Minas Gerais já tem 198 escolas em que as pessoas, ao entrar, devem ter competência.

Encerrarei aqui porque me preocupa o horário. Gostaria de deixar claro o aparato das escolas do Proinfância, quando conseguimos a parceria com o governo federal, tanto do aspecto físico quanto dos trabalhos cotidianos. Quero dizer à Assembleia que, quando queremos, fazemos. Somos quatro pessoas na Undime, além dos secretários. Por meio das parcerias, por exemplo, essa agora com a UFMG, formamos 200 gestores, que são os diretores e vice-diretores. Não há como melhorar a educação se não se melhorar quem faz a educação, que são os gestores e os professores.



Aqui está definido o papel da Undime e aqui estão as 11 vice-regionais em que trabalhamos. Agora estamos prioritariamente com um trabalho feito pela Conspiração Mineira pela Educação: trabalhar a educação infantil nos 34 Municípios de Minas. Estamos trabalhando acentuadamente. A Assembleia precisa envolver-se todos os setores da sociedade - primeiro, segundo e terceiro setores - para que todos saibam que todos têm responsabilidade com a educação. Assim, faremos cumprir a declaração de Jomtien: se quisermos educação de qualidade para todos, precisamos ser todos pela qualidade da educação. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Suely, pela contribuição e por todo esse trabalho que você vem desenvolvendo há tantos anos na educação de Minas Gerais.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do Sr. Rudá Ricci, sociólogo, Mestre em Ciências Políticas e Doutor em Ciências Sociais; e da Sra. Santuza Abras, Vice-Reitora da Uemg, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos agora a leitura de mais algumas contribuições recebidas por via do "Consulta Pública", lembrando que a íntegra das contribuições está no "site" da Assembleia.

Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, que está aqui presente: formação de parcerias com o objetivo de difundir o Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - Proerd -, coordenado pela PMMG, por todas as escolas do sistema estadual de ensino, tendo em vista a relevância dos resultados já obtidos pelo programa.

Sugestão enviada por Nísio Lourenço Júnior, de Romaria: realização de prova anual de conhecimento como critério para classificar professores que concorrem à designação na rede pública estadual de ensino em Minas Gerais, a fim de possibilitar o ingresso de professores recém-formados e de garantir melhor qualidade do ensino. Pelos atuais critérios de designação, muitos professores não conseguem lecionar na rede pública estadual em razão da contagem de tempo.

Sugestão enviada por Marcelo de Souza Cruz, de Montes Claros: fortalecimento do ensino superior público no Estado com o aumento de investimentos na Uemg e na Unimontes e com o desenvolvimento de uma sólida política para a evolução da educação superior em Minas Gerais.

Considerando o grande número de contribuições recebidas, nossa proposta é dar prioridade às intervenções orais, uma vez que temos necessidade de fazer seu registro taquigráfico para que constem na consolidação das contribuições deste evento. As que foram encaminhadas por escrito e para as quais não foi feita solicitação explícita de utilização do microfone serão acatadas e inseridas no documento de consolidação. Presto esta informação para que não façamos a leitura de todas elas, o que nos tomaria um tempo imenso. Já são 16h30min. Estamos considerando o avançado da hora e o fato de termos número significativo de pessoas que querem manifestar-se. Peço a todos o máximo de objetividade para que possamos, se possível, em 2 minutos, concluir as sugestões a serem propostas.

Com a palavra, o Sr. Geraldo de Souza, do Sind-UTE. É o Prof. Geraldinho.

O Sr. Geraldo Miguel de Souza - Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Geraldo Miguel, sou do Sind-UTE de Minas Gerais. Atualmente sou professor de Educação Física da rede estadual de educação. Quase que vim diretamente da escola para participar deste evento. O Estado dificulta a nossa participação em eventos dessa natureza. Informações de eventos de grandiosidade como este não chegam às escolas. Temos de correr atrás das informações. Também sou conselheiro do Conselho Estadual de Alimentação Escolar.

Queria comentar com os pares que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação - Sind-UTE - e muitas pessoas estão perguntando pelos outros companheiros - temos uma doação no sentido de valorizar o trabalhador e a trabalhadora em educação e trabalhar na qualidade da educação. Nesse sentido, do dia 18 a 20, realizaremos a VI Conferência Estadual de Educação em Caxambu. Os nossos outros colegas estão lá queimando a pestana para organizar um evento de âmbito estadual. Acredito que a grande maioria aqui já realizou um evento dessa magnitude e sabe do trabalho que dá. O pessoal está lá organizando o evento, e eu dei uma saída rápida para participar deste evento de tamanha importância. Outros nossos colegas não puderam estar aqui justamente por isso.

Vim falar de uma questão que considero de tamanha importância, e quem já participou de outros eventos dos quais participei aqui já sabe que sempre estou batendo numa tecla com a qual estou muito preocupado. Trata-se da escola de tempo integral, um tema que está sendo extremamente maltratado em Minas Gerais e em todo o Brasil. Muitas escolas estão aderindo à escola de tempo integral simplesmente para ter mais recursos do Programa Mais Educação, não visando àquilo que sabemos ser necessário, a educação de qualidade.

Vemos também em Minas Gerais o conceito não da escola de tempo integral, mas do aluno em tempo integral. O que é isso? Em Minas, os 10% dos piores alunos da escola são colocados no outro turno do dia. É realmente lamentável. Sabemos que a escola de tempo integral existe para motivar o aluno a estudar, não para o penalizar. O sistema usado em Minas Gerais é excludente e preconceituoso. O aluno considera que está na escola integral porque é mau aluno, e a questão não é essa.

Tenho convicção de que a escola de tempo integral pode não resolver por si só as mazelas da educação no nosso país, mas tenho certeza absoluta de que o exemplo dos grandes países, das grandes nações, dos grandes sistemas educacionais de outros países mostra que, sem a Escola de Tempo Integral, a questão educacional do Brasil não será sanada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, professor. Com a palavra, a Sra. Clarise Fernandes da Silva.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Boa tarde a todos. Meu nome é Clarise Fernandes, representante da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, e gostaria de apresentar uma proposta. Primeiramente, gostaria de fazer uma explanação: considerando que o universo do público-alvo com restrições econômicas se encontra em defasagem do ensino regular na educação básica e no ensino superior, solicitamos a especial atenção de acrescentar a proposta de avaliação por currículo no ensino superior nas universidades do Estado e



na universidade federal, com acompanhamento psicológico para efetivar a qualificação da avaliação para o público-alvo com restrições econômicas, a fim de que esse público possa ter acesso à vida acadêmica regulamentada e o crescimento profissional da população seja garantido.

E gostaria de uma atenção especial também para que fizessem cumprir as cotas sociais, tanto nas faculdades privadas como nas estaduais e nas federais, porque nós, da Clarosofia, somos procurados para batalhar bolsa com desconto ou integral, nas universidades estadual, federal ou particular, mas há uma burocracia, uma lei de barreira indecorosa, que tem de ser jogada por terra. Faço o apelo para que vocês usem da criatividade e da boa-vontade que sei que têm. Em todo lugar, tem o que há de melhor, tem a banda podre, tem a banda ruim, tem a banda boa. Aqui sou de sorte. Sempre dou sorte com o que há de melhor na face da Terra. Tenho o dom de captar o que há de melhor. O contrário disso, peço livramento, e garanto que tenho livramento. Mas normalmente sou caçadora de grandes talentos e sempre me deparo com eles. Por isso peço atenção especial aos senhores da Casa, às autoridades municipais, estaduais e federais, para que fomentem em favor de fazer cumprir a tal cota de 5% e acrescentar esses 5%. Por que acrescentar? Realmente somos entendedores, conscientes, e vou ser marqueteira na minha fala: a nossa carga tributária é onerosa. Quando a conta chega, se não é paga, os benefícios são cortados. Então essa carga tributária tem de ser convertida para fim social, do contrário não precisamos dizer o que vai acontecer. Muito obrigada pela atenção.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Clarise, pela contribuição. Convidamos a Sra. Rosilaine dos Reis.

A Sra. Rosilaine Reis - Boa tarde a todos. Sou Coordenadora de Projetos Sociais da ONG Clarosofia Núcleo Mundial, de Belo Horizonte. Como pedagoga e professora da rede pública, solicito o resgate do projeto socioeducativo, apresentado como a Proposta de Ação Legislativa nº 846, por meio do PPAG, em 21/11/2008. Essa proposta não foi executada, mesmo inserida de forma inadequada no programa Poupança Jovem. Em função da real importância da efetivação desse projeto dentro dos espaços escolares, venho, por meio da ONG que represento, solicitar esse resgate. Um outro elemento reforçador seria o aumento de violência nos espaços escolares. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - O PLE nº 462, que foi citado anteriormente, já está aqui em nosso poder. Quanto ao PLE nº 846, já estamos solicitando à assessoria que se faça um levantamento o quanto antes. Convido a usar a palavra a Sra. Ellen Vieira Santos.

A Sra. Ellen Vieira Santos - Estou aqui como cidadã, educadora e representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg -, atualmente como assessora da Pasta de Educação.

Diante da explicação do Prof. Jamil Cury, e sabendo também que a LDB dispõe sobre a igualdade de acesso e permanência na escola, o que nos preocupa hoje é a questão dos trabalhadores no campo. Para que Minas não repita a histórica exclusão dos povos dos campos das políticas públicas, sobretudo na área da educação, considero, como representante da Fetaemg, que o que deve estar na agenda da Assembleia Legislativa para promover o desenvolvimento do Estado é a efetivação, realmente, dos arts. 23, 26 e 28 da LDB, levando-se em conta as especificidades do homem do campo.

Solicitamos também que o governo de Minas, nessa nova gestão que se inicia, tenha um olhar especial para revisar a política de nucleação das escolas rurais, adotada ao longo do processo, em relação ao cotidiano de crianças, adolescentes, jovens e suas famílias. Há uma cadeia de problemas que vêm surgindo, principalmente no que diz respeito ao transporte precário. Temos conhecimento de várias catástrofes, que nos são informadas pela mídia.

Aliado a essa revisão da política de nucleação, solicitamos também um olhar especial em relação à questão do investimento, do financiamento, como já foi dito aqui, para a construção de escolas nas áreas rurais, e não o fechamento delas. Para promover o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, não podemos nos esquecer de que existe um campo e que dele saem também todos os produtos com os quais nos alimentamos. Não é à toa que o censo do IBGE mostrou que quem põe alimento na mesa dos brasileiros hoje é a agricultura familiar. Esse é o recado que a Fetaemg deixa para a questão da educação, assunto já discutido por ocasião do Plano Decenal e que retomamos aqui. Muito obrigada.

A Sra. Terezinha Rocha - Boa tarde a todos. Como a Suely disse, fica difícil falar de todo mundo. No passado, em 2005, quando falávamos contra a Oscip na saúde, repetíamos, éramos convidados para fazer palestras e esclarecer alguns pontos sobre ela, tínhamos sensibilidade. Como diz o ditado, é como ferrinho de dentista, que incomoda todo dia.

Todos do Plenário estão muito preocupados, pois vemos a falta de pessoas para trabalhar, principalmente deficientes. Nossa preocupação é a melhora no acesso às entidades de educação. Sabemos que a lei existe e sabemos que, às vezes, é preciso fazer uma pequena reforma. No entanto, não vemos isso.

Na semana passada fui levar uma amiga à escola e ela bateu palmas, pois na porta havia uma rampa para deficientes. No entanto, quando pedi para ir ao banheiro, a escola não possuía banheiros para deficientes - e é uma das melhores escolas do País. Fiquei muito triste e preocupada com isso, pois em todos os lugares a que vamos se fala em reformas, mas nada acontece. Gostaria de parabenizar os novos Deputados que aí estão; espero que não deixem isso passar, como os outros fizeram. Não sei se depende dos Deputados, do governo do Estado ou do federal, mas fazemos este apelo e reforçamos este pedido, pois é a sensibilidade, a valorização do trabalhador. É muito importante chegarmos à escola.

Como disseram, o currículo escolar, de fato, deve ter muita atenção. Além disso, não queremos que as pessoas se preocupem apenas com os deficientes, mas com todos os cidadãos que têm a preocupação de estar em dia com suas contas. Reforçamos isso, pois, como trabalhamos com movimentos de pessoas com deficiência, ficamos tristes, pois todos os dias ouvimos dizer que o mercado de trabalho está vazio, precisando de pessoas com deficiência, mas não conseguimos pessoas capazes. Onde nos capacitamos? Na base, na escola, para depois fazermos cursinho. Desse jeito não tem como chegarmos a um cursinho.

A minha preocupação é reforçar, bater novamente na mesma tecla e pedir que a Comissão de Fiscalização Financeira da Assembleia faça um acompanhamento mais rigoroso. Aqui mesmo na esquina da Avenida Olegário Maciel, pedimos várias vezes que instalem uma rampa de acesso para cadeirantes, pois não há. Precisamos abordar pessoas nas ruas para que nos subam na calçada, pois no sinal onde devemos atravessar não existem rampas. Em outros lugares, e não apenas na porta da Assembleia, isso, também acontece.



Queremos chegar à escola e ao mercado de trabalho, mas a dificuldade é muito grande. É preciso valorizar os trabalhadores para que tenham condições de receber mais atenção. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Terezinha, muito obrigado por mais essa participação, pois sempre participa dos movimentos. Com a palavra, o Sr. Liberato Ferreira da Silva.

O Sr. Liberato Ferreira da Silva - Meu nome é Liberato Ferreira da Silva, sou professor. Vim aqui colocar um ponto, um pensamento. Nesta semana estava vendo um jornal e vi que havia várias solicitações de emprego por empresas. Há mais de um mês tenho acompanhado isso. Vi ali várias profissões, com citações de quanto se pagaria para cada uma. Havia um espaço para o professor, e percebi que o menor salário de todas as áreas era justamente o do professor.

Creio que um país não cresce sem educação. O conhecimento ainda é muito restrito a poucas pessoas.

Desenvolvo projeto com lixo digital. Hoje se jogam fora computadores, impressoras, motores, motores de passo e microprocessadores que têm uma capacidade grande de processamento. Como disse, todo esse material é jogado fora. Iniciei um trabalho com crianças em área de risco. Noto como convivem com o conhecimento e gostam de aprender. Quando lidam com máquina, a escola é um espaço ainda bastante teórico, ou seja, trabalha muito o conhecimento teórico. Tenho um colega que diz que saber fazer e fazer são duas coisas diferentes. Observo que se joga muito fora material que poderia ser reutilizado em sala de aula. Elaboramos um projeto na escola integrada para reaproveitarmos o lixo digital a fim de construirmos novos saberes.

O nosso Estado é imenso. Todos os dias toneladas de material vão para lixões. O lixo estornado mostra isso, ou seja, que se joga fora material que pode não só ser reutilizado, mas também construir ou despertar conhecimento. Gosto de trabalhar com educação básica, pois assim os meninos aprendem a lidar com isso. Aliás, temos ferramentas para isso. Quando vemos um menino em dificuldade, pensamos: qual educador podemos balizar? Há vários deles que podemos balizar, como Paulo Freire, Vygotski e Piaget. Temos determinados conhecimentos para isso. A escola poderia apropriar-se disso. Minas é um Estado grande.

Finalizando, não temos fábrica de microprocessadores. Minas Gerais é o Estado que possui mais minério, mas manda que se façam microprocessadores lá fora. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Sr. Liberato, obrigado pela participação. Com a palavra, a Sr. Cláudia Marques de Oliveira, do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial de Minas Gerais.

A Sra. Cláudia Marques de Oliveira - Boa tarde a todos. Sou representante do Fórum Permanente de Educação e Diversidade Étnico-Racial do Estado de Minas Gerais e quilombola, descendente do povo gurutubano do Norte de Minas. Fui aluna em Janaúba e depois me formei em Pedro Leopoldo como professora. Uma das questões que me preocupa como professora e representante do Fórum da Diversidade Étnico-Racial é a ausência, no Plano Decenal, assim como nas discussões aqui hoje, da educação das relações etnorraciais. E aí isso não se restringe à educação quilombola. O Plano Decenal contempla a educação quilombola. No entanto, a educação das relações etnorraciais não pode ficar novamente presa aos quilombos. Pelo contrário, ela é para todos nós.

Chamo a atenção para a fala do Sr. João Batista quanto ao fator qualidade. Para falar da desigualdade e da má qualidade na educação em Minas Gerais, um fator fortíssimo é o racismo, o preconceito. Na verdade, ele produz a desigualdade de forma profunda, sobretudo a baixa estima nos indivíduos e a falta de perspectivas nas crianças, conforme disse muito bem a Profa. Sueli, na área da educação infantil.

Nós, do Fórum, queremos propor exatamente que a educação das relações etnorraciais esteja presente e pautada em todas as discussões, todos os documentos e espaços, para que se efetive um tratamento igualitário.

Voltando à questão da qualidade, o nosso currículo - o currículo educacional brasileiro, e não só o de Minas Gerais - é elitizado e europeizado e não permite aos educandos uma identificação com a cultura e com os conhecimentos ali presentes. E aí eu chamo a atenção para a cultura e a história africana e afro-brasileira.

No Plano Decenal, Anexo II, há o item que fala das desigualdades - e há outro termo, que no momento não me vem à memória. Não é considerada ali, como fator de desigualdade, a questão racial, que está presente em todos os dados. Se buscarmos informações disponíveis na internet, do Laboratório de Análises Estatísticas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Laeser, em que todos podem acionar, clicando por regiões, por cidades, obteremos os dados de raça, cor, por cidade. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e em Pedro Leopoldo, 60% da população é negra. E nada se discute em relação a essa questão para a educação. Isso é muito sério, gente. Essa é uma das formas de manifestação e de expressão do racismo e do preconceito que se perpetua no nosso país. Deixo aqui a nossa proposição. Agradeço a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Cláudia. Ainda bem que você fez a intervenção a tempo, para não terminarmos o dia sem a apresentação de uma questão tão importante. Com a palavra, o Sr. Célio Guiga, do Instituto de Conhecimentos Tradicionais Mestre Guiga.

O Sr. Célio Guiga - Boa tarde. Cumprimento os componentes da Mesa e todos os presentes. Meu nome é Célio Guiga e estou aqui representando o Instituto de Conhecimentos Tradicionais Mestre Guiga. Sou representante titular da Região Sudeste no Colegiado Setorial de Culturas Populares do Conselho Nacional de Política Cultural. Essa menção ao Mestre Guiga e a minha presença aqui, hoje, nesta discussão do fórum sobre a educação, deve-se ao fato de que há uma tendência muito grande a dividirmos as áreas por seus interesses. Porém sinto que, no momento deste novo paradigma de desenvolvimento econômico, é necessário tratarmos o tema "educação" de maneira mais sistêmica e ampliada, mais abrangente, sobretudo na sua transversalidade com outras áreas. Como vimos por meio da exposição da nossa colega, em relação à cultura, ela não é considerada no seu aspecto de identidade cultural em grande parte das populações do território, não só de Minas Gerais, mas do Brasil. Tais considerações sobre a identidade cultural dos povos estão apregoadas na Convenção de Diversidade Cultural da Unesco, da qual o Brasil é signatário, tendo, criado a Secretaria de Identidade Cultural - SID -, com amplo trabalho no País, onde desenvolveu uma articulação entre as culturas populares de todo o território, de vários Estados. Suas proposições são pautadas principalmente pela transmissão dos conhecimentos tradicionais às novas gerações, por conta do direito geracional dessas gerações a esses conhecimentos, que estão disseminados no nosso Estado e em todo o Brasil.





Apresentarei apenas um dado. O nosso Estado possui o maior número de manifestações tradicionais, populares e culturais do Brasil. A Comissão Mineira de Folclore atestou a presença de mais de 3.500 guardas de moçambique só no Estado de Minas Gerais. Nenhum Estado da Federação possui esse número.

Escrevi várias propostas, mas vou resumi-las. A articulação da educação com a cultura para a proposição de programas que possam incluir os conhecimentos tradicionais. Os mestres das culturas populares têm conhecimentos que, muitas vezes, são repassados a várias gerações, de pai para filho. Embora esses conhecimentos não estejam na escola, são tão importantes e fundamentais para a nossa noção de identidade cultural, de povo e devem ser considerados na educação que se faz por meio do Plano Nacional de Cultura e na abertura para tratar de atividades concorrentes entre as áreas. Assim poderemos ampliar a educação, pensando na formação que não gostaríamos que os nossos estudantes recebessem: uma educação baseada em dados que não refletem a nossa realidade. Acredito que pensar a educação é pensar em inovação. E, para pensar o desenvolvimento, precisamos de uma medida de educação inovadora, radical, no bom sentido. Precisamos de novas medidas regionalizadas de educação, do entendimento das particularidades das várias regiões do Estado.

Termino citando uma frase de conjuntura do colega Geraldo Vítor, da SID, que traduz um pouco dessa sabedoria, perspicácia, inocência e alegria dos conhecimentos tradicionais. São pessoas que não estão representadas nos espaços democráticos, muitas vezes, porque os seus conhecimentos são desconsiderados por não saberem ler ou escrever, mas possuem vários conhecimentos. A frase é de D. Lió, Kalunga (mestra) de Cavalcante, Goiás, já falecida: “Esses prefeito, eles pensa que é prefeito, eles acha que é prefeito, mas eles tão é longe da perfeição”. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Célio Guiga. Com a palavra, Fátima Félix de Oliveira, da CDPPD-BH.

A Sra. Fátima Félix - Boa tarde a todos. Meu nome é Fátima Félix. Sou do Conselho Municipal das Pessoas Portadoras de Deficiência de Belo Horizonte e da Coordenadoria de Direitos das Pessoas com Deficiência. Para nós, pessoas com deficiência, fica uma indagação: que política de educação é esta? Quem precisa entender de que educação eu preciso? É a educação ou sou eu, pessoa com deficiência?

Parece que vivo em um mundo de ETs. Vejo Diretoras ou mesmo professores falarem aos pais para tirar o filho da escola e levá-lo para uma escola especial, caso contrário ele não aprenderá. Falo também da universalização, da união, da unificação - foi o que disse o Prof. João Batista -, pois, assim, não falaremos grego. A educação ficará mais simples e fácil de entender. A educação tem de tratar as pessoas como cidadãos com direitos.

Há o Decreto Federal nº 5.296, que garante às pessoas com deficiência sua total inclusão. Parece que o sistema de educação não sabe disso. As escolas estão todas sem acesso. Também quero falar de um mutirão pela educação das pessoas com deficiência, principalmente das vítimas da pólio. Com a erradicação da doença, essas pessoas estão em idade bastante adulta e não completaram seu ciclo escolar.

A escola me deve o direito de ir e vir: fui excluída por anos e anos e colocada em uma escola especial, que só tinha degraus e professores mal pagos e sem capacitação. Assim, é preciso capacitar urgentemente os professores, unificar o ensino e promover mutirão pela educação do deficiente. O EJA só alfabetiza, não repassa aos alunos os conteúdos de que precisam. Assim, o deficiente fica fora do mercado de trabalho, porque não tem nem sequer o 2º grau completo. É preciso, então, que se crie, na área da educação, uma política de equiparação para as pessoas adultas com deficiência - até porque, graças a Deus, as crianças já estão indo para a escola regular. Mas é preciso mudar a cultura de que o aluno com deficiência tem de ir para escola de ensino especial.

Por fim, quero parabenizar o Prof. João Batista, que tratou a educação como voltada para cidadãos com direitos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Somos nós que agradecemos, Fátima Félix, a sua participação e contribuição.

Quero registrar que nos foi entregue um artigo do Ricardo Young, publicado na “Folha de S. Paulo”, no dia 17 de janeiro, sob o título “Custo da Ignorância”. Junto com esse artigo, chegou-nos o convite para uma reunião plenária pública da Associação Comunitária Social Cultural Desportiva, a se realizar no dia 24 de fevereiro, na Rua Alpes, 540, no Bairro Nova Suíça, no salão da Paróquia São Vicente de Paulo. Com a palavra, o Sr. Pietter Gustavo Pereira Mourão.

O Sr. Pietter Gustavo Pereira Mourão - Meu nome é Pietter Mourão e sou estudante de direito. Minha proposta se divide em duas fases: se houver vontade, a primeira pode ser concluída ainda nesta legislatura; a segunda fica para as próximas, se for viável o projeto. A primeira fase da proposta seria a criação de cinco superinstitutos de educação, seguindo o molde americano de ensino, pelo qual adotariamos o sistema integral nesses institutos. Minha sugestão é que sejam instalados nas maiores cidades mineiras: Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros, Uberlândia e Juiz de Fora. Adotando o sistema integral, poderíamos atender uma média de 2 mil a 3 mil alunos, do ensino fundamental ao médio, dando ênfase às disciplinas convencionais e a mesma ênfase a outros temas, como noções de direito, economia, música clássica, teatro e esporte de forma geral.

Quero enfatizar que, segundo o meu projeto, as formas de ingresso nesses superinstitutos seriam o mérito e a questão social, porque acho que o Estado tem a obrigação de proporcionar a quem não tem condição uma boa educação, para que esses futuros superalunos possam competir com os que podem pagar por sua educação. Nada mais justo do que o Estado proporcionar isso a eles por meio desses superinstitutos.

Quero enfatizar ainda que, pelo projeto, esses superinstitutos poderiam adotar o sistema trilingue: português, inglês e, apesar de parecer um pouco inusitado, o mandarim.

Temos de pensar grande. Vamos parar com este complexo de vira-lata. Vamos ser inovadores, não vamos copiar tudo. Por que o mandarim? Ora, a China é a maior parceira comercial do Brasil. Ela compra o nosso minério de ferro. Hoje em dia ela é amiga do Brasil, e não mais os Estados Unidos. O inglês é necessário, sim, mas o mandarim será também, daqui a 20 ou 30 anos. Nada melhor do que prepararmos nossas crianças e jovens para esse mercado que chegará para nós. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Pietter, muito obrigado pela sua participação, pela sua energia e pelas ideias inovadoras. Com a palavra, Maurício do Carmo Ferreira.



O Sr. Maurício do Carmo Ferreira - Boa tarde a todos. O meu nome é Maurício do Carmo Ferreira e atuo como coordenador de projetos de uma ONG em Belo Horizonte.

Tenho observado, principalmente nas escolas estaduais, a ausência de atenção e atendimento às crianças com problemas, especialmente aquelas com problemas fonoaudiológicos, de dislexia, de déficit de atenção e até psicológicos. De acordo com a fala do João Batista, tenho notado também uma ausência de relacionamento entre as políticas municipais e estaduais nessa área. O Centro de Referência de Assistência Social - Cras - é municipal, o posto de saúde e a política de saúde da família também são, e o que observamos é que as escolas estaduais estão à deriva nesse sistema, afetando, principalmente, as crianças, que não são cidadãs do Estado ou do Município, são simplesmente cidadãs e, por isso, merecem uma atenção completa. Acredito que o ensino pode ter esse intercâmbio com a saúde e com a assistência social, também. Na verdade, o Estado deveria tomar ciência disso.

Outra questão que gostaria de levantar tem relação com a Uemg. Tenho notado que, nos últimos dois vestibulares realizados na Escola de Música da Uemg, as vagas não foram totalmente preenchidas, porque, de acordo com a Suzana, a última etapa era eliminatória. É um desperdício para o Estado colocar à disposição professores e uma estrutura, mas não conseguir preencher as vagas por causa de a última etapa ser eliminatória. Sendo assim, pessoas que têm condições e que conseguiram concluir o segundo grau, aprovadas pelo Estado, não conseguem entrar na universidade. Por exemplo, em uma prova com seis questões de inglês, uma pessoa que não conseguir acertar uma única questão de múltipla escolha não conseguirá entrar numa universidade. Mesmo não tendo o Estado fornecido a ele a condição de estudar música, por condição própria, ele conseguiu passar nas duas primeiras etapas, mas não conseguiu entrar na universidade.

Por eu estar atuando nessa área, presenciei vários casos de pessoas que passaram pelo meu projeto, mas não conseguiram entrar na universidade por causa dessa questão. Elas passaram pelas outras etapas, mas não conseguiram chegar à universidade. Isso é lamentável, um verdadeiro absurdo, um desperdício do Estado, uma desconsideração com o cidadão, principalmente aqui, em nossa cidade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Maurício. Com a palavra, a Sra. Jacqueline Míriam Maciel Junqueira, do Consea-MG.

A Sra. Jacqueline Míriam Maciel Junqueira - Boa tarde a todos. Meu nome é Jacqueline. Sou assessora técnica do Consea de Minas Gerais.

Respondendo à pergunta “O que deverá estar na agenda da Assembleia?”, uma questão muito importante é a exigibilidade do direito humano a uma alimentação adequada.

Como muito bem coloca o nosso Presidente D. Mauro Morelli, a Lei nº 11.947 e a Resolução nº 38 também tratam da alimentação escolar. D. Mauro classifica essa lei como solidária e, nesse sentido, é importante que esta Assembleia disponibilize momentos e espaços de debates, divulgação e esclarecimentos sobre essa lei, que realmente tem propostas muito interessantes, que promoverão esse desenvolvimento do Estado. A exemplo, devemos trabalhar a questão da gestão; capacitar gestores para a alimentação escolar, para as alterações e as novas orientações da lei e da resolução. Tanto os professores quanto os alunos, os pais, toda a comunidade escolar, os agricultores e os conselheiros, tanto do Conselho de Alimentação Escolar - CAE - quanto dos Conselhos Municipais de Segurança Alimentar - Comseas -, devem ser capacitados para o controle social dessa lei.

Os agricultores também precisam de capacitação, desde a produção agroecológica, como sempre trabalhamos, visando a sustentabilidade, como o beneficiamento e o transporte dos alimentos. Muitas das agricultoras nem têm documentos. Elas utilizam os documentos dos maridos. Como acessarão o crédito se não têm documentos? Elas também precisam de apoio, desde a produção, o beneficiamento, até a comercialização.

Também há a questão da educação alimentar. É preciso que seja um tema constante no currículo e que a escola faça o acompanhamento do desenvolvimento integral da criança, com o apoio dos professores de Educação Física e de outros professores já disponibilizados pela escola.

É necessário também apoio na infraestrutura para que as cantinas funcionem adequadamente para fornecer alimentação dentro dos padrões da Vigilância Sanitária.

Água potável é outro problema. Muitas escolas não a possuem.

Esperamos que esta Casa coloque em debate essas questões e busque soluções concretas. Que essa lei seja aplicada e que os agricultores possam fornecer produtos para, no mínimo, 30% da alimentação escolar. Essa também é uma forma de desenvolver o comércio local com o próprio recurso da alimentação escolar no Município. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado pela contribuição, Jacqueline. Com a palavra, a Sra. Liliane Arouca do Carmo.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Boa tarde a todos, boa tarde à Mesa. Muito obrigada pela oportunidade.

Gostaria apenas de pontuar uma pequena observação: sou prima-sobrinha do falecido nosso Deputado Sérgio Arouca, grande sanitarista do nosso país, e neta de um falecido motorista do nosso saudoso Tancredo Neves.

É o primeiro evento de que participo. Se me permitem, falo em nome do Centro de Vida Independente - CVI. Nossa amiga Kátia está presente, assim como a Terezinha, entre outras pessoas deficientes, cadeirantes, que estiveram aqui.

Desculpem-me, mas farei uma colocação. Tenho apenas seis anos de deficiência física e me entristece muito estar nesta Casa, quando me sinto discriminada por ver que o banheiro da área da plenária não dispõe de padronização de acessibilidade. Esse é um ponto entre outros.

No nosso país já estamos cheios e abarrotados de legislações. O que nos falta é a vontade e a iniciativa de fazer cumprir o que já existe.

Em vários setores, principalmente da área pública, não temos acessibilidade, está muito complicado viver em Minas Gerais, Estado que sempre apontou no País. O Hospital São Lucas, onde nasceu a nossa Presidenta, não tem, em nenhuma das entradas nem nos banheiros, acessibilidade para deficiente físico. Em nossa cidade, nas tardes de sábado ou domingo, moradores de rua não têm como utilizar um banheiro público, precisando ir à rodoviária ou esperar que chegue a segunda-feira, quando os banheiros abrem.



Não estive aqui mais cedo e peço desculpas, mas, com relação à questão do meio ambiente, há muitas propostas para ensinar as crianças a aproveitarem o lixo. Podem ser feitas muitas coisas, por exemplo, com o lixo tecnológico. Há muitas propostas a serem estudadas por esta Casa.

Estamos ficando aqui durante muito tempo. Por que não foi elaborado um material mais criterioso para o evento, como uma bolsa reciclável, um bloco e caneta para anotações, um “coffee break”, para que a plenária pudesse estar mais cheia? Faltou um pouco de observação da Casa nesse sentido.

Deixo meu pedido também para maior abertura de vagas em concursos públicos para os órgãos do nosso tão grandioso país, fazendo a inclusão de portadores de deficiência auditiva, para intérpretes de libras. É uma vergonha que na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais não haja acessibilidade, banheiro para deficientes físicos, tradutores nem intérpretes; o plenário da Secretaria Municipal de Saúde não tem acessibilidade, nem banheiro para deficientes físicos; na Secretaria de Estado de Saúde, o banheiro deve ser usado de porta aberta; o banheiro da Delegacia do Idoso e do Deficiente também não está dentro dos padrões exigidos. Isso é uma vergonha para Belo Horizonte.

Há muitas sugestões, bastantes se houver vontade de colocá-las em prática, porque há inúmeras leis. Sugiro também que seja feita a inclusão de matérias como a antiga OSPB, para conscientização das crianças do que é ser cidadão e como se cobra o direito à cidadania. Sugiro que se ensine noções de direito, o que é o Código de Defesa do Consumidor, o Estatuto do Idoso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, etc. Como já não podemos dar uma palmada ou um puxão de orelha em uma criança, que possamos ensinar-lhes o que é ser cidadão.

Deixo meu abraço ao Prof. João Batista, da época de minha mãe, funcionária aposentada do Estado. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos sua contribuição. Informamos que a Casa dispõe, neste pavimento, de três instalações sanitárias, sendo duas adaptadas para o uso dos deficientes. Segundo a Kátia, as adaptações não estão adequadas, tendo sido contratada empresa para esse fim. Solicito à Sra. Liliane que nos ajude na identificação dos pontos de não observância das regras, uma vez que já houve investimento de recurso público para essa finalidade. A empresa que fez a prestação de serviço, se o fez em desconformidade ao padrão, deve ser comunicada para corrigir o serviço.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Gostaria de dizer que estamos ao lado do Crea-MG e falando de educação. Infelizmente, apesar de todo jeitinho do povo brasileiro, nossa deficiência maior é em educação, pois nem na utilização dos banheiros para deficientes vemos uma humanização do sistema.

As pessoas mal sabem jogar papel no lixo, não sabem limpar o assento sanitário e nem há um papel à vista para enxugarem as mãos. Precisamos sair com as mãos molhadas. Falta capacitação da nossa engenharia para ver e postular um projeto que tenha uma acessibilidade integral, o que já existe mundialmente falando. No Brasil, não há um padrão para que as pessoas possam utilizar o banheiro com acessibilidade. Agradeço.

O Sr. Presidente - Agradecemos. Com a palavra, Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física.

A Sra. Anísia Sudário Daniel - Boa tarde. Pensei que nem fosse mais falar porque pedi a palavra na oportunidade em que o João Batista falou sobre o ensino médio. Sou professora do Estado; já me aposentei há quatro anos. Trabalhava, especificamente, com ensino médio. Quando saí da escola, já existia um problema que ainda hoje persiste. A Secretaria de Educação do Estado propôs uma matriz curricular para o ensino médio em que os alunos deveriam optar pela área de humanas, exatas ou biológica, ficando apenas com as matérias relativas ao setor escolhido. Ou seja, se optasse pela área de exatas, teria menos aulas de Geografia, menos aulas de história, menos aulas de biologia e assim por diante. Se o ensino não é profissionalizante e deveria preparar o estudante para o vestibular, o Estado não está oferecendo nem uma coisa nem outra, pois não proporciona o currículo mínimo, com todas as matérias para que possa disputar um lugar num curso superior. Assim, o aluno também teria que cursar um pré-vestibular.

Outras pessoas falaram aqui sobre a necessidade do ensino ser mais atrativo. Sou do Conselho Regional de Educação Física, e hoje temos um problema. Há um parecer dizendo que o 2º e 3º anos do ensino médio não precisam ter Educação Física e que no 1º ano basta haver uma aula. Escolas particulares e algumas da rede estadual estão utilizando esse parecer. Vou, inclusive, identificar o número desse parecer e passar para o Prof. Jamil. Já conversei com algumas pessoas da Secretaria que alegaram não existir essa prática, mas é o que ocorre. Gostaria que, durante este ano, tivéssemos uma resposta da Secretaria de Estado de Educação para sabermos a que serve o ensino médio. Se não é para o vestibular nem é profissionalizante, temos que ter um foco. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos, pois certamente você não poderia deixar de dar sua contribuição, especialmente levantando uma questão tão perturbadora quanto essa. Com a palavra, o Sr. Zilton Alves da Silva, da Associação Família de Caná.

O Sr. Zilton Alves da Silva - Boa tarde. Meu nome é Zilton Silva e represento o Projeto Cuca Legal da Associação Família de Caná. Trabalhamos com prevenção da dependência química, assunto que chegou a ser tratado aqui no aspecto do trabalho de fora para dentro. Entretanto, o projeto acredita que o trabalho deve ocorrer de dentro para fora. Entendo que entre os problemas enfrentados pela escola, o uso indevido e abuso de álcool e outras drogas seja um dos mais assustadores, principalmente nas escolas de periferia. A solução já existe, pois temos a Lei nº 13.411, de 1999 e o Decreto nº 41.166, de 2000, que obrigam as escolas públicas e particulares a desenvolverem programas de prevenção sistemáticos e permanentes, bem como a implantarem, em seus respectivos conteúdos programáticos dos ensinos fundamental e médio, estudos sobre dependência química e seus efeitos sociológicos e neuropsíquicos. Pedimos que a lei seja estendida ao ensino superior, incluindo a capacitação de educadores das redes públicas e privadas para que possam cumpri-la.

Para isso, há uma coisa muito interessante. Se entrarmos na escola e prepararmos os professores, isso não vai funcionar, pois os novos professores que virão não estarão preparados para trabalhar com essa prevenção. O professor, principal interlocutor para o aluno, precisa estar preparado para lidar com o problema, de forma assertiva, dentro e fora da sala de aula. Já existe também a Lei nº 11.343, de 2006, que prevê o estabelecimento de políticas de formação continuada na área de prevenção do uso indevido de drogas para profissionais da educação nos três níveis de ensino e a implantação de projetos pedagógicos de prevenção do uso indevido de



drogas nas instituições de ensino público e privado, alinhados às diretrizes curriculares nacionais, e dos conhecimentos relacionados a drogas. Como fazer isso? Não sei qual a palavra ou o verbo correto. Será exigir ou garantir que essas leis sejam cumpridas? Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Clarice.

A Sra. Clarice - Obrigada. O que tenho para falar é importante, e nenhuma entidade estudantil falou sobre essa questão. Meu nome é Clarice e represento a União Estadual dos Estudantes. Gostaria de expor a questão da Universidade Estadual de Minas Gerais - Uemg. Algumas pessoas já falaram aqui sobre uma das principais reivindicações do movimento estudantil mineiro e um dos principais gargalos da educação superior no Estado de Minas Gerais. A maioria dos câmpus da Uemg é gerida hoje por fundações privadas de ensino. Isso significa que grande parte dos estudantes da Uemg paga mensalidades altas pelo ensino, ou seja, é um ensino privado. É uma contradição estudar numa universidade que se diz estadual, mas, na verdade, é privada. Além dessa ambiguidade, sabemos que isso significa menos recursos para a assistência estudantil, menos estrutura nas universidades. É apenas esse o recado. Isso é primordial para pensarmos sobre a educação no Estado e, com certeza, essa é uma das principais agendas do movimento estudantil mineiro no movimento de educação do Estado. Obrigada.

O Sr. Presidente - Nós é que agradecemos. Como a questão da Uemg foi uma das mais abordadas em nosso fórum e como temos a presença da Vice-Reitora da Uemg, acho muito razoável que haja uma brevíssima participação da Sra. Santuza Abras.

A Sra. Santuza Abras - Agradeço pela intervenção dos estudantes. Quero esclarecer, Clarice, que a Uemg é inteiramente gratuita. Ela tem algumas fundações, que eram associadas, e existe um programa de bolsas, chamado ProUemg. Todos os alunos carentes que comprovam que o são, de acordo com análises, recebem em conta própria uma quantia para pagarem essas fundações. Está sendo pensada a possibilidade de estadualização dessas fundações. Não podemos confundir e dizer que a Uemg cobra. A Uemg não cobra nem matrícula, ela é inteiramente gratuita. Essas fundações do ProUemg, que vieram por força de lei, oferecem bolsas de ensino, pesquisa e extensão para o interior e de extensão e pesquisa para a Capital, já que na Capital ela é inteiramente gratuita. Há também unidades inteiramente gratuitas no interior, que não são fundações. É bom esclarecermos isso.

O Sr. Presidente - A Uemg será indubitavelmente objeto de debate na nossa Comissão de Educação. Se me permite, Flávio, não queria abrir o debate agora, porque estamos no encerramento.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Deputado Paulo Lamac, com licença. Sou a Liliane Arouca, estou à sua esquerda. Muito objetivamente, gostaria de fazer também uma observação quanto à Uemg e à UFMG, porque a acessibilidade nesses locais é zero. Não há acessibilidade na Uemg do Padre Eustáquio, não há banheiro. Diga-se de passagem, na Faculdade de Direito da UFMG nem os elevadores têm espelho para entrarmos. Não há acessibilidade também no banheiro da Fafich. Desculpe-me a interrupção, mas é uma questão muito importante, é uma vergonha. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Liliane.

O Sr. Flávio Nascimento - Mesmo hoje não fazendo parte das entidades estudantis gerais, acompanhei muito este debate. Só para esclarecer, professora, sei que as fundações são independentes, apesar de receberem financiamento, muitas vezes, público. Quando fazemos um debate sobre a gratuidade da Uemg é no sentido de estadualizar a universidade, elevando o debate da importância da universidade estadualizada. Não há contradições.

O Sr. Presidente - Essa foi até uma das propostas apresentadas aqui por escrito, foi lida uma contribuição de um dos telespectadores da TV Assembleia. Certamente esse tema voltará ou continuará em discussão na nossa Comissão de Educação. Tenho certeza de que a Prof. Santuza estará conosco nesta Casa para debater amplamente a questão da Uemg.

Para fazer suas considerações finais, passo a palavra ao Prof. Jamil Cury.

O Sr. Carlos Roberto Jamil Cury - Gostaria de louvar esta iniciativa da Assembleia. Como ela reconhece o poder da cidadania, gostaria de reforçar uma das coisas sobre a qual falei: as escolas, associações e organizações devem ler esse Plano Decenal e fazer um acompanhamento diário dele para que haja um monitoramento no biênio. Com isso, daqui a dois anos poderá ocorrer uma avaliação para fazermos desse Plano não um atestado de belas intenções, como diz a exposição de motivos, mas um Plano que efetive a educação em Minas Gerais como direito da cidadania.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Prof. Jamil Cury, pela brilhante e importantíssima participação. Passo a palavra, para considerações finais, à Profa. Suely Duque Rodarte.

A Sra. Suely Duque Rodarte - Obrigada. Primeiramente agradeço pela oportunidade de a Undime estar presente, principalmente pela nossa representação para todos os 853 Municípios de Minas Gerais.

Agradeço ainda, Deputado Paulo, este momento de democracia aqui instalado e vivenciado, que contou com a possibilidade de realização de todas as exposições com clareza e responsabilidade.

Parabênizo o público que permaneceu até o fim da reunião. Este merece parabéns. Diante deste público, afirmo que esta abertura é um compromisso do Legislativo. Queremos um País melhor e queremos participar dessa construção. É isso que significa nossa presença aqui.

Coloco à disposição desta Assembleia Legislativa a Undime, para que possamos reestudar, acompanhar e monitorar, com certeza junto às demais associações, o Plano Decenal. Espero, como disse o Prof. Jamil, que daqui a dois anos possamos comemorar.

Parabéns a V. Exa., que é exímio Presidente de Mesa.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Estamos começando nosso trabalho e aprendendo com as pessoas que sabem mais. O Prof. Jamil e a Profª Suely são referência para nós, de longa data. Agradecemos muito a participação, Suely, e o apoio por sua atuação na educação do Estado, a qual vem sendo decisiva para a consolidação e para o fortalecimento das Secretarias Municipais em toda Minas Gerais. Com a palavra, o Deputado Bosco.

O Deputado Bosco - Eu as farei de forma bastante breve, Presidente, inicialmente para cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos nesta importante reunião e, em seguida, para saudar também nossos palestrantes, como o Prof. Carlos Roberto Jamil Cury, a Profª Suely e o Prof. João Batista, que nos honrou com sua presença e com sua palestra.





De forma muito especial, quero também cumprimentar todos os presentes: as educadoras e os representantes de instituições e entidades, que têm tudo a ver com a educação do nosso Estado, que se preocupam realmente com esse assunto de grande importância e relevância, que deram contribuição sobremaneira para que possamos, junto aos demais Deputados desta Casa, criar uma agenda positiva, que venha a somar e nos fazer colher frutos importantes para o desenvolvimento do nosso Estado, sobretudo na área da educação.

Estou iniciando meus trabalhos como Deputado, pelo primeiro mandato, mas sempre, como Vereador, em minha cidade, Araxá, desenvolvi trabalho muito próximo às escolas e às educadoras, porque sabemos que o desenvolvimento de uma cidade, de um Estado e de um País passa necessariamente pelos caminhos da educação. Portanto, nosso muito obrigado pela presença de todos os senhores e senhoras. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos demais participantes, ao público em geral.

## ATA DA 4ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/2/2011

### Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Bernardo Novais da Mata Machado - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. José Márcio Barros - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Clarice de Assis Libânio - Apresentação de sugestões - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Celinho do Sintrocél - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - João Leite - Luiz Henrique - Marques Abreu - Ulysses Gomes - Vanderlei Miranda.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ulysses Gomes) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Luiz Henrique, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa as Exmas. Sras. Fernanda Medeiros Azevedo Machado, Chefe de Gabinete da Secretaria Estadual de Cultura de Minas Gerais, representando a Secretária, Eliane Parreiras; e Clarice de Assis Libânio, Coordenadora Executiva do projeto Favela É Isso Aí; e os Exmos. Srs. Bernardo Novais da Mata Machado, Coordenador de Relações Federativas e Sociedade do Ministério da Cultura; e José Márcio Barros, Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural e do Programa “Pensar e Agir com a Cultura”.

### Registro de Presença

O Sr. Presidente - Gostaríamos de registrar a presença do Exmo. Sr. Arnaldo Godói, Vereador de Belo Horizonte.

### Palavras do Sr. Presidente

Até algum tempo atrás, era comum entre a população brasileira a concepção de cultura como um campo de atividades ou de valores restrito a um pequeno grupo de cidadãos, como professores, intelectuais, músicos, artistas plásticos, artesãos, detentores de conhecimentos ou dons especiais, capazes de pensar e refletir por nós, de produzir livros, peças ou composições para nossa fruição e entretenimento.

Uma compreensão mais ampla e amadurecida sobre o tema, englobando as realidades e fenômenos sociais, acabou se refletindo na Constituição Federal de 1988, segundo a qual “constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, referentes à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade”.

Assim, fazem parte da nossa cultura as diversas formas de expressão e de criação, seja no campo artístico, seja no campo científico seja no campo tecnológico, na nossa história e em nossos costumes, nas obras, documentos e espaços destinados às manifestações artístico-culturais, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, arqueológico e ambiental. Ou seja, podemos entender como cultura muito do que contribui para a nossa formação, para a assimilação de valores e para a integração dos cidadãos ao seu meio social.

A Constituição brasileira foi além ao estabelecer que cabe ao Estado “garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional” e ainda “apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Assim, cabe ao conjunto da sociedade não apenas usufruir eventualmente dos produtos da cultura, mas participar efetivamente de sua construção e suas manifestações.



As diretrizes nacionais, naturalmente, foram incorporadas pela Constituição mineira e pelos órgãos estaduais encarregados de promover nossa cultura, mas eles ainda esbarram em várias dificuldades de implementação das políticas culturais, como as de articulação entre as instâncias federal, estadual e municipal, de financiamento de projetos e da efetiva participação dos diversos segmentos sociais.

Sabemos que esta Casa há muito tempo se preocupa com a promoção da cultura em nosso Estado, realizando amplas discussões sobre o assunto, entre as quais se destacam, mais recentemente, o debate público sobre financiamento e incentivo à cultura, em junho de 2009, e a “II Conferência Estadual de Cultura”, em dezembro do mesmo ano. Entre as normas aprovadas neste Parlamento, podemos citar a Lei de Incentivo à Cultura, a que cria o Fundo Estadual de Cultura e a que dispõe sobre a política cultural do Estado. Com a realização deste fórum democrático, as Deputadas e os Deputados mineiros reafirmam sua permanente atenção ao tema.

Agradecemos aos ilustres expositores, aos demais presentes a este encontro e a todas as pessoas e instituições que contribuem para sua realização, com a certeza de que daqui sairão valiosas proposições para que possamos avançar na valorização e na democratização da cultura em Minas Gerais.

Desejo a todos um ótimo fórum e que, de fato, possamos não só encontrar caminhos, mas também formas para a efetivação daquilo que sonhamos oferecer a todo o nosso povo na cultura.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida todos a assistirem à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema de hoje: cultura.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Esclareço a todos que, entre uma exposição e outra, abriremos espaço para a apresentação de sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas por meio de consulta pública, pelo formulário da Assembleia “Participe Agora” e pelo 0800. A partir deste momento os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), abrir o “link” do fórum democrático e clicar em “Participe Agora” para enviar suas contribuições ou telefonar gratuitamente para o 08007092564. São vários os espaços em que cada um poderá participar, aqui ou em sua residência.

### Palavras do Sr. Bernardo Novais da Mata Machado

Bom dia a todos, ao Deputado Ulysses Gomes, que preside esta reunião, e aos meus amigos Clarice Libânio, José Márcio e Fernanda Machado, que representa a Sra. Eliane Parreiras, Secretária de Cultura de Minas Gerais. Também faço uma saudação aos Deputados presentes. Não sei se estou vendo todos, mas estão ali o Deputado Durval Ângelo e o Deputado João Leite. Saúdo também o Vereador Arnaldo Godoy e todos os fazedores de cultura de Minas Gerais. Sou mineiro. Hoje venho do Ministério da Cultura, mas minha militância cultural e política sempre foi aqui. Então, é um prazer estar nesta Casa, da qual também já fui funcionário comissionado durante quatro anos.

A minha fala será sobre a parte que me cabe no Ministério da Cultura: a implantação do Sistema Nacional de Cultura. Como solicitado pela organização deste fórum, vou propor uma agenda legislativa em torno da implantação do Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais, evidentemente uma agenda que deve combinar uma cooperação entre o Poder Executivo, principalmente por meio da Secretaria de Cultura do Estado, o Poder Legislativo e também a sociedade, em especial os segmentos culturais.

Como eu dizia, a proposta é que haja uma cooperação entre o Poder Executivo, o Legislativo, os vários setores culturais - hoje há 19 segmentos representados no Conselho Nacional de Política Cultural - e a sociedade em geral, para a implantação do Sistema Estadual de Cultura de Minas Gerais como forma de integração nesse esforço de criação do Sistema Nacional de Cultura.

Nesses 20 minutos, vou-me basear em dois documentos do Ministério da Cultura, que estão disponíveis no “site” do órgão, que acolhe um “blog” específico do Sistema Nacional de Cultura. O primeiro é a “Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura”; o segundo resume o anterior, que é o “Guia de Orientações para os Estados” - há também o “Guia de Orientação para os Municípios” - para a implantação do Sistema Nacional de Cultura. Nesse guia há até uma proposta de modelo de lei de criação dos sistemas estaduais e municipais de cultura, assim como também do Sistema Nacional, que ainda carece de uma legislação infraconstitucional enquanto tramita no Congresso Nacional emenda criando o Sistema Nacional de Cultura na Constituição brasileira.

O que é o Sistema Nacional de Cultura? Basicamente é uma proposta de institucionalização das políticas culturais e de fortalecimento das políticas públicas de cultura. É também um modelo de gestão que visa superar essa fragilidade institucional que todos certamente conhecem e que caracteriza muito as políticas culturais no Brasil em todos os níveis. Para que superar essa fragilidade institucional? Para responder ao comando constitucional do art. 215, que dispõe, com todas as letras, que cabe ao Estado garantir a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais. Esse comando constitucional reflete-se na Constituição do Estado de Minas Gerais, cujo art. 217 contém palavras semelhantes ao dispor que o poder público deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais. Em vez de “Estado”, a Constituição mineira optou por “poder público”, para evitar aquela confusão entre o Estado ente geral e o Estado ente federado. Mas os termos são os mesmos: o poder público deve garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais. É o teor do art. 207 dessa Constituição, que, como assessor da Assembleia, também ajudei a fazer.

Onde há direitos dos cidadãos há também deveres deles e deve haver garantias do exercício de tais direitos. E não há como fazê-lo sem a presença do Estado. A proposta do Sistema Nacional de Cultura é justamente fortalecer as instituições públicas para que sejam capazes de garantir esses direitos. Quais são os direitos culturais? Esse é o tema a que me dedico nos 10 últimos anos e que ainda não está estabelecido sequer internacionalmente. As faculdades de Direito começam a tratar de direitos culturais. O grande esforço do documento a que me referi no início é formular uma lista de direitos culturais, que o Ministério da Cultura está propondo, inclusive no



plano internacional para a Unesco e para as Nações Unidas, a fim de que a própria Unesco reivindique reflexões dos Estados membros sobre os direitos culturais. Então, o governo brasileiro propõe essa lista de direitos culturais no plano internacional.

Aconselho a todos que leiam esse documento, que está disponível no “site” do Ministério. De maneira breve, são quatro direitos culturais que propomos: primeiro, direito à identidade e à diversidade cultural, que muitos tratam como direito à memória. Acreditamos que o termo “direito à memória” é muito bonito e até resumiria melhor o que propomos, mas, necessariamente, remete-nos ao passado. Ao contrário, sabemos que a identidade é um processo de construção, e não só a identidade individual, mas também as coletivas. Propomos essa nomenclatura de direito à identidade e à diversidade cultural. Segundo, direito à participação na vida cultural, como está expresso no art. 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos; terceiro, direito autoral, que consideramos como direito cultural; e, quarto, direito e dever de intercâmbio cultural no plano nacional e no plano internacional. E dividimos o direito à participação na vida cultural em quatro direitos: livre criação, livre difusão, livre fruição ou acesso e livre participação nas decisões de política cultural.

Essa lista de direitos culturais seria o fundamento e a base de qualquer política pública na área da cultura. A partir dessa base fundamental, dessa plataforma de direitos, propomos um modelo institucional para a União, os Estados e os Municípios que caracterize a concretude do Sistema Nacional de Cultura. Estabelecemos nove componentes dessa estrutura institucional, divididos em quatro atribuições fundamentais. A função de coordenação cabe ao órgão gestor de cultura, ou seja, no plano da União, ministérios; no dos Estados, secretarias; e no dos Municípios, as secretarias municipais. Existem ainda as instâncias de articulação e de deliberação, que são os conselhos de política cultural, que consideramos fundamentais porque asseguram a participação da sociedade nas decisões relativas à política cultural.

É preciso ressaltar que a lista de direitos culturais não caiu do céu: foi retirada de todos os documentos internacionais sobre cultura dos quais o Brasil foi signatário. Consideramos que a participação da sociedade nas decisões de política cultural é um direito cultural garantido. Os conselhos de política cultural são o “locus” institucional mais adequado. As conferências de cultura estabelecem as macrodiretrizes, enquanto o conselho se preocupa com a vida cotidiana, evidentemente com as secretarias. Estamos propondo a instalação, ainda este ano, da Comissão de Intergestores, em que será pactuada a divisão de atribuições entre União, Estados e Municípios. Não estabelecemos atribuições fixas porque a vida cultural é dinâmica. Não acreditamos que é possível fazer no Sistema Nacional de Cultura o que foi feito no SUS, no Sistema Único de Assistência Social e Segurança Alimentar - Suas -, no sistema de meio ambiente, no de segurança pública e em outros do País, em que há atribuições específicas e delimitadas. Acreditamos que as atribuições na cultura sejam concorrentes; que a nossa Constituição é muito flexível; e que a nossa tarefa é muito complexa. Conforme disse, como contamos 19 segmentos representados no Conselho Nacional de Política Cultural, a divisão das atribuições deve ser pactuada nessa Comissão de Intergestores, que reunirá a União, os Estados e os Municípios. Propomos aos Estados que organizem as suas comissões bipartites, reunindo-se representantes dos governos estadual e municipais.

Propomos quatro instrumentos de gestão do Sistema Nacional de Cultura, que são os planos de cultura - recentemente, foi aprovado no Congresso Nacional o Plano Nacional de Cultura, sancionado ainda no governo Lula, em dezembro do ano passado -; o sistema de financiamento à cultura, com ênfase nos fundos desse segmento, instrumento público mais adequado ao financiamento à cultura que a renúncia fiscal, sem abrir mão dela, mas deslocando-se o eixo dessa renúncia para os fundos de cultura; o sistema de informações e indicadores culturais necessários ao planejamento da política cultural; e o programa de formação de gestores culturais, para que tenhamos uma área progressivamente mais profissionalizada na gestão. Finalmente, criaremos sistemas setoriais de cultura à medida que a demanda cultural for crescendo, o que é a nossa expectativa. Alguns já existem, como o Sistema Nacional de Bibliotecas e o Sistema Nacional de Museus. Está em construção o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural. E outros serão criados.

Em suma, este é o arcabouço institucional que propomos: órgãos coordenadores em nível de secretaria e Ministério; conselhos de política cultural; conferências de cultura; comissões de intergestores; planos de cultura; sistemas de financiamento; sistema de informações; e programa de formação de gestores.

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição nº 416, que institui o Sistema Nacional de Cultura, já aprovada na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. Aguardamos sua votação em Plenário e, após, no Senado. Já foi aprovada a Lei do Plano Nacional de Cultura. Chamo a atenção da Casa e de todos que me ouvem para a tramitação da nova lei de financiamento e incentivo à cultura, a que demos o nome de Pró-Cultura, que, além de fazer esse deslocamento da renúncia fiscal para o fundo, tem um capítulo específico sobre o financiamento do Sistema Nacional de Cultura. Está previsto nos arts. 20 a 23 do Pró-Cultura que, no mínimo, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura devem ser transferidos a Estados e Municípios, fundo a fundo, desde que tenham o que consideramos o núcleo básico do sistema, que é o que chamamos, de forma bem-humorada, de “conselho plano de fundo” - CPF. Como a transferência é feita fundo a fundo e Minas Gerais já possui o seu, os Municípios terão de criá-los. Todos terão de elaborar os seus planos estaduais e municipais e implantar os seus conselhos, que fiscalizarão a aplicação desses recursos. Acredito que o Pró-Cultura terá uma tramitação mais rápida, pois todos já viram que o governo está com uma maioria relativamente folgada no Congresso Nacional. Acreditamos que o Pró-Cultura será aprovado com a devida rapidez e aconselhamos que Estados e Municípios se preparem para esse comando legal, que prevê a transferência de recursos fundo a fundo, desde que os entes federados tenham seus planos, seus conselhos e seus fundos instituídos.

Concluindo, a nossa proposta para a agenda legislativa gira em torno disso. Minas Gerais já possui seu órgão específico de cultura, mas achamos que quanto mais órgãos de cultura houver para tratar especificamente da cultura melhor será. É evidente que isso dependerá de cada contexto porque muitas vezes a cultura estará junto com a educação, com o turismo e com outras políticas públicas, que deveriam ser encaminhadas aos órgãos específicos, mas isso depende de cada lugar. O Estado de Minas Gerais já possui não só sua secretaria, mas também fundações como a Clóvis Salgado, a Fundação de Arte de Ouro Preto. Já existe um sistema de financiamento, com fundo e renúncia fiscal, que é uma das melhores leis de fundo de cultura do País. A Secretária Eliane Parreiras, do Conselho, informou-me em Brasília que está em processo de implantação. O Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais já existe



em lei, mas carece de implantação. Para nós é fundamental que esses conselhos sejam paritários, com escolha democrática dos membros da sociedade, que não sejam aqueles conselhos tradicionais da área da cultura, que reúnem apenas personalidades.

Estamos propondo na lei que esses conselhos sejam democráticos, paritários, com um mínimo de 50% de representação da sociedade civil. Falta ao Estado de Minas Gerais colocar o seu conselho em ação. A iniciativa privada em Minas Gerais já oferece alguns cursos avançados de gestão cultural e o Estado já está integrado ao sistema de bibliotecas e museus. Falta um sistema de indicadores e informações culturais que também ainda está incipiente no plano federal, é bom que se diga. E falta também uma lei de criação do sistema estadual de cultura porque a nossa proposta é que não basta ter os componentes, eles têm que ter conexão uns com os outros. E quem garantirá essa conexão será uma lei específica do sistema estadual de cultura, que propomos como agenda para a Assembleia Legislativa de Minas. E falta um plano estadual de longa duração. O plano nacional é decenal e cabe ao Ministério da Cultura, nos próximos quatro meses, estabelecer as metas porque o plano é muito genérico. Na verdade, o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais foi objeto de emenda à Constituição do Estado de Minas Gerais, assim como o plano nacional foi objeto de emenda na Constituição Federal, como consta no § 3º do art. 207 da Constituição mineira, fruto da Emenda nº 81, que determina que a lei estabelecerá o plano estadual de cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento das ações de que tratam os incisos desse artigo, que são as ações culturais, e de outras consideradas relevantes pelo poder público para a garantia do exercício dos direitos culturais pela população. Esse é o § 3º do art. 207 da Constituição do Estado de Minas Gerais que consideramos ser a principal agenda que o Legislativo deverá tocar porque a Assembleia Legislativa, com essa prática já consolidada e bem-sucedida de realizar fóruns técnicos, seminários, palestras e conferências, poderá servir como mediadora entre a sociedade e o Poder Executivo para a discussão desse plano, que não poderá ser um plano de gabinete, mas terá que ser um plano construído, como foi o Plano Nacional de Cultura, que foi amplamente discutido em seminários em todo o País. A ideia é que esse plano se transforme em lei depois de elaborado, como foi o plano nacional. Além da criação da lei do Sistema Estadual de Cultura, é fundamental a elaboração e a transformação em lei do Plano Estadual de Cultura. Nesse aspecto, a Assembleia Legislativa poderá desempenhar um papel muito importante. Muito obrigado.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Bernardo Novais, muito obrigado por suas contribuições. Assistiremos agora ao vídeo com sugestões de Alessandra Drummond, especialista em direito cultural, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via da Consulta Pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) - até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições está no “site”.

Sugestão enviada por Cláudia Marques de Oliveira, de Pedro Leopoldo: valorização e difusão da cultura afro-brasileira, desfocando da cultura europeia e ocidental historicamente dominante e elitizada.

Sugestão enviada por Jadison Silva Nantes, de Belo Horizonte: ampliação do evento Arraial de Belô e incentivo financeiro às quadrilhas juninas.

Sugestão enviada por Guilherme Bragança, de Belo Horizonte: incentivo à formação de grupos corais nas escolas públicas, como uma das iniciativas para implementar a Lei Federal nº 11.769, e realização de festivais de corais nas escolas do interior do Estado.

Sugestão enviada por Paulo, de Belo Horizonte: valorização do servidor da cultura com a realização de concursos públicos para músicos, atores, dançarinos e escritores, fortalecendo a estrutura e valorizando os sucateados equipamentos públicos estaduais já existentes.

Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Solicitamos aos que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. A leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Com a palavra, o Sr. Marlon Benito.

O Sr. Marlon Benito - Bom dia a todos. Os primeiros tópicos que mencionarei serão cultura e política. As duas são unha e carne, e uma comete adultério com a outra, para não falar de outras coisas.

O outro tópico que quero salienta trata de residências artísticas. Observamos um grande número de casarões que são demolidos ou ocupados por mendigos. Onde está a residência artística? Onde está a difusão de língua e de cultura? Isso também faz parte da esfera da educação. E, também, movimentos culturais.

Termino minha manifestação para que todos tenham a palavra “intercâmbio” na cabeça, o que não acontece hoje em Belo Horizonte.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Marlon. Daremos sequência às demais inscrições, que intercalaremos entre os participantes.

#### Palavras do Sr. José Márcio Barros

Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Ulysses, a quem agradeço pelo convite para estar aqui, que muito me honra e me desafia; os demais Deputados, os Vereadores, os educadores, os gestores culturais, os militantes da cultura e os queridos amigos que estão presentes e que acompanham este fórum a distância.

Por força da minha formação como professor, sempre procuro entender qual é a pergunta que organiza o nosso encontro. Começo a minha exposição propondo que entendamos o que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais chama de agenda da instituição para promover o desenvolvimento do Estado. Há alguns detalhes de ordem conceitual e política que precisam ser esclarecidos para que eu traga alguma contribuição a este debate.

Não falo como cientista político ou como especialista do Poder Legislativo, mas, como cidadão, entendo que esta Casa tem três grandes funções para desenvolver. A primeira é representar o povo; a segunda é elaborar leis, entendidas como aquilo que dá





estabilidade, que cria continuidade na vontade pública; a terceira é fiscalizar a execução daquilo que, por consenso, foi tido como necessidade de realização.

Se não estou muito errado, acredito que, para que esta Casa represente o povo, tem que expressar sua diversidade, porque não há como pensarmos Minas Gerais no singular. E não é apenas com poesia que resolveremos o problema da diversidade cultural deste Estado. Temos poetas famosos que nos emocionam falando que as Minas são muitas, mas essa pluralidade não se efetiva do ponto de vista das políticas públicas de cultura. Portanto, para que esta Casa efetivamente represente o povo em sua diversidade, precisamos também colocar em sua agenda a reforma política.

Segundo, se aqui é o lugar de se fazer leis, é preciso, cada vez mais e com mais competência, compreender a realidade sobre a qual precisamos agir e criar instrumentos estáveis e legítimos para tal: as leis e as políticas públicas. Não vejo outra forma de se fazer isso em uma sociedade democrática, a não ser por meio da participação.

Em terceiro lugar, fiscalizar o Executivo exige autonomia, e uma autonomia exercida com ética. Para entendermos a agenda desta Casa, para pensar e articular a cultura e o desenvolvimento, existem alguns pressupostos: a reforma política, a participação e a ética. Além disso, precisamos, obviamente, pensar em qual é o escopo, quais são as atribuições, as competências desta Casa, para não demandarmos dela o que não está na sua alçada e não perdermos tempo. Se consultarmos a Constituição Estadual, veremos que as atribuições da Assembleia são muito amplas, apesar de estarem focadas em determinadas questões: planejamento, execução e financiamento das políticas públicas do Estado, sistema tributário, plano de desenvolvimento, normas gerais de planejamento das funções públicas de interesse comum, criação e extinção de cargos, regime jurídico do funcionalismo público, fixação de quadros de emprego, criação e estruturação das Secretarias, além de tudo o que diz respeito a bens de domínio público e de fiscalizar o Executivo, julgar suas contas, fiscalizar e controlar seus atos, zelar pela preservação de sua competência legislativa, etc. Então, considerando o escopo de atribuições legais desta Casa, precisamos pensar nessa agenda.

Além disso, parece-me que o termo “desenvolvimento” não é consensual. Ele não é universal nem conceitual, ou seja, não basta apenas dizer desenvolvimento: é preciso definirmos de que desenvolvimento estamos falando e qual é a relação que queremos estabelecer entre as políticas públicas de cultura e ele. Será que ainda acreditamos em um modelo que limita desenvolvimento a crescimento? Vamos aqui ficar colecionando estatísticas de crescimento, sem os devidos cuidados de compreendê-las? Ainda trabalhamos com a ideia de que qualquer crescimento gera desenvolvimento? Vamos trabalhar um modelo de desenvolvimento que divorcia os elos que unem seus vários vértices? Vamos continuar cada um cuidando corporativamente daquilo que lhe interessa, cada um produzindo desequilíbrios para os outros? Vamos continuar tratando a cultura apenas como mercadoria e entretenimento? A visibilidade da cultura estará apenas no PIB?

Precisamos definir rapidamente o que entendemos por desenvolvimento, e rapidamente proponho trabalharmos com a ideia do desenvolvimento humano, que lida com a ideia de mudança social, de liberdade social, de oportunidades de saúde, habitação e cultura, de respeito pessoal e de direitos humanos. Além disso, precisamos trabalhar com um modelo de desenvolvimento que articula aquilo que o Banco Mundial, há décadas - mas infelizmente parece que o óbvio cai no esquecimento - faz, promovendo a articulação e a integração dos quatro tipos de capitais essenciais para tal desenvolvimento: o natural, o construído pelo trabalho humano, o próprio ser humano e o social, que nos trouxe até aqui. É a capacidade de transformarmos nossas diferenças em convergência e cooperação. Se não sabemos articular isso, lamento e acho que a cultura tem muito pouco a contribuir com o desenvolvimento. E um modelo de desenvolvimento que não reconheça essa articulação trará poucas transformações efetivas.

Outro pré-requisito necessário é sabermos que as três dimensões da cultura, que o Plano Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura definem não podem ser separadas: a dimensão simbólica, antropológica, a dimensão cidadã, política, participativa, e a dimensão econômica. Se não pensamos na articulação efetiva dessas três dimensões, também acredito que não conseguiremos definir o papel da cultura para o desenvolvimento deste Estado.

Portanto, acredito que, para definirmos o lugar da cultura, precisamos, primeiro, pensar em sustentabilidade. Sustentabilidade não é um problema apenas ambiental, mas um problema de articulação entre passado, presente e perspectiva de futuro. Precisamos pensar que a cultura não é um bem renovável naturalmente. O que é sustentável na cultura é tudo aquilo que possibilita articular esses três eixos temporais: passado, presente e futuro. É isso que dá sustentabilidade e não apenas um traço nas nossas planilhas de contabilidade. Segundo, na harmonia entre a lógica da dimensão simbólica da cultura e a razão do mercado. Do contrário, a razão do mercado substitui e invade a dimensão simbólica da cultura, e aí os custos são altos. Terceiro, na articulação entre patrimônio natural e patrimônio cultural, tanto do ponto de vista material quanto imaterial. Não basta apenas preservar aquilo que restou da nossa memória, é preciso preservar as condições para que continuemos produzindo cultura e, portanto, produzindo identidades e memórias. Se não articularmos as condições para a cultura continuar existindo, ela corre o risco de ter lugar apenas nos nossos equipamentos culturais, e não na vida cotidiana do povo deste Estado.

A redução das desigualdades locais e regionais. Ou somos capazes de fazer com que a cultura incida sobre a desigualdade, ou de novo a cultura permanecerá em um lugar assessorio, festejado por todos, porém não efetivado como epicentro de um novo modelo de desenvolvimento.

A consolidação de um modelo democrático de decisões. Isso é essencial. Não se produz desenvolvimento humano sem a participação efetiva e democrática das nossas diferentes expressões e segmentos culturais. Por fim, a articulação entre a diversidade, a multiculturalidade e o pluralismo cultural.

Se não estou equivocado com relação a essas premissas, posso agora partir para algumas contribuições efetivas para este debate que, volto a dizer, é muito importante. Cumprimento, mais uma vez, a Assembleia Legislativa pela iniciativa, os Deputados que estão aqui e os demais militantes e comprometidos com a cultura. Meu recorte se dará em financiamento, formação e transversalidade, porque eu imaginava o centro da abordagem do Bernardo e da Clarice que vai falar daqui a pouco.

A primeira proposta que eu gostaria de apresentar para a agenda desta Casa é fortalecer o lugar da cultura. O fortalecimento do lugar da cultura nesta Casa, no meu entendimento, passa, primeiro, pela reconstituição política da Frente Parlamentar de Apoio à



Cultura Mineira, criada em 2004, logo após o Fórum Técnico Cultura, Política e Financiamento, coordenada pelos Deputados Domingos Sávio e André Quintão. No meu entendimento, é fundamental que esse bloco parlamentar, atento, sensível e defensor da cultura nesta Casa, seja reconstituído nas novas bases, nas novas realidades políticas e partidárias.

Segundo, a recomposição e o fortalecimento da Comissão de Cultura, permanente. Até 2004 ou 2005, a cultura era componente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia. Na época, houve um grande debate acerca da necessidade de se criar uma comissão permanente específica para a cultura, dada a importância da área e a grandiosidade das questões relativas a ciência, tecnologia e educação. Muitas vezes não havia tempo nem a visibilidade necessária. A comissão foi criada.

Para vir aqui, verifiquei o funcionamento da Comissão de Cultura no segundo semestre de 2010, quando todo o País estava discutindo a implantação do Sistema Nacional de Cultura, do Plano Nacional de Cultura, da reforma da Lei Rouanet. Enfim, havia uma discussão ferrenha em torno da política pública de cultura, mas, infelizmente, encontrei uma comissão desvitalizada. Com todo o respeito aos Srs. Deputados, sou cidadão e acredito estar aqui não fazendo uma crítica irresponsável, mas tentando contribuir. A Comissão de Cultura desta Casa foi muito bem coordenada pela ex-Deputada Gláucia Brandão, mas creio ter ficado enfraquecida nos últimos tempos. O fortalecimento dessa comissão deve constar da agenda desta Casa. Das 20 reuniões programadas para o segundo semestre de 2010, apenas 9 foram realizadas. Dessas, nenhuma contou com a participação de todos os membros nem dos efetivos da Casa. Quatro delas, ou seja, quase metade contou com a presença da Presidente e de substitutos, que não eram membros efetivos nem suplentes. As deliberações dessas 9 reuniões foram: 16 projetos de lei de declaração de utilidade pública; 9 requerimentos de congratulações; 2 projetos de lei sobre a Política Estadual de Arquivos, que foi efetivada, existe e é um instrumento importante; 2 requerimentos de tombamento e restauração; 1 pedido de providências em relação a recursos para a área de artesanato; e 1 projeto que institui o Dia Estadual do Antigomobilismo. Nada contra quem gosta de carro antigo, mas a minha questão é: se quisermos pautar a cultura como elemento central de um modelo de desenvolvimento do Estado, seguramente, Srs. Deputados, precisaremos rever o lugar que a cultura mereceu no segundo semestre do ano passado. (- Palmas.) Se olharmos a composição da Comissão, verificaremos que houve uma renovação preocupante. Solicito ao Bloco Minas sem Censura, integrado pelo PT, PMDB, PRB e PCdoB, ter cuidado em relação a isso. Hoje, de todos os membros, apenas os Deputados Juninho Araújo, Paulo Guedes, Rômulo Veneroso e Vanderlei Miranda continuam nesta Assembleia. Permanecem na Casa 50% dos efetivos e dos suplentes. Então, precisamos pensar nisso com cuidado.

Outra questão que gostaria de propor como ponto para a agenda desta Casa na área da cultura diz respeito ao acompanhamento efetivo das propostas eleitas como prioritárias nas conferências estadual e nacional. As conferências constituem mecanismos legítimos de participação da sociedade civil, portanto não podem ser apenas documentos que alimentam a militância na época da sua realização e, depois, tornam-se publicação nas prateleiras ou nos discos rígidos dos nossos computadores. Houve grande esforço neste Estado e em todo o País para eleger prioridades. Gostaria muito que esta Casa continuasse atenta às prioridades ali levantadas. Na linha dos mecanismos de financiamento da cultura, precisamos festejar muitas coisas: a existência do Fundo Estadual de Cultura, da Lei Estadual de Cultura, do ICMS Cultural, dos programas Cena Minas, Filme em Minas, enfim, há muita coisa bacana no Estado de Minas Gerais. Entretanto, ainda enfrentamos processos burocratizados de acompanhamento e prestação de contas, há pouca participação das empresas de menor porte no patrocínio de projetos culturais. Há falhas no direcionamento dos recursos do ICMS Cultural. Respeitosamente, também compartilho da alegria no que toca ao vertiginoso aumento do ICMS Cultural, mas sem a vinculação e a obrigatoriedade dos seus repasses aos Municípios para a própria cultura, infelizmente - lamento - estamos produzindo mais um efeito discursivo que efetivamente uma política pública. Está na hora de se fazer uma avaliação daquilo que retorna efetivamente à cultura, à memória e ao patrimônio por via desse mecanismo festejado no Brasil inteiro, pioneiro em Minas Gerais, que é o ICMS Cultural. Sem essa exigência de os Srs. Prefeitos destinarem o que recebem, por via do ICMS Cultural, à própria cultura, continuaremos apenas festejando gráficos estatísticos.

Destacamos a impossibilidade de repasse do Fundo Estadual de Cultura a artistas e grupos não institucionalizados quando grande parte da cultura deste país se dá pela economia informal. E quem se encontra no mundo informal não tem acesso a esses mecanismos de política pública. Há inexistência de programas sólidos de financiamento para iniciantes, para projetos de experimentação, para as próprias culturas tradicionais identitárias. Também há um grande problema: a falta de clareza e transparência nos critérios de financiamento cultural das empresas públicas deste Estado. É preciso abrir essa discussão. Quais são os critérios adotados pelas empresas públicas deste Estado para selecionarem os seus investimentos culturais?

É preciso aumentar o orçamento público para a cultura. Se todos nós somos a favor da Proposta de Emenda à Constituição nº 150, está na hora de pensarmos como sair dos 0,4% para o mínimo de 1,5% do orçamento público para a cultura. Se compararmos o aumento da receita do Estado com o aumento do orçamento para a cultura, veremos que há uma grande defasagem entre o que é arrecadado pela receita e o que é investido na área cultural. A média é de 0,5% para a cultura.

A obrigatoriedade da efetiva avaliação dos gastos orçamentários, dos investimentos por meio de leis e fundos estaduais. A fase de criar mecanismos de financiamento, nós a cumprimos razoavelmente. Mas, além desse aumento, é preciso avaliar os reais efeitos que esses financiamentos públicos, sejam eles por via da lei de incentivo, sejam por verbas orçamentárias, produzem na vida cultural do nosso Estado. Sem avaliação, continuamos apenas no mundo dos discursos.

A proposição de editais para segmentos específicos da área cultural: iniciantes, experimentais, culturas identitárias tradicionais e, obviamente, a democratização do acesso aos recursos da Cemig, da Copasa e demais empresas públicas do Estado, além da contínua desburocratização dos mecanismos.

O segundo ponto é a formação de gestores culturais, onde mais atuo. Existem pontos muito positivos que facilitarão o enfrentamento dessas questões. O lugar político, econômico e institucional que a cultura assumiu na vida deste país, nas últimas décadas, não foi acompanhado pela devida preparação técnica, institucional e política para dar conta desse novo lugar. E nós precisamos enfrentar esse problema rapidamente, de forma definitiva.



Pontos positivos: a existência de universidades públicas pelo Estado, o que permitiria a criação de uma rede muito efetiva; a existência de grupos gratuitos de formação de projetos, por parte da Secretaria de Estado da Cultura, e de cursos promovidos por organizações não governamentais, na maioria das vezes, como é o meu caso, o Observatório da Diversidade Cultural, financiados por verbas públicas, por políticas públicas, pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura; e a existência de cursos de pós-graduação. Temos competência, o que precisamos é enfrentar as dificuldades, como o grande desinteresse da maioria das empresas em financiar a formação de gestores, mediadores e técnicos culturais e áreas enormes do Estado que não estão dentro dos interesses específicos das empresas. Portanto, as ações são muito localizadas e não são distribuídas territorialmente. É alto o custo de um curso de pós-graduação. Então, precisamos ter oferta pública de ensino de pós-graduação na área de formação de gestores e mediadores culturais. Há concentração de ofertas em determinadas regiões, especialmente em Belo Horizonte, baixa oferta pública gratuita e amplo despreparo por trás das políticas públicas.

Vou também - respeitosamente, porque a participação é fundamental - qualificar a participação, já que o debate sobre a cultura neste Estado precisa ser qualificado. Ontem à noite, dei uma olhada na participação aberta. Na consulta pública, a participação da cultura, até ontem, passada uma semana da consulta pública disponível, era de 5% do total das participações. Dessas participações, que são 23, seis se referem ao conflito entre a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e feirantes da Avenida Afonso Pena; duas dizem respeito à valorização e financiamento das quadrilhas e festas juninas; duas dizem respeito à valorização da cultura afro, com destaque para a cultura banto. Depois, num patamar de uma única participação, temos a valorização das fanfarras nas escolas, o uso do Fundo Estadual de Cultura para preservar e recuperar drogados, implantação do sistema estadual de cultura, a criação de uma conta-satélite para o turismo, a valorização da pessoa idosa, bolsa de estudo de arte para carentes, fomento ao vale-cultura no Estado, a valorização da moda e da diversidade cultural, a valorização do servidor da cultura e a implantação do ensino da música nas escolas. Uma única participação até ontem, passados oito dias dessa consulta pública aberta no "site", no portal da Assembleia. Eram 23 contribuições da sociedade civil que eu classifiquei, além de uma contribuição de uma gestora cultural - se não me engano, da cidade de Sacramento - que é tão complexa que não consegui dividir aqui, porque ela pegou todas as áreas da política pública.

No minuto final que me cabe, quero dizer que precisamos, na área da formação, ampliar a oferta de formação de gestores culturais, de mediadores culturais, de técnicos em arte e cultura por meio das nossas universidades públicas, especialmente as universidades estaduais. É necessário mais do que isso, é preciso criar uma política estadual de formação de gestores culturais, considerando as diferentes competências, os níveis de formação, a descentralização e o acompanhamento de egresso. Senão, daqui a uns anos, estaremos aqui novamente com o mesmo quadro.

Na área da transversalidade, a última, sugiro aqui - foram sugestões que também recebi de alunos e amigos - que haja acompanhamento na implantação da Lei nº 11.769, que torna obrigatório o ensino de música nas escolas. Caso contrário, novamente a lei existirá, o mecanismo existirá, mas a sua execução se dará sem qualidade, sem a efetiva competência. O objetivo dessa lei é fazer com que a música volte. É uma espécie de cavalo de troia para que, por trás disso, possamos entrar novamente com o teatro, com as artes plásticas, com as demais culturas populares. A implantação disso com qualidade é condição para que depois a arte e a educação nas escolas sejam, novamente, uma experiência que nos dê orgulho no Estado.

Acompanhamento da discussão do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Uma das atribuições desta Casa é agir, pensar e acompanhar todos os assuntos relativos a regiões metropolitanas. Foi feito um esforço muito grande da sociedade civil para discutir o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Foram dadas contribuições muito importantes para se pensar cultura nessa articulação dos diferentes Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Por força do Estatuto das Cidades, em 2011 teremos de fazer a revisão dos planos diretores municipais e, para tanto, precisamos pensar sobre o lugar da cultura neles.

Por fim, precisamos pensar no componente cultural de todas as outras políticas públicas, da saúde, da educação, da segurança, do turismo e do meio ambiente, não apenas como princípios, mas agindo nos instrumentos efetivos: o Plano Plurianual, as leis orçamentárias e os outros instrumentos efetivos que definem para onde vão as verbas públicas e onde estão as obrigadoriedades do Executivo.

Peço desculpas se me excedi. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Muito obrigado, José Márcio. Além de expor e debater o tema, você nos chama à centralidade da questão, a pensar o sentido e o objetivo de tudo isso. Compartilho muito dessas questões, mas me permito fazer uma observação nos três eixos do papel parlamentar da representação, do ato de legislar e de fiscalizar, relatado aqui por você. Essa representação nos impõe o desafio de fazer com que ela seja, de fato, legítima. Para isso, não há outra forma senão abrir o espaço da Assembleia e de cada mandato parlamentar para ouvir aqueles que dizemos representar. Assim, faremos com que a nossa representação seja legítima. Não podemos compreender a nossa ação como o fato de substituir alguém, mas como o de representar. Ao compreender essa lógica de representação, os temas e cada pauta levantados aqui nos impõem a necessidade de compartilhá-la. Desse modo, as responsabilidades também são compartilhadas com a sociedade. Por isso, este espaço e as comissões são importantes. A participação de todos é de extrema relevância. Contamos com cada um de vocês para que a Assembleia encontre a resposta para esses questionamentos, como esse puxão de orelha dado aqui pelo nosso caro companheiro José Márcio Barros. Muito obrigado, José Márcio.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos as sugestões até agora recebidas pelo telefone e pela internet. Convido a todos a assistir agora ao vídeo com sugestões da Secretária de Cultura de Minas Gerais, Eliane Parreiras, para a construção da agenda da Assembleia.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos agora, mais uma vez, a leitura de algumas contribuições recebidas por via da Consulta Pública.



Sugestão enviada por Paulo, de Belo Horizonte: “Valorização do servidor da cultura com a realização de concursos públicos para músicos, atores, dançarinos e escritores, fortalecendo-se a estrutura e valorizando-se os sucateados equipamentos públicos estaduais já existentes”.

Sugestão enviada por Makota Kizandembu, de Belo Horizonte: “Discussão da influência banto nas manifestações culturais e religiosas no Estado de Minas Gerais”.

Sugestão de Renato Gonçalves Valente, de Belo Horizonte: “Realização de parcerias com empresas privadas, para que essas incentivem seus colaboradores a buscar lazer cultural, recebendo em troca benefícios fiscais”.

Sugestão de Virgínia Dolabela de Lima, de Sacramento: “Tratamento da cultura como componente primordial da saúde integral do homem. Criação de políticas públicas de respeito à diversidade, incentivo à profissionalização da cultura, fazendo da economia da cultura fator de desenvolvimento e ferramenta de geração de emprego e renda”.

Recebemos “e-mail” de Rafael Couto Rezende, do Município de Contagem: “Parabéns à Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela iniciativa desse fórum. Sem cultura, não existe progresso na sociedade. Hoje estamos vendo um exemplo de cidadania na política mineira”. Muito obrigado, Rafael.

“E-mail” enviado por Ângela Leite de Souza, de Belo Horizonte, destinado ao Bernardo, nosso primeiro expositor: “Embora se trate de tema de âmbito nacional, gostaria que o senhor discorresse sobre como anda a proposta de revisão da lei de direitos autorais, que foi objeto de consulta pública no ano passado e que também provocou forte reação contrária, especialmente quanto ao conflito que a proposta estabelece entre os direitos do autor e o livre acesso aos bens culturais”.

O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado - Já foi direto na maior polêmica. Bom, vocês sabem que o projeto de lei de revisão dos direitos autorais estava na Casa Civil, que é justamente quem examina, finalisticamente, no âmbito do Poder Executivo, os projetos de lei, submete-os ao Presidente da República e os encaminha ao Congresso Nacional. É praxe no início de qualquer governo, inclusive em governos de continuidade, que projetos de lei que ainda não foram encaminhados ao Congresso Nacional retornem para os Ministérios de origem, para que os novos titulares e as novas equipes de dirigentes os examinem. Esse é o ponto onde ele está hoje, ou seja, a Casa Civil fez retornar ao Ministério de Cultura o projeto de lei de revisão dos direitos autorais, para ser reexaminado pelos nobres dirigentes, ou seja, está reaberta a discussão. Evidentemente, ainda está no plano interno. Este é um assunto tremendamente complexo, que está no centro da vida econômica, não só da cultura. Temos de pensar o direito autoral como parte do direito à propriedade intelectual, pois é hoje um dos assuntos de comércio internacional mais discutidos. Não se trata de questões apenas da área cultural. Sou uma pessoa que veio da gestão passada, entrei no Ministério em 2009, e essa é uma questão que não pode deixar de ser considerada pelos novos dirigentes. Falo em nome do Ministério da Cultura que o fundamento básico da nova proposta é tentar equilibrar o direito exclusivo dos autores sobre suas obras, um direito garantido no capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais” da Constituição, portanto é cláusula pétrea. Que seja garantido o uso exclusivo dos autores sobre suas obras, mas que haja um equilíbrio com o direito dos outros de acessar essas obras da forma como as novas tecnologias de informação colocaram em pauta.

Hoje um garoto, ao pegar uma foto na internet, fazer uma brincadeira de acrescentar algum outro desenho na cabeça do amigo e o transmitir, estaria, para todos os efeitos, cometendo um crime contra os direitos autorais do proprietário daquela fotografia. Isso não pode permanecer. Temos de encontrar fórmulas para equilibrar o direito do autor com o direito de acesso, pois ambos são direitos culturais.

O Sr. Presidente - Obrigado. Abriremos agora espaço para as contribuições da plateia. Convido Bernardo Rodrigues, Secretário Municipal de Cultura de Divinópolis, para sua manifestação.

O Sr. Bernardo Rodrigues - Bom dia a todos. Gastarei menos tempo que o disponibilizado. Tenho uma observação pontual, mas que pode trazer grande benefício, especialmente para nós, do interior. Hoje, pela Lei de Incentivo à Cultura, há grande dificuldade de captação de projetos culturais. Antes de ser Secretário de Cultura, sou músico. Parte da dificuldade para captação deve-se ao processo de substituição tributária. Grandes empresas, com potencial de patrocínio de projetos culturais aprovados na Lei de Incentivo, são inviabilizadas de patrocinar, mesmo tendo interesse, porque o ICMS fica retido no ato da compra do fornecedor. Uma demanda que trazemos para a Assembleia, que trouxemos para a Conferência Estadual de Cultura, é exatamente essa tentativa de alterar esse processo. Já participamos de reuniões na Secretaria de Fazenda para isso. Disseram-nos que não tem jeito. Acho que tem jeito de abrir uma exceção para que essas empresas possam patrocinar projetos da Lei de Incentivo à Cultura. Em Divinópolis, citando a apresentação do meu professor, José Márcio, criamos o Fundo Municipal de Cultura e destinamos a ele recursos do ICMS de patrimônio cultural. Isso se deve, em grande parte, a essa vontade dos Prefeitos, como é o nosso caso em Divinópolis. Obrigado e bom dia.

O Sr. Presidente - Obrigado. Passamos para os demais inscritos. Solicito a cada um que se manifeste, que diga qual é sua cidade. Convido Paloma Goulart, da Guida Goulart Produções.

A Sra. Paloma Goulart - Bom dia a todos. Guida Goulart Produções. Meu nome é Paloma Goulart. O tempo é curto, então vou direto ao ponto. Neste caderno que recebemos hoje estão dois artigos fundamentais da Constituição Federal para discutirmos a cultura no âmbito da Assembleia Legislativa, que são os arts. 215 e 216. Especialmente o art. 216 nos diz que constituem o patrimônio cultural brasileiro as formas de expressão, as formas de criar, fazer e viver. Essa especificidade na cultura é também conhecida como patrimônio cultural imaterial.

Ano passado foi realizado em Belo Horizonte o seminário do patrimônio cultural imaterial, um evento nacional de iniciativa da sociedade civil, em parceria com várias instituições e várias pessoas. Foi realizado pela rede Catitu Cultural em parceria com a Guida Goulart Produções, com o apoio de várias instituições, que não vou enumerar, para não tomar o tempo. Desse evento pudemos extrair várias reivindicações, apontamentos e sugestões, que podem aumentar tanto o debate quanto proposições para esta Casa e para outras instâncias de discussão política. O tempo é muito curto, mas deixei tudo isso escrito, com um relatório em anexo, aliás.

As principais reivindicações são: melhor aparelhamento do Iepha-MG, instituição diretamente responsável pelo levantamento, inventário e registro dos patrimônios culturais e materiais no âmbito do Estado e que hoje conta com aproximadamente uns quatro ou





cinco funcionários dedicados ao setor. O resultado disso é que, no âmbito do Iepha, consultando banco de dados, encontramos mais de 190 bens tombados, ou seja, os patrimônios de pedra e cal estão tendo a devida tutela. Em contraposição, quanto aos bens imateriais, encontramos somente um registrado. Isso também é um fato que está presente na política nacional. Durante muito tempo, acreditou-se que a própria comunidade teria o condão de preservar o próprio patrimônio, mas hoje já se sabe que não é bem assim, que as políticas públicas têm de incentivar esses conhecimentos tradicionais, essa cultura. Esses elementos são importantes para tantos grupos, para tantas pessoas, especialmente em Minas Gerais, que é um Estado tão diverso, tão rico e tão múltiplo. Deixo, então, o relatório e peço uma análise e uma atenção especial de todos.

Há um outro ponto muito importante. Temos hoje um importante conselho, o Conselho Estadual de Direitos Difusos, que dedica verbas aos direitos difusos, incluindo os patrimônios culturais. Vemos hoje uma grande desigualdade de distribuição desses recursos. Existe a Resolução nº 8, se não me engano, em vigor, que dedica especial atenção aos bens materiais, mas não existe a mesma previsão para recursos dedicados ao inventário, à pesquisa e às manifestações tradicionais. Saliente-se: temos de tomar muito cuidado com a pegadinha da lei, porque esses recursos e esses editais têm de prever não só uma dedicação dos recursos para os patrimônios culturais e materiais já reconhecidos. Se fosse assim, teríamos recursos somente para um único patrimônio cultural e material registrado no Estado. Temos de prever recursos para os patrimônios culturais e materiais reconhecidos pelas comunidades, os elementos que a comunidade identifica como parte de sua cultura, como parte de seu patrimônio material e cultural. É este o recado que quero deixar registrado. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradeço à Paloma. Com a palavra, Sr. Júlio Mourão, do Iepha.

O Sr. Júlio Mourão - Bom dia. Quero fazer duas intervenções. A primeira diz respeito ao que o Prof. José Márcio colocou sobre a destinação dos recursos do ICMS. No Iepha, essa questão é recorrente. Temos uma dificuldade com isso, porque isso seria carimbar a verba, não seria constitucional. Somos orientados nesse sentido. Usamos de outros recursos para garantir o mínimo de direcionamento das verbas do ICMS para cultura. Uma das coisas que está sendo implementada agora é justamente a criação dos fundos municipais de cultura, que passou a ser pontuada como uma das iniciativas municipais na avaliação que fazemos do ICMS Patrimônio Cultural. Tive oportunidade de participar, durante muitos anos, desse programa que considero a mais poderosa ferramenta que já houve no Estado de Minas Gerais para a interiorização das ações de preservação e valorização do patrimônio cultural mineiro.

A segunda observação é sobre a eficácia do trabalho do Iepha em Minas Gerais. Darei só um exemplo das dificuldades que temos. Em 2006 foi realizado um concurso para Técnicos e Analistas de Gestão na Cultura e houve mais de 50 novos Técnicos absorvidos pela instituição. Mais da metade desse pessoal já foi embora. Para vocês terem ideia, um historiador com oito horas de trabalho por dia entra para o Iepha recebendo menos de R\$1.500,00 por mês. Não é possível fazer um trabalho de qualidade numa situação dessa. Recentemente, depois de uma ampla reunião do corpo técnico, encaminhamos à Secretária Eliane um carta na qual indicamos isso como sendo uma barreira a ser resolvida de alguma maneira, para, enfim, respondermos ao povo mineiro com toda a qualidade que o trabalho da preservação do patrimônio cultural merece. É isso.

O Sr. Presidente - Obrigado, Júlio. Convido o Rick Black, da Federação de Quadrilha Junina de Minas Gerais.

O Sr. Rick Black - Primeiro, desejo parabenizar a Assembleia porque penso que há aqui uma inversão de valores ou de posicionamentos. Acho que os nossos funcionários estão chamando seus patrões para pegar ordem de serviço, e isso já deveria ter sido feito há muitos anos. Esta é a primeira vez que fazemos isso, e, assim, parabenizo a Assembleia pela atitude e pela criação do fórum. O senhor ali falou sobre as oito intervenções que havia lá. Todas elas defendem a sua tendência cultural. Acho que isso é uma correção que deve ser feita pela Assembleia, porque a divulgação deste fórum não foi a ponto de atingir todas as pessoas que têm interesse de trabalhar esse assunto. O "site" da Assembleia ainda não é tão acessado pela juventude e por pessoas que trabalham com cultura. Isso ocorre mais por nós, gestores, que estamos mais à frente, que pelo povo como um todo. Cada um que vai ao "site" defende a sua tendência cultural. Então, não acredito que a deficiência seja de quem defendeu sua tendência cultural. Penso que devemos inverter valores. As pessoas devem ensinar-me a pescar para que eu não só venha aqui para pedir. Devo vir aqui para aprender o que pedir, como pedir e o que defender, para que as pessoas não entendam que só vim pedir alguma coisa. Então, penso que a deficiência do que foi dito lá passa por esse viés.

Sobre o que foi mencionado a respeito do direito autoral, realmente devemos rapidamente fazer essa correção porque, por exemplo, no "Voz do Morro", um programa que diz atender as pessoas da comunidade, assim que preencho a ficha de inscrição, tenho de abrir mão dos meus direitos de voz, imagem e autorais. Ou seja, começo a perder direitos na inscrição. Então, temos, sim, de corrigir essa questão de direitos autorais a fim de pararmos de perder direitos durante a inscrição. Defendendo a minha classe, quadrilha junina - uma delas -, quero propor aos Deputados do Estado que criem um expresso cultural junino em Minas Gerais, porque daqui a dois anos Luiz Gonzaga faria 100 anos se estivesse vivo. Em 13/12/2012 ele faria 100 anos, se estivesse vivo, e nós, quadrilha junina, faremos um movimento nacional para comemorar o centenário de Luiz Gonzaga, que não só contribuiu para a cultura junina, mas para quase todas as outras culturas do País. E aí a Assembleia pode promover o expresso cultural junino, pois várias outras Assembleias do País já o estão fazendo. Parece que ninguém em Minas pensou nisso ainda. Com isso poderemos organizar Minas Gerais para daqui a dois anos comemorar o centenário de Luiz Gonzaga de forma bem planejada. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Rick. Convido o Alanson Costela, da Fundação Internacional Capoeira Artes das Gerais.

O Sr. Alanson Costela - Bom dia. Sou conhecido como Prof. Costela, de Belo Horizonte. Primeiro, gostaria de parabenizar a Mesa, coordenada pelo Deputado, e cumprimentar os demais participantes na pessoa do Bernardo da Mata, com quem já dialogamos sobre cultura e capoeira em outras oportunidades. Sou historiador, mestrando em educação pela PUC Minas, bolsista da Fapemig e professor de capoeira da Fundação Internacional Capoeira Artes das Gerais, presidida pelo ilustre Mestre Museu. Não estou aqui para discutir conceitos e definições de cultura em toda a sua amplitude, mas para falar um pouco sobre o que nos interessa e sobre o que a Assembleia pode fazer pela capoeira não só em Belo Horizonte, mas em todo o Estado de Minas Gerais. Como pesquisador, venho acompanhando a questão. Para quem não sabe, a capoeira está presente hoje em cerca de 150 países, é dada como a maior difusora da língua portuguesa no mundo e é a principal manifestação afro-brasileira que representa o Brasil lá fora. Por incrível que pareça,



acreditam que seja o samba ou o Carnaval, mas a capoeira já conseguiu perpassá-los. Estou falando como capoeirista e professor de capoeira. Gostaria de mencionar dois temas, também desconhecidos pela maioria das pessoas. Pelo censo do IBGE de 2006 - ainda não vi o último porque, infelizmente, não tive tempo -, Minas Gerais é o Estado com o maior número de grupos de capoeira e de atividades desportivas de capoeira do Brasil e também do mundo, objetivamente, ultrapassando a Bahia, que é dada como a meca da capoeira, além de Rio de Janeiro e São Paulo. Hoje os maiores mestres de capoeira passam cerca de quatro meses no Brasil e oito no exterior, porque não conseguem realizar um trabalho com efetividade por viverem da sua atividade cultural no País. A maioria desses mestres vai para o exterior. Quando se fala na interdisciplinaridade de todas as ciências, na Assembleia e tendo em vista as atividades governamentais, queria citar um aspecto que considero primordial. É a questão da intersetorialidade, principalmente um diálogo entre secretarias e fundações de cultura e de educação. Posso falar de Belo Horizonte, onde hoje a capoeira faz parte do currículo das escolas de classe média alta. Mas, como professor, tenho uma dificuldade imensa de entrar com um projeto de capoeira em uma Umei ou em uma escola e, quando acontece, é um projeto delimitado.

Queria pedir um pouco mais de tempo para esclarecer algumas coisas. Mais uma vez, temos uma dificuldade imensa para desenvolver um trabalho relacionado a atividades culturais com essa visão que a capoeira tem. Participei de um evento do Pró-Capoeira do Ministério da Cultura com representantes de Minas e alguns mestres de capoeira de Belo Horizonte, no Rio de Janeiro, em outubro do ano passado. Discutimos essa democratização e a virada de eixo da Bahia e Rio para Minas Gerais. Só que, infelizmente, não conseguimos fazer isso sem apoio político. Posso falar por Minas Gerais, pela própria instituição que estou representando. Ela está em cerca de 11 países, 6 Estados brasileiros e 16 cidades do interior de Minas Gerais. Estou falando do grupo a que pertencço, sem incluir os outros grupos de capoeira de Minas Gerais. Só na Europa temos cerca de 15 professores de capoeira que são de Belo Horizonte ou de Minas Gerais. Queria refletir ou iniciar uma discussão mais séria sobre a capoeira, principalmente no Estado de Minas Gerais, haja vista a representatividade que a capoeira tem pelo Estado como uma das mais técnicas de Minas. Não me refiro só à capoeira angola ou regional, mas à capoeira em toda a sua amplitude, sem defender nenhum estilo. É preciso haver um diálogo com a Casa ou com algum representante, para que tenhamos uma construção positiva, seja por meio de fóruns de debate, seja por meio de editais, porque a dificuldade que se tem na aprovação de projetos de capoeira é imensa. Há editais específicos para dança, teatro, música e um monte de coisas. Várias atividades se incorporam e, às vezes, a capoeira fica de fora. Muito obrigado. Bom dia.

O Sr. Presidente - Obrigado. Compartilho com os presentes que a divulgação deste evento da Assembleia não foi feita apenas no "site" da Casa, mas também pela tevê e demais meios de comunicação a que temos acesso, além de rádios em toda a região do Estado. Foram enviadas informações para todos os cadastros da Assembleia, o que inclui mais de 20 mil lideranças que já passaram por eventos realizados pelo Legislativo, Câmaras Municipais, Secretarias Municipais, Prefeituras, enfim, houve uma ampla divulgação. Trata-se de um novo espaço da Assembleia. Talvez possam ter duvidado do espaço que a Assembleia pode oferecer, mas a Casa promoveu uma ampla divulgação. Passaremos os demais inscritos para o outro bloco. Para encerrar este, convido o Deputado André Quintão para fazer suas considerações.

O Deputado André Quintão - Bom dia, Presidente. O tema é vasto e o tempo é curto. Enfocarei apenas uma colocação do Prof. José Márcio a respeito das leis orçamentárias, deixando uma sugestão para os participantes. Desde 2003, o Estado organiza seu planejamento por meio dos projetos estruturadores. São projetos prioritários, não submetidos a contingenciamento de recursos e com particular atenção do governo do Estado. Trata-se do núcleo das prioridades estratégicas do Estado. Com a lei delegada, hoje existe o Escritório das Prioridades Estratégicas, que é o espaço de monitoramento dos projetos prioritários. Este ano, a Assembleia irá receber e discutir a proposta do Plano Plurianual 2012-2015. E sinto que algumas áreas estão muito distanciadas dos mecanismos efetivos de incidência no orçamento e no planejamento públicos, sendo a cultura uma delas. Nos últimos anos, participei, com o Deputado Federal Domingos Sávio, da formatação do seminário legislativo sobre política cultural, o que redundou na lei estadual, na lei do fundo, na proposta do conselho e, depois, na conferência. Percebi que não houve uma conexão referente à proposta orçamentária específica para a cultura. Hoje o Estado tem 57 projetos estruturadores. Desde o início, existe um para a cultura: o Corredor Cultural Praça da Liberdade. Forçando a barra, temos o Circuito Estrada Real, o que é pouco. O Prof. Bernardo, belo e competente historiador, sabe que a centralidade da cultura na formação do Estado de Minas Gerais não guarda correspondência na centralidade da cultura, no planejamento público e nas prioridades orçamentárias. Este ano, discutiremos o Plano Plurianual e as propostas que estão sendo discutidas e formatadas devem ter lugar no orçamento público, caso contrário ficaremos na retórica da defesa do orçamento ou da política cultural e longe dos mecanismos efetivos de alocação do recurso público. É preciso reconhecer que não basta alocar recursos públicos. Estes devem ser alocados por uma política adequada. Essa construção de política pública deve ser bem discutida nos segmentos culturais, e este é o ano para isso. Na semana passada, estivemos com o Governador e lhe propusemos que, este ano, a discussão do Plano Plurianual seja descentralizada para as 10 macrorregiões de Minas, para não correremos o risco da alocação concentrada de recursos para a região metropolitana, os famosos grandes grupos, e a cultura regionalizada ficar à cata de migalhas. Deputado Ulysses Gomes, a minha sugestão para todos os presentes é a seguinte: temos de ter uma presença efetiva na discussão do planejamento do Estado este ano, pois é com ele que as coisas se resolvem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Deputado André Quintão. Nessa mesma linha, gostaria de dizer que o espaço para debate, consulta e sugestões não se encerra aqui: estará aberto no "site" da Assembleia Legislativa até o dia 28 deste mês. Ficará aberto esse espaço de construção, e cada um poderá levar as sugestões ao seu grupo, à sua cidade, à sua entidade e ao seu espaço para debate. Essas sugestões levantadas podem ser encaminhadas à Assembleia Legislativa, para que faça parte do conjunto dos encaminhamentos desse processo. Obviamente, depois, as Comissões e os Deputados estarão abertos para receber sugestões, mas todos podem utilizar o "site".

#### Palavras da Sra. Clarice de Assis Libânio

Bom dia, Deputado Ulysses Gomes e todos os presentes. Em primeiro lugar, obviamente gostaria de agradecer o convite para estar aqui hoje. Que bom que poderei contribuir também com este debate, como todos, que é fundamental e não tardio! Que bom que ele



está sendo realizado agora, a tempo! Parabenizo a Assembleia Legislativa por esse convite para a Consulta Pública. Gostaria de dizer também que me sinto muito honrada em estar dividindo a Mesa com o José Márcio e o Bernardo, que são duas pessoas que admiro há muitos anos e de que sou fiel seguidora, aluna e tudo o mais. Gostaria também de oferecer a minha contribuição. O que pensei em trazer para complementar o que já foi exposto? Gostaria de frisar basicamente duas questões. Primeiro, a palavra que falta e que deve ser prioridade é informação. Gostaria de falar sobre a importância da informação cultural como subsídio às outras políticas. Segundo, a próxima palavra é descentralização, que foi muito bem exposta por vários de vocês como fator de acesso, pois, sem ela, não conseguiremos fazer isso.

Enfim, além do PPAG, que já foi citado aqui, três documentos podem ser consultados, que já estão consolidados, pois são fundamentais para subsidiar todo esse levantamento de propostas. O primeiro é o resultado da II Conferência Estadual de Cultura, não somente as propostas priorizadas ao final, mas também as trazidas pelos 350 Municípios participantes, que foram debatidas nos grupos de trabalho e que apresentam, de fato, uma série de questões que podem ser incorporadas nessas propostas. O segundo é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI - da Região Metropolitana de Belo Horizonte, citado pelo José Márcio, que, apesar de focar a região metropolitana, contou com uma ampla participação e consulta pública. Alguns presentes participaram da construção desse plano. Eu também participei como consultora. Há uma série de propostas nesse plano para a questão cultural no Estado. Finalmente, o terceiro documento que tem de ser consultado e incorporado nessa proposta é o estudo que foi feito para o governo do Estado, para a Secretaria de Estado de Cultura, que é o Sistema de Informações e Indicadores Culturais de Minas Gerais. Trabalhamos por mais de um ano nessa proposta. Delimitamos uma proposta preliminar, de regiões e circuitos culturais em Minas Gerais, de sistemas de informações. Até então, o sistema aguarda recursos para a sua efetivação. Quando consultamos esses três documentos, sem sombra de dúvida, vemos que os Municípios apresentam demanda na cultura que passam necessariamente pela necessidade da desconcentração, ou seja, a descentralização dos recursos e as ações e a interiorização das políticas públicas para a cultura neste Estado, que é tão grande e que apresenta tanta dificuldade de representação, de acesso, etc. A questão da concentração dos recursos é uma coisa amplamente debatida. Quando falamos de Lei Federal de Incentivo à Cultura, o Sudeste, por exemplo, tem um nível altíssimo de concentração, aproximadamente 79% dos recursos, apesar de todos os esforços nos últimos anos. Em Minas Gerais acontece a mesma coisa. Na Lei Estadual de Incentivo à Cultura, entre 1996 e 2007, 74% dos recursos ficaram em Belo Horizonte. Existe, desde então, um esforço de descentralização com o próprio fundo, com suas diretrizes focadas mais no interior. Mas, ainda assim, sabemos que a concentração de recursos na cultura permanece em Belo Horizonte.

Todos esses números apontam para a necessidade de uma política pública que redistribua outras ações e outros recursos, equilibrando o mercado. Como o José Márcio falou, a razão do mercado começa a dominar. Se falarmos apenas em Lei de Incentivo à Cultura, só de financiamento por via da renúncia fiscal, ela passa a dominar e os interesses públicos ficam aquém dos interesses privados. Então, o poder público tem o papel de equilibrar essa balança da ação cultural. Cabe ao governo, nas diversas instâncias, bem como ao Legislativo, oferecer oportunidades aos Municípios do interior através de ações descentralizadas de fomento à cultura. Enfim, sejam os patrimônios materiais, e sejam imateriais, como foi muito bem lembrado aqui, sejam os grandes projetos, o que funciona é o ICMS Cultural. Mas nós também, como a Paloma disse, estamos engatinhando no apoio às manifestações culturais e ao patrimônio imaterial.

Retirei do documento da conferência algumas coisas, como a necessidade de estruturas. Os Municípios carecem bastante de estrutura para o desenvolvimento da cultura. Não existe mais um cinema, um teatro, um centro cultural. Como continuaremos a apoiar as manifestações se não temos estrutura suficiente para isso? A questão dos espaços físicos é concreta. No plano da Região Metropolitana existem muitos espaços ociosos ou desqualificados que estão aquém do necessário. É necessário revitalizar os espaços, construir novos onde não há, qualificar os espaços para que o acesso à cultura seja desenvolvido.

Outra coisa importante são os projetos itinerantes, projetos que possam circular pelas diversas regiões de Minas, pelos diversos Municípios. Não é levar, por exemplo, a cultura daqui para o interior, é fazer circular as produções do interior. É preciso organizar instâncias intermediárias de gestão. Não dá para ficar os Municípios com a sua gestão e o Estado centralizado em Belo Horizonte. Há necessidade de instâncias intermediárias de gestão da cultura, sejam elas polirregionais, sejam fóruns, consórcios intermunicipais, circuitos regionais, conselhos de Secretários de Cultura. São várias as propostas retiradas da conferência para tratar as instâncias com política cultural. Enfim, todas as propostas apontam para a descentralização de programas e políticas públicas de cultura, fortalecendo a interiorização e a regionalização da ação cultural, eliminando distorções entre as regiões do Estado e do País. Foi muito ressaltada também a necessidade de investimento. A política cultural tem de ter financiamento, principalmente nos Municípios de menor porte, como investimentos que formam repasses de recursos federais, estaduais, como disse o Bernardo. No Pró-Cultura existe a proposta dos 30%, fundo a fundo, o que é muito importante para os Municípios do interior, apesar de ainda serem pouquíssimos. Mas essa foi uma demanda importante. É a destinação de percentuais mínimos dos orçamentos para o interior.

Outra questão é a necessidade de ampliar os espaços de participação, os conselhos e os fóruns como forma democrática de ouvidoria pública.

Quero fazer um parêntese porque trabalho na ONG Favela em Belo Horizonte e quando falamos em descentralização da cultura não estamos falando apenas dos Municípios do interior. Há necessidade de descentralizar ações e recursos junto às populações e comunidades que não têm acesso a eles. Estou falando de vilas, de favelas, de populações quilombolas, enfim, dos diversos grupos e Municípios do interior que não têm acesso facilitado aos recursos tradicionalmente disponíveis pela cultura. Na ONG Favela, onde trabalho, percebemos que as comunidades de baixa renda têm menos acesso às políticas públicas para cultura, haja vista que temos políticas muito importantes em Belo Horizonte que todo ano estão ameaçadas de acabar e é um projeto que atende grande parte do nosso público. Além da necessidade de descentralizar - tema sobre o qual falei bastante -, atendendo os Municípios do interior e as comunidades periféricas, outro ponto importante que trago para realçar a agenda legislativa é a urgência de implantar-se o Sistema de Informações Culturais de Minas Gerais. Essa necessidade foi apontada e reforçada nos três documentos que citei anteriormente. Todos



os três reforçam mais uma vez essa questão. Como disse o Bernardo, o Sistema de Informações Culturais é também uma das prerrogativas para a participação no Sistema Nacional de Cultura.

A falta de informações na área cultural não é prerrogativa dos Municípios pequenos. Como trabalho muito no interior, ministrando cursos, ouço muito: “Aqui não temos mapeamento cultural, não temos um levantamento dos artistas, do patrimônio”. Sempre digo que isso não é um desmerecimento, porque Belo Horizonte não tem um levantamento, um mapeamento cultural atualizado. O Estado de Minas também não possui esse mapeamento. A falta de informações é geral, ou seja, por parte de Municípios, Estados e até da União, que não possui informações atualizadas sobre a cultura.

Em Minas existe esse projeto - que, como disse, é pioneiro - de implementação do Sistema de Informações Culturais do Estado, que define regiões com perfis culturais semelhantes. Isso foi realizado por meio de um estudo baseado em consultas públicas a diversas regiões. Espera-se que seja implementado a partir deste ano, de maneira pioneira no País, porque poucos Estados conseguiram implementar o seu sistema.

Considerando essa falta de informações na área cultural, perguntamos: como estamos elaborando política pública de cultura? Em cima de quê? Quais informações estão dizendo que uma ação é mais relevante que outra? Baseados em quais informações podemos concluir que determinada ação é mais importante para ser realizada com recursos públicos, se não temos nenhum tipo de pesquisa, cadastramento, mapeamento ou banco de dados culturais? Fica, então, o medo de lidarmos com grupos que exercem pressões específicas e conseguem recursos. A democratização aos recursos e às políticas públicas fica comprometida pela falta de informações.

As políticas públicas devem ser pensadas a partir do conhecimento da realidade local, de nós, como fazedores de cultura, e daqueles que estão ao nosso lado, mas pensam de forma diferente. Isso é fundamental para o subsídio de ações. Os investimentos e as proposições devem ser fundados no conhecimento da realidade local.

Estamos falando apenas do poder público e dos legisladores, mas devemos lembrar-nos também dos investimentos privados. Como direcionar investimentos privados, se não existem informações sobre o mercado consumidor de cultura? Quais são os tipos de ações necessárias? Precisamos desse tipo de informações até mesmo para planejar eventos. Todos são prejudicados por uma falta de visão mais clara desse cenário cultural.

Na segunda conferência, no item sobre diagnóstico e mapeamento, vários grupos temáticos apontaram a mesma necessidade. Mencionei algumas propostas que surgiram. Os delegados sugeriram ações de identificação das manifestações culturais, artísticas e turísticas, vindas muitas vezes do interior. O foco do turismo e da cultura está mais reforçado pela necessidade de geração de renda, mas entendemos - como foi dito pelo André - que o turismo de Minas Gerais está baseado na origem cultural do Estado, potencializando o uso dessas informações para a geração de outras questões dentro dos Municípios. Demandar a realização de mapeamento dos grupos artísticos e culturais para fomentá-los e apoiá-los; apontar a necessidade da realização de diagnósticos das vocações locais, pois cada Município tem a sua vocação cultural, o que tem que ser identificado e apoiado, e o mapeamento e a construção de roteiros regionais culturais, não especificamente turísticos; e outras formas de atrair investimentos para as diversas regiões de Minas, Municípios menores e não tão centrais.

Também foi sugerida a implementação de um sistema de digitalização e de divulgação, na “web”, de documentos fotográficos, textuais e audiovisuais sobre as manifestações culturais do Estado, o que poderia favorecer a profissionalização, a pesquisa, a valorização da memória e a identidade de cada Município e de cada região.

Na conferência realizada nesta Casa, decidiu-se a urgência de implantar os circuitos culturais de Minas Gerais e implementar o sistema estadual de informações e indicadores culturais. Para que a democratização e a descentralização cultural - de que estamos falando há bastante tempo - sejam reais e eficazes, é preciso contribuir para o desenvolvimento humano e é fundamental garantir o conhecimento das práticas culturais das diversas populações, registrando, difundindo e valorizando suas diversidades. Esse processo começa, sim, pelas ações de mapeamento cultural, em pesquisa de campo, na rua, cara a cara. Essa realidade cultural passa por um diagnóstico apontando vocações, necessidades, carências e demandas e pela criação de instâncias de participação da sociedade civil, porque não adianta conhecer, mapear e guardar na gaveta; é preciso haver uma maior participação da sociedade. E mais: proposição de ações, atividades culturais e políticas já embasadas nessa realidade e o programa de difusão e de divulgação da riqueza e da diversidade de cada uma das regiões mineiras.

Tudo isso reforça o que disse o Bernardo: é necessário que cada Município constitua o seu sistema de indicadores culturais, o seu plano, o seu fundo. E da mesma forma para o governo do Estado, ou seja, Minas Gerais terá que fazer o seu sistema de informações culturais e o seu plano para se integrar ao Sistema Nacional de Cultura, inclusive para ter acesso às suas benesses e aos seus recursos. Muito obrigada. Espero ter contribuído de alguma forma.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos à Clarice de Assis. Convido todos a ouvirem o vídeo com sugestões de Ângela Gutierrez, Presidente do Instituto Cultural Flávio Gutierrez, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procedeu-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos agora a leitura de mais algumas contribuições recebidas pela consulta pública. Sugestão enviada por Simone, de Belo Horizonte: “Realização de testes de aptidão com crianças e adolescentes de vilas e favelas para estudarem dança e teatro em instituições como Sesi e Palácio das Artes, com transporte subsidiado”.

Sugestão enviada por Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, de Belo Horizonte: “Ampliação do Espaço de Convivência Digital, destinado a introduzir os idosos no mundo digital e redes sociais como forma de manter vínculos familiares e sociais”.

Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: “Direcionamento dos recursos advindos do Fundo Estadual de Cultura aos projetos e ações culturais voltados para a reinserção e prevenção à reincidência no uso do álcool e outras drogas”.

Sugestão enviada por Marcelo Emediato, de Belo Horizonte: “Retomada, com urgência, do Projeto de Lei nº 2.603/2008, que trata do tombamento da Feira Hippie de Belo Horizonte”.





Há ainda algumas que recebemos por “e-mail” agora, de manhã. Mensagem de Fabrícia Menezes, de Teófilo Otôni: “Há necessidade de maior divulgação da cultura surda brasileira. Embora se fale em educação inclusiva, o que se vê nas escolas estaduais, municipais e até nas universidades é um amplo descaso para com essa nova clientela. Onde as metodologias não são adaptadas à realidade dessas pessoas, tão pouco se fala sobre a cultura do povo surdo, suas lutas e conquistas”.

Mensagem de Maurício do Carmo Ferreira, de Belo Horizonte: “Sugiro a ampliação do horário de atendimento das bibliotecas públicas, incluindo os finais de semana e feriados”.

Questionamento a Clarice de Assis Libânio, enviado por “e-mail” por Antônio Carlos Pedroso de Almeida Júnior: “Bom dia, Clarice, parabéns pelo projeto ‘Favela é isso aí’. Gostaria de saber em quantas comunidades de Belo Horizonte e da região metropolitana o projeto tem atuado? Obrigado”.

A Sra. Clarice de Assis Libânio - Bom, estava até comentando com o José Márcio que o “Favela é isso aí” foi um projeto premiado pelo Ministério da Cultura, neste ano, com o primeiro lugar do Prêmio Cultura Viva. Entretanto, o apoio e o financiamento públicos andam escassos. O projeto está com poucos recursos e não está conseguindo ampliar sua ação. Atuamos em diversas regiões, em cerca de 50 comunidades, com dados novos mapeados. Em quatro ou cinco comunidades, estamos com projetos de oficinas. Então, há diversos projetos, cada um atendendo a diferentes comunidades. Estamos atendendo a cerca de 50 comunidades, apesar da falta de recursos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões, conforme seguiremos agora. Convido Pedro Valdeck Queiroz de Sá Barreto, da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais.

O Sr. Pedro Valdeck Queiroz de Sá Barreto - Bom dia a todos. Conforme mencionou o Prof. Bernardo Novais Machado, minha sugestão é a de que haja realmente, na montagem do Sistema Estadual de Cultura, o aproveitamento da experiência do Sistema Nacional de Bibliotecas. Como coordenador do Sistema Estadual de Bibliotecas e participante dessa estrutura nacional, percebo que as questões já têm caminhado bem na montagem do sistema das bibliotecas. Na montagem do Sistema Estadual de Cultura, a experiência deve ser aproveitada, assim como a produção dos dados do Sistema Estadual de Bibliotecas. Atualmente a cada dois anos é feito um cadastramento de todas as bibliotecas dos 853 Municípios. Há uma produção intensa de dados. Recentemente a Clarice esteve conosco para aproveitar a nossa experiência para a Região Metropolitana.

Ao lidar com essas questões, percebemos a falta de integração das ações. Poderíamos atuar em outros programas da Secretaria de Cultura e de outras secretarias, num processo de compartilhamento de recursos e num melhor conhecimento do que é a cultura nos 853 Municípios mineiros. Quase 60% dos Municípios têm até 10 mil habitantes. Imaginem o que é a cultura nesses Municípios. A biblioteca implantada lá muitas vezes é apenas uma sala com duas portas. Diante dessa situação, faz-se realmente necessária essa integração, para que as várias manifestações culturais desses Municípios sejam integradas. Que o artesanato, a música, a banda possam ser integradas ao único equipamento cultural existente no Município.

Essa é uma questão que realmente merece atenção. Devemos integrar tudo em torno da biblioteca, equipamento cultural que já existe em praticamente todos os 853 Municípios mineiros. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Pedro. Passo a palavra para Clarice de Assis Libânio fazer seus comentários.

A Sra. Clarice de Assis Libânio - Gostaria de fazer um comentário sobre a fala do Pedro: de fato, nesse projeto do PDDI da Região Metropolitana, propusemos como polo das ações culturais em cada Município as bibliotecas. Que as bibliotecas fossem, de fato, o local de suporte para as demais ações. Por quê? Porque é o sistema que tem mais capilaridade nos Municípios. Todos os Municípios têm, pelo menos, uma biblioteca. Existem aqueles que têm duas ou três com diferentes estruturas. Às vezes, a biblioteca é só uma portinha com poucos funcionários, mas existe em todos os Municípios e tem potencial. Obviamente, com investimentos, terá potencial para ser um centro de informações não só culturais, como também econômicas, sociais, urbanísticas e poderá subsidiar as consultas públicas da comunidade. O próprio sistema de informações que estamos propondo tem como ideia ter as bibliotecas como centro.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Cássio Muniz, do Conselho da Juventude.

O Sr. Cássio Muniz - Bom dia a todos! Meu nome é Cássio Muniz, faço parte do Conselho da Juventude. Vamos descer do palanque e subir a ladeira, o que é difícil. Falo isso porque faço um trabalho em quatro comunidades, e os meninos estão morrendo. Os que ficaram vivos estão presos. Queremos fazer um trabalho sério, mas nossas entidades têm grande dificuldade em conseguir parceria com órgãos públicos. Os órgãos públicos não querem participar. Nossa associação de bairro tem muita dificuldade de conseguir apoio do poder público. Onde está a verba para a cultura? E não adianta oferecer apenas lazer, futebol e música para os jovens. E depois? Temos que oferecer um curso técnico ou alguma coisa que vá formá-lo como profissional. Só esporte e cultura não adiantam. E, se ele não tiver habilidade para a cultura, o que vai ser quando crescer, se não tiver uma formação técnica?

Gostaria que vocês olhassem isso com carinho. Nossas associações de bairro têm dificuldade de chegar aos órgãos públicos e conseguir verbas. No papel tudo é lindo. Tomara que este fórum se faça valer. Estamos perdendo tempo aqui; temos que fazer com que ações sejam implantadas. Temos de fazer valer, de fazer o negócio acontecer. Pé no chão. A nossa comunidade - zona Leste, Centro e zona Sul de Belo Horizonte - tem dificuldade de conseguir verba. É difícil e burocrático. Todos sabem da burocracia. Precisamos de tanto papel e não conseguimos. Queria que vocês olhassem isso, porque os nossos jovens estão morrendo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cássio. Convido para fazer uso da palavra o Vereador Arnaldo Godoy.

O Vereador Arnaldo Godoy - Bom dia a todos e a todos. Primeiramente gostaria de cumprimentar os expositores pela clareza e pelas propostas apresentadas. Quero dizer ao Deputado André Quintão que o jogo-treino de sábado, que o Atlético ganhou, só serviu para o jogo de ontem. Como disse o André, o tema é amplo e o tempo é curto. Ulysses, vou me ater ao pedido para que vocês retomem a Frente Parlamentar de Cultura, sobretudo no que diz respeito às cidades históricas, que estão sendo destruídas pela mineração, como Conceição do Mato Dentro e Congonhas, uma cidade feia. O que as mineradoras têm feito ali? Estão destruindo o patrimônio histórico e ambiental, causando danos à preservação dos monumentos. André, Ulysses, Deputados que aqui estão, essas destruições são irreversíveis. É preciso retomar isso com força. Primeiro, tem de ser refeita a lei dos “royalties” da mineração, que são ridículos,



como bem disse o ex-Deputado Zé Fernando, na campanha eleitoral do ano passado. Essa lei tem de ser refeita. Parte dessa receita tem de ser direcionada à preservação das cidades históricas. Queria destacar essa questão. As outras foram tratadas com competência pelo Bernardo, José Márcio e Clarice. Isso não pode ficar como uma mancha no Estado. Minas Gerais possui 60% do patrimônio histórico material, que está sendo destruído pelas grandes mineradoras, sem nenhuma contrapartida, sem nenhuma medida de preservação. O governo do Estado continua a fazer vista grossa, a manter ouvidos e olhos fechados para o que está sendo feito nessas cidades. Ulysses, é preciso retomar, com força, a Frente Parlamentar de Cultura, especificamente no que diz respeito às cidades históricas que estão sendo detonadas pela mineração.

O Sr. Presidente - Obrigado, Arnaldo. Há mais cinco inscritos. No final da fala do próximo orador, as inscrições estarão encerradas, ficando abertas as manifestações pelo "site" da Assembleia ou por escrito à Mesa. Com a palavra, o Célio Guiga, do Instituto de Conhecimentos Tradicionais Mestre Guiga.

O Sr. Célio Guiga - Bom dia a todos e a todas. Cumprimento os componentes da Mesa. Meu nome é Célio Guiga, do Instituto dos Conhecimentos Tradicionais Mestre Guiga. Apresentei algumas sugestões por escrito. Talvez algumas coisas que direi já tenham sido ditas, mas é importante repeti-las. A palavra tem força. Quanto maior a convergência dessas ideias, dessas proposições, melhor, porque mostra a convergência da sociedade em torno de projetos comuns e importantes.

A questão da cultura envolve uma mudança de paradigma, o que também ocorre em outras áreas, talvez pela questão histórica de o nosso Estado ser muito rico, o 3º da Federação no tocante ao PIB, apesar de, em termos de renda, ocupar o 10º lugar. Há, em nosso Estado, grande facilidade para a mineração, para o agronegócio. Somos acostumados a explorar o meio ambiente e suas potencialidades e, muitas vezes, não vemos uma cultura de inovação, de investimento.

A questão que defendo, representando o Instituto de Conhecimentos Tradicionais, fez com que eu estivesse em Brasília, sendo o único representante do Estado de Minas Gerais no Conselho Nacional de Política Cultural no debate sobre a questão das culturas populares, o que me fez sentir-me, ao mesmo tempo, constrangido e honrado. Minas é um dos Estados de maior representação da diversidade brasileira. Para termos um dado, o Sr. Valdemiro, antigo Presidente da Federação dos Reinados de Minas Gerais, disse-nos que houve época em que existiram mais de 3 mil reinados registrados. Isso não ocorre em nenhum Estado do Brasil; temos 853 Municípios, o que é um grande número. Falamos só dos Reinados, fora as Folias de Reis, outras manifestações da cultura popular, outros ofícios, saberes, conhecimentos, que não se restringem às culturas populares, mas também às tradições indígenas e afro-brasileiras. Essa é a riqueza para a qual insistimos em não olhar porque, historicamente, essas manifestações foram excluídas. E essas tradições não estão somente no interior de Minas. Encontram-se, também, na Capital, pois, com o êxodo rural, várias pessoas vieram do interior e trouxeram seus conhecimentos para Belo Horizonte. Hoje existe uma diretriz nacional para a inclusão desses conhecimentos tradicionais e a valorização e reconhecimento desses mestres nos programas de educação, para incorporação de algumas de suas práticas, garantindo-lhes acesso às novas gerações. Isso é fundamental para que, daqui a 10 anos, com a avaliação do Plano Plurianual de Cultura e outros que ocorrerão, estejamos aqui discutindo o centenário de Zé Coco do Riachão, de Renato Andrade, de Mestre Guigui e de tantos outros mestres da cultura popular do nosso Estado. Assim estaremos olhando para o nosso maior patrimônio, que é nossa identidade cultural, em vez de, com todo o respeito, estarmos recebendo proposição do nosso companheiro, relativa ao centenário do Gonzaga. Quantos mestres da cultura popular existem em nosso Estado que não são conhecidos? Precisamos nos sensibilizar diante desse tema, e apresentarei proposições por escrito relativamente a esses patrimônios culturais e imateriais excluídos, essas comunidades tradicionais esquecidas. A política pública integrada merece regionalização para reconhecer os grandes representantes da cultura popular, o que temos de mais caro neste Estado. Vou apresentar, mais uma vez, a frase da Dona Lió-Kalunga Mestra, de Cavalcante, Goiás: "Esses Prefeito, eles pensa que é Prefeito, eles acha que é Prefeito, mas eles tão é longe da perfeição". É isso.

O Sr. Presidente - Ótimo. Obrigado, Célio. Aguardamos suas contribuições por escrito. Gostaria de pedir ao José Márcio que proceda às suas considerações finais.

O Sr. José Márcio Barros - Peço desculpas, mas tenho um compromisso em São Paulo agora à tarde. Como o deslocamento até o aeroporto é complicado, gostaria de agradecer-lhes o convite. Quero somente reforçar alguns tópicos. Obviamente, algumas questões são específicas, necessárias e urgentes. Quero dizer que a participação de cada um naquilo que lhe diz respeito diretamente, no seu universo específico e singular de atuação é legítima. Mas mudaremos o lugar e a participação da cultura no desenvolvimento deste Estado fazendo com que essas questões específicas se somem a várias outras. Devemos discutir o que é estruturante nas políticas públicas, porque, no meu entendimento, é esse o papel de uma assembleia legislativa. Assim, quero reforçar a ideia do lugar político da cultura. Reconhecemos a importância que a cultura adquiriu. O lugar político da cultura passa pelo exercício diário da política nesta Casa. O exercício diário da discussão da política se dá em momentos extraordinários como este fórum e tantos outros que a Secretaria de Cultura já realizou, que são fundamentais. Mas eles precisam fertilizar o dia a dia da cultura nesta Casa e nas políticas públicas.

O segundo ponto refere-se à institucionalidade. Nós, da área da cultura, já nos acostumamos historicamente a viver de projetos, de ações, de iniciativas. E não se faz e não se muda a sociedade com projetos. Projetos são meios, não são fins. As políticas têm permanência, por isso a questão da institucionalidade, que passa pelo sistema, não é um desenho; é como dar estabilidade, continuidade.

A terceira questão é o financiamento da cultura. Vocês imaginariam uma escola que só seria aberta e teria um professor em sala de aula se uma empresa patrocinasse aquele professor ou aquela aula? Vocês imaginariam um leito de hospital que só estaria aberto a alguém se houvesse uma empresa ou uma lei de incentivo que patrocinasse e colocasse nele uma placa dizendo que esse leito é patrocinado pela lei de incentivo à saúde? Mas é assim que a cultura vive hoje. E não é assim que vamos encontrar o lugar da cultura no desenvolvimento. Não vamos conseguir isso somente com mecanismos complementares de incentivo e de participação. É necessário haver verbas, orçamento. Por isso a nossa participação nos mecanismos estáveis e permanentes de decisão relativa ao dinheiro público, às prioridades públicas e à avaliação é fundamental, caso contrário, continuaremos nesse estado em que se encontra



a Fundação Clóvis Salgado. A cada ano, ela não sabe o que vai ter. São assim também as organizações não governamentais. Precisamos vencer isso.

Por fim, há a competência. Precisamos, cada vez mais e humildemente, melhorar a nossa visão e competência para trabalhar com a cultura. Se eu pudesse destacar algo ouvindo as contribuições de vocês e dos meus companheiros de Mesa, diria a esta Casa e aos Srs. Deputados que precisamos atuar nessas questões permanentes, estruturantes, sem dúvida alguma, na questão do PPAG e da revisão, que são fundamentais. Desculpem-me ter de sair minutos antes, mas tenho esse compromisso. A consulta pública continua até o dia 28, mas espero que o encontro de hoje fortaleça a participação à distância. Mais uma vez, obrigado e bom dia.

O Sr. Presidente - José Márcio Barros, muito obrigado! Convido a Sra. Aparecida Maria Martins Pereira, da Associação Comunitária Social, Cultural e Desportiva.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Bom dia a todos. Cumprimento os componentes da Mesa, os nobres Deputados, as agremiações e as federações afrobrasileiras. Represento a Escola de Samba Canto da Alvorada, de Belo Horizonte, há 33 anos, e estamos sentindo falta de um representante da Belotur. Infelizmente, não veio ninguém. Temos trabalhado muito com crianças, com adolescentes e com idosos nas rodas mineirinhas. Em vez de “rodar a baiana” e ficar nervosos, colocamos as pessoas para realmente fazer bonito, dançar e cantar. Estou há 40 anos na vida comunitária e estou aqui para dar a minha contribuição à cultura milenar das escolas de samba. Estou aqui representando os meus amigos da escola de samba que não puderam vir. Um deles é o Serginho Beagá, Presidente da Academia Império do Samba da Nova Era, um artista completo, que está se preparando para que possamos fazer um belo desfile no dia 8 de março e mostrar que mineiro também sabe sambar. Nasci na cidade de Guanhães e vim de lá com essa garra e com essa força para ensinar e para aprender. Agradeço o carinho de vocês e pedimos mais contribuição para as nossas escolas de samba mineiras. Mineiro também tem samba no pé. Gostaria de cantar um pedacinho de um samba-enredo - não deste ano, porque não posso - em homenagem ao Fabinho do Terreiro, cantor e compositor da nossa Escola Canto da Alvorada, que já foi 15 vezes campeã. Hoje, quem canta é o seu irmão. Obrigada. Tudo de bom. Fiquem com Deus.

O Sr. Presidente - Parabéns e obrigado. Dando sequência às nossas inscrições, convido a Sra. Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Bom dia a todos. Meu nome é Clarise Fernandes da Silva, sou representante da ONG Clarosofia Núcleo Mundial e gostaria de pedir atenção especial para garantir a validade dos projetos além do prazo estabelecido no convênio, para que sejam executados na sua totalidade com qualidade. Justificativa: devido às dificuldades na implementação do projeto, como, por exemplo, a demora na liberação dos recursos, que implica o custo. Por isso, gostaria de sugerir a liberação de verba complementar, caso haja necessidade, para garantir a execução do projeto com qualidade, considerando que os projetos comprometidos com responsabilidade social geralmente incluem custo de qualificação, geração, produção e renda. Solicito que essa proposta seja analisada com atenção.

O Sr. Presidente - Por favor, encaminhe a proposta por escrito. Obrigado. Com a palavra, Thiago, do Ibeids. É isso mesmo? Se eu estiver errado, me corrija.

O Sr. Thiago Araújo - Thiago Araújo, inscrito pela Oscip Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social.

O Sr. Presidente - De onde, Thiago?

O Sr. Thiago Araújo - De Belo Horizonte. Primeiramente, sugiro que o próximo fórum ofereça almoço, porque ficar o dia inteiro é um pouco duro para a sociedade civil que vem com recursos próprios.

Farei algumas reflexões, do “macro” ao “micro”. Minha primeira reflexão diz respeito ao alinhamento ao Sistema Nacional de Cultura. Então, a título de exemplo, o fortalecimento das redes de pontos de cultura do Estado. Também coordeno um ponto de cultura, o Art 22, no São Benedito. Ano passado foi uma luta. Tivemos de ir para a rua para conseguirmos consolidar os convênios por intermédio do governo estadual. Hoje, sem sombra de dúvida, os pontos de cultura representam um núcleo de produção autônoma de cultura local. Então, é preciso promover esse alinhamento com o sistema nacional.

Como articulador da Rede Brasileira de Teatro de Rua, porque por profissão sou palhaço, com muito orgulho, venho trazer para vocês também a Campanha de Popularização e Estímulo ao Teatro de Rua. A Rede Brasileira de Teatro de Rua tem discutido e fundamentado propostas de lei que garantem a continuidade e o estímulo dos grupos que têm atuação cênica na rua, porque a atuação cênica acaba tendo o papel crucial de coesão e de sensibilização, de formação cidadã. Então, temos discutido, em nível nacional, um programa, uma lei de fomento ao teatro de rua. Sugiro que a Casa também pense algo parecido. Entendo também que para a Região Metropolitana de Belo Horizonte urge a construção de uma identidade, porque esse processo de conurbação da cidade vai tomando a vida das pessoas, como operários, como trabalhadores de um sistema econômico produtivo desenfreado, e elas vão perdendo o próprio sentido de que estão naquele local. Então, é preciso fomentar ações que estejam ligadas à construção dessa identidade metropolitana, principalmente porque acabamos nos deparando com situações tão contraditórias e tão violentas que o povo da periferia sabe muito bem identificar.

Moro no São Benedito, onde temos a gíria do 22. Sabe o que é 22? É doido, é maluco, é a pessoa exposta à contradição de maneira muito violenta. Aí já trago a experiência desse microcosmo do São Benedito, um dos maiores conglomerados da América Latina, que hoje tem uma benfeitoria maravilhosa, que é a Cidade Administrativa. Quem tem olhares mais argutos verá que a boca de fumo dá para ser vista da janela da Cidade Administrativa. Os meninos, os “aviões” do tráfico visualizam todos os dias aquele edifício todo de vidro, que reflete a paisagem. Então, essa contradição no São Benedito tem tocado muito a gente, porque temos um trabalho cultural na comunidade, e a Cidade Administrativa chegou e não preparou essa comunidade. Então, é um alerta, na verdade, porque aquilo vai virar um barril de pólvora. Já é um caldeirão. Aí, a contradição pode se acirrar, e tenho medo do que pode acontecer.

Trabalho como assessor em fortalecimento institucional de comunidades tradicionais e tenho viajado por muitas comunidades do Estado. Tenho observado que elas só vão entender e reconhecer o valor do conhecimento, do saber popular que detêm quando compreenderem que elas também são soberanas sobre seu território. Temos observado que questões como mineração e implantação de



indústrias são importantes para o desenvolvimento econômico do Estado, mas, se a comunidade tradicional não reconhece sua soberania e seu papel nesse processo de industrialização, não sei se alguma ação, especificamente cultural, faz sentido.

Faço uma crítica ao fórum que foi aberto sobre o tema “Desenvolvimento econômico e inovação”, pois poucas pessoas da sociedade civil estiveram aqui, e o discurso “industrial” foi muito chocante. Foi chocante como a questão ambiental foi abordada pelo Olavo, se não me engano, dizendo que as leis ambientais estavam muito restritivas ao desenvolvimento econômico do Estado. Essa transversalidade entre os temas deve ser mais bem explorada. Se o pessoal da cultura, como o José Márcio, tivesse a oportunidade de discutir com a Fiemg o tema “Desenvolvimento econômico e inovação” ou o Bernardo, que desenvolveu uma pesquisa linda sobre criatividade, poderíamos avançar um pouco mais na noção do que é política pública, do que é “participatividade”. Muito obrigado e boa tarde.

O Sr. Presidente - Obrigado, Thiago, pelas contribuições. Eu me arriscaria a dizer que tudo isso é “muito 22”. Convido Cíntia Camargo para fazer suas considerações.

A Sra. Cíntia Camargo - Bom dia a todos. Meu nome é Cíntia Camargo. Estou morrendo de frio, quase congelada, não trouxe meu paletó. Ontem, estive aqui na discussão sobre meio ambiente e solicito que diminuam o ar um pouco ou aumentem o calor um pouco aqui dentro.

Vou expor meu tema, mas o José Márcio e a Clarice também já falaram sobre ele, que é muito importante: devemos discutir nesta Casa os pilares da cultura. Não posso e não podemos nos esquecer da formação não só de gestores, mas também de público. Já possuímos vários equipamentos para isso. A Clarice citou os equipamentos que estão meio “elefantes brancos”. Gosto dessa itinerância, mas não temos público. Outro dia, estive em uma amostra no 104, e eu era a única pessoa que a estava assistindo. Essa formação de público deve fazer parte dos projetos. A Secretaria Municipal de Cultura de Londrina, no Paraná, elabora projetos que trazem os dizeres: “Eu também estou fazendo formação de público”. Sei que é difícil uma pessoa que mora em uma comunidade mais distante vir ao parque municipal ou a algum outro lugar, porque tem de pagar passagem de ônibus. Ela enfrenta várias dificuldades. Mas há também a dificuldade de conhecer o que existe em termos de cultura. Até nós, que participamos desta discussão, não sabemos direito que momento é este, onde podemos entrar ou não.

Insisto na questão da formação de público. Se não sabemos o que temos ou mesmo o que é cultura, por exemplo, achamos que essa discussão deve estar inserida em nossa formação. Ontem, estávamos na discussão de educação, e a cultura deve estar presente a partir da nossa formação infantil. Não podemos perder o que foi dito pelo José Márcio ou pela Clarice: que a Assembleia sabe qual é o seu papel e tem de se guiar por esses pilares. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigada, Cíntia. Vamos para a última inscrição. Convido todos para permanecerem no Plenário para as considerações finais e a partilha da Fernanda Medeiros, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Cultura, que fará suas considerações em seguida. Convido Liliane Arouca do Carmo, do Instituto Brasileiro de Educação, Integração e Desenvolvimento Social.

A Sra. Liliane Arouca - Bom dia, Mesa! Bom dia a todos que ainda se encontram aqui. Bom dia, Sra. Eliane! Não sei se se recorda de mim, da Fundação Clóvis Salgado. Bom dia, Sr. Bernardo e Clarice! Gostaria também de questionar a Mesa sobre o próximo fórum. É uma sugestão apenas: que seja feita a abertura com temas, por exemplo, de educação e de cultura, coisas importantíssimas em nosso país. O que é fazer cultura no Brasil? Nossa cultura, hoje, infelizmente, passa pela mídia. O brasileiro tem apenas como cultura os horários das 18, 19 e 20 horas, quando vê uma novela. Não sabemos definir o que é isso neste país. Nossas crianças estão sendo formadas em frente à cultura da internet e da televisão. Para mim, como mãe, é muito triste, apesar de meus filhos já estarem adultos, estudando e trabalhando. Gostaria de defender meu amigo do teatro de rua e lhe dizer que estou aqui também para defender o item 22 desta discussão, porque sou Conselheira Fiscal da Associação dos Lares de Serviço de Saúde Mental de Minas Gerais.

Gostaria de pedir à Sra. Eliane a oportunidade do pagamento de meia entrada nos eventos da Fundação Clóvis Salgado para deficientes físicos, auditivos, visuais. É muito importante que, principalmente por meio da grande mídia global, possamos expandir mais a definição de cultura.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Fernanda Medeiros Azevedo Machado, para suas considerações finais.

A Sra. Fernanda Medeiros Azevedo Machado - Queria complementar algumas coisas, mas, na verdade, a Eliane já falou muito no vídeo. Quero parabenizar a todos que estão envolvidos na realização deste fórum.

No segundo momento, quero ressaltar que estamos vivendo uma fase de planejamento, de definição da gestão cultural na Secretaria de Cultura, bem como o alinhamento dos nossos indicadores e metas junto ao PPAG.

Quero deixar um recado ao Bernardo, porque a Eliane tem como objetivo andar alinhada com o Sistema Nacional de Cultura. No Estado de Minas já estamos de posse de tudo o que o Ministério está subsidiando. Estamos tentando trabalhar em parceria e alinhados.

O outro ponto é que na Secretaria valorizamos muito esses espaços democráticos, essas reflexões que têm a participação da sociedade civil, das conferências estaduais. Nosso trabalho ali estará sempre pautado por essa questão da abertura, da transparência e do diálogo, seja com outras entidades públicas, seja com a sociedade civil principalmente. Hoje o Governador do Estado tem uma forma de trabalho que é divulgada muito pela Eliane, que é a transversalidade, quer dizer, dentro do governo do Estado não estamos mais divididos em Secretarias, somos uma grande equipe. Por meio dessa linha de trabalho, queremos fortalecer a cultura mineira deixando bem claro que o trabalho dos próximos quatro anos tem isso como objetivo principal. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Fernanda Medeiros. Agradecemos também à Secretaria de Cultura. Com a palavra, para suas considerações, o Sr. Bernardo Novais da Mata Machado.

O Sr. Bernardo Novais da Mata Machado - Gostaria de cumprimentar novamente todos vocês. Pudemos perceber pelas intervenções deste Plenário o universo complexo em que estamos imersos quando tratamos de cultura. Tivemos aqui expressões diversas da área de teatro, de música, de bibliotecas, de leitura, de patrimônio material, de patrimônio imaterial, de comunidades tradicionais, que envolvem uma gama e uma enorme diversidade, de culturas populares, que também envolvem uma gama enorme de manifestações, formação de gestores, de públicos. Esse assunto da transversalidade da cultura ainda é mais complexo, pois fala da necessidade de





dialogar com vários outros setores como saúde, educação, comunicação, meio ambiente, quando tratamos de cultura. Em suma, estou dizendo tudo isso porque, ao perceber essa imensa complexidade, imagino que um dos caminhos que temos para dar conta de tamanho universo de questões seja, de fato, o fortalecimento institucional das políticas culturais. Essa é a mensagem que, na condição de Coordenador-Geral de Relações Federativas e Sociedade do Ministério da Cultura, gostaria de deixar. A institucionalização das políticas culturais é um caminho para o seu fortalecimento, até para que a política cultural tenha o financiamento correspondente a sua complexidade. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Sr. Bernardo Novais da Mata Machado. Com a palavra, a Sra. Clarice de Assis Libânio, para suas considerações finais.

A Sra. Clarice de Assis Libânio - Responderei a uma pergunta que recebi pelo "e-mail" e, depois, farei duas considerações. A pergunta é do Valtinho Moura, de Belo Horizonte: "O Projeto Favela é Isso Aí tem como foco cidadãos de baixa renda. Por que não a inclusão no projeto de pessoas de classe média? Atenciosamente, Valtinho".

Valtinho, nós, que trabalhamos com recursos públicos, devemos tentar atingir aquela parcela que está mais desfavorecida, vamos dizer assim. Então, desde quando formamos o Favela é Isso Aí, o nosso foco era atender uma população de artistas e produtores de arte e cultura que não tinha acesso ao mercado cultural tradicional. Por isso, houve esse foco nas favelas e nos seus cidadãos.

Quero fazer um comentário - e a companheira foi embora - sobre a questão de formação de público. Para trabalharmos formação de público, devemos ter permanência e periodicidade. Não tem como fazer eventos pontuais e esporádicos e querer que isso forme público. Cito um exemplo: no ano passado, participei da pesquisa de avaliação do FIT, durante a sua realização. Foi uma pesquisa de público que apontou que 46% das pessoas que assistiram às peças o fizeram pela primeira vez. Quer dizer, isso é formação de público, 46% eram de pessoas que jamais tinham participado ou assistido aos eventos de teatro ou mesmo do próprio FIT. Então, penso que, sem permanência das ações, sem continuação e sem durabilidade, não conseguimos formar público. Ou seja, não conseguimos formar público só com questões esporádicas.

Para finalizar, o Marcelo, da Prefeitura de Contagem - ele também foi embora - pediu que eu dissesse em quais "links" conseguiria os documentos que citei na minha fala. Infelizmente, só o da Segunda Conferência está disponível no "site" da Assembleia. Para quem quiser acessá-lo, está lá um PDF. Sobre os outros dois, o Plano da Região Metropolitana ainda não foi disponibilizado ao público, pois aguarda a aprovação do novo governo, já que foi elaborado na gestão passada. Contudo, no "site" [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br), há todos os diagnósticos e documentos anteriores a essa versão final. O documento Sistema de Informações Culturais ainda não foi disponibilizado pela secretaria para consulta pública, mas imagino que daqui a pouco vamos conseguir consultá-lo. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Clarice. Informamos aos participantes que as sugestões recebidas durante as discussões temáticas serão agrupadas em um documento junto com as participações encaminhadas por meio do "link" Consulta Pública, as colaborações dos especialistas e dos parlamentares da Legislatura anterior. Esse documento será entregue à Mesa da Assembleia Legislativa ao final do fórum democrático, a fim de subsidiar a construção da agenda da Casa para os próximos anos.

Eu, particularmente, manifesto minha satisfação em poder coordenar esta Mesa, com toda essa diversidade, sobretudo pela qualidade e pela forma como tanto os expositores quanto os participantes se conduziram. Espero que, de fato, não só o nosso mandato, mas também toda a Casa aproveite, o máximo possível, os questionamentos e sugestões apresentados, a fim de que façamos do Parlamento mineiro aquele que a população mineira realmente deseja.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/2/2011

#### Presidência do Deputado João Leite

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presenças - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Sra. Geórgia Ribeiro Rocha - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Maurício Campos Júnior - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Joaquim José Miranda Júnior - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Rodrigo Pimentel - Apresentação de sugestões.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Geórgia Ribeiro Rocha, Superintendente de Integração do Sistema de Defesa Social da Secretaria de Estado de Defesa Social; e Andrea Abritta Garzon Tonet, Defensora Pública-Geral do Estado; e os Exmos. Srs. Joaquim José Miranda Júnior, Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais do Ministério Público de Minas Gerais; Maurício Campos Júnior, ex-Secretário de Estado de Defesa Social; e Rodrigo Pimentel, autor de "Elite da Tropa", ex-Capitão do Bope-Rio e comentarista da Rede Globo.



### Registro de presenças

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. Paulo Alkimim, nosso Ouvidor de Polícia; Cel. Eduardo, ex-Chefe do Gabinete Militar do Governador, cuja folha de serviços prestados ao nosso Estado é extensa; da Exma. Sra. Marlene, Ouvidora do Sistema Penitenciário; dos Exmos. Srs. Comte. Ernane, Presidente do Consep da Região Oeste, grande batalhador pela defesa social; e Cel. Odilon, responsável pela nossa Escola de Formação e Aperfeiçoamento do Sistema Prisional e Socioeducativo; da Guarda Municipal de Uberaba; do Exmo. Sr. Jorge Luiz Lopes de Oliveira, Secretário Municipal de Defesa Social e Comandante da Guarda Municipal de Barbacena; da Exma. Sra. Gláucia Maria da Cunha, Coordenadora Adjunta do Consep Acisp 4 de Belo Horizonte; do Exmo. Sr. Geraldo Magela Alvernaz Alvim, da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos da Prefeitura de Nova Lima e membro do Espasso Conseg; das Exmas. Sras. Mara Magna Mendonça Morais, Presidente do Consep e do Conselho Penal Comunitário de Itapagipe - Copeco -; Lúcia Helena Araújo, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, da coordenação do Projeja-FIC na Penitenciária de Uberaba, da Comissão de Direitos Humanos de Uberaba e do Movimento Nacional de Direitos Humanos; e Luciana Nobre, Corregedora da Defesa Social; e do Exmo. Sr. Sgt. José de Arimateia Ferreira de Castro, Diretor de Relações Institucionais do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

### Palavras do Sr. Presidente

Boa tarde. Em nome da Assembleia e dos meus colegas Deputados aqui presentes, Deputados Adelmo Carneiro Leão, Durval Ângelo, Pompílio Canavez, Rômulo Viegas, Maria Tereza Lara, Gustavo Corrêa, Marques Abreu e Cássio Soares, agradeço a presença de todos e a contribuição permanente de todos da sociedade, das instituições aqui representadas ao trabalho da Assembleia Legislativa, especialmente nesta área de defesa social. Tivemos a prova disso especialmente no trabalho que a Assembleia realizou, visitando as 18 Regiões Integradas de Segurança Pública - Risps - e realizando o fórum sobre drogas e criminalidade no final do ano passado, que resultou numa publicação da Assembleia Legislativa. Registramos, também, aqui a presença da comissão de representação daquele fórum. Está aqui a Sandra e vários outros componentes da comissão de representação do fórum, os quais deram grande contribuição para toda a discussão dessa temática da defesa social na Assembleia Legislativa. Continuamos esse trabalho.

A presença de todos a este debate nos dará oportunidade para fazermos um planejamento a longo prazo buscando servir a população de Minas Gerais e promover efetivamente a defesa da sociedade. Agradeço também a presença dos expositores. Os telespectadores da TV Assembleia poderão participar deste debate.

### Palavras da Sra. Geórgia Ribeiro Rocha

Boa tarde a todos. Inicialmente gostaria de cumprimentar os integrantes desta Mesa: Deputado João Leite; Maurício Campos, nosso querido ex-Secretário, com quem tivemos o prazer de trabalhar durante um bom tempo dessa desafiadora política de defesa; Dra. Andréa Tonet, nossa Defensora Pública-Geral; e Dr. Joaquim Miranda, nosso Promotor de Justiça e sempre parceiro do sistema de defesa. Gostaria também de cumprimentar a todos os Deputados presentes, mas me permitam cumprimentar o Deputado Cássio Soares, também nosso colega de defesa, por cujo intermédio estendo os cumprimentos aos demais parlamentares, além das instituições presentes, as organizações aqui representadas e aqueles cidadãos que pensam e labutam no campo da segurança pública e da defesa social. É sempre muito bom vermos representados e participantes atores com que discutimos, trabalhamos e desenvolvemos nossas ações no dia a dia. São tantos que é difícil enumerá-los. Gostaria que os senhores se sentissem cumprimentados no dia de hoje por esse esforço, por essa grande mobilização tão evidente em prol daquilo que toca, de maneira direta, a vida de cada um de nós: a nossa segurança.

Assim, nesse sentido, gostaria de fazer uso da palavra. Muitas vezes viemos aqui defender nossas políticas e nossas estratégias. Ao longo das audiências públicas, em que a Comissão de Segurança Pública desta Casa visitou todas as Risps, tivemos oportunidades de discutir sobre o fenômeno da criminalidade e sobre o que está acontecendo no Estado, algo tão exitoso no sentido da reversão da tendência de aumento dos crimes violentos que Minas Gerais vem observando a partir de 2004, quando se iniciou o mandato do ex-Governador Aécio, agora sucedido de forma tão brilhante pelo Governador Anastasia. Ao longo desse trabalho, visitando todas as regiões, pudemos ver resultados efetivos das estratégias de enfrentamento à criminalidade, redução dos nossos indicadores de crimes, o trabalho e o esforço integrado do sistema de defesa social: Polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros, Defensoria Pública, além da parceria com o Ministério Público, o Poder Judiciário, os Executivos municipais e a sociedade.

Isso é fruto de uma política que vem sendo construída desde 2003, com uma característica que é a marca do seu sucesso: a contribuição de vários atores e segmentos. Ao considerarmos a Secretaria, só de observarmos o perfil dos nossos Secretários, que são representantes de segmentos tão diversos e de conhecimentos tão preciosos a serviço desse tema importante para a vida de cada um de nós, podemos comprovar isso. Na verdade, são pessoas brilhantes que estiveram dedicando o seu tempo e dando a sua contribuição a essa construção.

A política de defesa hoje tem o seu desenho bastante claro, em termos de linha de trabalho, que é baseada na integração de esforços. Esse é o pilar de todos esses atores - aliás, não só das Polícias Militar e Civil, que são o seu centro, mas também de uma série de uma grande rede do poder público, rede de defesa e justiça criminal, assim como uma rede sustentada na mobilização da sociedade. Então, temos aí clareza de ações em termos de integração, de prevenção social à criminalidade e de administração mais estruturada do nosso sistema prisional e socioeducativo, agora incorporando a pasta de Defesa à Subsecretaria Antidrogas, à política sobre drogas.

Portanto são inúmeras ações. De fato, não tenho a intenção de discorrer sobre cada uma delas, mas de pensar neste tema proposto pela Assembleia: "Qual é o nosso desafio para o ano de 2011 ou mesmo para o futuro?". Até há pouco, numa conversa anterior, fazíamos a composição desta Mesa. Queria usar este espaço para fazer uma reflexão. Somos poder público e atuamos no seio da nossa família, no meio social em nossas relações e no meio econômico. Ainda temos um grande desafio: cada um de nós, como cidadãos, ou cada segmento da sociedade, assim como a imprensa precisamos contribuir para esse processo de segurança. A partir de 2003, adotamos uma lógica que é pautada na ideia de uma segurança cidadã, que se faz a partir da responsabilidade de todos. No entanto, ainda temos uma visão muito tradicional de que cabe a todos observarmos as nossas demandas de segurança e imaginarmos que as



soluções advirão, essencialmente, do trabalho policial. Como se fosse possível permanecer um policial, de sentinela, na porta da casa de cada um de nós. Se fosse dessa maneira, ou seja, se pudéssemos contar com esse recurso de alguém vigiando e protegendo cada um de nós, seria muito bom, mas as coisas não são assim.

É preciso construirmos uma cultura de segurança cidadã, baseada em novas formas de convivência, formas mais pacíficas de nos relacionarmos e de respeito às regras de conduta, em todos os nossos ambientes, assim como no trânsito. Como agimos hoje no trânsito? Imaginamos que ocorrem fatos que são justificativas, às vezes, para nos desentendemos com o outro. Será que isso tem a ver com a construção de uma cultura de paz e de segurança? Será que cada um de nós não tem uma responsabilidade? Não digo isso para eximir o poder público dessa questão. Na verdade, o poder público hoje - polícia e todo esse aparato de forças tradicionais de segurança - tem refletido muito sobre a sua forma de agir, assim como sobre inovações na forma de solucionar os problemas de segurança, em modelos novos e mais inteligentes de policiamento e em novas técnicas. Esse é um desafio que vivenciamos no âmbito do poder público.

Mas será que isso é suficiente? Será que não precisamos debater soluções para problemas de segurança e modos de vida e sobre como tratamos problemas que estão à nossa volta e que nós mesmos criamos? Citarei o exemplo do “crack”, fenômeno que tem nos preocupado no âmbito da segurança pública. Isso é algo que merece, de fato, a nossa atenção. Estamos reformulando as nossas estratégias para lidarmos com essa questão por meio do enfrentamento ao tráfico e da proteção social àquele que está envolvido com a dinâmica do tráfico e, sobretudo, com o uso da droga, que sofre de dependência química.

Mas pergunto: será que as estratégias de policiamento, tão somente, vão responder a esse problema? Será que elas são suficientes para responder a isso? Não são. Se não começarmos a criar uma grande rede de interação e de proteção, como família, escola, polícia, rede social, empresários, imprensa, aliás falávamos sobre isso aqui, o Dr. Joaquim Miranda muito bem apresentou essa questão. Então, é o momento de pensarmos qual a contribuição que temos dado à segurança pública? Qual é a nossa contribuição, qual é o nosso papel? Dentro daquilo que é o meio de inserção da nossa vida, o que temos a ver com isso?

Creio que o fato de hoje vermos a segurança sendo tratada talvez como a principal demanda social, como o principal anseio - como apresentado em todas as pesquisas - indica-nos que é chegado o momento de incorporarmos isso como responsabilidade comum não só da sociedade e do poder público, mas de todos. Todos nós podemos construir isso. Imagino que isso é algo que precisamos desenvolver, a que precisamos nos dedicar mais enquanto esta Casa propiciar este espaço e chamar segmentos que perguntem e questionem qual a contribuição desse segmento numa produção da segurança; de uma vida mais pautada pela paz do que pela violência, pela solução pacífica dos conflitos, num grande pacto pela paz e pela vida. O que nós podemos fazer por isso? Creio que se trata de uma ação mais construtiva para começarmos a dar força, voz e imagem a referências positivas, à nossa capacidade de nos mobilizarmos em prol de algo positivo, de quanto temos dado em termos de visão, lugar e importância àquilo que é a violência, àquilo que é destrutivo.

Isso existe, não podemos fechar os olhos, mas o que será necessário fazer para conter essa violência? Dar vazão a ela? Reproduzi-la a todo momento? Dar visibilidade? Ou fazer o contrário: neutralizar essa cultura de violência dando valor e importância às ações de paz que, com certeza, temos condições de construir?

São estas as minhas palavras. Creio que precisamos de mobilizar-nos de forma intensa em prol dessa temática, mas de outra maneira, com outra abordagem. Não quis usar este espaço para apenas reproduzir aquilo que já foi apresentado em outra oportunidade, que são nossas ações e estratégias. Podem estar certos de que todas as áreas de defesa, quer sejam as da integração - envolvendo as polícias, o Corpo de Bombeiros -, quer sejam a proteção social, o sistema socioeducativo, todos hoje trabalham com essa concepção. Estão imbuídos do propósito de estabelecer com a sociedade essa relação de construção de algo maior, esperando ansiosamente que a sociedade exerça esse papel, que cada segmento encontre seu espaço, seu lugar de contribuição, para continuarmos construindo essa política tão bonita, da qual temos tanto orgulho. Digo assim porque isso não é fruto de uma construção pessoal, mas, sim, do esforço de uma série de atores. E aqui eu gostaria de mais uma vez manifestar o quanto nossos Secretários - acadêmicos, como é o caso de alguns gestores que já tivemos, encontra-se aqui o nosso querido Dr. Maurício Campos - contribuíram com isso, e agora a contribuição do nosso Deputado Lafayette de Andrada, desta Casa, cada um com seu perfil, ora de acadêmico, ora de alguém com bastante inteligência e persuasão para fazer a liderança do sistema avançar, ora de um grande articulador político.

Isso significa que o desafio é muito grande, por isso temos pessoas com esse perfil à frente dessa Pasta. É preciso continuarmos a somar forças para vencermos e construir essa tão sonhada cultura de paz e essa visão de segurança cidadã. Muito obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Geórgia.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Passaremos agora à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “Defesa Social”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Esclarecemos que, entre um expositor e outro, abriremos espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas via consulta pública, pelo formulário do “Participe Agora” e pelo 0800. A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário.

Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o “link” do Fórum Democrático e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 0800-7092564.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via de consulta pública. Sugestão enviada por Haliston Manoel de Almeida, de Belo Horizonte: qualificação das políticas de segurança pública, com especial atenção para mudanças



que tragam maior rigidez à legislação penal. Sugestão enviada por Eduardo de Nazaré Silva, de Jenipapo de Minas: promoção de mudanças radicais na área de defesa social em Minas Gerais, com qualificação de ações preventivas, trabalho com crianças e jovens, principalmente com os programas que a PMMG oferece - Proerd e JCC -, modernização dos armamentos, equipamentos policiais e viaturas policiais e valorização dos profissionais de segurança pública por meio da oferta de salários condizentes com a realidade social; aumento do número de cadeias e centros de ressocialização dos condenados e mudanças no âmbito nacional na lei penal, prevendo que crimes graves tenham penas graves e crimes leves, penas alternativas, mas que sejam efetivamente cumpridas. Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: desenvolvimento de mecanismos de articulação intersetorial das políticas sociais, como as de educação, assistência e inclusão social, saúde, esporte, cultura, inclusão produtiva, juventude e apoio às famílias, com as políticas de segurança pública, propiciando uma atuação preventiva mais integrada com vistas à superação do ciclo da pobreza e à defesa das famílias expostas a situações de vulnerabilidade social.

Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do Sr. Cloves Benevides, Subsecretário de Políticas Antidrogas da Secretaria de Estado de Esporte e Juventude, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Palavras do Sr. Maurício Campos Júnior

Boa tarde a todos. Cumprimento os integrantes desta Mesa, meu prezado amigo Deputado João Leite, que a preside; os companheiros que revejo nesta tarde, como o Dr. Joaquim, a Dra. Geórgia e a Dra. Andréa Tonet. Cumprimento, ainda, todos os integrantes desta Casa e peço licença para fazer uma saudação especial ao Deputado Cássio Soares pela simples razão de estar aqui hoje, presenciando a concretização de um projeto importante que, creio eu, ganhou fôlego e força por ocasião de sua passagem na Defesa Social, quando mostrou a sua capacidade, de fato, de contribuir. Hoje o Deputado Cássio Soares se transporta ao campo do Legislativo.

Portanto, Sr. Presidente e demais Deputados, peço licença para fazer essa saudação especial a alguém que, ao longo dos três anos e dois meses em que estive à frente da defesa social, muito apoiou tudo o que pensei em fazer. Também faço uma saudação especial à Dra. Geórgia pela condição de Subsecretária da nova equipe de defesa social, fruto da evolução que tem experimentado nos últimos anos. Por exemplo: em 2003 desapareceu o formato conhecido como Secretaria de Justiça e Secretaria de Segurança Pública, dando origem ao novo modelo. Além disso, houve a integração como superintendência, que assume um papel essencial dentro do Sistema de Defesa Social. Depois, já em 2007, passa pela criação de subsecretarias e superintendências. Agora, finalmente, temos um modelo de defesa social evoluído, em que a Subsecretaria de Políticas Antidrogas integra a Secretaria de Defesa Social, em que a subsecretaria de qualidade compreende a forma de atuação do sistema, inclusive com metodologia Igesp. Enfim, percebo uma grande evolução no Sistema de Defesa Social a partir de 2011.

Cumprimento a Dra. Geórgia por tudo o que tem feito, além de também se destacar, ao longo dos últimos anos, em muitos dos aspectos em que Minas Gerais tem avançado. A Dra. Geórgia bem sabe disso. Penso que a nossa convivência, nesses últimos três anos, é verdadeiramente a marca e a característica da defesa social. Afinal, ninguém passa pela defesa social sem se envolver muito intimamente com a causa; ninguém passa friamente pela defesa social. Se eu fosse descrever aqui os debates, as discussões que eu e a Dra. Geórgia realizamos na Secretaria de Defesa Social, buscando acertar! Tenho certeza de que nenhum dos senhores seria capaz de imaginar como vibrávamos com aquilo tudo.

Bem, dito isso, gostaria de agradecer o convite que me foi formulado. Nos próximos dias - creio que no dia 23 de fevereiro -, fará um ano que deixei a defesa social, na condição de secretaria. Deixei-a, de fato, ou seja, desde então me afastei completamente do Sistema de Defesa Social, talvez até assumindo uma postura característica da Polícia Militar em relação à sua própria estrutura, quando seus Comandantes deixam a Corporação para permitir, de algum modo, que os novos Comandantes ou as novas pessoas que ali se encontram emprestem a sua característica e deem a sua contribuição sem a interferência quase fantasmagórica da presença de outro em comparação. Da mesma forma como optei por me dedicar, durante três anos, à defesa social, agora também faço a opção pessoal de retornar à minha origem na advocacia e no magistério superior, acreditando que ao longo desses três anos pude oferecer alguma contribuição.

Certamente aprendi muito. No fundo, creio que a razão de estar aqui é tentar compartilhar com a Assembleia Legislativa, com os Deputados Estaduais e com a comunidade um pouco da experiência que adquiri. Isto é, tentar traduzir aqui um pouco da experiência e a minha impressão pessoal, como uma forma de lançar luzes para que esta Casa possa, nos próximos anos, produzir mais e melhor, até compreendendo, cada vez mais, a visão de cada pessoa envolvida.

Creio eu que a metodologia desta Casa é também formidável. Devo enaltecer a iniciativa, que, no início dos trabalhos legislativos, se ocupa de quase uma nova metodologia: dar diretrizes para que a Casa tenha uma produção legislativa e uma atuação mais eficientes nas várias áreas de interesse da comunidade. E, sem dúvida, segurança pública é a área que mais afeta o interesse da comunidade neste instante, porque tem ponto de contato com outras áreas também representativas do interesse da comunidade.

Dito isso, seria importante, pelo menos de minha parte, tentar traduzir um pouco o que é o modelo mineiro e o que vive, segundo minha visão, o modelo de outros Estados frente ao modelo mineiro na área de segurança pública, o que me parece ser a melhor forma de contribuição, na minha modesta visão do trabalho legislativo desta Casa, Parlamento mineiro, para o enfrentamento dos novos desafios. Destaco que, de fato, o ano de 2003 foi muito marcante no Estado de Minas Gerais. Como conteúdo programático de candidato ao governo do Estado de Minas Gerais, o Governador Aécio Neves implantou imediatamente um sistema de defesa social já ilustrado, de algum modo, pela Constituição do Estado, desde o ano de 1989, mas nunca posto em prática. Ali, no ano de 2003, ele era posto em prática. A ideia de segurança pública passa a ser muito mais abrangente do que apenas o combate à criminalidade e ganha outros contornos e atores importantes, ligada sobretudo ao campo da prevenção social contra a criminalidade e trabalho de gestão integrada. O combate já não é mais da Polícia Militar ou da Polícia Civil sozinha, da prevenção como ações sociais isoladamente, mas passa a ser uma visão sistêmica de um trabalho conjunto; e isso deu frutos. Abandonava-se, ainda que temporariamente, uma





discussão sobre unificação de polícias e trabalhava-se com a ideia de integração das polícias. A unificação se dava então não a partir da desconstrução de corporações tão antigas e tradicionais, mas pela valorização de cada uma delas. E, ao valorizá-las, permitia que atuassem cada qual na sua competência constitucional, contribuindo para o objetivo comum. Assim se deu o ano de 2003. Ainda há pouco, era indagado sobre os embates eventualmente frequentes, quando envolvem membros de corporação, como se isso traduzisse a ideia de um trabalho integrado. E eu dizia: já não funciona mais assim. Não há mais embates institucionais corporativos em Minas Gerais. Quando eventualmente há conflitos interpessoais entre Promotores e advogados, definitivamente isso não se dá entre Ministério Público e OAB, mas entre Promotor e advogado. Assim como eventualmente podem acontecer embates e conflitos interpessoais entre policiais civis e militares, que também não se transportam para o ambiente das corporações. Isso é relevante, ou seja, Minas conseguiu, de algum modo, fixar a cultura e o modelo de gestão integrada que compreende a visão sistêmica do problema e trabalha de maneira sistêmica para a solução dele. E a Defesa Social, enquanto Secretaria, exerce uma espécie de legítima liderança de coordenação, mas que se legitima a cada dia, pois ela não impõe subordinação hierárquica a quem quer que seja. É o modelo mineiro que muitos Estados não conseguem compreender, até mesmo em função disso. Não há uma subordinação hierárquica, mas há um trabalho em papel constitucionalmente reconhecido de coordenação: a autonomia das corporações e políticas próprias de valorização interna e a respeito das características de cada qual. Assim tem funcionado. Quando avançamos no ano de 2007, o modelo já havia avançado bastante em quatro anos. Mas naquele ano o desafio era interiorizá-lo de algum modo. A metodologia de gestão Igesp foi visitada e revisitada, ao longo do ano de 2007 até 2010 - pelo menos o tempo que estive na Secretaria -, por Estados da Federação os mais variados, não é mesmo, Geórgia? Não havia um só mês que ficássemos sem que uma comitiva de outro Estado da Federação viesse a Minas Gerais conhecer o modelo e assistir às reuniões. Então em 2007 houve o trabalho de interiorização. Esse papel foi importantíssimo, creio eu, com a estruturação das Risps.

Já naquele instante, ao final do segundo mandato do Governador Aécio Neves, percebia-se a participação da Comissão de Segurança Pública desta Casa, por meio de seu Presidente na ocasião, o Deputado João Leite, e de outros membros da Comissão, em regiões integradas de segurança pública em todo o Estado de Minas Gerais. Era a Assembleia Legislativa, por sua Comissão de Segurança Pública, indo a campo conhecer os diagnósticos de forma integrada. Não era só aquela visita que eventualmente a Assembleia poderia fazer - e faz legitimamente na coleta da crítica, ou mesmo na exposição dela, muito útil, diga-se de passagem, a qualquer outro parceiro envolvido no problema - mas, sim a participação da Assembleia na reunião que delibera, com comandantes, com chefes de departamentos e com outros atores. Uma ação imediatamente sentida pela comunidade. A mais concreta forma de participação da Assembleia Legislativa no enfrentamento do problema. Ao longo desse período também surgiram outras formas de participação desta Casa, muito efetivas para a defesa social. Como exemplo, cito a representação deste Parlamento, por meio de seus Deputados, em comitês, comissões e conselhos de algum modo existentes de maneira formal ou mais informalmente dentro do Executivo. Nesse aspecto, destaco o papel que tem a Comissão de Direitos Humanos no Colegiado de Integração das Corregedorias.

O Deputado Durval Ângelo, durante muito tempo, acompanhou de maneira combativa, crítica e cooperativa o enfrentamento de questões correcionais no âmbito das corporações, eventualmente até com uma participação não institucionalizada, porém presente. Da mesma forma, o Deputado Délio Malheiros no Conselho de Criminologia. Ou seja, começava-se identificar ali, e sempre presente, uma forma de participação da Assembleia que não fosse a visão crítica e descomprometida com a solução, mas, sim, a visão crítica presente junto à solução, com impactos diretos na comunidade. Isso também se deu - aqui já ilustrei a presença de Deputados Estaduais frente a esses comitês e conselhos - com o envolvimento de atores de todas as outras áreas. Os comitês foram criados para essa gestão integrada no ambiente prisional, com a participação do Ministério Público e do Poder Judiciário. Por muitas vezes a Defesa Social foi pressionada com a existência de liminares que interditavam presídios, o que não era uma solução, porque interditar não era uma solução, mas muitas vezes uma forma de pressão que tornava mais impraticável a solução do problema. Na medida em que o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, as corporações e a Assembleia Legislativa participavam da discussão, estabeleciam juntos as prioridades.

A questão era saber quais eram as piores entre as unidades e em que tempo poderíamos fazer a correção de cada uma delas. Assim, criava-se um ambiente que era o ambiente da integração, em que todos, com visão crítica independente, na mais pura forma cooperativa de participação, contribuíam para a solução do problema. Essa visão de segurança cidadã, com enfoque na participação social, será outro grande desafio. Inculcar a cultura de uma segurança cidadã no Estado de Minas Gerais, de maneira definitiva. O cidadão mineiro não há de ficar passivamente esperando a solução de problemas nessa ou naquela área, inclusive na da segurança pública. Não que ele deva avançar sobre competências que são típicas do poder público, mas apenas com formas de participação simples e de efeito impressionantemente impactante na defesa social e na segurança pública como um todo. A Geórgia lembrava a ideia de segurança pública como forma de participação popular, numa espécie de cobrança, isto é, de postura ativa de fazer valer direitos, e não de ficar alheio aos problemas. Citarei um exemplo que para mim tem sido ao longo dos anos o maior exemplo de participação cidadã da nossa comunidade. Estou-me referindo à evolução da proibição do cigarro em lugares públicos ou privados. Lembro que, no meu tempo de faculdade, há 25 anos, cerca de 70% das pessoas fumavam cigarro dentro da sala de aula, inclusive o professor. Hoje, dando aulas em uma turma de 60 alunos, nem 10% fumam cigarro, a maioria mulheres. Essa redução não se deu por imposição de pena privativa de liberdade ou por sanção grave, mas porque houve leis e uma série de sanções administrativas. No entanto mesmo estas últimas, como multas, não eram eficientes. Se olharmos para trás, lembraremos que, apesar dos avisos nos ônibus dizendo "proibido fumar", muitas pessoas fumavam dentro dos ônibus; assim como placas, em lugares públicos ou não, dizendo da proibição de fumar, inclusive indicando uma lei, também tinham pouca efetividade. A medida que os cidadãos fazem fazer o direito de obrigar o cumprimento de uma norma, as pessoas começam a se incomodar. Há uma espécie de censura social sobre a conduta daqueles indivíduos, que imediatamente respondem e reagem, agindo em conformidade com o ajuste social. Essa forma de participação cidadã nas questões do dia a dia pode se transportar, definitivamente, para o campo da segurança pública. Quem nunca esteve dentro de um ônibus, transportado por um motorista imprudente, e ficou ali, sem reagir ou dizer nada, esperando e rezando para chegar ao seu destino? Se ele tivesse, como cidadão, a iniciativa de fazer parar o ônibus, ou chamar uma autoridade, ou criticar o



motorista, e se o conjunto social que ali estivesse falasse que ninguém mais seguiria naquele ônibus com aquele motorista, imediatamente as normas passariam a ser respeitadas. Talvez o nosso Anel Rodoviário seja um dos maiores exemplos de infraestrutura lenta e burocrática do Estado como poder público e das possibilidades que a cultura cidadã no trânsito poderia emprestar desde logo. Enfim, se por um lado boa parte do desafio a ser atingido pela Assembleia está na participação de Deputados em conselhos e comitês na linha de frente, ou seja, não apenas nas comissões da Casa, discutindo com seus pares e com a comunidade, mas participando efetivamente de conselhos, colegiados, comitês e comissões no ambiente da defesa social, essa é uma contribuição muito concreta de envolvimento do problema da Casa para a solução.

Outra questão fundamental é desenvolver a cultura cidadã, que muito aliviará o processo legislativo. Precisamos, não de grande número de leis ou de leis severas, mas de leis efetivas e uma cultura cidadã que as faça valer. Isso talvez seja o ideal. Destaco um desafio fundamental que pertence a todos, à Assembleia Legislativa, à defesa social: o enfrentamento do tráfico de drogas, sobretudo do “crack”. Os impactos que o “crack” tem sobre todas as áreas da comunidade - família, educação, cultura, etc. - traz desafios que só vamos vencer se estivermos absolutamente juntos. Finalmente, destaco o que é inerente a esta Casa: o processo legislativo como atividade prioritária. Ao longo dos últimos anos, com o modelo de gestão integrada do sistema de defesa social, muito se implantou por iniciativa do Executivo, por conteúdo programático, por meio de leis delegadas ou de adaptações internas, sempre com o apoio da Casa. Mas, para que essa política seja perene e para que todos os órgãos, comissões, comitês e colegiados se desenvolvam, de fato, para futuro longínquo, e tragam grandes resultados para nossa comunidade, não se pode prescindir do trabalho legislativo que possa consolidá-los de maneira definitiva. Eis a minha contribuição. Permaneço à disposição para colaborar com o debate. Obrigado.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora a um vídeo com sugestões do Sr. Jésus Trindade Barreto Júnior, Chefe Adjunto da Polícia Civil, para a construção da agenda da Assembleia Legislativa.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos agora a leitura de mais algumas contribuições recebidas por via do Consulta Pública. Informamos que a íntegra das contribuições se encontra no “site” da Assembleia. Sugestão enviada por Anderson Correa da Silva, de Governador Valadares, e Thales Vinicius Mendes Ribeiro, de Belo Horizonte: promoção de melhorias salariais aos policiais militares e civis do Estado, com melhor adequação do projeto de integração entre os órgãos de defesa Social. Sugestão enviada por Daniel Paulo Alves da Silva, de Ribeirão das Neves: implantação nas portarias das unidades prisionais de um sistema de raios X similar ao modelo utilizado nos aeroportos europeus - como já ocorre em algumas unidades prisionais do Rio de Janeiro - como forma de agilizar a entrada de visitantes e funcionários, além de aumentar a segurança. Sugestão enviada por Marcos Antônio Osório Costa, de Montes Claros: maior qualificação e difusão de políticas sobre drogas no nosso Estado, com especial atenção à população carcerária e a um maior investimento na prevenção e no tratamento, com ênfase nas comunidades terapêuticas que historicamente desenvolvem importante trabalho com os dependentes químicos.

Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes.

O Sr. Carlos Silveira - Boa tarde. Três minutos é muito pouco, mas tentaremos falar nesse tempo. Meu nome é Carlos. Vi o senhor falando sobre advogados e sobre o Ministério Público. Fui advogado, policial militar e do Corpo de Bombeiros. Hoje sou investigador da Polícia Civil. Propus uma unificação em Mato Grosso do Sul, em 1993, para onde levei um projeto pronto. Não sei se vocês se lembram - o Deputado João Leite deve se lembrar - do Hélio Bicudo, que propunha uma unificação. O sindicato daqui, que eu representava, foi o único órgão que levou essa proposta, que foi muito bem aceita, principalmente pelos policiais militares. Começo lembrando o que Cafunga dizia: no Brasil, o errado é que é o certo. Precisamos começar a pensar nessa questão. Vou-me virar de frente para vocês. Conheço os Deputados Durval Ângelo e Carlin Moura, muitas pessoas que batalham aqui. Por exemplo, lembro a questão da Operação Satiagraha, da Polícia Federal. A elite do Brasil, que na maioria é corrupta, não quer uma polícia investigativa ou qualquer polícia democrática e cidadã - certo, Sr. Secretário? Acho que alguns políticos não querem corrupção, mas acabam sendo usados e fazendo acordos. Deputado João Leite, não estou querendo dizer que todos os políticos são assim. O que aconteceu com o Protógenes? Ele prendeu o Dantas e o Pitta, entretanto foi cassado. Tenho o maior orgulho de ser policial civil e ser de uma polícia judiciária; bato no peito por ter como coirmã a Polícia Federal. Não quero prender só o Joazinho, quero prender o Dantas também. Um passo lá, outro aqui. Lembram-se do Prefeito do PT que estava com “crack”? Ele foi encostado em uma parede - como a Sandra, ali -, e seus documentos foram expostos no capô da Polícia Militar. A imagem está arquivada, é só pedir à Globo. Ele era negro, pobre, um coitado morador de uma cidade pequena. Eles o destruíram. Quando o Protógenes, grande amigo e policial civil, prendeu o Dantas, apareceu a lei da algema. Hoje o Protógenes está cassado, até sua casa foi invadida. Isso aconteceu comigo também nas Polícias Militar e Civil. Toda hora em que eu falava em democracia e cidadania eu era perseguido.

Não quero problema, quero soluções - certo, Sr. Secretário? Estive com o senhor em algumas reuniões. Não estou aqui trazendo problema, estou trazendo solução. O que deve ser feito? É preciso dar mais condições para a Polícia Civil trabalhar, mais autonomia. Existem bons policiais honestos, estamos vendo lá no Rio que eles existem. No governo da Benedita da Silva existiam bons policiais. Vocês devem se lembrar do Elias Maluco, que matou aquele cinegrafista. Ele foi preso em pouco tempo. Basta, Srs. Secretário e Deputados, colocar na mão de bons policiais civis honestos. Hoje temos dois, os Drs. Jésus e Jairo Lellis. O Dr. Jésus fundou um sindicato comigo em 1988. Se isso acontecer e houver condições de salário, salário a nível de ensino superior, equipamentos, delegacias, trabalharemos bem. Estou vendo cadeirantes ali. Elas não entram em uma delegacia. Quando acontecem acidentes de veículos, elas não têm acesso. Nesses casos, a maioria das pessoas que vão até a delegacia chegam com problema. Por que não melhoram essa situação? Por que o Detran, por exemplo, não é todo centralizado na Gameleira? O cidadão está sofrendo, e isso vem de muito tempo, do tempo de seu pai - não é, Deputado João Leite? -, que era guarda-civil. Terminaram com a instituição que o pai do João Leite gostava e amava tanto - a Guarda Civil -, e não porque era ruim, mas porque era boa. A ditadura militar não queria a Guarda Civil, João Leite. O mesmo ocorre hoje, não querem o Protógenes, não querem a Polícia Federal e não querem a Polícia Civil.



Para que policial honesto? Para que policial investigativo civil? Já que não há esse profissional, precisam militarizar. Não estou dizendo que a PM seja ruim, às vezes sou mal-entendido. Não é que a PM seja ruim, militarizar é ruim. Temos de fazer o caminho de forma que nenhuma das duas seja humilhada, que as duas tenham condições de trabalhar em seus devidos lugares. Se sou investigador, tenho de investigar, não a PM. Quando chegamos a uma companhia, percebemos que há mais de 12 P2. A delegacia correspondente não tem 12 policiais civis, isso contando o Delegado e todos os demais. É impossível. Estou implorando para mudarem esse quadro em Minas. Eu, com o máximo respeito ao senhor, não concordo com a integração, o que está havendo é má “empregoção” da Polícia Civil e de suas atribuições. Não concordo que esteja ocorrendo a integração. Sonho com a existência da integração, doutor. Tomara Deus que agora, com os Drs. Jairo e Leandro, nós a tenhamos. Somos os investigadores. Polícia Civil investiga e faz a polícia judiciária. Concordo com o senhor sobre os embates do Ministério Público com os advogados, mas não é igual ao que a PM faz com a gente. Lá, o embate é verbal; o da PM é pau. Obrigado.

O Sr. Presidente - Carlos, obrigado. Com a palavra, a Sra. Aparecida Maria Martins Pereira, do Conselho Comunitário de Segurança Pública, Saúde e Habitação.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Boa tarde a todos. Venho falar exatamente como o Carlos, que não concordo com muitas coisas, que o Brasil continua da mesma forma. Somos todos iguais perante a lei: isso é balela. Às vezes somos desacatados por policiais que são corruptos e agressivos. Nem sempre é correta a forma como conversam com a gente. Já repeti isso por várias vezes - já o disse quando discutíamos direitos humanos e repetirei mais uma. Violência não é só tapa na cara, violência é a maneira como vêm conversar com a gente, como vêm nos abordar. Isso é violência. Nasci de pai militar, que não fez curso de direitos humanos. Por que hoje a polícia faz curso de direitos humanos e continua violenta, falando de forma agressiva? Vamos mudar esse conceito. Violência não é só agressão, por favor. A palavra mal dita, da forma que vem, nem possui o dom espiritual, o dom de Deus. Muito obrigada, João de Deus. Tudo de bom para todos.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Aparecida. Com a palavra, Sidnei Martins, da Rede Nós Amamos Neves. Nós também a amamos.

O Sr. Sidnei Martins - Boa tarde a todos e a todas. Deputado João Leite, vou me virar para o público, com licença. A TV está filmando desse lado também. Não parece que o João Leite ama muito Neves, porque, na Comissão que ele presidia, ficou amarrado, preso o pedido de uma audiência pública. Éramos contra a ida de presídio para Ribeirão das Neves. Não foi marcada essa audiência pública, que tinha sido pedida à Casa. Vamos ver se este ano ela sai. Espero que o João Leite abra o seu coração e realmente ame Neves de verdade, como está dizendo. Queria informar que ontem falamos aqui sobre o tema “Meio ambiente”. Denunciamos a forma como o governo do Estado está levando mais um complexo de presídios para Ribeirão das Neves, baixando a autoestima do povo, jogando-a lá embaixo e ferindo o meio ambiente. Hoje, quando vamos tratar de defesa social, queremos dizer que o povo de Ribeirão das Neves não quer mais presídios. Não quer por quê? Em Neves, temos quase 30% da população carcerária do Estado de Minas Gerais. São mais de 5 mil presos. A cidade é uma das mais pobres da Região Metropolitana, pobre em infraestrutura. São muitas as dificuldades, a saúde é péssima. Para terem ideia, estávamos no período de férias, e temos duas escolas estaduais interditadas, com vários problemas, e o Estado sequer pode resolver esses problemas. O movimento tem-se manifestado de forma pacífica. Fechamos a BR-040 domingo passado e estamos solicitando à Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais que convoque uma audiência pública, porque um empreendimento no valor de mais de R\$150.000.000,00, que será construído em Ribeirão das Neves, sequer teve uma audiência pública. Houve desrespeito da Feam ao dar licença prévia. Tivemos nove abstenções, um voto contrário e só seis, todos do governo, que foram a favor. Agradeço à Polícia Militar, que foi representada por um dos nove, e o Ministério Público, que pediram para baixar em diligência para conhecer o projeto. E o Estado foi intransigentemente contrário, aprovando o projeto.

Deputado João Leite, o povo de Ribeirão das Neves solicita uma audiência pública para discutirmos isso. Neves não quer mais presídio, pois já estamos dando a nossa contribuição e fazendo a nossa parte. É uma cidade que está difamada, assim como a sua população. Fazem piadinhas em nossos locais de trabalho, dizendo que soltaram-nos do presídio ou nos perguntando como conseguimos chegar ao trabalho. Estamos fazendo uma reivindicação e soltamos um documento público aqui: que nenhum novo presídio seja construído em Ribeirão das Neves; que o sistema prisional seja gerido pelo Estado - preso não é mercadoria -, pois somos contra a privatização do sistema em qualquer parte do Brasil. Construirão um presídio PPP. São três empresas - duas de São Paulo e uma do Paraná - com o total de capital de R\$6.000,00, e construirão uma empresa de mais de R\$150.000.000,00. Ou seja, pedirão dinheiro ao Estado para construir para depois o Estado ter que pagar, fazendo o preso de mercadoria. Exigimos a constituição de uma comissão de autoridades locais composta por Ministério Público, Prefeitura, OAB, entidades sociais e religiosas, para propor um projeto de qualidade de vida para a cidade e melhorias nas unidades prisionais já existentes, para integrá-las de forma mais produtiva e digna na cidade; a desativação da Penitenciária José Maria Alkimin e sua transformação em patrimônio cultural do Município; a criação do Parque Municipal, Cultural e Ambiental na Fazenda Mato Grosso. Já está sendo feita a terraplenagem na Fazenda Mato Grosso para a construção do presídio do complexo prisional. É uma área de proteção ambiental aprovada por lei municipal, assinada pelo Prefeito da nossa cidade, tudo certo. O Estado, intransigentemente, vai lá construir, não quer saber se é área de preservação ambiental, se tem nascente, se tem árvores, se representa alguma coisa para o meio ambiente da cidade. É dessa forma que estamos sendo tratados.

Nobre Deputado João Leite, gostamos muito de V. Exa., por quem temos uma certa simpatia, e já que V. Exa. diz amar Neves, pedimos para que considere, em sua Comissão - se é que V. Exa. continuará nela -, realizar uma audiência pública em nossa cidade. Até hoje não tivemos uma audiência pública como deveríamos ter, como diz a Lei nº 8.666, para discutirmos esse complexo prisional.

Fizeram três. Pedimos uma recentemente, que está parada - temos a documentação. A Comissão de Direitos Humanos realizou uma audiência pública, a de Participação Popular encaminhou também uma, que ficou parada. Muito bem lembrado pelo Deputado Durval Ângelo. Só queremos ressaltar que essa última está parada, e pedimos outra que está parada. Então pedimos que o Estado olhe para Neves de forma diferente. Na fala dos senhores e das senhoras, tudo está muito maravilhoso, mas, em Ribeirão das Neves, o índice de assassinatos de jovens é uma coisa absurda e tem aumentado muito.





Terminando, vêm aqui falar bonito, que estão resolvendo, que estão juntando a Polícia, que o sistema de Defesa Social do nosso Estado está melhorando significativamente, mas não é isso que temos observado - nós, que moramos na periferia. Muito obrigado, e que seja feita a vontade do povo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Aldir Ramos, Vereador à Câmara Municipal de Arinos.

O Vereador Aldir Ramos - Boa-tarde. Em primeiro lugar, agradeço e parabenizo o Deputado João Leite, juntamente com todas as pessoas envolvidas na realização deste fórum. Estão dando um grande passo nessa área. Verdadeiramente, sabemos que há muitas críticas, mas há necessidade de lançarmos a rede. É o que V. Exas. estão fazendo.

O grande líder norte-americano Luther King disse: "Se eu soubesse hoje que o mundo acabaria amanhã, ainda hoje eu plantaria uma árvore". Por mais que o mundo ache que as coisas não têm jeito, vocês estão acreditando na possibilidade de mudá-las, de fazer alguma coisa. Parabenizo-os por isso.

Arinos, nosso Município, cidade do Noroeste mineiro, localizada aproximadamente a 250km de Brasília, está também tornando-se um caos, passando por muitas dificuldades, embora tenhamos tido um bom trabalho realizado pelo ex-Secretário de Defesa Maurício Campos. Falar do seu brilhante trabalho no Estado não é preciso. Infelizmente, Arinos não pôde ter esses benefícios, por ser uma cidade, uma região muito pequena. Como V. Exa. um dia disse, havia Neves e outras cidades com muito mais dificuldades.

Chamo a atenção aqui, nesta tarde, para a necessidade de trabalhar nas causas, e não nas consequências. O povo não mora no Estado, as pessoas não moram no País, a residência do povo é no Município. Enquanto não nos voltarmos para ouvir as autoridades locais, os municípios, as coisas não acontecerão.

A cidade de Arinos tem cinco comarcas, numa região de cinco Municípios. Temos aproximadamente 70 mil pessoas envolvidas. As pessoas que são presas são levadas para Unai. Esses infratores estão com a sensação de impunidade, pois sabem que serão presas, mas não serão levadas para Unai, pois não há nem viaturas. As que existem são para dar atendimento ao Município. Há necessidade urgente de se construir um presídio naquela localidade. Vereadores, Prefeitos de Arinos e das cidades circunvizinhas já nos esforçamos e doamos terreno para a construção de uma cadeia pública. Já também conseguimos terreno para a construção da 2ª vara judicial de nosso Município. Estamos tendo mais de oito mil processos para atender a toda região. Já foi criada a 2ª vara, mas por falta de vontade política ainda não foi instalada. Há, assim, uma grande necessidade da execução dessas obras.

Encerrando a minha fala, parabenizo as entidades que estão aqui representadas. Há muitas entidades que fazem trabalho comunitário, tirando pessoas do vício das drogas, a quem o poder público deu as costas. Essas pessoas não têm salário. Muitos Presidentes de associações têm tirado as pessoas do mundo das drogas, levado para esses ambientes, tratando-as, suprimindo um trabalho que deveria ser do Estado.

Então, o Estado tem de olhar para todas as regiões, mas quero defender a minha região de Arinos. Temos aqui o Deputado Almir Paraca votado ali e que tem voltado o seu trabalho para aquela região. Há também os Deputados Gustavo Corrêa e Gil Pereira.

Faço aqui um pedido. A pessoa que me antecedeu disse que já não quer presídio na região dele. Estamos clamando por um. Mande, portanto, para Arinos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Sandra Mara Albuquerque Bossio, do Espasso Conseg.

A Sra. Sandra Mara Albuquerque Bossio - Boa-tarde. Falarei bem rápido, pois fiz pelo menos quatro propostas das que estão aí.

Sou integrante da Comissão de Representação do Fórum Técnico Segurança Pública, Drogas, Criminalidade e Violência. Em agosto, em 40 propostas aprovadas, priorizamos 20. Deputado, queremos a implementação dessas propostas. Entre as que estão no fórum técnico, há a reestruturação do conselho estadual de defesa social, para que se verifique a participação maior da sociedade civil, que se torne consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, além da participação da sociedade civil nos moldes do Conasp.

Pedimos também - e foi uma das propostas que foram priorizadas - a urgente implantação do programa de controle médico de saúde ocupacional para profissionais da Polícia Civil, Agentes Penitenciários e Agentes Socieducativos. Firmar convênios com as Prefeituras no que se refere à programa de saúde ocupacional para prevenção da vitimização secundária, ou seja, agressividade, alcoolismo, uso de drogas e depressão a que nossos profissionais, por motivos da própria profissão, são submetidos. Então eles precisam ser cuidados, e é dever da sociedade cuidar desses profissionais para que nossa segurança melhore. Além da melhoria das viaturas, do armamento, da modernização e do reapalheramento devemos também cuidar dos nossos profissionais. Essa foi uma das propostas priorizadas pelo fórum. Além dessa, que sejam apresentadas e implementadas propostas legislativas nesta Casa para a implementação de princípios e diretrizes aprovados pela 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em agosto de 2009.

Como acontece no Big Brother, entrem na página da Assembleia e votem à vontade nas propostas que estarão lá. Obrigada.

O Sr. Presidente - Via "site", Maurício do Carmo Ferreira manda sugestões: a extinção do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais; a unificação das Polícias Militar e Civil; as responsabilizações civil e criminal das autoridades quando não houver condições mínimas de habitabilidade e convivência nas carceragens e nos presídios; e a eleição por votação popular dos responsáveis pelas Corregedorias de polícia e justiça. Também via "site", Marcelo Armstrong da Silva, de Juiz de Fora, pede a valorização urgente dos operadores de segurança pública, pois a Polícia Civil tem o pior salário do País, o que está levando ao êxodo dos Delegados de Polícia de Minas; a implantação da integração das polícias, pois ela existe apenas entre as cúpulas das duas polícias, porém a base não se entende. Ana Torga, da Associação Mineira de Apoio a Iniciativas Voluntárias Sociais diz que, considerando-se que, tanto no Estado de Minas Gerais quanto no País de forma geral, o sistema penitenciário se encontra em situação de calamidade, o Estado deveria investir em Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - Apacs - como meio de promover a valorização humana e a recuperação do preso, possibilitando sua reinserção social valendo-se da capacitação e da profissionalização desenvolvidas pela instituição.

### Palavras do Sr. Joaquim José Miranda Júnior

Gostaria de estender a minha saudação à Sra. Geórgia, que tem trabalhado de forma brilhante e, nesta tarde, fez uma exposição bastante relevante. Além disso, cumprimento a grande amiga Dra. Andréa Tonet, nossa Defensora Pública-Geral, que tem realizado





um relevante trabalho e que agora promete ampliar seus quadros. Creio que essa Defensoria continuará realizando esse trabalho tão intenso, relevante e brilhante, como, aliás, já o tem feito, mas de maneira mais abrangente em nosso Estado. Cumprimento o Dr. Maurício Campos, amigo de longa data, a quem admiramos muito. Ele realizou um relevante trabalho na Pasta da Defesa Social do Estado e continua dando a sua contribuição, que foi, aliás, muito bem apresentada. Cumprimento, ainda, as senhoras e os senhores presentes.

Como órgão da Justiça e da sociedade, o Ministério Público está à inteira disposição do cidadão e da cidadã. Temos trabalhado para tentar contribuir de alguma maneira para a justiça social. Fomos convidados para falar aqui sobre defesa social. Queremos dizer aos Srs. Deputados que, pela nossa ótica, a iniciativa é, antes de tudo, muito bem-vinda, pois o problema da segurança hoje incomoda o cidadão. Se elaborarmos uma pesquisa popular, é possível que, entre as principais queixas, encontraremos no topo a questão da segurança. Cada um de nós sabe da insegurança e do frio que, às vezes, sentimos na barriga, quando saímos de casa de manhã ou precisamos andar pelas ruas da cidade durante a noite e temos de passar por um local um tanto suspeito. É o homem com medo do homem. Isso é algo incrível, uma realidade que nos sobressalta. Sem dúvida alguma, a segurança pública e a defesa social fazem parte hoje da nossa preocupação, do nosso dia a dia. O que poderíamos fazer para melhorar essa situação? Parece-me que, antes de tudo, é preciso considerar o viés da educação. Seria muito relevante educarmos os nossos homens e as nossas mulheres, e isso deveria começar na infância, além de incentivarmos as escolas para que haja programas de valorização da vida, de respeito ao próximo e de regras de boa convivência em seus currículos. Além disso, reforçarmos a sensação da autoridade do poder público, das leis que precisam ser cumpridas e respeitarmos o próximo que, como disse Nosso Senhor, deve ser amado como a nós mesmos.

Quanto ao nosso pessoal que trabalha diretamente na área da segurança, entendemos que é preciso haver também uma política de valorização permanente, acompanhamento e treinamento, para que, de fato, sejam qualificados e treinados a fim de desempenharem bem a sua função. É isso que esperamos. Reconhecemos as medidas e iniciativas brilhantes que têm sido tomadas e os inúmeros cursos que têm sido oferecidos, mas entendemos que a qualificação é muito necessária e deve continuar sendo uma das preocupações desta Casa Legislativa.

Por exemplo, o que se faz no mundo moderno em relação à polícia comunitária? Os países que têm uma segurança mais relevante como encaram a norma penal? Como é o programa de educação que podemos copiar para eventualmente implantarmos as experiências de sucesso que têm sido adotadas em outras localidades? Tudo isso se discute na academia e nos treinamentos. É assim que vamos melhorando o nosso dia a dia e a nossa atuação.

Os investimentos na área de informatização e de modernização das polícias nos parece também algo prioritário. Em Minas Gerais, já começamos a implantar alguns computadores nas viaturas. Como são relevantes! Parece-me que isso deve ser expandido para que cada policial tenha livre acesso à internet, a fim de pesquisar a placa de um veículo e o RG de um cidadão, ou seja, se o cidadão tem ou não mandado de prisão. Às vezes, ele precisa fazer uma manobra com o uso do telefone celular pessoal para chamar na central e pedir para fazerem uma busca.

Sabemos como isso funciona e como precisa melhorar, não é? É preciso que haja, sim, investimentos nessa área. Cremos também no incentivo do trabalho conjunto das polícias, numa integração. É claro que a área da prevenção conta também com um trabalho harmonioso; no mínimo, harmonioso. E também a contratação de maior número de agentes - com o que, creio, a Assembleia Legislativa precisa se preocupar. Conhecemos a realidade do interior do Estado e sabemos quantas cidades hoje não têm sequer um Delegado de Polícia ou um Detetive, um Investigador. Os inquéritos policiais encontram-se instaurados em comarcas vizinhas, e as coisas estão sendo levadas do jeito que se pode. Agora estamos trabalhando com meta da estratégia nacional de segurança pública sobre os inquéritos policiais em andamento tão somente na área de homicídio. No Estado, são quase 20 mil inquéritos instaurados, e não concluídos, relativos a crimes ocorridos até 31/12/2007. Por que não se conclui? Absolutamente por falta de pessoal. Então, parece-me que uma das medidas urgentes, Deputados, senhores e senhoras, seria maior contratação de pessoal. E, quanto a esse aspecto, parece que a Polícia Civil está menos favorecida, sim.

Cremos que é preciso, sim, ter os quadros regularmente supridos para que tenhamos uma atuação mais eficaz. Na área de repressão propriamente dita ou no controle, temos de manter uma permanente vigília, claro, a atenção ao que se passa. Creio que a Assembleia Legislativa, por meio de suas várias comissões, já tem feito trabalhos relevantes. Tenho acompanhado o trabalho de algumas comissões, que se têm deslocado até presídios, até focos de problemas. Esse é um papel relevante do Deputado. Creio que, quando o Deputado vai “in loco”, percebe o que se passa ali, requisita informações e adota providências, é uma contribuição muito significativa. Deve-se continuar apoiando e incentivando aquelas iniciativas que já estão provadas como bem-sucedidas, como, por exemplo, a Apac, tema ventilado há pouco: está provado que funciona bem. Então, devemos incentivar, acompanhar, fiscalizar, supervisionar e apoiar essas iniciativas. Hoje visitamos algumas penitenciárias, como fui há pouco tempo em Ipaba, próximo a Ipatinga, onde 100% dos presos trabalham em ritmo de harmonia, de ordem, de respeito, de valorização da vida e de reintegração social do homem. Essas experiências precisam ser multiplicadas com intensidade em todo o Estado.

E mais, é preciso haver incentivo, para que tenhamos unidades prisionais mais seguras, que as construções dos edifícios tragam sempre aquela estrutura necessária da oficina de trabalho, da escola, para que o cidadão não apenas cumpra sua pena, mas tenha oportunidade de melhorar ali, se quiser, de ser reintegrado efetivamente na convivência social de maneira mais produtiva, ordeira. E que o cidadão, ao sair da penitenciária, da prisão, depois de cumprir a pena, não seja simplesmente liberado, apenas dizendo-se a ele: “Pode ir embora”. Ele poderá não ter dinheiro no bolso para pagar ônibus, não saber para onde ir, porque a família está distante. Então a alternativa que se lhe mostra é praticar um pequeno assalto para começar a vida de alguma maneira. Creio que precisaríamos de apadrinhar esse cidadão e dialogar, dizer: Você quer entrar pela vida do lado certo? Nós vamos lhe dar a mão. Há possibilidade, sim, de você andar direito, ser um cidadão de respeito e seguir em frente. Essas iniciativas já existem de maneira muito modesta. Creio que a Assembleia Legislativa poderia, sim, contribuir para que, acompanhando, incentivando, aprovando leis, tivéssemos um efetivo apoio ao egresso em todo o Estado de Minas Gerais.



Antes de concluir, não poderia deixar de falar das modernas tecnologias. A questão do monitoramento eletrônico de sentenciados parece-nos uma alternativa importante para a questão da segurança pública. Sabemos que a prisão vem de épocas remotas, com amplo uso na Idade Média, e daqui a algum tempo talvez tivéssemos a oportunidade de punir um cidadão criminoso tão somente providenciando um “chip”, colocado em alguma parte do seu corpo para que, ao passar em uma área não permitida, ele tivesse uma sensação de dor ou coisa parecida.

É preciso que comecemos a investigar a tecnologia. O monitoramento eletrônico já é utilizado em 85% do mundo civilizado, com sucesso. Há tecnologias muitíssimo confiáveis para a aplicação em inúmeros casos. Portanto, faz-se necessário incentivar o uso no Estado.

A videoconferência é outra tecnologia que pode e deve ser incentivada. Todos os dias inúmeras viaturas saem das prisões e levam os presos aos fóruns para serem ouvidos, para receberem, às vezes, um benefício de progressão de regime. Isso poderia ser feito pela internet. Hoje é tão simples falar pelo Skype ou por outro meio de comunicação qualquer em que ouvimos a voz, vemos a imagem e dá para perceber as sensações. O advogado, se quiser, pode ficar junto ao preso e alguém pode acompanhar na Justiça a concessão do benefício ou a sanção que seja aplicada naquele momento.

É fundamental o fortalecimento das nossas corregedorias. Ouvi aqui as sugestões de iniciativas populares para escolha dos membros. Creio que as nossas corregedorias precisam ser reforçadas, fortalecidas e acompanhadas pelo Legislativo, para realizarem um trabalho efetivo, que mostre resultados ao cidadão, e possamos sair às ruas sabendo que voltaremos com segurança para casa. Essa ação se faz necessária para termos uma participação social mais relevante. Quando a sociedade participar, como disse a Dra. Geórgia, dessa cultura cidadã de segurança, cada um poderá fazer a sua parte, com segurança, ter uma conduta exemplar e uma imprensa que, em vez de ser sensacionalista, de promover os escândalos, valorizará as boas práticas. Os atos indevidos identificados podem ser divulgados? Podem, sim, mas devidamente investigados, sem sensacionalismo, sem querer crucificar nem ver o circo pegar fogo, como às vezes há a sensação. Vemos algumas notas serem publicadas, e parece que o objetivo é desacreditar as autoridades, menosprezar qualquer pessoa que trabalhe na área da Justiça e desacreditar qualquer pessoa envolvida com a segurança pública. Não é assim. Temos pessoas sérias, que têm feito trabalho elogiável. Faz-se necessário reconhecê-los, valorizá-los e dar a nossa contribuição pessoal.

Mais uma vez, parabênzo a iniciativa da Assembleia Legislativa. Da nossa parte, estamos inteiramente à disposição para trabalhar de mãos dadas. Contem com nosso apoio. Senhores e senhoras que aqui estão, parabéns pelas considerações. Creio que é participando que ajudaremos a melhorar a nossa sociedade. Muito obrigado.

#### Apresentação de sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos a vídeo com sugestões do Prefeito de Alterosa, Marcelo Nunes de Souza, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras da Sra. Andrea Abritta Garzon Tonet

Deputado João Leite, é uma honra participar de uma Mesa presidida por V. Exa., por várias razões: como cidadã, respeito profundamente o seu trabalho; como cristã, também o admiro; e, como atleticana, tenho em V.Exa. um ídolo - não consigo olhar para o Deputado João Leite sem me lembrar daquele grande goleiro. Também é um honra participar de uma Mesa na companhia da Dra. Geórgia, essa mulher combativa, forte, inteligente, com quem tenho convivido e desde cedo admirado - logo nas primeiras reuniões do colegiado. Da mesma forma, honra-me a companhia do Dr. Joaquim, membro do Ministério Público, instituição que admiro e que respeito. Costumo brincar dizendo que em minha casa sou a ovelha negra, porque todos os meus familiares - meu irmão, meu tio, meu primo - pertencem ao Ministério Público. Assim, praticamente cresci dentro dessa instituição, mas debandei para a Defensoria Pública, onde estou há 16 anos. Seu trabalho, Dr. Joaquim, junto ao sistema prisional é conhecido, reconhecido e respeitado. Por fim, dirijo-me ao Dr. Maurício Campos, ex-Defensor Público, grande amigo, que muito me ajudou no início de minha carreira. Olhando para trás - sem querer dizer que tenhamos envelhecido -, percebemos-nos tão jovens no início daquela caminhada, e o Dr. Maurício sempre tão dedicado à causa do direito; depois, tornou-se Secretário de Defesa Social, o que nos orgulhou a todos - foi uma honra poder ver a um amigo galgar degraus tão elevados no âmbito do Estado, o que certamente foi merecido, porque sua inteligência fulgurante encanta e seduz a todos nós. É também uma honra revê-lo e estar mais uma vez do seu lado.

Reputo que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais tem alguma contribuição a dar em relação ao tema “Defesa social”. Considerando a função que exerço, não poderia deixar de me declarar uma humanista. Assim, o que vamos expor talvez não agrade a todos, de certa forma, considerando que a visão da Defensoria Pública, que detém mais de 90% dos processos e procedimentos criminais em andamento, portanto, acompanha muito de perto essa questão, sobre a criminalidade, é a de prevenção, um discurso ou uma pauta a que tenho assistido sistematicamente no Colegiado da Defesa Social. Segundo essa visão, a Defensoria Pública ou o Defensor Público acredita não no fim da criminalidade, mas em seu controle. Uma sociedade sem crimes seria destinada à paz dos cemitérios - a criminalidade é insita de todo ordenamento social e é impossível diminuir ou rebaixar os índices da criminalidade a zero. Isso é um sonho, um sofisma, e seria impossível.

No entanto, é possível controlá-la e contê-la. Acreditamos que essa estrutura social tem formato de uma pirâmide e na sua base está o que chamamos de prevenção primária. É aí que a sociedade como um todo organizada e cada cidadão podem efetivamente participar. Afinal, é na prevenção primária que está a escola, o lazer, a saúde. O Estado organizado também pode intervir efetivamente nessa base; estou convicta de que quanto mais exclusão social, mais inclusão no sistema penal. Portanto, acredito que essa base seja uma base forte, em que todo cidadão e o Estado organizado têm como intervir, retirando crianças da criminalidade, investindo, por exemplo, em mapas urbanísticos. - Aqui, em Belo Horizonte, temos alguns locais onde já vivemos essa experiência, áreas absolutamente abandonadas que foram transformadas em praças públicas; a própria revitalização da Praça Raul Soares tem um enfoque criminológico importantíssimo para revitalização daquela área -, na saúde e na educação.



Há um tempo, no Luxemburgo, bairro onde mora minha mãe, havia um campinho de várzea numa comunidade vizinha que era completamente escuro. De vez em quando, passávamos por aquele caminho de carro para irmos à casa da minha mãe, mas tínhamos uma sensação de muito medo. Como o próprio Dr. Joaquim colocou aqui, é a questão do homem com medo do homem. O sinal fechava, mantínhamos os vidros fechados e de olho no retrovisor para ver se não vinha ninguém em direção ao nosso carro. No entanto, agora revitalizaram o campinho, que está todo iluminado. Atualmente, quando passamos por lá, nos deparamos com pessoas da comunidade assentadas e assistindo aos jogos - acabamos dando uma espiada também. Percebemos que ali se encontram seres humanos, pessoas como nós, que merecem atenção e respeito. Fatalmente, se tiverem sobre essas pessoas esse olhar de inclusão, ainda haverá uma salvação, uma esperança, uma expectativa de diminuição da criminalidade e, muito especificamente, de retirada de uma determinada camada social do ingresso nessa criminalidade. Não que a pobreza seja efetivamente destinada ao crime, mas, muitas vezes, a carência na qual algumas camadas da sociedade estão colocadas forma um caldo de fermentação que leva o indivíduo a se marginalizar. Nessa linha, podemos falar também de uma repressão qualificada que acaba sendo também uma forma de reprimir prevenindo. Então, temos a prevenção primária e uma prevenção que ocorre na base dessa pirâmide que mencionei no início da fala, que é onde a lei intervirá.

Portanto, discordo dos participantes que, fatalmente e com boa intenção, falaram em leis severas. Não é isso, Maurício? Discordo porque acredito efetivamente que os países onde há pena de morte não vivem sem criminalidade. Na Califórnia e em todos os países onde há mortes por apedrejamento existe a criminalidade. A questão é justamente a prevenção. É importante prevenir, fazer um trabalho nesse sentido. No entanto, se efetivamente houver necessidade de reagir ao crime na ponta dessa pirâmide com o sistema prisional penitenciário, mesmo assim a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais entende que é possível ressocializar, mesmo reprimindo.

Temos aqui a questão das penas alternativas -, a Apac, citada aqui, onde a sociedade entra efetivamente participando como cidadã, é um projeto social. A construção das Apacs é muito mais um projeto social que estatal.

Na Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, temos um projeto que está merecendo o apoio do Estado e da Assembleia Legislativa, que é o projeto do preso provisório. A pessoa é presa, e a comunicação da prisão é feita imediatamente à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Nesse projeto, a pessoa merece uma certa assistência de pedido de liberdade. O Defensor Público se desloca até a unidade prisional onde ela está detida. Sei que o Deputado Durval Ângelo pode não estar muito satisfeito com a nossa atuação em algumas localidades, e faço até um clamor, na condição de cidadã: se a Defensoria Pública está estruturada, é possível fazer um trabalho de excelência, é possível retirar pessoas de dentro do ambiente carcerário.

O esvaziamento das penitenciárias é legal, obviamente, por meio dos pedidos de liberdade, comutação de pena e progressão de regime. É um instrumento social de pacificação invisível. Por quê? O preso que está assistido, o detido que tem consciência de que seu caso está sendo olhado - e aqui volto a falar do preso provisório - se rebela menos, vê a luz no fim do túnel e tem esperança de sair. Nesse projeto do preso provisório, além de ser oferecida assistência à pessoa detida, a família do preso também é assistida e orientada por meio de psicólogos e assistentes sociais. Assim que o preso merece uma liberdade, é encaminhado novamente à Defensoria Pública, que o orienta e acompanha seu caso. Recentemente, travamos um convênio com a Asmac, que tem um programa de ensino continuado, em que essa pessoa aprenderá ofícios dentro da associação. O projeto é jovem, mas já tivemos algum retorno no sentido de que a reincidência pode diminuir por aí, porque a pessoa se vê reintegrada. Não adianta falarmos em ressocialização - se é que é possível ressocializar alguém em ambientes penitenciários nefastos -, mas não se pode deixar de falar em reintegração do indivíduo.

Então é preciso haver projetos. Assisti da bancada o pleito do amigo de Ribeirão das Neves e depois do Vereador de Arinos. E como a questão penitenciária é efetivamente conflituosa! A comunidade muitas vezes sofre quando se estabelece uma penitenciária ou um presídio, mas também sofrem aquelas que não têm esses estabelecimentos. A questão de a comunidade se preocupar com a reinserção do indivíduo talvez seja um trabalho social desafiante para a comunidade que tem um presídio, que tem uma penitenciária. É possível organizar movimentos para estabelecer parcerias e convênios que reintegrem o indivíduo, para que ele seja novamente recebido na sociedade, não como um bandido, como um execrado, mas como um indivíduo que também tem direito a nova chance porque efetivamente já pagou sua pena.

Outra questão muito comentada, da qual a Defensoria Pública do Estado tem vivência e certeza, é que hoje a droga ocupa o centro, o coração da criminalidade violenta.

Recentemente, numa exposição no Colegiado de Integração Social, fizeram um esquema em que o tráfico aparece no centro e, irmanados com o tráfico, o furto, o roubo, o uso de drogas e o homicídio. Onde existe tráfico, também há uma considerável elevação de toda a criminalidade e violência. A sociedade, Deputado, precisa estar atenta a uma repressão efetiva e eficiente do tráfico de drogas.

Fiz uma anotação aqui e, em que pese a já ter ultrapassado o momento didaticamente correto para falar sobre ela, gostaria de mencioná-la. Refiro-me ao projeto Fica Vivo, ligado à prevenção primária, isto é, à intervenção efetiva do Estado entre crianças e adolescentes, por meio das oficinas, da música e dos esportes. É impossível não se comover nem se motivar com a possibilidade de o indivíduo se recuperar ou ser retirado da criminalidade, quando assistimos, por exemplo, a uma apresentação do grupo musical do Fica Vivo. O caminho é a prevenção, seja ela a primária ou a secundária, que é feita pelos sistemas de segurança, em que o homem é tratado como homem. Nesse aspecto, indubitavelmente, penas severas são aplicadas a crimes mais graves, e penas mais brandas a crimes mais leves.

Deputado Durval Ângelo, na Defensoria Pública do Estado existe não apenas um, dois ou três casos de indivíduos cumprindo penas, mas sim vários casos de pessoas mofando dentro de carceragens. Assim sendo, precisamos acionar o Superior Tribunal de Justiça - STJ - e o Supremo Tribunal Federal - STF - para liberar um indivíduo que tentou furto de um botijão de gás ou que tentou furto de um pacote de balas de nome Dedo de Deus - eu nem sei que bala é essa - ou que tentou furto de um par de chinelas havaianas. Aí o sistema falha, peca, porque, sem dúvida, uma pessoa que pratica um crime desses merece um tratamento diferenciado. Aqui, sim, reputo que a



lei penal merece uma reforma não para torná-la mais severa, mas para criar uma distinção entre esse tipo de criminalidade e a criminalidade praticada pelo traficante, por aquele que comete o latrocínio e pelo estuprador, muitas vezes contumaz.

Como será que esse indivíduo que amarga, que é surrado e que perde até um olho ou um dedo dentro de uma carceragem irá sair de lá? Como será que ele se sente e o que tem a dizer para nós que somos responsáveis por ele? Certamente ele irá se sentir revoltado e ultrajado, porque a lei penal não foi eficiente para ele, isto é, não serviu a ele nem a esse momento social.

Gostaria de finalizar dizendo que posso ser utópica e louca, mas acredito na recuperação do ser humano. Conclamo meu colega de Neves a lançar um novo olhar, um olhar mais humanizado sobre o sistema carcerário, e nos unirmos em comunidade para, ao invés de execrar essa população, fazer parcerias para recebê-la.

Por fim, parabeno a Assembleia Legislativa por esta iniciativa. Aqui é a Casa do Povo, onde o cidadão precisa sentir-se à vontade. Estou encantada com esta tarde. Desculpe-me se não fui suficientemente clara, porque não sabia que iria fazer uso da palavra. Repito: estou encantada com a iniciativa e com as manifestações populares. Foi extremamente valoroso dividir este momento com vocês em nome da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Dra. Andréa, que citou a iluminação do campo do Santa Maria - time de futebol amador histórico de Belo Horizonte, de onde saíram alguns jogadores profissionais -, que faz parte do programa Campos de Luz, que já iluminou mais de 600 campos de futebol amador em Minas Gerais. É real esse caráter de segurança, pois um campo de futebol sem iluminação à noite significa cerca de 6.000m<sup>2</sup> totalmente escuros, o que significa enorme insegurança. Algumas Prefeituras assumiram essas iluminações como públicas e fazem questão de, toda noite, esses campos permanecerem iluminados, dando oportunidade de lazer para crianças, jovens e trabalhadores. Quem não joga futebol faz caminhadas em volta do campo, que tem um piso adequado, pois não causa muito impacto, diferentemente do cimento e do asfalto.

### Apresentação de sugestões

O Sr. Presidente - Faremos a leitura de mais algumas contribuições recebidas por via do Consulta Pública. Informamos que a íntegra das contribuições está no “site” da Assembleia Legislativa. Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: “garantia de recursos orçamentários para criação e ampliação de locais de tratamento destinados a crianças, adolescentes, mulheres e pessoas com deficiência, vítimas de dependência química, ampliando parcerias, inclusive com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública, e fortalecendo as já existentes. Sugestão enviada por Maressa da Silva Miranda, de Belo Horizonte: “garantia de programas que visem à efetiva ressocialização das pessoas em privação de liberdade, ampliando o escopo das políticas de segurança pública para além das polícias e de vagas em presídios”. Sugestão enviada por Antônio José de Resende, de Belo Horizonte: “promoção, com envolvimento do Legislativo, do Executivo e da sociedade civil, de discussões de políticas públicas que solucionem a superlotação dos estabelecimentos prisionais, uma anomalia do sistema penitenciário estadual e flagrante desrespeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. O Estado precisa dar solução para esse grave problema, sob pena de não promover a ressocialização do preso”.

Com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Nossos cumprimentos a todos; ao Deputado João Leite, que preside esta Mesa e a Comissão de Segurança Pública; às Dras. Geórgia e Andréa, a todas as mulheres mineiras, à Sra. Sandra, da comissão; e aos Drs. Maurício e Moacir, pessoas sérias que deram grande contribuição para a segurança e para a defesa social.

Sabemos que a questão da segurança no Brasil e em Minas é seriíssima. Em qualquer pesquisa, é prioridade para o povo, juntamente com a saúde. Como representante da sociedade civil, solicitei-me que ponderasse a respeito da importância da implantação do Conselho Estadual de Defesa Social. Pelo art. 134 da Constituição Estadual, compete ao Vice-Governador a Presidência do Conselho. E como, agora, o Vice-Governador é desta Casa, é importante destacar essa solicitação. Visa o Conselho a que a segurança seja uma política pública transversal, e ele tem o papel de ajudar a integrar todas as Secretarias. Sabemos da importância da educação, da saúde, da assistência e da prevenção. Nesse aspecto, a Defensoria é importantíssima, mas é preciso haver ampliação. Em Betim, que tem 450 mil habitantes, há três Defensores. Isso acontece no Estado inteiro.

Não sei se a senhora concorda, mas há algumas saídas para essa questão, como a realização de alguns convênios para estagiários da PUC, que são especializados.

A Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet - Precisamos de concurso.

A Deputada Maria Tereza Lara - Em primeiro lugar, concurso, mas, enquanto isso não acontece, tem de haver algumas saídas imediatas, pois as pessoas pobres não aguentam esperar. Os Deputados Durval Ângelo e João Leite fizeram um importantíssimo e aprofundado estudo na comissão especial, sobre a aplicação das penas. Sabemos que o sistema penitenciário no Brasil - lógico que Minas Gerais também está incluída - alimenta a violência. Sabemos que o número de detentos passou de 23 mil para 46 mil. Como ressocializar? Isso é um grande desafio para os governantes, para a sociedade civil e para as três esferas de poder. Então creio, Deputado João Leite, que um dos grandes desafios da nossa comissão será a integração das três esferas de poder. Sabe-se que 60% dos Prefeitos Municipais não aplicam medidas socioeducativas. Se não houver um somatório de esforços, não conseguiremos avançar mais. Muito foi feito, e temos de reconhecer isso. Houve integração das polícias em alguns lugares, não em todos. Há também o controle social e a ouvidoria. Precisamos radicalizar essa questão. Temos excelentes policiais, precisamos reconhecer isso. Eu, por exemplo, faço uma defesa intransigente da polícia, principalmente da Polícia Militar de Minas. Entretanto não podemos tolerar as exceções. Uma exceção é um estrago sem tamanho. Estamos vendo os exemplos no Rio. Não queremos dar exemplos concretos aqui, mas creio que uma das medidas dos governos federal e estadual seria radicalizar a questão da polícia.

No Canadá e em outros países, onde esse problema foi muito grave, enquanto não houve investimento maior e um projeto... Tem de haver uma radicalização não apenas nas Polícias Federal, Civil, Militar e no Corpo de Bombeiros, mas também entre nós, políticos. O controle social tem de ser radicalizado, queremos e concordamos com ele, não podemos aceitar exceções. Temos políticos sérios, sim. A generalização é perversa, pois a sociedade desacredita de seus representantes, e isso não é bom para a democracia. Temos de conhecer de perto essa questão e radicalizar.





Encerrando, Deputado João Leite, quero também falar sobre outra questão importante. O Dr. Joaquim Miranda teve de se ausentar. O Sr. Presidente - O Dr. Joaquim está concedendo uma entrevista à TV Assembleia.

A Deputada Maria Tereza Lara - O Dr. Joaquim participou conosco - não é, Deputado João Leite? - de uma discussão sobre a questão das vagas para pessoas com sofrimento mental. Então gostaria de deixar registrado, de público, que, naquela época, as Secretarias de Saúde e de Defesa Social ficaram de encontrar uma proposta para essa situação. São 15 dias para dar uma resposta sobre isso, e estamos aguardando. O Conselho é para isso. Então, assim que reiniciarmos os trabalhos na comissão, queremos saber qual é a solução. Sabemos que há cerca de 300 pessoas com sofrimento mental, que têm de cumprir penas, aguardando vagas. Eles possuem os dois lados da moeda.

Realmente esse é um problema sério para a sociedade e para as pessoas que não respondem perante a lei, pois são pessoas doentes, com sofrimento mental. Então, como fica essa situação? Há um caso no Norte em que a pessoa estava presa, mas o Delegado não aguentou. Os outros detentos estavam em uma situação insuportável, pois o preso gritava à noite, era doente e não respondia por si. Como não havia vaga, o Delegado o liberou e, no dia seguinte, ele matou o próprio pai. Como fica a resposta do poder público em relação a esses casos? Como essa é uma questão séria, Dra. Geórgia, queremos contribuir para encontrar soluções. Estou elogiando a Secretária, o seu trabalho e o dos Drs. Maurício e Moacir. Há muitos pontos positivos, queremos avançar.

Antes de 2008, Betim estava em 1º lugar em Minas Gerais no “ranking” de homicídios de adolescentes, Deputado Durval Ângelo. Vimos, pelo vídeo, que ela chegou à 17ª posição. Agora houve outro avanço: estamos em torno da 23ª, 26ª posição, o que ainda é muitíssimo alto. Houve avanço principalmente porque, além da questão das polícias, do trabalho importante que tem sido feito, está sendo feita a prevenção. Em uma parceria do governo federal com o governo municipal, 10 mil crianças e adolescentes estão em tempo integral. Há também o Fica Vivo, do governo estadual. Estamos pontuando aqui a realidade. Deixamos publicamente um recado e um pedido para o novo Secretário, que até é desta Casa: Betim precisa de um apoio mais eficaz, eficiente. O batalhão de polícia até hoje está em uma casa que foi de traficantes, para os senhores terem uma ideia.

De Fernandinho Beira-Mar, estão me lembrando aqui. Olhem a gravidade. O Deputado Ivair Nogueira tem pontuado sempre aqui a questão do batalhão de polícia. Sobre a questão dos adolescentes, o próprio Deputado Lafayette de Andrada, novo Secretário, conversou comigo e disse-me que precisamos resolver. Queremos estreitar os laços. É fundamental o apoio efetivo a Betim, porque é uma cidade metropolitana importante. O Município tem contribuído muito, mas precisamos de um apoio cada vez maior. O Dr. Maurício sabe do que estou falando, sabe dos conflitos, das dificuldades. Quero dizer aqui, de público, Dr. Maurício, que há sempre abertura para contribuir na melhora da segurança. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Deputada Maria Tereza Lara, há uma situação interessante, que foi sempre um desafio muito grande: a Câmara Municipal de Betim aprovou uma legislação proibindo a construção de unidades. Não sei se o Secretário de Defesa Social era o Dr. Maurício, ou o próprio Governador Antonio Anastasia - o Cel. Eduardo, Chefe do Gabinete Militar, se lembra. O Estado queria construir nessa cidade uma unidade para medidas socioeducativas para os adolescentes. Entretanto, havia um impedimento legal: uma lei votada no Município de Betim impedia a construção.

O Deputado Durval Ângelo - A lei foi revogada. O próprio Governador Antonio Anastasia, que era Secretário, teve um entendimento com o Município. A área foi desapropriada na divisa de Belo Horizonte e Contagem. Decorridos três anos e meio, ainda não se começou a unidade para medidas socioeducativas. Contagem hoje mantém crianças em cadeia. Nossa Comissão de Direitos Humanos esteve em Betim, no 2º Distrito, mais de uma vez, denunciando a situação dos menores. Então, a lei foi revogada logo em seguida.

O Sr. Presidente - Tenho uma notícia recente: o Estado não consegue construir, especialmente, pela reação dos vizinhos da área. A Deputada Maria Tereza Lara está aí, e infelizmente é essa a situação de Betim. Em Betim, não aceitam.

Passaremos a palavra agora ao Rodrigo Pimentel, a quem agradecemos muito pelo esforço. O Rodrigo está com a agenda cheia; participou de um programa no Rio de Janeiro, no horário do almoço, e fez questão de ainda vir para cá. Ele é consultor em segurança, escritor e ex-integrante do Bope. Em nome da Assembleia Legislativa e de todos os participantes deste fórum, agradecemos muito pela sua presença, Rodrigo, especialmente pelo esforço feito para estar aqui conosco. Muito obrigado.

### Palavras do Sr. Rodrigo Pimentel

Deputado João Leite, obrigado pelo convite. Agradeço também a todos que estão nesta Mesa. Na verdade, diariamente sou comentarista do “RJTV”, da TV Globo.

Tivemos mais um problemão no Rio de Janeiro, entre tantos que ocorrem naquela cidade. Espero que esse seja o último. Muitos policiais civis e militares - não sei se acompanharam - foram presos, o que causou desconforto à cúpula de segurança. O caso virou notícia e, se é notícia, precisa ser debatida para que possa gerar reflexão e promover mudanças. Eu comentava hoje no RJTV esse fato bastante desagradável.

Sou ex-policia militar do Batalhão de Operações Especiais e autor do filme “Tropa de Elite 1” e do argumento de “Tropa de Elite 2”. Fiz o roteiro do 1, mas não o do 2. Escrevi dois livros, que são “best sellers”, sobre segurança pública. Tentarei de alguma forma contribuir com o debate. Todo debate sobre segurança pública gera transformação e reflexão. Este momento, então, já é o início de um processo de mudança muito positivo.

Deputado, o senhor falou sobre campos de futebol iluminados. Não temos nenhuma certeza sobre segurança pública, tema que começamos a estudar no Brasil há aproximadamente 17 anos. São pouquíssimos os doutores em segurança pública. A única coisa que sabemos é que a mancha criminal se aplica exatamente a um mapa de falta de alternativas de esporte, lazer, educação e cultura.

Essa é a única certeza que temos. Alguém pode dizer: “Pimentel, e a desigualdade social?”. Não temos essa certeza. Hoje os bairros do Rio de Janeiro de maior desigualdade social são os mais seguros da cidade, como Ipanema, São Conrado e Copacabana. Se a lógica da desigualdade social produzisse violência urbana, esses seriam os bairros mais violentos da cidade. Diriam: e o desemprego?



Não, o Rio de Janeiro, que hoje é a cidade do Brasil com a segunda menor taxa de desemprego, é muito violenta. Então o desemprego, de forma isolada, não determina a violência. Perguntarão: o que é então? Não se sabe, estamos pesquisando, identificando.

No início do século XX tivemos problemas no Rio de Janeiro: a malária e a febre amarela. Antes de combatermos essas doenças, fundamos a Escola Nacional de Saúde, onde formamos nossa crítica e entendemos o problema, que era o mosquito. Assim, desenvolvemos várias soluções, como a de limpeza urbana, de remoção de pessoas, a qual foi um pouco ruim, pois surgiram as favelas. Houve a solução da vacinação e várias outras soluções. Primeiro formamos nossa crítica, depois buscamos entender o que estava acontecendo. Na segurança pública, o que houve foi tentativa e erro, tentativa e erro, tentativa e erro. Agora, vamos aprender com os fracassos e sucessos dos amigos, dos companheiros. Buscaremos soluções e tentaremos entender o que aconteceu.

Dra. Andréa, há aproximadamente dois anos acompanhamos o caso de um Delegado de uma cidade do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu. A senhora conhece essa história. O Dr. Zaccone tinha 70% dos presos - até mesmo de condenados - em sua delegacia, que funcionava como carceragem. A cidade não possuía um presídio. Ele resolveu alfabetizar esses presos. Para isso, contou com a ajuda do Município, que cedeu os professores e, depois, montou a biblioteca. No ano seguinte, ele teve índice zero de fugas. Acabou com a fuga, com os motins, e a cidade teve uma queda de 12% do número de homicídios. Ele reduziu a taxa de reinserção, de volta do preso à cadeia.

Alguém pode perguntar: “Doutor, quanto custou essa solução?”. Não custou nada. O Município tinha o professor, e os livros foram doados. Não se tratava de uma solução do Estado nem da União. Não foram necessárias ações do Ministério da Justiça nem do Pronaf, mas sim o entendimento de um Prefeito, que hoje é Senador, o Lindberg, e de um Delegado de Polícia, Orlando Zaccone, que hoje é responsável pelas carceragens da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que ainda possui carceragens.

Ainda não estudamos o que está acontecendo. Entrei para a polícia logo após a queda do Muro de Berlim. Existia no mundo a ideia da guerra às drogas. O novo inimigo mundial do mundo ocidental não era mais o comunismo, mas as drogas. Desenhava-se a Operação Colômbia. Os Estados Unidos destinariam bilhões de dólares para enfrentar a cocaína na Colômbia, para que ela não chegasse ao seu quintal.

Isso foi reproduzido no Brasil, mais potencializado no Rio de Janeiro, com incursões diárias nas favelas de lá. Centenas de policiais e milhares de jovens morreram nessa guerra, uma média de 400 policiais por ano mortos no Rio de Janeiro em operações policiais. Centenas de inocentes, balas perdidas, com operação só em favela. Íamos buscar o resultado palpável disso. Sabemos hoje que, com muita operação policial, muita energia e muita morte, conseguimos retirar 10% da cocaína que estava circulando. Se tiro 10% da cocaína que está circulando, não consigo produzir sequer a inflação do produto. O produto continua com o preço estabilizado. Então para que isso? Bom, então vou retirar as armas da favela. Realizarei centenas de operações com foco nas armas. Mas as armas continuam entrando via Paraguai, e o Brasil continua exportando armas para o Paraguai. Engana-se quem acha que o AR-15 e o AK-47 são armas de bandidos. A arma dos bandidos é a pistola Tower fabricada em São Leopoldo, no Rio Grande do Sul. A munição do bandido é CBC.

Quando a polícia do Rio de Janeiro tomou o Complexo do Alemão, toda a munição apreendida era fabricada em São Paulo e exportada legalmente para o Paraguai. Será que aquela operação foi tão bonita? Fui o primeiro a aplaudir, entusiasmado - sou entusiasmado mesmo - com a recuperação de um território. O Alemão é uma cidade de 220 mil habitantes. Seiscentos bandidos que o aterrorizavam instalaram ali uma ditadura. Lógico que aplaudí, sou um entusiasta. A população gostou. Fui ao Alemão e pude ver que a população adora uma operação policial, apesar de alguns policiais realizarem saques, invadirem casas, roubarem televisores. Mas tudo bem, os moradores gostavam. Acabou a era do morador subjugado.

Quinze dias após a operação do Alemão, uma Delegacia de Repressão ao Crime Organizado realiza uma operação e prende policiais militares e civis que vendiam armas para o Alemão. Será que a operação do Alemão era necessária ou era necessária uma depuração do aparato policial do Rio de Janeiro? Já que o Alemão chegou àquele nível, a operação do Alemão era necessária. Mas depois vamos focar no aparato policial. É evidente que o Rio de Janeiro só chegou a 600 bandidos numa favela em função da polícia. Mas que polícia é essa? Vamos imaginar uma Polícia Civil que teve cinco chefes nos últimos cinco anos, sendo que dois presos e condenados, um a 28 anos de cadeia e outro a 12 - Álvaro Lins e Ricardo Hallak. O Subchefe foi preso anteontem. Então, do “staff” da Polícia Civil do Rio de Janeiro, há três presos em cinco anos, em nível de chefe e subchefe, e há cinco afastados. Não vamos prejudicar porque logicamente estão sendo investigados ainda, mas pode ser que outros chefes de polícia sejam presos.

Será que o problema está no homem? Será que ele é uma maçã podre ou é o cesto que está contaminando a maçã? Será que essa polícia tem controle, tem transparência, tem salário digno? O Governador nomeou uma Delegada muito boa ontem no Rio de Janeiro, a Delegada Marta Rocha, por quem tenho carinho. É uma pessoa doce e muito competente, conhece muito a polícia e tem uma história de lisura. Mas ela está indo para uma estrutura contaminada. Está-se assentando em uma cadeira em que cinco pessoas se assentaram nos últimos cinco anos e foram exoneradas, e duas foram presas. Essa é a nossa grande discussão.

Posso falar um pouco de Tropa de Elite, do livro e do filme. Tenho que promover o debate para haver mudança. Então fazemos um roteiro. Não vou dizer que o primeiro roteiro foi um fracasso. Pergunto quem viu o Tropa de Elite pirata. Sessenta e seis milhões de brasileiros viram, e aqui foram só duas pessoas.

Conseguimos. O filme não foi um sucesso no cinema, mas o foi na pirataria. Atingiu 60 milhões de brasileiros. Tivemos a promoção do debate em vista do filme. Se é obra de ficção ou não, verificamos ali uma polícia politizada, em que Deputados indicavam chefes de polícia e Comandantes de batalhões. Houve a promoção de uma mudança. O Governador do Estado, assim que assumiu, proibiu Deputados de indicar Delegado e Comandante de batalhão. Conseguimos, assim, com o filme, uma mudança significativa para a polícia do Rio de Janeiro.

O “Tropa de Elite 2” teve 12 milhões de espectadores. Evitamos a pirataria tomando alguns cuidados. Assistiram a ele, possivelmente, as classes A, B e C, pois a classe D não vai ao cinema, lamentavelmente por ser muito caro. Apresentamos a milícia ao Rio de Janeiro e ao Brasil. Até então as pessoas as entendiam como aquela novela da Globo em que havia a favela da Portelinha. Ali havia um cara gente boa, representado pelo Antônio Fagundes, um justiceiro de uma comunidade. Descobrimos que esse justiceiro



criava um curral eleitoral, andava armado, matava e cobrava taxa de proteção. Expulsava, sim, os traficantes, mas adotava os seus hábitos, explorando a venda de bujão de gás com ágio de 25% talvez, o sinal de TV a cabo e obrigava o morador a tê-lo. Descobrimos, também, que o homicídio no Rio de Janeiro estava caindo como um todo. Não sei se o homicídio em BH está aumentando ou caindo. No Rio de Janeiro, nas regiões dominadas pelo tráfico, a taxa de homicídios está caindo, mas aumentando nas regiões dominadas pela milícia. Descobrimos, depois, que parte significativa da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro foi tomada por esses milicianos. Se não fosse tomada alguma providência, algo em torno de 20% da Alerj seria hoje formada por milicianos. Mas a parte boa das Polícias Militar e Civil do Rio de Janeiro que não foi contaminada prendeu esses Deputados. Pela primeira vez, a Polícia Civil do Rio de Janeiro consegue alcançar um Deputado, e da base do governo, o qual frequentava o gabinete do Governador havia pelo menos seis meses antes da prisão, ou seja, o Governador deu independência a essa polícia, o que nunca havia ocorrido no Estado.

Então temos uma polícia independente, o que ajudou um pouco e freou essa milícia. Temos um polícia ainda com um salário muito ruim, com pouca transparência e com pouco controle. Corrupção no mundo todo se combate com transparência, controle e salário digno. Nada mais enfrenta a corrupção.

Estamos caminhando. Descobrimos que o verdadeiro inimigo do Rio do Janeiro, o inimigo potencial já não está nas favelas, mas dentro dos aparatos policial e governamental. É isso que é o “Tropa de Elite 2”, o filme que vem com o lema “O inimigo agora é outro”. Ontem o José Padilha estava apresentando o filme no Festival de Berlim e lhe perguntaram se haveria o “Tropa de Elite 3”. Ele disse que já estava acontecendo em tempo real no Rio de Janeiro, não precisava, portanto, fazê-lo. Na verdade, estou fazendo o roteiro, foi um dos motivos que dificultou a minha vinda aqui hoje. Além da Rede Globo, estou envolvido no roteiro do terceiro filme. É difícil escolher, porque a cada dia se tem uma história nova.

O aprendizado é que temos o debate sobre a violência, como o que estamos tendo aqui, a produção de massa crítica. Temos de formar pessoas que não são policiais militares nem Delegados. Lamento, colegas policiais militares, não somos especialistas na dinâmica da violência, não entendemos como ela acontece, como ocorre e por que surge. Quem estuda esse fenômeno é o pesquisador urbano, que vai entender o motivo pelo qual a violência está surgindo em algum ambiente.

O “crack” chegou ao Rio de Janeiro para valer nos últimos cinco anos, somente por uma facção criminosa, o Comando Vermelho. O ADA e o Terceiro Comando não vendem “crack”. É até interessante. Quando chegamos a uma favela dominada pelo ADA, há uma faixa gigantesca: não insista, não vendemos “crack”. Isso ocorre em Vigário Geral, por exemplo. A polícia não tirou.

Mas o “crack” chegou ao Rio de Janeiro, e o número de roubos de rua está caindo, assim como o homicídio. Talvez isso ocorra em função de políticas públicas bem-conduzidas. Mas o “crack”, que no mundo todo fez aumentar o número de roubos de rua e o latrocínio, no Rio de Janeiro não teve esse efeito. É uma dinâmica que temos de estudar, pesquisar e entender. O filme, o debate e a conversa podem conduzir a esse caminho.

Citarei o Estado do Piauí, pois é interessante. Historicamente, a esquerda dizia: “Não vamos aumentar o efetivo da polícia nem investir em cadeias porque a violência acaba quando dividimos o bolo e acabamos com a desigualdade social.” Observando o Piauí, ele foi, no governo Lula, o Estado de maior transição entre classes sociais, ou seja, mais pessoas saíram das classes E e D e migraram para a C. É o Estado onde foram gerados mais empregos relativos no Brasil; que mais enriqueceu relativamente no País nos últimos oito anos; e onde a violência mais aumenta. Então, o Piauí prova que não existe nenhuma relação entre desigualdade social, pobreza, geração de renda e violência. Partiremos para soluções práticas.

Hoje existem muitos Deputados neste Plenário que, se Deus quiser, daqui a dois anos serão Prefeitos em vários Municípios do interior. E esperarão uma solução dos governos estadual e federal, mas não sabem que a solução local é a mais eficaz, mais barata, mais próxima do local onde vivemos. Não é preciso esperar o Estado, mas buscar uma solução local, que pode ser iluminação ou, até mesmo, circuito tecnológico de “set” de TV.

Por que São Paulo e não Minas Gerais, por que São Paulo e não Rio de Janeiro, por que São Paulo e não Rio Grande do Sul está tendo os melhores números de redução da violência no País? Porque os Municípios desse Estado perceberam isso há 20 anos. As Prefeituras se engajaram num processo de redução da violência. São casos maravilhosos, independentemente de orientação política e partidária. Há o belo caso de Diadema, de Praia Grande e de várias cidades de São Paulo, onde os Municípios assumiram que segurança pública é um problema local.

No Rio de Janeiro tínhamos um equipamento cultural chamado Lona Cultural, do ex-Prefeito César Maia. Eram lonas circenses, baratíssimas, que ele instalava em regiões de IDH baixo. O local onde as lonas eram colocadas deveriam ter iluminação em seu entorno, não era possível colocá-las no escuro. A partir disso, as pessoas começavam a circular e a frequentar o local, tendo uma opção de lazer e cultura à noite a preços baixíssimos. Os “shows” eram feitos por bons cantores da MPB, não por um qualquer. Eram pessoas ou bandas que se apresentavam na Zona Sul, Ipanema ou Copacabana, bandas como Titãs ou Paralamas, que cantavam em uma lona de realza a R\$4,00, R\$5,00 ou R\$6,00 o ingresso, subsidiado. Um ano depois, na primeira vez que o estudo de segurança pública publicou o número de homicídios, descobriu-se que, no entorno das lonas, esse número havia caído. E não havia polícia, eram apenas lonas culturais.

Dizem: “Pimentel, parece ingênuo o que está falando, pois o Rio de Janeiro é uma cidade que tem bandidos que usam fuzil”. É lógico que tem. O Globocop filma a fuga dos 600 bandidos com fuzis, sendo que para apenas 150 havia anotações criminais; os outros 450, se a polícia os prendesse, meia hora depois não poderia levá-los presos, pois não havia nenhum inquérito policial arrolado. Ou seja, era um jovem qualquer que largou sua arma no chão, tomou um banho e foi para a casa, e estão lá no Alemão até hoje. Sei quem são, pois vou ao Alemão com certa frequência. Aquele que não olha no meu olho, que baixa o olho e tem vergonha de me olhar, sei que é bandido. Alguns conversam comigo; eles não sabem, mas dizem claramente que sua opção pelo bandidismo é cultural, que queriam ser do Comando Vermelho ou do Bope, era o seu sonho. Falam isso. Olha que coisa doida. É lógico que ele quer “status”, o fuzil, a menina bonita. Isso Alba Zaluar explicou há 15 anos nas pesquisas antropológicas.



Quando MV Bill, que é “rapper” e não sociólogo, fez o filme “Falcões”, entrevistou 100 jovens no Brasil e perguntou: “Por que você entrou nesta vida?” Respondiam: “Entreí nesta vida porque queria um ‘ipod’, um tênis Nike, uma Honda Bis, um cordão de ouro.”

Ninguém responde que entrou nessa vida porque estava passando fome. Isso é impressionante. Disse-lhe: “Você devia tabular isso, fazer disso uma obra científica, porque essa é a realidade do crime das Capitais brasileiras. Há materialismo, uma necessidade de pertencer a algo especial e bonito.” O roubo famélico, como no “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, não tenho visto no Rio de Janeiro. Não sei se ocorre em outros Estados do Brasil. Talvez em Minas Gerais sim, mas, no Rio de Janeiro, certamente não. Aliás, o que ocorre no Rio é uma inversão de valores, de ideias, de necessidades de pertencer e ter algo, e de partir para a vida do crime.

Por isso, doutora, acredito na recuperação. Trabalhei com ex-bandidos no filme “Tropa de Elite”. Na empresa da minha esposa, havia um ex-bandido trabalhando, o Romerito do filme “Tropa de Elite 1”. Quando terminou a sua prisão, levei-o para trabalhar comigo. Portanto acredito que dá para fazer. Na verdade, tem de ser feito sem conservadorismo, muita calma, paciência e isenção.

Finalizando, gostaria de falar para os senhores o que está acontecendo hoje no Rio de Janeiro. Em busca de resultados imediatos, a Polícia Civil do Rio foi buscar na Polícia Militar o que tinha de pior, como policiais que haviam sido excluídos por desvio de conduta e chacinas. Na verdade, montou uma equipe especial na Polícia Civil de 40 policiais militares a sua disposição - aliás, estavam na Polícia Civil há 10 anos. Esses policiais militares trabalhavam nas delegacias especializadas da Polícia Civil em combate na favela, a Delegacia de Combate às Drogas e a Delegacia de Repressão a Armas e Explosivos. Entretanto, a Delegacia de Repressão ao Crime Organizado, que é a delegacia do filme “Tropa de Elite”, descobriu que, ao mesmo tempo que apreendiam armas e faziam prisões espetaculares de 10, 15 bandidos, essas delegacias revendiam-nas para outras facções. Tudo isso está constatado nos grampos telefônicos. Aliás, é absolutamente louco ouvirmos um policial dizer, numa conversa, ao traficante: “Monte um negócio aí para ficarmos bem na televisão hoje”. Esse era o nível do diálogo. O Chefe de Polícia foi exonerado. Não é razoável afirmarmos aqui que estava envolvido, mas os homens envolvidos estavam lotados em seu gabinete. Batemos palmas para essa equipe. Aliás, confesso que bati palmas quando essa equipe invadiu o Morro do Alemão no dia 28 de novembro: “Parabéns! É isso mesmo. Tem de ser assim”. Não tinha nem de chegar naquele nível. Se aquela equipe não existisse, o Alemão não chegaria naquele nível. Ficamos sem conhecer isso, pois o nosso jornalismo investigativo policial é precário. Geralmente os nossos jornalistas investigativos policiais são quase policiais, pois são envolvidos pelos Delegados, Capitães e Coronéis, dão uma versão muito chapa branca e não sabem analisar o que está acontecendo, não sabem analisar profundamente o que não está funcionando. Logo, pensamos que estava tudo bem, mas, na realidade, estava tudo muito mal, ruim. Quem pode analisar isso com mais profundidade é um livro, ou seja, uma obra literária, um filme. Assistam ao filme.

Quando fui a um outro Estado, um colega me perguntou: “Então é assim?” Respondi: “Não, não é assim, é pior, muito pior do que o filme ‘Tropa de Elite’.” Pelo amor de Deus! É muito pior. Na capa do jornal “Extra” de hoje, do Infoglobo, há quatro policiais militares - aliás, o mais velho tem 27 anos - negociando com a Polícia Civil um helicóptero e dois blindados para tomarem a Favela da Coreia, a fim de que lá fosse estabelecida uma milícia. Pelo grampo telefônico, vê-se que são polícias militares. Para o mal, já estão absolutamente integrados. Dizem: “Ah! Vamos integrar as polícias”. Não é, pois já estão integradas. Mas, para fazer coisa boa e elaborar a redução do crime, não.

Mas a notícia boa, gente - e eu posso falar isso com grande tranquilidade -, é que, pela primeira vez, no Rio de Janeiro, tem-se uma política de segurança pública. Considerando-se tudo o que eu disse aqui, temos um Secretário que está acima de qualquer suspeita, pela primeira vez. Porque o outro Secretário nosso, Deputado Federal, foi eleito com voto de milícia. Ele sabe que falo assim dele, sempre falo, que foi eleito com voto de área de milícia. O outro Secretário nosso foi condenado à cadeia, por formação de quadrilha. Eram dois Secretários: um eleito com voto de milícia, outro condenado, ex-Governador do Estado; e o chefe de polícia, preso. Pela primeira vez, no Rio, olhamos para a Secretaria de Segurança Pública e verificamos que existe ali uma seriedade, uma meta, um planejamento a longo prazo; conseguimos acreditar em quem está sentado à frente daquela Mesa. Essa é a notícia boa do Rio de Janeiro.

A outra notícia boa é que o número de homicídios no nosso Estado está caindo. Não como em São Paulo, que está com aproximadamente 9,8 homicídios para cada 100 mil habitantes. O Rio de Janeiro está com aproximadamente 35, mas já chegou a 50. Aqui está com quanto? Creio que Belo Horizonte está pior do que o Rio de Janeiro, não está, em números relativos? Quero saber o número de homicídios para cada 100 mil habitantes, por ano. Alguém tem esse dado? Sete seria na Suíça, em Londres. Gente, para um debate qualificado sobre segurança pública, temos de ter esse número na ponta da língua. Senão, mostramos que estamos parados no tempo. Eu só posso medir segurança pública por número de homicídios. Não tenho como medir segurança pública por número de roubos, número de furtos, mas só por número de homicídios. Todos os outros números são subnotificados, as pessoas não relatam tudo. Então, para que eu possa planejar segurança pública, tenho de saber o número de homicídios na ponta da língua. Todo Prefeito de Minas Gerais tem de falar: “Minha cidade está com 14 homicídios, com 16, 17”. É preciso ter uma obsessão pela redução desse número, buscando as mais diversas formas, as ideias mais inventivas, mais interessantes. É isso que tem de ser feito.

Não consigo ver as informações contidas nessas anotações. Não, esse não é o número de homicídios para cada 100 mil habitantes; pode ser no Estado. É possível que seja do Estado. O número da Grande Belo Horizonte não consta aqui.

A Sra. Geórgia Ribeiro Rocha - Aproximadamente 17 a 18 no Estado e, em Belo Horizonte, na Capital, cerca de 27 a 30.

O Sr. Rodrigo Pimentel - Perdão, em Belo Horizonte o número está abaixo do número do Rio de Janeiro. Para a Organização Mundial de Saúde, é considerada violência endêmica se houver acima de 10 homicídios para cada 100 mil habitantes.

O que foi feito no Rio de Janeiro? Pergunto isso para que vocês entendam o que é essa Unidade de Polícia Pacificadora - UPP. O Secretário de Segurança Pública entendeu que se retirasse a cocaína não reduziria a violência, e se retirasse a arma, ela entraria de novo. Então, concluiu: vamos retirar o território. Os bandidos brigavam pelo território; os homicídios eram praticados pela disputa territorial. Então, de nada adiantava realizar milhares de operações para retirar cocaína; de nada adiantava realizar inúmeras operações para apreender armas. O Secretário retirou do bandido o território. A UPP não é nada mais do que isso, Unidade de Polícia





Pacificadora. Ao invés de a polícia subir e descer favelas todos os dias, matar gente, criar medo, pânico e confusão, a polícia chega, estabelece-se e não sai mais. Então, isso é a UPP.

Há críticas à UPP? Lógico que sim. Vou a debates, e há pessoas que falam: “Isso é uma mentira, é uma polícia perfumada, e tal”. Vou dar o exemplo da Cidade de Deus, uma favela do Rio de Janeiro com 65 mil habitantes, onde ocorriam 14 homicídios por mês. Isso dá aproximadamente 160 homicídios por ano, para 65 mil habitantes, cerca de 200 ou 300 homicídios para cada 100 mil habitantes.

A favela Cidade de Deus foi pacificada há 16 meses, e, desde o dia em que isso aconteceu, nenhum jovem morreu. Então, quem criticar uma iniciativa dessas deve ser um louco. Salvei 200 vidas humanas em 14 meses, mas há louco que fala mal: “Isso é uma porcaria. Não funciona”. O tráfico continua funcionando? Lógico que funciona. Existe a demanda. Há gente querendo cheirar pó, portanto, há pessoas para vendê-lo. Esse tráfico continua funcionando, mas desarmado, sem disputar território, sem matar, e, ainda assim, de vez em quando, um traficante é preso. A polícia prende em média dois ou três traficantes por semana na Cidade de Deus.

Vocês ouvirão críticas à UPP: “A UPP convive em harmonia com o tráfico”. Isso é uma mentira! Ela prende o traficante, reduz os homicídios, aumenta a especulação imobiliária, aumenta a economia local e começa a produzir empregos. Na Cidade de Deus, uma empresa formal é aberta por dia, desde o dia da pacificação. Ou seja, milhares de empregos já foram gerados depois da pacificação.

Não sei qual é o índice de furto em Minas Gerais. A Cemig poderia informar-nos depois. No Rio de Janeiro, 27% da energia comprada de Furnas é furtada. Só 70% dos cariocas compram energia. Já 30% dos cariocas furtam energia, deixando que os outros paguem a conta. Nas favelas pacificadas do Rio de Janeiro, o furto de energia fica em torno de 1%, ou seja, a lei chegou; a ordem chegou; o emprego chegou; a prosperidade chegou, enfim, tudo isso ocorre em função da segurança pública. Então, é um grande benefício para a cidade e o Estado.

Deputado, estou muito feliz por falar, mas confesso que estou cansado. Ontem eu estava na Bahia, cheguei ao Rio de Janeiro às 5 horas da manhã. Falei ontem na Bahia, no “Bom Dia Brasil” da Rede Globo e também no “RJ TV”. Já são dois dias em que não durmo em casa. Acredito que consegui dar o recado, apesar de a voz estar um pouco baixa.

Estou muito feliz, feliz à beça por estar aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, debatendo segurança pública, ajudando a promover reflexões e dando um toque nos futuros Prefeitos - com certeza, inúmeros sairão daqui. Eles podem e devem aproveitar as soluções locais, que são as mais eficazes, baratas e rápidas para serem implantadas e as que mais funcionam. Muito obrigado.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase final de apresentação de sugestões e debates. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem, antes, sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de 3 minutos para fazer sua intervenção. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

Passo a palavra à primeira inscrita, Celeste Gontijo, do Instituto de Pesquisa em Meio Ambiente, Turismo e Hospitalidade.

A Sra. Celeste Gontijo - Boa tarde. Pertencço à massa crítica. Fiquei muito feliz com sua fala, pois estava justamente pensando nisso. Este momento é uma oportunidade para nós, que fazemos parte dessa massa crítica, fazermos os comentários.

Ouvimos os políticos e as pessoas ligadas à área. Acredito que meio ambiente, justiça, defesa social e qualquer outro tema pertencem a todos os seres humanos. Vou apresentar uma reflexão sobre tudo o que ouvi aqui, claro que sucintamente. Espero que eu seja entendida.

Tenho formação pela Universidade Holística da Paz, criada por Pierre Weil, que morreu recentemente. A primeira palestrante que ouvi foi a Sra. Geórgia. Em alguns momentos, ela citou a paz. O conceito primordial da paz é a empatia; o princípio da paz é que nos coloquemos no lugar do outro. Mas percebo, principalmente em pessoas ligadas à área da Justiça, que se fala muito na paz ligando-a à polícia ou a situações em que a segurança pública esteja inserida. Imagino que a paz começa todos os dias em nossas vidas, em nossas existências e formas de ser. Estou ressaltando essa visão porque, em geral, só falam da paz associando-a à prisão de pessoas e só se lembram dela nesse momento, mas acho que a paz tem de ser construída diariamente em nossa casa, em nossa forma de ser.

Achei interessante a fala daquele rapaz sobre Neves. Ontem mesmo, vi um dado segundo o qual o menor Índice de Desenvolvimento Humano da nossa Região Metropolitana está em Neves. Também achei interessante o Sr. Joaquim falar no uso de celular pelas pessoas que são funcionárias do Ministério Público. Sabemos que isso ocorre, mas acho bom que alguém tenha coragem de falar isso em um evento como este.

A Defensora Pública falou sobre o fato de a integridade física ser um direito do cidadão, e acho que temos de lembrar isso sempre. As pessoas não têm que apanhar para falar o que aconteceu ou por que mataram a outra. O ideal seria se o preso tivesse condições de falar o que fez sem ser torturado.

A respeito da fala do Rodrigo Pimentel, acho interessante lembrar que há sempre uma inversão de valores. Se houver educação em todos os lugares, tenho certeza de que o índice de criminalidade será menor. Mas se gasta muito menos com a educação neste país do que com as cadeias públicas e com o sistema prisional. Gostaria muito que cada garoto que entrasse em uma escola tivesse a mesma verba que tem cada preso no Brasil. Mas sabemos que neste país o preso custa três vezes mais caro do que um educando.

Acho que a UPP é, sim, um sonho possível. Posso dizê-lo porque estive em uma dessas favelas pacificadas, na qual havia estado anteriormente. Vou muito ao Rio de Janeiro, adoro aquela terra e acho que isso funcionou, sim, o que me deixa muito feliz. Também acredito que as pessoas podem se modificar.

Por fim, sobre o que você disse a respeito do que leva as pessoas a terem vontade de ir para o Comando Vermelho, referindo-se à aquisição de materiais - tênis, mochila, marcas caras e tecnologias -, quero lembrar que isso acontece até dentro das escolas, em Minas Gerais: uma garota vai com uma mochila que a outra não pode ter, e esta menina avança na colega e briga com ela. Isso acontece até em instituições bem situadas. Então, acho que a razão primordial é esta, mesmo: querer aquilo que não se pode ter, social ou financeiramente. Acho que ajudará bastante se começarmos a pensar dessa forma. Muito obrigada.



O Sr. Presidente - Com a palavra, Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Boa tarde. Meu nome é Clarise Fernandes da Silva e sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Agradecendo a oportunidade, esclareço que a clarosofia é sistematizada em 84 gestões, entre as quais a gestão da defesa social.

Gostaria de solicitar uma atenção especial para a criação de novos conceitos e valores dentro da cadeia, aplicando-se, assim, uma cultura inovadora que invista em curso de qualificação máxima, de forma que os presos não saiam de lá piores do que quando entraram. E, ainda, que saiam com acompanhamento e suporte psicológico para auxiliá-los na sua inserção familiar. Isso é muito importante, pois os presos têm muita dificuldade depois que saem da cadeia e voltam para o mundo aqui fora.

Gostaria ainda de pedir uma outra atenção especial. Na 10ª Vara de Justiça Comum, só há um Juiz para atender a uma demanda de 140 mil pessoas. Isso é gravíssimo, não é mesmo? Sendo assim, peço uma atenção especial a fim de que se efetive uma proposta para a Justiça tomar providência e fazer um mutirão do Judiciário para desafogar as varas que estão sobrecarregadas. A justificativa dessa proposta é a busca de um desempenho mais ágil e uma ação humanitária, tanto para a sociedade quanto para o sistema prisional. O meu desejo é que se invista muito mais na educação que em construir prisão. Realmente temos um sistema em marcha lenta e que, às vezes, é muito falho e ainda está evoluindo. Creio que a tendência é melhorar, porque tenho percebido que todos estão unidos somente por uma causa: o desenvolvimento da pessoa humana.

Nós, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial - CNM -, procuramos estar sempre presentes nos eventos, como fóruns e simpósios, justamente para termos uma leitura eficaz. E, dentro dessa leitura, percebemos que segmentos de várias áreas estão, cada vez mais, preocupados com o desenvolvimento social. Isso é tão importante que gostaria que vocês se concentrassem na construção de mais escolas que cadeias. Por gentileza, contamos com a atenção de vocês. Muito obrigada. Um abraço.

O Sr. Presidente - Sim. Com a palavra, o Sr. Denílson Martins, do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil.

O Sr. Denílson Martins - Cumprimento o Deputado João Leite, as senhoras e os senhores, minha professora, Dra. Andréa, do Praetorium - é muito bom revê-la -; o ex-Secretário Maurício e o Dr. Joaquim.

O bom de falar por último é que você consegue agregar valor a sua fala. Estou encantado em ver a Dra. Andréa, hoje Defensora Pública-Geral, com autonomia, com investimento e com salário melhor. É certo que não tem como prestar serviço público sem estas premissas: autonomia, investimento e salário. Hoje a Polícia Civil recebe, para prestar serviço a 20 milhões de mineiros e atender a uma demanda de 50 mil policiais militares, R\$8.000,00, apenas. O Dr. Joaquim mencionou aqui, com muita clareza, que, sem concurso público, sem renovar os quadros, não tem como prestar serviço à sociedade.

Temos pelo ex-Secretário Maurício muito respeito. Na verdade, tivemos vários embates, mas, com certeza, ele será lembrado pela Polícia Civil como aquele que conseguiu tirar de nós um ônus pesado da custódia de presos, e que pesava muito. Mas ele também será lembrado como aquele que não conseguiu investir verdadeiramente na Polícia Civil da mesma forma que conseguiu na Polícia Militar. Foi como uma corrida onde foi feito o disparo de 100m rasos e a Polícia Militar chegou ao final. Ela deveria voltar para esperar o nosso concurso, o que não ocorreu. Estamos com um atraso, estamos com um sucateamento. Há cidades, Deputado João Leite, que estão sem Delegado há mais de três anos. O último concurso que tivemos foi em 2008, ou seja, provimento em 2008. Como se vai pensar em um órgão que tem de ser permanente para prestar segurança a todo cidadão, se não tem com quem prestar esse serviço? Portanto, o que pedimos aqui é que seria bom que nesta Casa, antes de começar a legislatura, se estabelecesse um debate, um fórum democrático como este, a fim de se construir política pública. Em se tratando de política pública, entendemos que a integração é um arcabouço muito profundo, grande e amplo. No entanto não há integração entre as polícias, porque não há justiça, não há transparência, não há verdade de investimento. Deputado João Leite, temos aqui um arcabouço de mais de 60 denúncias de agressão de policiais militares contra policiais civis. E agora não é mais contra policial civil apenas, mas contra Agente Penitenciário e Guarda-Municipal, porque, de 10 anos para cá, recrudescer muito o militarismo, a pressão em cima do policial militar. E onde se desencadeará essa pressão? No cidadão, que é esculachado, violentado e espancado. O que queremos é apuração. A Defensoria Pública e o Ministério Público podem nos ajudar muito também. Sem isso não há que falar em integração.

Senhoras e senhores, sou Presidente de sindicato e policial civil há 21 anos. Não quero ser profeta do apocalipse, mas vai acontecer uma morte, uma tragédia, por omissão do governo, que não toma providência. E esse cadáver não será sepultado, será velado na Praça Sete. Serão necessários 10 anos para cicatrizar essa ferida, se algo não for feito. Escutei o Rodrigo Pimentel falar. Minas Gerais está tendo uma das Polícias Militares mais violentas do País, e ninguém quer fazer algo contra isso. Pelo fato de o cidadão não se identificar ou não entregar a carteira, leva tapa na cara, chute, é espancado, e o Secretário não faz nada. Passarei às mãos do nobre Deputado Presidente da Comissão a nossa cartilha. Quem sabe, mostrando à sociedade a diferença de tratamento, eles entendam por que não há integração. Espero que, neste início de legislatura, providências sejam tomadas para que, no final dela, não venhamos aqui chorar o leite derramado nem os mortos, nem os espancados, nem os lesionados, nem os estropiados do sistema. No mais, são estas as minhas palavras, tenho dito. Muito obrigado.

A Sra. Helenita do Patrocínio dos Santos - (- Fala incompreensível. Segundo sua intérprete, ela tentou expor, devidamente autorizada pelo Presidente da reunião, que está indignada com o atendimento que teve no Centro de Saúde Marco Antônio de Menezes; disse que foi discriminada, que não é louca e que apenas tem dificuldade de comunicar-se; contou que o posto não fornece os medicamentos de que necessita, pois entende que ela não tem condição de tomá-los sozinha; mora no Bairro Sagrada Família e precisa de alguém para ajudá-la no seu dia a dia.)

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Liliane Arouca do Carmo, Conselheira Fiscal da Asussam, Minas Gerais.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Boa tarde, Deputado João Leite. Agradeço-lhe e recebo as suas desculpas, mas, mais uma vez nesta egrégia Casa do Parlamento mineiro, sinto-me discriminada pelo cerimonial deste lugar. É um absurdo vermos aqui pessoas do Triângulo Mineiro, de Uberaba, sem um simples "coffee break". Isso me deixou muito triste e acredito que também todos os servidores desta Casa.



Gostaria de pedir à Sra. Andréa Tonet que tivesse um olhar mais humano. Aliás, esse meu pedido é endereçado à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, em que, infelizmente, não tem acessibilidade, isto é, nas instalações da Defensoria, não existem rampa nem banheiro com os padrões de acessibilidade, os padrões que merecemos. Também não existe profissional capaz para a tradução de libras, entre outras coisas. Isso tem-me deixado muito triste. Por isso gostaria de pedir à doutora esse olhar mais humano para nós que estamos nessa condição.

A delegacia do idoso e do deficiente também não está em conformidade com os padrões de acessibilidade exigidos. Não existe cadeira de rodas sobressalente, bengala canadense, nem andador. A nobre Delegada dessa delegacia, Dra. Joana Margareth Leite Penha, afirmou ao jornalista Tramonte, da Record, que existe acessibilidade, porém ela não está nos padrões em que deveria, isto é, nos padrões da ABNT ou do Ministério Público. Aliás, qualquer pessoa em cadeira de rodas que passar pelo passeio do Ministério Público da Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde poderá cair.

Sou uma participante nova aqui na Casa e acredito que os meus pleitos também são novos. Gostaria ainda de dizer que os banheiros do Detran do Bairro Gameleira também não nos dão acessibilidade. Isso é muito triste porque já existe uma lei que está dando acessibilidade a portadores de deficiência para retirada das carteiras de motorista “D” e “E”. Gostaria de deixar uma sugestão ao nosso querido Pimentel, cuja fala foi tão rica. Infelizmente, se nossos jovens brasileiros chegarem aos 30 anos de idade, serão sobreviventes. Achei muito lindo ele se dizer um entusiasta. A etimologia da palavra “entusiasmo” vem do grego “enthousiasmos”: “en” - para dentro -, “theos” - Deus -, e “asmos” - respiração, sopro. Significa “aquele que está cheio do sopro de Deus”. Portanto, como entusiasta, o Pimentel nos trouxe essa palavra tão rica. Infelizmente, como brasileiros, não temos um DNA muito são. Falo aliás de minha família, onde existem policiais militares e civis e um primo que é funcionário do Ministério Público. Todos nós temos uma poeira escondida debaixo do tapete. A origem do nosso país está muito contaminada pela corrupção. A minha sugestão ao Pimentel, que fez uma fala tão gloriosa, é que haja um olhar mais humano e criterioso para um policial, que pode estar em uma cadeira de rodas em razão das violências que sofremos há anos. Agradeço mais uma vez ao Parlamento e a todos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. A questão que levanta não está ligada ao cerimonial da Assembleia, pois é responsabilidade nossa. Levaremos à Assembleia sua observação relativa ao “coffee break”. Com a palavra, o Sr. Zilton Silva, da Associação Família de Canadá.

O Sr. Zilton Silva - Boa tarde. Estou representando o projeto Cuca Legal, da Associação Família de Canadá. Representamos as comunidades terapêuticas. Nós, que trabalhamos com dependentes químicos e damos suporte aos seus familiares, temos uma grande dificuldade de financiamento no que se refere à prevenção do uso indevido e abuso de álcool e outras drogas, e também ao tratamento de dependência química. Não temos condições financeiras para cumprir a nossa missão. No fórum técnico, apresentamos algumas propostas, entre elas a criação de uma Secretaria de Políticas Antidrogas para substituir a Subsecretaria. Isso não aconteceu, e migramos para a Secretaria de Defesa Social, que é uma grande Secretaria, bem-estruturada e que nos poderá ajudar muito. Porém, o sonho de termos a nossa autonomia foi adiado. Precisamos investir em uma forma de conseguir essa autonomia. Então, peço um olhar muito especial desta Casa para a criação de um projeto estruturador, no qual estamos depositando todas as nossas fichas. Ele poderá garantir o financiamento de ações sistemáticas e continuadas de prevenção do uso indevido ou abuso de álcool e outras drogas, principalmente em escolas e comunidades; o tratamento e a reinserção social do dependente químico; o apoio aos familiares; e o apoio às pesquisas desenvolvidas por iniciativas governamentais e não governamentais, principalmente do terceiro setor, alinhados com a Subsecretaria, que gostaríamos que fosse uma Secretaria de Estado de Políticas Antidrogas. Gostaríamos de merecer esse olhar muito especial desta Casa para nos dar a garantia de desenvolver a nossa missão com tranquilidade. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Zilton, pela participação. Passo a palavra ao Sr. Josadac Marques, do projeto Mãos e Vozes.

O Sr. Josadac Marques - Boa tarde. Já me pronunciei em outros momentos, mas há rotatividade de participantes. Estou retornando a Minas depois de permanecer aproximadamente 25 anos ausente de Belo Horizonte. Fiz planos para acompanhar todo o fórum, Deputado, mas inconscientemente estamos diante de três situações mentais, às vezes, ações de caridade, questões de cunho e iniciativas voluntárias, ONGS, cujas Presidências não podem ser assalariadas e, quando precisam se ausentar, não há recursos. A maioria das instituições do terceiro setor tiveram início em um dos ciclos de compaixão, indignação e, hoje, cooperação. O colega disse há pouco, mas eu já ia pontuar essa questão. Hoje, em Belo Horizonte, há inúmeros problemas relacionados à repressão, a drogas, mas não há um catálogo das instituições, nas quais podemos buscar socorro. O ano passado precisei me dirigir ao SOS Drogas, da Secretaria Antidrogas, em busca do endereço de uma instituição para um rapaz que estava ajudando. A Secretaria disse que não poderia fornecer o endereço das comunidades terapêuticas, pois estava em processo eleitoral e que se fosse entregar a relação das instituições estaria correndo risco de autuação. Hoje as instituições do terceiro setor, as ONGs, precisam - deixo essa sugestão para este fórum - de um catálogo, um perfil, das instituições não governamentais. Recentemente o Congresso determinou que o antigo certificado de assistência social, que era uma atribuição apenas da Secretaria de Assistência Social, agora seja de competência de cada conselho pertinente. Isso vai dificultar, pois, às vezes, uma única instituição faz projetos em várias áreas. Gostaria de mencionar que de hoje a 60 dias estarão acontecendo no mundo as celebrações do Dia Global de Serviço da Juventude. Tive o privilégio de nos últimos três anos ser o coordenador do Comitê Internacional do Dia de Serviço da Juventude no Brasil. Nos últimos dois anos, coordenei o comitê de Minas para o Brasil, mas há dificuldades locais. Temos dificuldade de ter acesso a endereços das instituições até mesmo para mandar correspondência. Por isso, deixo a sugestão para a agenda colocar o catálogo, um perfil dessas instituições para termos acesso aos seus endereços. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra a Sra. Terezinha Rocha, do Movimento das Pessoas com Deficiência.

A Sra. Terezinha Rocha - Muito obrigada. Parabéns pelo Fórum. A cada dia tentamos aprender mais. Parece que tivemos agora uma lição. Fico até engasgada quando digo que sou representante do Movimento de Pessoas com Deficiência. Apesar da idade, sinto-me como jovem. Ainda não aprendi tudo na faculdade. Estou preocupada, pois vimos agora o exemplo de uma amiga, uma cidadã, que tentou expor para nós o que estava sentindo. Deduzo que a maioria das pessoas tiveram dificuldade de entender a linguagem dela. Parabéns a nossa equipe de suporte, que também teve dificuldade para entendê-la. Estamos aqui tentando entender a mensagem dela.



Pelo que entendemos, ela queria denunciar que ela foi agredida no posto de saúde. Vocês me perdoem se não foi bem isso; ela está mostrando para nós ali um papelzinho do medicamento dela. Quero deixar bem claro que não sei se é isso mesmo o que ela tentou dizer, mas o que a equipe está entendendo é que ela foi agredida no posto de saúde e que eles tentaram prendê-la como louca. Precisamos de reformas não só na política, na polícia e na saúde, mas de reformas com todos os profissionais. Já aconteceu isso com pessoas que levei ao posto de saúde: elas chegam lá, passam mal, e eles não entendem. Quando vou com alguém fazer uma perícia, o médico vê a pessoa que tem problema de nervo desmaiar, põe a mão na cintura e diz para ela não fazer teatro, que ela será atendida como todo o mundo. São denúncias e denúncias, Deputado João Leite, que, se ficarmos um mês aqui, não conseguiremos colocar no papel.

Precisamos fazer uma reforma no geral. Já fizemos essa discussão no fórum há mais tempo. Não me lembro quem levou essa denúncia, mas várias pessoas aqui estavam conosco e ouviram as reclamações de que a polícia estava com dificuldade de entender pessoas com transtorno mental.

Estamos sentindo falta da saúde, os representantes da saúde estão deixando muito a desejar, em todos os sentidos. Vamos cobrar do governo do Estado, vamos cobrar mais trabalho, mais transparência. A equipe de trabalho da saúde precisa ser bem remunerada, bem estruturada fisicamente para, quando receber uma pessoa desse tipo, saber lidar com a situação. Eu e a Liliane reclamamos do acesso físico, mas nós, graças a Deus, falamos e ouvimos muito bem. Estamos com dificuldade de acesso a escolas, a postos de saúde, a igrejas, mas estamos conseguindo falar e pensar, conseguimos trazer para vocês os problemas. Imaginem uma criatura dessas, que não está conseguindo dizer para nós qual é o seu sentimento. Ela não está falando mal da polícia e da política, mas da estrutura com que nosso país nos recebe. Sinto muito ter de falar que somos representantes de um movimento de pessoas com deficiência e ainda termos essa grande deficiência. Volto a dizer, há profissionais formados em faculdades com dificuldade de entender nossa linguagem.

Faço aqui nosso apelo, em nome de todas as deficiências, porque percebemos que as polícias têm dificuldade em nos receber. Quando vamos fazer ocorrência, não há tinta - já dissemos isso no fórum passado -, não temos acesso ao banheiro. Isso é grave, a área pública precisa de banheiro, banheiro é necessário para todos, principalmente para nós, que temos dificuldade de locomoção. Vocês andam, compram um sapato na hora que querem. Entretanto, nós, que dependemos de um sapato na órtese e prótese, esperamos três, quatro meses. Dependendo da história, se é uma perna mecânica, demora até três, quatro anos. Estou na fila esperando há um ano e meio.

Quando falamos, tomamos o tempo e o Plenário acaba ficando vazio. Ninguém quer mais ouvir, porque falamos da mesma novela de sempre. Volto a dizer: dei os parabéns ontem para a turma que tomou posse neste ano. Que se façam valer de verdade nossos direitos no Estado, no Brasil e no Município. Ficamos tristes em ver uma pessoa aqui dizer que foi agredida por não saber explicar; acharam que ela estava doida. Fiz uma denúncia dois anos atrás, ao Deputado Durval Ângelo, de maus-tratos da perícia. Esta Assembleia, se não me engano, dois anos atrás, fez uma audiência pública com os peritos do Brasil - acho que o Deputado João Leite estava presente, assim como o Deputado Durval Ângelo. Não podemos jogar pedra no profissional, mas ele precisa aprender a nos receber.

Dou os parabéns para a Mesa, na pessoa do Deputado João Leite, que tem essa capacidade de nos ouvir. Queremos melhora, porque pagamos para receber de volta; queremos estrutura para a nossa polícia, que está aí para nos atender; queremos que ela tenha condições de nos atender, em todos os sentidos.

Gente, muito obrigada, porque é difícil falar quando chega tanta coisa em nossa cabeça. São mil coisas. Tenho um primo em Ipatinga que foi esfaqueado. A Polícia passou, para lá e para cá perto dele, e não o atendeu, porque ele mexe diretamente com drogas. A sociedade, que está cansada de ver certas coisas, acha preferível atender uma pessoa mais à frente que alguém que tem sido preso há cerca de 20 anos. Tem-se batido na mesma tecla, sem conseguir o controle. Os pais pagaram clínica particular, mas ele não conseguiu ser curado. Os governos têm de investir em saúde e em tratamento.

Outra coisa, sobre a qual eu falava com o Carlos, é preciso parar de nos proibir de trabalhar. Quando estamos trabalhando, não temos tempo de inventar moda. A lei tem de voltar, como no meu tempo, em que trabalhávamos, fazíamos testes e passávamos. Quando não passávamos, batiam o carimbo em nossa carteira, ao devolvê-la. Devem deixar que trabalhemos. A maioria da violência e da bandagem que vem acontecendo é por falta de trabalho, falta de ocupação de todos, dos jovens, de todo o mundo. Os idosos também precisam voltar para o trabalho.

O Sr. Presidente - Obrigado, Terezinha. Agradeço também à Aparecida e à Kátia, que ali estão dando-nos atenção. Obrigado pela atenção. Estão anotando tudo para os encaminhamentos. Com a palavra, nosso último inscrito, Leonardo Alves Batista, do grupo de Consciência Existencial e Coletiva.

O Sr. Leonardo Alves Batista - Boa tarde a todos e a todas. Nossa bandeira de Minas, que esta Casa deveria representar, tem uma palavra chamada liberdade. Minas, infelizmente, é um dos Estados que, em seus espaços de poder mais importantes, não efetiva um dos princípios basilares, que é o controle social, conforme determina nossa Constituição, com um conselho de comunicação social, o qual foi votado aqui, por esta Assembleia, na conferência. Ouvimos hoje um especialista, um ex-Capitão do Bope que estudou sociologia. Ele falou que onde há cultura, onde há um outro referencial de mundo, a questão da criminalidade é tratada de forma diferente.

Não há espaços, e o que nossa mídia faz hoje? Criminaliza a pobreza, vende uma lógica de mundo, onde parece que estamos em constante guerra. Trata-se da reprodução contínua do massacre que acontece com nossa juventude. No Brasil, existe uma hipocrisia com relação às drogas, o que ficou muito claro na fala dele. É uma pena que ele não esteja aqui para contribuir conosco em suas considerações finais. Não estamos discutindo quem compra drogas, mas quem as vende. Queria que ele perguntasse ao Plenário, cheio como estava, quem já havia feito uso de algum tipo de droga, lícita ou ilícita, conforme fez dos CDs. Fiquei impressionado como dentre nós, que aqui estamos, pouquíssimos tiveram coragem de falar que compraram CD pirata do Tropa de Elite 1, como a maioria dos brasileiros fizeram.





A questão das drogas precisa ser pautada. Tem de haver controle social, relativamente à comunicação e à mídia. Precisamos que as verdades sejam postas e que os problemas reais sejam discutidos. Este Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais deveria pautar essa tentativa, mesmo sabendo que não está no seu âmbito resolver o problema. Deveria trazer para a arena pública o debate porque é válida qualquer tentativa de fazer a discussão da legalização. Entendo por legalização a colocação dentro da lei. Temos um código penal de não sei quando. Até pouco tempo, havia uma lei sobre a proibição de se colocar carruagem aqui. O tema não está em debate, mas V. Exas. têm o poder, por meio das câmeras de filmagem, de levar à sociedade essas discussões. Este espaço deve ser utilizado para pautar esse tipo de discussão. Não existe uma sociedade violenta, se não se constrói essa sociedade a partir da mídia, da escola ou da superestrutura.

A Defensora falou muito bem que o pessoal de Neves fica reclamando da criminalização que a cidade sofre, que os moradores sentem por mandarem mais um presídio para lá, que é preciso relativizar as coisas. A senhora está certa, é preciso relativizar, mas vamos relativizar a discussão do modelo que será levado para lá. Privatizar a tentativa de ressocialização, como a proposta do governo do Estado, é um absurdo, uma afronta a todos os direitos humanos. Penso que todas as pessoas que acreditam na construção de uma sociedade baseada nos direitos humanos deveriam ir contra isso, porque se trata de um mercado. Sou um capitalista, dono de uma empresa, estou colocando a vida das pessoas em minhas mãos, e eu, dono de um presídio de PPP, quanto mais pessoas tiver nas mãos, mais dinheiro ganharei. Por que vou ressocializá-las? Sabendo que o nosso modelo já é falho, está na hora de repensarmos muita coisa, e este fórum começou com o pé direito. Vamos de Apac. Muito obrigado.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Deputado João Leite, se me permite, darei uma pequena sugestão, farei uma análise do nosso Código Penal. Se os nossos jovens de hoje, aos 16 anos, podem optar pelos seus representantes nesta Casa, por que, aos 16 anos, não podem responder pelos seus atos? Isso é muito importante. Se os jovens que têm 16 anos hoje chegarem aos 30 anos de idade, eles serão sobreviventes, porque, no mundo ocidental, estamos vivendo num mundo - desculpem-me a palavra - "capetalista". Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Joaquim, para suas considerações finais.

O Sr. Joaquim José Miranda Júnior - Exmo. Sr. Deputado, a minha consideração final é de agradecimento. Ouvi atentamente os debates nesta Casa e, no tocante ao que nos compete como instituição do Ministério Público, V. Exa. pode contar com nossa boa vontade, disposição e ânimo para estar sempre colaborando e participando. Muito obrigado e parabéns.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, a Sra. Geórgia Ribeiro Rocha.

A Sra. Geórgia Ribeiro Rocha - Parte da Secretaria de Defesa Social tem a certeza de que todas as considerações, sugestões e críticas feitas aqui serão incorporadas e consideradas do ponto de vista da Secretaria e das suas ações, porque é assim que acreditamos que se faz uma política pública consistente a partir deste debate. Obviamente nós, que nos colocamos aqui como poder público e gestor de uma política pública, temos sempre um papel difícil de, ao mesmo tempo, reconhecer os avanços obtidos e ter a capacidade da crítica para que possamos avançar mais. Digo sempre que, como tudo na vida, precisamos encontrar um meio-termo e adotar o bom-senso de olharmos para a frente, para o quanto ainda temos que avançar - e este evento é uma prova disso. Temos muito a melhorar, mas é preciso também olharmos para trás e verificarmos o quanto já caminhamos. Aqueles que lidam com o conhecimento da realidade da segurança pública, do sistema prisional, do sistema socioeducativo mineiro sabem o quanto efetivamente avançamos. Mas isso não pode nos levar à acomodação. Temos sempre que pensar em melhorias. Este é o desafio: contemplar todas as demandas sociais, que são inúmeras, e lidar com a valorização dos nossos profissionais e com a ampliação do efetivo em meio a uma realidade de restrição orçamentária - e tantas áreas necessitam de investimento.

Então, é preciso esse equilíbrio. Fazer mais com menos, fazer melhor, inovar em técnicas. É isso que vimos buscando, e, certamente, os senhores podem ter o compromisso do Governador Anastasia e do Secretário Lafayette de Andrada de que adotaremos essa lógica.

Quero responder aqui a uma questão, aceitando o puxão de orelha do Rodrigo Pimentel. Temos o dever de manter sempre esse número em mente, na memória, porque, de fato, não o tínhamos. O nosso Secretário Maurício tem uma memória impressionante. Mesmo já estando há um ano afastado da Secretaria de Defesa Social, foi muito preciso. Em 2009, tivemos, em Minas Gerais, 17,4 homicídios por 100 mil habitantes, o que perfaz um número aproximado de 3.400. Já em 2010, fechamos o ano com 15,9 por 100 mil habitantes. Isso significa praticamente 300 casos de homicídio a menos no Estado. Em Belo Horizonte, essa redução tem sido muito mais significativa.

Ao longo dos anos, temos observado isso numericamente. Podemos entender por que há essa sensação. Quando dizemos que o número diminuiu, alguém na plateia diz que aumentou. Sempre lidamos com esse fato, pois a sensação da população é sempre a de que essa criminalidade violenta está aumentando. Lidamos com o acompanhamento sistemático desses números e podemos afirmar que, quantitativamente, esses números estão diminuindo. Falo isso tomando por parâmetro o homicídio. Como o Rodrigo disse, é o tipo de crime em que a subnotificação é muito baixa, é praticamente nula, porque há um corpo ali e não há como fugirmos dessa realidade. É um número, de fato, que retrata algo que está acontecendo, mas ainda temos a sensação de que está aumentando. Talvez pudéssemos explicar e nos perguntamos isto hoje: como trabalhar com a sensação de segurança da população? Primeiramente, por que ainda há esse sentimento de que está aumentando? É porque os números ainda são altos. O Rodrigo Pimentel disse aqui qual é o número considerado o limite máximo em termos internacionais. São 10 casos por 100 mil habitantes. Temos no Estado 16 casos por 100 mil habitantes. Temos em Belo Horizonte 25 por 100 mil habitantes. Ainda é mais do que o dobro de um parâmetro aceitável. Então, ainda estamos com uma ocorrência de casos elevada, mas, quando comparamos esses dados à nossa realidade em 2003, percebemos que reduzimos drasticamente; no entanto, ainda estamos em níveis elevados.

Precisamos continuar investindo nas nossas estratégias. Cito aqui o Fica Vivo, que é um programa de prevenção e controle de homicídios extremamente exitoso, reconhecido internacionalmente, com apoio do Gepar da Polícia Militar, que é um grupamento especializado para tratar disso, havendo a necessidade de que a Delegacia Especializada de Homicídios também atue nisso. Ela tem recebido investimentos. Digo isso não no sentido de excluir os investimentos nas outras áreas. Como estou falando sob a lógica do



enfrentamento de homicídios, é óbvio que isso precisa ser estruturado. Então, há muito a ser feito. Temos ainda muito trabalho pela frente. Sem contar que, quando falamos em sensação de segurança, estamos dizendo que somos, a todo momento, nas nossas casas, nas nossas vidas, invadidos por imagens e acontecimentos que ocorrem do outro lado do mundo ou do País e que nos afetam. Hoje a comunicação não tem fronteiras. Então, temos de trabalhar com a sensação de segurança, sim, com o controle real desses crimes. É preciso reduzir mais, melhorar a nossa capacidade de enfrentamento com uma visão de futuro, mas é preciso olharmos para trás e pensarmos o quanto Minas Gerais já avançou.

Vamos, então, continuar nesse ímpeto da crítica construtiva, com propriedade, com consistência. Vamos nos inteirar do que é a realidade da segurança pública, para que possamos qualificar o nosso debate aqui nesta Casa e em todo o ambiente de segurança pública. Mais uma vez, agradeço à Assembleia Legislativa por promover isso. É assim que formaremos a tal massa crítica, para que consigamos sair deste patamar e alcançar um ainda melhor na segurança do nosso Estado. Muito obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Temos agora a tradução, com a ajuda da Kátia, da Terezinha, da Aparecida e também da nossa equipe de apoio do fórum. Temos agora a participação da Sra. Helenita do Patrocínio dos Santos, que tem 72 anos e encaminha solicitação neste fórum, pois estava tentando expor sua indignação pelo atendimento obtido no Centro de Saúde Marco Antônio de Menezes, na Sagrada Família. Ela foi discriminada, disse que não é louca, apenas tem dificuldade de se comunicar. Contou-nos que o posto não fornece os medicamentos de que precisa, pois acham que não tem condições de tomá-los sozinha. Ela mora na Sagrada Família e precisa de alguém para ajudá-la no seu dia a dia. A Defensora Pública Dra. Andréa está aqui e já solicitou seu endereço para orientá-la. Passaremos para ela todos os dados.

Com a palavra, a Sra. Andréa para suas considerações finais.

A Sra. Andréa Abritta Garzon Tonet - Antes de fazer as considerações finais, gostaria de dar retorno especificamente para a Sra. Liliane, pois teceu uma crítica acerca da estrutura física da Defensoria Pública e pediu que eu lançasse um olhar mais humano para a questão.

Aí aparecem as limitações: estou no cargo de Defensora-Geral há seis meses, e o prédio é alugado. Assim que cheguei, pedi que providenciassem uma rampa de acesso de madeira, pois não existe acordo com o locador para a realização da obra. Então, estamos providenciando uma rampa de madeira. No que se refere ao banheiro, é a mesma coisa, ou seja, o prédio não é nosso. Agora, se tudo correr normalmente - e esperamos que corra -, ainda no primeiro semestre receberemos uma sede própria, onde essas providências foram demandadas junto à arquiteta: o banheiro e a rampa de entrada do prédio com acessibilidade para deficientes.

Com relação à falta de tradutores, isso ocorre, pois os cargos correspondentes são criados dentro do Estado. A Defensoria Pública tem um corpo de cargos que não prevê esse tipo de profissional. Essa é a estrutura que o Estado nos dá. Ainda que o Defensor-Geral quisesse contratar, não temos a previsão de contratação de médicos, de engenheiros ou de vários profissionais de suporte ou assistência, pois não são previstos na nossa estrutura - razão pela qual não se faz. Não é uma questão de vontade de fazer, de querer fazer: existem limitações que a própria administração pública impõe ao órgão público.

Com relação à Sra. Helenita, repito que a sua questão principal é o fornecimento de remédios. Irei encaminhar o seu caso para a área de saúde da Defensoria.

Gostaria de agradecer a oportunidade e, mais uma vez, elogiar a Assembleia pela iniciativa. A Deputada Maria Tereza Lara mencionou que a Defensoria Pública de Betim tem apenas quatro Defensores. Essa questão de manter Defensores nas comarcas não é um problema que se resolva apenas querendo resolvê-lo e dizendo: "Mandarei Defensores para Betim". Por que não mandarei amanhã Defensores para Betim? Porque não tenho Defensores para mandar para Betim nem para Contagem, Neves, Teófilo Ottoni ou Ipatinga. Por quê? Porque hoje somos 450 Defensores Públicos em todo o Estado, com previsão para 1.200 cargos. Então, aproveitando a oportunidade, homologamos ontem um concurso para 150 vagas. Aliás, são 210 aprovados. Precisamos do apoio da comunidade e da Assembleia para nomearmos esses Defensores e fazermos os nossos concursos, a fim de atendermos, de maneira digna e eficaz, a sociedade. Como disse o colega, sem material humano, não há como prestar serviço de excelência, ou seja, bons serviços. Portanto, fica aí o nosso apelo por esse apoio de que a Defensoria Pública precisa. Muito obrigada.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Dra. Andrea, agradeço-lhe a resposta, assim como ao Deputado João Leite, pois, desde a terça-feira, este é o primeiro momento em que vejo neste fórum realmente um debate. A formulação desse pedido da Defensoria já fiz em 2008. Por não saber que o prédio é alugado, pela placa que está na recepção da Defensoria, concluí, pelo que li, que aquele prédio, com livro de presença assinado, na inauguração, por nosso querido Aécio Neves, fosse do governo do Estado. Acredito que estou no local certo, ou seja, no Parlamento, para pedir uma providência. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Liliane. Com a palavra, o Sr. Maurício Campos Júnior, para as suas considerações finais.

O Sr. Maurício Campos Júnior - Deputado João Leite, agradeço-lhe a oportunidade. Vim aqui com muita satisfação para rever, depois de um ano, alguns amigos que fiz quando era Secretário de Defesa Social, de 2007 a 2009. De fato, foi uma grande oportunidade ver esta Casa funcionando. É óbvio que, cada vez mais, ela está transparente e sendo exposta pela TV e por outros meios de publicidade do trabalho legislativo. É um prazer assistir aqui aos debates, às manifestações e às mais simples oportunidades que a democracia oferece. Esta Casa é uma Casa verdadeiramente democrática, onde as pessoas têm efetivamente voz. Isso é a maior e a melhor contribuição da Assembleia, dando e fazendo voz a essa comunidade.

Relativamente à Defesa Social, o debate foi também bastante rico. É óbvio que há pontos que são sempre detalhes de problemas peculiares ou particulares daqueles que aqui se fizeram representar. Em geral, por meio dos pequenos ou dos detalhados problemas ou por diretrizes gerais, certamente este debate aqui travado constituirá um grande subsídio para o trabalho legislativo desta Casa nos próximos anos.

A Dra. Geórgia chamava a atenção para o desafio da Defesa Social. Acredito que ela invocou uma reflexão de quem aqui está ou esteve ao longo do dia. É relativamente simples criticar ou atirar pedras num telhado e é muito mais difícil reconhecer eventualmente o avanço de uma determinada área, de uma pessoa, de um esforço ou, de fato, uma melhoria. Eventualmente, o mais simples é o discurso pelo caminho mais curto e, muitas vezes, o de alardear os defeitos e destacar as exceções.



Isso é útil, óbvio que é útil, mas às vezes é injusto. Por outro lado, muitas vezes nos apegamos ao discurso politicamente correto ou à insistência nos chavões. A Dra. Geórgia chamou a atenção para um fato: Minas Gerais, ao longo dos últimos anos, tem apresentado indicadores que constituem uma redução de criminalidade violenta impressionante. Alardeia São Paulo tudo que tem feito de muito bom; alardeia o Rio de Janeiro tudo que tem feito de muito bom. E é interessante como, nesses próprios Estados, muitas vezes todos reconhecem tal avanço. Minas Gerais tem feito isso silenciosamente, silenciosamente. E às vezes não por culpa de quem não reconhece o avanço, mas talvez porque não se dê conta do avanço.

Nós, no tempo em que estive na Secretaria, mantínhamos indicadores de homicídio, por exemplo, na página da Secretaria. Em relação a Belo Horizonte, nos inteirávamos dos números, mês a mês, de homicídios de mulheres e de homens e da idade dessas pessoas, e o lugar onde a pessoa morreu era referenciado na tela do computador, com o nome da rua de Belo Horizonte onde a morte aconteceu. Transparência maior que essa não há em nenhum lugar do Brasil; estou para dizer que, na América Latina, não há essa transparência.

E mais. Lembro-me de que a Secretaria monitorava - tenho certeza de que ainda o faz - mais do que indicadores objetivos de criminalidade, porque monitorava a rotina das pessoas. Isso porque as pessoas não se dão conta, mas, ao longo dos últimos anos, elas têm mudado um pouco a sua rotina. Eu costumava dizer que indicador objetivo de criminalidade você consegue reduzir com uma ação efetiva até em curto tempo; homicídio num ano é "x"; no outro, é menos "x". Mas a sensação de segurança, não se consegue fazer com que seja percebida na mesma velocidade. Por isso as pessoas, embora os indicadores sejam reduzidos, não reconhecem o avanço que aconteceu, o que é normal. Assim passamos a monitorar a situação em 2002, quando as pessoas estacionavam carros em "shoppings", punham cercas elétricas nas casas, frequentavam esteiras das academias e fiscalizavam a chegada do filho no portão da garagem, do prédio ou da casa. Em 2007-2008-2009, passamos a perceber que as pessoas não andavam mais em esteiras nas academias, mas em praças públicas, em ruas de bairros; que as pessoas não frequentavam apenas "shoppings", mas já começavam a frequentar áreas centrais revitalizadas; que as pessoas frequentavam calçadas em cafês ou bares, ao contrário do tempo em que esses estabelecimentos fechavam. Essa mudança de rotina levava a outras observações. Por exemplo, sem que as pessoas percebam, no dia de hoje, com toda a violência ainda presente, elas simplesmente se esquecem de verificar a hora em que o filho chegou em casa. Se antes ficavam acordadas até escutar o barulho do portão se fechar, vigiando da janela, atualmente vão saber no dia seguinte, pela manhã, ao tomar o café, a que horas o filho realmente chegou. Isso é uma mudança de rotina, que se vai percebendo numa velocidade diferente dos indicadores objetivos.

E isso serve para quê? Que venha a crítica, e aqui é o melhor lugar para a crítica, que o processo seja o democrático, que os gestores públicos estejam dispostos a ouvir. Lembro-me de que já vim a esta Casa em outras oportunidades e alguém disse: "Puxa, por que o Secretário está aí para ouvir tão frontalmente uma crítica?" Porque simplesmente isso é democracia e é dever do gestor público.

E posso dizer isso muito a cavaleiro. Creio que, depois de três anos na Secretaria, se alguém acreditava que eu tinha algum interesse pessoal, agora ficou muito claro que não, em hora nenhuma. O meu interesse era colaborar, contribuir, oferecer um pouco; errando muito, acertando um pouco, e sempre tentando, sempre, sempre, sempre, acertar. Então creio que esse esforço que foi meu, junto ao grupo que ainda hoje vejo presente, é o que levo de bom para minha própria experiência biográfica, ou seja: revê-los é sempre uma oportunidade.

Eu agora, na tranquilidade do meu trabalho e da minha casa, espero que os senhores façam mais por mim. Obrigado.

O Sr. Presidente - Quero agradecer a todos, especialmente àqueles que me apoiaram, aos Consultores da Assembleia Legislativa - Dr. Lincoln, Dr. Gustavo e Dra. Elizabeth. Agradeço também ao Dalton, que facilitou o meu trabalho, e a toda a equipe de apoio.

## ATA DO EVENTO REALIZADO NA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/2/2011

### Presidência do Deputado Almir Paraca

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Sandro Veríssimo Oliveira de Miranda - Palavras do Sr. Clélio Campolina Diniz - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. João Luiz da Silva Dias - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Jupira Gomes de Mendonça - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Rita Velloso - Apresentação de sugestões.

### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Clélio Campolina Diniz, Reitor da UFMG e Professor da Faculdade de Ciências Econômicas; as Exmas. Sras. Jupira Gomes de Mendonça, Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura da UFMG; e Rita Velloso, Coordenadora do Observatório de Políticas Urbanas da PUC Minas; e os Exmos. Srs. João Luiz da Silva Dias, Presidente do Instituto de Mobilidade Sustentável - Rua Viva; e Sandro Veríssimo Oliveira de Miranda, assessor da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana, representando o Secretário Alexandre Silveira.

### Palavras do Sr. Presidente

O tema do encontro de hoje nos remete a uma persistente realidade em nosso Estado: a da disparidade de desenvolvimento entre suas regiões. Algumas são industrializadas, dinâmicas, competitivas, com elevada participação no PIB estadual, oferecem variado leque de oportunidades, com reflexos positivos na qualidade de vida dos cidadãos. Outras revelam traços persistentes de estagnação, carecem de infraestrutura, para dar suporte às atividades econômicas, e de recursos, para implementar serviços públicos básicos, como



os de saúde, educação e saneamento. Apresentam poucas alternativas de emprego e renda e baixos Índices de Desenvolvimento Humano - IDH. Quando falamos de tais desigualdades, lembramo-nos logo das regiões mais prósperas, como a Central, Sul e Triângulo, em contraste com as do Norte, Noroeste, Jequitinhonha e Mucuri, historicamente mais pobres e sem projetos concretos para mudar seu perfil socioeconômico. Mas há também em nosso Estado consideráveis diferenças intrarregionais, como a que ocorre na região Central. A microrregião de Belo Horizonte concentra mais de 75% do PIB regional, ficando as demais 12 microrregiões, juntas, com menos de 25%.

Há ainda entre as abordagens deste encontro a questão das regiões metropolitanas, como as de Belo Horizonte e do Vale do Aço, nas quais a proximidade e o intenso intercâmbio entre os Municípios geram problemas comuns, como os de transporte, saúde, moradia, preservação ambiental, uso e ocupação do solo. Estamos diante de situações que exigem diálogo permanente entre as instâncias estadual e municipal, ampla compreensão das realidades regionais e municipais e planejamento consistente para a implantação de programas que induzam um desenvolvimento mais equilibrado em Minas Gerais. Sabemos dos esforços que têm sido feitos nesse sentido pelo governo estadual, por meio de Secretarias e órgãos setoriais, assim como dos instrumentos de planejamento, a exemplo do PPAG e do PMDI, que visam, respectivamente, à obtenção de resultados em médio e longo prazos. Nesta Casa, o tema já foi abordado diversas vezes, em ciclos de debates, fóruns e seminários. Discutiram-se amplamente nesses eventos questões relacionadas à moradia, aos planos diretores, aos consórcios intermunicipais e à mobilidade urbana, aspecto que demanda ações urgentes na Capital e seu entorno, diante da realização da Copa das Confederações, em 2013, e da Copa do Mundo de Futebol, em 2014.

Com respeito às regiões metropolitanas, especificamente, a Assembleia Legislativa já promoveu debates e conferências e aprovou leis que dispõem sobre a regulação e a gestão das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço, com vistas a viabilizar seu crescimento de forma mais harmônica e sustentável.

Temos a certeza de que as iniciativas deste Parlamento e as políticas públicas referentes à governança regional e urbana serão enriquecidas com as discussões e propostas apresentadas neste fórum democrático. Agradecemos às autoridades, aos expositores, aos demais participantes e a todos os que contribuíram para sua realização. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Neste momento, exibiremos um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “Governança regional e urbana.”

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece que, entre um expositor e outro, abriremos espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas via consulta pública, pelo formulário do “Participe Agora” e pelo 0800. A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia – [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) –, abrir o “link” do Fórum Democrático e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 0800-709-25-64.

#### Palavras do Sr. Sandro Veríssimo Oliveira de Miranda

Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa e informo-lhes que o Secretário não pôde comparecer a esta reunião em razão de um impedimento. Gostaria de tecer alguns comentários sobre o Sistema de Gestão Metropolitana instituído em Minas Gerais. Serei bastante breve. Primeiramente farei um rápido histórico sobre a gestão da RMBH. Desde 1988, com a elevação do Município a ente federado, há uma desarticulação, que durou algumas décadas, das políticas municipais no território metropolitano, que - sabemos - é uma cidade com várias Prefeituras. Vendo uma mancha urbana da região, numa foto aérea, percebemos que os limites políticos e administrativos dos Municípios não coincidem com a cidade real, ou seja, com o que está ocorrendo nas cidades que integram essa área conurbada metropolitana da região. Buscando a literatura, observamos que sempre foi uma questão de desarticulação das políticas municipais bastante complicada de resolver, até porque o poder do Prefeito acaba naquela linha imaginária. Só que ela faz parte contínua de uma outra cidade que começa ali, onde começa a gestão de uma outra Prefeitura, que, às vezes, era oposição e tudo o mais. Então tínhamos esse sério problema. O Sistema de Gestão Metropolitana era composto por um colegiado que continha um voto para cada Prefeito. Havia também um problema nesse modelo de gestão, porque juntavam 20 Prefeitos que se encontravam bem distantes da Região Metropolitana e que representavam uma população menor, mas teoricamente eles teriam um poder decisório que conseguiria orientar todas as ações da Região Metropolitana. Em razão desse problema, foi instituído, por meio de emenda à Constituição, e depois por meio de leis complementares, um novo modelo de gestão da região metropolitana.

Esses são alguns dados sobre a Região Metropolitana: composta por 34 Municípios, com aproximadamente 5 milhões de habitantes; no colar metropolitano há mais 14 Municípios, com aproximadamente 532 mil habitantes. A Região Metropolitana concentra cerca de 25% da população do Estado, estando quase a metade somente em Belo Horizonte. Se se juntarem os seis Municípios maiores, concentram-se 85% da Região Metropolitana. Esses números mostram por que precisávamos de outro modelo de gestão para essa região; ela responde por 34% do PIB, mais de um terço do PIB estadual, só na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH -, e com os três maiores PIBs da região - Belo Horizonte, Contagem e Betim - obtém-se quase 29%, 30% do PIB de todo o Estado, o que equivale a 83%, 84% aproximadamente da RMBH. A taxa de desemprego atualmente é de 9,5%, uma das menores das regiões metropolitanas de todo o Brasil.

Quanto à mudança, na Constituição do Estado, desse novo marco legal para a Região Metropolitana, essa figura mostra a evolução de como nós, no governo, vimos tratando a gestão metropolitana no Estado. Ela começou em 2003, com uma superintendência de assuntos metropolitanos, com a criação da Sedru, que antes era Secretaria de Habitação; em 2007, de certa forma ela ganha mais centralidade no governo, e cria-se a Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano; em 2009 já havia previsão legal da Agência, do





Fundo, do Conselho, da Assembleia, que compõem o Sistema de Gestão Metropolitana, mas só em 2009 é que, de fato, na prática, consegue-se iniciar os trabalhos da Agência Metropolitana, implementar a Assembleia Metropolitana e o Conselho. E agora, nessa nova gestão, foi criada a Secretaria Extraordinária para cuidar de tal questão, que responde tanto pela RMBH quanto pela Região Metropolitana do Vale do Aço. Essa Secretaria já foi criada com o intuito de também implementar o arranjo metropolitano, o sistema de gestão metropolitano do Vale do Aço, ainda não implementado.

Essa é a estrutura atual proposta pela legislação, que já está funcionando em Belo Horizonte, onde há a Assembleia Metropolitana, com todos os Prefeitos e Vereadores da Região Metropolitana. Trata-se do órgão máximo, deliberativo, que estabelece as macrodiretrizes do planejamento metropolitano. É também um órgão que pode vetar ou revogar uma decisão do Conselho. Há uma instância mais enxuta, deliberativa, que é o Conselho Deliberativo da Região Metropolitana. Também há a Secretaria de Gestão Metropolitana e os instrumentos: o Fundo e o Plano de Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI. Esses são instrumentos constitucionais, encontram-se nos arts. 42 e 50 da Constituição Estadual. A Agência Metropolitana de Belo Horizonte é a executora dessa política, que é formada pela Assembleia, Secretaria e Conselho Deliberativo. A lei é clara quanto às conferências metropolitanas, que vão consolidar quais as diretrizes para o planejamento da RMBH. A ideia agora é implementar esse mesmo sistema no Vale do Aço.

Apresento aí uma listagem das funções públicas de interesse comum, que se encontram na legislação reformulada há poucos anos. Para terem uma ideia, a Constituição da República de 1988 dispõe que os Estados, mediante lei complementar, poderão criar regiões metropolitanas, além de outras figuras, para integrar, organizar, planejar e executar as tais funções públicas de interesse comum. Nitidamente, a Constituição Federal remete aos Estados Federados o dever de instituírem critérios para se criarem regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, além de definirem suas próprias constituições, leis e políticas, que são as funções públicas de interesse comum. Na verdade, são questões de interesse que estão acima do interesse local, portanto, constitucionalmente, não cabe ao Município, isoladamente, conduzi-las. O que propomos e o que é estabelecido hoje no Estado é uma gestão compartilhada dessas funções públicas de interesse comum, por meio do diálogo com os Municípios, com a sociedade e com todo o arcabouço de gestão - Assembleia e colegiados. A legislação também determina as funções, os temas, para promover uma gestão compartilhada.

A Assembleia Metropolitana, como já mencionei, abrange os 34 Prefeitos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os 34 Presidentes das Câmaras Municipais, 4 representantes do Executivo do Estado e 1 representante do Legislativo do Estado. Cabe à Assembleia Metropolitana definir as macrodiretrizes do planejamento metropolitano e referendar ou vetar as decisões do Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano. O Conselho, por sua vez, é mais enxuto. É composto por cinco representantes do Executivo, dois do Legislativo, e há uma distribuição do número de assentos dos Municípios que levou em consideração a nossa aprendizagem na RMBH nas últimas décadas, que foram de gestão desarticulada. Cada diretório municipal agia de acordo com uma lógica individual, municipal. Essa composição do Conselho tenta justamente reverter um grande problema: os Municípios de maior população estavam muito mal representados, o que acabou esvaziando esse processo de gestão compartilhada. Houve esse problema e buscamos solucioná-lo com a composição do Conselho. Além disso, há dois representantes da sociedade civil, que são eleitos na Conferência Metropolitana. Há também um colegiado, que foi organizado pela sociedade civil e é extraoficial. Foi criado para que, quando os representantes da sociedade forem deliberar no Conselho, estejam alinhados com o que, de fato, já foi debatido previamente pela sociedade. Atribuições do Conselho: provocar a elaboração do PDDI; acompanhar a elaboração desse Plano; e definir as diretrizes de planejamento. A Agência é o braço executor da assembleia do Conselho, digamos assim. Ela foi criada em 2009 pela Lei Complementar nº 107. A Agência é autárquica, com caráter técnico e executivo. Atualmente ela está vinculada à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana. Até o ano passado, ela estava vinculada à Sedru, na antiga Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano. A partir deste ano, ela passou a se vincular à Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana.

O Fundo Metropolitano também foi criado junto a esse arcabouço institucional. É importante destacar que há uma previsão legal segundo a qual 50% dos recursos desse fundo serão aportados pelo Estado, enquanto os outros 50% serão aportados pelos 34 Municípios. Aí há uma proporcionalidade, mas, dessa forma, há um rateio entre os 34 Municípios para aportarem a outra parte dos recursos. Aqui se mostra um histórico dos recursos movimentados pelo Fundo. Em 2009, apenas 5 Municípios contribuíam; em 2010, esse número subiu para 20; e este ano estamos trabalhando para que 30 Municípios comecem a contribuir.

O importante aqui é a cultura de se trabalhar a questão metropolitana de forma supralocal, ou seja, em conjunto. Por mais que ainda não seja grande o aporte de recursos no fundo, precisamos fortalecer a cultura de que vamos resolver esse problema com o Fundo Metropolitano, nos colegiados e nos espaços institucionais. Precisamos nos apropriar dessa cultura, para que possamos avançar de fato na gestão compartilhada. Ou seja, temos de parar de pensar individualmente em alguns problemas; precisamos dividir esses problemas e buscar soluções em conjunto.

Finalmente, outro instrumento da gestão metropolitana é o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI -, com contratação deliberada pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento Metropolitano - CDDM. No ano passado, esse plano fez contrato com a UFMG, especificamente com o Cedeplar, que trabalhou com a Sedru e outros atores. Atualmente, com novas Secretarias e novas pessoas entrando no governo, esse trabalho está sendo estudado pelo Executivo, mas já temos o histórico do ano passado, ou seja, um caminho andado no sentido de se planejar a região metropolitana. O que esperamos com este instrumento, o PDDI? É importante fortalecer a governança e a cidadania metropolitana - é aquela cultura de começar a botar em prática essa gestão, que não é só do Município nem só do Estado, mas de uma soma de seus esforços. Também esperamos ampliar o processo participativo, na medida em que chamamos a sociedade para discutir as ações, não mais apenas o modelo institucional. Além disso, integrar as políticas do Estado e do Município e, de certa forma, tentar articulá-las com o governo federal, para que tenhamos uma cooperação efetiva entre os entes. E, ainda, a definição de propostas objetivas e conjuntas para projetos que ataquem os gargalos da questão metropolitana. Essas são algumas ideias do que esperamos haver no conteúdo desse Plano. Naturalmente, a Agência Metropolitana, que é o braço executor, terá a missão de buscar implementá-lo. Por fim, alguns comentários sobre as principais competências da Agência de Desenvolvimento da



Região Metropolitana: a promoção da elaboração do PDDI e de estudos técnicos e diagnósticos. Como ela tem caráter executivo e técnico, cabe-lhe também fiscalizar as políticas que demandam poder de polícia. Enfim, é um órgão ao mesmo tempo técnico e executivo. Era essa a mensagem que gostaria de deixar: houve mudança no modelo de gestão metropolitana, e aqui trouxemos um breve histórico de como vimos discutindo essa gestão em Minas Gerais, quais foram os problemas enfrentados e por que o modelo institucional foi desenhado dessa forma - isso decorre de um histórico. Hoje, esse é o nosso modelo de gestão, que queria apresentar aqui. Não vou mais tomar tempo do fórum. Agradeço a atenção. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

### Palavras do Sr. Clélio Campolina Diniz

Boa tarde a todos. Inicialmente, gostaria de agradecer à Assembleia Legislativa e aos organizadores deste fórum o convite para participar deste debate. Cumprimento os meus companheiros de Mesa, vários deles companheiros de trabalho de longa data. Serei disciplinado - estou olhando o relógio - gostaria de iniciar a minha exposição pelo tema que chamei de “Desafios da gestão territorial e urbana”. Por que introduzi a palavra “territorial”? Costumamos muito falar sobre a questão regional. No fundo, do ponto de vista conceitual, estamos tratando do território, e aqui, inicialmente, farei uma reflexão teórica sobre o papel do território no desenvolvimento. Temos de entender o território e as regiões não como um recorte do mapa. O território contém população e história, possui identidade política e cultural e atributos, sendo alguns naturais e outros construídos. O território também produz base produtiva - algumas mais desenvolvidas e outras menos desenvolvidas - e atores e agentes. Assim, se estamos falando em uma sociedade democrática, precisamos entender o papel do território no desenvolvimento econômico e que ele não é só um recorte do mapa, mas um conjunto de elementos. De saída, diria que a cidade é parte do território. Então, talvez possa parecer um pedantismo de professor, mas é importante conceituarmos o nosso objeto de análise: a dimensão territorial do desenvolvimento, entendendo que o território contém esse conjunto de atributos, atores e agentes e que a cidade é parte do território, que chamamos de espaço construído. Então, esse é o primeiro elemento.

O segundo elemento: o território é organizado e comandado pela cidade ou pelo urbano, de forma que qualquer política de desenvolvimento regional deve começar pela cidade. Isso era algo um pouco desconhecido conceitual e teoricamente nas políticas de desenvolvimento regional, quando tratavam o território deixando a cidade de fora. Vou dar um exemplo muito recente: os eixos nacionais de desenvolvimento e integração elaborados no Brasil, há pouco anos, não continham as cidades, como se o território fosse um ente abstrato, um recorte do mapa, desconhecendo que qualquer dimensão do território era organizada e comandada a partir das cidades. Quero dar ênfase a isso. Não estou desconhecendo o rural. Em uma concepção de centralidade urbana, o rural é parte desse território que se organiza. Assim, não tem nenhum efeito prático em haver políticas de desenvolvimento regional que não consideram a cidade como elemento central na organização e no comando econômico, social e político desse território, especialmente em uma sociedade que já se urbanizou. O Brasil é um país urbano; Minas Gerais é um Estado urbano. A população vive predominantemente nas cidades. Não estou desconsiderando o rural. Não estou desconsiderando a população que não vive nas cidades. Estou dizendo que isso precisa ser visto de forma conjunta. Então, esse é o segundo elemento estruturador do território: vemos a cidade como ente que organiza o território.

Em terceiro lugar, temos de inserir Minas no Brasil, e o Brasil no mundo. Estamos passando por uma das mais rápidas transformações na reorganização da economia mundial, com uma nova geografia econômica, com uma nova geografia política e, portanto, também com uma forte mudança da posição do Brasil no cenário internacional.

Estou falando isso porque quero chegar a Belo Horizonte, que será fortemente influenciada pela reorganização da economia mundial, pela posição do Brasil nesse cenário. E qual o papel que a nossa metrópole terá? Isso é importante, e voltarei ao assunto.

Não podemos perder de vista que o mundo está cada vez mais integrado. Não sou um entusiasta da globalização, mas ela é um fato concreto. Gostemos ou não, é um dado que a história nos apresenta.

Passarei apenas duas ou três transparências, que são alguns mapas.

O primeiro mapa retrata o que era o Brasil em 1970, há 40 anos. Trata-se da rede urbana brasileira de uma cidade de mais de 50 mil habitantes. Vejam que o Brasil já tinha algumas grandes cidades, como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, mas era um País muito pouco urbanizado. Vejam agora o que aconteceu 40 anos depois. Não estou com os dados atualizados do censo de 2000, mas, em 2007, passamos a ter um País urbano. Isso foi uma profunda transformação estrutural que aconteceu no Brasil: o crescimento populacional. A população entre 1950 e 2010 se multiplicou por quase quatro e migrou do rural para o urbano. Tínhamos 36% da população vivendo em cidades - algumas cidades eram pequenas e tinham características rurais -, e hoje temos aproximadamente 85% da população vivendo em cidades, algumas das quais grandes metrópoles.

O Brasil possui 22 aglomerações urbanas com mais de 1 milhão de habitantes. Comparativamente com a experiência mundial, esse é um fenômeno exageradamente rápido. Só somos comparáveis, em termos de algumas metrópoles, a países como o México. A Região Metropolitana de São Paulo, ampliada, possui 30 milhões de habitantes em um raio de 100km que tem comutação diária por via terrestre. Ela só é comparável ao vale central do México, que é outra tragédia. Não é comparável a grandes metrópoles do mundo como Tóquio e Nova Iorque, que têm um sistema de transporte, acessibilidade e infraestrutura urbana muito diferente. Esse é o País sobre o qual estamos falando e no qual estamos inseridos.

Passarei rapidamente para a situação das grandes regiões mineiras. Não está sendo possível ler as transparências, mas pegarei os dados aqui em mãos. Observem que a diferença é gritante. O Norte de Minas possui 4% do PIB e 8% da população. De maneira aproximada, o PIB “per capita” do Norte de Minas é a metade da média do Estado. A região central tem 43% do PIB e 35% da população, ou seja, está acima da média. E, se considerarmos a RMBH - os dados já foram ditos pelos que me antecederam, pelo Presidente da Mesa ou pelo expositor que me antecedeu -, há ainda uma mais forte concentração. O Jequitinhonha tem uma posição semelhante ao Norte de Minas, assim como o Rio Doce, o Mucuri e até mesmo o Rio Grande.



São dados do ano 2000. Se considerarmos os dados de 2007, veremos que a concentração aumentou. A região central, que possuía 43% do PIB, passou para 46% - considerando-a no seu conjunto. Essa concentração é fortemente influenciada pela RMBH. Esse dado é preocupante em termos de uma política de desenvolvimento de médio e longo prazo que pense na integração do território do ponto de vista geográfico, econômico, social e político, se quisermos ter uma sociedade mais rica, mais harmônica e menos desigual. São alguns dados que nos preocupam.

Dentro desse cenário, a problemática urbana é central. Como já disse, não há só a concentração nas cidades. As mudanças tecnológicas contemporâneas levaram ao que se chama urbanização do campo. Este hoje tem padrões de consumo e acesso à informação semelhantes aos das cidades. Felizmente, a televisão está em todas as partes. A característica rural, agrária mudou para a contemporaneidade.

Toda a população está no contexto de acesso ao conjunto das informações; portanto, essa questão muda, além da urbanização estendida, em que todo o campo está vivendo a mesma cultura das cidades. É certo que algumas coisas acontecem de maneira um pouco perversa e inadequada, como os problemas de mobilidade de crianças para estudar nas cidades. Portanto, essa é uma preocupação central.

Ao se pensar na relação entre urbano e rural, regional, como parte de um mesmo conjunto, uma questão que virou moda veio para ficar: a questão ambiental. Ela não era motivo de preocupação nem era tratada sob o ponto de vista científico e acadêmico, mas agora devemos tratá-la de maneira adequada, sem os fanatismos dos extremos, sem a desconsideração total pelo meio ambiente e também sem o fanatismo. O processo de produção é de apropriação da natureza, não há como ter uma preservação absoluta da natureza. Preservação absoluta é uma coisa, mas o descontrole da natureza é outra. Devemos pensar nas mudanças contemporâneas, como o plástico, que é diferente dos elementos de natureza orgânica que se decompunham e que está distribuído por todo lado. Portanto, essas são tragédias que estamos construindo na nossa sociedade e que teremos que enfrentar em pouco tempo.

Para pensar o desenvolvimento do território em seu conjunto, dois elementos são centrais: a cidade e a acessibilidade. Não adianta ter uma cidade isolada; portanto, bate-se em alguns elementos da infraestrutura, como sistema de transportes. A cidade e o sistema de transportes organizam o território. No caso do Brasil, falta um ente intermediário. Nossa federação está organizada em três entes federados: União, Estados e Municípios. Não temos uma instância, como o Condado nos Estados Unidos e em vários países europeus, que organiza um conjunto de serviços de natureza comum. Está sendo ensaiada no Brasil uma forma de organizar os serviços, mas ainda não de maneira institucionalizada, por meio dos consórcios municipais. As cidades conurbam - o sistema de transporte, o saneamento, a habitação, a segurança são comuns para o conjunto do aglomerado urbano - e cada Município funciona como ente federado autônomo. Esse é um grande desafio da gestão pública no Brasil, principalmente da gestão urbana, e da gestão metropolitana em especial.

Nesse contexto, a Região Metropolitana de Belo Horizonte é um fenômeno muito especial. Belo Horizonte foi construída para ser a centralidade de Minas Gerais, uma vez que Ouro Preto, por condições do seu sítio urbano, não poderia conter uma metrópole capaz de polarizar o conjunto do Estado. Belo Horizonte tem dificuldade de polarizar várias regiões do Estado. Por exemplo, o Triângulo Mineiro e o Sul de Minas são fortemente polarizados por São Paulo, uma parte do Leste é polarizada pelo Rio de Janeiro, uma parte do Nordeste é polarizada pela Bahia e parte do Noroeste é polarizada por Brasília. Existem essas dificuldades de fraca polarização do conjunto do Estado.

Isso pode estar assustando os senhores. Há cerca de dois anos, a pedido do Ministério do Planejamento, coordenei um grande trabalho, o de pensar a dimensão territorial do desenvolvimento brasileiro. Identificamos a sugestão de uma política policêntrica para o Brasil para evitar essa megaconcentração em São Paulo e no Rio de Janeiro. Belo Horizonte poderia ser pensada como um dos vértices do sistema metropolitano primário do Brasil. Temos São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que é a terceira região metropolitana do Brasil, comparativamente a Porto Alegre, a Recife, etc., mas que poderia assumir um papel de destaque.

Agora volto à questão inicial. Estamos passando por um profundo redesenho das geografias econômica e política no mundo. Qual é o papel da metrópole Belo Horizonte no contexto da reorganização da economia mundial? Belo Horizonte tem todas as condições de se transformar num grande centro de serviços e, portanto, assumir um novo papel no contexto brasileiro e no internacional. Nesse sentido, a criação da agência metropolitana ou de desenvolvimento metropolitano poderá cumprir um papel central para pensarmos no fortalecimento das atividades em Belo Horizonte, mas não ampliar a concentração populacional. Para isso, teria que se redesenharem outras centralidades urbanas que fossem capazes de atrair população e atividades econômicas e evitar a megaconcentração em Belo Horizonte. Não é necessário haver megaconcentração populacional para se ter um papel de destaque no cenário brasileiro ou internacional. Frankfurt é uma cidade com pouco mais de 1 milhão de habitantes e é o centro financeiro da Europa. Então, essas questões precisam ser pensadas.

Além disso, há o desafio da gestão urbana e, em especial, da gestão metropolitana. Em primeiro lugar, a região metropolitana é um aglomerado de Municípios, como apresentado aqui, e, como instância municipal, têm independência, e não há outro caminho a não ser trabalhar em conjunto. O que a agência metropolitana e a Secretaria de Desenvolvimento Regional e Urbano estão fazendo com os Municípios é inevitável. Aí surgem vários problemas. Diria - o Prof. João Luiz está presente - que a cidade do automóvel está condenada. Não damos conta disso. Há dificuldades. Na crise contemporânea todo o mundo correu para salvar o automóvel, pois em torno dele há um conjunto de atividades que gera uma parcela significativa de renda e ocupa um conjunto significativo de pessoas. De maneira que levar o modelo do automóvel à crise é provocar uma crise econômica e desemprego generalizado. Essa é a contradição que estamos vivendo. Teríamos de substituir o padrão da cidade do automóvel, principalmente numa sociedade como a brasileira, que não atingiu um estágio de desenvolvimento econômico e social satisfatório, mas onde o automóvel tem uma enorme dominância.

Como fazer isso constitui um desafio. Pode-se perguntar: "Você sabe como fazer?" Sabemos. Entretanto, existem certas coisas que são como bomba atômica: sabemos que existe, mas não é para se usar. Corta-se o financiamento do automóvel e, no mesmo instante, provoca-se um colapso na indústria automotiva, que vai gerar desemprego, queda de renda e de impostos. São contradições, mas temos de ter consciência delas e saber até onde enfrentaremos esse problema ou não. Daqui a pouco a cidade se tornará inviável.



Aliás, quem se tornará inviável não é a cidade, seremos nós. A cidade como estrutura física está aí. Não vamos mandar jogar uma bomba para destruí-la. Porém, as condições de vida na cidade ficarão impraticáveis.

Com isso, obviamente, aparece o problema habitacional. Está havendo vários avanços para enfrentá-lo. O estoque de problemas é muito grande e não é de fácil solução, mas tem de ser enfrentado, como a segurança, já mencionada por todos. A acessibilidade ou mobilidade urbana tem elementos centrais: a habitação, a segurança, a questão ambiental, que está permeada em tudo isso, e os serviços sociais básicos, principalmente a educação e a saúde. Como combinar esse conjunto de elementos numa política de desenvolvimento regional urbano que tenha como meta a construção de uma sociedade mais rica e harmônica? Esse é o grande desafio contemporâneo.

Diria que o papel da Assembleia Legislativa - não é pelo fato de estar aqui que digo isso; quem me conhece sabe que não pratico demagogia - é representar a sociedade. Somos professores universitários, escrevemos textos, publicamos artigos, escrevemos livros, mas, sobretudo, representamos cada um de nós. Quem representa a sociedade é o conjunto de pessoas eleitas para isso. Então, podemos colaborar, sim, mas, do ponto de vista político, somente as instâncias políticas têm poder e legitimidade para tomar decisões. A conjugação do Legislativo e do Executivo é um caminho fundamental. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos a contribuição do Prof. Clélio Campolina Diniz, Reitor da UFMG. Gostaria de fazer um breve comentário sobre a exposição feita por ele, em particular, sobre a questão da dimensão territorial do desenvolvimento, principalmente das regiões deprimidas de Minas Gerais. Hoje há situações interessantes em Minas e no Brasil que dizem respeito às diversas territorialidades superpostas, professor, essa tentativa de definir territórios. Na minha região, no Noroeste de Minas, por exemplo, - participo ativamente desse esforço - estamos convivendo com seis territorialidades distintas. E uma só é muito difícil de conjugar. É preciso fazer com que os gestores públicos municipais se convençam de que existem problemas e situações que só serão resolvidas para além das fronteiras do Município, de maneira organizada e articulada. O professor falou também do imperativo da identidade para se constituir um território. Associada a isso, há a noção de pertencimento, professor. Se as noções de pertencimento e de identidade não forem muito claras, toda territorialização, do nosso ponto de vista, será falha e deixará a desejar, efetivamente não funcionará.

Há ainda o desafio dos consórcios intermunicipais. Também acompanhamos algumas experiências. Depois de todo o esforço de formalização de um consórcio - que, por si só, é delicado, ao se operar efetivamente, particularmente em consórcios constituídos por pequenos Municípios - depara-se com a dificuldade da adimplência. Em toda e qualquer operação de um consórcio, todos os entes federados, todos os Municípios, no caso, devem estar aptos para realização dos convênios. Daí a dificuldade também de auxiliar os pequenos Municípios a se manterem aptos para os convênios, que são fundamentais, quando se trata de políticas de desenvolvimento regional e territorial. Uma das dificuldades dos pequenos Municípios é exatamente esta: por não terem estrutura, nem física nem operacional, e muitas vezes nem capacidade efetiva de implementar as diversas políticas públicas, há a dificuldade de acessar os programas concebidos e disponibilizados nas esferas federal e estadual. Os consórcios, que foram concebidos para resolver, pelo menos nessa dimensão, para ajudar na solução desses problemas, mostram-se também ineficazes, uma vez que a inadimplência é muito presente nos pequenos Municípios. Foi uma belíssima exposição, que, tenho certeza, enriquecerá muito nossa discussão.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões da Sra. Magna Maria Inácio, Professora do Departamento de Ciência Política e Diretora do Centro de Estudos Legislativos da UFMG, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos, agora, à leitura de algumas contribuições recebidas via consulta pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) - até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições está no “site”.

Sugestão enviada por Anísio Farias dos Santos, de Teófilo Otôni: Descentralização do sistema de governo por meio da criação de um órgão da administração pública indireta regional, possibilitando ao cidadão expor suas reivindicações e sugestões na própria localidade.

Sugestão enviada por Delson Pereira, de Carlos Chagas: Aprimoramento da legislação sobre transporte público de modo a atender os interesses dos usuários e não os dos empresários do setor.

Sugestão enviada por Carlos Soares, de Belo Horizonte: Retomada do projeto de lei que trata do tombamento da feira “hippie” de Belo Horizonte.

Abriremos espaço agora para as contribuições dos participantes. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até três minutos para fazer a sua intervenção.

Com a palavra, a Sra. Aparecida Maria Martins Pereira, do Consep.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Boa tarde a todos. Já fui identificada como sendo do Consep, mas também participei do Compur em 2009. Nossa preocupação é com o metrô de Belo Horizonte, cidade que está cada vez maior, assim como a RMBH. Uma parte do metrô está pronta, mas a outra está impossibilitando que as pessoas se locomovam das suas residências. Há 23 anos, o muro está pronto, partindo da Oeste Barreiro. O metrô pode seguir até Ibituripe. Na Casa, graças a Deus, temos um Presidente de Ibituripe.

Temos a preocupação de ver o metrô pronto, muito antes da Copa do Mundo. Pedimos encarecidamente ajuda aos senhores, aos Deputados e às pessoas preocupadas com esta causa. Somos do movimento Cidade Sustentável e Cidade Saudável. Sou do Conselho de Saúde, e esta situação preocupa-me muito, uma vez que precisamos de locomoção e acessibilidade maior para a metrópole de Belo Horizonte, que ainda não possui metrô concluído.





Sei da luta da maioria dos companheiros da sociedade civil organizada, dos Deputados e do Reitor da UFMG; participamos do PDDI da RMBH. O rodoanel também precisa ser concluído, afinal o anel tem tirado muitas vidas. Estamos preocupados com esse problema que tem acontecido atualmente na grande Belo Horizonte. Muito obrigada. Tudo de bom.

O Sr. Presidente - Obrigado, Aparecida Maria. As sugestões estão registradas e serão trabalhadas pela Assembleia. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques, do Projeto Reaja.

O Sr. Josadac Marques - Boa tarde. Embora mineiro, estive atuando fora de Minas, perto de três décadas, nas regiões Norte e Nordeste, como consultor e em organização do terceiro setor. Estou voltando a Belo Horizonte, Deputado, e este é o quarto evento de que participo em Minas nos últimos 20 anos. Fui assessor de políticas públicas e me afastei das atividades da rotina pública, e hoje estamos voltando, dando sequência a um projeto internacional.

Em 2000, a ONU estabeleceu as metas do milênio, com indicadores e metas para até 2015. Ano passado, tive oportunidade de fazer parte do núcleo estadual em Belo Horizonte, que trouxe o relatório nacional das metas do milênio, que foram apresentadas também na ONU. Em dezembro, a Prefeitura de Belo Horizonte lançou o seu relatório, específico de Belo Horizonte.

Fica aqui a sugestão para que a Assembleia Legislativa, por meio das suas comissões - ou que se crie uma comissão nova para isto -, sistematize os relatórios que já estão na internet, de cada Município do Estado e do Brasil, relacionados a cada uma das metas e objetivos do milênio. E que se torne isso conhecido nos próximos anos e meses. Fica aqui também outra sugestão, relativa à fala do Professor sobre os consórcios municipais. Em dezembro, Belo Horizonte sediou o Encontro de Mercocidades e o Encontro Nacional de Prefeitos. Tive a oportunidade de participar de uma das oficinas falando sobre uma iniciativa que está surgindo, além das agências metropolitanas - os observatórios. Fiquei assustado e preocupado quando, na sala da oficina onde se discutia o modelo dos laboratórios urbanos para as metas que ainda não foram alcançadas, havia perto de 15 países, e eu era uma das únicas cinco pessoas que falavam português no encontro em Belo Horizonte. A população às vezes tem dificuldade em participar desses eventos, porque não sabe.

Recebi de uma colega, no ônibus, a agenda do fórum. Venho participando de vários eventos. Quando estava saindo de casa, agora, é que recebi a informação do fórum pelo correio. Se outra pessoa não tivesse me informado, eu não estaria aqui neste momento. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Josadac. Daremos continuidade ao nosso fórum, passando a palavra para o Sr. João Luiz da Silva Dias.

#### Palavras do Sr. João Luiz da Silva Dias

Deputado Almir Paraca, senhores e senhoras, companheiros da Mesa. Primeiro felicito a Assembleia por esta iniciativa. O debate democrático enseja realmente que possamos desenvolver. Há uma piadinha corporativa que diz que quando 10 pessoas pensam a mesma coisa, 9 são dispensáveis. Tirando o exagero da caricatura, é o pensar diferente, o olhar diferente, a percepção diferente que trazem a contribuição, a reflexão e o encontro do melhor caminho.

É nesse propósito que estaremos hoje aqui, trazendo um pouco do nosso pensar essa questão da governança regional e urbana.

Durante o governo militar, a União instituiu oito regiões metropolitanas por meio da Lei Complementar nº 14, atribuindo aos Estados a tutela sobre as funções metropolitanas, assim chamadas as funções municipais que perdiam um caráter estritamente local. Enumera as funções, que vêm se repetindo até hoje, e entre elas até o uso do solo metropolitano. O solo municipal, no âmbito da região metropolitana, segue sendo municipal. Então vem nessa repetição.

Esse modelo de intervenção só não produziu resultados mais graves no conflito vertical entre Estados e Municípios porque, no governo de exceção, as Capitais já estavam sob intervenção dos Estados, com os seus Prefeitos indicados pelos Governadores. Embora sobreviva algum resultado positivo desse período de viés tecnocrático, a herança, no geral, é extremamente pobre e culturalmente perversa. Os conflitos de interesses entre localidades vizinhas, conurbadas ou não, por força de efeitos de externalização, interdependência ou quebra da coincidência entre área de contribuição e áreas de benefícios, são horizontais entre os Municípios. A harmonização do conflito espontâneo, que emerge do crescimento urbano, pode ocorrer entre os Municípios desenvolvidos. Uma eventual arbitragem para encaminhar a conciliação de interesses deve trazer a neutralidade para não se deslocar o conflito em lugar de solucioná-lo. O Estado não é parte do problema; deve ser parte da solução. O problema é o conflito das funções municipais que deixam ou perdem o caráter estritamente local. Então o conflito é horizontal.

A Constituição Federal de 1988 transferiu para os Estados a competência que era da União de instituir as regiões metropolitanas na expectativa de que, pela maior proximidade, pudessem fazer o melhor. O que o constituinte federal não considerou foi a herança pesada da Lei Complementar nº 14, apesar do seu redundante fracasso. O que se viu de forma quase absoluta foi as Constituições estaduais reproduzirem a formatação autoritária da Lei Complementar nº 14.

Observe-se que a função transferida da União para os Estados foi a iniciativa de instituir regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões. Ao instituí-los, a União não os integrava. O governo federal transferiu a iniciativa que era sua para os Estados, mas, quando o fez pela lei complementar, não integrou as regiões metropolitanas. É a única competência dos Estados enumerada na Constituição Federal. Vejamos o art. 25, § 3º, da Constituição Federal: "Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum". Vejam: constituídas por agrupamentos de Municípios. O Estado não é Município, portanto não é parte; ele tem somente a iniciativa. A Constituição Federal não lhe remete a competência para o planejamento metropolitano. Quer dizer, ao Estado cabe tão somente a iniciativa. Não foi uma solução inspirada do constituinte federal por falta exatamente de uma cultura de cooperação, de associativismo. Numa prática de federalismo cooperativo, a iniciativa de aderirem e de comporem essas regiões poderia ser dos Estados, dos Municípios, dos entes.

Esse encaminhamento tardio, ainda sem resultado, veio em 2005, com a Lei Federal nº 11.107 normatizando e regulamentando os consórcios públicos. As constituições estaduais ratificaram as regiões metropolitanas existentes e constituíram outras, nos moldes da



Lei Complementar nº 14, do governo de exceção, imiscuíram-se, como parte soberana, sem demandar nenhuma adesão dos Municípios que as integram.

Minas Gerais foi exatamente o único Estado da Federação que ousou inovar, libertando-se do dirigismo autoritário da Lei Complementar nº 14, e transplantou o desenho do cooperativismo europeu, concebendo uma Assembleia Metropolitana - a Ambel - constituída pelos Municípios e pelo Estado de forma singular, sem que isso representasse igualar desiguais. A Assembleia Metropolitana não constitui outro nível de governo, mas um espaço de harmonização, de negociação. A eficácia de seus encaminhamentos resultará da eficácia que lhes dê cada um dos entes autônomos que a constituem.

A base do federalismo cooperativo é o protagonismo na construção dos sistemas de interesse comum. O Prof. Clélio Campolina falava do federalismo e da rica experiência europeia, da associação dos Municípios. Hoje isso existe por meio da comunidade europeia: o Parlamento europeu. A cultura é tão forte que está em âmbito de continente.

Mas, a Ambel falhou de partida. Sua regulamentação só se fez, desarquivando projeto de lei, quando, inesperadamente, surgiu a ameaça petista para a Prefeitura de Belo Horizonte, no segundo turno das eleições de 1992. Nessa hora foi desarquivado um projeto de lei, que depois se tornou a Lei Complementar nº 26. Ameaçava a gestão privada do transporte público de Belo Horizonte, estabelecida pelo governo do Estado com a extinção da Metrobel e criação da Transmetro. Ameaçava a concessionária do Estado, a Copasa, prestadora de serviços municipais, sem nenhuma submissão aos Municípios concedentes e principalmente Belo Horizonte, sobre cujo patrimônio se construía. A Lei Complementar nº 26 teve assim uma regência menor do que a sua inspiração constituinte. E o desinteresse do governo do Estado, onde o Plambel sucumbia, esvaziado de prestígio, de recursos técnicos e orçamentários, e a Transmetro se limitava a encobrir a gestão privada do transporte público metropolitano.

Sem "manual do usuário", a Ambel presidiria o último e lamentável papel do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana: o de aprovar reajustes das tarifas de ônibus propostas pela Transmetro-Setransp. No curto período entre a retomada da gestão pública, com a municipalização da gestão do transporte público de Belo Horizonte pela BHTRANS, entre julho e setembro de 1993, e a estabilização de preços com o Plano Real, em 1994, Prefeitos, Vereadores e empresários de ônibus formaram o cotidiano da Ambel: promiscuidade e subversão do interesse público. Situação que perduraria após a estabilização nos reajustes anuais até a ruptura do subsídio ao transporte metropolitano por Belo Horizonte, em janeiro de 1998.

A Ambel preconizada na Constituição mineira de fato não aconteceu. A revisão promovida pelas Leis Complementares nºs 88 e 89, em 2006, a constituição da Agência Metropolitana e, agora, da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana representam uma reação do Estado à sua própria inércia. Com base na interpretação simplória de que o problema da Ambel residia exclusivamente na participação singular do Estado, buscou-se dotá-la de poder político e controle de gestão das funções comuns, em uma versão atualizada da Lei Complementar nº 14. Nesse sentido, a reformulação da Ambel não representa uma busca de eficácia para o desenho institucional da Constituição mineira e do federalismo cooperativo, mas de um retorno ao passado de autoritarismo tecnocrático.

Agrava o fato essas modificações terem sido produzidas em Minas posteriormente a alterações na Constituição Federal e legislação complementar que investiam em possibilitar formas mais aprimoradas de federalismo cooperativo. A Emenda Constitucional nº 19, de 1998, deu ao art. 241 da Constituição Federal a seguinte redação: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disciplinarão por meio de lei os consórcios públicos e os convênios de cooperação entre entes federados, autorizando a gestão associada de serviços públicos, bem como a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos". Portanto, reconheceu que os serviços podem ser celebrados entre entidades de espécies diferentes - Estado e Município. A Lei nº 11.107, em 2005, estabeleceu as normas gerais de contratação de consórcios públicos, instrumentalizando o federalismo cooperativo.

A função transporte público é uma função emblemática da integração e desintegração da RMBH. É necessário perceber que o fundamento do conflito está no modo de produção por empresas privadas sob regras de mercado - remuneração pelos usuários, com a tarifa estabelecida pelo custo médio por passageiro equivalente, suportada por usuários e empregadores. Um rebatimento desse conflito está na presença do Estado na gestão do transporte intermunicipal de passageiros como competência remanescente. E o fundamento do conflito, o modo de produção se faz, obviamente, também presente na gestão pelo Estado.

A produção de bens públicos por delegação a empresas privadas é uma construção constitucional regida pelo art. 175. Na verdade, é um modelo que procura preservar a natureza do bem público universal, com flexibilidade e presumível maior eficiência da empresa privada concessionária. Delegar é descentralizar, transferindo a execução e preservando a responsabilidade de fazê-lo. Exige efetiva gestão pública para fazer prevalecer o interesse público sobre o privado. Além disso, exige equação fiscal em seu financiamento para resguardar a natureza de bem público universal e qualificado, de um lado, e a remuneração correta e suficiente dos concessionários, de outro. Ainda assim, será sempre um modelo instável, pela instabilidade do gestor público que se alterna nos ciclos administrativos. E, pela relativa estabilidade das concessionárias, com interesses pacificados na organização sindical. É comum, na experiência internacional, o poder público concedente restar controlado pelas controladas, fenômeno denominado "teoria da captura". Quer dizer, as empresas que são controladas pelo poder público acabam controlando-o pela natureza perversa das regras econômicas de mercado.

O transporte rodoviário intermunicipal e interestadual é malgerenciado pelos Estados e pela União. Talvez o fato do distanciamento do gestor público do usuário, combinado com a menor frequência relativa das viagens, seja uma explicação - não uma justificativa - para o fato. Como corolário, a forte presença do transporte clandestino intermunicipal e interestadual na sombra das altas tarifas e do mau serviço.

Mas o transporte urbano de passageiros, municipal, intermunicipal e até interestadual - Petrolina e Juazeiro, divididos pelo Rio São Francisco, em Pernambuco e Bahia, digo, o transporte urbano, pendular, para pessoas irem para o trabalho, para a escola, administrados pelo DNIT, lá em Brasília... Retomando, o transporte urbano de passageiros, assim denominado o que se realiza nos aglomerados urbanos e Municípios conurbados, é de alta intensidade, pendular, submetendo o usuário diariamente às suas condições e tarifas. Se a vocação da União e dos Estados tem se demonstrado baixa para a gestão do transporte rodoviário de passageiros, no transporte urbano o resultado é desastrosa para os usuários e, frequentemente, foco de conflito com os serviços municipais. Mesmo



nos casos em que o Estado se diligencia para bem exercê-la, como é o caso de São Paulo, com sua Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos e com a Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos - Emtu -, o viés autoritário de origem, combinado com o interesse privado de suas concessionárias, em oposição aos interesses das concessionárias dos governos locais, faz com que as redes municipal e intermunicipal metropolitana se superponham, ignorando os benefícios da rede otimizada e os interesses soberanos dos usuários.

Essa é a situação que ocorre, por exemplo, em Guarulhos, para falar de um local mais longe, com 1,3 milhões de habitantes, em que o conflito vertical gera um transporte público caótico: linhas regulares, linhas alternativas do transporte clandestino regulamentado e linhas clandestinas remanescentes e pós-regulamentadas, em ambos os níveis de governo. São seis subsistemas disputando o assim chamado mercado, sem nenhum benefício para os usuários, como se esperaria de um sistema de mercado: a concorrência. Mas existe, no próprio transporte metropolitano de São Paulo, um serviço estruturado - que sobrevive até hoje -, implantado em Diadema no período tecnocrático, em que o municipal se integra ao metropolitano, que é organizado internamente como transporte municipal, está composto com o sistema gerenciado pela MTU, e a tarifa é dividida pela entrada: no momento em que o cidadão embarca de Diadema para São Paulo e paga, a receita fica no Município; e à tarde, quando retorna ao Município, paga a MTU e a receita fica na MTU. O serviço funciona sem conflitos. Então, é possível fazer bem.

O desafio para o transporte urbano de passageiros na RMBH está na gravidade em que se encontra o transporte público no País e em sua gestão hoje pelo Estado de Minas e pelos Municípios, de forma significativa na cidade de Belo Horizonte.

Terminarei mostrando que há possibilidades de fazer como o governo de Pernambuco e a Prefeitura de Recife fizeram: fizeram evoluir sua empresa metropolitana, criada na mesma época que a Metrobel, em 1979-1980, para uma empresa multifederativa, com um consórcio da grande Recife, com participação do governo do Estado, das Prefeituras de Olinda e de Recife. Então, outro modelo é possível.

Apesar do retrocesso que representam as leis complementares 1988 e 1989, é tempo, em homenagem ao Professor Paulo Neves de Carvalho, de resgatar a assembleia metropolitana, dando-lhe a dimensão de um parlamento para a interlocução política regional, buscando-se nos consórcios públicos, nos contratos de rateio e nos contratos de programa, as formas lícitas e potencialmente mais eficazes para a gestão dos serviços de interesse comum entre os Municípios. A recém-criada Secretaria extraordinária e a Agência de Desenvolvimento Metropolitano podem investir nas formas condominiais do federalismo cooperativo e construir coletivamente soluções mais eficazes e democráticas de gestão dos serviços municipais de interesse comum metropolitano, afastando-se gradativamente da tentativa autoritária da Lei Complementar nº 14. Muito obrigado.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do engenheiro e consultor em transporte e trânsito, Osias Batista, para a construção da agenda da Assembleia.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos a leitura de mais algumas contribuições recebidas por via de consulta pública.

Sugestão enviada por Pedro Afonso, de Itamarandiba: descentralização do governo do Estado com reestruturação da hierarquia urbana, colocando os direitos subjetivos do cidadão à frente da economia. Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: encaminhamento ao Governador dos relatórios contendo os resultados dos fóruns técnicos e ciclos de debates realizados na Assembleia Legislativa. Sugestão enviada por Humberto Alvim Guimarães, de Belo Horizonte: gerenciamento, pelo Estado de Minas Gerais, do transporte público metropolitano, garantindo-se a participação dos Municípios envolvidos. Cobrança ao Estado, por intermédio da Assembleia Legislativa, do cumprimento da legislação existente quanto à criação e funcionamento da agência metropolitana e da Metrominas.

Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Convidamos o Sr. Air de Souza Resende, da Amas Del Rei.

O Sr. Air de Souza Resende - Sou da Amas Del Rei, uma entidade que acompanha os serviços públicos. Represento também o conselho da cidade, do qual sou Presidente. Sugiro seja criada a microrregião de São João del-Rei, abrangendo os Municípios de Santa Cruz de Minas, Tiradentes e Coronel Xavier Chaves. Temos dificuldades na mobilidade, no transporte urbano. Cada Município faz a licitação do seu transporte. Os trabalhadores que se dirigem de uma cidade a outra são obrigados a parar no terminal rodoviário.

Na verdade, essas quatro cidades estão envolvidas, social e economicamente, entre si. No caso de Tiradentes, esse envolvimento se dá pelos Distritos de César de Pina e Águas Santas; a cidade de Santa Cruz é praticamente continuação de São João del-Rei; e Coronel Xavier Chaves tem um aglomerado que está incrustado dentro da cidade de São João del-Rei. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Liliane Arouca do Carmo, da Asussam.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Boa tarde. Meu nome é Liliane Arouca do Carmo e estou aqui não pela Asussam, de que sou Conselheira Fiscal, mas na qualidade de, atualmente, deficiente física. Gostaria de perguntar ao Exmo. Prof. Clélio e à outra professora da UFMG a razão de, em algumas instalações, não do câmpus, mas dos câmpus da UFMG, ainda não haver acessibilidade integral. No ano passado, tive o prazer de dar uma aula na Fafich e constatei que na maioria dos banheiros dessa faculdade não há acessibilidade integral. Gostaria de saber também por que nesta egrégia Casa, que já recebeu os queridos Deputados Walter Tosta e Leonardo Mattos, a acessibilidade dos banheiros ainda não é completa, mas parcial.

Por fim, quero sugerir que na abertura dos próximos fóruns que vierem a acontecer nesta Casa fosse incluído o tema "Educação e saúde". Atualmente, nossas crianças estão sendo criadas pela mídia, e o que a grande mídia mais faz é exaltar a aquisição de um veículo, de um automóvel. Assim, a primeira aquisição que fazem muitos jovens, logo que se formam, ou antes mesmo de se formarem nas faculdades, é um automóvel. Belo Horizonte já não é mais uma metrópole, mas uma megalópole; queira Deus que não nos tornemos uma tiranópole, como Nova Iorque. Como crescemos tanto horizontalmente quanto verticalmente, acredito ser necessária uma educação mais efetiva de nossas crianças em relação à acessibilidade. Muito obrigada.



O Sr. Presidente - Agradecemos sua participação. Antes de passar a palavra ao Prof. Clélio, vou apresentar uma pergunta que nos chegou pelo formulário: “Qual é o papel de Belo Horizonte nessa nova economia, no território mineiro e no nacional? O conceito de cidades-polo ainda é útil?”

O Sr. Clélio Campolina Diniz - Quanto à acessibilidade nos prédios da UFMG, ainda há muitos problemas. Todas as novas edificações estão sendo feitas dentro dos padrões da exigência de acessibilidade. Mas ainda temos vários prédios antigos, que estão sendo reformados, na medida do possível, com o objetivo de facilitar a acessibilidade. Todos os novos prédios já têm acessibilidade, por rampas ou por elevadores, e seus banheiros também já são adaptados. Mas em vários dos prédios velhos, infelizmente, ainda há problemas. Essa é uma preocupação, e vamos continuar batalhando para tentar resolver esses problemas.

A outra pergunta é sobre o papel de Belo Horizonte na nova economia. Acho que o Brasil está ampliando seu peso na economia mundial. Se analisarmos a reconfiguração mundial, veremos que a China é um país que está crescendo muito, mas que tem um problema de institucionalidade muito grave. Ninguém sabe o que vai acontecer ali - já fui à China por quatro vezes e a cada vez volto mais preocupado. A Rússia também tem problemas graves do ponto de vista de sua institucionalidade, ainda com um governo centralizado; a Índia é um país com grande herança histórica e cultural - muitos valores, muitas dificuldades, muitas línguas, o peso da religião, etc. Assim, nessa reconfiguração, observamos que o Brasil tem muitas vantagens: estamos hoje em um País institucionalmente estabilizado; temos grande heterogeneidade, mas muitas fronteiras tecnológicas.

Voei, há 15 dias, de Austin a Nova York em um avião da Embraer. Ou seja, hoje estamos em um padrão de competição tecnológica em algumas coisas na fronteira mundial. Hoje avião brasileiro faz carreira em outros países. O avanço da Petrobras, em termos de águas profundas, é muito grande. Entretanto, o outro lado é dramático. A urbanização brasileira é uma das mais dramáticas experiências mundiais de pobreza. Então, somos um País muito heterogêneo, mas onde há muitas possibilidades. Temos uma agricultura moderna e avançada, que se conjuga também com uma outra mais ou menos atrasada. Há vários avanços no setor de serviços, que estão extremamente modernos.

Então, se o Brasil amplia sua posição no cenário mundial, Belo Horizonte tem todas as condições de assumir o papel de uma metrópole intermediária, prestadora de serviços e, para isso, o planejamento teria, sim, de ser orientado - e acho que o planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte foi feito um pouco nessa linha - para a criação de alguns serviços modernos que coloquem a cidade na posição de ser um polo de atração. As cidades-polos continuam, sim, a ter um papel de destaque. Temos de pensar o conjunto do território e a hierarquia urbana, e algumas cidades precisam ser preparadas para cumprir o papel polarizador, principalmente nas regiões menos desenvolvidas. Quando falamos no Noroeste e Norte de Minas, no Jequitinhonha e no Mucuri, vemos que temos de criar algumas cidades-polos mais fortes não só para dotar de serviços o seu entorno, mas para evitar a megaconcentração nas metrópoles, algo extremamente dramático. Então, alguns equipamentos urbanos precisam ser ampliados e modernizados nessas cidades-polos. Assim, continuo achando que isso é um conceito central, e a Europa está planejando seu território, nesse momento, com uma concepção de policentrismo com hierarquia diferenciada. Não podemos copiar, mas temos de aprender com aquilo que os outros também estão fazendo. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Prof. Clélio. Ainda respondendo à Liliane, quero dizer que, na quarta-feira, dia 16, foi debatido o tema “Educação”. O tema “Saúde” está previsto para amanhã, dia 23. Sobre a acessibilidade nos espaços internos da Assembleia, a informação da assessoria é que já havia sido feita por você uma manifestação em outro evento, nesta Casa. Ela foi registrada, e a Presidência da Casa está encaminhando a solução. Obrigado. Com a palavra, o Sr. Antônio Eustáquio Barbosa, do Conselho Regional de Administração.

O Sr. Antônio Eustáquio Barbosa - Boa tarde. Antônio Eustáquio Barbosa, membro recém-empossado do Conselho e também Presidente do Sindicato dos Administradores de Minas Gerais. Recebemos o convite em data recente. Nesta oportunidade, quero disponibilizar, junto a esse grande movimento, a categoria profissional dos administradores do Estado de Minas Gerais, uma vez que, por formação, somos pessoas qualificadas e identificadas em movimentos da sociedade no seu âmbito social e - como não dizer - no seu âmbito empresarial e de resultados. Assim, aproveito a mesma oportunidade para salientar a vocação dessa categoria, por meio do CRA e do Saemg, para este movimento digno que a Assembleia realiza, quando discute o desenvolvimento sustentável do Estado de Minas Gerais. Também hoje participamos do Fórum Permanente para o Desenvolvimento da Micro e Pequena Empresas, quando discutimos o grande tema “Lei geral das pequenas empresas”. Então, registro aqui que o sindicato e o CRA são entidades organizadas e identificadas com as questões no âmbito do Estado de Minas Gerais e - por que não dizer? - do Brasil. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Antônio Eustáquio. Convidamos o Sr. Maurício do Carmo Ferreira.

O Sr. Maurício do Carmo Ferreira - Boa tarde a todos. Meu nome é Maurício do Carmo Ferreira e estou aqui como cidadão. Tenho duas sugestões sobre mobilidade para este fórum. A primeira delas é sobre a licitação de transporte coletivo intermunicipal. Desde a Constituição, até hoje, ela não foi realizada. Não sei o porquê. Talvez seja necessária uma campanha do Ministério Público e da Assembleia Legislativa para solucionar essa questão. A outra sugestão é a liberação do pagamento de pedágio para o transporte coletivo nas rodovias que já foram feitas com parceria público-privada. Tenho também duas críticas. Uma é relacionada à última licitação do transporte coletivo metropolitano, realizada cerca de três anos atrás, que, de certa forma, engessou esse sistema, pois foi feita para 30 anos. Hoje vivemos uma situação em que há vários problemas imediatos e também várias soluções e possibilidades apresentadas. No entanto, estamos engessados pelos 30 anos. Belo Horizonte, por exemplo, teve uma licitação de 20 anos. Ainda assim, foi uma licitação onerosa. Outra crítica é sobre a preferência que os administradores, principalmente da Região Metropolitana, estão dando para o transporte por ônibus, haja vista agora a consideração de que o “bus rapid transit” - BRT - resolverá tudo. Na minha opinião, não resolverá, será apenas um paliativo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Maurício, pela participação. Suas manifestações estão registradas.





### Palavras da Sra. Jupira Gomes de Mendonça

Boa tarde. Saúdo as pessoas presentes e a Mesa. Agradeço por participar deste debate e parablenho a Assembleia por mais esta iniciativa. Desde muitos anos venho acompanhando vários fóruns, debates e reflexões promovidos pela Assembleia, que, de fato, têm dado contribuições importantes. Início trazendo um conceito de governança da Profa. Eli Diniz, cientista política, para enfatizar alguns aspectos que considero importantes para avançarmos na reflexão sobre governança regional e municipal em Minas Gerais. A professora utiliza o conceito vinculando governança à capacidade do Estado na implementação de políticas públicas e na concepção de metas coletivas, trazendo, dentro dessa ideia, três dimensões da governança. A primeira está ligada à capacidade de comando e direção do Estado que implicará, definirá e ordenará prioridades, buscando garantir a continuidade das políticas públicas. A segunda dimensão está relacionada à capacidade de coordenação, que implicará a necessária integração entre diferentes áreas de governo, segundo ela, para garantir consistência e coerência entre as políticas e obviamente buscando uma integração intersetorial entre as diversas políticas públicas. A terceira dimensão, que eu gostaria de enfatizar, está relacionada à capacidade de implementação. Segundo ela, significará a capacidade de mobilizar recursos técnicos, institucionais, financeiros e políticos para implementar decisões. Segundo Eli Diniz, a natureza eminentemente política da implementação vai requerer, portanto, uma estratégia que mantenha abertos os canais de comunicação com a sociedade e o sistema representativo. Quero enfatizar essa terceira dimensão porque está muito relacionada com a capacidade de articulação dos diversos atores institucionais e políticos vinculados à implementação de políticas públicas, necessariamente com suporte no planejamento e em processos participativos nas instâncias de decisões.

Dentro dessa ideia de articulação entre entes públicos, privados e sociedade civil, é importante enfatizar a questão urbana. O Prof. Campolina já falou da importância da cidade e do urbano nos processos de desenvolvimento do País. Dados do censo demográfico de 2010 mostram que em Minas Gerais, comparativamente ao ano de 2000, a população das cidades pequenas - com menos de 10 mil habitantes - vem diminuindo, e há em torno de 1,5 milhão a mais de pessoas vivendo nas cidades com mais de 100 mil habitantes. Está havendo um crescimento expressivo das cidades de porte médio e grande e uma permanente concentração da população do Estado na RMBH. Se 24% da população mineira vivia na RMBH no ano 2000, esse número permanece um pouco maior - 24,5% -; ao mesmo tempo, temos um território metropolitano que continua se expandindo. Se antes havia Municípios participantes da Região Metropolitana por uma decisão institucional e legislativa, mas muito pouco integrados à dinâmica metropolitana, recentemente temos visto uma crescente integração de novos Municípios a esse processo metropolitano. Há uma expansão expressiva da atividade imobiliária, com novos empreendimentos fortalecidos pelos recentes programas de financiamento à habitação, e uma crescente incorporação do território metropolitano. A região, como um todo, cresce menos, mas continua crescendo na periferia, e fundamentalmente nas áreas periféricas mais pobres.

Já foi exposta aqui a enorme desigualdade entre as regiões e entre Municípios de uma mesma região. Dentro da RMBH, por exemplo, o plano metropolitano mostra uma grande fragilidade institucional e financeira de muitos Municípios, tanto de pequeno quanto de grande porte. É importante pensarmos ações para apoiar processos de planejamento participativo nos Municípios, organizados em microrregiões. Este mapa mostra uma situação existente em 2003. Quando a Assembleia organizou o seminário legislativo de regiões metropolitanas, havia na Casa nove projetos de lei propondo criação de regiões metropolitanas, além das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e do Vale do Aço. Obviamente, a maioria delas estavam inadequadas ao próprio critério de regiões metropolitanas, pois não têm características de cidades-polo nem uma dinâmica metropolitana interna. Parece-me que - essa é uma hipótese que levanto - esse tipo de iniciativa, na verdade, demonstra uma demanda pela articulação microrregional, pela organização de processos de planejamento e governança em nível microrregional. Há microrregiões que agrupam Municípios com forte identidade econômica, paisagística e cultural, com histórias comuns, que podem significar processos de organização de planejamento que potencializem a capacidade institucional e financeira da região com o apoio do Estado. Esse é um papel importante para ser desenvolvido pelo governo do Estado, com o apoio da Assembleia Legislativa. Trata-se da estruturação de apoio e de articulação na capacidade de planejamento e gestão nos Municípios organizados de forma microrregional. Nesse sentido, penso que o PDDI da RMBH, recentemente elaborado pela UFMG, em parceria com a PUC e a Uemg, traz uma proposta metodológica que pode ser uma referência para articular processos compartilhados de governança urbana, como consórcios e outras formas de organização dos Municípios no território. O plano metropolitano trabalhou com alguns pressupostos importantes, relacionados a questões já expostas aqui, como inclusão social e econômica, justiça social e ambiental, inversão de prioridades, fortalecimento da solidariedade e da participação cidadã, valorização das diversidades e o fortalecimento da chamada novíssima economia mineira, que está relacionada à economia com base em serviços avançados e tecnologia limpa e que pressupõe uma nova forma de tratar a política pública e o planejamento territorial.

Na organização, o plano metropolitano se organizou em seis eixos, que sistematizaram propostas para contratos pressupostos expostos. A primeira é uma proposta de estruturação territorial que abrange uma hierarquia de centralidades e uma política de mobilidade, que a meu ver, embora tenha sido pensada no plano metropolitano, pode ser trabalhada como uma metodologia que trata as microrregiões e os Municípios como uma rede de cidades e de centralidades, que podem estar sendo pensadas de forma hierárquica e complementar. Assim a mobilidade aparece recorrentemente como uma questão central. A mobilidade intermunicipal e intrarregional é básica para processos de desenvolvimento sócioeconômico dos Municípios.

Nesse sentido, quero abrir um parêntese para comentar uma surpresa no texto de referência da Assembleia. Trata-se da ausência da Setop no sistema de desenvolvimento regional e política urbana em Minas Gerais. Embora eu saiba que ela é um órgão que faz parte do Conselho Estadual do Desenvolvimento Regional e Política Urbana - Conedru -, penso que a institucionalidade do transporte deve ser central no tratamento das políticas vinculadas ao desenvolvimento urbano e regional. O plano metropolitano trouxe também uma proposta de organização institucional que implica uma integração intersetorial para elaborar e implementar políticas públicas. Trata-se do apoio à cooperação intermunicipal, significando ações de qualificação técnica para o planejamento, ações de modernização das



estruturas institucionais e financeiras dos Municípios, que são propostas que devem ser ampliadas para uma estrutura de suporte do governo estadual aos processos municipais de planejamento e gestão.

Por último, o plano se organiza também em um conjunto de propostas de políticas públicas, muitas delas inseridas no escopo das já existentes, sistematizadas em quatro eixos que as organizam de forma intersetorial. São os eixos da urbanidade, acessibilidade, sustentabilidade e seguridade. Várias pessoas aqui presentes conhecem essas propostas, mas gostaria de chamar a atenção para elas, porque, nesse caso, há uma inovação metodológica trazida pelo plano que pode ajudar a estruturar até mesmo o apoio a uma organização institucional para articulação dos Municípios das microrregiões, consórcios, etc. Sucintamente, falarei sobre cada eixo, que, na verdade, são categorias que organizarão políticas públicas de forma intersetorial, buscando alcançar alguns dos pressupostos colocados pelo plano. O eixo urbanidade significará solidariedade e negociação entre interesses. Isso acarretará a formulação e a implementação de políticas públicas que fortaleçam a criatividade e a potencialidade humana; a valorização da diversidade, do encontro, da festa, portanto, dos espaços públicos e das possibilidades de os cidadãos se organizarem e gerirem, autonomamente, seus espaços.

O eixo da acessibilidade implicará o acesso a serviços e oportunidades - já foi levantada aqui a questão da centralidade da educação e da saúde -, a ideia de que as políticas devem estar orientadas para distribuição territorial desses serviços e a descentralização de forma concentrada nas centralidades. A ideia da centralidade não está ligada apenas à concentração comercial e de serviços, mas também à ideia de lugares para o encontro, para as possibilidades da participação cidadã, para o encontro de diversidades, portanto, de lugares para se colocarem equipamentos públicos de saúde, educação e cultura, com a valorização dos espaços públicos. É o acesso à informação, como base e condição para participação. Aqui é fundamental lembrarmos a importância da chamada democracia digital na raiz da formulação de políticas públicas, com propostas de democratização do acesso à internet, que não só é base para a informação, mas também fundamentalmente para a criação das redes sociais, de ampliação de fóruns. Sobretudo também para uma política de mobilidades intraurbana, interurbana e intrarregional, eficiente, integrada e barata.

O eixo da sustentabilidade implicará a prática da solidariedade e da inclusão, hoje e no futuro, implicará pensarmos a cidade do amanhã. É um eixo que agrega políticas voltadas para a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Então, relacionam-se não apenas as políticas vinculadas à questão ambiental, mas também políticas de desenvolvimento produtivo sustentável.

Finalmente, o eixo seguridade significará condições plenas de vida. A proposta é que esse tema agregue, agrupe e integre políticas não só de segurança contra a violência e ameaças à vida, mas também políticas de segurança nutricional, alimentar, no trabalho e na moradia.

Esse conjunto de políticas se propõe como uma forma de construir um processo de governança urbano e regional, que possa reduzir as desigualdades socioespaciais e econômicas, promovendo inclusão de Municípios e populações de uma forma articulada. O propósito é trazer uma proposta metodológica que possa contribuir para articular e apoiar financeira e institucionalmente os Municípios, integrados intersetorialmente e microrregionalmente. Obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Profa. Jupira. Com a palavra, o Prof. Clélio.

O Sr. Clélio Campolina Diniz - Estou profundamente constrangido por ter de pedir licença para sair, mas me programei mal por achar que o seminário terminaria mais cedo. Estou com a agenda cheia na Pampulha e não gostaria de deixar as pessoas esperar. Lamento profundamente e parabeno a Assembleia pela iniciativa, assim como os colegas que fizeram suas exposições. Sou um profissional desta área, independentemente de ser Reitor e professor da Faculdade de Ciência Econômicas. Gostaria de voltar a participar da discussão desse tema. Desejando a todos muito sucesso, peço licença àquele que falará em seguida ou logo depois por eu já não poder esperar. Ela já me prometeu uma aula depois. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos, Prof. Clélio, sua presença nesta Casa, assim como sua exposição que contribuiu imensamente para os debates. Muito obrigado.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora a um vídeo com sugestões do Prefeito Municipal de Lagoa Santa, Rogério Avelar, e do Prefeito Municipal de Santa Luzia, Gilberto Dorneles, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

O Sr. Presidente - Neste momento, faremos a leitura de mais algumas contribuições recebidas via consulta pública. Sugestão enviada por Ronaldo Sousa, de Santa Luzia: promoção de capacitação em administração pública para os Prefeitos eleitos.

Sugestão enviada por Sônia Maria Moreira Mariquito Naime Silva, de Pará de Minas: divulgação do Plano Diretor da Região Metropolitana e criação de mecanismos para envolver os Prefeitos.

Sugestão enviada por Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, de Belo Horizonte: garantia de acessibilidade em todos os prédios públicos do Estado.

Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes e convidamos José Abílio Pereira, do Crea, para sua manifestação.

O Sr. José Abílio Pereira - Boa-tarde. Sou assessor do Crea, Conselheiro Estadual de Desenvolvimento Regional e Política Urbana e Conselheiro Metropolitano. Nos dois Conselhos, sou um dos Conselheiros que representam a sociedade civil.

Fiz minha sugestão por escrito, que na verdade é quase uma síntese do que ouvimos aqui: implantar e implementar no Estado de Minas um processo de planejamento de desenvolvimento regional que considere as questões econômicas, sociais e ambientais das diversas regiões do Estado. Incorporar necessariamente, nesse planejamento, as questões relativas ao desenvolvimento urbano e rural, ao saneamento básico - abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, tratamento de resíduos sólidos incluindo coleta seletiva e reciclagem de materiais descartados, drenagem urbana. Pensar ainda, necessária, em educação, capacitação e profissionalização para o desenvolvimento regional; na complementaridade dos Municípios em ações e cuidados com a saúde e com a segurança; nos transportes regionais e na mobilidade urbana. Esses seriam itens, entre outros. Produzir esse planejamento e as respectivas ações



visando à governança regional, com a contribuição necessária de Estado e Municípios; Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; universidades e centros de ensino e pesquisa de cada uma das regiões; empresários dos diversos setores econômicos; sociedade civil, em especial os inúmeros Conselheiros que participam de diversos conselhos distribuídos aos Municípios, inclusive os que acompanham a implementação dos planos diretores municipais; para que possamos realmente construir planos, planejamento e governança regional.

Temos um plano na Região Metropolitana entregue pela universidade em dezembro, que já foi citado aqui, mas, infelizmente, ele não está acessível. Não conseguimos conhecer o plano depois de pronto. Fomos chamados durante meses para participar das discussões, mas desde dezembro o plano, infelizmente, desapareceu. Então, queria fazer um apelo a todos para que esse plano viesse ao conhecimento não só de nós, sociedade civil, mas também dos Municípios, que pagaram uma parte desse plano diretor. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, José Abílio. Com a palavra, a Sra. Ana Ester Veloso Campos.

A Sra. Ana Ester Veloso Campos - Boa-tarde. Apesar de ser da saúde, estou aqui como cidadã. Gostaria de falar para o João Luiz em especial. O metrô, que achei que você fosse abordar, é o carro-chefe durante as eleições. Após as eleições, ele adormece novamente. Em meu entendimento, assim como a saúde, o transporte é constitucional, direito de todos nós, cidadãos. Em Belo Horizonte há um metrô que não anda. Anda pouco e, durante as eleições, volta a ser lembrado. Os técnicos de lá fizeram um projeto, há a extensão do Barreiro à região hospitalar, Pampulha-Savassi. Agora falam em parceria público-privada em segundo plano e, em primeiro plano, BRT. É a solução? Essa é a pergunta para você.

Qual seria a solução na rodoviária e em vários complexos? Seria o BRT, um elevador para descongestioná-los?

Volta-se a falar em parceria público-privada. A experiência que temos no Brasil, mais especificamente no Rio e São Paulo, é que se privatizou, e não se resolveu o problema. Então como fica o transporte em Belo Horizonte? Em Contagem, a Prefeita Marília fala em metrô, bem como a Prefeita Maria do Carmo, em Betim. Em Belo Horizonte, fala-se em BRT. Como integrar, então? A população já não pode sair com os automóveis. Os ônibus estão em estado caótico. Aonde vamos chegar?

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. João Luiz da Silva Dias para a resposta.

O Sr. João Luiz da Silva Dias - Realmente, trata-se de uma questão difícil, pois o transporte público nem sequer consegue concorrer com a motocicleta. É mais barato, do ponto de vista do custo privado, o cidadão comprar uma motocicleta e pagá-la que ele andar no transporte coletivo, que, como bem de mercado, é inferior, pois exclui as pessoas de menor renda. Assim, quando as pessoas adquirem mais renda, elas são excluídas por ele, como bem inferior. Quando o transporte é tratado dessa forma, a solução é muito difícil. Se formos construir o metrô, não há parceria público-privada que o viabilize. Se o sistema é baseado no pagamento dos usuários, um transporte mais qualificado custará mais.

A primeira grande questão que se coloca é recuperarmos a natureza do transporte público como bem público. O bem público se lê de uma forma diferente. Não se produz por regras de mercado, pois é um bem orçamentário. Déficit em transporte público produz pessoas excluídas desse transporte, transportadas em más condições, que levam muito tempo para chegar ao destino e são penalizadas por muitos transbordos. Isso é déficit em transporte público. Nos países mais desenvolvidos e até nos asiáticos, está-se investindo no transporte público como bem orçamentário. O transporte, além de receber recursos para subsidiar sua operação, recebe recursos para sua implantação. Assim fez a Espanha, Madri, desde 1985. Havia lá uma rede de metrô semelhante à de São Paulo, de 65km, e hoje há 215km. Em Madri há 5 milhões de habitantes, contra 20 milhões de São Paulo no seu aglomerado, no seu conjunto.

Então a nossa grande questão, como o próprio problema do nosso desenvolvimento, é a informação. Precisamos de informações sobre o projeto do metrô. É essa discussão que se deve fazer. Temos de clarear quais são as propostas efetivamente de Belo Horizonte, de Betim, de Contagem, dos governos federal e estadual, para o metrô de Belo Horizonte, a fim de nos posicionarmos e fazermos uma convergência das forças políticas da sociedade, objetivando uma solução.

Assim, a informação, como se está fazendo neste fórum, é essencial à compreensão do problema. Precisamos de publicidade em relação à questão do metrô.

No que se refere ao BRT, já havíamos tido uma manifestação aqui em que se disse que ele é um paliativo. Não se trata disso. É uma solução de transporte, que tem as suas limitações. Uma coisa é desapropriar as Avenidas Antônio Carlos, Pedro I, para implantar as pistas segregadas para ônibus; outra é fazer a mesma coisa nas Avenidas Afonso Pena, João Pinheiro, Alfredo Balena, na Rua da Bahia, onde não se farão desapropriações. Se é uma rede de transporte integrada, BRT, como se fez em Curitiba e Bogotá, não se pode fazer um pedacinho na Nossa Senhora do Carmo e continuar no outro lado, nas Avenidas Antônio Carlos e Cristiano Machado. Esse sistema estruturado levará pessoas de um lado a outro, o que significa passar na região central, onde falta espaço para automóvel. Devemos dar espaço para o transporte público. Há possibilidades reduzidas para o BRT de um projeto incompleto. Como fazer as contas se não possuímos projeto para a área central, que apenas agora foi contratado?

Sabemos que é preciso fazer investimentos pesados no transporte de maior capacidade que, rigorosamente, é o metrô subterrâneo, que vá, por exemplo, da Savassi à Pampulha, na região hospitalar, e assim por diante. Belo Horizonte e toda cidade de grande porte precisam ter soluções de capacidade para os volumes de demanda, ou seja, um transporte de segregação absoluta e uma intensidade de tráfego que apenas o transporte metroviário é capaz de suprir.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. João Luiz pelos esclarecimentos.

#### Palavras da Sra. Rita Velloso

Obrigada. Agradeço o convite da Assembleia e quero felicitá-la pela iniciativa do fórum, além de desejar um bom final de tarde a todos que estiveram presentes até este horário. Sr. Presidente, pedirei sua licença para estabelecer em minha fala alguns nexos entre planos urbanos, transformações da esfera política e a intersetorialidade na gestão das políticas públicas.

Minha comunicação está ancorada nas conclusões de dois trabalhos de que o observatório de políticas urbanas da PUC Minas participou ao longo dos anos de 2009 e 2010. Um deles é o plano metropolitano, o PDDI, e o projeto realizado em conjunto com a



Sedu e o Ministério das Cidades, que integrou o sistema estadual de capacitação para elaboração dos planos locais habitacionais de interesse social, em Municípios de Minas Gerais com menos de 20 mil habitantes.

Nos dois casos, o Opur/Proex, o observatório, se ocupou em pensar as capacidades institucionais envolvidas no processo de planejamento, em especial discutindo de que modo as escalas do território envolvidas permitiram que se efetivasse a cooperação interinstitucional, tendo em vista as mudanças operadas nos padrões tradicionais das políticas públicas, ou seja, mudanças associadas à consolidação de novas formas de governança.

É bastante conhecido por todos o contexto de discussão sobre planejamento urbano no Brasil pós-Constituição de 1988, tanto em seus avanços - agenda da reforma urbana, estatuto da cidade, conferências das cidades, conselho da cidade e planos diretores participativos - como em seus entraves. Aí podemos falar de toda a sorte de dificuldades políticas, institucionais e burocráticas impostas à ação concertada e cooperativa nos diversos níveis de governo e a consequente repercussão em suas sociedades.

De modo geral, ainda é incipiente no Brasil a sistematização da investigação sobre a fragmentação e a setorização no planejamento e implementação de políticas públicas. Há, entretanto, um progressivo esforço de análise da forma de atuação das redes políticas e da engenharia das relações intergovernamentais. Por sua vez, os movimentos urbanos alcançaram no Brasil condição especial se comparados a outros países do mundo: uma certa unidade em torno do ideário da reforma urbana, principalmente no que diz respeito à observância do direito à cidade e à cidadania para todos, e, em especial, no enfrentamento dos imensos problemas da desigualdade socioespacial brasileira.

Para tentar responder à pergunta norteadora deste fórum, vou elencar, de forma breve e em suas linhas principais, alguns aspectos da institucionalidade que se referem ao tema da gestão e do planejamento urbanos em Minas Gerais no que tocam, por um lado, em ponderar sobre o “status” da cooperação interorganizacional dos diversos níveis e setores governamentais. A seguir, discutir a efetividade da participação das populações nos processos decisórios referentes a seus ambientes urbanos.

Em termos da capacidade institucional, no caso específico de Minas Gerais, conclui-se que é preciso consolidar e fortalecer a compreensão sistêmica do espaço urbano-regional e evidenciar, a partir do espaço e do território, a necessidade da realização de pactos sociais para a solidariedade metropolitana e a sobrevivência da totalidade metropolitana.

No Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI -, tanto no que se refere à Rede de Cidades quanto no papel desenhado para as cidades nos Cenários Exploratórios de Minas Gerais para o período de 2007-2023, a ênfase para o desenvolvimento recai sobre a competitividade de Minas em relação ao Brasil e ao mundo. O PMDI constrói quatro cenários a partir do que domina “incertezas críticas”, isto é, “condicionantes de futuro com baixo grau de previsibilidade e elevado impacto”.

Na composição do denominado “ambiente mineiro”, o “desenvolvimento da RMBH e rede de cidades mineiras”, o PMDI entende a rede urbana como síntese das transformações atuais da economia, que consiste em elemento de planejamento para fins de alocação de investimentos públicos e privados. O documento explicita a expectativa de melhor cenário para a RMBH, afirmando que “a governança metropolitana é um vetor de transformações para ampliar a inserção nacional e internacional da RMBH e expandir sua capacidade de polarização sobre o território mineiro”. Em seção do texto intitulada “O Estado do Estado”, a análise da RMBH se faz a partir do perfil dos Municípios e do IDH, anotando que a região metropolitana é “uma vasta cobertura territorial, compreendendo vários Municípios que, entretanto, são muito pequenos em relação à Capital do Estado”.

Contudo, ainda que haja no PMDI uma precisa categorização das cidades de Minas Gerais, para estabelecer metas de desenvolvimento daqueles componentes da Rede de Cidades e o PMDI - aliás, cito de novo: cidades criativas, seguras, dinâmicas, bem-cuidadas, com ampla gama de serviços públicos e privados e detentora de amenidades urbanas -, o documento não se detém na análise espacial ou mesmo na discussão sobre o planejamento territorial nem aprofunda o papel da sociedade civil na construção desse cenário de “conquista do melhor futuro”.

No PMDI, o “Desenvolvimento da RMBH e da rede de cidades mineiras” é uma variável específica, isto é, uma variável entre as muitas “entrelaçadas numa cadeia de influências mútuas, cujas hipóteses alternativas se complementam” e que devem, sim, “interconectar-se para conformar diferentes cenários para o Estado”. Nesse documento, espera-se que a RMBH se consolide como núcleo qualificado de integração socioeconômica, assumindo a posição de centro de serviços avançados, parte de uma “rede de cidades dinâmicas, com elevado perfil polarizador e provedoras de serviços coletivos de escala de boa qualidade - educação, saúde, formação profissional, logística e cultura”.

Ora, o que nos parece ser crucial acrescentar a esse raciocínio é exatamente o que apresentou o conjunto de propostas do PDDI, plano metropolitano, construindo uma consideração bastante acurada dos problemas urbanos de uma região do porte da RMBH, especificamente no que diz respeito a um cotejamento entre aparato institucional e desenvolvimento das cidades que a compõem; a uma análise dos processos de gestão que permita somar aos âmbitos restritos do poder público a participação de diversos atores de forma compartilhada; e, principalmente, a uma abordagem territorial, articulada ao poder e à política e adequada à defesa do bem-estar da sociedade e à superação das carências coletivas.

Para a RMBH, assim como o conjunto urbano do nosso Estado, é preciso pensar em instâncias mediadoras e modos de articulação que contribuam para o debate sobre reais alternativas de gestão e planejamento dos territórios urbanos; em outras palavras, é preciso fortalecer a capacidade institucional pensando a institucionalidade como conjunto de organizações capazes de empreender ações políticas descentralizadas e efetivas. Assim, será possível alcançar o nível de inserção necessária para que as ações públicas possam responder aos problemas detectados entre os diversos atores sociais.

Do ponto de vista de uma escala espacial que dê conta do processo de metropolização, é preciso consolidar a superação do padrão localista das políticas públicas. Nesse caso, deve-se buscar entender quais possibilidades legítimas estariam sendo gestadas nas esferas governamentais e nos movimentos sociais urbanos para alterar o padrão localista e a fragmentação, quando se trata de proposição e da implementação das políticas públicas.

No contexto do Brasil dos dias atuais, o planejamento urbano é um dispositivo, uma estrutura e um conjunto de técnicas e de cadeias operativas, um campo de possibilidades. Dizendo de outro modo, trata-se menos de fazer planos do que de aplicar dispositivos





que os elaborem, discutam, negociem, que os façam evoluir. Trata-se de um urbanismo reflexivo: a análise já não precede a regra e o projeto, mas está presente permanentemente. O conhecimento e a informação são produzidos antes, durante e depois da ação. Em última instância, o plano é um dispositivo que permite pautar a gestão cotidiana de uma complexa organização técnico-administrativa. Reciprocamente, o projeto urbano torna-se plenamente um instrumento de conhecimento, de negociação e de evidente envolvimento da sociedade civil. Na soma de algumas variáveis atuais, o planejamento urbano no Brasil não se faz sem contradição. É complexa a tarefa de equacionar num plano urbano a intensa atualização técnica que é possível obter hoje; a aumentada capacidade de intervenção dos governos na cena urbana; a aumentada capacidade de intervenção dos atores sociais na cena urbana; e sobretudo a relação entre modos e as prioridades do desenvolvimento, as prioridades social e econômica e a oferta universal de serviços, equipamentos e possibilidades da vida urbana.

As equipes multidisciplinares de planejamento - a exemplo daquela que recentemente elaborou o PDDI para a RMBH -, para estabelecer os nexos entre a urbanização e a transformação da esfera política, estão obrigadas a lidar com a transformação das funções urbanas frente às novas necessidades coletivas, a um processo de reorganização da administração pública, às mudanças no arcabouço normativo da participação política e às novas perspectivas diante da reestruturação produtiva em arenas políticas transescalares da nova inserção do Brasil no mundo.

Pelo que se menciona acima, deve-se sustentar uma transformação na moldura institucional e legal do planejamento, para que se estreitem as relações entre planejamento integrado e políticas setoriais urbanas. É comum a menção aos conflitos entre a necessidade de integração, inerente ao planejamento, e a autonomia do planejamento e da implementação de políticas públicas setoriais. Como sua condição de possibilidade e de efetiva implementação, um plano urbano não se pode esquivar de formular e responder perguntas: qual o lugar que o planejamento urbano ocupa, de fato, na administração pública? Quais são os termos efetivos desse posicionamento na relação entre planejamento e gestão? Quais são as novas mediações relativas à articulação, cooperação e capacitação entre planejamento urbano e políticas setoriais?

Em sentido amplo, um ambiente institucional se consolida a partir da habilidade de um governo para formular, coordenar e avaliar políticas públicas, definir e exercer um projeto de governo, manejando seus recursos de poder, mas sobretudo buscando apoio na sociedade e garantindo a legitimidade para a execução de seus programas. Essa delimitação conceitual assume uma dupla inserção. Por um lado, a compreensão dos mecanismos instituídos pelos governos; por outro, a repercussão desses mecanismos na vida da sociedade a quem os governos se destinam.

O importante, finalmente, no que tange à capacidade institucional, não são exclusivamente as regularidades estabelecidas em lei, mas muito mais as disposições de poder, as redes, as correntes, as intermediações, os pontos de apoio, as diferenças de potencial que caracterizam uma forma de poder que, sabemos, são constitutivos, ao mesmo tempo, do indivíduo e da coletividade.

Talvez o maior desafio da governança urbana regional seja abrir espaços de participação popular, fazendo frente à representação preferencial dos hipercidadãos nos arranjos colegiados. Para tanto, ressalta-se a necessidade de politização do debate sobre o urbano, em sua natureza - um debate que atualmente se recolhe, muitas vezes, aos formatos já estabelecidos institucionalmente -, colocando-se em destaque a questão do poder. Afinal, “quem manda na metrópole” e, principalmente, qual é a correlação de forças dos interesses que se encontram em jogo? Essa é a pergunta que precisamos nos fazer.

Em nível de reflexão argumentativa, colocamo-nos, ainda, uma última pergunta que serve para imaginar as situações-limite a que poderíamos chegar ou aquelas que deveríamos evitar. Estaríamos construindo esferas públicas de negociações legítimas que possam se tornar arenas de debate entre os distintos segmentos da sociedade civil, ou estaríamos - na esfera de um arcabouço jurídico-institucional que sirva ajustadamente aos processos de aglomeração metropolitanos - à mercê de um consenso estabelecido que em tanto contribuem para desconstruir a cidadania e naturalizar o pensamento único?

Quando se trata de avaliar a participação efetiva da população nos processos decisórios, a presença e a atuação dos conselhos gestores, conclui-se rapidamente que é preciso educar para a política, mantendo o foco da atenção nos indivíduos que vivem uma vida urbana, famílias e comunidades locais, quaisquer que sejam as suas escalas. Também se conclui que a educação política não pode ser meramente instrumental, pois sua finalidade é conseguir a combinação entre autonomia e inserção, levando o indivíduo e os grupos a compreenderem as condições da sua existência em um determinado contexto social. Uma vez que essa cultura política faça parte do cotidiano da sociedade civil, a participação passa a significar uma apropriação complexa das condições existenciais. E essa apropriação tem, por consequência, variadas formas de atuação prática dos atores. Participar implicará modos de cooperar, compreender a partir de que lugar se fala e de que lugar falam os outros. Colocar na mesa os prejulgamentos e compreender a situação histórica, o que se transfere por meio da tradição ou mesmo por meio das experiências. Participar implica saber denominar as relações de poder em sua forma integral, isto é, não somente aquela que está presente na relação capital-trabalho, mas também aquelas que se dão nas famílias, nos movimentos sociais urbanos, nos partidos e nas esferas de governo.

Em face de uma pedagogia urbana, a participação exige fazer planejamento e gestão urbanos dentro de um raio de alcance decisório do conjunto dos cidadãos. Tornar, para usar as palavras e as ferramentas de Ivan Illitch, o planejamento e a gestão urbanos mais conviviais. Fazer o conhecimento acessível aos indivíduos, de modo que a sociedade civil possa dominar essa linguagem e experimentar esse idioma com fluência. A convivialidade é ferramenta para manter e instigar a imaginação e a autonomia para permitir opinar e decidir com conhecimento de causa. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à expositora Rita Velloso, que nos traz questões decisivas. Sabemos que, sem a radicalização democrática, não será possível efetivar processos de desenvolvimento sustentável. Assistimos a um conceito ainda em construção, ou em disputa, da sustentabilidade, que vem sendo usado, de forma indiscriminada, pelos mais diversos públicos, cada um segundo sua visão e seu interesse. Todos defendem sua visão, sua noção, seu conceito de sustentabilidade ou de desenvolvimento sustentável.

Se, de fato, quisermos promover o desenvolvimento sustentável, precisaremos avançar e aprofundar nos mecanismos de participação social e garantir que os espaços de participação sejam efetivos, do ponto de vista do encaminhamento daquilo que emana efetivamente da sociedade. Entendemos que esses espaços são fundamentais. Há muitas outras iniciativas nessa direção na nossa



sociedade. Agora é preciso reconhecer, segundo a exposição da Rita, a distância a que ainda estamos de promover instrumentos reais, em que a população se enxergue como espaço efetivo capaz de influenciar e dirigir as políticas públicas.

Estamos diante do grande desafio de promover a cidadania real, efetiva, em que manifestações e contribuições formais possam avançar. Assim, agradeço, mais uma vez, à Rita Velloso sua participação.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Faremos a leitura de mais algumas contribuições recebidas pelo Consulta Pública. Contribuição enviada por Edmo Luiz da Cunha Pereira, de Belo Horizonte: criação de mecanismos que facilitem a relação com as diversas regiões do Estado, como conselhos regionais, com a participação de lideranças da sociedade, do empresariado e do governo.

Sugestão enviada por Geraldo Rosa Soares, de Governador Valadares: promoção, por parte da Assembleia Legislativa, das articulações políticas necessárias junto ao Congresso Nacional, para que os Estados retomem sua autonomia quanto à condução dos processos de emancipação de Municípios, autorizando, desde já, a realização de consultas plebiscitárias aos Distritos interessados. Temos visto diversas manifestações por emancipação em Minas Gerais.

Neste momento daremos início à fase final, de apresentação de sugestões e debates. Mais uma vez, solicitamos a quem fizer uso do microfone que se identifique com clareza e seja objetivo e sucinto. Com a palavra, o Sr. Sebastião José Marques de Oliveira, da administração da Hidrovia do São Francisco, de Pirapora.

O Sr. Sebastião José Marques de Oliveira - Sou gestor da Hidrovia do São Francisco, um órgão federal em Minas Gerais que pouca gente conhece. Pirapora está no final da ferrovia e da hidrovia, da navegação.

Em sua exposição, o Prof. Campolina tratou da questão da territorialidade e da acessibilidade e deixou claro, no mapa apresentado, a disparidade entre nossas diversas regiões, sobretudo quando mostrou o Norte de Minas, minha região, e a RMBH. Aliás, estamos cada vez mais Minas e cada vez menos Gerais. Por todo o tempo em que estou aqui, quase todas as intervenções, tanto as presenciais quanto as que nos chegam, referem-se a Minas. Sou mineiro, de Belo Horizonte, onde nasci e me criei, mas acho que, como diz Milton Nascimento, precisamos olhar um pouquinho mais para o interior, para os Gerais.

A navegação no São Francisco é hoje uma realidade. Gostaria de fazer uma sugestão à Assembleia, Presidente mediador, que é um Deputado do Noroeste de Minas. A Vale do Rio Doce está em Pirapora e recebeu incentivo do governo do Estado; tem seu terminal logístico, recuperou o ramal ferroviário, que liga Pirapora a Corinto - portanto estamos agora ligados a Tubarão. A navegação no São Francisco vai de Pirapora a Juazeiro e Petrolina - são 1.371km -, e a BR-365 cruza a nossa região. Portanto, Pirapora, como sua região, é hoje uma plataforma multimodal, o que nos coloca fora dessa visão rodoviarista de que tudo passa pelo transporte rodoviário. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sebastião. Fica o registro da proposta do terminal intermodal em Pirapora. Esperamos que isso de fato saia do papel, pois está nos projetos estruturantes do governo do Estado e do governo federal. Fica, então, o registro vindo de Pirapora. Com a palavra, Flávia Mourão Parreira do Amaral, da Prefeitura de Belo Horizonte.

A Sra. Flávia Mourão Parreira do Amaral - Boa tarde. Sou Gerente de Planejamento Metropolitano da Prefeitura de Belo Horizonte. A Prefeitura tem em sua estrutura uma gerência e um projeto estruturador específico para tratar do desenvolvimento metropolitano por entender que o desenvolvimento da cidade de Belo Horizonte depende intrinsecamente do que vai acontecer com a Região Metropolitana.

O que quero trazer aqui? Primeiro, quero falar sobre a gestão metropolitana e as exposições muito ricas que foram feitas. Aliás, quero agradecer a iniciativa da Assembleia, que nos permitiu participar deste encontro. Acho que especialmente o dia de hoje está riquíssimo em termos das exposições feitas e da importância do tema para a gestão do desenvolvimento regional em Minas Gerais. Especificamente sobre a gestão da Região Metropolitana de Belo Horizonte, como foi dito pelo João Luiz e pela Jupira, quero chamar a atenção para o fato de que o arranjo criado em Belo Horizonte é inovador, mas esbarra em várias dificuldades. Primeiro, temos a própria rigidez do nosso federalismo, que estabelece como entes federados a União, o Estado e os Municípios. A região metropolitana não é um ente federado. Depois, há ainda a dificuldade da ausência da cultura de colaboração. Não existe a prática de atuar em colaboração, principalmente entre os Municípios. Quero ainda destacar a dificuldade da fragmentação da gestão estadual no que diz respeito à gestão metropolitana. Apesar de hoje termos uma secretaria extraordinária para cuidar da gestão metropolitana, há diversas secretarias do Estado que dizem respeito à região metropolitana, mas que trabalham de forma desarticulada. Então, é preciso ter um olhar especial com relação a essa integração da própria gestão estadual para a figura da região metropolitana, que foi criada por lei estadual.

Segundo, hoje temos instrumentos importantes nesse arranjo metropolitano. Quero destacar, em especial, o PDDI, que, como foi dito, é instrumento essencial para a retomada do planejamento metropolitano, mas que não é um manual de intervenções, não é um manual de obras. Apesar de não conhecermos a finalização desse plano, sabemos que ele vai concluir em uma indicação do processo - como a Rita chamou a atenção - de diálogo e construção. Na realidade, ele será um instrumental, uma ferramenta para subsidiar decisões que necessariamente terão de ser dialogadas. Então, esse plano que foi construído de forma participativa com a sociedade e os Municípios não pode simplesmente ser deixado em uma gaveta, não pode ser enterrado. Então, quero conclamar que esta Casa tenha a necessária atenção para que esse plano possa ser efetivamente utilizado como instrumento de retomada do planejamento metropolitano.

Terceiro, temos, no caso da região metropolitana, ainda o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano e a Agência de Desenvolvimento Metropolitana, que podem, com grande capacidade, substituir a instituição de consórcios metropolitanos, como disse o Deputado. A instituição de consórcios é extremamente morosa, penosa e burocrática, e hoje há instrumentos de gestão muito mais ágeis e que precisam ser melhor explorados. Então, espero que a Assembleia possa acompanhar e diligenciar esses instrumentais de gestão metropolitana mencionados para que efetivamente possamos avançar nessa questão.



Quero ainda abordar um segundo tema, sem me alongar muito. Quando tratamos de áreas conurbadas, tanto na Região Metropolitana de Belo Horizonte quanto em outras regiões, vivemos, no dia a dia, problemas e conflitos na gestão de fronteiras. Um Município não pode atender a população de um outro, sob pena de ser responsabilizado e não ter recursos para isso. Então, precisamos construir alguns instrumentos, como fazer a gestão nessas áreas de fronteira. Muitas situações, como é o caso, por exemplo, do confisco, que já foi trazido nesta Assembleia, podem ser resolvidas com alterações das divisas municipais. No entanto, hoje estamos agarrados, vamos falar assim, e não podemos alterar nenhuma divisa municipal em função da falta da regulamentação do § 4º do art. 18 da Emenda Constitucional nº 15.

Estamos há mais de 14 anos “batendo cabeça”, tentando construir. Há um grande medo em criar novos Municípios, principalmente por questões eleitorais, mas isso engessa também a definição desse tipo de conflito. Então, a outra sugestão é que a Assembleia acompanhe e participe da construção dessa solução junto ao Legislativo Federal. Deixarei a sugestão, por escrito, no “site”, porque considero um tema sobre o qual precisamos muito debucar e construir soluções conjuntas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Flávia. Convidamos a Sra. Virgínia Lúcia Menezes Pacheco, do Espasso Conseg.

A Sra. Virgínia Lúcia Menezes Pacheco - Boa tarde a todos. Sou Oficial da Polícia Militar da ativa. Estou de férias e venho aqui contribuir como cidadã.

Muito já se falou sobre mobilidade urbana. Deputado, há uns meses, participamos de um ciclo de debates sobre a mobilidade urbana. Na ocasião, destacamos o problema da BR-381. Salvo engano, quem presidiu o ciclo foi o nobre Deputado Carlin Moura. Ele nos relatou que seria realizado posteriormente um ciclo de debates sobre a BR-381. Registro que esperamos que esse ciclo não demore a se realizar porque acompanhamos todos os dias inúmeras mortes nessa rodovia.

O rodoanel também começou a ser discutido. As pessoas já estão fazendo alguma coisa, mas parece que a licitação só se iniciará em abril.

Também queremos contribuir falando sobre a situação do metrô. Penso que a Assembleia poderia participar dessa discussão. Isso deve fazer parte da sua agenda. É preciso haver novas composições para o metrô a curto prazo, porque sua ampliação ainda “dará muito pano para manga”, utilizando um português claro. Ouvimos vários Deputados da Casa abordarem a extensão do metrô até Betim. A Deputada Maria Tereza Lara foi veemente no último ciclo de debates. Gostaríamos que essa questão de mobilidade urbana fosse parte da agenda da Assembleia nos próximos anos, mas que a solução não demorasse tanto; que o problema fosse resolvido da melhor forma possível e a curto prazo. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sra. Virgínia. Neste momento, devolveremos a palavra aos componentes da Mesa, para as considerações finais. Com a palavra, o Sr. Sandro Veríssimo Oliveira de Miranda.

O Sr. Sandro Veríssimo Oliveira de Miranda - Reafirmo, nestas considerações finais, que o governo do Estado vem dando cada vez mais centralidade para a questão metropolitana, de 2003 até hoje. Estamos vivendo um progresso claro de uma superintendência; hoje já temos nossa Secretaria e certamente aprimoraremos os esforços sobre algumas questões que já iniciamos no passado. Esse é o intuito da criação da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana, além também de avançar no Vale do Aço, que é outra região metropolitana que ainda não tem seu arcabouço institucional de gestão.

Em relação à integração das políticas setoriais dentro do Estado, levantada pela gerente Flávia Mourão, trata-se de um dos desafios da agenda da nova Secretaria. Queremos aprimorar essa articulação entre os setores do Estado e trazê-los para a gestão metropolitana, tentando integrar essas políticas setoriais cada vez mais. Já temos alguns exemplos. A Pesquisa de Origem e Destino está sendo coordenada pela Agência Metropolitana em conjunto com a Setop. Já não existe mais essa conversa de “lá” e “cá”; temos o PDDI, que foi uma construção da Sedru, antiga Subsecretaria de Desenvolvimento Metropolitano, sobre o qual a nova Secretaria está tomando conhecimento e discutindo no Estado. A ideia é fortalecer essa gestão e trazer os outros setores para discutir e tentar equacionar as políticas setoriais dentro desse território metropolitano. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, para suas considerações finais, a Sra. Jupira Gomes de Mendonça.

A Sra. Jupira Gomes de Mendonça - Quero reforçar algumas propostas na direção da organização de um sistema estadual de planejamento e gestão, que possa organizar-se em caráter metropolitano, dando sequência aos trabalhos do plano metropolitano. A Flávia resumiu bem que a proposta do plano é montar as condições para a retomada do planejamento metropolitano em Belo Horizonte e, ao mesmo tempo, ter um sistema que dê suporte à distribuição de recursos e abranja ações de fortalecimento da capacidade institucional e financeira dos Municípios. A ideia é ter um sistema organizado a partir das microrregiões, de modo a viabilizar um processo compartilhado entre Municípios e entre as populações destes. A potencialização da ação municipal pode-se dar a partir de uma articulação entre Municípios na microrregião, ancorada em processos participativos. Essas questões, levantadas por vários participantes, devem ser fortalecidas. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, para suas considerações finais, A Sra. Rita Velloso.

A Sra. Rita Velloso - Agradeço novamente a oportunidade de participar deste evento. Reforço as palavras da Sra. Flávia Mourão e do Prof. José Abílio. É preciso que o plano metropolitano venha a público, que as condições e debates que já aconteceram sejam mais amplificados para a sociedade civil, para que possamos, de fato, atingir a meta deste fórum: fomentar a participação popular, o engajamento da sociedade civil, o trabalho parlamentar e, sobretudo, aumentar o envolvimento da população da RMBH nas suas esferas de planejamento e na possível repercussão disso nas outras regiões de Minas Gerais. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. João Luiz da Silva Dias.

O Sr. João Luiz da Silva Dias - Agradeço e felicito a Assembleia por esta iniciativa. Sinto que o caminho é dar publicidade e trazer à discussão com a sociedade o plano metropolitano, trazer as informações sobre o sistema de transporte e as propostas do BRT e do metrô.

Então que seja dada publicidade e apresentadas as propostas à população. Como a Flávia Mourão expôs, essa é uma questão delicada. Ao mesmo tempo em que o Estado propõe a gestão metropolitana, ele próprio, com os diversos setores, trabalha a realidade metropolitana. Foi dado o exemplo da Setop, que faz o planejamento do Sistema Metropolitano de Transportes com as Redes



Integradas de Transportes - RITs -, sem nenhuma consideração com os sistemas municipais e sem uma discussão clara com a sociedade sobre o significado desse sistema. O transporte tem de ser trabalhado como um bem comum, de interesse metropolitano. Os sistemas municipais e o intermunicipal metropolitano têm de formar um só sistema. Essa construção se faz por meio da participação de todos os Municípios. O investimento que este fórum representa deve seguir de forma ampla pelo Estado e Municípios na construção de um novo federalismo, de uma nova gestão metropolitana, mas que seja efetivamente com a cooperação de todos os Municípios e a participação efetiva da sociedade, como foi muito bem exposto neste encontro. Muito obrigado. Parabéns à Assembleia.

O Sr. Presidente - Obrigado, João Luiz. Mais uma vez, gostaria de agradecer aos componentes da Mesa. Informamos aos participantes que as sugestões recebidas durante as discussões temáticas serão agrupadas em um documento, junto com as participações encaminhadas por via de consulta pública, as colaborações dos especialistas e dos parlamentares da legislatura anterior. Esse documento será entregue à Mesa da Assembleia Legislativa ao final do fórum democrático, a fim de subsidiar a construção da agenda da Casa para os próximos anos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais manifesta seus agradecimentos aos expositores, às autoridades, aos demais participantes e ao público em geral, e convida a todos para participarem amanhã, dia 23 de fevereiro, a partir das 9 horas, neste Plenário, da continuação deste fórum democrático, conforme programação já veiculada.

## ATA DA 5ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/2/2011

### Presidência do Deputado Carlos Mosconi

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras do Sr. Fabiano Pimenta - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Mônica Viegas - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. José Maria Borges - Apresentação de sugestões - Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Paulo Guedes - Adalcleber Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - André Quintão - Anselmo José Domingos - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bosco - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Célio Moreira - Doutor Viana - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - João Leite - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Sávio Souza Cruz.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Carlos Mosconi) - Às 9h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Luiz Henrique, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Mônica Viegas, Professora Adjunta do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG e líder do grupo de pesquisa em Economia da Saúde e Criminalidade no CNPq; os Exmos. Srs. Fabiano Pimenta, Secretário Adjunto de Saúde de Belo Horizonte, e José Maria Borges, Consultor da Secretaria de Estado de Saúde; e o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. Dominic, Prefeito Municipal de Silvianópolis, Hamilton, Vereador de Andradas, e André, radialista da Rádio Vinícola.

#### Palavras do Sr. Presidente

Em nome da Assembleia, é uma satisfação recebê-los nesta manhã para discutirmos a questão da saúde, que é um tema importante deste simpósio. Agradecemos a presença dos expositores, dos Secretários da área da Saúde, dos Prefeitos e Vereadores do interior de Minas Gerais e das demais autoridades. De maneira especial, cumprimento os meus colegas desta Casa, Deputados Almir Paraca, Antônio Genaro, Antônio Júlio, Bosco, Durval Ângelo, João Leite e Luiz Henrique, e Deputadas Liza Prado e Luzia Ferreira. A cena é comum em postos de saúde, ambulatórios e hospitais: grande número de pacientes, longas filas de espera, reclamações, funcionários malremunerados, falta de medicamentos e de profissionais especializados, como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, fisioterapeutas e psicólogos.

São frequentes, ainda, em nosso Estado - como, aliás, em todo o País - os casos de morte por falta de atendimento, de sequelas por negligência, de adoecimento por problemas de saneamento básico, além de endemias e epidemias que, diante dos recursos tecnológicos já desenvolvidos, há muito deviam estar erradicadas. É emblemática, nesse aspecto, a persistência dos casos de dengue na Capital mineira e em grande número de cidades do interior, numa demonstração de que ainda não somos capazes de combater uma





doença de causas e formas de transmissão fartamente conhecidas e de que nosso sistema de saúde ainda é claramente falho no aspecto da prevenção.

Não se pode, obviamente, atribuir esse quadro apenas às administrações municipais e estaduais, ou mesmo federais, mais recentes, porque nossos problemas de saúde são tantos e tão arraigados que se torna difícil de resolvê-los em curto prazo. Mas fica uma sensação evidente, para todos nós, de que poderíamos estar fazendo mais. Há, naturalmente, muitos acertos e avanços em nosso sistema de saúde, assim como programas estaduais e municipais que, em médio e longo prazos certamente irão trazer resultados positivos. É o caso, por exemplo, no âmbito do Estado, da Área de Resultados “Vida Saudável”, contida no Plano Plurianual de Ação Governamental.

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por sua vez, busca permanentemente contribuir para o aprimoramento das políticas públicas estaduais referentes a esse tema, por meio de ações próprias de sua Comissão de Saúde e de discussões em ciclos de debates, fóruns e seminários. Tais eventos já nos possibilitaram colher valiosos subsídios sobre diversas áreas da saúde, como o atendimento aos idosos, a assistência às mulheres, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, o enfrentamento às drogas e entorpecentes, a situação dos hospitais, o tratamento da obesidade e a segurança alimentar e nutricional. Da mesma forma, foram elaboradas e aprovadas nesta Casa diversas leis referentes à saúde, como as que dizem respeito ao “exame do pezinho”, à reintegração social dos portadores de sofrimento mental, à política estadual de medicamentos, aos direitos dos usuários do SUS, ao Fundo Estadual de Saúde e, mais recentemente, aquelas que dispõem sobre o combate ao tabagismo e o controle da proliferação de mosquitos transmissores da dengue. Os esforços do governo do Estado e, particularmente, deste Parlamento para aperfeiçoar nossas políticas públicas de saúde certamente ganharão inestimáveis contribuições neste Fórum Democrático, razão pela qual agradecemos às autoridades presentes, aos expositores, aos demais participantes e a todos aqueles que colaboraram para sua realização.

Ao encerrar minhas palavras, quero apenas fazer uma referência rápida - mas o assunto é muitíssimo importante - à questão do financiamento da saúde, que tem altos e baixos. Fica sempre em discussão. A realidade está sempre em baixa. A discussão, de vez em quando, tem alguns altos, mas a realidade fica sempre em baixa. Durante as campanhas eleitorais, o tema ocupou um percentual muito grande dos espaços das campanhas eleitorais, com a regulamentação da Emenda nº 29, a melhoria de tabelas, entre outras questões. Passado o período eleitoral, não se fala mais na Emenda nº 29, que até parece que não existe mais; saiu de cena totalmente. Agora, cogita-se a possibilidade da volta da CPMF. Trago esta questão, pois não podemos abrir um simpósio como este sem abordar o financiamento à saúde, fundamental para que o sistema tenha sobrevida em boas condições e com a qualidade que a população brasileira espera que aconteça. Também não posso deixar de abordar, no preâmbulo de nosso trabalho, a humanização da saúde, que considero um dos temas mais atuais e mais importantes do setor. Coloco-o quase no mesmo nível do financiamento. Podemos ter um sistema adequado, estruturado, mas se não houver humanização, tudo isso cai por terra. A humanização é um aspecto fundamental. Chamo a atenção das pessoas que nos têm procurado, por meio da internet, para obter informações sobre a questão da saúde. O percentual das pessoas que fazem referência, com ênfase, sobre a humanização, é alto.

Agradeço a presença de todos e a atenção dispensada a mim na abertura dos nossos trabalhos. Muito obrigado.

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - A Presidência convida a todos para assistir à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema saúde.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência informa que, entre um expositor e outro, abriremos espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas por meio de consulta pública, pelo formulário do Participe Agora e pelo 0800. A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente deverão especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o “link” do Fórum Democrático e clicar em Participe Agora para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 08007092564.

#### Palavras do Sr. Fabiano Pimenta

Bom dia a todos. Cumprimento o Deputado Carlos Mosconi, a Dra. Mônica, meu caro amigo José Maria Borges, os Exmos. Srs. Deputados presentes, os Secretários Municipais de Saúde, os Prefeitos, bem como as demais autoridades e os usuários do SUS.

Procurarei abordar a complexidade da situação dos Prefeitos em relação ao SUS, no que diz respeito ao acesso à equidade e à integralidade, sobretudo em Belo Horizonte, um Município com 2 milhões e 500 mil habitantes, numa região metropolitana de 5 milhões de habitantes.

Gostaria de destacar cinco pontos na minha fala. Não poderia deixar de falar sobre a questão do financiamento, indicada com muita pertinência pelo Deputado Carlos Mosconi. Sendo esta Casa uma Casa legislativa e política, a somatória de esforços para a regulamentação da Emenda nº 29 é de fundamental importância para se implementar, em sua plenitude, os preceitos do SUS. Digo isso como representante do Município que aplica 21%, 22% do seu Orçamento em ações de saúde, lembrando sempre que o preceito mínimo para a esfera municipal é de 15%.

Os recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Municipal de Saúde são, de fato, uma transferência obrigatória e não voluntária. Todos sabemos que, hoje, embora tenhamos absoluta confiança no orçamento da saúde, em toda programação de médio e longo prazo de um Município, grande parte desses recursos é de transferência do Fundo Nacional de Saúde, que ainda é uma transferência voluntária. Mesmo que haja a vinculação dessas questões do financiamento a contratualizações, metas e desempenho, um passo importante que o SUS deve dar para alcançar os seus objetivos perante a população, é importante que essa pauta legislativa e política seja trabalhada.



É importante lembrar que, desde 1996, na NOB-SUS 1996, existe o Índice de Valorização de Resultados, que daqui a pouco completará 15 anos e que precisa voltar ao debate para que metas de redução de desigualdades - muito bem cogitadas na abertura -, num Estado como o nosso, de grandes desigualdades, apesar do árduo trabalho para reduzi-las, possam contribuir para esse objetivo, permeado por uma série de outras ações. Essa questão do financiamento é de fundamental importância na pauta da regulamentação da Emenda nº 29, a fim de garantir aos Municípios recursos adequados, ou seja, um maior percentual de recursos, mesmo para aqueles que já dispõem de mais de 20% do seu orçamento para as ações de saúde, como é o caso de Belo Horizonte.

Outra questão que quero abordar diz respeito ao exemplo enfatizado na fala de abertura do Deputado Carlos Mosconi, sobre a dengue, que permeia um assunto muito mais amplo, que é a autoridade sanitária do gestor municipal. Falar de autoridade sanitária é falar das nossas responsabilidades com as correspondentes prerrogativas, para que, no território de um gestor único, tenhamos condições - sempre debatendo o assunto com o Conselho Municipal de Saúde, com a Câmara Municipal e com a Assembleia - de organizar as redes assistencial, de promoção e de prevenção da saúde, bem como de debater, de forma equilibrada, a incorporação de tecnologias no elenco de serviços e ações prestadas pelo SUS. Mais que isso, é importante trabalharmos algumas questões relacionadas às emergências epidemiológicas.

Vivemos num mundo globalizado, em que o ir e vir das pessoas dentro do Estado de Minas Gerais ou de um Estado para outro ou entre países é muito rápido. Assim sendo, precisamos de capacidade organizacional, a ser garantida pela Secretaria Estadual de Saúde e pelo conjunto dos Municípios, para que possamos exercer, de fato, autoridade sanitária numa questão que não está muito bem regulamentada no Brasil. Acredito que Minas Gerais seja um Estado de destaque, com um código de saúde contemporâneo e que coloca de maneira clara a questão da autoridade sanitária. No entanto, existe essa lacuna no âmbito nacional. Na última década e na década atual, passamos por três exemplos muito marcantes em relação a isso: a síndrome aguda respiratória grave, a ameaça da influenza aviária e, de forma concreta, o H1N1. Na verdade, quando montamos, na RMBH e em todo o Estado de Minas Gerais, um sistema que articulou a Secretaria de Saúde do Estado, as regiões de saúde com a saúde complementar e a saúde privada, creio que isso tenha sido bastante satisfatório para a população de Minas Gerais. Tanto é que o Estado teve uma das taxas de mortalidade mais baixas em decorrência do H1N1 do Brasil. Trabalhamos no limite, no que se refere à questão da regulamentação oficial e do bom senso. Na verdade, existe essa pauta pendente no SUS, porque, ao falarmos de quarentena e de medidas de contenção de doenças através de isolamento de um paciente com alto potencial de transmissibilidade, como, por exemplo, o H1N1, falamos de uma questão que pode ferir o direito individual. Dessa forma, também trabalhamos no limite do direito coletivo.

Portanto, acredito que também seja uma pauta, como o é o financiamento, extremamente importante de ser catalisada, discutida e aprofundada nesta Casa política e legislativa, que muito ajudará o comando único em cada esfera de gestão. Trata-se da questão relacionada à autoridade sanitária, mas claro que é autoridade sanitária inerente às suas responsabilidades e às suas prerrogativas de coordenar, normatizar e organizar redes. Acredito que, vencida ou aprimorada essa pauta, com certeza isso redundará em menos processos de judicialização da saúde, o que não quer dizer que haverá acesso da população ao serviço de saúde, que é um direito garantido em nossa Constituição Federal. Falo isso no sentido de termos efetivamente melhores condições de prestar o serviço de forma organizada à população.

Uma terceira questão que gostaria de colocar na pauta e que vem ao encontro desse assunto diz respeito ao complexo industrial da saúde. Gostaria de lembrar que há em Belo Horizonte 34 hospitais contratados, como também toda uma movimentação de prestação de serviços que o SUS faz em toda a RMBH e em todo o Estado. Temos amplas condições em Minas Gerais, com destaque para a Fundação Ezequiel Dias e outros órgãos aqui representados. Por isso temos de dar passos cada vez mais completos, a fim de buscarmos uma sinergia entre gestores e prestadores - sejam públicos, sejam privados -, que possam efetivamente incentivar, movimentar e catalisar a economia do Estado de Minas Gerais. O montante de recursos movimentados nessa questão da atenção e da assistência à saúde é muito grande. Só o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte é da ordem de R\$1.600.000.000,00. Não podemos perder isso de vista, inclusive sob o aspecto de redução de custos e de racionalização de procedimentos que, em última instância, irá nos levar a uma oferta maior de serviços à população mineira. Em nosso caso, a população belo-horizontina.

Há outra questão muito importante a ser trabalhada e destacada ainda nesse aspecto. O Deputado Carlos Mosconi fez alguns apontamentos na abertura desta reunião, por isso, parabênzo a Assembleia Legislativa por ter se destacado e trabalhado esse assunto acerca de doenças transmissíveis e da dengue. É muito importante mobilizarmos um diálogo e uma discussão mais aprofundada sobre os condicionantes determinantes dessas doenças ditas doenças do século passado e do início do outro século. Na verdade, elas têm um perfil completamente diferente do perfil do início do século passado. Estamos falando de uma população totalmente concentrada no ambiente urbano. Estamos falando de um ambiente urbano produtor de potenciais criadouros altamente favoráveis a esse mosquito, tais como os pneumáticos, os plásticos. Estamos falando do desafio não só do abastecimento de água, mas da continuidade desse serviço, de maneira que a população não tenha de acondicioná-la em tambores, tonéis ou em outros locais que se tornam grandes criadouros de mosquitos “*Aedes aegypti*”.

A pauta da dengue não se esgota no setor saúde. Ao contrário, é uma pauta essencialmente intersetorial, que passa, primeiro, pela área da educação, com a mudança de comportamento. Para não me estender nesse assunto, ressalto apenas que pesquisa recente do Ministério da Saúde mostra que 96% da população se envolveu de alguma forma em ações educativas dos governos federal, estadual e municipal e das organizações não governamentais com relação à informação sobre dengue. E mais, 97% das pessoas se sentem bem-informada sobre a dengue. Entretanto 55% não adotam nenhuma medida; perguntadas sobre tal fato, a resposta mais frequente foi: “meu vizinho não faz, então não faço”.

Essa, com certeza, é uma pauta da saúde, sim, sob o ponto de vista de ações preventivas, da redução de óbitos, da assistência adequada, mas transborda ações intersetoriais. Nossa sugestão é que esta Casa também seja um parceiro indutor de discussões intersetoriais que estão na raiz do problema da infestação do mosquito “*Aedes aegypti*”. Mesmo que, nos próximos anos, haja a



disponibilidade da vacina, existem outras doenças transmitidas por esse mosquito tão graves ou com potencial de maior gravidade, por exemplo, a chikungunya, em relação à qual já temos três casos importados confirmados em nosso país.

Caminhando para finalizar, não poderíamos deixar de destacar - já parabenizando o trabalho da Secretaria Estadual de Saúde - a questão da regionalização da saúde. Na busca dessa regionalização, precisamos aperfeiçoar a legislação existente. Eu destacaria a questão do pacto interfederativo na relação Município-Município e na relação Município-Estado. Hoje há um movimento no Ministério da Saúde para a regulamentação da Lei Orgânica de Saúde, a Lei nº 8.080. É muito importante que essa discussão também aconteça em Minas Gerais, sob o ponto de vista das possibilidades desse contrato de ação pública ou de outras formas de interrelação entre Municípios. Por exemplo, poderiam ser os consórcios, inclusive com a participação dos Estados, entendendo - falando agora pela Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte - a essencialidade de pessoas jurídicas possibilitarem a execução das ações e políticas públicas pactuadas, aprovadas e legitimadas pelos conselhos e gestores, mas permitindo a flexibilidade desse contrato entre entes públicos e consórcios, no sentido de conseguirmos vencer o grande desafio da integralidade no SUS. Isso também permeia a questão da participação de outros setores, a intersetorialidade.

Por último, queremos colocar na pauta uma questão muito importante, a legitimação dos fóruns colegiados entre Municípios e no próprio nível estadual. São as comissões intergestoras bipartites e as comissões regionais. Na prática, elas atuam fortemente em Minas Gerais. Entretanto, tanto sob o ponto de vista da Lei Orgânica de Saúde quanto da legislação estadual, esses fóruns não existem de direito. É muito importante a legitimação desses fóruns para possibilitar uma discussão ampla, equânime e equilibrada entre Municípios e entre Municípios e Estados, a fim de fazer valer todo esse esforço que vem sendo feito em Minas para melhorar o acesso à saúde, por meio de um investimento maciço e prioritário na atenção primária, assim como conformar regiões de saúde que fazem com a que a integralidade das ações seja cada vez mais presente e de fato consolidada e legitimada. Precisamos olhar para o futuro à luz de um sistema que já esteja estruturado para vencer os desafios que já se fazem presentes na nossa vida real e num futuro muito próximo, que é a mudança do perfil demográfico e epidemiológico da população. Temos que discutir um centro de saúde ou uma unidade básica de saúde porque a que foi implementada no nosso pioneiro Estado de Minas Gerais, no Norte, já não é mais a que queremos para os dias de hoje e muito menos para o futuro. Precisamos de espaço para trabalhar com uma população que está envelhecendo, mas que tem que envelhecer com qualidade de vida. Esse espaço público de saúde, no sentido pleno, terá que ser discutido e financiado sob a ótica da indução de práticas saudáveis de alimentação, de atividades físicas, entre outras questões relacionadas à promoção da saúde, que já é uma discussão absolutamente contemporânea, que eu convocaria junto com a discussão da intersetorialidade com o caso da dengue. Essas discussões são pertinentes e urgentes de serem debatidas na lógica de um sistema único de saúde que, com certeza, tem o compromisso com a prática da integralidade.

Eu não poderia encerrar sem apresentar outra questão extremamente importante na discussão que é o modelo de gestão da rede de prevenção, promoção e prestação de serviço à população. No caso de Belo Horizonte, a ênfase é para a implantação e o fortalecimento da atenção primária à saúde. Belo Horizonte é a capital que tem a maior cobertura populacional em relação à atenção primária. Temos 544 equipes de saúde da família com 78% da população coberta e, além de tudo, uma política de recursos humanos voltada para a atração dos profissionais médicos, enfermeiros, psicólogos e todos os profissionais que compõem a equipe multidisciplinar da saúde para que isso seja um atrativo no investimento na carreira de atenção básica. E, nesse processo, muitas vezes, no cotidiano da gestão do sistema de saúde, demandamos muito tempo discutindo questões que podem ser trabalhadas num modelo gerencial, seja de consórcio, seja de parceria público-privada, absolutamente conjugadas com os preceitos do SUS, sem perder o mote principal do gestor de saúde, que é exercitar a gestão da saúde e das pessoas que executam o serviço, pois a gestão é a atividade finalística, que deve estar sob a gestão do Município.

São essas as questões que, num primeiro momento, gostaria de destacar. Parabenizo a Assembleia por esse brilhante debate, que é uma oportunidade ímpar para construirmos avanços no SUS de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Fabiano Pimenta a sua palestra objetiva, clara e extremamente focada na realidade atual da saúde, principalmente em Belo Horizonte.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões da Sra. Mariângela Leal Cherchiglia, Coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da UFMG; e dos Srs. Edvaldo Nascimento, Prefeito do Município de Buenópolis; e João do Joaquinho, Vereador do Município de Juiz de Fora, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via do “Consulta Pública”, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições está no “site”.

Sugestão enviada por Vanusa Reis Eugênio Paulo, de São Gonçalo do Sapucaí: definição, de maneira democrática, por parte das regionais de saúde, com a participação de representantes da sociedade civil, da destinação das verbas definidas no Plano Plurianual de Ação Governamental.

Sugestão enviada por Gilson Linhares Frota da Mota, de Araxá: maior participação ou mesmo a intervenção do Estado de Minas Gerais nas questões de recursos humanos do SUS em nível municipal. Seria uma espécie de centralização dessa questão até que haja dispositivos concretos para mudar a realidade precária da atual situação dos profissionais que atuam na ponta do sistema.

Sugestão enviada por Paulo César Evaristo Sotero, de Belo Horizonte: discussão séria sobre a questão do financiamento da saúde, já que o SUS atualmente gasta um terço do que o setor privado despende com os seus clientes, mesmo tendo uma cartela de usuários bem mais ampla.

Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: avaliação e acompanhamento da política de fornecimento de órteses e próteses, visto que tais recursos oferecem uma melhoria significativa na qualidade de vida dos que deles necessitam.



Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, sendo dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes sua contribuição por escrito à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para fazer a sua intervenção. A leitura e apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas.

O primeiro inscrito é o Sr. Geraldo Cristino de Assunção, Vice-Presidente do Conselho de Saúde de Betim, representando os usuários dessa cidade. Com a palavra, o Sr. Geraldo Cristino de Assunção.

O Sr. Geraldo Cristino de Assunção - Bom dia a todos e a todas. Parabenizamos a Assembleia Legislativa de Minas Gerais pela realização, num momento oportuno, do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais. Nós, Conselheiros Municipais de Saúde de Betim, representando todos os segmentos do controle social de nosso Município, vimos apresentar em relação à temática da saúde as nossas propostas para promover o desenvolvimento da saúde pública no nosso Estado.

Constatamos que o governo de Minas Gerais vem descumprindo reiteradamente, a cada ano, a Emenda Constitucional nº 29, de 13/9/2000, que determina a obrigatoriedade de aplicação mínima de 12% da receita do Estado em ações e serviços de saúde, não observando inclusive o descrito na Resolução nº 322/2003, do Conselho Nacional de Saúde. Nessa constatação, registramos que o governo de Minas Gerais vem insistentemente incluindo despesas com as chamadas clientelas fechadas, portanto não universais: Ipsemg e IPSM, que são regimes de previdência de servidores públicos civis e militares; e Copasa, que opera com saneamento básico. Assim, dos R\$12.149.000.000,00 que o governo estadual alega ter investido em saúde nos últimos seis anos, 39% correspondem às despesas mencionadas acima.

Retirados os gastos com clientelas fechadas, o saneamento e outros itens não passíveis de vinculação, os gastos com saúde no período se reduzem a R\$6.443.000.000,00, número bastante inferior aos R\$11.364.000.000,00 - os 12% da receita - que o Estado deveria ter investido na área. Os Municípios mineiros já investem muito mais que o previsto pela Emenda Constitucional nº 29 - 15% - e já estão nos limites dos seus recursos. A população mineira já não suporta o descaso do governo do Estado com a saúde em Minas Gerais.

Solicitamos a todos os Deputados e Deputadas uma manifestação em defesa do SUS, ao mesmo tempo em que exigimos da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais: cumprimento do Orçamento no que se refere ao Fundo Estadual de Saúde, que deve atender à Resolução nº 322/2003, do Conselho Nacional de Saúde, de modo a evitar “que previsões orçamentárias inerentes a despesas com saneamento - Copasa -, Hospital Militar, Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - e Ipsemg sejam executadas pelo Fundo Estadual de Saúde e assim computados como despesas com saúde”; garantia de que a gestão pública em Minas Gerais seja 100% pública - SUS -, com financiamento exclusivamente público e operando com uma única porta de entrada, não permitindo a adoção na saúde das parcerias público-privadas - PPP -, das organizações sociais, das organizações da sociedade civil de interesse público - Oscips -, das fundações estatais, dos consórcios e das cooperativas privadas; garantia de representação legítima dos trabalhadores da saúde no Conselho Estadual de Saúde, de modo que a representação dos conselhos de categoria profissional - autarquias especiais - represente o segmento do governo e dos prestadores de serviço e não o segmento dos trabalhadores; revisão legal do Conselho Estadual de Saúde, transformando o decreto de sua criação em lei estadual, revendo sua composição para garantir a paridade descrita na legislação do SUS e democratizando seu funcionamento; instituição de processos de gestão estratégica e participativa nas instituições e serviços públicos de saúde no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde e fundações vinculadas; garantia de valorização do trabalho em saúde por meio da democratização das relações de trabalho, de acordo com as diretrizes da Mesa Nacional Permanente de Negociação do SUS; cofinanciamento efetivo do Estado na Política Nacional de Assistência Farmacêutica, desafogando os Municípios nesse componente; revisão do processo de regulação, controle, avaliação e pactuação da atenção de média e alta complexidade, com novas definições para o “software” SUS Fácil, desburocratizando o acesso do usuário às internações hospitalares; e apoio e constituição, nos Municípios de médio e grande porte, da rede de atenção à urgência e emergência e de retaguarda de leitos para os usuários após sua estabilização. Conselho Municipal de Saúde de Betim.

O Sr. Presidente - Muito bem. Agradecemos a participação do Sr. Geraldo. Com a palavra, a Sra. Aparecida Maria Martins Pereira, do Conselho de Saúde da região Oeste Barreiro de Belo Horizonte.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Bom dia a todos. Estou aqui falando não apenas em nome da Oeste Barreiro. Estou sentindo falta do Helvécio. Ninguém falou o motivo de sua ausência. Depois, gostaria de entender a falta do Secretário Nacional. Temos uma preocupação muito grande ao ver a saúde ser tratada como algo banal. Estive conversando com o Prefeito, na regional Barreiro. Ele é muito participativo. Disse-lhe que saúde combina com lazer e também com prevenção. Se esperarmos as pessoas chegarem à fase do “estou passando mal”, “estou morrendo”, “não vou viver”, “não vou dançar”, “não vou desfilhar na Canto da Alvorada”, não faremos nada, não faremos com que os idosos tenham respeito no centro de saúde, assim como temos feito. Temos dado a nossa cara a bater.

Também tenho uma grande preocupação com a minha terra: Guanhães, em Minas Gerais. Estive lá há um ano e tomei um tombo. Precisei voltar para ser atendida em Belo Horizonte e fiquei muito triste com isso. Minas Gerais é um Estado muito grande, e existem pessoas como nós, com muita garra. Não aguentamos mais ir para a nossa terra natal e ter que voltar para a Capital para sermos atendidos. Temos um grande carinho pela Capital dos mineiros, mas a nossa preocupação com o interior, e não apenas com a minha terra, é muito grande. Peço a gentileza de mudarem isso. O Deputado Carlos Mosconi é uma pessoa muito simpática, o Secretário Adjunto está aqui. Tenho um carinho muito grande pelo Dr. Marcelo, uma pessoa muito atuante. Entretanto repito que gostaria de entender o porquê de o Secretário não ter aparecido e de ninguém ter falado nada.

Vamos nos preocupar com Minas Gerais. Para haver o desenvolvimento, é necessário haver saúde e também ética no atendimento. Vamos até lá e não aceitamos mais desrespeito. Respeitamos e queremos ser respeitados. Pagamos os nossos impostos rigorosamente em dia. Muito obrigada. A César o que é de César e a Deus o que é de Deus.

O Sr. Presidente - Agradeço à Aparecida. Com a palavra, o Sr. Renato Barros, representante do Sind-Saúde de Minas Gerais.





O Sr. Renato Barros - Bom dia a todos e a todas. Gostaria de cumprimentar os integrantes da Mesa. Fiquei um pouco preocupado com a dinâmica porque gostaria de ouvir o José Maria para a formatação. Vou falar na mesma linha deste Plenário hoje a respeito do financiamento. Tive a oportunidade de ouvir o Mosconi sobre a regulamentação da Emenda nº 29, que tem sido uma luta da sociedade. No ano passado apresentamos várias ações ao Congresso Nacional para viabilizar que essa emenda fosse colocada em pauta. Mas isso não justifica que o Estado de Minas Gerais não cumpra tal emenda. A emenda é autoaplicável e o Estado a deveria estar cumprindo. Esta Casa também deveria exercer seu papel fiscalizador e efetivar o cumprimento da Emenda nº 29, conforme os princípios estabelecidos nas medidas do Conselho Nacional de Saúde, orientação do próprio Tribunal de Contas de Minas Gerais. Tenho o parecer público do Tribunal de Contas, que orienta e recomenda ao Executivo fazer investimento cumprindo a Emenda nº 29 e retirando alguns, que já foram citados pelo companheiro de Betim, que trazem transtornos aos Municípios. O próprio Ministério Público já entrou com uma ação contra o Estado, no dia 16 de dezembro, pelo cumprimento da Emenda nº 29. Parabenizo a Casa por ter criado esse Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, colocando nesse princípio a questão do orçamento.

Outro ponto que temos que discutir e aprofundar é a farmácia de Minas. Uma das questões pactuadas com os Municípios é o fornecimento de medicamentos dentro de prazos estabelecidos, o que está deixando de ser cumprido, criando transtornos para os Municípios. Temos que discutir como podemos superar o problema no orçamento que recebemos, porque sou Conselheiro Estadual de Saúde e Secretário-Geral da Mesa Diretora do Conselho. Como podemos superar isso, na revisão do Plano Estadual de Saúde. Devemos discutir também sobre os hospitais regionais e atenção básica, uma das grandes dificuldades dos investimentos. Vou garantir outra inscrição, porque quero ouvir o José Maria e os outros expositores para que possamos estabelecer aqui uma dinâmica para que esta Casa esteja, de fato, ajudando a construir política, e não apenas sendo um apêndice de apoio ao governo, sem fazer uma discussão com profundidade e sem ouvir o clamor da nossa sociedade.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Renato Barros.

### Palavras da Sra. Mônica Viegas

Bom dia a todos, meus colegas de Mesa e Sr. Presidente. Gostaria de agradecer o convite, para mim é um prazer estar aqui participando desse fórum e parabenizar a Casa pela iniciativa. Como uma pessoa de universidade tenho, uma abordagem um pouco diferente do que já foi apresentado nesta Casa. Espero que possa contribuir com o debate de vocês e com a construção dessa agenda política para a área da saúde do Estado de Minas Gerais. Apresentarei um trabalho que estamos desenvolvendo no grupo de pesquisas que lidero na UFMG. Utilizamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD -, disponibilizada pelo IBGE, com o objetivo de estudar a evolução da saúde no Estado. A PNAD apresenta três suplementos de saúde - 1998, 2003 e 2008. Nesta apresentação, vou me ater aos resultados de 1998 e 2008, fazendo um recorte transversal, que coincide com os 20 anos do sistema de saúde. O que direi é um sumário. Falarei sobre esse contexto, esse período. Depois destacarei dois aspectos da evolução da saúde: a dimensão do estado de saúde, como evoluiu a saúde da população mineira, se melhorou, e o aspecto da utilização - acesso ao serviço de saúde e cobertura. Por fim, abordarei uma temática que, a meu ver, é fundamental e constante da pauta do nosso sistema: a equidade, em que medida o nosso sistema está mais ou menos equitativo. Serei breve, sem ter a pretensão de esgotar o que ocorreu no País, nesse período, na área da saúde. Falarei de algumas questões importantes, que merecem a nossa atenção.

A saúde no País é considerada um bem meritório, um direito de todos. Existe um sistema misto, onde há coexistência de financiamento e provimento público e privado. Hoje a evidência empírica nos mostra claramente que sistemas mistos apresentam questões distintas. Há países que optam por sistemas unicamente públicos e centralizados. O mercado de bens e serviços de saúde apresenta uma série de particularidades, que aparecem de forma diferenciada, dependendo do desenho, do arranjo institucional. Hoje o misto público-privado é uma realidade, encontrada praticamente em todos os países, mesmo os da OECD, com desenho construído no Welfare State, ou seja, com característica de participação do poder público mais forte. Hoje, nesses países, há participação privada. O misto público-privado tem de ser cuidado, pois há uma questão fundamental: a equidade. Todos os sistemas mistos apresentam uma particularidade: em geral, são menos equânimes, menos equitativos, em virtude do desenho do sistema. Trabalhamos com uma particularidade: a habilidade a pagar. Quando se permite isso, será diferenciado o acesso dos grupos sociais. Por isso chamo a atenção para essa questão. Como foi dito, passamos no Brasil por uma transição epidemiológica, que ocorreu de maneira mais rápida que nos países desenvolvidos e que impôs questões fundamentais para Minas Gerais, como a prevalência de doenças crônicas, a mudança do quadro, a saúde do idoso. Essas questões têm de ser trabalhadas para garantirmos oferta de serviço e, ao final dessa transição, darmos conta desse sistema.

O nosso sistema de saúde é relativamente jovem. Tem 20 anos e vem se consolidando de maneira rápida, com mudanças importantes nesses anos. Houve muitos avanços. Hoje damos maior atenção à saúde primária; há políticas de distribuição de medicamentos, controle de diversas doenças endêmicas, a política da aids e de uma série de doenças. Contamos com um aparato regulatório consolidado, com a relação público-privado melhor estabelecida. Houve uma série de avanços, principalmente a partir de meados dos anos 90. Estamos considerando Minas num contexto federativo, que tem uma lógica normativa nacional, mas em que há um papel muito claro do Estado. Minas definitivamente tem avançado muito na área da saúde. É um Estado pioneiro em diversas iniciativas mas, obviamente, há muito a se fazer. Citando a mortalidade infantil, item sempre utilizado como um paradigma, embora esteja sendo reduzida, ainda estamos em patamares bastante superiores aos de países desenvolvidos.

Meu objetivo é analisar a evolução da saúde e a questão da equidade. Optei por abordar essas duas questões. No que diz respeito ao estado da saúde, utilizarei três indicadores. A PNAD indaga aos indivíduos sobre como avaliam seu estado de saúde. Essa é uma avaliação subjetiva, mas esse indicador é utilizado mundialmente como um indicador do estado de saúde global dos indivíduos. Depois, indaga sobre a presença de doenças crônicas - são 12 doenças crônicas investigadas -; e sobre restrições de atividades da vida diária, que é um indicador muito utilizado para a população idosa. São dimensões distintas do estado de saúde, cujos indicadores utilizaremos.



Vocês observaram esse gráfico, que descreve a avaliação do estado de saúde separadamente para a população masculina e feminina, por grupo etário. O indicador aqui é o percentual da população que avalia sua saúde como ruim ou muito ruim. Não sei se vocês conseguiram enxergar, mas a linha amarela representa Minas Gerais em 2008. Percebe-se que houve uma melhoria do estado de saúde; existem menos pessoas que avaliam sua saúde como ruim ou muito ruim. Essa melhoria é mais presente na população idosa e sentida de forma diferenciada pelas mulheres, que - poderíamos dizer - melhoraram mais seu estado de saúde que os homens. Um perfil de doenças crônicas que aparentemente não mostra uma mudança significativa. Estou comparando com o Brasil para que tenhamos uma referência. Esse Brasil aqui exclui o Estado de Minas Gerais; é a média do Brasil, exceto Minas Gerais. O Ministério da Saúde tem um cuidado especial com algumas doenças, como o diabetes. Olhando para esse gráfico, de forma um pouco ingênua, diríamos que houve uma piora no estado de saúde, na medida em que parece que a prevalência de diabetes aumentou bastante. Essa é uma tendência para Minas e também para o Brasil. Esse é um desafio que tem de ser mais bem investigado. Por um lado, essa informação pode estar refletindo uma mudança na percepção da população sobre o problema do diabetes, ou seja, na verdade estamos tendo um diagnóstico maior da doença. Esse é um dado interessante para a Secretaria; ele demonstra que é preciso tomar cuidado com o diabetes, principalmente na população idosa. Observa-se que essa mudança na prevalência ocorre a partir dos 15 anos, portanto não é um fenômeno focado na população idosa, e é uma tendência para o Brasil e para Minas Gerais. A mesma coisa observamos no caso da hipertensão. Quanto às restrições de atividades da vida diária, não houve mudança significativa, e esse é um indicador mais importante para a população idosa.

Observando a utilização do serviço de saúde, aqui estamos usando a sua variável como a “proxy” de acesso. Temos duas medidas de acesso, mas estamos avaliando a proporção de pessoas que realizaram consultas. Vê-se claramente que houve uma melhoria significativa para o Brasil e para Minas. Aqui tivemos o cuidado de separar para a população que possui plano e para a que não o possui. Percebemos que houve uma mudança na chance de realizar uma consulta nos últimos 12 meses, colocando a população sem plano de saúde, ou seja, que tem acesso ao sistema público, no mesmo patamar que a população que tem plano de saúde. Foi uma mudança significativa em termos de melhoria do acesso. Isso, a nosso ver, se dá, em grande medida, por causa da implementação do Programa Saúde da Família, que obviamente garante um acesso à atenção primária para uma população que não tinha esse acesso. E observamos o mesmo padrão em relação aos homens. A internação já é um fenômeno que depende menos, nela não houve grandes mudanças no período. Aqui, mostro o número médio de consultas. Novamente houve um avanço. Nesse caso específico, Minas avança menos que o restante do Brasil, e isso é verdade para os homens e para as mulheres.

Em relação às consultas odontológicas, houve também um aumento significativo. É interessante observarmos o padrão etário dessas consultas: houve uma redução drástica para a população idosa, mas percebemos que ela foi bem maior para a população que não possui plano. Ou seja, na esfera pública, temos realmente uma mudança de acesso aos serviços odontológicos. E isso é verdade tanto para homens quanto para mulheres. Ali estávamos usando a medida de utilização, ou seja, para os indivíduos que já utilizaram. Aqui, é para os indivíduos que precisaram e tiveram alguma dificuldade de acesso. Esse gráfico retrata a proporção de pessoas que tiveram necessidade e também dificuldade por algum motivo. Podemos perceber que houve uma redução significativa para a população mineira que teve dificuldade de acesso. Essa é uma tendência do Brasil e de Minas. Essa redução se dá para a população que não possui plano e para a população que o possui. Essa dificuldade de acesso já era muito baixa e praticamente se mantém. Se observarmos, verão que a dificuldade de acesso se dá para a população idosa e para os grupos de crianças menores de 5 anos, que são os mais vulneráveis. Deixo aqui um desafio para os gestores de Minas Gerais: ainda temos dificuldade de acesso, principalmente para os grupos mais vulneráveis, os grupos extremos. Isso é verdade para homens e para mulheres. Aqui podemos ver a questão da cobertura. Em Minas Gerais, ocorre nesse período um leve aumento da cobertura, maior que o aumento que houve no Brasil, tanto para homens quanto para mulheres.

E, ainda, há um olhar aqui sobre os serviços preventivos. Para a população feminina, não tenho como mostrar a evolução ocorrida de 1998 a 2008, porque não estava disponível em 1998. Por isso, trouxemos as informações de 2003 a 2008. Aqui é a proporção de mulheres que realizam mamografia. O que temos é que, quando olhamos para o grupo que não tem plano, o gráfico da esquerda, essa cobertura ainda é relativamente baixa, cerca de 50%. Ela melhora de 2003 para 2008, Minas tem uma melhoria um pouco maior em relação ao Brasil, tem uma cobertura um pouco maior que o Brasil, mas ainda estamos no patamar de 50%. O serviço está disponível, mas não está chegando à população mineira feminina. Essa cobertura é bastante diferenciada, mostrando a equidade entre a população que possui plano e a que não o possui.

O exame de colo de útero é bem mais popular, temos uma cobertura melhor. Nesse caso, o grupo focal é acima de 20 anos. Há uma cobertura média em torno de 65%, 70%. Minas tem um patamar um pouco menor que o do Brasil, mas houve uma melhoria em relação a 2003. Novamente a população que tem plano tem uma cobertura maior do que a que não o possui.

Aqui, as conclusões. A saúde do mineiro melhorou seguindo a tendência brasileira. Houve um aumento de prevalência das doenças crônicas que pode ser simplesmente um aumento do nível de diagnóstico. Do ponto de vista da política pública, essa é uma informação importante e satisfatória. O acesso aos serviços médicos e odontológicos aumentou muito, mas observamos que ainda há problema de acesso, principalmente para a população que não possui plano de saúde e para os idosos.

Para mensurarmos a equidade, utilizamos os índices de concentração que mostram como se dá a distribuição dos serviços e do cuidado da saúde em relação aos grupos socioeconômicos. Queremos saber como essa medida é diferenciada para os grupos socioeconômicos. Esse indicador, derivado da mesma literatura que trabalha com distribuição de renda, é adaptado para a área da saúde. Esse índice varia de menos um até um. Se for igual a zero significa perfeita igualdade. Quando esse indicador for negativo, ele estará favorável aos pobres e quando for positivo, estará mais concentrado nos grupos socioeconômicos mais favorecidos. O primeiro indicador, o SAA, é o estado de saúde. Em Minas Gerais, utilizamos os índices de saúde ruim e muito ruim e constatamos que existe um grupo maior de pessoas menos favorecidas socialmente que têm saúde ruim e muito ruim. Ou seja, há uma distribuição desigual, favorável aos mais pobres. Quando analisamos essa evolução temporal, percebemos que há uma melhora para tornar essa distribuição mais equitativa, mas ainda existe certa desigualdade.



Relativamente às doenças cardiovasculares e crônicas, há uma melhor distribuição para os grupos mais ricos porque a presença de pessoas idosas é mais concentrada nos grupos socioeconômicos mais favorecidos. Na utilização dos serviços de saúde, temos certa desigualdade no número de consultas e um indicador diferenciado na realização de internações. Na verdade, quem mais realiza internações são os pobres, exatamente porque eles chegam no sistema de saúde com estado de saúde mais grave. O Brasil não tem problemas de equidade no que se refere ao cuidado de internação, mas os tem quando se refere ao cuidado que depende do paciente, que é o que chamamos de decisão inicial. Também temos dificuldade de acesso concentrado ainda na população mais pobre.

Quero chamar a atenção para os últimos números dos cuidados preventivos para a população feminina. Há equidade desfavorável aos grupos socioeconômicos mais pobres. A desigualdade na utilização dos serviços de saúde e ao acesso se reduziu, mas ainda temos alguns desafios no Estado. Há programas que privilegiam o acesso, que privilegiam a população idosa. Ainda temos problemas na área de saúde preventiva. Aqui, especificamente, utilizamos o indicador de cuidado da mulher, mas, na verdade, é um indicador para a saúde preventiva como um todo. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sra. Mônica Viegas, que fez uma apresentação acadêmica, mas muito objetiva, com resultados muito claros para a nossa plateia. Agradeço as sugestões recebidas até agora por telefone e pela internet.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões dos Prefeitos Municipais de Lagoa Santa, Rogério Avelar, e de Santa Luzia, Gilberto Dorneles, para a construção que pretendemos para a Assembleia Legislativa.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Como estamos recebendo uma série de contribuições via consulta pública, citarei mais algumas delas e em seguida passaremos para o próximo expositor. O Sr. Renato Gonçalves Valente, de Belo Horizonte, sugere mais investimento do Estado de Minas Gerais na preparação de pesquisadores para a área de saúde, buscando soluções em países que possuem modelos que funcionam bem e que podem ser adaptados à nossa realidade.

Ivone Luiza Moreira da Silva, também de Belo Horizonte, sugere a criação de um programa na área de saúde, com o objetivo de tratar preventivamente a anemia nas pessoas com mais de 60 anos, para reduzir a incidência de mielodisplasia, doença grave que acomete os idosos, muitas vezes tratada como anemia persistente.

Daniel Paulo Alves da Silva, de Ribeirão das Neves, sugere a construção e manutenção, pelo Estado, de hospitais regionais para proporcionar atendimento digno e de qualidade para os mineiros que residem no interior, o que evitaria, segundo ele, o deslocamento de cidadãos para a Capital à procura de tratamento.

A outra sugestão foi enviada por Marcelo de Souza Cruz, de Montes Claros - estamos recebendo sugestões de todas as regiões do Estado. Trata-se do fortalecimento dos hospitais do SUS, com garantia de atendimento rápido e de qualidade para a população.

As inscrições dos participantes estão aqui comigo. Com a palavra, o primeiro inscrito, Sr. Edmundo Veloso Caetano, da Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental de Belo Horizonte.

O Sr. Edmundo Pietro Veloso Caetano - Bom dia. Venho falar sobre o avanço do SUS em Belo Horizonte, cidade onde nasci. Meu nome é Edmundo Pietro Veloso Caetano, sou membro da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais - Asussam. Essa Associação busca a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos do planeta. Incluído como cidadão em sofrimento mental, defendo a substituição da política manicomial e defendo o SUS, que nos apoia na luta antimanicomial, com qualidade e liberdade de ir e vir por BH, pelo Brasil e por todo o planeta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. A próxima inscrita é a Sra. Ângela de Assis, do Conselho Distrital de Saúde Norte, de Belo Horizonte.

A Sra. Ângela de Assis - Bom dia, plenária e Mesa. Meu nome é Ângela de Assis, sou auxiliar de enfermagem e Presidente do Conselho Distrital de Saúde - Norte. Tenho aqui mais uma constatação quanto à minha classe de auxiliar de enfermagem, de nível médio. Quando apresentaram o vídeo sobre o PSF, mostraram a equipe básica de saúde da família composta por médicos, enfermeiros, auxiliares ou técnicos de enfermagem e o agente comunitário de saúde. Não é a primeira vez que o profissional de nível médio deixa de aparecer no contexto da equipe básica. A primeira vez que vi isso foi num congresso, em setembro, no qual também havia uma pessoa na Mesa que fez uma explanação sobre a atenção básica do PSF em que não existia a presença do profissional de nível médio, que é o auxiliar ou técnico de enfermagem. Cobramos da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte atenção para a nossa classe, uma vez que os profissionais médicos fizeram especialização generalista; o enfermeiro cursou especialização, o ACS também fez a especialização, e o auxiliar ou técnico de enfermagem ficou de fora. Pedimos mais respeito com a categoria e que tenhamos acesso a essa educação continuada. É preciso haver respeito a esse profissional, pois assistência médica não se faz só com médico e enfermeiro, os auxiliares são em grande número na rede.

Nesse mesmo congresso foi dito que 98% dos casos são resolvidos na atenção primária. Até o tema era: “Atenção primária, saúde, agora mais do que nunca”. A importância da atenção primária, que hoje de primária não tem nada, é grande. Essa área merece mais investimentos. Também cobramos respeito à classe e educação continuada.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação da Sra. Ângela de Assis e convidamos para o seu pronunciamento o Sr. Gilmar Gonçalves dos Santos, Secretário Municipal de Saúde de Divinópolis.

O Sr. Gilmar Gonçalves dos Santos - Bom dia. É um prazer estar aqui. Estou como Secretário Adjunto de Saúde de Divinópolis, mas sou funcionário de carreira. Tive o prazer de trabalhar com o Dr. Fabiano, na Funasa, e conheço o projeto sanitário do Dr. Mosconi e do Dr. José Maria Borges.

Abordarei duas questões que considero fundamentais na discussão do financiamento à saúde. Não podemos deixar de lado o fato de os Municípios estarem pagando um preço muito alto no processo de judicialização. Não podemos deixar de abrir essa discussão, com a presença de Juízes, de Promotores e da sociedade civil para deixar clara essa situação. Só para os senhores terem uma ideia, na



semana passada, recebemos três liminares para a aquisição de um medicamento que sequer está na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais - RENAME -, isto é, sequer foi ouvida a posição do comitê técnico e científico. Um medicamento cuja injeção custa R\$12.348,00. Seis pacientes precisam tomar 17 injeções por ano, ou seja, seis pacientes custarão para os cofres públicos do Município de Divinópolis o que gastamos com 23 mil pessoas na distribuição dos medicamentos básicos. São questões sobre as quais precisamos abrir uma discussão com o comitê técnico e científico, para poder deixar clara essa situação que está inviabilizando a gestão nos Municípios.

O que também me surpreende é a questão da vontade política, ou melhor, da falta de vontade política ao ver uma emenda - a Emenda nº 29 - ficar 11 anos parada no Congresso. Se a bancada da saúde é a segunda maior bancada, então por que até hoje essa emenda não foi regulamentada? E, sobre a reestruturação do SUS, percebemos que a CPMF já está sendo discutida, sem que se tenha discutido a regulamentação da Emenda nº 29.

Para finalizar, quero fazer uma provocação, chamar a atenção da população sobre o fato de a quem interessa a fila no SUS. Os financiamentos públicos de campanha estão privilegiando os bancos privados e os planos de saúde privados, que estão colocando os políticos para manterem uma fila no SUS. AS pessoas que estão na ponta, nos Municípios, é que conseguem ver como eles estão estrangulados, sofrendo com esse processo. Nós, no Município de Divinópolis, conseguimos fazer o Plano de Classificação de Cargos e Salários - PCCS - dos professores, porque houve uma reforma tributária, ou seja, o Fundef. Da mesma forma, com a Emenda nº 29, poderemos conseguir a implementação da política de cargos e salários no SUS, dentro dos Municípios, que é o que não está avançando.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Gilmar Gonçalves dos Santos. Com a palavra, a Sra. Liliane Arouca do Carmo, da Associação dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental de Minas Gerais - Asussam -, para a sua manifestação.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Bom dia a toda a plenária. Falo em meu nome, como cidadã, e também como representante da Asussam. Peço um cuidado maior da Casa para a tradução em libras, uma vez que a fala do nosso querido Secretário Adjunto não foi transmitida pelo especial professor de libras, para as pessoas com deficiência auditiva. Volto a questionar, sobretudo para as pessoas que vierem do interior, a falta de um "coffee break" entre a fala dos expositores, devido à longa jornada dos trabalhos.

Solicito ainda maior intervenção do Ipsemg, dada grande demanda para o atendimento em geriatria e psiquiatria. Digo isso por minha mãe, de 78 anos, que há mais de três anos não consegue ser atendida por um geriatra decente. Também não poderia me esquecer de solicitar maior acessibilidade aos centros de saúde de Belo Horizonte: Cersams, Caps e centros de convivência.

Gostaria que esta Casa e o nosso governo fizesse uma melhor inserção biopsicossocial dos deficientes, seja qual for a deficiência característica da pessoa, já que a inclusão biopsicossocial do deficiente físico na educação, no esporte, no lazer e na cultura seria uma forma muito menos onerosa para o Estado que a inclusão dessa pessoa, por exemplo, com um sofrimento mental ou estresse, na Secretaria de Saúde Municipal ou Estadual. Acredito que isso seria - e será - bem menos oneroso ao nosso Estado. Muito obrigado. Bom dia.

O Sr. Presidente - Agradeço a participação da Sra. Liliane Arouca do Carmo. Creio que a solicitação dela esteja sendo atendida, pois temos aqui a tradução em libras, e esperamos que continue sendo feita regularmente a partir de agora.

Recebi uma pergunta do Sr. Sérgio Maksud, de Belo Horizonte, a respeito da Emenda nº 29, que diz o seguinte: "Pensando em eficácia e efetividade de atuação do Poder Legislativo, o que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pode fazer para mobilizar a regulamentação da Emenda nº 29 relativa aos gastos mínimos em saúde, ou seja, para a edição de lei complementar que estabeleça o que é e o que não é despesa com saúde? Porque tantos anos sem edição dessa lei complementar?"

Gostaria de dizer que, no início da legislatura passada, apresentei um projeto de lei que pretendia regulamentar exatamente a Emenda nº 29 aqui em nosso Estado, mas a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa considerou inconstitucional a proposição. Portanto, ficamos com uma dificuldade intransponível para a sua regulamentação, uma vez que houve esse parecer da Comissão de Justiça.

### Palavras do Sr. José Maria Borges

Bom dia a todos. Inicialmente cumprimento o Deputado Carlos Mosconi, meu amigo; a Mônica e o Fabiano, meus companheiros de muitas jornadas na área da saúde. Gostaria de dizer que é uma satisfação participar deste fórum. Acredito que ele seja plenamente justificável e que o momento é muito bom para discutirmos esse assunto, principalmente com um Plenário tão qualificado quanto o que temos aqui hoje.

Iniciarei as minhas considerações fazendo um pequeno contraponto entre uma visão muito mais acadêmica de discussão do SUS - muito bem apresentada pela Mônica, com detalhes e estatísticas - e uma visão mais pragmática. Na verdade, precisamos de medidas urgentes e pragmáticas para respondermos às insatisfações dos usuários em nosso sistema. Poderíamos caracterizar essas insatisfações em tempo de espera.

Em muitos atendimentos de natureza simples, como exames de rotina, raios X simples, mamografias e consultas especializadas, tivemos um razoável tempo de espera que irrita os usuários e desqualifica o nosso sistema de saúde. Diria até que temos de partir do princípio de que o SUS é o maior programa de inclusão social que já tivemos, não só no Brasil, mas, talvez, na América Latina. Portanto, não podemos desconsiderar a grande evolução do sistema de saúde com a implantação do SUS nesses 22 anos de sua existência. Precisamos ter isso como princípio, ou seja, definitivamente o SUS é uma grande contribuição social para nós. No entanto, muitas dessas questões são criticadas e apontam a saúde, em qualquer pesquisa, como a principal queixa das nossas administrações públicas. Eu quis caracterizar também a falta de medicamentos básicos, apesar de termos evoluído bastante. Mas, com uma frequência muito grande, ou não temos toda aquela listagem de medicamentos que nos comprometemos a distribuir para a população ou temporariamente deixamos de ter alguns itens básicos de extrema importância em atenção primária, como medicamentos para hipertensão e para diabetes, para citar apenas dois.





Outra crítica também muito procedente é quanto ao doente que tem de ser encaminhado de um Município a outro para o chamado tratamento fora do Município. Tanto nas doenças crônicas quanto nas urgências clínico-cirúrgicas, temos tido uma razoável demora nos encaminhamentos. Apesar de contarmos com toda uma estrutura construída, desde as esferas federais, estaduais e municipais, para que, numa aliança tripartite, consigamos dinamizar esse processo de tratamento das questões mais complexas, que não podem ser atendidas num Município pequeno, num Município da microrregião, da macrorregião ou até da Capital, não temos conseguido atender ou temos sido bastante criticados pelo tempo de demora no atendimento à população. Não sei como está a situação hoje - talvez o Fabiano possa falar depois sobre o assunto -, mas há cerca de dois anos tínhamos mais de 50 mil atendimentos encaminhados só em Belo Horizonte, referentes a população própria ou conveniada pela Programação Pactuada Integrada - PPI -, numa fila de espera para atendimento. Constavam catarata, varizes, coisas bem simples de serem resolvidas.

O que chama a atenção é que precisamos de mais recursos, mas não é só isso. Temos tido um investimento significativo dos Municípios, do Estado e da própria União que deveria estar propiciando resultados muito melhores que os que temos verificado. Apenas para chamar a atenção, nesses últimos sete anos tivemos, em programas como Atenção Básica, Viva Vida e Pro-Hosp, investimentos do Tesouro do Estado em alguma coisa da ordem desses valores que vocês veem ali. Nesses outros programas, Farmácia de Minas, sistema consorcial, transporte em saúde, medicamentos, urgência e emergência, com recursos próprios o Estado investiu, de 2004 a 2010, mais R\$1.000.000.000,00. Eu não quis colocar o valor exato dos Municípios, pois seria muito extenso, mas em média investem 18% das suas receitas próprias em saúde; na verdade, mais que o que está previsto na Emenda à Constituição nº 29, que é da ordem de 15%. Também não coloquei o valor exato em relação ao governo federal, para não ser impreciso, mas, de um orçamento de aproximadamente R\$70.000.000.000,00, imagino que o governo federal invista em saúde no Estado de Minas entre R\$4.500.000.000,00 e R\$5.000.000.000,00 anualmente.

Vem agora a questão do modelo em saúde. O SUS é um modelo universal público, garantindo constitucionalmente a todos o direito à atenção à saúde em toda a sua complexidade. O SUS tem uma cobertura variável de 30% a 80% no nosso Estado. Portanto aqueles que utilizam o SUS no nosso Estado não passam de 80%. Mas, mesmo em Belo Horizonte, apenas 57% da população demanda atenção do SUS. Veremos isso pelo crescimento da saúde suplementar, que tem hoje 46 milhões de clientes e mobiliza recursos da ordem de R\$70.000.000.000,00, anualmente. Precisamos pensar em como a saúde suplementar pode contribuir.

O nosso modelo ainda é “hospitalocêntrico”, ou seja, ainda tendemos muito para resolver os problemas da saúde com a criação de hospitais, mas nos esquecemos da constatação importante de que o custo de um hospital - os investimentos na obra, os recursos de que dispõe - corresponde, de maneira geral, a um custeio de um ano de funcionamento desse hospital. E uma informação importante é que cada hospital que construímos num modelo ainda voltado à atenção hospitalar, em 3 ou 4 meses, estará com a capacidade totalmente esgotada. E o custeio de um hospital, hoje, de 300 leitos, que tenha complexidade para atender procedimento de urgência e emergência, não fica em menos de R\$7.000.000,00 por mês. Então, ao construirmos um hospital, é necessário pensar no seu custeio e em como ele será disponibilizado, na malha de saúde, à população.

Não sou defensor da construção de hospitais, a cada dia, em Capitais, em sedes de regiões metropolitanas, porque eles rapidamente esgotam a sua capacidade e mobilizam recursos das macrorregiões e microrregiões para regiões específicas centrais, de certa forma, concorrendo com o modelo de que precisamos. Portanto, para haver hospitais em uma malha de saúde estabelecida, no Estado de Minas Gerais, com certeza, não precisaríamos de mais de 230 hospitais bem-adequados ao modelo de atenção, seja de média complexidade, seja de alta complexidade, e situados, geograficamente, em condições de serem usados pela população e pelos Municípios. Temos grandes desafios de natureza prática a serem vencidos: apesar de terem sido feitos grandes investimentos, que deveriam ter produzido resultados melhores e mais eficientes, é óbvio que precisamos de financiamento mais adequado. E, nesse caso, a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29 é absolutamente necessária. Ninguém é contra a regulamentação dessa emenda, mas ela nunca sai. Já foi dito aqui que estamos deixando para segundo plano a regulamentação dessa emenda e caminhando para, pelo menos, discutir um novo imposto para substituir a CPMF, mas a própria Presidência da República diz ser contra esse fato. Tratando-se de investimento grande ou pequeno, será mais um ônus para a população. Devemos concentrar esforços na regulamentação da Emenda à Constituição nº 29. O Renato disse que isso não seria preciso porque a Constituição é clara sobre os recursos destinados à saúde. É necessário sim, porque a Constituição não instituiu uma diferença entre saúde e assistência, mas estabeleceu que os Municípios devem aplicar no mínimo 15% das suas receitas próprias na saúde; os Estados, no mínimo 12% das suas receitas próprias na saúde, e a União deve aplicar o percentual relativo à variação do PIB de um ano para o outro. Não está claro se é saúde ou assistência. Esses valores percentuais se referem à assistência. Portanto recursos adicionais para a saúde como um todo, para interferirem em outras condições importantes para a saúde, como saneamento básico, deveriam vir de outras fontes, e não dos índices estabelecidos na Constituição.

Somente um esforço grande da comunidade - capitaneado, quem sabe, pelo controle social, pelos conselhos estaduais e municipais de saúde, pelos legisladores federais, estaduais e municipais - poderá aprovar a Emenda à Constituição nº 29. Com a aprovação dessa emenda, haverá um acréscimo significativo nos recursos destinados à saúde.

Outro desafio - talvez o maior de todos - é uma atenção primária qualificada, com novo papel. A ideia que pode solucionar ou minorar muito os problemas de saúde enfrentados pela população é um sistema primário competente e coordenador de todas as outras ações de saúde, como a criação e a distribuição geográfica das atenções secundárias e terciárias em Estados e Municípios, ou seja, os pontos de pronto-atendimento nos sistemas de urgência e emergência e os hospitais. Sem uma atenção primária qualificada, não encontraremos soluções. Além disso, a cada dia, serão necessários maiores volumes de recursos e, provavelmente, sem o impacto que desejamos.

Há muitos investimentos em assistência primária. Como acompanho e participo do sistema de saúde nos últimos 30 anos, não tenho sentido que todo esse esforço de investimento está conseguindo qualificar a atenção primária para uma resposta de pelo menos 70% da demanda do cidadão na saúde. Devemos pensar melhor por que isso não acontece. Apenas um médico, um estetoscópio e um aparelho de pressão em um centro de saúde certamente nada resolverão. Uma atenção primária não cooperativa, mas autárquica, em



que cada Município decida o que deseja fazer com a atenção primária talvez seja um impedimento. Precisamos de áreas físicas de boa qualidade e, seguramente, de centros de saúde mais bem equipados, locais em que a atenção primária se dá, a fim de terem maior poder de resolutividade.

O treinamento constante das equipes de saúde é outro fator de extrema importância. Precisamos de programas eficientes de qualificação profissional em todos os níveis, desde o agente comunitário de saúde até o médico, enfim, programas que abranjam toda a equipe de saúde de nível superior: enfermeiro, dentista, assistente social etc. Precisamos definir melhor os programas que qualifiquem, retrainem e melhorem a qualificação de toda a equipe de saúde de forma permanente.

Se não tivermos um sistema criado em rede - atenção primária, UPAs, hospitais, urgência e emergência - que funcione, não conseguiremos nunca responder à demanda dos cidadãos. Portanto, uma organização hierarquizada dos sistemas logísticos de transporte em saúde, casas de apoio e o papel dos consórcios têm que ser considerados na estrutura de um sistema de saúde em rede. Sem isso, seria muito difícil respondermos às demandas dos cidadãos. Assim, continuaremos sendo criticados.

Na gestão profissional não adianta apenas ter dinheiro, é preciso ter qualificação profissional na gestão. Sem gestão profissionalizada ou competente, gastaremos indevidamente muitas vezes. Além disso, temos que ter um sistema suplementar. Que acordo será possível? O SUS tem que ser público e universal? Sim. Vamos discutir o problema: seria necessariamente estatal ou temos que repensá-lo? Enfrentamos essa discussão no Conselho Estadual de Saúde com o Renato e com vários sindicalistas que estão presentes, como o Roger e a Eni. Temos que pensar sobre isso de forma produtiva. O sistema tem que ser público, sim, mas não necessariamente estatal. Pode ser que tenhamos outros modelos que respondam melhor. Apesar de todos os avanços, o SUS, com seus 22 anos, ainda tem muitas dificuldades a serem vencidas. O SUS é um sistema em permanente construção. Em curto prazo, temos que analisar os obstáculos e as sugestões apresentadas para estendermos à população brasileira o direito constitucional garantido de cidadania à saúde. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Sr. José Maria Borges, que, como sempre, fala sobre a saúde com grande experiência. Ele tem uma vida dedicada a esse setor, uma vida muito produtiva e proveitosa para Minas Gerais. O José Maria foi Secretário de Saúde de Belo Horizonte e Secretário de Saúde de Minas Gerais. Mais de uma vez, ele dá uma enorme contribuição ao setor, com sua experiência, competência e grande idealismo.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do Prefeito Municipal de Pedralva, Antônio Gomes, e do Prefeito Municipal de Sacramento, Wesley de Santi de Melo, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos agora a leitura de mais algumas contribuições recebidas por meio de consulta pública. Sugestão enviada por Simone, de Belo Horizonte: “inclusão de psicoterapia nos postos de saúde por meio de parcerias com universidades, pois muitas doenças são de ordem emocional”.

Sugestão enviada por Vinícius Ribeiro, de Manhumirim: “avanço da luta antimanicomial em nosso Estado, fechando-se definitivamente os hospitais psiquiátricos que ainda restam e, ao mesmo tempo, investindo-se nos serviços substitutivos em saúde mental para tratamento aberto em rede, como os Caps e os Nasfs”.

Sugestão enviada por Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, de Belo Horizonte: “garantia de orçamento para a criação dos Centros de Referência do Idoso o mais rápido possível, nas áreas de abrangência já georreferenciadas”.

Sugestão enviada por Izabel Cristina Chiodi de Freitas, de Contagem: “realização de um fórum sobre saneamento rural, discutindo-se um plano para os 2 milhões e meio de mineiros que não contam com saneamento público em seus domicílios”.

Depois dessas sugestões apresentadas, à distância, pelos participantes, passaremos a palavra aos inscritos para dar sua contribuição no nosso Plenário. Com a palavra, o Sr. Gilson Frota, Diretor da Federação dos Serviços Municipais e Estaduais de Araxá.

O Sr. Gilson Frota - Bom dia. Sou servidor público municipal em Araxá. Nasci em Belo Horizonte, mas moro lá há 15 anos, onde exerço a profissão de dentista como servidor público. Sou Diretor da Federação Estadual e Municipal na região do Triângulo Mineiro, e aqui serei bastante direto e sucinto.

Muito se fala em equipamento. O SUS tem evoluído muito nessa área de equipamento e tecnologia transferida para os Municípios, mas, na parte de gestão de recursos humanos, não evoluiu nada. Pelo contrário, há alguns anos, o médico e o dentista eram respeitados no serviço público, pois tinham os salários equiparados aos dos Vereadores. Hoje em dia, todo esse recurso humano do SUS foi sucateado e temos profissionais ganhando R\$800,00 por 20 horas semanais. Seguindo o raciocínio da Câmara dos Deputados, existe um projeto de lei no Senado estabelecendo um salário de R\$7.000,00 para médicos e cirurgiões-dentistas trabalharem 20 horas semanais, a fim de que eles se fixem ao trabalho e não fiquem pensando em complementar a renda com trabalhos particulares. Hoje a realidade do profissional é o sucateamento total do SUS. Quem está na ponta é quem quer ser atendido e quem está atendendo. E quem está atendendo é o médico, o cirurgião-dentista, a enfermeira, então esse piso salarial tem de ser considerado em níveis nacional e estadual. Portanto sugiro que o Estado fiscalize os Municípios que, com o tempo, sucatearam esse sistema.

Defendemos o piso salarial de médicos e dentistas, a isonomia salarial para médicos e dentistas, a implantação urgente da mesa de negociação permanente do SUS nas cidades-polo de Minas Gerais, e também que cada PSF tenha um dentista, plano de carreira e as administrações estaduais e municipais entrem em acordo para a implantação desse sistema, porque já estamos passando da hora. O sucateamento passa pelo ser humano, e não pelo equipamento. Nós, na ponta, estamos vendo como a população se sente desvalorizada com esse tipo de sistema.

O Sr. Presidente - Muito grato ao Sr. Gilson Frota. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes de Belo Horizonte.



O Sr. Josadac Marques - Bom dia a todos. O Instituto Mãos e Vozes é uma entidade que ainda está sendo organizada em Belo Horizonte. Como profissional do terceiro setor, como consultor, tive o privilégio de ser agraciado com uma das 50 vagas para a América do Sul, para o mestrado de uma ONG internacional. Sou mineiro, mas atuei como profissional durante 30 anos nas Regiões Norte e Nordeste. Estou voltando a Belo Horizonte para dar sequência às atividades do meu pai, que foi militante na área social e que, há três anos, foi vítima de um atropelamento. Minha família e eu passamos por momentos constrangedores. Morando no Amazonas, depois de ter sido socorrido pelo Samu, devido a uma tragédia de trânsito, e de ter até saído no jornal e na televisão, hoje ainda enfrentamos problemas. Mesmo após ter sido mostrado na televisão como um atropelamento, quando conseguimos pegar a identificação no pronto-atendimento, a guia dizia que o acidente foi domiciliar, o que tem dificultado todo um procedimento jurídico e familiar. Como ele foi socorrido na rua, o corpo deveria ter sido encaminhado ao IML, porém o caso foi tratado inicialmente como tendo sido um acidente domiciliar, então tudo passou a ser diferente.

Foi mencionada há pouco a questão dos consórcios e planos de saúde. Tive o privilégio de ser gerente de uma empresa de planos de saúde, e, ao longo de 90 dias, com meu pai no hospital, acompanhávamos em casa, como profissionais, as contas hospitalares, para saber quanto estaria sendo de fato sua despesa no hospital. Um dos itens da legislação informava que, quando um paciente com plano de saúde for atendido por um hospital público, o plano de saúde tem de ressarcir o hospital que fez o atendimento. Pelas nossas contas, o valor das despesas hospitalares do meu pai, que ficou 90 dias no CTI, ultrapassaria R\$1.000.000,00. Isso quebraria qualquer plano de saúde que tivesse de fazer esse reembolso.

Gostaria de sugerir a esta Casa que coloque na pauta as discussões relacionadas aos compromissos assumidos pelo Brasil, em 2000, na Cúpula do Milênio. No ano passado, tive a oportunidade de acompanhar o relatório nacional do Brasil, apresentado pela ONU, embora a nossa equipe não estivesse presente. Há quatro relatórios nacionais dos Objetivos do Milênio. Belo Horizonte é referência no programa internacional, mas ainda não há um relatório de Minas Gerais. No “site” produzido para a sua elaboração, há dados sistematizados de cada Município. Sugiro que esta Casa e as Secretarias do Estado e do Município condensem os relatórios produzidos, para, no próximo fórum, sabermos a dimensão, onde estamos e onde queremos chegar no que diz respeito aos Objetivos do Milênio em Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Josadac Marques. Com a palavra, o Sr. Carlos Antônio Outeiro, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Santa Efigênia e Paraíso, de Belo Horizonte.

O Sr. Carlos Antônio Outeiro - Bom dia a todos. Cumprimento os integrantes da Mesa, por intermédio do Deputado Carlos Mosconi. Queria apresentar algumas sugestões. Atendimento hospitalar. Não percebo, como vocês disseram, que o atendimento hospitalar, tanto o do INSS como o municipal, tem melhorado. Sou líder comunitário, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores dos Bairros Santa Efigênia e Paraíso e membro da Comforça. Acompanho os trabalhos das Comissões de Transporte e de Saúde. A Mônica disse que o INSS tem melhorado muito. Se vocês vestissem uma roupa simples e fizessem uma consulta nesses lugares, veriam o que ocorre lá dentro. Se ficarem de terno, de longe, não verão. Lá dentro é outra coisa. Tanto no INSS como nos postos de saúde do Município, você fica jogado às traças, muitas vezes sentado numa cadeira, morrendo. Muitos funcionários que não têm perfil para trabalhar ali alegam que não possuem outra opção, não conseguem outro emprego. Como o doutor disse, é preciso que as pessoas façam curso e, para prestarem atendimento, gostem de trabalhar na área da saúde.

Verba destinada à saúde. O Secretário disse que foram destinados ao Estado cerca de R\$1.000.000,00 do governo do Estado e R\$4.000.000,00 do governo federal, de 2004 a 2010. Não sei onde esse recurso foi aplicado, pois não vemos melhoria nem nos postos de saúde nem no INSS. Pode ter melhorado a estrutura, não o atendimento. Os médicos recebem de R\$800,00 a R\$1.000,00, como disse um rapaz, e não são qualificados. Além disso, precisam trabalhar em outros locais. Uma enfermeira me disse que trabalha em dois ou três lugares para receber um salário que lhe dê condições de sustentar os seus filhos. Se essas pessoas fossem bem remuneradas, a saúde seria muito melhor.

Queria pedir mais 1 minuto para dizer outra coisa: a união dos governos. Gostaria que os governos federal, estaduais e municipais se unissem em prol da saúde. Muitas vezes, o governo federal ou o estadual não repassa verba por causa de vaidade de partido. Quando se trata da saúde do povo, não tem de haver vaidade de partido. É necessário esquecer o partido, lutar pelo povo e atender a comunidade.

Também gostaria de falar sobre a administração das verbas. Estamos vendo os preparativos para a Copa do Mundo de 2014. Queria que vocês verificassem se a verba da saúde será destinada mesmo à saúde, se não será repassada ao esporte. Muitos recursos são destinados à saúde, mas não são investidos ali. Trabalhei em 2005 com o Cap. José Maria, na residência do Governador. Ele me dizia que o maior hospital de Brasília era a ponte aérea: pegar o avião e ir a São Paulo, para ser atendido. Se em Brasília não há hospital de Primeiro Mundo, faz-se uma ideia do resto do Estado.

Pediria a vocês a liberdade de imprensa para a saúde. Isso porque meu sogro internou-se no Ipsemg, em 2005, e havia quatro idosos em seu quarto. Fiquei 17 dias dentro do hospital e constatei que os três idosos faleceram, e depois ocorreu o mesmo com meu sogro. Encontrei com um repórter no Ipsemg e perguntei-lhe por que não apresentava reclamação por meio da televisão, já que percebia a situação caótica do Instituto. Ele me respondeu: “Meu amigo, se eu falar me põem para fora da imprensa, assim como aconteceu com o Kajuru, e sou pai de família”. Vocês precisam atentar para isso.

Volto a falar, Mônica, vista uma roupa simples e vá buscar atendimento no INSS ou no posto de saúde, e saberão se é como vocês estão falando aqui dentro. Não é não, gente. Lá, o tratamento é diferente. Estamos em outro mundo lá fora. Obrigado.

O Sr. Presidente - Ouviremos agora a Sra. Maria Zenó Soares da Silva, da Associação de Pessoas com Doença Falciforme.

A Sra. Maria Zenó Soares da Silva - Bom dia a todos. Sou Maria Zenó, Presidente da Associação de Pessoas com Doença Falciforme de Belo Horizonte e Região Metropolitana. Aqui estou para convidar os nobres Deputados, as autoridades presentes e toda a população a apoiar a causa da anemia falciforme, porque, mais que um problema de formação, esse é um problema de informação.

Chamo a atenção dos representantes do Estado para os serviços de urgência e emergência e consultas especializadas. Sabemos que Minas Gerais é referência na triagem neonatal, mas só o diagnóstico não basta. Os portadores da doença falciforme, em caso de



urgência, viram-se, individualmente, na via sacra de buscar atendimento médico. Qual atenção será dispensada aos portadores de anemia falciforme, fora da faixa neonatal, na área da saúde e da educação? Minas Gerais é referência mundial pelo seu acompanhamento e tratamento na triagem neonatal. Sabemos tratar-se de uma doença genética que não tem cura, e como ficamos nós, adultos? Quando chegamos no serviço de urgência e emergência, o profissional nem sequer sabe o que é anemia falciforme. Chamo a atenção desta Casa, solicitando aos seus membros que procurem conhecer nossa realidade. Chegamos na urgência, com a hemoglobina 3, e o médico nos pergunta por que não comemos feijão. Ele realmente não sabe que a doença não se dá por falta de ferro, mas por má formação de hemácias. Conto com a colaboração de vocês. Obrigada.

O Sr. Presidente - Muito bem. A Sra. Maria Zenó Soares aborda uma questão importantíssima, ela é portadora de anemia falciforme. Ela apresenta queixas sobre uma das poucas doenças no Brasil para a qual há uma lei específica, exatamente para a proteção dos portadores. Há uma lei aprovada há mais de 10 anos pelo Congresso Nacional para tratar dessa questão. Mesmo assim, temos os problemas que aqui foram relatados. Com a palavra, a Sra. Inês de Oliveira Costa, do Conselho Distrital de Saúde da Região Nordeste de Belo Horizonte.

A Sra. Inês de Oliveira Costa - Bom dia a todos. Sou Inês de Oliveira, faço parte do Conselho Distrital de Saúde da Região Nordeste de Belo Horizonte e também do Sindicato dos Servidores Municipais de Belo Horizonte. Cito isso para apresentar minha condição de trabalhadora do SUS.

Muitas pessoas já falaram sobre a questão da valorização do servidor, e acredito que a construção do SUS passa por essa valorização. Estive no interior, por três anos, como trabalhadora do SUS, e percebi o caos que representa a questão dos recursos humanos no interior. Se não houver uma intervenção do Estado, não só no repasse financeiro, com a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29, mas também com a qualificação dos recursos humanos, dos gestores no interior, dificilmente avançaremos na construção do SUS. Os fundos municipais de saúde do interior estão completamente sem eficácia, não há controle social. Os Prefeitos ficam com o domínio do fundo, com as políticas; nenhum trabalhador ou usuário tem condições realmente de fazer o controle social no interior. Esta Casa precisa assimilar a necessidade do fortalecimento do controle social como princípio básico para a construção do SUS em todo o Brasil, especialmente em Minas Gerais. Obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Roges Carvalho, do Sindicato dos Psicólogos de Minas Gerais.

O Sr. Roges Carvalho dos Santos - Bom dia a todas e todos, cumprimento todos os presentes. É um grande interesse estarmos aqui juntos. Se fossem resolver o problema do SUS, bastava tão somente cumprir a nossa Constituição. Mas as coisas realmente não passam por aí. Vendo o fôlder, faltaram as presenças do Helvécio e do Marcelo Gouveia, que são de cabal importância. Não vi justificativa para isso até agora, embora seja apenas um indicativo.

Vemos a imprensa massacrando o sistema de saúde de maneira até gratuita e fortuita. Mas, quando acontecem as conferências de saúde, a imprensa é incapaz de ir lá para notificar a população sobre os interesses e o que está sendo falado. Nada aparece, passam uma borracha. Mas ela se aproveita do SUS para se vangloriar, para tecer críticas.

Gostaria de fazer algumas considerações que acho importantes. A primeira diz respeito ao controle social. Isso já foi falado aqui. Por que o controle social não foi convidado para participar, como palestrante desse evento, que é um fórum democrático para a construção da saúde em Minas Gerais? Não entendi por que não foi convidado, já que temos praticamente 853 conselhos de saúde no Estado de Minas Gerais. Não entendi por que, não sei se foi esquecimento ou outra falha qualquer.

Apontei alguns pontos de cabal importância. Precisamos dar uma certa autonomia aos conselhos municipais de saúde, inclusive em relação à dotação orçamentária. Eles precisam ter autonomia para fazer o controle social. E muitas vezes isso é tolhido. Outra questão lógica, que o José Maria falou, que é importante, refere-se ao fortalecimento da atenção básica e primária. Não dá para fortalecermos a média e a alta complexidades. A coisa acontece na ponta, é ali que está a demanda. Ela não pode ser tão reprimida. Também precisamos fortalecer as mesas de negociação do SUS. São poucas as mesas. Precisamos fortalecer as já criadas e implementar outras nos demais Municípios de Minas Gerais.

Ainda me resta um tempinho para dizer que também precisamos fortalecer as equipes de saúde, respeitando o diagnóstico de cada profissional. As coisas não têm ocorrido dessa maneira. Sabemos que saúde não se faz sem médico, não se faz sem hospital, não se faz sem medicamento. Mas também não se faz sem os demais profissionais. Por fim, temos lutado muito por uma questão, na qual a Assembleia deve envolver-se para nos ajudar no controle social. Precisamos fortalecer o sistema em rede. Esse sistema precisa oferecer acesso ao usuário em qualquer unidade de saúde. Nela é preciso que haja um espaço para ele ser atendido. E ele deve estar na rede. Não dá para ser uma rede aqui e outra ali. Ele tem de estar envolvido no sistema, estar na rede, e precisa ser acolhido.

De qualquer forma, deixo os parabéns a todos nós, que nos esforçamos por construir o melhor plano de saúde do mundo, que é o SUS. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Rilker Novato Público.

O Sr. Rilker Novato Público - Bom-dia. Cumprimento o Deputado Carlos Mosconi e toda a Mesa. Atualmente, sou Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Betim, mas sou farmacêutico da rede do SUS há 16 anos, no Município, e Diretor do Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais e Vice-Presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos.

Deputado Carlos Mosconi, Deputado Adelmo Carneiro Leão e demais Deputados presentes, este é um momento muito oportuno não só pelo início da legislatura, mas também porque todos ficamos preocupados e temerosos quando o governo do Estado não aplica o mínimo de 12% previsto para a saúde. Em nosso entendimento, ele não tem legitimidade para propor legislações, que são da ordem do Poder Executivo. Esse é um retrocesso à discussão da democracia no Estado. Leis delegadas não contribuem para o processo democrático. Era só um aparte que não poderia passar em branco. Essa é a nossa compreensão e preocupação.

Quero fazer um comentário sobre o que foi dito pelo Dr. José Maria Borges em relação ao Sistema Único de Saúde. Na verdade, Dr. José Maria, 100% da população utiliza o Sistema Único de Saúde, nas ações de vigilância à saúde, epidemiológica, vacinas e, sobretudo, nas ações de vigilância sanitária.





Quanto ao financiamento, muitos Prefeitos insistem nessa questão. Podemos tangenciar várias proposições e discussões, mas se não tivermos um financiamento adequado, nada acontece. A grande resposta à pergunta “o que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas Gerais para promover o desenvolvimento do Estado no tocante à saúde?” é fazer com que o Estado aplique, efetivamente, no mínimo, 12%. De certa forma, os Municípios estão estrangulados. A União tem aplicado recurso que pode estar avançando, mas é fundamental que Minas Gerais aplique pelo menos os 12% na área de saúde e não fique direcionando verbas para ações e serviços que não consideramos de saúde. Será um avanço e uma resposta muito grande.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Marilza Fátima de Souza, da ACS, de Juiz de Fora.

A Sra. Marilza Fátima de Souza - Bom-dia. Sou Agente Comunitária de Saúde de Juiz de Fora, representante do Sindicato dos 54 Municípios da Zona da Mata. É muito bom estar aqui e ouvir sobre a saúde, principalmente, da atenção primária. Aqui, temos o aval de todos os Municípios onde há um Agente Comunitário na ponta, que faz o mapeamento do bairro e que é o último a ser remunerado. Fizemos o primeiro módulo do curso de Técnico Comunitário. Deveria ter havido mais dois módulos, mas eles não foram aplicados. Já perdemos muitos Agentes Comunitários, que acabaram mudando de profissão. Esse curso ficou perdido. Precisamos de mais recursos humanos e técnicos. A profissão de Agente Comunitário está desvalorizada. Faltam médicos no Programa de Saúde da Família. O Agente Comunitário não consulta, não dá receita, muito menos fornece remédio. É necessário que toda a equipe esteja junto com ele para que o seu trabalho se desenvolva. Só assim, poderemos ter uma atenção primária boa, funcionando, e a secundária, num patamar melhor. Enquanto não houver isso, continuaremos trabalhando preenchendo papéis e enviando dados para o governo de Minas enviar recursos para nossos Municípios, e esses recursos jamais vão aparecer na saúde da nossa população.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Marlene Moisés, professora aposentada e usuária do SUS.

A Sra. Marlene Moisés - Bom-dia, Deputado Carlos Mosconi. Em sua abertura, V. Exa. usou uma palavrinha - “humanização” -, que adorei. Foi a única vez que essa palavra apareceu. As falas dos três palestrantes foram muito boas. São conhecimentos que precisamos ter, mas extremamente técnicas. Sei que aqui está cheio de Prefeitos e Secretários, mas as falas foram muito voltadas para a questão do financiamento. Felizmente, ouvi um auxiliar de enfermagem e agora uma Agente Comunitária de Saúde e queria enfatizar, na minha fala, a questão do capital humano. Não vimos isso aqui, e ele é fundamental.

Quando o Sr. José Maria Borges disse, mais ou menos, sobre qualificação profissional, lembrei-me da Escola de Saúde Pública, onde trabalhei durante cinco anos. A Escola de Saúde Pública é a única de Minas Gerais que forma pessoal para o SUS. Deveria ser sobretudo para o nível médio, porque, além de ser em grande quantidade, é exatamente o pessoal que ganha pouco e não tem condição de bancar o curso na rede privada, cujo preço é absurdo. É o que tem acontecido. E nem sempre são formados dentro dos princípios e das diretrizes do SUS.

Muito bem. Há também a Unimontes, no Norte de Minas. O que acontece? Essas escolas só funcionam dando formação para o nível médio quando há recurso do Ministério da Saúde. Quando acaba o recurso, ocorre o que está acontecendo com o ACS. Ela acabou de denunciar. São três módulos de 400 horas. O ACS encerrou no primeiro. Ele parou no primeiro módulo porque o governo do Estado não oferece mais recurso para dar continuação. Há toda uma questão política, também de desinteresse, porque, na medida em que o ACS se torna técnico, ele tem de ganhar melhor. A gestão esquece que com pessoal qualificado, como disse o Dr. José Maria Borges, a possibilidade de melhora do serviço é infinitamente superior. É para isso que precisamos muito voltar nossa atenção, porque o nível superior tem curso de pós-graduação, tem isto, tem aquilo. E o nível médio? Quem olha por ele no caso da formação técnica na área da saúde? Uma única escola. Não tenho procuração para falar pela Escola de Saúde Pública, mas sei o que está acontecendo. A escola precisa de recurso para atuar no nível médio, que é o maior, porque o ACS é a ponte, o elo entre a comunidade e a equipe. Exatamente esse profissional é o menos preparado porque não tem oportunidade de se profissionalizar. Queria que a Assembleia atuasse nesse sentido, em favor do pessoal de nível médio da área da saúde. Obrigada.

O Sr. Presidente - Muito grato, Sra. Marlene. Sua exposição foi muito lúcida, muito pertinente.

Encerraremos as inscrições agora. Vamos levar em consideração as pessoas que quiserem fazer alguma manifestação, mas responderemos depois. Já temos várias inscrições, às quais naturalmente vamos atender. Com a palavra, a Sra. Terezinha Oliveira da Rocha, do Movimento das Pessoas com Deficiência, de Belo Horizonte.

A Sra. Terezinha Oliveira da Rocha - Obrigada. Bom-dia. Parabéns a todos nós. Voltamos a pedir aos representantes de nosso Município, do Estado, que tenham mais atenção com nossas necessidades, como saúde e educação. Brincamos dizendo que é ruim e é bom falar depois de todo o mundo, porque é só copiar. Passei para a Mesa, mas não sei se dá para vocês captarem bem minha mensagem. Nossa preocupação é com todos os cidadãos, principalmente com as pessoas portadoras de necessidades especiais de saúde, de educação, que merecem uma atenção maior. Há muitos anos estamos nessa luta.

Evidencio a nossa preocupação e a nossa tristeza com a atual situação que vivemos, porque, apesar de estarem muito bem representados no fórum, queríamos ver aqui o nosso Secretário, Dr. Helvécio, e o Secretário de Saúde, pois precisamos muito do compromisso e da responsabilidade para com a solução desses problemas. É o que esperamos deles. Quando votamos nos políticos, eles escolhem Secretários, alguns com os quais temos ligação e de quem conhecemos o trabalho. Eles são tão bons quanto alguns Secretários do passado, como o Dr. Helvécio, o Dr. Evilásio e outros.

O José Maria e outros companheiros conhecem nossa luta de muitos anos. Por isso, cobramos alguns itens. Pedi que vocês dessem atenção ao modelo de transporte das pessoas com deficiência. Tive o prazer de ser convidada para conhecer o modelo de Contagem, parece que Betim também possui um. Gostaríamos que houvesse um projeto sobre esse transporte para outros Municípios. A Prefeita de Contagem, Marília Campos, trouxe esse modelo de Uberaba e o implantou em Contagem. Vimos que o modelo é ótimo, não só para nós, com deficiência, mas para as pessoas que têm dificuldade de locomoção. Vemos que até o trabalhador da saúde enfrenta dificuldades em colocar um doente dentro de uma “van” ou de uma ambulância, pois essas pessoas não têm direito a nenhuma acessibilidade. Solicitamos, em nome de todos os cidadãos com dificuldade de locomoção, que vocês olhem com mais atenção para nossas dificuldades, verificando se é possível elaborarmos um projeto sobre isso.



Também sobre a órtese e a prótese vivemos uma novela longa. As discussões sobre isso estão paradas, não temos tido reunião com a nossa coordenadora, com a nossa gerente, uma pessoa muito especial da órtese e da prótese. Também há muito tempo não temos contato com o Marcílio. Sabemos da reclamação de pacientes sobre a enorme fila para se conseguir uma cadeira especial. Há pessoas que não conseguem ir para o trabalho nem para a escola. O direito de ir e vir das pessoas está sendo prejudicado, elas estão ficando em casa. Ainda há o problema na forma como essas cadeiras estão sendo construídas, pois são de má qualidade. Mesmo assim, há uma demanda muito grande de pessoas que necessitam dessas cadeiras.

Queremos saber a razão de não se investir em aparelhos de locomoção, dos quais há tanta necessidade, assim como em diversos outros equipamentos para pessoas com necessidades especiais. Se não me engano, faz dois anos que há pedidos de cadeiras especiais por pessoas de Neves, mas não temos esperança de que elas saiam rápido. Não queremos ficar só pedindo que as entidades as aluguem. Queremos nosso direito de investir tanto na construção dessas cadeiras quanto em equipamentos. Dizem que as cadeiras são malconstruídas porque o SUS paga pouco, mas não somos obrigados a ficar com uma cadeira dessas. Tenho uma cadeira de pouco mais de um ano de uso que quebrou quando eu saía da faculdade no Bairro Burity. Em um morro daquela altura, ela quebrou! Se não fosse uma pessoa para me ajudar a atravessar a rua, eu não conseguiria. Queremos uma atenção para todos, mas especificamente para as pessoas que têm dificuldade de locomoção. Desculpem o desabafo, porque queremos falar sobre muita coisa, mas são poucas as oportunidades que nos dão para isso. Mandamos um abraço para o nosso Secretário e um puxão de orelhas, pois queremos que ele esteja presente quando for convidado. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos à Sra. Terezinha. Com a palavra, a Sra. Anísia Daniel, do Conselho Regional de Educação Física de Belo Horizonte.

A Sra. Anísia Daniel - Bom dia. Meu nome é Anísia Daniel. Represento o Conselho Regional de Educação Física e tenho uma pergunta para o Dr. José Maria Borges. Ele disse que a construção de hospitais não é o ideal, porque com pouco tempo, com três meses, seis meses de construídos, a demanda já se acabou. Então, o que fazer? Fiquei aguardando o final da exposição do Dr. José Maria Borges para ouvir uma solução que ele não apresentou.

Gostaria de ressaltar a todos da Mesa a importância da valorização do profissional de saúde e não apenas do médico. Como disse o nosso amigo do Conselho de Psicologia, sem médico, não conseguiremos ter saúde, embora precisemos dos outros profissionais e da valorização deles.

Em nome do Conselho Regional de Educação Física, sabemos a importância que os seus profissionais têm para a promoção da saúde. Trabalhamos na atenção primária e posso afirmar que muitas cidades ainda não têm academias. Aliás, esperei que o representante da Prefeitura falasse a respeito da academia da cidade, que hoje é um sucesso. Espero que esse ato seja disseminado a todos os Municípios mineiros. Obrigada.

O Sr. Presidente - Lerei outra indagação que foi feita pela Luciana Silami Carvalho, do Sindicato dos Farmacêuticos de Minas Gerais: "Sabemos que o setor privado participa do SUS em caráter complementar. O senhor está sugerindo que o setor privado participe efetivamente do SUS, ou seja, não só em caráter complementar?". São essas as duas indagações feitas. Com a palavra, o Sr. José Maria Borges, para responder às perguntas que lhe foram feitas.

O Sr. José Maria Borges - Vamos começar pela construção de hospitais. Não sei se me fiz entender bem, mas não sou contra a construção de hospitais em si. Apenas acho que não podemos e não vamos conseguir mudar o nosso modelo de saúde visando, como meta, à construção de hospitais pura e simplesmente. A experiência mostra que construímos um hospital e depois temos muitas dificuldades de financiamento para que ele funcione bem. Por outro lado, é isso mesmo. Como o sistema primário funciona mal, os hospitais são rapidamente esgotados em sua capacidade de atendimento, e é por isso que vemos doentes pelos seus corredores. Precisamos de novos hospitais. Em Minas, são socialmente necessários cerca de 220 hospitais, distribuídos em microrregiões e macrorregiões. A média complexidade será atendida nas microrregiões, que hoje são 76 em todo o Estado, e a alta complexidade, nas macrorregiões, que são 13.

Na verdade, precisamos de hospitais qualificados funcionando numa malha, ou seja, dentro de um sistema em que o indivíduo possa, por meio dos cuidados primários, que é a porta por onde ele entrou, seguir o fluxo da sua necessidade, independentemente de mandados de segurança ou de artifícios da natureza individual de cada um. É disso que precisamos e a que chamamos de um sistema em rede. Portanto, a questão apenas de construção de hospitais precisa ser revista, porque não pode ser enfocada dessa maneira.

Eu me referi à saúde suplementar como um mecanismo complementar de atenção. A saúde suplementar tem crescido muito, mas até que ponto nós, estrutura pública, poderemos discutir com a saúde suplementar para que ela também invista em atenção primária? Talvez seja muito mais eficiente e barato para a saúde suplementar ter investimentos pesados, como o Estado, como ente, está fazendo, protegendo os seus usuários no sistema de promoção e prevenção por meio da saúde suplementar. Creio que precisamos chamar a saúde suplementar para o seio das discussões nesta Casa, nas Câmaras de Vereadores e, principalmente, nas Secretarias municipais e estaduais, como também no governo federal, para que possamos saber qual a melhor inserção dos recursos gastos em saúde suplementar a fim de modificarmos o panorama da saúde em nossos Municípios, em nosso Estado e no País.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, José Maria. Com a palavra, o Sr. Renato Barros, do Sinsaúde de Minas Gerais.

O Sr. Renato Barros - Para algumas questões já obtive resposta, mas ainda gostaria de abordar outras que dizem respeito à participação efetiva do Legislativo. Tive oportunidade de ouvir os três expositores e acredito na importância de provocar uma discussão lá no Conselho Estadual de Saúde, quando fizermos a revisão do plano estadual de saúde e levantarmos questões como a política geral para o Estado.

Acredito que, nesses próximos quatro anos, a Assembleia Legislativa possa nos ajudar na questão da gestão do trabalho. Em uma das demandas, José Maria até disse que o modelo hospitalar era centrado. Inclusive, temos carência da estruturação desse sistema. No ano passado, tivemos de levantar todas essas questões e apontar algumas alternativas na caravana da saúde. Dentre elas, no que diz respeito à flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal, no que tange a saúde, que o Estado possa fazer investimento na sua política, na gestão da sua força de trabalho, uma grande carência que tem orientado os procedimentos a fim de fazer surgir as



fundações estatais de direito privado, os consórcios de médicos, por não ter uma estrutura de financiamento de estruturação de serviço. Portanto, esse é um facilitador, e o Estado se torna responsável pela implementação dessa política. Essa é uma das questões.

Na questão da gestão da força de trabalho, observo que há necessidade de estabelecermos uma estrutura de carreira que possa valorizar todos os profissionais do sistema com um piso salarial por escolaridade do cargo para o SUS - isso já foi dito aqui várias vezes. Dessa forma, isso impede que uma categoria, como a dos médicos, odontólogos e outras mais, vá ao Congresso Nacional reivindicar o piso salarial. O Estado tem de chamar para si a responsabilidade na estruturação desse sistema.

Outra questão: observo que a Assembleia Legislativa pode ajudar não somente aqui, mas também a fazer gestões junto ao Congresso Nacional, com os parlamentares federais. Trata-se da questão da Lei de Responsabilidade Sanitária. Acredito que temos de aprovar isso, que é uma bandeira nacional que temos de incorporar.

A outra discussão refere-se à questão novamente levantada sobre a CPMF. Temos visto posições contrárias à CPMF, mas não sabemos da abrangência dela. A discussão que temos feito nos últimos tempos refere-se à aprovação da Contribuição Social para a Saúde - CSS -, que é uma alternativa à CPMF, com recursos diretamente necessários. Sabemos da abrangência disso e o que vai representar. Não entro no mérito da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29, porque isso já foi bastante abordado aqui. No entanto, ressalto o esforço que temos de fazer para que Minas Gerais possa cumprir seu papel de responsabilidade.

Para finalizar, Sr. Deputado, gostaria de dizer que, para nós, este é um ano de conferências de saúde. A partir de abril, teremos as conferências municipais, estaduais e depois a conferência nacional. Será um momento em que a sociedade estará debatendo, dando a sua contribuição e elaborando propostas. Aliás, esta Casa poderia buscar um pouco do que tem sido colocado pela sociedade transformando isso em política da Casa, de forma a regulamentar a saúde em nosso Estado, o que tem sido uma luta histórica da sociedade civil organizada e que não tem tido a ressonância necessária. Em relação aos hospitais regionais ora constituídos pelo Estado e ao financiamento público que é destinado aos hospitais conveniados, tenho visto que o dinheiro não é pouco, o recurso é altíssimo. Podemos aprofundar a discussão da capacidade de investimento que está sendo feito nos hospitais privados e, em algumas regiões, constituir hospitais públicos com esses recursos. Pelo bolo de recursos ora destinado e pelo cálculo que fizemos anteriormente, é possível construir. Temos uma carência em Minas Gerais de 6 mil leitos. Como suprir essa deficiência? Esse é o debate que queremos fazer, no sentido de deixarmos de financiar o privado, que busca o equipamento e o recurso público, e, em um dado momento, deixa de prestar o serviço. E quem perde é a sociedade, o usuário. Precisamos de um tempo maior para discutir o tema com a Comissão de Saúde e com esta Casa, para avançarmos um pouco mais na melhoria da qualidade da prestação de um serviço que é de responsabilidade do Estado.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Renato a participação. Chamo o Sr. Cláudio da Silva, do Conselho Municipal de Saúde de Betim.

O Sr. Cláudio da Silva - Meu nome é Cláudio, sou funcionário da Secretaria de Saúde de Betim e membro do Conselho Municipal de Saúde. Sobre a ponderação do Dr. José Maria, fiz algumas anotações que poderiam até melhorar o serviço sem prejudicar o funcionário. Sei como funciona o sistema. Por exemplo, sobre a questão dos exames, a melhor forma de trabalho nas cidades seria a criação de um centro de diagnóstico de saúde em todos os hospitais. Em Betim os exames de raios X e de sangue acontecem dentro do hospital, não sei se em todas as cidades é assim. Acredito que funcionariam muito bem fora do hospital e se daria mais ênfase à procura da população.

Falou-se muito também na valorização do trabalhador, mas se esqueceram de um ponto fundamental: como está a saúde desse trabalhador? Tem sido cuidada, avaliada, tem havido um local onde ele possa ser tratado num momento de dificuldade? Eu estava observando que os "cameramen" sempre se renovam, para cada um realizar seu trabalho. Isso poderia ser feito na saúde. Às vezes, a pessoa que está atendendo à população está cansada, estressada, e pode ser trocada por outra, tendo em vista um melhor desempenho, para, aí sim, haver humanização. Falar em humanização é uma coisa, mas desenvolvê-la teria de ser sob a forma de maior dinamismo, para que o trabalhador tenha fôlego para tratar a população como ela merece.

Sobre o tratamento fora do domicílio, anotei que seria bom valorizar mais as microrregiões ou a criação do consórcio intermunicipal. Em Betim funciona bastante bem. A existência dos consórcios intermunicipais vai ajudar a resolver esses problemas de fluxo em Belo Horizonte e em outras Capitais.

Por fim, a avaliação dos transportes sanitários. Deveria ser avaliado de ano em ano como está a frota, se está sucateada, se está se desenvolvendo bem, se precisa ser melhorada. É isso o que eu queria dizer.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cláudio. Com a palavra, a Sra. Anita Maria da Silva, da Associação de Aposentados e Pensionistas de Minas Gerais.

A Sra. Anita Maria da Silva - Moro em Contagem há 36 anos e acompanho com frequência as reuniões da área da saúde. Lá está havendo um problema muito sério relativo à marcação de consulta com médico especialista, para entrega de exames, para marcação de cirurgias. Eu mesmo estive lá para entregar o ultrassom de um braço e demorou um ano e quatro meses para eles marcarem uma data. Os exames fizeram um ano em setembro, e os entreguei em janeiro. Estou esperando a marcação da fisioterapia há mais de um mês. Estou esperando para fazer uma cirurgia no olho há mais de três anos. Fui à Secretaria saber o motivo, e o rapaz me disse que essas cirurgias eram realmente demoradas. Quero saber por que tanta demora para marcar uma cirurgia, que nem tão grande é. Quando vou às reuniões, vejo as pessoas brigando com as enfermeiras, com as atendentes e digo que temos de brigar é com os grandes.

O Sr. Presidente - Sra. Anita, a senhora faz algumas indagações muito importantes, que serão respondidas no final da nossa reunião. Com a palavra, a Sra. Cláudia Navarro Lemos, do Conselho Regional de Medicina.

A Sra. Cláudia Navarro Lemos - Bom-dia, sou do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais e gostaria de falar ao nosso colega Secretário Adjunto de Saúde de Divinópolis que a questão da judicialização da medicina é uma grande preocupação do CRM porque sabemos a quantidade de verba que é desviada do setor de saúde para a judicialização. O CRM irá promover um fórum de



direito médico, nos dias 27 e 28 de maio, em Belo Horizonte, e teremos a participação do Ministério Público, do Judiciário e de vários setores de saúde para chegarmos a um consenso e vermos quando conseguiremos resolver essa questão.

Gostaria de sugerir à Assembleia Legislativa que colocasse na pauta a valorização de todos os profissionais de saúde, não só do médico, e tentasse a implantação do piso salarial do médico de R\$9.188,00, aprovado agora. Todos nós sabemos que isso é quase impossível. Temos que ver também a importância da regulamentação da Emenda à Constituição nº 29. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Somos gratos à Cláudia. Com a palavra, o Sr. Nicodemus de Arimathea e Silva Júnior.

O Sr. Nicodemus de Arimathea e Silva Júnior - Deputado Carlos Mosconi, meus cumprimentos por sua atuação neste tão importante fórum. É com emoção que nos apresentamos neste Plenário onde os nobres Deputados representam os interesses da população deste Estado. Tenho 27 anos de carreira como médico, com todo esse tempo vinculado ao serviço público. E falas como a de D. Anita têm de realmente nos emocionar, porque é para evitar esse tipo de situação que temos cabelos brancos. O Dr. Mosconi fechou as portas do Inamps, da forma como era, e entramos na era do SUS. O Dr. José Maria já tem 30 anos de estrada no SUS, e o Fabiano está colaborando para essa construção há tempos.

Com tudo isso, não poderia deixar de falar da Emenda à Constituição nº 29, cujo financiamento é fundamental para evitar esse tipo de situação. Mas essa não é a única solução, pois a colocação de recursos para a saúde não significará melhorias. Temos de lembrar que a construção do SUS se fundamenta na visão regionalizada dos problemas. Como o Dr. José Maria disse, não adianta falarmos em regulação do sistema sem uma rede efetivamente construída. Precisamos acabar com a fábria de que o bom político é aquele com constrói um hospital no seu Município. Felizmente isso já deixou de ser plano de candidatura à Prefeitura. O que acontece? Devemos dar agora um passo importante. Em 1991, em Montes Claros, foi feita uma carta que direcionava para a municipalização da política de saúde. Hoje entendemos que é necessária uma visão regionalizada, uma escala que direcione a eficiência e a eficácia do sistema de saúde. A regulação se inicia na atenção primária. Se cumprir o seu papel, vai conter essa demanda crescente que baterá às portas dos hospitais. Existiam 600 hospitais no Estado, mas cerca de 300 ou 400 foram fechados. O interessante é que alguns colegas médicos avaliam a destruição do sistema público a partir do fechamento de hospitais. Discordo plenamente, porque hospital que não funciona, que não serve, que não atende o doente, deve ser fechado. Hoje, 120 hospitais que têm uma política de incentivo do Tesouro Estadual estão cumprindo o seu papel. Na lógica do Dr. José Maria, se forem acrescentados mais 20 ou 30 hospitais bem-posicionados, haverá uma rede bem-construída. Aí, o Estado deixaria de ser assistencialista e cumpriria sua função primordial, ou seja, regular e propor políticas de saúde. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Nicodemus. O senhor nos disse que possui uma longa trajetória na área de saúde. Acrescentarei apenas que é uma longa e profícua trajetória nessa área. Com a palavra, a Sra. Kátia Ferraz Ferreira, do Centro de Vida Independente.

A Sra. Kátia Ferraz Ferreira - Bom-dia. Cheguei um pouco tarde, porque estava conversando com a Secretária Executiva do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência. Na última plenária, discutimos uma determinação do Conselho Nacional de Saúde, ou seja, a Resolução nº 435. Conforme essa resolução, os conselhos das instâncias inferiores, estadual e municipal, devem criar a Comissão de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência. Houve uma negativa desses conselhos, disseram veementemente que não criarão essa comissão.

Gostaria de deixar isso como denúncia. Quero saber se o Legislativo poderá fazer algum tipo de pressão, porque essa comissão é muito necessária às pessoas com deficiência, que ficam prejudicadas, não conseguem entrar nas unidades básicas de saúde. Se for o caso, tentaremos uma mobilização dos companheiros. Necessitamos do seu apoio, Deputado Carlos Mosconi, e, se for possível, da Comissão de Saúde, caso V. Exa. continue na Presidência.

Enfrentamos resistência à entrada de pessoas com deficiência nos conselhos de saúde. Quando eu ainda era Conselheira, apresentamos uma denúncia sobre a acessibilidade ao auditório do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte. Agora, como fui informada, provavelmente o local do plenário desse Conselho será mudado. Naquela oportunidade, recebemos a negativa de um representante do gestor municipal, que nos tratou muito mal durante uma reunião plenária. Ele disse que, se quiséssemos participar, deveríamos ser carregados, que ninguém faria obra coisíssima nenhuma para levar deficiente para cima e para baixo. Isso não foi gravado, porque no dia não havia microfone e o gravador estava com defeito. As testemunhas são as pessoas que estavam lá. Infelizmente, recebemos esse tipo de tratamento.

Ausentei-me do Conselho por outros motivos, mas retornarei. Solicito que os parlamentares envolvidos com a área de saúde pressionem os conselhos a cumprir a Resolução nº 435, de criação dessa comissão. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos as palavras pertinentes da Sra. Kátia Ferraz. Esta Casa está à sua disposição, como sempre. Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Fabiano Pimenta.

O Sr. Fabiano Pimenta - Peço desculpas por não ter justificado a ausência do Dr. Marcelo. Ele é Presidente dos Secretários das Capitais junto ao Conasems e hoje está reunido com o Ministro da Saúde tratando de assuntos do interesse de todos nós, pois os Municípios são os principais executores. Esse é o motivo de sua ausência. Obviamente, não tenho o brilhantismo nem a capacidade do Dr. Marcelo, mas procurei representá-lo da melhor forma possível. Tenham a certeza de que todos os assuntos aqui apresentados serão levados a ele com toda a honestidade e fazem parte da gestão da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

O Dr. José Maria mencionou, assim como outros manifestantes, as filas e as esperas. Quando avaliamos as questões, sempre há um problema de mercado e de regulação. A nossa capacidade de gestor para atrair prestadores para essa área é muito limitada. Nas cirurgias eletivas, havia uma fila de 60 mil pessoas no início de 2009, que já foi reduzida pela metade. Isso custa recursos adicionais do Orçamento próprio do Município. Nenhum gestor quer ter fila nem falta de medicamentos, mas, infelizmente, há um limite para a nossa capacidade de colocar recursos do Orçamento próprio, por maior que seja o compromisso do Prefeito e do Conselho Municipal de Saúde batalhando por recursos adicionais. Retornamos sempre ao tema da regulamentação da Emenda nº 29. Esta Casa, embora não possa legislar especificamente sobre o tema, como disse o Deputado, pode buscar uma sinergia de esforços junto aos Deputados Federais e aos Senadores para colocá-lo efetivamente na pauta.





A qualificação de profissionais também é uma questão recorrente das carreiras. As manifestações sobre isso foram muito pertinentes. Uma iniciativa de Belo Horizonte são as oficinas de qualificação da construção primária, desde o porteiro até o profissional mais especializado, na linha da fala da Ângela. Mas isso também não reduz as capacitações específicas para áreas específicas.

Estamos num ano de conferências municipais de saúde. Um plano municipal de saúde não se faz sem as diretrizes pertinentes e decisórias das conferências municipais, que redundarão nas conferências estadual e nacional de saúde. A sinergia de esforços é muito importante para que as conferências municipais expressem as necessidades e as alternativas de resolução dos problemas de saúde da população mineira. É importante haver, também, sinergia para diferenciar recursos e possibilitar a inversão de recursos nas ações de promoção e prevenção. Muitas vezes há uma limitação para que o gestor resolva o problema de fila e outros, por maior que seja o seu desejo de inverter recursos nessa área. Como disse o representante do Conselho de Educação Física, tentamos fazer isso com a implementação do Academia da Cidade e outros. Tive a honra de ser Secretário Nacional de Vigilância em Saúde, com um orçamento de R\$1.400.000.000,00. Coloquei a singela quantia de R\$50.000.000,00 no orçamento para as ações de promoção. Essa foi uma semente que, com muito orgulho, vejo que felizmente está germinando. Ela, entretanto, poderá ter uma força muito maior que o simples desejo de um Secretário, se efetivamente brotar das conferências municipais e estaduais, o que redundará, em última instância, nos orçamentos de saúde de cada uma das esferas de governo.

O Sr. Presidente - Agradecemos ao Sr. Fabiano Pimenta a sua participação em nosso evento, a sua exposição, a maneira muito aberta e clara de colocar as questões, com sua experiência e conhecimento. Naturalmente, enriqueceu demais o nosso evento. Com a palavra, a Sra. Mônica Viegas.

A Sra. Mônica Viegas - Apresentei um trabalho. Não esgotamos as questões nas áreas de política e de gestão. Essa é uma pesquisa realizada pelo IBGE e, portanto, não tem o objetivo específico de gestão, mas é interessante na medida em que nos dá um panorama da média de como estão sendo realizadas. Temos que escolher um aspecto específico, e obviamente várias coisas ficam por dizer. Nesta plenária foram mencionadas algumas questões fundamentais, como a judicialização da saúde levantada por alguns participantes. Esse aspecto terá que ser considerado nos próximos governos. O Estado tem avançado. Esse já é um problema para a Secretaria de Estado de Saúde. Existem pesquisas avançadas nessa área, principalmente no segmento de medicamentos. Entretanto, como foi dito aqui, exerce-se sobre o orçamento do Município uma pressão muito grande. A meu ver, esse é um desafio, pois perdemos a perspectiva da política pública como uma questão de bem-estar social para tratar disso de uma forma particularizada a partir de demandas individuais. Então, a questão da judicialização é importante.

Também foi tratada aqui a questão dos medicamentos, tanto os de distribuição popular como os de alta complexidade. Sabemos que os maiores gastos realizados pelas famílias são com esses medicamentos. E há a parcela gasta pelas pessoas mais pobres. Não existem mecanismos de seguro nem de distribuição. Esse ainda é um desafio. Avançamos muito com o Farmácia Popular e outros programas federais e estaduais, mas essa é uma área fundamental, e ela merece uma certa atenção.

Também foi mencionada a questão da gestão de recursos humanos. Ela é fundamental. Têm razão as pessoas que afirmaram ter havido poucos avanços nessa área. Do ponto de vista federal, ela merece uma política de gestão de recursos humanos. Houve algum avanço em termos da classe médica específica, do médico generalista, mas enfrentamos problemas de fixação desses médicos no interior, problemas de planos de carreira. Esses médicos fazem jornada dupla e trabalham em vários lugares. Não falo apenas deles: essa situação se estende a todos os profissionais da área de saúde. A experiência internacional nos mostra vários países que fazem uma intervenção mais direta, que funciona desde a universidade, com a regulação de vagas dentro de um plano diretor de regionalização. Temos a regulação de vagas e de hospitais de maneira a atrair aquele médico para estudar naquele local. Esse é um tipo de política possível. Além disso, é necessário que o médico tenha incentivos e um plano de carreira para ir para áreas mais remotas e depois, aos poucos, para uma área mais urbana. É preciso, ainda, um plano de treinamento. Então, de fato, a parte de gestão de recursos humanos precisa estar mais integrada com o modelo de cuidado que temos implementado, e temos experiências internacionais que podem nos ajudar a pensar em formas de institucionalizar esse tipo de política pública.

Outra face muito mencionada aqui é a Emenda nº 29. Temos de ter sempre o cuidado de que a saúde é um bem que as pessoas querem cada vez mais. A questão do financiamento vai ser sempre uma questão de política pública colocada em qualquer país, e o que acontece em modelos de sistemas públicos como o nosso é que, em geral, a restrição é orçamentária. Temos de trabalhar para criar mecanismos para ampliar as fontes de financiamento, mas tendo sempre em mente que quanto mais se tem, mais se gasta. Existe um custo, e temos de saber que existe um limite. O setor de saúde é extremamente intensivo em tecnologia, e quanto mais os indivíduos têm acesso, mais querem; então, sempre vamos ter uma parcela da população insatisfeita, porque, quando temos o episódio saúde, queremos ter o máximo de acesso possível. Mas é preciso pensar que existe um custo para realizar essa saúde. Eram as minhas considerações. Queria agradecer mais uma vez e me colocar à disposição para continuar o debate. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos demais a participação da Mônica Viegas, que nos trouxe um posicionamento extremamente lúcido, claro e objetivo, apesar de abordar as questões dentro de um viés acadêmico. Mas faz isso com muita clareza, em grande benefício dos seus ouvintes. Com a palavra, o Sr. José Maria Borges.

O Sr. José Maria Borges - Gostaria de expressar minha satisfação e começar por agradecer ter sido convidado para participar deste fórum tão importante. Vale a pena saber que, com investimentos desse tipo, certamente vamos estar, no dia a dia, reconstruindo o SUS, melhorando e avançando sempre. Os desafios são, na verdade, imensos.

Queria fazer rapidamente alguns comentários a respeito do que as pessoas manifestaram aqui. A Emenda à Constituição nº 29 já está bastante debatida. Saúde do trabalhador é uma área específica, e Municípios, Estado e governo federal têm uma organização específica para isso. A representação da sociedade e dos conselhos municipais e estaduais e o Conselho Federal também têm-se dedicado a esta questão importante que é cuidar da saúde do trabalhador especificamente.



Queria acrescentar, acreditando que assim responderei a algumas indagações, que, na formatação de um modelo consequente para a saúde, temos de baseá-lo na atenção primária. Mas, para que esse modelo possa responder às necessidades e às indagações da população, é fundamental haver outras condições funcionando junto à atenção primária.

Condições logísticas. Tratei disso muito rapidamente. É preciso que sejam estabelecidas. É preciso garantir ao cidadão mecanismos de transporte, de abrigo no Município para onde foi encaminhado, por não haver em seu Município resposta para o seu problema. Temos de cuidar dessas questões.

Os consórcios de saúde representam avanço em relação a isso. Hoje há legislação estadual sobre a matéria. Os consórcios são públicos. Os Cias, que Belo Horizonte acaba de implantar, com seis ou sete Municípios conurbados, representam um mecanismo que provavelmente agilizará bastante o atendimento à população da Grande BH. No Estado há inúmeros consórcios em funcionamento, cobrindo boa parcela da população usuária do SUS. De qualquer maneira, vale lembrar que esses mecanismos não podem efetivamente substituir a atenção organizada no Município, no Estado ou na União. Não podemos trocar a atenção primária, os centros de saúde, o Programa Saúde da Família e toda a sua estrutura por efetivo atendimento por meio de consórcio. É preciso ter um pouco de cuidado em relação a isso. Mas os consórcios representam grande avanço para minorar o tempo de espera.

Falei um pouco sobre as fundações, que hoje são estatais e podem ser de direito público. Não há, portanto, restrição a que se invista recurso público em fundação estatal de direito público. Nem todas são necessariamente estatais, mas de direito público. Temos grandes desafios, mas também temos grandes alternativas, que podem ser construídas pelos três Poderes constituídos e pela grande participação popular. Por meio do controle social, poderemos avançar muito, sobretudo em relação ao problema do tempo de espera e a questões simples e complexas. Esse é um caminho. Naturalmente, precisaremos de recursos adicionais.

A regulamentação da emenda constitucional tem de ser aprovada por todos e deve constar na pauta como prioridade nas ações de governo. Como se fosse função de Estado, a saúde tem de ser destacada. Na estrutura dos Municípios, dos Estados e do governo federal, deve haver carreira. Auxiliares de saúde, médicos, dentistas, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais têm de saber a sua função, a sua posição, onde começa e termina a sua carreira. Isso é fundamental para que tenhamos respostas efetivas para a maioria dos problemas da população. Mais uma vez, gostaria de agradecer ao coordenador deste fórum, Deputado Carlos Mosconi, e falar do prazer de estar aqui e, principalmente, de acreditar que há problemas no SUS, mas que eles são passíveis de solução. Com o esforço das comunidades, por meio de suas representações formais, conseguiremos legislações seguras e recursos necessários para que o SUS avance cada dia mais.

O Sr. Presidente - José Maria Borges, muito grato pela sua participação, fundamental para atingirmos o nosso objetivo. José Maria, com sua experiência, ponderação, competência, com sua vida inteiramente dedicada à saúde em Minas Gerais, contribuiu para a elevação do nível deste evento.

Com muita satisfação, passo a palavra ao Deputado Adelmo Carneiro Leão, parlamentar muito atuante nesta Casa e que dedica grande parte de seu trabalho no Parlamento mineiro à saúde, sendo, portanto, sua fala uma contribuição importante para o nosso evento.

### Palavras do Deputado Adelmo Carneiro Leão

Boa tarde. Agradeço ao Sr. Presidente e saúdo todos os companheiros dizendo que é um prazer participar deste fórum democrático, que traz grande contribuição à Assembleia de Minas. Não tenho dúvida de que, ao final dos debates, teremos elementos consistentes para que esta Casa torne nosso Estado verdadeiramente um Estado Democrático de Direito.

Converso sempre com o Deputado Durval Ângelo, que participa conosco das discussões, e comentamos que este é o momento de ouvir vocês, que trazem sua contribuição. Mas creio que também posso dar alguma contribuição no tocante ao tema. Quanto ao financiamento, tema a que a Profa. Mônica já se referiu com muita propriedade, todos os recursos que aportarem na saúde não serão suficientes para o seu pleno atendimento, para a conclusão definitiva das nossas necessidades, já que, à medida que aumentarmos a capacidade de financiamento dos recursos, das tecnologias, em função da nossa própria vida e de nossa finitude, exigiremos cada vez mais recursos. Numa linguagem bem simples, as demandas da saúde constituem um verdadeiro saco sem fundo. Quanto mais conseguirmos, mais recursos serão demandados no que concerne às tecnologias, aos conhecimentos, às necessidades.

Mas esse não pode ser um argumento para justificar o fato de não se alocarem os recursos necessários, previsíveis, possíveis ao Estado brasileiro para cuidar da saúde. E o Estado brasileiro não está cumprindo suas funções de acordo com suas possibilidades, pois delas se encontra aquém. Observe-se que a Constituição expressa, com toda a clareza, que saúde é direito fundamental, é direito de todos, e é dever do Estado zelar pelo seu atendimento.

Há um problema que considero uma grande hipocrisia - e falo na condição de Deputado do Estado de Minas Gerais, quero tratar dessa questão -, que é estarmos aqui e não ser possível reivindicarmos a regulamentação da Emenda à Constituição nº 29 para justificar o descaso para com o financiamento. Isso é absolutamente inaceitável. Governo que age dessa forma não tem compromisso com a saúde, não reconhece esse princípio, que é um direito fundamental da pessoa humana. Também não é aceitável que o Judiciário mineiro faça a judicialização da saúde. Um paciente, necessitando de tratamento, pode recorrer à Justiça, mas não é aceitável que a Justiça imponha aos Municípios que já cumprem o mínimo constitucional o dever de atender às demandas daquele cidadão que precisa de atendimento de saúde. No meu entendimento - já discutimos isso aqui na Assembleia de Minas -, cabe ao Judiciário determinar o atendimento à saúde, mas cabe também a ele exigir que o que menos aplica na saúde seja o principal responsável pelo atendimento. Se assim fosse, não seria a Prefeitura de Belo Horizonte obrigada a cumprir uma demanda judicial, mas sim o Estado de Minas Gerais. Uma determinada prefeitura que já aplica 20%, 25% ou 30% dos seus recursos não seria obrigada a cumprir uma ordem judicial, mas, sim, o que menos cumpre.

Também o nosso Tribunal de Contas e o nosso Ministério Público tratam os entes federativos com pesos e medidas diferentes quando se referem à exigência do cumprimento da Emenda à Constituição nº 29. Eles não discutem a sua regulamentação quando voltam as ações para o Município ou para o Estado. Perguntem a algum Município se podem aplicar, de acordo com o regulamento e



com as decisões do Conselho Nacional de Saúde, os critérios que o Tribunal de Contas de Minas Gerais usa para exigir o cumprimento pelo Estado. O Município deve aplicar, no mínimo, 15% dos seus recursos na saúde. Por que o Tribunal de Contas pode? Que ousadia é essa do Tribunal ou do Ministério ao estabelecer medidas diferentes para que o Estado cumpra, admitindo até pagamento de pensões, pagamento de serviços de pessoas aposentadas para contabilizar no setor da saúde? Isso não se admite. Mas o Tribunal de Contas admite que o Estado contabilize os recursos utilizados pela Copasa, por exemplo, para efeito de cumprimento da emenda constitucional. Perguntem ao povo de Uberaba se o Tribunal de Contas aceita contabilizar nas contas de Uberaba o Codau, que também é uma companhia que presta serviços? Não é assim, não existem pesos e medidas diferentes. Cabe à Assembleia de Minas estabelecer que os pesos e medidas e que os princípios constitucionais e legais sejam aplicados igualmente a todos os entes da República, quer os Municípios, quer o Estado de Minas Gerais.

Com a Profa. Mônica, quero tratar de uma questão que é um grande desafio, mas absolutamente necessária: não é possível os Municípios implementarem o SUS, principalmente os Municípios pobres, principalmente os que têm reduzidas suas condições tecnológicas e científicas, porque precisam contratar um profissional de saúde, especificamente um médico, com um salário mensal da ordem de R\$20.000,00, R\$25.000,00. Eles não conseguem implementar as tecnologias e o conhecimento necessários. Isso é inconcebível. E não podemos jogar nos ombros dos Municípios essa responsabilidade. Se quisermos um sistema único de saúde, é preciso haver uma relação solidária, haver solidariedade da União e dos Estados com os Municípios mais pobres. Imediatamente. E, na lógica da solidariedade, eu tenho uma proposta: que as universidades públicas brasileiras, financiadas pelo Estado ou pela União - a Unimontes, a UFMG, a Universidade do Triângulo Mineiro, a universidade de Uberlândia -, tenham o compromisso de abraçar o Estado de Minas Gerais para colocar toda a sua atividade, todo o seu potencial de recursos humanos - professores, orientadores, alunos em fase final de formação e de estágio - para que possam cumprir essa atividade ao largo do nosso Estado, das Minas e das Gerais. Podemos fazer isso até dando uma remuneração. As universidades, com o dever do serviço de extensão, podem dividir Minas Gerais e atender todas as demandas do Estado. Sem isso, as regiões mais pobres continuarão cada vez mais abandonadas. Mesmo se forem oferecidos salários significativos para determinados quadros de recursos humanos que não sejam oferecidos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, nunca atingirão o ideal de bem atender à população. Era o que queria deixar registrado nesta Assembleia Legislativa. A minha proposta é que o Brasil discuta a questão das suas universidades públicas gratuitas e de qualidade, postas a serviço do interesse da sociedade brasileira.

O Sr. Presidente - Agradecemos a participação extremamente clara do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que expôs a sua posição sobre as questões aqui apresentadas.

Agradeço muito a participação de todos e dos nossos expositores, participação extremamente competente e lúcida, que contribuiu muito para atingirmos o nível de que gostaríamos numa reunião como esta, com pessoas tão experientes que militam na área há muito tempo e que têm muito a dizer. O mais importante que aconteceu aqui foi justamente o que ouvimos de vocês. Teremos um trabalho grande aqui na Assembleia, porque a pauta da Comissão de Saúde, que começará suas atividades na próxima semana, realmente será muito extensa. Vamos enumerar as questões abordadas aqui. As nossas consultoras da Comissão de Saúde, que estão presentes nesta reunião desde o início, terão muito trabalho para sintetizar tudo o que ouvimos aqui e colocar na pauta, para podermos fazer uma discussão proveitosa para a população de Minas Gerais. Agradeço muito tudo o que ouvimos. Acho que todos os temas importantes e atuais foram colocados por vocês da forma mais clara possível. Nada passou ao largo. Tudo foi colocado da forma mais contundente possível. As questões relativas à saúde no nosso Estado estão abertas para a nossa visão e para a nossa ação. Vamos ver se a ação será possível. Espero que sim.

Relativamente à questão da Emenda nº 29, sinto muito orgulho de ser o seu autor. A Emenda nº 29 é fruto da fusão de duas emendas: uma do Deputado Eduardo Jorge, do PT de São Paulo - hoje ele não é mais Deputado nem é do PT, mas do PV -, e outra de minha autoria. As duas emendas foram fundidas e a Emenda nº 29 foi aprovada dessa maneira no ano 2000. Portanto, já estamos indo para quase 11 anos de aprovação da emenda no Congresso Nacional, mas ainda não houve sua regulamentação. Quero deixar bem clara a minha posição. Acho um descaso do governo federal com relação à Emenda nº 29. A Emenda é à Constituição Federal, não é à Constituição do Estado. Ela tem de ser regulamentada lá. Se o governo federal quiser, regulamenta-a facilmente, porque, como todos sabemos, ele tem ampla maioria no Congresso Nacional. Então, ele que dê o exemplo. Se quer regulamentar a Emenda nº 29, não peça para os governos estaduais o fazerem, faça ele a lição de casa, aquilo que tem de fazer. Ele não pode se omitir dessa maneira. Há quase 11 anos ocorre essa omissão no nosso país. É muito fácil dizer: “vamos regulamentar aqui no Estado”. Respeito plenamente quem disse isso, mas não concordo. E o governo federal? “Ah, faz de conta que não estamos sabendo o que está acontecendo no governo federal”. Ora, não é correta, não é justa e não é coerente essa posição. Vamos continuar pressionando o governo federal para que dê o exemplo e depois daremos aqui. Faça ele a lição de casa lá, que faremos a nossa aqui.

Deixo para vocês o meu abraço e o meu agradecimento pela participação extremamente produtiva de todos. Meu muito obrigado.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/2/2011

#### Presidência do Deputado André Quintão

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras da Sra. Maria Albanita Roberta de Lima -



Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Simone Albuquerque - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Carla Andréa Ribeiro - Apresentação de sugestões.

### **Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários**

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

### **Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Assistência Social, representando o Secretário de Estado de Desenvolvimento Social, Deputado Wander Borges; Carla Andréa Ribeiro, Analista de Políticas Públicas da Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte; e Simone Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e o Exmo. Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social.

### **Registro de Presença**

O Sr. Presidente - A Presidência registra e agradece a presença da Sra. Rosilene Rocha, ex-Secretária Nacional de Assistência Social; e da Presidente do Conselho Regional do Serviço Social, nossa amiga Rosângela.

### **Palavras do Sr. Presidente**

Gostaria de cumprimentar e agradecer a todos os que atenderam ao convite da Assembleia para participar deste fórum. Agradeço também a presença da Sra. Simone Albuquerque, Diretora do Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, minha amiga e companheira; da nossa amiga, Sra. Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Assistência Social; da minha colega de Prefeitura, Sra. Carla Andréa Ribeiro, que representa o Fórum Mineiro de Assistência Social; e do nosso amigo, Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social. Contamos também com a presença de Deputadas e de vários Deputados, como Vanderlei Miranda, Rômulo Viegas, Rogério Correia, Pompílio Canavez, Marques Abreu, Bosco, Bruno Siqueira, Doutor Wilson Batista, Durval Ângelo, Fabiano Tolentino e outros que ainda não consegui visualizar. Agradecemos a todos que aqui se encontram incorporados neste fórum.

Nossa palavra, na abertura deste fórum, em nome do Presidente da Assembleia, Deputado Dinis Pinheiro, será breve, e mais para destacar que este fórum que a Assembleia realiza já no mês de fevereiro é exatamente para colher sugestões sobre temas relacionados às políticas públicas no Estado de Minas Gerais, com vistas a subsidiar a agenda da Assembleia, a agenda de suas comissões permanentes, das suas frentes parlamentares, de debates, seminários e fóruns e de audiências públicas. Informações surgem por parte da sociedade para a produção legislativa, para a elaboração de leis e também para uma discussão fundamental que faremos neste ano: a discussão do Plano Plurianual de Ação Governamental 2012-2015.

Cara Simone, estamos iniciando os trabalhos desta legislatura e a cada dia debatemos uma temática. Os convidados presentes e muitos, virtualmente, que já estão apresentando sugestões por meio de consulta pública, poderão, nesta retomada dos trabalhos da Assembleia, orientar as prioridades que vão reger os nossos trabalhos. No caso de hoje, honra-me muito coordenar o fórum sobre a assistência social, até pela militância na área e pelo acompanhamento que fizemos aqui nos últimos oito anos. A Assembleia Legislativa considera esse tema da maior relevância. Nos últimos anos, ela tem tomado a dianteira de algumas iniciativas muito importantes junto ao Conselho estadual, à Secretaria estadual, ao Ministério de Desenvolvimento Social, ao Fórum Mineiro, ao Colegiado de Gestores Municipais da Assistência Social - Cogemas - para a ampliação de recursos, tanto do ponto de vista da legislação quanto da fiscalização e articulação com outros níveis de governo.

Sabemos que a política de assistência recebeu grande impulso com a Constituição Federal de 1988, cujos artigos regulamentaram a assistência social. Depois veio a Lei nº 8.742, a Lei Orgânica de Assistência Social - Loas -, em 7/12/1993. Em 2003, houve um marco histórico, quando a Conferência Nacional de Assistência Social definiu pela construção de uma política nacional de assistência, aprovada pelo Conselho Nacional em 2004 e regulamentada pela Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - Suas - a partir de 2005. Exatamente nesse período, diria que a Assembleia fez um giro de atuação para uma nova compreensão do papel de política de assistência social.

Todo mundo aqui se lembra daquelas décadas em que a Assembleia era quase concorrente da assistência social, com práticas assistencialistas garantidas por meio das famigeradas verbas de subvenção social. Felizmente, desde 2000, isso não existe mais do ponto de vista da Assembleia e, de lá para cá, particularmente depois de 2003, esta Casa tem trabalhado com todos os níveis de governo e fóruns da sociedade civil.

Destacaria aqui, no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPAG - de 2003, que prevaleceu para o período de 2004 a 2007, um projeto estruturador que foi conquista das audiências realizadas pela Assembleia em parceria com o governo. Tivemos o projeto de inclusão social de famílias vulnerabilizadas, que foi o embrião do projeto estruturador do Suas. A Assembleia, ano a ano - a Roberta, o Rômulo, que foi Secretário, e o Deputado João Leite sabem muito bem disso -, sempre abrindo espaços para a população, conseguiu ampliar recursos orçamentários exatamente para a área da assistência social no Orçamento. E também a Casa cumpriu um papel importante na mediação de um convênio, assinado pelos então Governador Aécio Neves e Ministro Patrus Ananias, para acelerar a implantação dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, ou buscar implantá-los em todos os Municípios.

Realizamos aqui também importantes debates sobre a necessária valorização dos profissionais da assistência social, que garantem ou podem garantir maior dignidade ao cidadão atendido. Recentemente, uma grande conquista foi a primeira lei que oficializa o Suas em um Estado: a 19.444, de janeiro deste ano, resultado de um projeto que apresentei em sintonia com outro que o governo federal remeteu ao Congresso Nacional. Até, a meu ver, ocorreu na lei delegada um equívoco de interpretação de um dos artigos, o que, tenho certeza, será corrigido nos próximos dias. Ela garante, com os recursos transferidos para os Municípios, de fundo a fundo, o pagamento dos profissionais, que é a grande reivindicação dos Municípios. Essa lei, então, é muito importante pela possibilidade





dessa transferência. O próprio governo finalizou objetivamente na adoção do piso mineiro da assistência social, e esse piso, obviamente, só faz sentido com a possibilidade do pagamento dos profissionais. Então, teremos de corrigir a lei que foi sancionada próximo à lei delegada.

Mas, apesar de tudo o que já foi feito, os desafios ainda são muitos, e é sobre esses desafios que hoje vamos ouvir a Simone, a Carla, a Roberta, o Geraldo e vocês, diretamente ou pelo “Consulta Pública”. O importante é que a política da assistência social foi do patamar do assistencialismo e da filantropia para o patamar das conquistas de direitos sociais, estruturando-se como sistema que exige compartilhamento de responsabilidade entre níveis de governo - Municípios, Estado e União -, com a presença sempre participativa da sociedade - dos seus fóruns, instâncias e conselhos - e com a necessária valorização das entidades parceiras e dos trabalhadores e trabalhadoras profissionais da assistência social.

É com muita alegria e disposição que abrimos este fórum hoje, com o compromisso de todos os Deputados e Deputadas desta Casa de fazer um trabalho em parceria com vocês nos próximos anos na Assembleia Legislativa.

### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Inicialmente, vamos proceder à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema “Assistência social”.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - A Presidência esclarece que, entre um expositor e outro, será aberto espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas por via do “Consulta Pública”, pelo formulário do “Participe Agora” e pelo 0800. A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas gestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o “link” “Fórum Democrático” e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o nº 0800-709-2564. Todas as sugestões serão incorporadas nos anais do evento.

### Palavras da Sra. Maria Albanita Roberta de Lima

Boa tarde a todos. Deputado André, trago um abraço do Deputado Wander Borges, que não está presente porque tem um compromisso com o Governador na Cidade Administrativa, pois estamos reestruturando toda a Secretaria de Desenvolvimento Social.

Parabenizo a Assembleia, pois acompanhamos todo o processo desencadeado com o fórum democrático, que é extremamente rico. Como gestora estadual, sinto-me privilegiada na condução dessa cadeia, entendendo tamanho avanço e parceria que temos com a Assembleia. Como você falou e como vimos no vídeo, todo esse processo de avanço das políticas públicas de assistência social, num painel nacional e especificamente em Minas Gerais, só foi possível por uma decisão política do governo em parceria com uma decisão desta Casa. Como você mesmo lembrou, a Casa nos apoia favorecendo a compreensão do que é trabalhar com política pública de assistência social, não só nos debates, mas também na regulação e na legislação. Enfim, é grande o esforço que a Assembleia de Minas tem feito para traduzir e possibilitar que o Executivo realize a política de assistência social criando marcos legais e também ao discutirmos as propostas de orçamento. Ou seja, toda essa construção de estruturadores, toda essa construção de alocação de recursos no Fundo Estadual de Assistência Social evoluem cada vez mais, de forma que possamos cumprir o verdadeiro papel do Estado no que se refere a cofinanciar os serviços, assessorar e apoiar os Municípios. Com muita alegria, participamos dessas discussões. Todas as vezes que recorremos a esta Casa na busca de uma construção efetiva dessa política, fomos muito bem-recebidos.

Como o Deputado André explicou, houve vários avanços na política de assistência social, o que é notório em Minas Gerais.

Deputado André Quintão, acredito que esta Casa possa nos ajudar a trabalhar em um processo de mobilização em relação a alguns desafios no Estado todo e nos Legislativos e Executivos Municipais. Temos enfrentado dificuldades ao darmos passos menores na real implantação da política pública nos Municípios e na oferta de serviços à população. É claro que já avançamos bastante. No vídeo foi mostrado o número de Cras existentes no Estado de Minas Gerais. Esse número já está desatualizado, pois contamos agora com quase mil Cras implantados, a partir de uma parceria muito forte com o governo federal para a expansão desses equipamentos no Estado, tanto de Cras quanto de Creas. Para nós isso é de suma importância.

Esbarramos em grandes desafios, primeiramente do ponto de vista estruturante para a implantação da política. Trabalhamos o tempo todo, assim como vocês nesta Casa, para termos primeiramente o entendimento do que é trabalhar com a política pública de assistência social. Contrapomo-nos a uma cultura arraigada há não sei quantos anos com uma forma diferenciada de atuação na oferta de proteção aos brasileiros e brasileiras, que foi desenhada na Constituição e que trouxemos na perspectiva da seguridade social a essa população. Isso pode parecer trivial, mas não é. Mudar uma concepção que vem sendo trabalhada ao longo de centenas de anos e alterar sua forma de atuação tem sido a nossa luta cotidiana. Isso vem da esfera federal e estadual e atinge os Municípios. Com a rede de trabalhadores na área de assistência, há uma constante homilia, como costumamos dizer, pois temos de reafirmar o tempo inteiro que estamos implantando uma política pública, que tem alguns princípios básicos, como toda política pública, que são: planejamento, orçamento e oferta de serviços continuados. Não é possível mais a população que necessita da oferta de proteção na política de assistência não contar com a garantia dessa oferta de serviço continuada. Fazemos uma constante homilia no dia a dia em todas as esferas e para todos os atores, para que as pessoas compreendam o que é trabalhar com a política pública de assistência social.

O outro grande desafio do ponto de vista estruturante é a vinculação de receita, ou seja, trabalhamos para conseguir um percentual no orçamento. Nós, gestores, federal, estadual e municipal, enfrentamos sempre uma disputa muito grande no orçamento. A educação conta com 25%, o que é merecido, justo e tem de existir mesmo, assim como o percentual para a saúde. Nós, com essa dimensão de trabalho a ser desempenhado e toda uma gama de serviço a ser ofertado para a população, ainda não temos uma proposta de percentual vinculado de receita que faculte a todos os gestores dessa política operar o Sistema Único de Assistência Social com uma certa tranquilidade, para podermos ter alguma garantia, inclusive a de contar com uma rede de trabalhadores públicos. Isso pode



parecer simples, mas na assistência há um constante capacitar de pessoas, pois há um trânsito de entra e sai de trabalhador. Com isso, acabamos enfrentando a dificuldade de criar uma rede de trabalhadores que atue de forma mais continuada.

Trago essas reflexões aqui para debatermos, até porque acredito que o Legislativo pode nos ajudar muito. Da mesma forma que vem sendo feito no âmbito estadual, é preciso desencadearmos um movimento nos Legislativos dos Municípios para que as Câmaras de Vereadores também tenham esse mesmo olhar, façam essa mesma discussão sobre o que seja trabalhar a política pública. Até porque o desafio nas Câmaras Municipais é muito grande, pois o usuário está muito próximo do Vereador e ainda persiste a prática assistencialista. Certamente a entrega de serviço ainda persiste, ou seja, o usuário segue a lógica de ir até o Vereador pedir o serviço, e ele o libera para uns e para outros. Se somos gestores municipais - e ele tem toda uma construção de diretriz do nacional e estadual na implantação do Suas - na ponta, ele não consegue, há mais dificuldade para materializar, até mesmo porque a cultura assistencialista está mais arraigada nisso.

Portanto, levar essa discussão, em um movimento bem forte, para dentro das Câmaras Municipais, como esta Casa vem fazendo, com muita presteza e competência, iria nos ajudar muito. Por exemplo, no momento em que discutimos toda a proposta de implantação dos serviços, os Municípios ainda reclamam da lógica sobre a questão do orçamento. Na verdade, quando se verifica o orçamento de um Município, percebe-se que ele ainda está pulverizado. Ou seja, verificam-se recursos gastos na assistência que são totalmente pulverizados, ainda naquela lógica de estar no gabinete do Prefeito e dos Vereadores. Então, precisamos acabar com essas coisas, caso contrário, a entrega do serviço, da intervenção com a família ou nos equipamentos públicos estatais - Cras e Creas -, será mais difícil. Na verdade, estamos lidando ainda com uma forma que queremos quebrar. Quer dizer, não há como os profissionais do Cras e do Creas não terem a certeza e a garantia de que determinado serviço estará aberto - e eles estarão entregando-o à população -, sem que o usuário tenha de chegar com um papel de um Vereador ou um encaminhamento específico de um Prefeito ou de um segmento qualquer. Quer dizer, a ele também não é dito: você tem direito, independentemente da questão política do Município, e poderá acessá-lo, assim como acessa o posto de saúde e a escola. Na lógica da política pública, não se vê ninguém chegando a um posto de saúde com um encaminhamento de um Vereador para ser atendido.

Portanto, tudo que tentamos trabalhar na assistência exige muita luta. A sociedade brasileira apostou que essa seria a forma de ofertarmos proteção social, seria uma forma de política pública de garantia de direito. Então, na prática, ela também tem de se materializar dessa forma, porque não adianta trabalharmos todo o arcabouço, toda a legislação assim. Por exemplo, avançamos bastante na área da assistência quando definimos quais seriam os serviços da assistência, porque, historicamente, ninguém dizia o que era da assistência. Diziam que o que ninguém desse conta de fazer seria enviado para a assistência, que ela faria. Outro exemplo: se o setor da saúde não der conta de comprar um remédio para o pobre, deverá encaminhá-lo para a assistência, que ela pagará. Quer dizer, começamos hoje a definir, de forma muito técnica e profissional, o que é da assistência. Agora, para materializarmos o que é da assistência, precisamos de algumas garantias, que, como costume dizer, são estruturantes para implantar o Suas. Ainda assim, mesmo que não as tenhamos - há toda uma luta, temos um projeto de lei em Brasília para tentar materializar essa questão da legislação nacional - acreditamos que hoje o Suas não tem mais volta.

Uma das coisas que percebemos nitidamente é que já conversamos sobre o sistema único no Brasil inteiro e que, nos Municípios, hoje há estrutura de gestão dessa política, nem que seja mínima.

Considerando Minas Gerais, todos os 853 Municípios mineiros têm, pelo menos, de um a dois serviços do Suas financiados com recursos da política pública de assistência social, seja da União, seja do Estado, seja do próprio Município. Então, entendemos que isso não tem mais volta, mas poderíamos vencer algumas etapas, e por isso valorizo muito a iniciativa da Assembleia Legislativa ao provocar o fórum democrático e abrir espaço para a política de assistência social. No entanto, precisamos trazer mais apoiadores, mais pessoas que garantam algumas questões do arcabouço legal e outras que, até que alcancemos isso, tomem decisões políticas para colocar a pasta da política de assistência social como prioridade, assim como é na saúde, na educação, no trabalho e no emprego e renda. É preciso também que façamos todo esse esforço para que nossos governantes, tanto no nível nacional quanto no estadual e no municipal, tragam para si a política de assistência social como uma política também prioritária dos seus Municípios, o que viabilizaria bons gestores para executar essa pasta. Isso nos traz muita dificuldade porque percebemos que, quando as equipes são compostas, principalmente nos Municípios, a pasta da assistência social é a menos valorizada. Percebemos isso pelos gestores, que são colocados na linha de frente para operar o sistema único, operar e implantar uma política pública. Enfrentamos isso no cotidiano.

Deputado André, na semana passada tivemos uma plenária do Conselho de Assistência Social com 600 pessoas - foi a primeira reunião do Conselho Estadual ampliado, que aconteceu no Colégio Loyola. Estávamos com três auditórios lotados. Portanto, há um esforço muito grande para realizarmos esse debate, porque acreditamos que só assim se dará a compreensão do que é trabalhar com oferta de proteção social, do que a sociedade brasileira construiu do ponto de vista proteção às famílias com vulnerabilidade, proteção a todos aqueles segmentos expostos no vídeo, para que consigamos dar uma resposta nessa política pública.

Deputado André, para terminar, proponho essa reflexão: o Legislativo pode continuar sendo grande parceiro nosso porque, como eu disse, já o é na construção do arcabouço, do orçamento. Estamos sempre debatendo e participamos das audiências públicas. Tentamos construir com parceria.

Entretanto, é preciso voltar esse olhar para o Legislativo municipal. Meus colegas gestores municipais sempre se queixam disso nos debates, nas capacitações. Eles pontuam essa dificuldade inerente a todo esse processo de implantação do serviço, tanto na construção de peças orçamentárias como também na lógica de trazer trabalhadores, formar equipes para ofertar o serviço à população.

Muito obrigada. Foi um prazer participar com vocês.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Subsecretária Roberta. Gostaria de informar às pessoas que as galerias de cima estão abertas. A Assembleia evitou colocar muitas cadeiras embaixo para facilitar o deslocamento dos cadeirantes. Quem estiver em pé saiba que ainda há lugares disponíveis em cima. Agradeço, Albanita, suas palavras.

Tivemos agora um reforço muito grande na Assembleia. A Assembleia viabilizará não somente aqui como também em cima. Obviamente, ficará mais fácil estar aqui para quem for fazer inscrição oral.



Mas tivemos agora, Roberta, uma grande aquisição no Legislativo, que pode ajudar muito na questão das Câmaras: o Deputado Fabiano Tolentino, que era Vereador em Divinópolis. Ele, além dos demais Deputados, fez uma belíssima frente parlamentar lá. Então, a renovação aqui também nos ajudará.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Neste momento, vamos assistir a um vídeo com sugestões de D. Mauro Morelli, Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea -, e da Subsecretária Maria Albanita Roberta de Lima.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Simone Albuquerque, companheira que fez e continua fazendo um belo trabalho em Brasília, em nome de todos nós. Agradecemos sua disponibilidade de integrar os trabalhos desta Casa.

### Palavras da Sra. Simone Albuquerque

Boa-tarde. É uma satisfação estar na Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Em nome de nosso Ministério e da Ministra Tereza Campello, agradeço essa oportunidade ímpar. De forma muito carinhosa, cumprimento o Presidente Geraldo Gonçalves, com quem tive o prazer de dividir grandes lutas e batalhas na área da assistência social, e em sua pessoa, cumprimento todos os Presidentes de conselho presentes. Cumprimento o Deputado André Quintão, amigo querido, um dos Deputados que mais contribuem para o avanço da assistência social em Minas e no Brasil. Quero agradecer-lhe muito por isso. Cumprimento a Subsecretária Albanita Roberta, que não só acompanha o Suas desde sua implantação, mas também efetiva suas ações, contribui e colabora em todos os eventos, além de participar da Comissão Intergestores Tripartite - CIT. Cumprimento minha querida amiga e colega da Prefeitura de Belo Horizonte, Carla Ribeiro, representando o fórum em defesa da assistência social.

Trata-se de uma profissional muito importante. Desde o princípio vem abrilhantando, não apenas com o seu conhecimento, mas também com a sua energia, sua garra e história, a área de assistência social. Quero cumprimentar também a minha colega Rosilene Rocha, ex-companheira do Ministério, ex-Secretária Nacional de Assistência Social e todos os Deputados, na pessoa do Deputado João Leite, que disse: "Simone, você está toda estropiada". Tenho muito carinho pelo João. Ele foi Secretário de Assistência Social e também Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Estado de Assistência Social - Fonseas -, no início da implantação do Suas no Brasil.

Não posso deixar de dizer que é muito bacana estar nesta Assembleia Legislativa. Fiquei superemocionada com esse vídeo e gostaria de parabenizar os profissionais que o fizeram. Para nós isso é muito importante. Sabemos que o direito está sendo constituído, do ponto de vista da política pública, quando temos um consenso no discurso. Isso é essencial, dá uma dimensão de direito nacional. Para nós, que já ouvimos tanta coisa ser chamada de assistência social, é muito bacana saber que há um reconhecimento e uma agenda pública, como esta da Assembleia Legislativa. Então fiquei muito feliz com isso e gostaria de parabenizar os Deputados e os profissionais que fizeram o vídeo.

Quero também expor alguns aspectos sobre uma questão que não posso deixar de mencionar. Estamos aqui discutindo o desenvolvimento de Minas Gerais. Se fosse há alguns anos, dificilmente a assistência social estaria presente numa discussão sobre desenvolvimento. Possivelmente, numa discussão como esta, estaria sendo discutido neste Fórum, particularmente, o desenvolvimento econômico. É muito interessante e importante discutirmos a assistência social, do ponto de vista do desenvolvimento, por vários aspectos: primeiro, o fato de que a assistência social passa a ser considerada como uma política para o desenvolvimento de Minas Gerais. Principalmente nos últimos tempos, na última crise em que vivemos, ficou muito claro que não tem cabimento discutir-se, de um lado, o desenvolvimento econômico e, do outro, o desenvolvimento social. Então discutir o desenvolvimento econômico de Minas é discutir o desenvolvimento social e vice-versa. Isso é muito importante. Devemos ter isso como um rumo do ponto de vista deste fórum.

A outra questão é que trazer a discussão da assistência social em um fórum de desenvolvimento demonstra um nível enorme de civilidade do Estado de Minas Gerais. Por quê? Porque significa que o Estado reconhece que, quanto mais assumirmos patamares de desenvolvimento, mais consolidada deve estar uma rede de proteção social, e não o contrário. Até pouco tempo atrás acreditava-se que, ao atingir-se o desenvolvimento econômico, não haveria necessidade de rede de proteção social. Hoje, depois que enfrentamos a crise globalizada, ficou claro que, quanto mais fortalecida uma rede de proteção social, mais facilmente os mais vulneráveis e pobres passam por situações econômicas difíceis. Isso é fundamental, e gostaria de iniciar destacando essa questão. Quanto mais avançada, mais justa, mais democrática e mais equânime é uma sociedade, maior, mais forte e mais presente deve ser o Estado. Isso é determinante. Significa assumir que Minas Gerais desenvolvido é capaz de garantir o direito à renda aos seus cidadãos sem renda ou com renda insuficiente. Significa também dizer que Minas Gerais desenvolvido é que consegue garantir o direito da convivência familiar e comunitária para seus habitantes; o direito de desenvolvimento da autonomia; o direito ao acolhimento com cuidado, de curta ou longa permanência. Isso também é muito importante. Como atingir esse patamar de civilidade? Primeiro - estamos fazendo uma aposta, claro -, e já disse aqui, é preciso uma proposta de desenvolvimento econômico. Não adianta discutir desenvolvimento sem discutir desenvolvimento econômico e social. Especificamente para o desenvolvimento social, implantar o Sistema Único de Assistência Social - Suas - é fundamental.

O Suas tem cinco anos, comemoraremos neste ano seis anos de sua implantação. Das 6.250.000 famílias residentes em Minas Gerais, 1.135.075 e beneficiários idosos e 328.450 portadores de deficiência acessam o direito à renda no Estado. Isso é importantíssimo. Dos 853 Municípios, como também alertou aqui nossa Subsecretária Albanita, 98,3% possuem oferta do serviço de proteção e atenção integral às famílias, que é responsável por prevenir situação de risco social, e é ofertado nos centros de referência de assistência social em todos os Municípios brasileiros. Isso é muito importante para um sistema que tem cinco anos. Outra questão fundamental é que no Estado, bem como em várias regiões do Brasil, há 253 centros de referência especializados ofertando serviço de proteção e atenção especial a famílias, responsáveis por proteger famílias e pessoas em situação de direito violado. Isso significa que está instituído um patamar de referência de uma rede de proteção social.



Então, não temos mais problemas? Isso não é verdade. Por esse motivo citarei aqui alguns desafios. O primeiro deles, que é enorme para o Suas e para o desenvolvimento social do Brasil e, claro, de Minas Gerais, é trazermos para o atendimento do sistema, para a proteção do sistema, a população mais pobre, identificando-a e acompanhando-a. Conseguimos um patamar nestes oito anos, mas ainda não atingimos a população carente. E essa população não vai ao Suas como vai ao SUS, quando tem dor, por exemplo. No nosso caso, dificilmente uma família com um de seus membros em situação de abuso de exploração sexual ou de outra violação de direito procura o sistema. Cabe ao sistema procurar e identificar as famílias.

Outro desafio importantíssimo para esse fórum é discutir a proteção às crianças e aos adolescentes expostos a risco por situação de pobreza. A situação de pobreza leva as crianças ao trabalho infantil, à mendicância, à situação de exploração sexual. O fenômeno da exploração sexual é territorial, não acontece em todos os lugares.

Esse fenômeno, que tem localização, precisa ser identificado no Estado de Minas Gerais. Geralmente ele ocorre em locais em que as crianças estão expostas à exploração sexual, em terrenos que não são nem do Município nem do Estado, ou seja, entre as cidades.

Outra questão importantíssima é a necessidade de discussão da proteção às famílias e a seus membros vulneráveis em situações de violência ou de exposição às drogas. Hoje os jovens estão extremamente expostos a elas. Não quero dizer que o Suas vai prestar atendimento com remédios e médicos, mas sim que as drogas rompem o vínculo familiar e comunitário e impossibilitam oportunidades para os jovens na construção do presente e do futuro. Por isso é muito importante discutirmos, numa agenda para o Brasil e para o nosso Estado, a forma de gerarmos oportunidades de inclusão social e produtiva. Muitas vezes se discute a inclusão produtiva sem se discutir a inclusão social.

Se esses são os desafios, o que o Suas deve fazer para enfrentá-los? Estamos em um período de implantação do Suas, em que é preciso aprimorar sua gestão e qualificar seus serviços para que seja possível atingir esse outro patamar de proteção aqui mencionado. Primeiro é necessário aumentar o financiamento do sistema, questão que temos de discutir. O financiamento será por indicadores? Discutiremos a responsabilidade dos entes? O importante é fazermos essa discussão. Um dos piores financiamentos do sistema são aqueles feitos pelos governos estaduais - não estou me referindo a Minas Gerais, Estado que possui política de financiamento. Não é possível discutir o Suas sem discutirmos os financiamentos dos Estados. No Brasil, 60% dos Municípios são de pequeno porte. Em Minas Gerais, 60% dos Municípios precisam de um governo com equipes profissionais e de apoio técnico e financeiro para dar conta desse grande desafio de consolidação de rede de proteção. É preciso, ainda, instituímos uma política, conforme dito pela Albanita, de gestão do trabalho ou de educação permanente, com equipes concursadas e qualificadas, e isso requer toda uma discussão de normativas. Precisamos avançar nesse sentido.

Outra questão importante: a exclusão é territorial. Muitos Municípios, sozinhos, não conseguirão enfrentar questões, como algumas que já citei, como os territórios quilombolas, os espaços de violação de direitos e a violência. Por isso é fundamental que o governo do Estado cumpra seu papel importantíssimo de garantir a integralidade da proteção. Isso significa que nem todos os serviços serão prestados no Município, mas que todas as pessoas que necessitam precisam ter acesso a eles. Para os serviços mais complexos e caros, não há condições de oferta a não ser que passem pela organização dos governos estaduais.

Além disso, para atingirmos o desenvolvimento social e uma rede de proteção social forte, é necessária a democratização do sistema, com estruturação dos conselhos e com reconhecimento do papel desses, dos gestores, dos trabalhadores e, principalmente, dos usuários.

Outra questão importantíssima é que temos de implantar o sistema de vigilância. É preciso fazer vigilância das exclusões para verificar se estamos de fato construindo sistema protetivo que inclua as famílias e as pessoas. Um sistema de vigilância estruturado, com informações de onde estão as famílias e quais são suas necessidades, também fará com que possamos trazer para o Suas as famílias mais pobres e vulneráveis.

Outro desafio importantíssimo no rumo da melhora da qualidade dos serviços é melhorar as unidades de referência. Precisamos melhorar a qualidade dos Cras e dos Creas. Temos equipamentos, mas os indicadores ainda são muito insuficientes para as necessidades do sistema.

Outra questão importantíssima é vincular as entidades socioassistenciais ao Suas. A construção da rede de proteção não é uma tarefa estatal. O Suas não é estatal, é público. E a sociedade civil, através das entidades, tem um papel fundamental: o assessoramento e a defesa dos direitos.

Finalizo apresentando, na minha opinião, quatro questões em que a Assembleia Legislativa pode contribuir para a consolidação de uma rede de proteção no Estado de Minas Gerais. Primeiro é o acerto normativo, legislativo. Não dá mais para a Constituição dizer que a assistência social é de seguridade social, que os recursos são obrigatórios e, na hora de passarmos os recursos fundo a fundo, regular e automático, dizer que não é obrigatório. Ora, é ou não é obrigatório? Isso os nossos legisladores terão que resolver, aliás reconhecendo a Constituição. Essa não é uma tarefa fácil.

Outra questão muito relevante que o Suas, do ponto de vista normativo, tem de reconhecer é que os serviços socioassistenciais descentralizados por Municípios são feitos por recursos humanos. Temos de pagar os recursos humanos concursados para o sistema. Do ponto de vista normativo, os governos de Estado têm de ter condições e estruturas legais para de fato garantirem apoio técnico e financeiro aos Municípios e a integralidade da proteção.

Penso que o espaço legislativo pode contribuir com uma discussão com o Tribunal de Contas estadual. Até perguntei ao Deputado André Quintão se os TCEs são ligados às Assembleias Legislativas. Temos um debate com o Tribunal de Contas da União. Só conseguimos fazer repasse fundo a fundo, com os conselhos avaliando as contas de forma regular e automática, por causa do nosso debate no Tribunal de Contas da União. Então, trazer os Tribunais de Contas estaduais para o debate sobre a assistência social, expondo os problemas que o sistema enfrenta, também é um grande passo para colaborar, para que os Municípios não tenham medo de gastar os recursos. Vejam os saldos nos fundos. Isso é um absurdo. Por que existem saldos nos fundos, senhores e senhoras? Não é porque os Secretários Municipais estão gastando os recursos indevidamente, é porque eles estão com receio de gastar o dinheiro, por causa da indecisão e indefinição posta diante dos gestores. Temos de enfrentar isso seriamente.





Penso que a Assembleia Legislativa pode colaborar também para implantar um observatório de vigilância socioassistencial aqui na Casa. Hoje temos muita informação. O Suas hoje produz muitas informações, que podem servir de subsídio. O Legislativo tem o papel de fiscalizar, o que, no caso da assistência social, significa fiscalizar se o Estado está incluindo ou excluindo mais pessoas.

Por fim termino dizendo que todas as vezes que venho a esta Assembleia Legislativa saio com uma certeza muito grande de que é impossível falar da assistência social sem passar por Minas Gerais. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Simone. Só para esclarecer. Você estava encostando no fio, que ocasionava o desligamento do som. Estou integrando o Bloco Minas sem Censura, não posso, portanto, censurar a sua fala.

Nessa legislatura, a Assembleia Legislativa está recebendo uma política pública muito importante, que deve se integrar à assistência social. Refiro-me à questão do esporte. Estava, inclusive, aqui presente o Deputado Marques. A Assembleia criou uma comissão permanente de esportes. Será uma outra política pública com a qual teremos condições de trabalharmos juntos.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Leremos algumas sugestões, neste momento, recebidas por meio de consulta pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia Legislativa [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), até o dia 28 de fevereiro. A íntegra das contribuições está no “site”. Mesmo quem não puder dar a sua contribuição hoje aqui poderá fazê-lo via consulta pública, que é um instrumento importante.

Sugestão enviada por Felipe Willer de Araújo Abreu Júnior, de Belo Horizonte: “Garantia de recursos orçamentários para as instituições de longa permanência de idosos que cumprem papel fundamental na política da pessoa idosa em substituição às “Casas Lares” e às “Repúblicas” previstas no Estatuto do Idoso.”

Sugestão enviada por Luana Christine Soares Dias, de Belo Horizonte: “Melhoria nas condições de atendimento às crianças acolhidas nas Unidades de Acolhimento Institucional no Município de Belo Horizonte, com garantia de aumento dos repasses financeiros destinados a essas instituições por meio de ajustes nos convênios já existentes.”

Sugestão enviada por Aline Formiga Penha Monteiro, de Coronel Fabriciano, Irene Araújo, de Uberlândia, e José Amarello de Araújo, de Paraopeba: “Ampliação do financiamento da política de assistência social para o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – Suas – em todos os Municípios do Estado de Minas Gerais e para a transparência nos critérios de repasse de recursos para os Municípios.”

Pela questão da dinâmica do tempo, temos aqui quatro contribuições orais: de Fabrício dos Santos, da Câmara Municipal de Cambuquira; de Marilza Fátima de Souza; de Leonardo David Reis e de Aparecida Maria Martins Pereira. Com a palavra, o Sr. Fabrício dos Santos.

O Sr. Fabrício dos Santos - Boa tarde aos componentes da Mesa e a todos os presentes.

Sou Vereador da cidade de Cambuquira, no Sul de Minas, que tem a melhor água mineral do mundo, e estudante do 5º período de Serviço Social da Unincor de Três Corações.

O meu projeto de pesquisa é voltado para os usuários do “crack”. É preocupante o aumento do consumo da droga, que vem desestruturando famílias e contribuindo para o aumento da violência. O uso não está restrito somente às classes baixas, mas a todas as classes. Por isso é preciso que se invista em políticas públicas sociais no Estado voltadas para o tratamento dos usuários e seus familiares.

O governo federal criou recentemente universidades que serão referências em “crack”. Em seu pronunciamento, a Presidente Dilma usou essa frase: “Decifra-me ou te devoro.” Vi, também, que Minas criou um comitê de prevenção, mas é preciso que se unam governo, sociedade civil, empresas, para combatermos esse mal e decifrá-lo, para que possamos devorá-lo com projetos sociais.

Antes desta reunião, assistia à TV Assembleia e citaram a formação da Comissão de Esporte, com a participação do Deputado Marques Abreu. Isso é de grande importância, uma vez que, em Cambuquira, realizo um trabalho nessa área com os meninos usuários de “crack”. Parabenizo o Deputado André Quintão pelo fórum e a todos aqui presentes. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Fabrício, meu futuro colega de profissão. Com a palavra, Marilza Fátima de Souza.

A Sra. Marilza Fátima de Souza - Boa tarde Albanita e a todos deste Plenário. Meu nome é Marilza Fátima de Sousa, sou Agente Comunitária de Saúde de Juiz de Fora.

Tenho participado de todas as Conferências de Assistência Social, desde a primeira. É muito bom estar aqui hoje e ver que houve vários avanços. No entanto gostaria de cobrar da Albanita mais ainda, porque levamos várias propostas a Brasília. Temos a mão de obra, pessoas formadas, porém não temos o concurso para inseri-las na rede de trabalho. Além disso, a comunidade é longe, distante, e, para fazer a busca ativa da comunidade carente, falta o carro de apoio. Essa foi uma das propostas priorizadas na última conferência em que estivemos presentes, mas não obtivemos resposta. Acho que isso tem tudo para dar certo, está caminhando muito bem, principalmente no meu bairro, onde trabalhamos juntos, Cras, saúde e colégios, para tentar diminuir o índice do “crack”. A última conferência realizada em nossa cidade foi “Precisamos falar sobre o ‘crack’”. No entanto, é preciso infraestrutura para os Cras, principalmente na área rural, que é distante. Os traficantes estão saindo do Centro em direção à área rural, onde não temos avanços.

O Sr. Presidente - Obrigado, Marilza. Com a palavra, Aparecida Maria Martins Pereira, do Consep.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Boa tarde a todos. Minha participação neste momento diz respeito justamente à preocupação com os idosos, que ficam sempre à mercê no nosso Estado e no Brasil. Como cuidadora de idosos formada pela Faculdade São Camilo, fico muito preocupada quando dou meus plantões, pois o idoso fica sempre de lado. O ECA e o Estatuto do Idoso são idênticos, ou seja, crianças devem ser tratadas bem, mas o idoso melhor ainda. Isso está na Constituição. Grandes avanços vêm acontecendo, mas ainda existem muitas falhas. Tenho visto idosos serem tão maltratados, até mesmo em locais públicos, e fico até constrangida. Sinto-me violentada no meu direito de defendê-los. Peço a colaboração de todos.

Não sou de Belo Horizonte, nasci em Guanhães, mas moro nesta cidade e defendo também o interior de Minas. Imagino o que acontece com os idosos em outros locais, pois temos visto coisas muito tristes. É lamentável o que estão fazendo com eles. Os jovens estão morrendo com o “crack”, mas os idosos estão vivendo mais. Realmente acontecem coisas boas, como o avanço da Academia na



Cidade, entre outras. Então por que não contratar cuidadores de idosos, que entendem do assunto e são qualificados para cuidar desse tipo de pessoa? Na verdade, o cuidador não cuida apenas de idosos, mas de qualquer pessoa. Muito obrigada. Tudo de bom. Fiquem com Deus.

O Sr. Presidente - Obrigado, Aparecida Maria Martins. Com a palavra, Leonardo David Reis.

O Sr. Leonardo David Reis - Boa tarde. Cumprimento toda a Mesa, o Deputado André Quintão, o Geraldo, a Albanita, a Simone e a Carla Ribeiro. Meu nome é Leonardo, sou assistente social e gostaria de fazer um breve comentário sobre minha trajetória. No meu processo formativo, tive a oportunidade de estar à frente da executiva de estudantes e estive próximo da discussão da categoria profissional dos assistentes sociais. De maneira geral, sobre a construção das políticas públicas e o recorte da política setorial, que é essa política de assistência, tive também oportunidade de estar à frente na gestão da assistência no Município de Santa Luzia.

Por entender e ter certeza de que a política pública de assistência é afiançadora de direitos e os direitos socioassistenciais têm a objetividade e a garantia de diminuir as vicissitudes da vida, materializados nas vulnerabilidades e nos riscos sociais, sou um militante da política de assistência. Hoje sou um gestor da segurança alimentar e, como um assistente social, deixo esse registro. Na minha fala, quero fazer um recorte da contribuição do serviço social e mostrar o momento que ele está vivendo neste país como uma profissão inserida na divisão do trabalho.

O serviço social participou efetivamente na aliança com outras categorias e outros profissionais e trouxe uma contribuição efetiva para a construção da política de assistência, aliás essa política que tem esse sistema que organiza esse processo com o qual temos contribuído. Estamos vivenciando um momento muito importante na nossa categoria, que é a transição das gestões do Conselho Federal e do Conselho Regional de Serviço Social. Vim até aqui apresentar a chapa que concorre ao pleito do Cress-6ª Região. Estamos com as propostas de gestão juntamente com 17 assistentes sociais. Queremos convidá-los para que se envolvam e façam parte desse processo a fim de construirmos essa política, ou seja, continuarmos contribuindo para a construção da política de assistência em Minas Gerais. Hoje somos 14 mil assistentes sociais no Estado. Nos últimos cinco anos, o contingente quase dobrou. Na aliança com o usuário e outras categorias, temos a clareza da necessidade e importância dessa política.

Já finalizo a minha fala. Quero visualizar rapidamente os assistentes sociais aqui presentes para convidá-los a envolver-se nesse processo. Além disso, que, nos próximos três anos, nos ajudem a construir nos nossos espaços socio-ocupacionais essa política e as outras políticas setoriais. A nossa chapa se chama Compromisso e Luta: em Defesa da Categoria e do Nosso Projeto Ético-Político, projeto esse vinculado a um projeto de sociedade que defende as políticas públicas de maneira geral. Obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado. Certamente, Leonardo, como assistente social, pelo menos um voto os senhores adquirirão, pois é uma chapa muito séria - aliás, é chapa única. Na Assembleia não tem problema, pois é um espaço democrático. Se fossem duas chapas, chegaria um bilhete dizendo: "Também quero". No entanto, como é chapa única, tem é que dar quórum. É um pessoal muito sério. Concordo com essas sugestões. Não há política pública na área da assistência social sem a valorização dos trabalhadores. A Sra. Simone levantou uma questão importante, que são as condições de trabalho, a remuneração e a defesa do profissional. Na verdade, um profissional valorizado é meio caminho andado para um cidadão ser bem atendido.

Agradeço as várias sugestões recebidas durante esta audiência, que está sendo transmitida ao vivo. Neste instante, passo a palavra ao Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira, ao qual transmitimos a moção de pesar da Assembleia - aliás, tenho certeza de que falo em nome de toda a Casa - pelo falecimento precoce do Sr. Antônio Pereira, conhecido por todos nós como Tonho, em razão de um ato bárbaro: o assassinato de um militante da assistência social muito vinculado à sua área de atuação. Se estivesse vivo, certamente estaria aqui hoje, assim como esteve em tantos outros momentos. Em nome da Assembleia, a nossa moção de pesar ao Sintibref e a toda a militância dessa área. O senhor disporá de um tempo para a sua exposição.

#### Palavras do Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho

Muito obrigado, Deputado André Quintão. Quero, Deputado, primeiramente cumprimentá-lo por ser um militante aguerrido, um parlamentar estadual de muita importância na contribuição da política pública para o nosso Estado, sempre presente no avanço que ela tem desde os tempos em que atuava como Secretário Municipal de Belo Horizonte. Cumprimento também a querida Carla Ribeiro, aqui representando o fórum; a Sra. Simone Albuquerque, companheira de tantas jornadas nacionais e estaduais, sempre apresentando novidades e inovações na promoção de políticas públicas; a querida amiga, Sra. Maria Albanita Roberta de Lima, Subsecretária de Estado, que ocupa cargo na Sedese, órgão gestor desse Conselho. Cumprimento ainda todas e todos aqui presentes e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia, assim como parabenizo-os por tão importante participação, que, creio, é importante para toda a sociedade mineira.

Quero cumprimentar os parlamentares da Casa pela iniciativa, Deputado André Quintão, porque é muito nobre falar do desenvolvimento do nosso Estado e chamar a sociedade civil organizada para participar. Essa participação e o avanço na democracia participativa é muito importante para o avanço do País. Quero aqui, particularmente, agradecer-lhe, Deputado, por ter citado o caso da perda de um dirigente sindical que sempre militou em defesa dos direitos humanos, na caminhada social, e que foi meu companheiro em tantas jornadas ao longo de 15 anos. Trata-se de uma vida que foi ceifada, tirada em função da violência generalizada que tanto assola o nosso país e também culmina com tal desigualdade social. Talvez a inversão de valores para o lado material, fazendo com que o lado espiritual seja apagado, tenha sido o que deu origem a esse crime bárbaro e lamentável para toda a sociedade mineira.

Enquanto Conselho Estadual, quero cumprimentar meus companheiros Conselheiros de Estado aqui presentes, assim como os Conselheiros Municipais, o pessoal de Tupaciguara, os companheiros do Conselho presentes, que vieram de uma distância de mais de 500km, Deputado André Quintão. Todas as vezes que esta Casa promove audiência pública, ela traz realmente consigo um processo democrático muito importante.

O Conselho Estadual, para tantas lideranças e pessoas que nos assistem, tem uma formação paritária, conta com vários representantes de Secretarias de Estado, com representantes da sociedade civil organizada, de trabalhadores, de entidades, de defesa e de garantia de direitos. É com essa composição que o órgão tem o papel precípuo de estar em defesa da política pública de assistência



social e, ao mesmo tempo, é um órgão superior de formação paritária, com alguns papéis precípuos nessa composição. Trata-se de um órgão colegiado que cuida especificamente de levar a todos os beneficiários o avanço da política para tentar reduzir tal desigualdade social.

Temos como competência apreciar e aprovar propostas orçamentárias; acompanhar e avaliar a execução orçamentária e financeira, a prestação de contas do Estado, com a política pública, a cada três meses, culminando com a aprovação anual do Orçamento. Acompanhamos, avaliamos e fiscalizamos todos os serviços de assistência social e projetos desenvolvidos, e não só pelo poder público como também por todas as entidades que fazem parte da rede conveniada ao poder público. Temos ainda como competência a interlocução com os demais conselhos de políticas públicas setoriais. Cabe a nós, enquanto Conselho de Assistência Social, promover a universalidade de direitos e, ao mesmo tempo, a intersetorialidade. Exercemos o papel importante de nos comunicar com as outras pastas, como a da educação, a da cultura e, especificamente, a da saúde. Temos a competência de cumprir o disposto no art. 3º de uma lei que cuida especificamente da atribuição ao Conselho Estadual, de zelar, dar a proteção social aos atingidos, quando empreendedores chegam ao nosso Estado para investir capital, dinheiro, na tentativa de obter lucros com geração de energia de forma sustentável. Existe uma grande preocupação por parte do órgão de criar o plano de assistência social, com uma equipe multidisciplinar, para tentar fazer um trabalho preventivo, imperativo, e não deixar que os direitos desses atingidos sejam violados.

Temos ainda a competência de atender a várias denúncias que chegam até nós, que partem dos 853 Municípios do Estado, todos eles com conselhos municipais. Cabe a nós fazer o monitoramento das situações que acontecem no programa Projeto e Serviço, poder público e rede conveniada.

Há algumas situações que precisamos esclarecer. Por exemplo, o Sistema de Informação e Monitoramento - SIM - nos propicia ver mais de perto como ocorrem esses programas que facilitam o avanço e a qualificação da gestão. São instrumentos e condições tecnológicas que propiciam informações para as operações de gestão. É com isso que pretendemos promover o avanço, fazendo com que alcancemos melhor qualidade na gestão, principalmente nos nossos Municípios. Observamos que ainda há grande carência no que diz respeito à qualificação.

Temos o Sistema de Informação de Registro de Entidades Sociais - Sires. Digo que esse sistema é de fundamental importância. A política pública de assistência social, especificamente, traz grande avanço, porque conta com a complementaridade das políticas públicas e dos serviços e programas, com projetos pela rede conveniada. E aí estão as entidades que sempre estiveram presentes no que diz respeito à promoção de avanços de pessoas com alto grau de vulnerabilidade social.

Há ainda uma situação, que, muitas vezes, é uma antiga reivindicação de gestores. Nosso Estado, por meio de uma resolução da Secretaria de Desenvolvimento Social, estabeleceu um piso estadual. Esse piso traz uma forte inovação: a descentralização e grande autonomia com o ente federado municipal. Com o piso, ele pode deliberar, gastar esse valor com aquela demanda que, muitas vezes, está até reprimida. E essa demanda acontece de acordo com a peculiaridade e necessidade de cada Município. Esse foi um grande anseio, manifestado em várias situações, por diversos Municípios. E isso tende não só a descentralizar como também a dar uma autonomia maior para o ente federado.

Temos ainda - e Minas Gerais é pioneira nesse aspecto - um curso telepresencial na TV Comunitária. Temos usado esse veículo e, de forma muito competente e com muita veemência, levado o avanço da política pública a vários Municípios por meio da transmissão. São vários especialistas de órgãos gestores e da política pública, e eles têm dado aulas e levado alguns avanços e esclarecimentos para os Municípios e trocas de informação. O importante é que nessas aulas que são ministradas, nessa troca de informação que acontece por meio do curso telepresencial, temos uma grande riqueza no avanço da política.

A Simone citou aqui alguns casos a respeito do gasto. Isso é muito importante realmente, e quero comungar com a opinião de que os Estados devem aportar mais recursos para o Tesouro estadual. De repente, Deputado André Quintão, acredito que a Casa tenha um papel importante na vinculação da receita. Quando falamos na política de o Estado aportar mais recursos para o Tesouro, reportamos ao art. 30 da própria Lei Orgânica da Assistência Social, quando estabelece a participação dos três entes federados: União, Estado e Município.

Isso é de fundamental importância. Mas não podemos deixar de registrar que houve um avanço em nosso Estado. Nos últimos cinco anos, saímos de um gasto de R\$18.000.000,00, em 2006, e chegamos ao patamar de R\$40.000.000,00. Obviamente, precisamos avançar mais. O nosso Estado é muito grande. Penso que esta Casa pode fazer uma discussão, Deputado André Quintão, até junto à Câmara Federal, quanto ao valor de retorno no que diz respeito à arrecadação federal, pois 60% ou 70% da arrecadação ficam na União. Aí, quando existe repasse aos Estados e Municípios, quem mais sofre são os últimos, onde exatamente acontecem as desigualdades sociais, onde moram os beneficiados da política pública de assistência. De repente, são eles que recebem o retorno muito menor do que deveria, para abarcar toda a situação e promover a redução da desigualdade social.

Temos aqui - e é bom ressaltar que, mais uma vez, este Estado é pioneiro - as Uniões Regionais dos Conselhos Municipais de Assistência Social - Urcmas. Minas Gerais já criou 20 Urcmas, e temos 20 uniões de conselhos, cada um deles com 50 ou 60 Municípios. Lá, no Triângulo Mineiro, em Araguari, ficará a sede da União dos Conselhos dos Municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Agora temos alguns Municípios onde ainda devem ser criados: Mucuri e Vale do Jequitinhonha. Essa União de Conselhos traz um grande avanço, pois descentraliza um pouco a política. Por meio da sua coordenação, existe a troca de informações e experiências acerca dos problemas que ocorrem com os beneficiários da política de assistência nos vários Municípios.

De repente, aquilo que acontece de bom em um Município é repassado a outro e assim sucessivamente, em uma autocapacitação.

Temos tarefas importantes ainda para 2011: a de criar uniões de conselhos, com duas já programadas e, ressaltando sua importância, a de realizar a conferência estadual, que ocorrerá em outubro. Até lá, serão realizadas várias conferências municipais, e é óbvio que o conselho dará apoio, naquilo que for possível, a todos os Municípios que dele necessitarem. Uma experiência importante, Simone, que mais uma vez passamos a você, é que em Minas Gerais vamos fazer o processo eleitoral da sociedade organizada para o Conselho Estadual dentro da conferência estadual. Assim, penso que seremos pioneiros mais uma vez, Simone.



Diria que ainda temos de avançar em alguns quesitos. Em primeiro lugar, na implantação da NOB-RH, precisamos acabar de definir quem são os trabalhadores da política pública de assistência social e valorizar as pessoas formadas em Serviço Social - está aí a chapa do Cress, agora, com o Leonardo trazendo a informação. Isso é importantíssimo porque ainda há Municípios sem esse profissional, que é quem vai balizar toda a política para que possamos avançar. Temos de avançar também na universalização de centros de referência de assistência social; no fortalecimento das diretorias regionais do nosso órgão gestor, que é a Secretaria de Desenvolvimento Social; na implementação da intersectorialidade das políticas públicas - temos plena convicção de que, sozinha, a assistência social não vai conseguir fazer com que saíamos de uma situação de vulnerabilidade social e cheguemos à sociedade de consumo -; na vinculação de receita para a política pública de assistência social e a aprovação da lei que institua o Suas no Estado - isso, Deputado André, é de primordial importância -; e na universalização do cofinanciamento.

Ainda há situações em que gostaríamos de falar de avanços: exatamente a de procedermos a troca de informações, por meio de fórum específico, e a de reativarmos o fórum - isso é de fundamental importância, e a Carla aí está para desempenhar esse papel. Às vezes, temos muitos representantes dentro dos conselhos, entidades, órgãos ou espaços institucionais, mas, naquela representação, não temos uma representatividade de fato - e isso faz uma diferença muito grande, principalmente dentro dos conselhos. Ainda temos de avançar na universalização das informações com a divulgação dos programas, serviços do poder público e das entidades. Precisamos definir melhor a forma de divulgação. Na roça, aprendemos que galinha que bota tem de cantar antes que o gambá ache o ninho; acho que temos de aprender a fazer o mesmo na política pública. Temos também de superar as concepções conservadoras contrárias ao Suas, como o assistencialismo, o favoritismo e o clientelismo. Para nossa tristeza, essas situações ainda existem, e precisamos vencê-las. Também é preciso avançar na elaboração de diagnóstico da situação de vulnerabilidade social e pessoal de todo o Estado, por segmentos: pessoa com deficiência, criança e adolescente, idoso, entre outros. Para nossa tristeza, acabamos de ver uma situação de exploração sexual no Centro da nossa Capital, Belo Horizonte. Sabemos que isso não cessa definitivamente, apesar da atuação muito certa e importante da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Vemos isso no Vale do Mucuri e nas nossas estradas federais. As meninas estão às margens das rodovias federais e, lamentavelmente, sofrem exploração sexual.

Temos de falar ainda de algumas informações de base sobre a política de assistência; falar sobre a importância da intersectorialidade, das oficinas, dos encontros de capacitação. Precisamos fazer com que a Associação dos Municípios, Deputado André, funcione com mais veemência e de forma mais permanente, porque, lamentavelmente, fica parecendo que a política pública de assistência social é a última. Toda vez que acontece algo não esperado é ali que se corta. Recentemente, o governo Lula tirou o IPI dos carros, na tentativa de manter os empregos. Com isso, foi menor a arrecadação de IPI, que tem repasse maior para os Municípios. Nessa situação, a primeira coisa de que se lembram os Chefes dos Executivos municipais é de cortar na assistência social. Querem cortar convênios com as entidades, mas não pensam que há um acordo assinado e que não se reduz salário de trabalhador nem se flexibilizam os seus direitos - e as entidades ficam de pires na mão. Ou seja, precisamos estar atentos e a associação tem um papel importante, assim como os vários parlamentares estaduais, cada um em sua região, levando aos nossos Prefeitos a compreensão e a conscientização de que podemos avançar mais.

Importante, ainda, ressaltar o avanço que tivemos em nosso Estado no que se refere ao repasse, com a proposição de lei com vinculação da receita.

Deixamos algumas solicitações à Assembleia para que contribua no que diz respeito aos seguintes itens: aprovação do PL-Suas, que consolida o Sistema Único de Assistência Social, e proposição de audiências públicas descentralizadas sobre a política de assistência social, pois esta Casa fica maravilhosa quando está cheia não só pela presença dos militantes, mas porque leva a informação para os vários Municípios mineiros. É preciso, ainda, disponibilizar os veículos de comunicação, pois aqui há uma competência muito grande na área, que deve ser levada para todos os Municípios, inclusive aos rincões mais necessitados. Solicitamos, ainda, a realização de oficinas com membros do Legislativo Estadual - Deputados, assessores de gabinete e de base do deputado - para acompanhamento da assistência nos Municípios, que são muitos; promoção de seminários intersectoriais sobre políticas públicas, pois é preciso trazer a questão da saúde e da educação para dentro da política pública da assistência, pois não conseguiremos reduzir a desigualdade social sem oferecer educação. Esta é primordial, pois, caso contrário, a pessoa cresce com limitações. Reivindicamos também a disponibilização da assessoria para realização de eventos e conferências. Já contamos com a presença de vários parlamentares, mas precisamos que estejam conosco nas conferências, divulgando-as nos Municípios em que têm eleitores a fim de que possamos consolidar nossa política no Estado. O Ceas está à disposição. Que possamos realizar discussões e trabalhar de forma preventiva e mais proativa.

André, agradeço o espaço cedido pela Assembleia, mais uma vez parabéns a todos os parlamentares e esclareço que o Conselho está à disposição. Este ano haverá conferência. Alguém fez uma pergunta oral e citou algo que não foi cumprido, mas lembro que vamos realizar a conferência e cobrar o que nós mesmos definimos como diretriz e ainda não aconteceu. Trata-se do ato de conferir, de aferir e de avançar na política. Até as conferências municipais em outubro e obrigado pela participação do Conselho neste Fórum. Parabéns.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradeço ao Geraldo. Sobre as conferências que você citou, informo que houve ampliação de recursos por meio da Comissão de Participação Popular para o conjunto das conferências, o que será administrado pelo órgão gestor. Aproveitando que há muitas pessoas do movimento, deixarei duas sugestões com base na experiência anterior. No caso da Conferência da Criança, temos de lembrar o problema enfrentado em relação à acústica. Logo, não devemos fazer conferências, por exemplo, no Mineirinho, como ocorreu, porque não se ouve nada. E na Conferência da Assistência, tivemos, no Sesc, o problema da acessibilidade, que foi motivo de forte reclamação principalmente por parte dos cadeirantes. Deixo essas sugestões para que não tenhamos esses problemas novamente.

Em relação ao PL-Suas, lembro que Minas foi o primeiro Estado a oficializá-lo. Temos um problema a ser resolvido que é o pagamento de pessoal pelos Municípios, que se refere a uma interpretação da lei delegada, mas já está aprovado. Em Minas, já





fizemos o nosso “para casa”. Sobre os seminários intersetoriais, em meu primeiro pronunciamento, encaminhei ao Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, um Fórum Técnico sobre Superação da Pobreza em Minas. Hoje, essa é a proposta central do governo federal e Minas pode dar o exemplo de integração. Na semana passada, estive com o Governador Anastasia, e ele deu sinal verde para participar. Ontem, reuni-me com o Sr. Marcelo Garcia, Chefe da Assessoria Social, que, junto com os órgãos do governo e Assembleia, irá tratar desse I Seminário Intersectorial. Depois, iremos ao Ministério a fim de acertar a presença do governo federal.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Recebi três sugestões. A primeira do Wellington Alvim da Cunha, de Muriaé: “Fortalecimento e revitalização das 19 diretorias regionais da Secretaria de Desenvolvimento Social - Sedese -, com garantia de infraestrutura física e humana adequada à descentralização das ações e ao atendimento efetivo das demandas regionais, como consolidação do Suas e dos programas e projetos estaduais para assim aprimorar a capacidade técnica da gestão das políticas sociais no âmbito do Estado”.

O Sr. José Amarílio de Araújo e Felipe Willer de Araújo sugerem o seguinte: “Promoção de campanhas de conscientização junto ao público-alvo, que informem sobre a localização e as funções dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras - e dos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - Creas - do Estado de Minas Gerais”.

O Sr. André Geraldo Ribeiro Diniz, de Belo Horizonte, sugere: “Ampliação, modernização e qualificação da política de assistência social do Estado de Minas Gerais, com a implementação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB-RH -, de forma a garantir a isonomia para os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - Suas - e consolidar melhores condições de trabalho.”

Assistiremos agora a um breve vídeo com sugestões da Sra. Neila Batista, ex-Diretora da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que está presente, para a construção da agenda da Assembleia.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

O Sr. Presidente - Obrigado, Neila. Com a palavra, a Sra. Carla Andréa Ribeiro.

### Palavras da Sra. Carla Andréa Ribeiro

Obrigada, Deputado André Quintão. Cumprimento a Mesa e todos os presentes, de forma geral, para otimizar o tempo. Um abraço fraterno a todos da Mesa.

Aproveito a saudação para fazer o registro de um profundo lamento pelo falecimento, ontem, de uma companheira da Prefeitura, Coordenadora Municipal da Comunidade Negra da Secretaria de Direitos Humanos, a Sra. Graça Sabóia. Com muito lamento, passamos por esse momento. Presto a minha solidariedade à família e aos amigos mais próximos da Graça.

Por fim, gostaria também de registrar a minha indignação em relação à violência no Aglomerado da Serra. Espero que os acontecimentos do fim de semana passado sejam apurados e punidos exemplarmente.

A apresentação para tratar dos desafios da assistência social no Estado foi organizada em cinco eixos de agenda: agenda 1 - ampliação do grau de institucionalização do Suas; agenda 2 - condições e relações de trabalho; agenda 3 - cofinanciamento; agenda 4 - aperfeiçoamento do modelo assistencial; agenda 5 - controle social - gestão compartilhada.

A agenda 1 refere-se à gestão do grau de institucionalização do Suas. Se considerarmos as instituições que compõem uma política pública e, especificamente, uma política de assistência social, poderíamos listar uma série delas. A opção foi pegar as instituições clássicas estruturadoras de uma política pública. Uma delas - que também é objeto de pesquisa do IBGE, relativa aos Municípios, da Monique, que é uma boa fonte para fazermos uma análise - é a existência do órgão gestor responsável pelo Suas, se há um órgão específico, exclusivo para a gestão do Suas nos Municípios. Nessa leitura, a existência de um órgão bem estruturado e que consiga dar materialidade à oferta de serviço é muito importante. Por mais elementar que pareça - e de acordo com a Monique, isso é evidente: há coisas básicas e que não existem em vários Municípios, mas que são necessárias para que uma política, minimamente, seja implementada.

Se compararmos a pesquisa realizada em 2005 com a de 2009, verificaremos que, em 2005, em Minas Gerais, menos de 50% dos Municípios contavam com um órgão gestor para o Suas. Em 2009, há um avanço: esse dado ficou entre 50% e 89%. No próprio mapa é possível identificar isso. Portanto, Minas Gerais, em cinco anos - de 2005 a 2009 -, consegue ampliar o número de órgãos responsáveis pela gestão do Suas. Essa é uma observação importante. É necessário ter como desafio estimular os Municípios a instituir o órgão gestor exclusivo para o Suas, e que, preferencialmente, esse órgão esteja relacionado ao nível estratégico do governo. Albanita já mencionava a importância da interlocução da política de assistência social com os atores tomadores de decisão no comando do Poder Executivo do Município.

O segundo elemento desse grau de institucionalização é a existência do fundo municipal. Praticamente todos os Municípios - 97,8% em Minas Gerais - têm fundo municipal. Isso é uma boa referência. Importante observar que apenas 42% dos fundos têm uma gestão. O ordenador de despesas é o gestor do Suas. Ressalto que esse é um dado nacional para podermos relativizar os dados para Minas Gerais. Esse elemento é importante, pois quem toma decisão sobre um modelo assistencial e um modelo de gestão tem de ser a mesma pessoa que faz o controle dos recursos financeiros. Essa dissociação gera muita dificuldade na gestão e pressupõe que o tempo inteiro o gestor ficará negociando com quem está ordenando o fundo nas questões dos recursos. É importante estimular os Municípios a instituir o gestor do Suas como ordenador das despesas do fundo.

A terceira questão: a instituição da assistência social refere-se aos conselhos municipais e também ao conselho estadual. Na Região Sudeste, 99,7% dos Municípios têm um conselho municipal. Sendo assim, a existência formal dessa instituição é reconhecida. No entanto, essa instituição tem de efetivar a sua atuação no controle social, o que vai para além da existência formal. Tem de ter fomento de atividades para poder qualificar a atuação - principalmente da sociedade civil nos conselhos municipais - e também pensar, ajudar e apoiar os conselhos e os Municípios, de forma a garantir a contemplação de todos os interesses da assistência social no conselho. São



os usuários, os trabalhadores, entidades e gestores. Existe um desequilíbrio na composição dos conselhos e, muitas vezes, nem todas as forças políticas estão presentes nessa composição. Este seria o terceiro desafio: a qualificação dos conselhos municipais.

Em relação à regulamentação formal e legal do Suas, temos um projeto de lei federal tramitando na Câmara Federal. É necessário ser aprovada essa legalidade, esse marco legal do Suas, para que ele seja criado em lei. Isso é muito importante. No Estado, o Deputado André Quintão já apresentou uma lei que cria a política estadual de assistência social e o Conselho Estadual de Assistência Social. É necessário que sejam criadas leis municipais. Então fica como desafio para a Assembleia apoiar os Municípios na regulamentação municipal do Suas, considerando vários aspectos da regulamentação: o modelo assistencial, instituindo os equipamentos de Cras e Creas, parâmetros de qualidade da rede de alta complexidade; o modelo de gestão e os dispositivos utilizados no financiamento; as parcerias com as entidades e o financiamento; e a carreira específica dos trabalhadores do Suas, que é uma conquista da Norma Operacional Básica - NOB - e uma indicação de regulamentação necessária no Município.

Nas condições e relações de trabalho, entramos em uma questão mencionada pela Simone, pela Albina e pelo André, que é uma pauta que tensiona muito internamente na gestão do Suas: a condição como estão postos os serviços e sistemas, tendo trabalhadores com vínculos precários sendo alocados na execução desses serviços. A Munic de 2009 já apontava que 63% dos trabalhadores do Suas não são estatutários, não são efetivos, e apenas 37% são considerados efetivos. Esse é um exemplo de Belo Horizonte, que está há oito anos sem realizar concurso público. Já estamos com um percentual de 80% de não estatutários e 20% de estatutários. Esse modelo de oferta de serviço com essa condição realmente fragiliza de forma significativa essa oferta por várias razões.

Falando sobre a prestação de serviço, podemos fazer uma análise breve de que qualidade de prestação de serviço passa pela condição profissional dos trabalhadores. Então os trabalhadores acabam ganhando uma centralidade ao pensar que a oferta seja a qualidade dessa prestação de serviços.

Então, se é necessário pensar na perspectiva das condições e relações de trabalho, na materialidade da oferta, que é importante fisicamente, de forma funcional, devemos ter condições de exercer as atividades daquele serviço. O contrato de trabalho deve tentar diminuir a precarização e as formas de contrato que, de fato, negam os direitos e as conquistas históricas dos trabalhadores. Há situação de contratação até por meio de pregão e leilão, e as pessoas vão abaixando a oferta de salário até serem contratadas. São situações extremamente graves, que ocorrem para efetivar a contratação. Deve-se também formar e compor profissionais e saberes de acordo com a necessidade dos serviços e dos fenômenos acobertados. Dessa forma, é importante pensar equipes com disciplina, profissões, e como estas se arranjarão, e as relações institucionais necessárias dentro dos sistemas para dar suporte afetivo ao trabalhador, que também vivencia situações de conflito no próprio exercício da atividade. Atender públicos e fenômenos com as características que tem o público do Suas requer, de fato, um trabalhador bem suportado emocionalmente no exercício dessa atividade, e esse suporte afetivo deve ser dado institucionalmente. Não queremos sofrer cuidando de pessoas. Precisamos estar bem para exercer a profissão e as atividades.

Então, nessa agenda de condições e relações de trabalho, são apontados quatro grandes desafios. Primeiro, que o financiamento do custeio do Suas permita a remuneração do funcionário público estatutário - isso foi mencionado por vários membros da Mesa -; devemos superar essa impossibilidade. Segundo, definir profissionais que componham as equipes dos serviços, equipes de referência. Essa construção já está em processo junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, e é muito importante. Terceiro, formar e capacitar profissionais para atuação no Suas. A formação é feita pelas escolas de ensino. O processo interage com a realidade, portanto, as escolas têm condições de absorver e reproduzir em seu conteúdo. Precisamos ganhar condição para que essa interlocução seja eficaz em tempo razoável e haja boa formação dos profissionais, bem como para capacitá-los permanentemente. Por fim, a implantação da NOB-RH, mencionada na consulta pública. É importante que a NOB-RH se efetive e mitigue parte dos problemas já identificados com relação à fragilidade das condições e relações de trabalho do Suas.

O cofinanciamento foi mencionado amplamente. O Geraldo mencionou que, em dezembro de 2010, o Estado de Minas Gerais teve a resolução que cria o Piso Mineiro de Assistência Social, repasse de fundo a fundo do governo estadual. Se considerarmos a Munic de 2009, Minas Gerais era o Estado que menos participava do cofinanciamento dos Municípios na Região Sudeste. Apenas 21% dos Municípios do Estado recebiam algum recurso do governo estadual. Considerando o cenário nacional e o cenário da Região Sudeste, era uma situação tímida de financiamento. Instituído o Piso Mineiro de Assistência Social, o cenário tende a mudar. Há uma lógica de implantação gradativa do piso durante quatro anos, correspondendo a R\$1,80 por família cadastrada no perfil de cadastro único. Cem Municípios já recebem esse financiamento, historicamente, para o custeio do Cras, no valor de R\$2,20. A perspectiva é que, em 2020, todos os Municípios do Estado recebam, de forma padronizada, R\$2,20 por família cadastrada. Fiz um cálculo rápido, e temos 1.907.544 famílias cadastradas com renda de até meio salário mínimo. Se considerarmos R\$1,80 para todo esse montante, haveria um aporte do Estado de cerca de R\$3.400.000,00 por mês. Como a perspectiva de Municípios que receberão o piso é gradativa, ano a ano, até 2015, para atender a todos, após essa data, até 2020, haveria cerca de R\$4.200.000,00 aportados nos Municípios pelo Fundo. Isso daria em torno de R\$50.000.000,00 por ano.

Portanto, esse é o valor projetado e estimado. A pergunta é: o que ele representa em relação ao orçamento do Estado? Essa análise é necessária para identificarmos o que está sendo aportado como valor. Então, o nono desafio seria a reserva de um percentual do orçamento para assistência social, assim como há para saúde e educação. A Albanita falou da vinculação de receita, que é importante para avançarmos na assistência social.

O outro desafio seria tratar a questão do cofinanciamento à luz de estudos e análises de custos, para termos boa referência do que é necessário financiar, principalmente a partir de parâmetros de qualidade. Essa indicação é muito necessária ao se tratar da alta complexidade.

No que se refere ao aperfeiçoamento do modelo assistencial, ele tem um grau de complexidade alto, se pensarmos todos os segmentos que têm ações normativas específicas, como criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência.

Se pensarmos nesse segmento no contexto de uma unidade que também tem um grau de complexidade e compreensão, que é a família, num território com saberes profissionais distintos atuando, instituições distintas, há um modelo assistencial de oferta de



serviços e benefícios que interage com vários elementos, o que aumenta muito a complexidade desse sistema. O Suas é muito complexo operacionalmente no atendimento à família. É importante coordenar a integração sistêmica desses serviços, considerando principalmente os níveis de proteção básica e especial e a relação entre eles, a integralidade da proteção socioassistencial para a família e as pessoas - isso requer, de fato, a atuação de instituições e pessoas e gestão -; metodologias interdisciplinares; adequação à tipificação dos serviços e cumprimento da prescrição das normas do Suas, principalmente a NOB-Suas. O modelo assistencial do Suas é algo no qual localizamos quem está com a mão na massa e identificamos facilmente várias lacunas de conhecimento e de necessidades de marco regulatório, de tratamento de questões. O processo de amadurecimento desse modelo assistencial coloca dois grandes desafios para tratarmos.

O primeiro é que temos de fomentar e organizar uma base de conhecimento para a produção de soluções metodológicas da oferta do Suas. É preciso envolver instituições que, por excelência, produzem conhecimento, como as universidades, as instituições de ensino e pesquisa, para nos ajudarem na formulação do modelo metodológico e em relação às lacunas que identificamos. Então, essa relação com a produção do conhecimento é fundamental para aportar mais condição e agilidade em nosso processo de amadurecimento. O outro desafio, também importante, é organizar e implantar a oferta regional ou consorciada de serviços, principalmente da proteção social especial, com destaque na alta complexidade, em que não precisaríamos de toda a rede de serviços nos Municípios. Podemos organizar regionalmente, de forma consorciada, essa rede de serviços.

Por fim, o controle social e a gestão compartilhada. Fiz uma rápida menção sobre a importância de qualificar os conselhos e a sua atuação. Nesse aspecto, está a importância da democratização do processo decisório e da disseminação de informações sobre o Suas e sua gestão. Esse é um elemento que tem de ser ampliado, como também a nossa capacidade de disseminar a noção dos direitos socioassistenciais. Que a população, de fato, compreenda que os direitos socioassistenciais devem ser promovidos pelo Estado e que, com isso, ela se coloque no lugar de quem tem esse direito, que deve ser ofertado, garantido. E ainda o fortalecimento das forças políticas que compõem o processo de institucionalização e legitimação do Suas: trabalhadores, fóruns e sindicatos. Trabalhadores organizados, viabilizando o debate, entendendo o seu papel na construção dessas políticas públicas, atuando politicamente em favor dessa política e defendendo condições e relações de trabalhos; usuários, cidadãos organizados, percebendo a importância de eles também atuarem e fortalecendo a defesa do Suas, entidades, gestores e o Legislativo, considerando principalmente os municipais, em que é possível constituir frentes parlamentares em defesa do Suas. Essas forças políticas tendem a ampliar esse grau de institucionalização e legitimação do Sistema.

Como último desafio, fomentar um ambiente de militância em defesa do Suas, fortalecendo as forças políticas existentes e constitutivas desse Sistema, a fim de atuar no processo de consolidação dos direitos socioassistenciais. A Assembleia poderia contribuir nesse processo em todo o Estado.

O Fórum Mineiro de Defesa e Fortalecimento do Suas foi rearticulado no ano passado. As instituições responsáveis por isso foram o Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, o Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais e o Sindicato dos Sociólogos de Minas.

Essas três instituições, junto com trabalhadores e representantes de entidades, começaram a pensar esse espaço do Fórum como espaço de articulação de forças políticas para manter uma agenda discutida, debatida e disseminada sobre as necessidades e desafios que esse Sistema ainda impõe em seu processo de implantação. É necessário efetivamente nos fortalecermos enquanto sociedade, enquanto espaço de militância para contribuir na gestão desse Sistema, democratizando-o, contemplando todos os interesses e construindo uma boa e importante solução para superar as consequências deste déficit social que o Brasil tem há muitos anos. Muito obrigada.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Agradeço à Carla a exposição.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora a um pequeno vídeo com sugestões dos Srs. Valdir Ferreira, Prefeito de Córrego Fundo, e Marcelos de Oliveira Vieira, Prefeito de Nacip Raydan.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Faremos agora a leitura de algumas sugestões recebidas nesta tarde. Sugestão enviada por Marilac Mesquita Nunes de Oliveira, de Gouveia: fortalecimento do Suas em todos os pequenos Municípios, como forma de garantir a qualificação do pessoal que atua na área; o adequado oferecimento dos serviços tipificados; o repasse aos Municípios, pelo Estado, de um piso que garanta a concessão dos benefícios previstos; e o adequado gerenciamento da política de assistência, com fortalecimento do controle social.

Sugestão enviada por Fábio da Silva, de São João del-Rei: criação e implementação de programas e projetos que visem à geração de renda para famílias em vulnerabilidade social e à promoção de qualificação profissional para nossos jovens, a fim de inseri-los no mercado formal de trabalho.

Sugestão enviada por Eliete Rezende, de Betim, e Denise Amaral Soares e Ana Pereira dos Santos, de Belo Horizonte: consolidação do Suas em todos os Municípios mineiros, garantindo-se dessa forma um padrão de financiamento, monitoramento da política e estabelecimento de padrões de qualidade dos serviços prestados pela proteção básica e especial.

Sugestão enviada por Marcelo Emediato Álvares, de Belo Horizonte: ampliação das ações do Conselho Estadual de Assistência Social como órgão de controle social, monitoramento e avaliação do Suas, com qualificação da infraestrutura disponível e capacitação dos conselheiros da sociedade civil e governamental.

Neste instante, daremos início à fase final de apresentação de sugestões e debates. Há a inscrição de Noeli Gonçalves Machado e três questões que chegaram pela internet. Sra. Noeli, dirija-se ao microfone. Logo na sequência, falarão Josadac Marques e Mário Elias Jorge.



A Sra. Noeli Gonçalves Machado - Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade. Estou aqui representando a Associação de Pessoas com Doença Falciforme e Talassemia de Minas Gerais. Como o tema é "Assistência social", gostaria de agradecer os muitos avanços, em nome de muitos pacientes já beneficiados. Mas ainda falta muito.

Temos conhecimento de que muitos pacientes ainda não tiveram a ajuda social. Alguns deles não têm condições físicas de trabalhar e estão passando por sérias necessidades.

Uma das recomendações que também gostaria de fazer é sobre os postos de saúde. Os profissionais precisam ser capacitados para atendimento em caso de estupro, para pacientes que precisem ser encaminhadas para a assistência social e para maternidade, a fim de realizarem aborto legal. Acompanhei uma paciente que sofreu abuso. Como não havia orientação no posto de saúde que atendia a essa mulher, ela permaneceu grávida por quase três meses, sem conseguir a solução do seu problema. O profissional de saúde que a atendeu não sabia como nem para onde encaminhá-la. Gostaria que os senhores nos ajudassem nisso.

Solicito outro apoio, em forma de parceria. Temos em nossa Associação pessoal capacitado para desenvolver projetos de cooperativas para mães que não têm condições de sair para trabalhar em virtude de terem filhos pequenos com graves sintomas da doença falciforme. Elas passam por necessidades por não terem com quem deixá-los. Além disso, as creches não têm capacitação para atender, para receber com segurança as crianças portadoras dessa doença. Por isso, as creches não as aceitam. Passamos, por esse motivo, por várias dificuldades ao acompanharmos as pessoas. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Noeli. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques.

O Sr. Josadac Marques - Boa tarde, Deputado, Simone e todos os que participam deste fórum. Temos acompanhado a explosão de solidariedade que o Brasil viveu nas últimas semanas, nos últimos meses, em razão das catástrofes que se repetem ano a ano.

Neste fórum, desde o início, há a preocupação com formação do capital, com os recursos humanos, com o fomento. É difícil trabalhar dentro dos entes federativos - federal, governo - com recursos escassos, e a sociedade civil também passa por seus momentos difíceis. A legislação regula a realização de conferências. Os conselhos são paritários, e há participação da sociedade civil. Gostaria que esta Casa, Deputado, agendasse para os próximos dias uma discussão relacionada à legislação do terceiro setor, chamada legislação das Oscips. Até então, no edital das ONGs, a diretoria não pode ser assalariada. Como vamos, como se falou, pedir a participação da sociedade civil com assessoria de direitos da população se suas diretorias não podem ser assalariadas? A legislação das Oscips deu essa condição. Por isso gostaria que esta Casa, na Comissão de Constituição, discutisse a legislação do terceiro setor. Junto, Deputado, solicito que seja incluída também uma breve discussão. Recentemente, no Congresso Nacional, foram definidas novas diretrizes para atribuição do certificado de filantropia, que, até então, era prerrogativa apenas do Conselho Nacional de Assistência Social. Passará a ser atribuição também de outras Secretarias e Conselhos.

Deixo uma sugestão. Falaram na criação de um observatório. Só podemos observar aquilo que já existe. Diante da ausência de políticas públicas, talvez antes precisemos criar um laboratório de políticas locais. Dentro deste, começaríamos o processo de observação.

Finalizo fazendo uma referência ao que é o Instituto Mãos e Vozes. Sou mineiro e estou retornando a Minas. Por 30 anos atuei, como profissional, fora deste Estado. Nos últimos 5 anos tive o privilégio, como cidadão, sociedade civil, de ter um dos meus projetos com meus alunos citado como referência internacional em relatórios mundiais.

Nos últimos 20 anos, este é o quarto evento de que participo em Minas. Gostaria de, num futuro próximo, ter oportunidade de apresentar a esta Casa os projetos que me permitiram ser premiado internacionalmente na intervenção social. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Josadac. Lembro que a Comissão de Participação Popular já recebeu do Conselho Estadual de Assistência Social a solicitação de uma audiência pública específica para discutir a nova regulação do certificado, sua concessão, cadastramento, registro e inscrição.

Geraldo, aproveitando sua presença, informo que entre amanhã e quinta-feira que vem será definida a formação da comissão, que foi lida hoje em Plenário, e serei reconduzido à sua Presidência. Então, na primeira reunião da comissão, aprovaremos e acertaremos a realização dessa audiência.

Com a palavra, o Sr. Mário Elias.

O Sr. Mário Elias Jorge - Boa tarde, pessoal. Cumprimento a Mesa. Obrigado pela presença de todos e por me facultarem a fala.

Encaminhei três propostas e serei o mais breve possível. A primeira foi sobre a viabilidade de se criar um fundo para manutenção de cadeiras de rodas elétricas para pessoas com deficiências graves, como a minha - tetraplegia - e outras mais - quebra-ossos, amputações -, que têm muita dificuldade de locomoção mesmo com as cadeiras normais.

A segunda seria a viabilização de fundo para a manutenção de uma pensão para o cônjuge do deficiente físico, no caso de sua morte. Em meu caso, por exemplo, minha esposa toma conta de mim o dia inteiro e não tem como efetivar um trabalho. Então, ela fica desamparada. Tenho o benefício da LOA, mas ela, infelizmente, não tem como receber esse benefício. Acho injustiça uma pessoa ser escrava de outra sem ter amparo legal após sua morte.

Encaminhei três propostas, e a terceira seria... Por favor, o senhor está com as minhas propostas em mãos?

O Sr. Presidente - Não, só estou com a inscrição oral.

O Sr. Mário Elias Jorge - Encaminhei três propostas, uma sobre o fundo de amparo, outra para a manutenção das cadeiras elétricas - em Divinópolis já há um programa assim, e eles distribuem gratuitamente -, e me esqueci qual é a terceira proposta.

O Sr. Presidente - Mário, pedirei ao pessoal da assessoria que a localize e farei a sua leitura aqui.

O Sr. Mário Elias Jorge - Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado a você pela participação. Chegaram aqui questões específicas durante o debate. Primeiro, Carla, do Henrique Gomes Miranda, de Belo Horizonte: há desafios para o aprimoramento legal da gestão do Suas? Essa pergunta é para você.

Outra pergunta é de Elizabete Bertolino para mim: gostaria de saber por que não se efetiva a presença do profissional do serviço social nas escolas públicas de Minas Gerais, sendo que já é lei. Boa pergunta.





Há perguntas por escrito e orais. Chegou aqui mais uma lista com oito inscrições para falar. Eu e a Carla aguardaremos para responder.

Vamos fazer um pacto para ouvir todos. Em função do adiantado da hora, solicitamos às pessoas que se inscreveram que sejam o mais breve possível, a fim de que nossos convidados possam comentar depois as questões.

Estão inscritos: Heloísa Amélia Moretzsohn, da Utramig; José Ismar da Costa, do Sindicato das Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas; Maria Mercedes Merry Brito, do CRP; Liliane Arouca do Carmo, da Asussam; Vanda Conceição Ferreira, do Conselho Municipal do Idoso de Contagem; Andreia Coelho Moura, do Conselho Municipal de Assistência Social; Terezinha Rocha, do Movimento de Pessoas com Deficiência; e Soraya Helena Botelho de Araújo. Com a palavra, a Sra. Heloísa Amélia.

A Sra. Heloísa Amélia Moretzsohn - Boa tarde a todos. Trabalho na Utramig, e minha sugestão foi a implementação de um centro de inclusão digital para pessoas com deficiência. Na Utramig temos um projeto de sistema de inclusão digital de pessoas com deficiências visuais e auditivas. Em 2011, a instituição vai incluir os cadeirantes no seu projeto de inclusão digital. Como psicóloga, durante esse projeto, preparo os estudantes, por meio do Curso de Competências Comportamentais, para que eles reflitam sobre as suas competências tendo em vista sua inserção no mercado de trabalho. Assim, convido os cadeirantes que estão aqui a conhecerem esse projeto de inclusão digital da Utramig, que é a Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Há uma pergunta aqui para a Roberta. O Ronaldo, de Betim, pergunta de que forma a Sedese pretende superar o desafio de implantação da NOB-RH. Com a palavra, a Sra. Maria Mercedes.

A Sra. Maria Mercedes Merry Brito - Boa tarde a todos. Um abraço a vários colegas da Mesa, historicamente conhecidos por trabalharmos juntos. Não entrarei em detalhes com relação ao Estatuto do Idoso, que estamos considerando estar sendo ferido no contexto das Ilpis no Município de Belo Horizonte. Não citarei o nome da instituição especificamente, pois achamos que a questão é mais ampla, embora consideremos que o idoso, tal como a criança, não pode esperar. É preciso que sejamos rápidos na atenção a essas questões.

Os profissionais de saúde têm enfrentado dificuldades durante o trabalho de atendimento em saúde pública no âmbito do SUS, com pacientes considerados de grande vulnerabilidade social - a população com trajetória de rua. Tais dificuldades situam-se particularmente nas relações de trabalho intersetorial, no acompanhamento de pessoas idosas, nas denominadas Instituições de Longa Permanência de Idosos - Ilpi - no Município de Belo Horizonte, em especial, após alta hospitalar ou mudança da área de abrangência de unidade de saúde.

Entre os casos que um centro de saúde, situado na Regional Centro-Sul de Belo Horizonte, tem acompanhado nesses últimos 10 anos, por meio de suas equipes de Saúde da Família e Saúde Mental, em conjunto com educadores sociais de rua, da Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS -, destacamos o da Sra. A.R.C., de 84 anos, encaminhada para uma Ilpi, após um atropelamento e longo, longo período de convalescença hospitalar. Esse período foi aumentado porque não existia, de imediato, uma política, um lugar onde se pudesse abrigar a singularidade dessa portadora de sofrimento mental.

A Ilpi para onde a Sra. A.R.C. foi encaminhada é custeada por mantenedores voluntários e por um convênio com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Seu corpo técnico é constituído por um médico, auxiliar de enfermagem, cuidadora, cozinheiras e uma psicóloga. Suas instalações são razoáveis atendendo as exigências do Estatuto do Idoso nesses itens. Entretanto, durante visitas realizadas por uma técnica de referência em saúde mental da Regional Centro-Sul, provavelmente verificou-se o descumprimento de vários artigos desse Estatuto.

Tal fato foi comunicado aos órgãos públicos de saúde e assistência social, central e local, porém eles, até o momento, não tiveram condições e não apresentaram nenhuma proposta que sanasse os problemas constatados na instituição, os quais prejudicam as 25 internas. É importante ressaltar que a Senhora A.R.C. é portadora de sofrimento mental e não tem parentes ou curador no Município. Não faz uso de medicação psiquiátrica e sua estabilização (ausência de crise) dá-se, fundamentalmente, por meio de uma inabalável fé religiosa. Acredita firmemente que está de passagem por essa instituição por um desígnio divino, e que Deus está providenciando para ela uma nova casa, onde ela poderá retomar as atividades que exercia antes de sua internação: lavar, passar, cozinhar, fazer compras e coser suas próprias roupas, rotina que viveu com habilidade e zelo, durante 23 anos, em casa montada e improvisada por ela, sob o Viaduto Santa Tereza. Nessa instituição é vedado às internas o exercício de qualquer atividade laborativa, sob a alegação de ausência de pessoal e condições financeiras. Não é oferecida a elas nenhuma atividade de lazer, principalmente externo, e nenhum tipo de convívio comunitário às internas que não têm vínculos familiares, o que no nosso entendimento se caracteriza como uma situação próxima à de privação de liberdade.

A coordenação dessa instituição alega falta de apoio do poder público para trabalhar a inclusão social das internas. Partindo desse pressuposto, supomos que os seguintes artigos do Estatuto do Idoso estão sendo descumpridos:

1º - Art. 2º e 3º, Título I, das Disposições Preliminares. Art. 3º, nos itens: IV e VIII, respectivamente: que tratam das formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações; garantia de acesso à rede de saúde e de assistência social local.

2º - Título II, em seu art. 10 do Capítulo II do Estatuto do Idoso, dos Direitos Fundamentais. Capítulo I. Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade, nos itens I, IV, V, VI, que asseguram aos idosos a faculdade de ir e vir, de estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, a prática de esportes e diversão e participação na vida familiar e comunitária.

3º - Itens do art. 20, do Capítulo V, que trata da educação, cultura, esporte e lazer.

O Sr. Presidente - Mercedes, como se trata de um documento muito extenso e grave, uma denúncia, - e foi muito importante fazê-la - para não sairmos do combinado, pois estou vendo algumas pessoas se manifestando visivelmente ansiosas por causa do horário, sugiro-lhe que entregue formalmente o documento a nossa Comissão. Assim, poderemos encaminhar o conteúdo total das denúncias, cuja gravidade ficou clara. Gostaria que a senhora concluísse, para não atrapalharmos a dinâmica e o horário regimental.

A Sra. Maria Mercedes Merry Brito - Não me estenderei, mas fiquei me perguntando se esse modelo de atenção para essa população seria o melhor. Parece que o Sr. Frederico citou alguma coisa nesse sentido, e o senhor leu o documento aqui. Pergunto isso pela nossa



história de exclusão social, como os portadores de sofrimento mental e as crianças. Em 1993, com a nossa querida Simone Albuquerque, conseguimos formular algo referente à política para abrigos. Ou seja, são duas pontas do “iceberg”: a criança e o idoso. A ILPI seria mesmo o melhor modelo de política pública, para sustentarmos, para essa população? Se tiver autorização da Mesa, passarei aos colegas presentes um abaixo-assinado contendo propostas para serem encaminhadas à Assembleia Legislativa e a outros órgãos. Acho que dessa maneira resolveríamos o caso. Obrigada.

O Sr. Presidente - A senhora está autorizada. Muito obrigado, Mercedes. Solicitarei à Assessoria da Assembleia que a auxilie. Com a palavra, Liliâne Arouca do Carmo.

A Sra. Liliâne Arouca do Carmo - Boa tarde a todos e à Mesa. Neste momento, direciono a minha fala como cidadã - aliás, estou aqui também como representante do Conselho Fiscal da Asussam. A nossa amiga do CRP dá-nos condições de exercermos lá a nossa militância antimanicomial. Não falarei sobre as minhas ponderações em relação a essa questão. Na verdade, farei aqui um pedido como cidadã e outorgante dos constituintes desta Casa. É muito triste ver que um fórum que se iniciou com uma Casa tão lotada esteja, ao final dos trabalhos, quase vazio, principalmente dos nossos constituintes. Gostaria de destacar alguns pontos. Um deles se refere aos banheiros públicos em Belo Horizonte. Solicito às Sras. Simone e Carla e a toda a Mesa uma maior observação em relação a eles. No Centro da cidade, há apenas um banheiro público na Praça Sete, mais especificamente na Galeria Praça Sete; um na Praça da Estação; e outro na rodoviária. Esses três banheiros não têm condições de acessibilidade integral. O horário de funcionamento deles é o comercial, e isso me deixa triste quando pensamos nos moradores de rua, que não têm a oportunidade de utilizá-los. Um outro ponto é em relação à região hospitalar, que recebe a visita de muitas pessoas do interior, mas não tem um banheiro público de acessibilidade. E ainda uma outra observação que faço a esta Casa é que o banheiro da Câmara Municipal de Belo Horizonte tem melhor acessibilidade que o desta egrégia Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Citarei outros pequenos pontos. A Delegacia de Mulheres, localizada à Avenida Barbacena, esquina com Rua Aimorés, está com o elevador de deficientes estragado há mais de um ano; a Delegacia do Idoso e do Deficiente também tem uma dificuldade enorme na utilização de banheiro. Não há cadeira de rodas disponível nem bengala ou andador à disposição dessa classe. No Centro Integrado da Mulher - CIM -, localizado à Avenida Olegário Maciel, não há também acessibilidade para as pessoas com deficiência física, muito menos no banheiro. No passeio público do Ministério Público, da Promotoria de Justiça da Saúde, também não existe acessibilidade. Há um vão, uma broca, na esquina da Rua Juiz de Fora com a Avenida Augusto de Lima e, se uma pessoa numa cadeira de rodas passar por lá, ela poderá cair e se machucar. Deixo aqui esse alerta e um pedido de providências aos senhores. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Liliâne. Peço-lhe que liste esses pontos e entregue ao pessoal da assessoria o nome de todas essas repartições - aliás, públicas -, a fim de tomarmos as providências do ponto de vista de notificação e de requerimentos da própria Assembleia. Solicitarei à assessoria que faça a listagem - podemos também listá-las nas notas taquigráficas - e à senhora que detalhe bem cada item.

A Sra. Liliâne Arouca do Carmo - Agradeço-lhe a oportunidade. Cito também que os trens da CBTU do metrô de Belo Horizonte não têm acessibilidade. Com aquelas cadeiras, quando transitamos pelo metrô, corremos o risco de cair no trajeto da estação da Lagoinha, estação central e até a estação de Santa Efigênia. Ao imprimir velocidade alta, corremos o risco de cair dentro do próprio vagão. Na verdade, são inúmeros os locais com falta de acessibilidade. Pedimos atenção também para a plenária da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte e os banheiros da Secretaria Estadual, que não têm acessibilidade. E há uma necessidade urgente de tê-la, pois quem precisa utilizá-lo o faz de portas abertas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Sra. Vânia Conceição Ferreira, do Conselho Municipal do Idoso, de Contagem.

A Sra. Vânia Conceição Ferreira - Meu nome é Vânia. Minha manifestação aborda a política voltada para a pessoa idosa. Somos uma população que está envelhecendo, e não há uma preocupação efetiva no que diz respeito a políticas públicas para o idoso. Todos nós, que ainda não somos velhos, seremos daqui a 20 anos. A população de idosos está crescendo, e a política pública para o idoso está voltada para uma demanda que não tem infraestrutura para atender todas as nuances do envelhecimento. Então, hoje há equipamentos para denunciar? Há, mas encaminhar para onde? Para a violação de direito identificada, fazer o quê? Não há equipamento. Trabalho no Conselho do Idoso e lido com isso todos os dias: encaminhar para quem? Atender como? E quando o idoso chega, os seus direitos já foram violados. É preciso fazermos um trabalho de prevenção, que comece na escola, em casa, na convivência. A assistência social para o idoso não atende a todas as questões do envelhecimento. É preciso pensar em políticas públicas na educação, para assim se pensar no envelhecimento; na saúde, porque se trata de uma demanda cara, que exige muito dos profissionais, como qualificação, recurso; e a assistência social não tem atenção específica. Às vezes há o serviço de atendimento especializado, mas não atende ao idoso. Se a mulher é violada no seu direito, mas se tiver acima de 60 anos... Só atendemos até os 60 nos. Por ela ser idosa, deixou de ser mulher? Isso é grave. Precisamos pensar que a mulher idosa, o homem idoso sofrem a violência da nossa sociedade, que não está preparada com o envelhecimento, e sofrem outras violências inerentes a nossa vida. Assim, as políticas públicas voltadas para o idoso são emergentes, necessárias. Trata-se de uma demanda gritante, e, se não fizermos algo a respeito, não vamos suportar o envelhecimento da nossa sociedade, que será um caos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado a você, Vânia. Com a palavra, a Sra. Andreia Coelho Moura, do Conselho Municipal de Assistência Social.

A Sra. Andreia Coelho Moura - Boa tarde a todos, sintam-se abraçados na pessoa da Simone, por quem sentimos muito carinho e por quem temos muito respeito. Meu nome é Andreia, faço parte atualmente do Conselho Municipal de Assistência Social, representante de usuários. Vimos aqui participar com o objetivo de contribuir com aquilo que realizamos no Conselho. Cheguei ao Conselho por meio de uma comissão local, estou no meu segundo mandato. Já participei de várias conferências, onde sempre escuto vários oradores falarem em 5%. Se se comparar o Orçamento de hoje como um todo, a educação tem 25%, garantido em lei; é o que acontece lá. Daí temos a preocupação porque já passamos disso, temos 1% - estou dizendo números que tenho na cabeça. Faço parte de uma comissão de financiamento no Conselho, e todas as vezes que vamos falar de algo relacionado a dinheiro, o negócio fica sério, é “pauleira”, não tem dinheiro. Então, digo sempre no Conselho que temos dois primos ricos nessa situação: a saúde e a educação, que



conseguiram garantir. Então, creio que é o momento de por na agenda desta Casa tal discussão. Estou cansada daquela coisa de que assistência é sinônimo de pobreza. Há uma série de coisas que avançaram. A nacional avançou, consegui garantir o orçamento bacana, de 4% para 36% - se eu não estiver enganada, Simone.

Não se faz política pública de assistência sem dinheiro. Estou cansada de ouvir que a assistência não tem dinheiro para fazer nada. Quero saber o que esta Casa pode fazer para trabalhar, dentro dessa agenda, o orçamento para a assistência, pois está defasado.

Deputado André Quintão, resalto que, ao chegar aqui, esta Casa estava estrelada, os Deputados estavam presentes. Fiquei feliz por ver esta Casa assim, e o Deputado André Quintão sempre comprometido com essa política. Mas quero lhes deixar um recado. Não quero apenas que nos recebam, mas que permaneçam para fazer a discussão. Temos de ver o compromisso desta Casa com o povo que está lá fora.

O Sr. Presidente - Obrigado, Andréia. Com a palavra, Terezinha Rocha.

A Sra. Terezinha Rocha - Como os colegas já disseram, o Plenário já está esvaziado. Quero que comentem - já passei a mensagem, não sei se tiveram tempo de lê-la - as dificuldades dos trabalhadores. Como receber as pessoas com deficiências - idosos, adultos e crianças. O que temos? Quero saber a situação, pois participei da conferência nacional e não vi o que aprovamos e o que ainda falta para ser aprovado. Quero saber de tudo, pois percebemos a dificuldade do trabalhador para resolver seus problemas.

Gostaria que comentassem o assunto. Aproveito para dar os parabéns à nossa querida Simone. O nosso Brasil é muito grande. Cumprimento também os demais companheiros da Mesa. Quero que nos tragam mais esperança, porque ficamos meio engasgados. Realizamos o fórum de mobilidade urbana e o fórum contra a violência e as drogas. Enviamos mais de 40 propostas e ainda não recebemos nenhuma resposta. Também não vimos os anais da Assembleia. Queremos obter, se possível, alguma resposta da última conferência nacional. Assim, veremos se o que pedimos quanto aos direitos dos cidadãos pode ser cobrado dos demais órgãos responsáveis. De repente, a resolução não depende apenas de vocês. Temos de saber se o poder é do Conselho Nacional ou da Diretoria. Queremos que nos mostrem uma luz no fim do túnel. Estamos cansados de assistir à luta de todos.

Como os demais falaram, vimos há muitos anos acompanhando a política de luta das pessoas, tanto na área da saúde quanto em outras áreas. Vemos que se avançou um pouquinho, mas queremos mais, se possível.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Peço aos demais Deputados que não se encontram presentes, mas que foram votados por nós, que repensem bastante as propostas de campanha e estudem os pedidos que encaminhamos.

Não falaremos mais porque todos estão com os ouvidos caleçados. Já mandamos as propostas. A palavra "acessibilidade" já está doendo no ouvido de todos. Infelizmente, temos de continuar a citá-la a todo momento. Aqui, próximo à Assembleia, na Av. Olegário Maciel, há um sinal onde precisamos cercar o povo na rua para passarmos no meio dos carros. No ano passado, ao terminar o fórum sobre violência e antidrogas, um motorista quase nos atropelou, porque não havia acesso para subirmos na calçada. Se o trânsito não estivesse ruim, ele teria passado por cima de mim e da Kátia. Temos uma acessibilidade muito ruim ainda.

Sei que o problema aqui é de assistência social, mas peço ao Deputado André Quintão e aos demais que olhem a situação com carinho. A acessibilidade, a saúde e a educação são direitos do cidadão, principalmente nosso, que temos mobilidade reduzida. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Terezinha. Solicito à assessoria da Casa que inclua no requerimento da Liliane, entre aquelas várias lacunas de acessibilidade, a questão que foi mencionada pela Terezinha - um sinal próximo da Assembleia, na Olegário Maciel -, para a encaminharmos à BHTRANS. Com a palavra, Soraya Helena Botelho de Araújo, última inscrita.

A Sra. Soraya Helena Botelho de Araújo - Boa tarde a todos. Agradeço a oportunidade de me manifestar neste fórum. Também sou pessoa com deficiência e endosso tudo o que as colegas falaram a respeito da luta pela efetivação dos direitos das pessoas com deficiência. Mas minha fala refere-se à questão dos conselhos como órgãos de controle social.

Minha primeira pergunta é uma provocação. Gostaria de saber quantos de nós são usuários da política de assistência social e quantos de nós que, não sendo usuários dessa política, recorreriam, em algum momento de sua vida e diante de suas necessidades, aos serviços do Cras, do Creas e de outras unidades da assistência social. Quantos de nós teríamos coragem de acessar esses serviços, caso precisássemos? Não é uma pergunta para ser respondida, mas pensada.

Desde 1988 estamos em uma democracia representativa, um passo importante que garante a participação da sociedade civil organizada nos espaços de poder e decisão dos rumos das políticas públicas. Os conselhos de assistência social fazem parte dessa nova institucionalidade e, como órgãos de controle social, podem e devem deliberar, acompanhar e fiscalizar a efetivação e ampliação dos direitos socioassistenciais, especialmente. Porém, na prática, o que se vê é muito diferente do que está formal e legalmente instituído: atualmente, os conselhos de assistência social atuam como coadjuvantes e não como protagonistas na construção da política de assistência social - refiro-me especialmente aos Municípios. Os conselheiros, tanto governamentais quanto da sociedade civil, não são suficientemente capacitados e, por isso, não estão cientes do seu papel relevante na discussão sobre a política de assistência social, especificamente do Suas.

Assim, a minha questão é: como fortalecer o papel dos conselhos e promover a capacitação dos Conselheiros e, especialmente, dos usuários, objetivando a consolidação do Suas? Gostaria de citar alguns exemplos, reforçando algumas coisas previstas na política, como as ouvidorias e a participação dos usuários no planejamento dos Cras, situações que ainda não são efetivadas em relação ao desenvolvimento das ações socioassistenciais. São situações graves que prejudicam muito a consolidação da política como direito do cidadão e dever do Estado, algo de que falamos tão recorrentemente.

Quanto à capacitação dos Conselheiros, quero fazer uma sugestão à Casa, pensando em um sonho que tenho nas vezes em que assisto a conferências na Escola do Legislativo. Quem sabe não se faz uma escola permanente de capacitação, por ação do Estado ou capilarizada pelos Municípios? Não me refiro a uma capacitação que se ofereça quando o Município apresenta um problema de capacitação ou quando se constata que a sociedade civil não participa efetivamente por não se sentir capacitada - porque não a busca ou porque ela não é ofertada. Essas discussões são recorrentes. Assim, poderíamos fazer uma escola que abranja também outras áreas



e segmentos, para que se fortaleça a capacitação e se intensifique a presença de toda a sociedade civil, especialmente dos usuários, na construção da política. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Soraya. Na sequência, vamos passar às considerações finais. Em função do horário, pedimos objetividade. Com a palavra, nosso companheiro Geraldo.

O Sr. Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho - Quero me dirigir a todos os que deixaram aqui a sua colaboração, várias com caráter de denúncia. Acho que o espaço aqui criado tem exatamente a importância fundamental de escutarmos essas denúncias.

Este é o espaço para que possamos apropriar-nos de situações que não vivemos cotidianamente. As pessoas com deficiência são as mais prejudicadas, e os idosos têm um grau de vulnerabilidade em função da própria idade. Ou seja, vemos o não cumprimento do que está fundamentalmente legalizado, que é o Estatuto do Idoso. Há avanços, mas as denúncias devem continuar. É preciso buscar os espaços institucionais apresentando nossas contribuições. Uma denúncia de que não há acessibilidade dentro de uma promotoria é de cair o queixo; o mesmo se dá quando se fala que o elevador de uma delegacia está parado faz tempo. Realmente, isso nos deixa indignados, mas é água mole em pedra dura. Este é o espaço, e nos cabe, como Conselheiros, lutar pelo controle social e fazer com que as leis saiam do papel. Há dinheiro para construção de obras públicas, para inaugurações e para busca de votos. Há dinheiro para inaugurar gabinetes de Prefeitos, obras civis, asfalto, enfim, tudo que dá visibilidade e voto. A Lei de Responsabilidade Fiscal foi muito boa, excelente para todos, mas parece que ela existe para políticas públicas de assistência social e para as que visam tirar as pessoas da situação de vulnerabilidade social.

Parabéns a todos os participantes, pois esse é o nosso papel. Espero que continuem assim. O Conselho Estadual está à disposição para esse tipo de denúncia, e temos buscado soluções à medida que nossas pernas consigam alcançar, pois nosso Estado é de direito e nele cumprem-se as leis. Penso que nosso primeiro exercício de direito é cumprir a lei como cidadãos. Parabéns a todos, parabéns à Casa, ao Deputado André, como Presidente da Comissão de Participação Popular, pois, para nós, como sociedade civil, é importante que tenhamos alguém comprometido com a causa. Estendo esse convite a todos os parlamentares do Estado. Muito obrigado. Especialmente agradeço a vocês, presentes até o momento, pois é bacana ver pessoas comprometidas com a causa que se sentem gratificadas por defender uma política pública que nos gratifica de coração e não por uma questão material, que é o dinheiro. Parabéns aos que buscam o fortalecimento do vínculo familiar, que cultivo e que sempre tenho comigo por meio de vários parentes aqui presentes. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Geraldo. Estendo os cumprimentos aos Conselheiros Estaduais. Com a palavra, Maria Albanita.

A Sra. Maria Albanita Roberta de Lima - Vou, rapidamente, pontuar três questões colocadas pela plenária. Primeiro, é importante ressaltar que vários posicionamentos se mostraram afinados com as falas da Mesa. A todo momento colocou-se o grande desafio da formação da rede de proteção na oferta de serviços para a população, em relação seja ao idoso, seja ao deficiente. Isso é um grande desafio no Suas: a construção, o financiamento e o apoio a essa rede para que ela preste serviços dignos para essa população, o que é um direito seu.

Carla, gostaria de dizer que, quando você fez o cálculo do piso, estava correto, mas você esqueceu de incluir algo nessa questão do fundo: todo recurso de alta complexidade não está incluído aí, exatamente por ser o serviço mais caro e que tem um aporte de recursos significativos do fundo. Os recursos do fundo estadual não são somente o piso. Este está se somando. Concordo que seja pouco se levarmos em conta o universo - 853 Municípios - e toda a demanda existente, que, por obrigação, temos que cofinanciar. A grande vantagem do piso é que flexibilizamos o gasto em proteções e criamos a possibilidade de o Município cofinanciar o benefício eventual. Então, é um obrigação do Estado cofinanciar junto aos Municípios o benefício eventual, o que sempre foi uma demanda em conferências.

O Ronaldo já foi e me perguntou qual a fórmula para romper com os desafios da NOB-RH. É claro que não tenho nenhuma fórmula nem receita. Se tivesse, já teria feito. Esse é um desafio a ser enfrentado nas três esferas do governo. A questão NOB-RH e a discussão de recursos humanos para a política pública estadual de assistência social têm de estar acopladas. Há vários desafios para além. Normalmente, quando essas perguntas chegam, vêm pautadas em concurso público, como se isso, "a priori", resolvesse o meu problema de gestão dos recursos humanos. Há a possibilidade de recrutamento, e temos feito isso, pois é uma política do governo do Estado. A MGS promove os concursos e oferta trabalhadores para as políticas públicas do Estado como um todo. Temo-nos valido disso, mas há outros sérios problemas, pois dispomos de uma rede enorme de trabalhadores que herdamos da extinta Febem, bastante qualificada, mas a grande discussão no governo do Estado é a possibilidade de progressão. Ao longo do tempo, essas pessoas estudaram e concluíram os seus cursos superiores, mas não consigo fazer a progressão devida, incluindo-as em um plano de carreira, pois a discussão sobre esse plano ainda não é específica para a política de assistência social. Realmente, esse é um grande desafio que o próprio Poder Legislativo tem pontuado e pode nos ajudar a vencer, já que, com certeza, sozinha, não conseguiria romper metade dos desafios que há na NOB-RH.

Agradeço a oportunidade e, como disse o Geraldo, parabenizo os guerreiros que permanecem até o último minuto. Percebemos o interesse dessas pessoas. Agradeço aos colegas da Mesa, à Simone e à Carla. Agradeço ao Deputado André Quintão a oportunidade de participar deste debate. Na Sedese, estamos abertos e sempre disponíveis a qualquer momento em que esta Casa nos chamar, pois temos criado esta lógica no Estado com muita veemência: precisamos ouvir as críticas e as verdades, mas precisamos fazer parcerias para vencer, pois temos muita clareza de que esses desafios não são pontuados por um só, mas pela sociedade brasileira, e, à medida que agregamos pessoas e parceiros, vamos desvencilhando-os. Por isso, na apresentação do Geraldo e também na da Simone, foram citados os avanços que já obtivemos na política. Há uns anos, discutíamos a possibilidade de contar com um sistema único, que nem imaginávamos que poderia existir. Hoje estamos passando a tarde discutindo a política pública em um fórum democrático, como bem disse a Simone, em uma perspectiva de desenvolvimento social. Parabéns a todos. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado. Chegou a pergunta dirigida a mim, sobre a questão da lei do assistente social nas escolas, feita por Elisabete Bertolini, de Contagem. É bom esclarecermos pela TV Assembleia que conseguimos aprovar, após quatro anos, essa lei na Assembleia Legislativa. Na aprovação, houve um substitutivo que fala em acompanhamento social nas escolas por meio de um





profissional legalmente habilitado a desenvolver ações de acompanhamento social, principalmente assistentes sociais e psicólogos. O governo do Estado tomou a decisão política de iniciar esse processo de implantação através dos Municípios que atendem o programa Poupança Jovem, destinado a jovens do ensino médio em situação de vulnerabilidade. Nos oito Municípios em que o Estado tem o programa, a lei está sendo aplicada. O Estado repassa o recurso para o Município, que contrata os profissionais para atuarem junto aos Cras e escolas para o chamado acompanhamento social, principalmente dirigido àqueles jovens que estão na chamada rota de evasão escolar. Conseguimos colocar na aprovação do Orçamento deste ano R\$4.590.000,00 para a efetivação dessa ação no PPAG, que, por meio de emenda popular, foi também destinada ao acompanhamento social nas escolas. Portanto, ela está sendo cumprida, mas, obviamente, por decisão do Executivo, em um número reduzido de Municípios.

Acredito que cabe aos conselhos das áreas de educação e de assistência também fazerem gestões. Já estamos permanentemente fazendo com que o Estado amplie essa presença que, mais do que uma presença física, sinalize para uma integração da política de assistência social e de educação. Sabemos que não há um rendimento adequado, uma permanência, uma integração na escola, se não temos essa integração com o trabalho na família. Mais uma vez deixo esse recado, já que o nosso Conselho Nacional de Serviço Social fará eleição por agora. O Leonardo falou sobre esse processo em que nós, profissionais do serviço social, podemos também, juntos aos Municípios, nos mobilizar. Por exemplo, há muitos Municípios que, a partir da lei da Assembleia, criaram leis municipais. Sendo assim, nada impede que o Município aplique a lei no seu âmbito municipal, na sua escola municipal. A ideia é que em um mesmo território integrem-se Cras, Creas, sindicatos, associações, igrejas, escolas, Programa Saúde da Família. Ou seja, que se tenha uma gestão integrada de política social, e não fiquem escolas fazendo só uma coisa, controlando infrequência e cortando bolsa-família. Além disso, o Cras fica atendendo as famílias cujos jovens estão evadindo das escolas e, conseqüentemente, cortando os benefícios dessas famílias. E eles não sentam para integrar o trabalho na ponta. Portanto, a lei está em vigor com um cumprimento restrito e com ação orçamentária prevista no PPAG. Com a palavra, a Sra. Simone Albuquerque.

A Sra. Simone Albuquerque - Em primeiro lugar, gostaria de dizer que um fórum como este, no qual temos a oportunidade de ouvir o que os usuários desejam que esteja na agenda do desenvolvimento social, é muito importante. Essa fala tem de ser valorizada, ouvida e encaminhada com a devida proporção se queremos, de fato, um Suas que escute os seus usuários. Pelo que ouvimos aqui e apesar de todos os avanços, ainda temos muita violação de direito tanto no campo socioassistencial quanto no campo da acessibilidade e da saúde. É muito importante que se pontue isso.

No campo da acessibilidade, trazendo-o para a nossa área da assistência social, esse é um problema que está em todos os lugares e em todo o País. Às vezes fico imaginado o que seria necessário fazermos - não é mesmo, Terezinha? - para resolver essa questão. Do ponto de vista da acessibilidade, ainda temos em Minas Gerais cerca de 300 centros de referência à assistência social completamente insuficientes para os trabalhadores portadores de deficiência, para os gestores portadores de deficiência e, principalmente, para os usuários. Portanto, esse assunto é tão sério e tão interessante que os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas, começaram a questionar os gestores, dizendo que investir em acessibilidade era um recurso que se tinha para a construção. Nada disso. Como querem que um centro de referência de assistência social não tenha acessibilidade? Isso não é construção, mas, sim, qualidade de serviço. No entanto, eles estão incorporando. Por isso falo: deve haver um modelo de financiamento adequado para a política de assistência. Depois os usuários devem ficar em cima; não há outro jeito. Vocês sabem disso, sabem que tivemos as conquistas por meio de participação, vindo para a Assembleia e falando. É assim, não tem outro jeito. É uma luta para votar uma lei, outra luta para transformar o direito em lei, e ainda outra para tirar o direito da lei. É assim que a democracia é feita.

Nesse sentido, acredito ser muito pertinente pensar no cuidador da pessoa com deficiência. Foi feita uma proposta aqui de se pensar no benefício para o cuidador. Outras pessoas propuseram pensar na política do idoso. Todo mundo está preocupado. Claro. A sociedade está preocupada. É como eu disse aqui: essa sociedade precisará de cuidados a curto, médio e longo prazo. Há pessoas que precisarão de cuidados do Estado brasileiro durante muito tempo. Eu, aliás. Já estou até na fila dos cuidados. O assunto é sério e está sendo discutido. Está na pauta nacional. Lógico. Precisamos pensar quanto precisaremos para o Suas. Hoje gastamos duas vezes e meia a mais com benefícios do que com serviços. Devemos discutir com os usuários se o melhor modelo é o que paga o benefício ao acompanhante ou, no caso brasileiro, se mesclaremos o cuidado. Não. Vamos ter o benefício de prestação continuada - BPC? Já é para serviço. Está tudo em 70% das instituições de longa permanência e nos abrigos para pessoas com deficiência. Então não dá para dizer que o BPC não está custeando acolhimento. Cuidado. Ele está custeando, sim. Devemos pensar junto com os usuários que utilizarão o serviço de cuidado qual a melhor proposta para o caso brasileiro. Inclino-me a pensar, pela minha experiência e pelos estudos que venho realizando, que, no Brasil, devemos mesclar, ter serviços públicos de cuidados e benefícios e, para os casos mais graves, para quem perdeu a autonomia e precisa de cuidados permanentes - esse é o grande problema -, não há outra solução que os dois: a integralidade da proteção de serviços e benefícios.

Encerro esse assunto, que é muito importante, porque devo responder sobre a questão do financiamento na área da assistência social. Ele deu um salto enorme, sem dúvida nenhuma. No País inteiro, temos ainda a dificuldade do financiamento dos governos estaduais - já disse hoje aqui -, mas também percebemos um desenho mais adequado a cada dia. Não adianta financiar se o desenho não for adequado, se continuar com a política do beija-mão. É preciso reconhecer isso, como é preciso reconhecer que a Assembleia Legislativa tem colaborado, sim. Onde há frentes parlamentares, há contribuição. Aqui no Estado de Minas Gerais houve aumento de recursos. O próprio Deputado André já expôs o esforço que vem sendo feito na discussão do PPA com a participação da população. Onde existe frente parlamentar no Brasil também há colaboração para o aumento do financiamento. E o governo federal, vocês sabem. Neste ano, o Orçamento é de R\$44.000.000.000,00, e não houve nenhum corte na nossa área. Esse é um recurso bastante importante para nós.

Quero terminar respondendo, principalmente aos que perguntaram: "Qual é a luz no final do túnel?" e "Quantos de nós temos coragem de acessar os Cras e Creas?", que tenho coragem já, imediatamente. Estamos construindo esse negócio chamado Cras e Creas. Não significa que eu concorde que os Cras sejam caindo aos pedaços; não é isso.



Considero sinceramente duas questões e quero terminar falando sobre elas. Primeiro, considero muito importante que em um Município com 3 mil habitantes haja um centro de referência de assistência social. Quem necessita de assistência não tem de ir à casa da primeira-dama; não tem de ir à casa do Prefeito; não tem de implorar a Vereador isso ou aquilo. Tem assistentes sociais, psicólogos, profissionais formados para referenciá-lo no direito, o que é muito importante. E sei também que a política de assistência social mostrou uma coisa fantástica. Essa área consegue tirar pessoas de situação de pobreza e miséria. Se não fosse o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC -, teríamos 7% a mais de miseráveis no Brasil. Se não fosse o BPC, teríamos idosos espalhados pelas ruas em situação de miséria. O BPC e programas de transferência de renda são extremamente importantes para tirar pessoas da miséria.

Encerro, dizendo que conquistamos muita coisa, sim. Claro que não conquistamos tudo o que queríamos, e nem vamos conquistar de uma hora para outra, mas tenho certeza de que estamos no caminho certo. Por isso agradeço muito a Assembleia Legislativa e a todos os Deputados que estiveram aqui. Agradeço o meu querido André Quintão, um dos melhores Deputados deste país, sério e comprometido, como tantos outros. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado pelo seu trabalho, sua presença e sua garra. Há uma pergunta da Andréa para a Carla: "O que a situação de 80% de contratos e 20% de concursados causa aos usuários, no sentido de garantias de direitos? Como garantir que os profissionais sejam concursados?" Deve ser fazendo concurso, certo? Com a palavra, para suas considerações finais, a Sra. Carla Andréa Ribeiro.

A Sra. Carla Andréa Ribeiro - É tão óbvio, não é? Essa pergunta casa com a pergunta do Henrique, que veio pela internet: "No Município de Belo Horizonte, há desafios para o aprimoramento legal da gestão do Suas?" Há dois grandes desafios. Poderia citar vários, mas escolherei dois. O primeiro é a própria legislação municipal que regulamenta o Suas no Município. O Projeto de Lei nº 111/2009, de autoria da Vereadora Nilza Santos, está em tramitação na Câmara Municipal. Houve propostas de alterações feitas pelo fórum mineiro, pelo fórum dos trabalhadores e por outros representantes da sociedade. Esse projeto precisa ser concluído como uma peça juridicamente correta - está nesse momento de acerto - e ser negociado junto ao governo municipal. Aí está um grande desafio: garantir, por meio de lei, o que pensamos ser adequado para gestão e implementação do Suas no Município. Somos ousados, pois nem bem foi aberta a discussão do projeto de lei, apresentamos tudo o que queremos. Esse tudo é o que deve entrar em processo de negociação com o governo municipal. O grande desafio é a interlocução, com demonstração de força política, para que possamos bancar o que acreditamos para as políticas de assistência social.

O segundo desafio é a situação gravíssima que o Município de Belo Horizonte vive, com uma ausência absoluta de isonomia dos vínculos empregatícios dos trabalhadores da assistência social. Temos uma situação de 20% efetivos, concursados, e entre os 80% contratados, há de tudo: salários diferentes na mesma função, com o mesmo profissional, jornadas de trabalho diferentes, com o mesmo salário e com a mesma função, tudo que gera um clima de insatisfação, que, inevitavelmente, compromete a qualidade do atendimento. Tenho muita segurança sobre a seriedade e o compromisso dos trabalhadores engajados no Suas. Se não fossem trabalhadores engajados, estariam em outras políticas públicas, com as quais é mais fácil lidar. São pessoas engajadas e com militância política.

O clima de insatisfação é muito grande. São trabalhadores que se queixam, que falam do desrespeito, da ausência de espaço de interlocução. De fato esse espaço é muito limitado na gestão. Hoje há um problema grave que tem de ser tratado. O concurso, Andreia, é a solução. Mas um concurso para 800 vagas? São 800 trabalhadores. Esse é um número muito significativo, com um impacto muito significativo. Então, antes de atingir o concurso para resolvermos essa questão, temos de gerar outros mecanismos de mediação do problema. Essa é a grande reivindicação dos trabalhadores. Com certeza.

Por fim, quero dizer que a leitura da denúncia da Mercês só aponta para um problema de que temos de cuidar nesta cidade. Violação de direitos de idosos não tem fluxo efetivo para denúncia. Fica todo o mundo atirando para todos os lugares. Essa é uma questão que temos de tratar com muito cuidado, pois efetivamente estamos com uma ausência de organização dos órgãos de defesa de direitos para esse segmento.

Gostaria de agradecer o convite da Assembleia, do André, a contribuição da Mesa. Fiquei muito feliz com esta oportunidade. Tentei... com os elementos que a militância na área me permitiu expor. Gostaria ainda de fazer um convite a todos que estão aqui, bravos, fervorosos depois das 18 horas. É importante o engajamento de uma militância política em defesa dessa política pública. Se não incorporarmos essa postura militante, a política de assistência social, de fato, sofrerá muitos constrangimentos institucionais. Aí a militância política cumpre um papel importante. Esse é um convite à eterna vontade de fazer um mundo melhor e de contribuir para isso. Obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Gostaria de agradecer à Carla. O Deputado Antônio Lerin irá integrar a Comissão de Participação Popular. A Assembleia recolheu todas as sugestões, e muitas não foram lidas aqui, pois já foram encaminhadas. As contribuições orais foram registradas. Com certeza, muitos dos pontos expostos aqui serão objeto de atuação da Casa, em suas várias comissões, como as Comissões do Trabalho e de Participação Popular, comissões das demais políticas públicas e as frentes parlamentares. Em relação à questão orçamentária propriamente dita, como a Andréa expôs, é sempre bom deixarmos claro que a vinculação orçamentária se dá no plano federal. A discussão de ampliação orçamentária pode ser feita no Orçamento do Município e do Estado. Aí temos um grau de participação política, como temos tido ao longo dos anos, a qual aumentou quase três vezes no Estado por uma convergência da sociedade civil, conselhos, governo e Assembleia Legislativa. A Roberta e o Geraldo fizeram uma exposição sobre isso. Consideramos esse aumento insuficiente ainda, mas estamos em uma escala progressiva. É preciso ampliar mais, e isso acompanhando politicamente esse debate nacional, que apoiamos e no qual trabalhamos juntos.

No Estado também estamos - aliás, a Roberta sabe disso - fazendo um grande esforço para a realização de um concurso público. Sou, Andréa, assistente social da Prefeitura de Belo Horizonte, concursado. Então, no dia em que eu tomar bomba nas urnas, vou trabalhar em um Cras da Prefeitura. Espero trabalhar em um Cras, talvez sem tomar bomba nas eleições; mas a Lei Orgânica ainda não permite isso. Talvez a Lei Orgânica seja mudada, e aí eu poderia combinar isso, com muito esforço. Entretanto, se o meu sonho



fosse trabalhar na Secretaria de Desenvolvimento Social, por concurso público, eu estaria frustrado, pois, desde que me formei, Léo, nosso candidato do Sintibref, 1977, não houve nenhum concurso para assistente social no Estado.

Já tivemos a Constituição Federal, o Loas, a lei de 1996 e agora a minha lei. Então, o concurso público é importante. Estou com muita esperança, para não ficar só com foco na Prefeitura de Belo Horizonte, de conseguirmos esse concurso neste ano. Por uma série de fatores, não só pelo fato de se fazer concurso público, mas para que o Estado - chegou até uma sugestão aqui - fortaleça as diretorias regionais da Sedese capazes de dar suporte à estruturação nos Municípios e nas ações de média e alta complexidade dos Cress, que podem e devem ter uma dimensão regional e de capacitação dos atores envolvidos. Falei dessa questão aqui apenas para mostrar como as sugestões são válidas. Essa questão dos recursos humanos está muito forte, muito presente. Mais uma vez, iremos abraçá-la com muita atenção.

Agradeço a todos os servidores da Assembleia que, mais uma vez, com muita competência, realizaram este evento, bem como aos servidores do nosso gabinete e dos demais gabinetes da Assembleia. Agradecemos muito também a honrosa presença de todos. Simone Albuquerque, fique em Belo Horizonte hoje, para colocarmos a conversa em dia. Muito obrigado, que Deus ilumine a todos.

## ATA DA 6ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/2/2011

### Presidência dos Deputados Durval Ângelo e Adelmo Carneiro Leão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Emílio José Lacerda Vilaça - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Palavras da Sra. Egídia Maria de Almeida Aiexe - Apresentação de sugestões - Palavras da Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini - Apresentação de sugestões - Palavras do Desembargador Herbert Carneiro - Apresentação de sugestões - Encerramento.

#### Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Adelmo Carneiro Leão - Almir Paraca - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bosco - Doutor Wilson Batista - Duilio de Castro - Durval Ângelo - Fabiano Tolentino - Gustavo Corrêa - João Leite - Liza Prado - Luiz Henrique - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Sargento Rodrigues - Ulysses Gomes.

#### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Às 9h9min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

#### Ata

- O Deputado Luiz Henrique, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

#### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa o Exmo. Sr. Herbert Carneiro, Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; as Exmas. Sras. Egídia Maria de Almeida Aiexe, membro da Coordenação do Fórum Mineiro de Direitos Humanos e do Comitê Mineiro de Educação em Direitos Humanos; e Márcia Maria de Paiva Borges Martini, advogada e especialista em Direitos Humanos e Segurança Pública; e o Exmo. Sr. Emílio José Lacerda Vilaça, Presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

#### Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença dos Exmos. Srs. Lindomar Diamantino Segundo, Secretário de Educação de Contagem, e Adriano Ventura, Vereador de Belo Horizonte, e cumprimenta todos os Secretários Municipais e Vereadores que aqui estão.

#### Palavras do Sr. Presidente

Bom dia a todos e a todas. Realizamos mais uma atividade da Assembleia Legislativa, o Fórum Democrático de Desenvolvimento que, infelizmente, não seguiu os modelos, os padrões anteriores desta Casa. Todos os fóruns da Assembleia sempre foram construídos dentro de um conceito de participação real e efetiva, não só numa visão de participação de consulta ou de homologação, mas, sim, de participação de construção num processo. E este não foi assim. Houve a abertura do fórum, na semana passada, com a discussão do desenvolvimento econômico, em que só compunham a Mesa representantes do capital e não do trabalho. Esse não era um procedimento adotado pela Assembleia, pelo menos que eu tenha vivenciado nesses 17 anos. Acho que ontem, na parte de assistência social, começou a haver uma mudança, com a participação efetiva da sociedade civil na composição da Mesa, e um contraditório mais real e significativo.

Também hoje, na questão dos direitos humanos, acho que esse modelo continua. Sempre comento com a Márcia Martini que quem atua na área de direitos humanos e está num poder de Estado é um pouco híbrido, nunca perde a raiz e o coração, tendo um pé na sociedade civil. Deixamos claro que essa experiência, realizada pela Assembleia, é válida, correta, mas devemos retomar os modelos antigos da gerência técnica de eventos, que é o que tem dado certo nesta Casa, onde as atividades são construídas com a sociedade civil e o poder público, em que os processos de composição da Mesa são discutidos de forma exaustiva. Espero que essa crítica sirva como alerta, e que a responsabilidade pela forma de constituição deste fórum, se for da Mesa Diretora ou de algum setor institucional



da Assembleia, seja corrigida. As recentes manifestações de moradores do Aglomerado da Serra, relativas à morte de duas pessoas dessa comunidade, decorrentes de uma operação policial, demonstram o quanto a questão dos direitos humanos mobiliza a sociedade e nos conchama a refletir sobre o tema. Se quisermos ter um olhar planetário, poderíamos ver a situação do Egito, o clamor do tema dos direitos humanos, e a Líbia. Vivemos em um momento em que a temática dos direitos humanos está colocada de forma forte na sociedade. Ela se refere, com maior evidência entre nós, às situações de violência contra os segmentos mais pobres da população, ao tratamento dispensado aos detentos no sistema penitenciário, às agressões contra as mulheres, ao abandono dos idosos, à exploração sexual de menores, ao trabalho infantil, entre outras formas de manifestação.

Quem viveu no período do regime militar se lembra de que, naquele tempo, a defesa dos direitos humanos era associada fundamentalmente à punição aos políticos oposicionistas, à repressão aos movimentos estudantis, à censura aos meios de comunicação, ao cerceamento das instituições democráticas, à imposição ideológica. A propósito, os abusos decorrentes dos regimes autoritários foram, historicamente, uma das causas mais frequentes das lutas pelos direitos humanos, dando origem, nos tempos modernos e na cultura ocidental - a rebelião nos países árabes mostra isso claramente -, à elaboração de cartas ou declarações em defesa da liberdade dos cidadãos nos aspectos políticos, econômicos e culturais. As discussões jurídicas e filosóficas sobre o tema vislumbram também a possibilidade de que diversas outras culturas, desde tempos remotos, possuíam valores e conceitos de dignidade que constituem uma forma de direitos humanos. Portanto, eles resultam de uma longa história de amadurecimento das sociedades e adquiriram contornos cada vez mais abrangentes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1948, atendeu, naquele momento, aos anseios por um mundo mais justo, mais solidário, mais pacífico e tolerante, no qual as pessoas pudessem, em igualdade política, econômica e social, desenvolver plenamente suas potencialidades. São esses mesmos princípios que norteiam nossa Constituição Federal, no título “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, prescrevendo que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Tanto pelo que está contido no texto constitucional quanto pelo entendimento jurídico, é amplo o leque das demandas e anseios dos cidadãos dentro do conceito de direitos humanos. Estamos falando de necessidades básicas, como as de liberdade política, de expressão e manifestação, de segurança, saúde, moradia, educação, emprego e renda, igualdade de tratamento e de oportunidades, condições para melhorar a qualidade de vida em todos os seus aspectos.

Portanto, vamos discutir aqui hoje um tema abrangente e fundamental para a nossa sociedade, ao qual a Assembleia Legislativa sempre deu atenção especial por meio de debates públicos, audiências e aprovação de leis, destinadas a segmentos específicos e à população como um todo. A existência da Comissão de Direitos Humanos nesta Casa, desde 1997, e da comissão que lhe deu origem, a Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, instituída em 1990, assim como sua contínua e extensa pauta de trabalhos, demonstram nosso inteiro comprometimento com o tema.

As reflexões e propostas apresentadas neste fórum democrático com certeza vão contribuir para o aprimoramento e a consolidação das políticas públicas estaduais sobre direitos humanos. Agradecemos às autoridades presentes, aos expositores, aos demais participantes e a todos aqueles que colaboraram para a realização deste evento.

Gostaria de terminar mostrando duas cenas que ocorreram nesta semana. Todos vocês as viram, todos assistiram a elas. De uma delas, estive muito próximo. Primeiro, gostaria de registrar uma cena e que todos guardassem esse “flash”: Cb. Denilson da Silva, morador do Aglomerado da Serra, negro, nascido naquela comunidade. Lá ele viu, no último sábado, morrer seu filho de 17 anos e seu irmão de 39 anos. Esse homem chorava. Quando estive aqui na Assembleia comigo, com o Deputado João Leite e com outros Deputados, só o vi chorando. Ele tem 17 anos de Polícia Militar. As cenas que vi na televisão mostravam sempre ele chorando e dizendo: “Essa não é a polícia em que trabalho. Essa não é a polícia em que me formei”. É um policial do Gepar. A outra cena diz respeito aos três jornais mineiros de hoje: fotos, em quatro situações diferentes, do soldado Jason Paschoalino, da Rotam, com um sorriso cínico, um sorriso irônico, que deveria ser analisado até por psiquiatra. Espero, Dra. Vânia, que o Delegado que preside o inquérito analise bem aquele sorriso em todas as fotos. Pergunto: há duas polícias, há dois modelos de polícia? Lógico que sim.

Espero que um fórum como este possa refletir o modelo que se quer de polícia em Minas Gerais: o humano, do Denilson, que transmitiu dor e sofrimento pela perda de um filho - eu, que tenho 9 filhos, imagino o que é a dor de perder um deles -, ou o modelo de polícia daquele sorriso de hiena, irônico, que vimos nas imagens de hoje de manhã? Fizemos a crítica esta semana porque sabemos que há diferenciação dentro das polícias. Temos vários amigos policiais militares e civis e agentes penitenciários - os quais fiz questão de convidar pessoalmente - que são demonstração clara de que existem maneiras diferentes de fazer polícia, de fazer policiamento. Numa sociedade democrática, o povo é que tem de escolher o modelo que quer. Uma coisa é fazer o discurso de polícia cidadã; outra, é vivê-lo na prática. É aí que estão os direitos humanos. O dia em que os direitos humanos não estiverem onde a vida for ameaçada, onde a dor e as lágrimas do Cb. Denilson estiverem presentes, com toda a certeza deixaremos de ser uma sociedade humana. O dia em que perdermos a humanidade aí, sim, será o fim do modelo de sociedade.

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Assistiremos a um vídeo institucional da TV Assembleia.

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Sr. Emílio José Lacerda Vilaça

Deputado Durval Ângelo, excelentíssimos senhores representantes dos demais Poderes, Executivo e Judiciário. Cumprimento a todos na pessoa do Exmo. Sr. Deputado Durval Ângelo, companheiro de muitas lutas. O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos fez algumas considerações sobre como poderíamos contribuir para a construção das questões que reclamam atuação. A ideia é trazer a resposta à pergunta “O que deverá constar na agenda da Assembleia?” no tocante à questão dos direitos humanos. Entendemos a necessidade de uma discussão para se regular a crescente onda de homofobia no Estado de Minas Gerais. As denúncias que recebemos no Conedh aumentam a cada dia. Essa discussão deve passar pela questão homofóbica, e não pela caracterização de outros crimes sofridos por essas vítimas. Poderíamos ter estatísticas e mais estatísticas sobre crimes, mas a maioria das reclamações





ou das denúncias, quando feitas por aqueles que sofrem agressão, são de lesão corporal ou outro tipo penal que não aquele específico da homofobia. A legislação de Minas sobre a questão da homofobia é ainda do tempo do Governador Itamar Franco. Os juristas aqui presentes, como o Sr. Desembargador, sabem muito bem que, para a aplicação da pena, há necessidade de que o tipo penal tenha consequência. Mas a homofobia não tem consequência, que é a violação do tipo penal. Então, é necessário rediscutir-se a legislação pela ausência da consequência para aplicação da pena. É preciso que essa discussão entre na pauta da Assembleia, para coibirmos o avanço desenfreado desse crime e o enquadramento na questão específica.

Buscamos também a discussão e o amparo para a existência de uma dotação orçamentária adequada para presídios e demais centros prisionais, com aparelhos não só para detectar metais, mas também mais modernos como “scanners”, aparelhos de ultrassom ou assemelhados, para se coibir o volume de reclamações que recebemos sobre a revista vexatória. Determinados centros prisionais submetem os parentes de presos a uma situação pior que a consequência penal dos que estão lá dentro. Uma regra do direito é que a pena não passe daquele que praticou o ato delituoso, mas entendemos que as consequências estão chegando também aos parentes que vão visitar os presos. É um direito humano receber visita. Porém, a visita termina às 4 horas ou 5 horas, e os parentes entram para visitar os presos às 3 horas da tarde, porque passaram a manhã inteira esperando, pela ausência de condições físicas de se verificar se estão entrando com materiais impróprios. Essa verificação deve ser realizada mesmo, com cuidado e responsabilidade. Se houvesse esses aparelhos à disposição, diminuiria o sofrimento daqueles que vão visitar os parentes presos e até auxiliaria os responsáveis pela fiscalização. É importante discutir essa dotação orçamentária e a fiscalização da implantação desses aparelhos nos presídios, evitando-se essa revista vexatória, o banquinho e as acusações que fazem os parentes de presos que sofrem constrangimentos de todos os níveis. É hora de cobrarmos uma legislação, cobrarmos orçamento para que esses aparelhos sejam instalados em todos os presídios. É necessário haver dotação orçamentária também para a melhora dos salários dos agentes penitenciários e novos concursos. Nós, do Conedh, implementamos, por meio da nossa comissão de investigação, visitas a presídios e verificamos a necessidade de aumento do número de agentes. Percebemos que, às vezes, nem 50% do número necessário estão trabalhando lá. Muitas das vezes, o número de não concursados preparados para aquela função é substancialmente inferior ao número que deveria estar lá. Assim, também entendemos que essa discussão deve passar pela Assembleia, por uma questão do aparelhamento. Temos também a efetiva necessidade da melhora salarial dos profissionais de saúde. Por que estou dizendo isso? Deve haver a instrumentalização efetiva do quadro de profissionais de saúde para que haja apoio aos carcerários, pois ele não existe na prática, existe no papel. Se formos hoje consultar seja a Secretaria de Saúde, ou seja, a Seds, teremos uma lista, mas efetivamente, naquele presídio, alguns profissionais de saúde, em razão do pequeno salário, largaram o trabalho.

Há ainda uma outra discussão: o preso deve ser tratado pelo SUS? O SUS tem uma dotação orçamentária. Ele deve ser tratado pela Secretaria ou pelos órgãos competentes pelo tratamento de saúde? O que acontece? Essas denúncias chegam ao Conedh, recorremos e, depois, é necessário que o preso saia dali para fazer o tratamento. Não tem como. Então, recorremos à Pastoral Carcerária, parceira e construtora da possibilidade dessas realidades. Essa situação da saúde do preso não pode mais permanecer. Essas questões devem ser verificadas. Há uma outra questão que nos causou perplexidade - estou pontuando questões prisionais, depois vamos desenvolvê-las -: o meio de transporte para essas localidades. Quem conhece a realidade de Bicas sabe que não há transporte público do Município para lá. Andam-se quase 10km. Há uns meses, vimos aquela questão do enfrentamento, que parece teve até consequências funestas para pessoas não ligadas ao presídio. Vendiam vagas na fila, porque o transporte não chegava. Não se chega até lá. Ou atravessam em uma balsa ou caminham. O parente do preso caminha de 8 a 10 quilômetros para chegar ao presídio. Estou dando um exemplo, mas isso pode acontecer em qualquer uma das localidades em Minas Gerais. Há a necessidade de identificação. Devemos discutir a questão do transporte para essa localidade, a possibilidade desse transporte com a questão da sociedade encarregada, dos empresários. Temos de trazer para a discussão essa facilitação. Há uma outra questão que causa muito assombro: o cadastro. Não temos um cadastro único. Se o parente quer visitar, deve ir ao presídio e fazer o cadastro para ver se ele será aprovado. Imaginem, então, se o transporte é difícil. Ele vai lá um dia a fim de fazer o cadastro, para, depois, conseguir a visita. Outra: deve haver um cadastro único para controlar, para saber a realidade.

Então, a proposta do Conedh também é uma discussão sobre um cadastro único. É lógico que cada unidade terá o seu cadastro, mas estamos falando isso para o conhecimento dessa realidade. Por que isso? Porque visitamos setores profissionais e verificamos que há penas que já poderiam estar mudando de regime, poderiam estar no regime aberto, mas estão no regime fechado. Então, seria um atendimento global jurídico. É verdade que diariamente constatamos esforços na Defensoria Pública, no Judiciário, todos numa ação hercúlea, honrosa e dedicada, seja através dos mutirões, seja de outras ações. Mas temos de pensar também em como tratar essas questões, como, por exemplo, a busca do efetivo cumprimento do problema do jovem infrator frente ao ECA. Há algum tempo houve algumas denúncias, citam-se centros, mas a questão que tem de entrar em pauta indiscutivelmente é a do menor infrator frente ao Estatuto da Criança e do Adolescente, ou seja, como resgatarmos as nossas crianças, os nossos jovens. Não é depositá-los, mas resgatá-los para a sociedade. O imediato fomento e a criação de recursos em busca de minimizar os conflitos de moradia urbana e agrária é uma outra questão que se apresenta e para a qual precisamos dar solução. Temos três pontos em Belo Horizonte: Dandara, Camilo Torres e Acampamento Irmã Dorothy. Camilo Torres e Irmã Dorothy estão com o despejo já decretado. São quase 300 famílias sem lugar para ir. Há a necessidade de fazermos essa discussão, incluindo a indenização aos proprietários e a constituição da comissão tripartite, como exige a lei. Não podemos mais fechar os olhos para esse problema e deixar que aconteça o despejo dessas famílias pela força, pois isso gera as consequências que todos conhecemos. Só há possibilidade de solução da questão se houver um esforço nos planos estadual e municipal. Nós, do Conedh, estamos conclamando a todos para a busca da composição dessas questões que envolvem essas famílias. Não podemos apenas assistir, temos de ser atores dessas modificações.

Agora vem a questão do fortalecimento do Conedh. Na apresentação utilizei a palavra “subordinação”. Um órgão com a competência do Conedh, criado por lei para uma finalidade presente e futura, tem de ter sua independência econômica e financeira. Não podemos ficar dependendo do orçamento de outro ou de qualquer órgão. Temos de nos preparar para alcançar essa finalidade. Essa questão dos conselhos também tem de ser posta em discussão. Não só o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos,



mas também o de educação, de saúde. Estamos sempre vinculados a algum órgão de governo. Queremos estar ligados a um órgão de Estado. Quer dizer, somos um órgão de Estado e precisamos reconhecer essa identidade. Digo isso pelo olhar de quem está dentro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos e verifica essa necessidade premente, sob pena de nossas ações não acontecerem, por falta de verba, de pessoal especializado, etc. Por fim, engrossamos o coro em relação ao que aconteceu na Serra contra aqueles moradores. O Conselho Estadual, da mesma forma que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia e a Comissão de Direitos Humanos da OAB, não concebe esse ato e também manifesta seu repúdio a ele. Muito obrigado.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - A Presidência esclarece que, entre um expositor e outro, abrirá espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas por via do Consulta Pública, pelo formulário do “Participe Agora” e pelo 0800. A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas gestões por escrito, no formulário próprio que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Os que desejarem fazer sua intervenção oralmente devem especificar isso no formulário. Informamos que os telespectadores da TV Assembleia também poderão participar. Basta acessar o “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) -, abrir o “link” Fórum Democrático e clicar em “Participe Agora” para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o nº 0800-709-2564.

### Palavras da Sra. Egídia Maria de Almeida Aiexe

Bom-dia. Em nome da Coordenação do Fórum Mineiro de Direitos Humanos e do Comitê Mineiro de Educação em Direitos Humanos, cumprimento todos os presentes, os membros da Mesa e agradeço a oportunidade de participarmos deste evento.

Em primeiro lugar, gostaria de lembrar que a questão dos direitos humanos não pode ser tratada de forma isolada do conjunto das políticas públicas, mas deve estar presente de forma transversal em todas as políticas públicas, em todas as questões que são cruciais para o conjunto da sociedade. Embora reconheçamos a importância, o valor e a necessidade da existência de comissões de direitos humanos nas Casas Legislativas - Minas Gerais é um exemplo -, é preciso considerar que essa questão deve ser exemplar para todo o conjunto da atividade parlamentar.

Iniciando nossa contribuição, lembro que é preciso resolver a questão do desenvolvimento econômico em separado do desenvolvimento social. Essa é uma questão histórica em nosso país, pois sempre pensamos em desenvolvimento econômico como algo de mercado, como uma abstração que atinge a vida de todos nós, e desenvolvimento social como uma coisa secundária ou que vem sendo tratada de forma negligenciada por muitos governantes. Na perspectiva de direitos humanos, entendemos que não existe desenvolvimento econômico sem desenvolvimento social, ou vice-versa. E, ainda, que não é possível falar em desenvolvimento sem falar em direitos humanos. Para abordarmos isso, trataremos do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH -, que é um critério de avaliação do desempenho econômico dos países, dos Estados e dos Municípios. Observamos que a consideração para se chegar a essa avaliação tem em vista critérios como a longevidade, ou seja, a expectativa de vida do indivíduo, ao nascer, a educação e a renda “per capita”.

Temos de pontuar e ponderar que alguns aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um país, de um Estado e de uma cidade, como a realização das potencialidades das pessoas e a qualidade de vida dos cidadãos, não podem ser desconsiderados para se chegar a um patamar que possa ser considerado minimamente justo nesse aspecto econômico.

Apresentaremos as seguintes perguntas para a nossa avaliação: “Desenvolvimento para quê?” e “Desenvolvimento para quem?”. Para quem têm sido pensadas as políticas de desenvolvimento em nosso país, em nosso Estado e em nossas cidades?

Buscamos em nossa Constituição a resposta para a seguinte pergunta: “Qual a função social do desenvolvimento?”. Em seu art. 193, ela determina que a ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça social. Com isso já teríamos elementos de sobra para dizer que estamos longe de alcançar esse objetivo. No art. 3 estão explicitados os objetivos fundamentais da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Temos de considerar, a partir até das falas que me antecederam, que esses objetivos não estão sendo cumpridos, e há vários indicadores para demonstrar isso.

Trabalharei com base em três questões, pois o tempo é muito curto para abordarmos todas. Enfocarei a questão do direito das crianças e dos adolescentes em nosso Estado, a questão prisional, que também é alarmante, e a questão do direito à cidade. Veremos se conseguirei trabalhar nessa perspectiva.

Busquei um conceito de direitos humanos para refletirmos, embora o tempo seja curto, que nos ilustra alguns elementos dessa reflexão. Aqui consideramos os direitos humanos como conquistas históricas discursivas, que decorrem de exigências ou aspirações éticas de liberdade, igualdade e dignidade humana, defendidas em processos de lutas e resistência política e projetos de emancipação do ser humano contra a desigualdade, a violência, o arbítrio e a injustiça em suas variadas formas.

Gostaria de pontuar que, enquanto não conseguirmos realizar essa primeira parte, que é o atendimento dessas exigências e aspirações éticas de liberdade, igualdade e dignidade, estaremos constantemente tendo que enfrentar e suportar ou lutar contra a desigualdade, a violência e a injustiça. De que forma faremos isso? Os movimentos sociais têm sido protagonistas disso, ao realizarem o controle social e ao pressionarem pelas legítimas reivindicações da sociedade, como a questão da igualdade racial, que a companheira salientou aqui. Muitas vezes teremos de utilizar artifícios não democráticos, como a censura à imprensa e a criminalização das lutas sociais e dos movimentos sociais. Teremos de afastar ou segregar segmentos que demonstram a pobreza e a miséria extrema, como são os segmentos da população de rua. Os direitos humanos traçam esse patamar e estabelecem esse horizonte para nós. Os nossos projetos de políticas públicas ainda ignoram essas diretrizes e esses pressupostos que tentamos defender.

Um dos pontos que trataremos aqui, até fundamentados na obra de Amartya Sen, economista indiano que ganhou o Prêmio Nobel de Economia e escreveu a obra “Desenvolvimento como Liberdade”, diz respeito à necessidade de uma cidadania ativa para a efetivação dos direitos humanos. O que significa cidadania ativa? São os cidadãos participando da esfera pública, trazendo suas



legítimas reivindicações, levando sua contribuição para que as políticas públicas atendam às suas necessidades, ao conjunto da população, e não apenas aos setores já favorecidos e dominantes, que são as elites econômicas do País, as quais, historicamente, sempre ganharam privilégios, mas não direitos. Os direitos são de todos, ou não são de ninguém.

A efetivação dos direitos humanos requer uma cidadania democrática, que esse autor irá chamar de liberdades políticas. Ou seja, as liberdades políticas são elementos fundamentais do desenvolvimento econômico. Sem elas, não é possível que uma sociedade consiga se desenvolver e ser minimamente justa, minimamente adequada aos patamares éticos e ao ordenamento jurídico, tanto no plano internacional quanto no plano nacional. Muitas vezes trabalhamos isoladamente, com a sociedade civil lutando e pressionando por políticas públicas, pela defesa de direitos de segmentos desfavorecidos. Por outro lado, governantes e classe política pensam no “desenvolvimento” segundo um modelo que não atende aos clamores da população e da sociedade, de forma geral. Queremos dizer que, além dos protagonismos dos movimentos sociais, que felizmente existem - e Minas Gerais é fértil nisso -, falta o protagonismo dos senhores parlamentares, das Casas Legislativas. Onde eles estão no momento em que a comunidade está sofrendo privação de direitos, privação de liberdade? É a fome coletiva, é a negação de emprego e oportunidade. Onde estão os parlamentares no momento em que as legítimas reivindicações da sociedade estão sendo levantadas e só aos brados são ouvidas pela mídia silenciosa, surda e muda do Estado? Só com muito sofrimento, o choro e as lágrimas dos desfavorecidos conseguem chegar ao conhecimento público.

Para nossa reflexão, pergunto se existe uma relação entre desenvolvimento e direitos humanos. Historicamente falamos de direitos humanos como direito de pessoas encarceradas, direito do indivíduo contra violência policial. Alguns até falam em direitos econômicos e sociais, mas de forma muito abstrata. Será que nos demos conta, até hoje, de que essa interrelação, essa interdependência entre as diferentes dimensões dos direitos é que dará o norte do desenvolvimento e da realização das cidades, dos Estados e do País? Os direitos humanos irão colocar o quê? Uma formiga no piquenique dos governantes. Eles são sempre malvistas. Os que defendem os direitos humanos são considerados a turma dos chatos, porque têm que lembrar os governantes das questões de legitimidade: ou observem as legítimas necessidades da população e a elas atendam, ou vocês terão uma perda de legitimidade. Por mais que se calem os segmentos sociais, criminalizem-se as lutas sociais, elas florescem, proliferam. Com isso, a teia social irá se proliferar cada vez mais. E aí perceberemos os descompassos, que são tão evidentes para nós, como o descompasso entre economia, desenvolvimento econômico e direitos humanos.

Pensando no que chamam de desenvolvimento econômico, hoje a nossa economia está aquecida. Qual é o setor mais representativo desse aquecimento da economia? A construção civil. Pois é, estamos construindo prédios, imóveis, mansões, condomínios de alto nível. Como está a vida desses trabalhadores? Será que isso consta como patamar de desenvolvimento do Estado? Será que isso é avaliado no critério de gestão de resultados?

Outro ponto importante é a revitalização do espaço urbano “versus” direito à cidade. Como é tratada a questão do uso e da ocupação do solo em nossas cidades? Historicamente, percebemos que um lado da cidade é composto pelas elites, pelos setores mais favorecidos, mais fortes da economia. E ali, tentando sobreviver no meio dessa realidade - nos aglomerados urbanos, nas periferias ou nas ruas -, está a maioria de nossa população, que constrói essa cidade, que faz o desenho dessa cidade a partir de projetos que não elaborou. Esses projetos não atendem às suas necessidades nem ao patamar mínimo de existência digna, que existe, como todos sabemos.

Estamos cansados de dizer que os direitos humanos, de forma contextualizada, sofrem um grande descompasso entre um marco jurídico-político - que estabelece que somos um Estado Democrático de Direito, que supõe a participação da sociedade, a cidadania ativa e exige o controle social, o monitoramento das políticas públicas - e a ausência dessa sociedade, um modelo econômico que afasta as pessoas da esfera pública, que produz e reproduz a desigualdade e a injustiça social, portanto coloca essas pessoas num patamar de cidadania denominada cidadania de segunda classe, que não é nem de segunda classe, porque isso não é cidadania.

Nos textos jurídicos, nos tratados internacionais e na doutrina está estabelecido um marco ético: igualdade na diferença, utopia da solidariedade entre as nações, respeito à alteridade e à justiça social. Discurso bonito, mas na prática existe um marco sociocultural marcado pelo racismo, pelo machismo, pela homofobia e pelo elitismo. A sociedade entra nesse projeto dessa forma. É nesse lugar que as práticas sociais vão refletir esse modelo. O que sobra para as pessoas? Onde elas estão nesse modelo?

Gosto desse conceito de violência formulado por Johan Galtung. Solicito que vocês o leiam e reflitam durante 1 minuto. (- Lê:)

“Estamos diante da violência em situações nas quais o desenvolvimento efetivo da pessoas nos planos físico e espiritual se torna inferior a seu possível desenvolvimento potencial. Desse modo, a violência é definida como a causa da diferença entre a realidade e a potencialidade”.

Solicito-lhes, agora, 1 minuto de reflexão. (- Pausa.)

Entraremos agora nesse “ranking” do desenvolvimento. No Estado de Minas Gerais existem Municípios que ocupam os primeiros postos no “ranking” do índice de desenvolvimento humano - IDH -, embora não nos primeiros, porque os primeiros são de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e algumas cidades do Rio de Janeiro. Minas Gerais possui alguns Municípios nos primeiros postos, mas tem também alguns nos últimos postos desse “ranking”.

No “ranking” dos Estados, Minas Gerais ocupa o 10º lugar no IDH, conforme os índices de 2005. Na educação, está em 15º lugar, comparado com os demais Estados. Existe uma desigualdade entre os Estados, mostrando que aquele objetivo de promover o desenvolvimento regional não é alcançado. Dentro do mesmo Estado, existe desigualdade regional. Temos que trabalhar no enfrentamento desses desafios, ou seja, parar de produzir desigualdades, violências e injustiças sociais e enfrentar as questões que o desenvolvimento e a justiça social nos exigirão. Há um argumento muito forte do próprio A. R. Matias e de outros autores, que mostra como a desigualdade afeta o tecido social. A desigualdade social rompe ou fragiliza os laços de sociabilidade entre as pessoas. Com isso, os vínculos de pertencimento e de solidariedade e convivência humana são perdidos. Isso afeta o desenvolvimento? Sim, com certeza. A capacidade de produzir e de se realizar como pessoa, de oferecer o produto de sua realização para o meio social é fortemente afetada. Esse autor fala sobre alguns conceitos importantes, como a insegurança econômica; discorre sobre a privação de liberdades; identifica as fomes coletivas e a pobreza como privação de capacidades.



Peço mais alguns minutos para minha exposição, pois falarei sobre alguns pontos importantes que são reivindicações dos movimentos sociais. Começo falando sobre a criança e o adolescente. Peço desculpas se demorei para entrar no assunto.

A Pastoral do Menor, em âmbito nacional, promove uma campanha em favor da implementação das medidas socioeducativas no nosso Estado. Por que essa campanha? Sabemos que a criação e a implementação das medidas socioeducativas em regime fechado e em semiliberdade é responsabilidade do Estado. Será que são implementadas, Srs. Deputados? Será que o Estado já está propiciando a criação dessas unidades em todos os nossos Municípios? Há pouco tempo, mais de 200 jovens estavam em cadeias do sistema prisional adulto, em condições iníquas e sem nenhuma promoção e proteção social. Essa é uma demanda. E os Municípios, que são responsáveis pela criação e implementação das medidas socioeducativas em meio aberto, que são a semiliberdade e a prestação de serviços à comunidade? Será que essas medidas estão implementadas? Será que isso está sendo acompanhado pelos diversos mandatos parlamentares? Isso, sim, seria uma política de desenvolvimento: aplicar o Estatuto, que é uma lei altamente criticada, mas nunca implementada em nosso País e em nosso Estado.

Quero falar sobre a política prisional. Trago uma reivindicação dos movimentos sociais de Ribeirão das Neves. Sabemos que Neves já sofre com a condição de cidade-presídio em nosso Estado. A população sofre porque o desenvolvimento e a qualidade de vida são muito afetados. As indústrias não investem num Município que tem uma qualidade de vida tão degradada. E Neves, novamente, recebe a imposição da construção de um complexo penitenciário. Isso é o que chamamos de violência do bem comum, das vítimas do bem comum. Por que a população de Ribeirão das Neves tem que arcar com mais esse ônus do bem comum, que, supostamente, seria a construção do presídio? É uma unidade para 3.040 presos, e não o que prevê a lei, que são unidades com o teto de 170 presos, no máximo. É um descumprimento total da legislação estadual que está sendo imposto ao Município de Neves, com a construção de mais essa unidade prisional. Como fica o nosso Estado? É uma política de desenvolvimento impor mais esse ônus ao Município de Neves, criando-se mais vítimas do bem comum? Por que não no Belvedere? Por que não nos Bairros Santo Agostinho e Luxemburgo? Por que não nos Municípios mais desenvolvidos do Estado? Neves já paga um alto custo. A renda média do morador de Neves é de pouco mais de R\$260,00. Vejam a qualidade de vida desse cidadão.

E um terceiro ponto, em que infelizmente não poderei aprofundar, é o direito das cidades. Já foi mencionada pelo Prof. Emílio a questão das ocupações urbanas. Exige-se uma reforma urbana. Existe um fórum nacional para isso. Como isso vem sendo acompanhado por nossos parlamentares, por nossa classe política? Será que está sendo acompanhado? De que forma? Será que a classe política está voltada novamente para atender aos interesses apenas do capital sem entender que a sociedade precisa de políticas públicas de promoção da dignidade humana, da qualidade de vida das pessoas a fim de levar este Estado ao melhor “ranking” de desenvolvimento que se pode esperar?

Temos exposto para esta Casa Legislativa, para a classe política de nosso Estado e do Município a nossa exigência e expectativa de que esta Casa cumpra algumas aspirações políticas que listarei aqui: 1 - Promover a dignidade da política, ou seja, fiscalizar as ações e omissões do poder público, com independência e autonomia. Isso acontece? Lamentavelmente, não tenho essa certeza. 2 - Valorizar o regime democrático, o que significa fortalecer a esfera pública, ouvir, dialogar e acolher as legítimas demandas da sociedade civil. Essa é mais uma aspiração nossa. 3 - Perceber a relação entre democracia e crescimento econômico, direitos humanos e desenvolvimento, ou seja, não vamos mais nos digladiar - de um lado direitos humanos e, do outro, desenvolvimento -, vamos trabalhar juntos, pois somente assim poderemos caminhar e crescer. 4 - Avaliar sua atuação e de sua instituição, tendo por base não apenas o IDH, mas também o IDRH, a realização das potencialidades das pessoas e a redução da violência, com a valorização e preservação da dignidade humana e dos recursos naturais. Essa é minha contribuição. Aguardo as considerações dos demais.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do membro da Comissão Jurídica do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade, Virgílio Mattos, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via do Consulta Pública, que estará em funcionamento no “site” da Assembleia - [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) - até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições está no “site”.

Sugestão enviada por Raquel Brandão Toussaint, de Belo Horizonte: atualização das propostas do Programa Mineiro de Direitos Humanos por meio de conferências, debates públicos e fóruns temáticos, incluindo a discussão sobre o papel do Legislativo mineiro na efetividade de tal programa, seja na fiscalização, seja na criação de leis que viabilizem as ações apresentadas.

Sugestão enviada por Rony Enderson, de Montes Claros: constituição, pela Assembleia Legislativa, de uma comissão para avaliar e acompanhar os assentamentos rurais em Minas Gerais, para que estes encontrem real apoio do Estado.

Sugestão enviada por Kátia Ferraz Ferreira, de Belo Horizonte: inclusão, na grade curricular dos cursos de formação e capacitação dos profissionais de segurança pública, de conhecimentos básicos para correta identificação de pessoas com deficiência, incluindo o aprendizado da Linguagem Brasileira de Sinais - Libras -, visando ao atendimento adequado e humanizado.

Abriremos agora espaço para contribuições dos participantes. Gostaríamos de dizer que daremos 3 minutos para cada participante fazer uso do microfone. Como há muitas inscrições, a administração democrática desse tempo é que vai determinar se todos poderão ser ouvidos. Nesse primeiro bloco temos inscritos Aparecida Maria Martins, William Santos, Carlos Augusto de Aguiar Silveira, Sidnei Martins, José Ismar e Liliane Arouca do Carmo.

A Sra. Aparecida Maria Martins - Bom dia a todos: nobre Deputado do meu grupo Fé e Política, por quem tenho um carinho muito grande, Durval, nosso anjo; todos da Mesa; e amigos presentes. Não suporto mais ser Conselheira de Segurança Pública e ver essa polícia que não é o modelo de polícia de que precisamos. Nossa polícia é arbitrária. Sou filha de policial e fico envergonhada de dizer





isso. Tenho passado por momentos difíceis porque venho trazer a paz. O Consep vem com uma bandeirinha da paz e do amor. Participo da vida comunitária há 40 anos. Vim de Guanhães e estou aqui representando Belo Horizonte e o interior de Minas. Tenho muita garra e não aceito o que tem acontecido. Gostaria de saber se está presente algum representante da Polícia Militar. O Comandante da Rotam não veio?

O Sr. Presidente - E todos foram convidados.

A Sra. Aparecida Maria Martins - E não está aqui, para nossa tristeza, porque gostaríamos de conversar com ele. Há menos de um ano eles próprios furaram o olho de um policial no Mineirão. Pelo que tem feito, a Rotam deveria ser extinta. A Gepar trabalha com mediação de conflitos, mas a Rotam combina com a sensação de mal-estar.

Não consigo mais falar porque realmente estou muito triste com essa polícia. Eles deveriam copiar a polícia do Rio de Janeiro, que está fazendo pacificação nos morros, e não guerra. Muito obrigada, fiquem com Deus.

O Sr. Presidente - Obrigado, Aparecida. Carlos Augusto de Aguiar Silveira, do Espasso Conseg de Belo Horizonte.

O Sr. Carlos Augusto de Aguiar Silveira - Gostaria de cumprimentar todos os presentes. Meu nome é Carlos Silveira, sou investigador de Polícia e formado em Direito; ajudei a fundar o Sindpol e participei da primeira greve de polícia. Fui policial militar, bombeiro e advogado. Não vou conseguir falar em 3 minutos porque quero contribuir bastante.

Gostaria de lembrar aqui o sorriso de hiena do policial, de que o senhor falou. Nós, policiais civis, vemos esse sorriso de hiena na cara dos PMs quando usurpam as nossas funções, quando nos agridem, quando nos ameaçam, quando vêm a esta Casa fazer “lobby” contra melhoria da nossa categoria. Vejo esse sorriso de hiena há 23 anos, desde que participei do movimento de união dos policiais e fundei o Sindpol, neste salão. Travei embates com PMs que queriam encampar a Polícia Civil, dizendo que a PM era melhor que tudo e que nós éramos um bando armado. Era assim que o Coronel falava conosco. A culpa não é apenas dos Coronéis, mas de todos, de todos nós que estamos aqui. Temos um pouquinho de culpa ou muita.

Lembro-me do caso no Mega Space envolvendo o Delegado Cristiano. Ele e os policiais civis foram espancados quando lá entraram para trabalhar. Como é jovem, saudável, de classe média, solteiro, sem filhos, vai a boates. Quando estava numa casa de “shows”, houve uma briga - parece que entre um Detetive e um segurança -, e ele foi apartar. Sabem o que um repórter de uma rede de televisão fez? “Outra vez, aquele Delegado. É aquele Delegado”. Condenou-o, acabou com o Cristiano. Vocês devem se lembrar disso. Esse repórter é culpado, alguns jornalistas são culpados. Querem acabar com o diploma de jornalista justamente para prostituir o jornalismo, como querem atrapalhar o desempenho das funções da Polícia Civil.

Queria lembrar ainda aquele Prefeito de Rio Acima e a política do capô. Hoje a Polícia Militar chega e apresenta os produtos em cima do capô. Por exemplo, as fardas estavam sobre o capô, no meio da rua, de qualquer maneira. Não passam pelo Delegado; azar, passam por cima. Mas a culpa é nossa. Vocês, advogados, não fazem nada.

O Tribunal de Justiça deveria prestar atenção nessas usurpações de função e não aceitar os processos e os mandados de busca e apreensão feitos pela Polícia Militar. Geralmente, mais de 90% desses mandados apresentam adulteração.

Deputado Durval, a Justiça Militar deve ser extinta. Em 1988 começou o ataque à Polícia Militar. Temos de ver a questão da Lili Carabina. Se essas coisas não tivessem ocorrido no passado, hoje essas mortes não teriam acontecido. A Lili Carabina foi morta covardemente por um policial militar de 1,80m chamado Lauro. Ele tinha à sua disposição viatura, rádio e dois policiais. Em 1993 ela foi morta, assassinada. Tenho o CD do seu enterro, que passarei a vocês. Na época, eu era do Sindpol. Nós somos responsáveis, bem como o poder público, alguns Deputados que passam a mão nas coisas erradas que a Polícia Militar faz. Lembro-me do sorriso de hiena de muitos policiais que fazem isso. A Guarda Municipal, os Agentes Penitenciários, a sociedade, os presos que são humilhados, tudo isso tem acontecido, mas ninguém tem feito nada.

Para terminar, gostaria de lembrar o Chile. Desembargador, a polícia chilena foi posta no devido lugar, na época do Pinochet. “Vocês querem ser militares? Bem, mas não vão mexer com a sociedade civil, não”. A polícia de investigação do Chile, semelhante à Federal, foi posta no devido lugar. Hoje não há arbitrariedade policial no Chile. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Corretíssimo, muito boa a sua contribuição. Com a palavra, o Sr. Willian Santos.

O Sr. Willian Santos - Bom dia a todos e a todas e aos novos companheiros e companheiras. Gostaria de apresentar um posicionamento. Por meio da imprensa, temos acompanhado os fatos recentes que ocorreram no Bairro Serra, em Belo Horizonte. A OAB-MG criou uma comissão para acompanhar todos os casos, composta de três pessoas. Fazemos parte dessa comissão, bem como a Dra. Marlene, que aqui está e é Presidente da Comissão de Cidadania da OAB-MG, e o Dr. Stanley, atual Presidente da Comissão da Criança, do Adolescente e do Idoso da OAB-MG.

Há pouco conversávamos com o Dr. Rodrigo Filgueiras, da Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos. É importante discutirmos um novo modelo de segurança pública, particularmente no que se refere à Polícia Militar. Acreditamos que o fato ocorrido no Bairro Serra está se estendendo por toda a grande Belo Horizonte, principalmente com relação à dualidade existente na PM: uma polícia comunitária que realiza um trabalho voltado para a cidadania, mais próxima das comunidades; e outra que adota uma forma de repressão que provoca violência, como estampado nos jornais. A sociedade exige explicações relativas a esses acontecimentos. Precisamos refletir sobre que modelo de polícia militar queremos para o Estado de Minas Gerais. Não há demérito nisso, pelo contrário: batalhamos por uma polícia cidadã, defensora dos direitos humanos.

Sabemos, por exemplo, que o Cel. Fábio, nosso companheiro dos bancos da UFMG, implantou o curso obrigatório de direitos humanos para os atuais formandos da Academia Militar. Esse é um bom exemplo, mas temos de repensar a postura de toda a Corporação, particularmente da Rotam, cujo modelo de trabalho consideramos ultrapassado. Que o ocorrido na Serra sirva de reflexão para as nossas discussões. O momento é propício, o tema deve ser colocado na ordem do dia e, mais que isso, devemos exigir transparência nas investigações. Temos a certeza de que o assunto será devidamente apurado e de que as pessoas que praticaram aquele duplo homicídio triplamente qualificado, uma verdadeira execução de inocentes, serão punidas. Esperamos que isso não se repita. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Sidnei Martins, da rede Nós Amamos Neves, de Ribeirão das Neves.



O Sr. Sidnei Martins - Bom dia, Deputados e Deputadas, senhoras e senhores. Agradeço ao Deputado Durval Ângelo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, que acompanha a questão dos presídios em Ribeirão das Neves e propôs a realização de uma audiência pública naquela cidade e nesta Assembleia. Ele conhece a angústia do povo de Neves. Agradeço ao Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, que solicitou, no ano passado, uma audiência pública nesta Casa, pedido que ficou parado na Comissão de Segurança Pública, que, infelizmente, não autorizou o seu encaminhamento. Agradeço ao Deputado Rogério Correia, Líder do PT-PMDB-PCdoB- PRB, que também acompanha essa questão de Ribeirão das Neves. Agradeço também à companheira Egídia.

Falarei sobre Ribeirão das Neves e direitos humanos. Neves já deu a sua contribuição ao sistema penitenciário falido de Minas Gerais. Lá se encontram 13% dos presos do Estado; é o Município da Região Metropolitana com o mais baixo IDH, somente comparado ao Vale do Jequitinhonha. O Estado demorou dois anos para inaugurar uma UPA em Justinópolis, só o fazendo às vésperas da eleição do Sr. Antonio Anastasia. Isso é uma vergonha, como muito bem disse a companheira Egídia. O transporte coletivo quase não existe. Não somos contra os presos, pelo contrário. Queremos que eles tenham dignidade, mas a população de Ribeirão das Neves também precisa ter dignidade. Então, colocamos a nossa voz nas ruas. Nós nos reunimos todas as quintas-feiras para mobilizar a população.

Queremos deixar aqui as nossas reivindicações. Não queremos que construam mais presídios em Ribeirão das Neves. Reivindicamos a constituição de uma comissão formada por autoridades legais em Neves, composta por representantes do Ministério Público, da OAB, da Prefeitura, de entidades sociais e religiosas, para propor um projeto de qualidade de vida para a cidade e de melhoria nas unidades prisionais já existentes, para integrá-las de forma mais produtiva e digna da cidadania. Queremos que uma comissão seja formada para que os presos que lá estão e as famílias dos presos que para lá foram e que vão visitar seus entes queridos possam tornar-se cidadãos de fato e de direito. Não falo em ressocialização, porque essa palavra é muito pesada nesse sistema em que vivemos. Pedimos a criação do parque municipal cultural e ambiental na Fazenda Mato Grosso, onde querem construir um presídio por meio de uma parceria público-privada, fazendo do preso uma mercadoria. Exigimos e pedimos a desativação da Penitenciária José Maria Alkimin e sua transformação em patrimônio cultural do Município. Ribeirão das Neves não tem teatro, não tem cinema, sequer tem praça pública. A cidade de Neves é isso. Quem mora na Região Metropolitana pode passar lá para ver. Vemos Contagem se transformar, Belo Horizonte se transformar, Betim e Nova Lima, mas Ribeirão das Neves continua na mesma situação. Lá somos tratados como marginais. Muitas vezes chego ao trabalho ou a outro lugar, e as pessoas me dizem: “Soltaram você do presídio?”. É brincadeira de colega, mas é brincadeira de mau gosto. Pedimos que o sistema prisional seja gerido diretamente pelo Estado. Preso não é mercadoria. Somos contra a privatização do sistema em qualquer parte do Brasil, não só em Neves.

E deixamos aqui, para terminar, Deputado, a nossa solidariedade aos moradores e vítimas do Aglomerado da Serra. Lá em Ribeirão das Neves não é diferente. Infelizmente a Polícia Militar, em Ribeirão das Neves, trata o cidadão de forma truculenta. Tratam assim os moradores do Veneza, do Santa Margarida, da Vila do Alto Menezes, de toda a região de Neves, porque são negros, porque são pobres, porque cantam “funk”, porque cantam “rap”. Com esses, temos de nos preocupar, mas as políticas públicas não chegam até nós. Isso é dado, todos sabem disso. Também queremos nos solidarizar com as ocupações Dandara, Camilo Torres e Irmã Dorothy. Estamos juntos nessa luta. O povo merece ter dignidade. Um forte abraço a todos.

O Sr. Presidente (Deputado Adelmo Carneiro Leão) - Obrigado. Com a palavra, para as suas considerações, o Sr. José Ismar da Costa, do Sindicato das Instituições Beneficentes Religiosas e Filantrópicas do Estado de Minas Gerais.

O Sr. José Ismar da Costa - Bom dia a todos, bom dia a todas. A preocupação que trago a todos os presentes é fruto de uma deliberação da Conferência Nacional de Educação do ano passado. Nela foi aprovado o encaminhamento de uma alteração ao art. 8º da Lei nº 11.494, a Lei do Fundep. O art. 8º dispõe sobre o financiamento às entidades comunitárias, ou seja, às creches comunitárias, às creches confessionais e às creches filantrópicas. Essa deliberação, que determina que, a partir de 2014, esse financiamento findará, nos traz uma imensa preocupação. Se essa alteração legal acontecer, será o caos. As entidades comunitárias, que, historicamente, foram criadas principalmente na região da Cidade Industrial, no Barreiro, não mais existirão por falta de financiamento. As entidades religiosas que, por tradição, por opção e por carisma, fazem o trabalho por meio das creches também fecharão. Caros colegas, essa é uma preocupação iminente. Conclamo a todos os Deputados mineiros a assumirem essa luta para que o art. 8º da Lei nº 11.494 seja alterado. Estamos aqui preocupados com presídios e medidas socioeducativas. Tudo isso é consequência do não-cumprimento do art. 227 da Constituição Federal e do art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que estabelece a prioridade absoluta à criança e ao adolescente. Como priorizar a criança e o adolescente sem falar das creches? As mães não terão condições de trabalhar. Como fica, então, o direito da mãe pobre de trabalhar? Como fica o direito às creches?

Conclamo os nossos Municípios e os Prefeitos a fazerem os convênios com as creches. Existe Município que destina R\$20,00 por criança por mês nas creches. Isso é um absurdo. Em contrapartida, o Fundeb, que é um programa nacional, destina para o Município R\$145,00 para cada criança. As entidades filantrópicas, beneficentes, religiosas e comunitárias recebem a migalha de R\$20,00 “per capita”.

Finalizando, conclamo toda a sociedade civil, todos os movimentos sociais, todas as entidades e o Poder Legislativo, a travarem essa luta em prol das creches da educação infantil.

A Sra. Liliâne Arouca do Carmo - Bom dia, meu querido Deputado Adelmo Carneiro Leão, bom dia, componentes da Mesa, bom dia, Edmundo Caetano, bom dia, Sílvia Maria, bom dia, Ana Maria Braga. Perdão, gente, é a força do hábito, bom dia, Ana Maria Magalhães Pinto. Estou aqui como cidadã e peço desculpas à minha querida amiga Ana Maria Magalhães Pinto, que está aqui representando também a Susan, pelo meu erro. Estamos representando aqui a luta antimanicomial e quero lembrá-los da Lei Carlão, a Lei Paulo Delgado, mas, como cidadã, peço atenção especial aos direitos humanos na questão de saúde mental. Uma amiga minha foi segregada e literalmente “coisificada” em um hospital de grande conhecimento, muito divulgado pela nossa mídia global, que, aliás, faz uma propaganda enganosa, conclamando a população para ajudar no atendimento diário. Frisa-se a participação de uma pessoa que chega pela manhã, sozinha, fica lá todo o dia se alimentando, fazendo trabalhos manuais, etc. Ao final do dia, essa pessoa retorna



a sua residência. Por ética, não gostaria de citar o nome do hospital, onde a classe médica coisifica, literalmente, as mulheres, que são segregadas naquele lugar por seus esposos, maridos ou companheiros. Também algumas famílias segregam seus jovens ou esposos e maridos, dependentes químicos do álcool ou “crack” e outras drogas. Essa minha amiga me confidenciou que as drogas entram nesse hospital. Gostaria de pedir essa atenção a vocês.

Uma amiga próxima também morreu nesse hospital. Foi segregada em uma enfermaria com bulimia e anorexia. Foi muito mal cuidada e morreu naquele hospital. São aplicadas eletroconvulsoterapias - ECTs - nessas pessoas, porque os familiares assinam um termo de compromisso sem saber o que literalmente acontecerá com seus entes queridos lá dentro.

É também uma forma de exclusão da sociedade machista em que vivemos, porque inúmeras mulheres são segregadas naquele lugar, por sofrerem violência familiar. Muitas vezes seus maridos, companheiros, esposos, amantes colocam essas mulheres naquele lugar como se fossem loucas. Peço, por favor, uma intervenção desta Casa. A partir de hoje já estamos concluindo a nona pauta. Como outorgantes desta egrégia Casa, estamos dando todo o “para casa” para os próximos quatro anos.

Por favor, Deputado Adelmo, lembranças ao Paulo, meu querido amigo, e à D. Linda. Obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Liliane. Ao final das manifestações dos integrantes da Mesa, retornaremos a palavra aos inscritos, que já são muitos. Todas as contribuições pessoais e das entidades são muito bem-vindas, a qualquer tempo. Quero apenas manifestar muito rapidamente, dirigindo-me ao Sidnei e à Egidia, nossa valorosa lutadora pelos direitos humanos, que a questão de Neves realmente não pode permanecer como está. Neves merece um tratamento muito especial. Ribeirão das Neves carece. Não basta apenas ficarmos contra a construção de mais um presídio. Temos de estar a favor de Neves no tocante a melhorar a infraestrutura, o transporte coletivo, o processo educacional, a assistência à saúde, a criação de mecanismos de industrialização e de geração de emprego e renda. Mais do que só ficarmos na resistência, temos de ir para a ação positiva, para a fronteira de luta em favor do desenvolvimento de Ribeirão das Neves. Neves precisa e merece.

Considerando que já foi lembrado aqui exaustivamente que infelizmente nossas prisões e as ações condenatórias se colocam fundamentalmente sobre os pobres - hoje os condenados são principalmente os pobres e os excluídos -, temos de pensar que, ao se instituir em Ribeirão das Neves uma penitenciária, e até sob a lógica de atendimento melhor e mais humanizado, as famílias vão para lá. E são as famílias pobres, que carecem de grandes investimentos. Se quisermos atingir os fundamentos dos direitos humanos na prática, temos de desenvolver novas ações em favor de uma cidade que está colocada à margem de todo o processo civilizatório no Estado de Minas Gerais. Assim, vocês podem contar com muita gente aqui na Assembleia. Os Deputados não estão à margem dessa situação. Precisamos nos organizar e atuar também com mais ênfase. Entendo que a questão da luta pelos direitos humanos não é de uma comissão de direitos humanos aqui na Assembleia Legislativa, é dever de todos os parlamentares que compõem esta Assembleia em nome de um processo civilizatório mais moderno.

#### Palavras da Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini

Obrigada, Deputado Adelmo Carneiro Leão. Cumprimento o Deputado Durval Ângelo, a Dra. Egidia, o Dr. Emílio e o Dr. Herbert, companheiros de outras caminhadas. Bom dia a todos os presentes e àqueles que nos assistem de casa. Primeiramente, ressalto a iniciativa da realização deste fórum, em que pesem todas as ressalvas feitas pelo Deputado Durval Ângelo quanto à organização do evento e a participação da sociedade civil na Mesa. Mas podemos fazer uma mera correção de rumo ao longo do processo de institucionalização desse canal de comunicação da sociedade com o Parlamento a partir da perenização deste evento para as próximas legislaturas. Temos de louvar a iniciativa da realização deste fórum democrático; mais ainda, louvar a inclusão do tema “Direitos humanos” naquilo que foi proposto como pilar para o desenvolvimento de Minas Gerais. Muitas vezes por desinformação e, às vezes, por má-fé, direitos humanos são vistos como entrave para o desenvolvimento. Então, ser uma das temáticas prioritárias na agenda parlamentar mineira é de fundamental importância não só prática, mas também simbólica para o movimento.

Com este fórum, a Assembleia intensifica, nesta legislatura, o propósito de trabalhar para o povo mineiro e com o povo mineiro. Este fórum nos apresenta 10 temas - “Assistência social”, “Cultura”, “Defesa social”, “Desenvolvimento econômico e inovação”, “Direitos humanos”, “Educação”, “Esporte e juventude”, “Governança regional e urbana”, “Meio ambiente” e “Saúde” - que carregam o mesmo questionamento: o que deve estar na agenda da Assembleia para o desenvolvimento do Estado? Como não participei da organização do evento, não sei dizer qual foi o propósito dos organizadores, mas entendo que seriam agendas setoriais em cada um desses temas. Portanto, direitos humanos é tratado aqui como uma agenda setorial.

Faço um parêntese: direitos humanos é uma agenda setorial. Desculpem-me a digressão acadêmica, mas vou tomar emprestados os ensinamentos e entendimentos de Ronald Dworkin, publicista inglês, que fala a respeito das agendas públicas e cita que, nesse gênero, há três espécies: princípios, regras e as “policies”, que poderíamos porcosamente traduzir como políticas. Direitos humanos traz uma questão idiossincrática, própria, que não se comunica com os outros temas propostos neste fórum; é uma política setorial, pois precisa de regras próprias. À guisa de exemplos, podemos citar leis antidiscriminação, que são regras eminentemente de direitos humanos. Precisamos de políticas próprias. Para acompanhar o mesmo exemplo, falamos de ações afirmativas, mas o tema “Direitos humanos” possui especificidade em relação aos demais. Os outros são fundamentalmente compostos de princípios que fazem com que direitos humanos seja não apenas uma agenda setorial, mas também intersetorial, porque se comunica com os outros temas apresentados pela Casa. É uma agenda transectorial, porque os princípios de direitos humanos têm de ser aplicados em todos os temas debatidos aqui. Então, seguirei talvez o propósito apresentado pela Casa de que debatamos uma agenda setorial para direitos humanos, que também é importante. Contudo, lembro que direitos humanos não podem ser compreendidos só como essa agenda setorial, como também a saúde, a educação e tudo mais. A finalidade de se construir uma agenda pública de direitos humanos é também a de promover a integração e a articulação dessas agendas setoriais.

Então, posso fazer uma afirmação sem medo de errar: se a pergunta que nos move é: o que deverá estar na agenda da Assembleia para o desenvolvimento do Estado?, se este evento nos apresenta dez temas e se tudo isso é direitos humanos, posso dizer que tudo que foi discutido em todos esses dias, o que está sendo discutido neste painel e o que será discutido no posterior deveriam estar na



agenda ou, pelo menos, na consideração do corpo técnico e dos parlamentares desta Casa, na construção de uma agenda de desenvolvimento.

Mais que isso: penso que temos uma contribuição riquíssima nesta Casa, os legados das conferências, dos debates públicos, dos seminários e dos fóruns. Ao longo, pelo menos, desta última década, acompanhei de perto o trabalho da Assembleia e digo que existe um cipoal, um emaranhado de propostas nas diversas áreas de direitos humanos que se interligam. Agora a inovação é fazer. Discutimos os temas e acreditamos que devemos continuar com os debates, colocando na pauta os direitos humanos porque, afinal de contas, é um tema dinâmico. À medida que há modificações sociais, novos direitos são pleiteados. Podemos discutir, de uma maneira criativa, novas alternativas para as violações, mas precisamos começar a tirar esses direitos do papel, precisamos da efetividade. Falo que, em direitos humanos, há duas lutas: uma para colocá-los no papel e outra para tirá-los. Reconhecer direitos talvez seja a parte mais fácil, porque ela agrada boa parte da sociedade. Agora, efetivá-los mexe com interesses, mexe com vaidades, mexe com aquilo de que, muitas vezes, determinadas camadas da população não quer abrir mão, como se direitos humanos fossem um manto curto, como se você, ao proporcionar direitos humanos a alguém, estivesse abdicando dos seus próprios.

Então, acho que devemos resgatar, na Assembleia, principalmente as 141 propostas da 3ª Conferência Estadual de Direitos Humanos, um trabalho de muitos dos que estão presentes. Por meio dos grupos de trabalho e das CTIs, conseguimos sistematizar as propostas das conferências temáticas na área da pessoa com deficiência, da questão de gênero e do idoso e trazê-las para discussão na Conferência de Direitos Humanos. Daí apresentamos ao governo federal essas 141 propostas e mais um eixo temático que foi de absoluta relevância e, por conta disso, incluído no Plano Nacional dos Direitos Humanos 3, o direito à memória e à verdade. Então, essa conferência foi a síntese dessas demandas setoriais da sociedade mineira nos últimos anos, porque foi fruto do acúmulo obtido por essas conferências temáticas. Tudo que pode fazer parte de uma agenda de direitos humanos, então, está nesses documentos finais dos eventos realizados pela Assembleia nos últimos anos, e evidentemente devemos agora priorizá-los e verificar o que entrará para a agenda do Poder Legislativo.

Como eu sabia da qualidade das pessoas que estariam debatendo aqui, não só na Mesa, mas também as participações que tive oportunidade de verificar pela internet e as que se dão presencialmente, tomei a liberdade de adotar outro foco. Endosso totalmente a crítica do Deputado Durval Ângelo quanto à organização do evento, porque, quando vejo uma pessoa como D. Tereza sentada ali, penso na contribuição que ela poderia dar para enriquecer este evento e constato que não houve essa possibilidade de participação, é uma coisa que me deixa triste, num momento em que os direitos humanos são escolhidos como um dos pilares para o desenvolvimento de Minas Gerais. Então, em virtude da qualidade que eu sabia que permearia o debate, procurei apresentar minhas propostas num outro viés. Tomei por base este documento contendo as 141 propostas, fiz uma priorização pessoal daquilo que, pela minha experiência, acho que deveria estar em primeiro lugar na pauta e cheguei a 17 propostas. Peço desculpas a vocês, porque, brasileiríssima que sou, deixei para organizar minhas ideias a serem expostas hoje, ontem à noite. Aliás, até preparei a apresentação, mas, como a orientação da organização do evento era que se enviasse para cá, para aprovação em três dias, não tenho as propostas para apresentar a vocês.

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Márcia, vamos disponibilizá-las no mesmo “site”, com a síntese da conferência. Quem quiser ter acesso às suas propostas pode procurar no mesmo “site” em que fez a inscrição. Vamos colocar todas ainda hoje à tarde.

A Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini - Estou passando à organização do evento as 17 propostas, para não me alongar muito, mas fiz mais. Dessas 17, escolhi as minhas prioridades, para chegar a 3 propostas, a fim de ser absolutamente telegráfica na minha contribuição e até, de uma maneira que não é nada modesta, priorizá-las entre tantas outras propostas apresentadas. Mas queria dizer que tudo que foi dito aqui é endossado e compartilhado por mim e faz parte dessa pauta que deve orientar a Assembleia.

Minhas três propostas foram baseadas em funções específicas da Assembleia. Início com a função deliberativa da Casa, que trata de questões “intra corporis”, para fazer uma sugestão. Já temos um espaço consolidado de participação da sociedade, e este evento é mostra disso, assim como as conferências, os debates, sempre lembrando que aquela metodologia utilizada anteriormente é melhor que a escolhida para este fórum. Essa participação, então, é dentro de um processo propositivo, a sociedade propõe à Assembleia. Temos um segundo momento, que faço uso e recomendo a todos os interessados, que é uma ferramenta contida no “site” da Assembleia para que se acompanhe a tramitação das propostas. É uma participação da sociedade no acompanhamento. Minha sugestão é que a ampliemos, a fim de que haja uma participação da sociedade dentro do processo deliberativo da Casa. Existe um projeto de resolução, apresentado no ano passado e reapresentado neste ano. E o corpo técnico, absolutamente qualificado, poderá analisar a utilização ou não dessa ferramenta de acompanhamento, mas, quando houver discussão principalmente de matérias polêmicas e relevantes para os destinos da sociedade mineira, que seja dada ao cidadão e à cidadã a possibilidade de opinar contrariamente ou favoravelmente a elas. Acho que isso baliza o trabalho dos nossos parlamentares que vão identificar em seus representados, ainda que por amostragem, uma tendência de opinião em relação àquela matéria.

A minha segunda proposta é dentro da função político-parlamentar da Assembleia. Tive a curiosidade de observar as mais de 600 propostas recebidas na consulta pública e constatei que várias delas não são atribuições do Poder Legislativo; entretanto, Deputado Durval Ângelo, isso não interessa. Se a Assembleia Legislativa quer assumir essa posição de caixa de ressonância da sociedade mineira, deve acolher todas essas contribuições e articular com os destinatários das demandas, para que sejam atendidas. Tendo em vista a função político-parlamentar, darei uma sugestão, e a princípio vocês poderão dizer que não se trata de uma atribuição da Assembleia, mas do Poder Executivo, que é a criação do Programa Mineiro de Direitos Humanos e a revisão do Plano Mineiro de Direitos Humanos. Está na hora de termos não só um horizonte ético para direitos humanos no Estado de Minas Gerais por meio de um programa com metas macro, mas também de haver a operacionalidade deste por meio de ações concretas, com orçamento, cronograma e responsabilidades, que podem ser revisados anualmente ou com a periodicidade que se entender necessária. O fato é que precisamos ter uma forma de monitorar o que efetivamente é executado em direitos humanos no Estado de Minas Gerais. Observamos, por exemplo, a lei delegada e os decretos que a complementam e sabemos que a Subsecretaria de Direitos Humanos de Minas é o órgão responsável pela execução da política, pautando-se pela efetividade do Plano Mineiro de Direitos Humanos, que está





defasado e não espelha as necessidades de Minas Gerais. Assim, conclui-se que, sem uma diretriz que o balize, fica muito difícil a atuação do Executivo.

A terceira proposta é de função fiscalizadora. Lembro-me do saudoso Secretário João Batista. Ele dizia que a inovação é fazer. Então, farei uma digressão para lembrar outra frase muito utilizada por ele: “Não temos verba, mas temos verbo”. Eu acho que está na hora de termos verbo e verba. Precisamos de ambos, porque fazer política sem priorização do orçamento que financie e possibilite a operacionalidade das políticas a fim de tirá-las do papel nos deixará apenas na retórica dos direitos humanos, sem concretude. A minha proposta é fiscalizar os recursos destinados aos programas, projetos e ações em direitos humanos; debater a peça orçamentária anual com a sociedade civil e entidades de direitos humanos; e apresentar emendas ao orçamento e sugestões de adequação de valores e metas aos projetos de direitos humanos. Creio que devemos fazer essa amarração entre a participação social nos destinos da agenda política parlamentar de Minas Gerais e um plano mineiro de direitos humanos que dê operacionalidade a todas essas ações propostas na III Conferência Estadual de Direitos Humanos e às contribuições dadas aqui. Por certo serão dadas contribuições em outros eventos realizados por esta Casa. Se dermos exequibilidade a essas ações por meio de um orçamento que forneça recursos, já teremos feito um grande trabalho para o cumprimento da agenda setorial, que creio ser o que foi proposto neste evento.

Gostaria de finalizar pedindo que os parlamentares, ao apresentarem as propostas, não se esqueçam de que o trabalho não foi concluído a partir da aprovação de uma regra, pois é preciso que haja um acompanhamento para vermos se essas normas estão sendo cumpridas. Uma pessoa está sempre ao nosso lado para acompanhar o cumprimento das leis em matéria de direitos humanos. Essa pessoa, que é o nosso canal de comunicação no Tribunal de Justiça, é o Dr. Herbert.

Para encerrar, gostaria de dizer que uma agenda de direitos humanos não é feita com uma tranquila unanimidade. Ela sempre esbarrará em questões internas desta própria Casa e em interesses institucionais, mas ter coragem para inserir isso como um dos temas do desenvolvimento de Minas Gerais já é uma grande conquista. Precisamos mesmo de imprimir a digital dos direitos humanos em todas as agendas políticas, não só na da Assembleia, mas também na de outros órgãos de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Obrigado, Márcia. A partir de hoje, à tarde, não só os três eixos levantados pela Márcia, mas também as 17 propostas estarão disponíveis no “site” da Assembleia para sugestões. Gostaria de ampliar isso com as 142 propostas aprovadas na Conferência, que teve mais de 700 delegados em Minas Gerais, precedida por 12 a 15 conferências regionais e algumas municipais. Estado nenhum contou com tantas pessoas e tanta representatividade em um processo tão democrático. Além do mais, tiramos um eixo inédito sobre verdade e memória, que não constava entre os seis eixos nacionais. Ele passou a ser o sétimo eixo da Conferência Nacional. É importante dizer que essa nossa conferência realmente teve um caráter extraordinário nos bons tempos da Subsecretaria de Direitos Humanos, com o grande companheiro João Batista de Oliveira, que hoje se tornou uma estrela.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do doutor em educação e militante na área de deficiência e direitos humanos, Fábio Couto e Silva de Oliveira, para a construção da agenda da Assembleia.

- Procede-se à apresentação do vídeo.

#### Palavras do Desembargador Herbert Carneiro

Bom-dia. Meus caríssimos Durval Ângelo e Adelmo Carneiro Leão, que se fazem presentes, demais integrantes da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, ilustres colegas, a quem faço um cumprimento especial, Dr. Bruno Terra, Presidente da nossa associação dos juízes mineiros, Dr. Enderson, meu particular amigo e colega, senhoras e senhores, primeiramente o meu agradecimento pela distinção entre tantos membros do Poder Judiciário mineiro de estar aqui, hoje, acatando um convite da Assembleia Legislativa para tratar do tema direitos humanos. É imperioso registrar, inicialmente, a complexidade do tema e a constatação de que, naturalmente, é impossível esgotá-lo numa manhã. Mas é importante reiterar o que já foi dito pelos que me precederam da conexão entre direitos humanos e desenvolvimento, seja desenvolvimento social, seja desenvolvimento econômico, seja atividade cultural. Daí, o meu registro inicial sobre a oportunidade e a necessidade da discussão permanente dos direitos humanos num fórum legítimo como este, numa Casa do povo.

Tive a oportunidade de participar, como já frisado pela Dra. Márcia, da Conferência Estadual de Direitos Humanos.

O Sr. Presidente - E o senhor foi delegado da Amagis na conferência, é bom que se registre.

O Desembargador Herbert Carneiro - Lembro, à época, que os direitos humanos foram abordados nos mais variados matizes. E sabemos do compromisso desta Casa Legislativa com esse trabalho. Eu confesso que fiz um trabalho escrito, extenso, embora tenha procurado ser objetivo para atender ao propósito do fórum, que me solicitou propostas objetivas que pudessem ser incluídas no processo legislativo desta Casa, no fórum permanente de debates que esta Casa trava com as autoridades do poder público e a sociedade civil sobre direitos humanos. Mas, para ser coerente com a temática e para reforçar a amplitude dos direitos humanos, tenho por oportunas duas citações de duas grandes autoridades que tratam dos direitos humanos. Primeiramente, eu me refiro ao jurista, renomado internacionalmente, Norberto Bobbio, que, ao tratar dos direitos humanos, diz o seguinte: “O problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico, e, num sentido mais amplo, político. Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos humanos, qual é a sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro de garanti-los para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados”.

O ilustre Prof. Antônio Augusto Cançado Trindade, Juiz e membro da Corte Internacional de Direitos Humanos - para nossa felicidade, mineiro de Belo Horizonte, uma das maiores autoridades internacionais em direitos humanos -, ao tratar dos direitos humanos, por ocasião de um discurso que proferiu em 2008 no Senado Federal, durante a comemoração dos 60 anos da Declaração dos Direitos Humanos, pontificou o seguinte: “É inegável que houve, ao longo das seis últimas décadas da vigência da Declaração Universal dos Direitos Humanos, avanços consideráveis, sobretudo no processo de jurisdicalização da proteção internacional dos direitos humanos. É esse um domínio de proteção que não admite retrocesso algum e que vem contribuindo, mais que qualquer outro, para a evolução do direito das gentes. Tudo isso é devido à consciência jurídica universal, como fonte material última do direito



internacional, na verdade, de todo o direito. Em resumo, resta afirmada a universalidade dos direitos humanos nos planos normativo e operacional, tal como propugnado desde 1948”.

Com essas considerações preliminares e reconhecendo o enorme trabalho que esta respeitada Casa Legislativa dedica aos direitos humanos - sei de tratativas feitas aqui sobre os direitos humanos a um ambiente sadio, dos direitos humanos ao patrimônio comum, dos direitos humanos à paz, ao desenvolvimento sustentado, à eliminação de todas as formas de discriminação racial, contra a mulher, crianças, adolescentes e idosos -, meu ilustre Deputado e companheiro de ideais Durval Ângelo, para ser coerente com uma trajetória profissional e para ser um Juiz independente, como deve ser o Juiz, transparente, como deve ser o Juiz, resolvi escolher como tema para as minhas considerações mais específicas o tratamento a ser dispensado aos cidadãos, condenados definitivos ou presos provisórios, sujeitos à privação da liberdade em razão de processo-crime. Forçoso registrar, inicialmente, que esta colenda Casa Legislativa, de algum tempo para cá, tem-se dedicado com afincos a essa grave questão, sempre com o reconhecido propósito de fazer prevalecer a garantia dos direitos humanos dos presos, em perfeita sintonia com as Constituições Federal e Estadual, as leis penais e os demais diplomas nacionais e internacionais que tratam da matéria. Em razão da exiguidade do tempo, dispensarei as considerações mais aprofundadas sobre a contemplação de direitos e garantias fundamentais dos cidadãos - incluindo-se os presos - previstos na Constituição Federal. Em síntese, está na Constituição Federal, como princípio basilar do Estado de Direito Democrático, a dignidade da pessoa humana. Todos são iguais perante a lei. É garantida aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, incluem-se os presos, a inviolabilidade do direito à vida, à integridade e à segurança. É vedado pelo texto constitucional - então, ninguém será submetido - tortura ou tratamento desumano ou degradante; há assegurado o respeito à integridade física e moral, especificamente de presos. Isso está grifado na Constituição Federal.

A Lei de Execuções Penais, Lei nº 7.210, de 1984, no seu art. 3º, diz, de forma muito clara: ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Nesse particular, cabe um comentário de um dos maiores juristas penitenciários conhecido no Brasil e, para nossa felicidade, também mineiro, que não se encontra mais nos nossos meios, Prof. Jason Albergaria, que, ao comentar essa disposição, diz de forma muito clara: “Efetivamente, a condenação não extingue os direitos do homem que, de modo estrito, pertencem à lei natural da vida: o direito à existência e à vida, o direito à procura da perfeição da vida humana, o direito à existência e à procura do bem eterno, o direito à integridade corporal, o direito de contrair matrimônio, o direito à propriedade dos bens materiais”. Segundo o ilustre professor, são direitos radicados na vocação da pessoa, nas ordens dos valores absolutos e com um destino superior ao tempo.

Entre outros diplomas, como citei a Constituição e a lei penal, há inúmeros tratados e convenções de que o Brasil é signatário e que contemplam direitos e garantias de o preso ser tratado, dentro do sistema prisional nacional, com dignidade e respeito. É fato que, de uma população de 500 mil presos, a grande maioria se encontra acautelada em estabelecimentos superlotados, sem a mínima condição, por parte do Estado, de atendimento às exigências previstas na lei. Lamentavelmente, nossos estabelecimentos penais, com raríssimas exceções, tornaram-se grandes depósitos de presos, sem a mínima perspectiva de - eu não diria ressocialização - socialização. Essa, repito, é uma realidade com raríssimas exceções que permeia o Brasil de norte a sul, traduzindo-se em um dos maiores desafios quando a questão envolve segurança pública, sendo até mesmo deixados de lado, às vezes, os direitos humanos dos presos. Primeiro, é preciso conter a violência e a criminalidade e, para isso, equivocadamente pensam alguns que a prisão é um caminho eficiente, uma vez que a sociedade se livra dos criminosos. Esquecem, no entanto, que, em estabelecimentos prisionais, sem o respeito aos seus direitos humanos, os reclusos do sistema se tornarão mais abrutalhados e com sede de vingança, não lhes restando outra alternativa senão voltar ao seio da sociedade para dar continuidade à sua senda criminosa.

Tem sido assim a trajetória da criminalidade brasileira, a despeito de todas as anunciadas iniciativas para a sua contenção, a exigir uma mudança radical de cultura e de mentalidade, seja do Estado, seja da sociedade civil, no sentido de se fazer cumprir a garantia dos direitos humanos dos presos como o único meio de lhes propiciar cumprimento de pena com dignidade e de, verdadeiramente, fazerem parte do processo social.

Nesse particular, cabe registrar que, de uns tempos para cá, iniciativas e o apoio desta Assembleia Legislativa vêm sendo reconhecidos como um esforço permanente no sentido de melhorar a eficiência e a qualidade do trabalho de nossos policiais e a qualidade da nossa justiça criminal, do nosso sistema de justiça criminal - forma como é oferecida a prestação jurisdicional à sociedade. Às vezes, esquecemo-nos de que, ao se falar em segurança pública, é preciso pensá-la sobre três pilares: primeiro, o das polícias, que fazem prevenção e repressão à criminalidade - no caso da Polícia Civil Judiciária, temos a investigação. Depois vem o sistema de justiça. Como andam os processos nos fóruns? Como trabalham os Juízes, os Promotores de Justiça, os Defensores Públicos e os advogados? Está-se oferecendo à sociedade civil brasileira a Justiça da forma que ela almeja e que tem direito? Por fim, há o sistema penitenciário, que sempre fica esquecido. Às vezes, dedicamos atenção especial às polícias e ao sistema de Justiça, mas nos esquecemos de que as pessoas que são condenadas naturalmente terão que voltar ao seio da sociedade. Mas, sem houver um processo adequado de punição, certamente voltarão em piores condições do que saíram. Especificamente em 1997, esta Casa Legislativa dedicou-se a uma comissão parlamentar de inquérito que durante meses investigou o Sistema Prisional mineiro, chegando a conclusões altamente significativas com relação à ainda hoje falida instituição do sistema penitenciário que, à época, por sugestão e recomendação desta Casa, passou por alguma transformação. Dedicou-se também a uma discussão, inclusive com a sociedade civil, sobre segurança pública e democracia. Outros trabalhos foram desenvolvidos nesta Casa, mas me reporto, em razão da exiguidade do tempo, à Comissão Especial da Execução das Penas, realizada agora mais recentemente, sob a Presidência do ilustre Deputado Durval Ângelo, com o ilustre Deputado João Leite e outros que tiveram a oportunidade de fazer levantamentos através de debates, visitas e audiências públicas com todo o sistema de justiça criminal. Todos participamos deste debate. Várias foram as visitas feitas pela Comissão aos estabelecimentos prisionais do Estado. Foram feitas audiências públicas nesta Casa, das quais tive o privilégio de participar.

Estamos em um fórum que se propõe reconhecer ou deixar de reconhecer o que foi feito e apresentar sugestões visando ao aprimoramento da questão prisional mineira sob o ângulo dos direitos humanos. No relatório final da Comissão, houve o



reconhecimento de que, nos últimos anos, mais precisamente de 2003 para cá, os investimentos do Poder Executivo estadual na área de administração prisional priorizaram algumas ações, tais como: transferência de gestão da Polícia Civil para a Subsecretaria de Administração Prisional e liberação de policiais militares e civis para suas atividades constitucionais e legais; melhoria nas condições de atendimento aos presos; melhoria do sistema de segurança nas unidades prisionais; melhoria da área de inteligência do sistema prisional; consolidação do modelo de gestão prisional; profissionalização do modelo de gestão prisional; profissionalização da gestão do sistema prisional por meio da ampliação e capacitação da guarda prisional; e incentivo ao sistema Apac. Nesse mesmo relatório da comissão especial da Assembleia Legislativa foram feitas recomendações que mencionam, de forma muito clara, a necessidade de capacitar servidores para maior utilização de métodos de justiça restaurativa, uma realidade extremamente acanhada no Estado de Minas Gerais e que em outros Estados da Federação vem fazendo a diferença, especialmente no que diz respeito à prevenção da criminalidade. Há um modelo mais moderno de resolver as questões, que é o modelo conciliatório e de reconstrução dos danos provocados pela criminalidade. Realização de concursos públicos no Judiciário, no Ministério Público, na Defensoria, bem como recomendar a utilização de um “software” que propicie a informatização e a integração das informações e procedimentos relativos à execução penal. Não me canso de dizer - pode ser que os senhores não tenham conhecimento - que não há no sistema de justiça criminal nem interlocução integrada sobre as atividades, o perfil e a identidade de cada preso. A Polícia Civil fala uma linguagem; o Ministério Público, outra; o Judiciário, outra. Precisamos trabalhar para melhorar esse sistema.

Finalmente, para cumprir os objetivos deste encontro, de forma sintetizada apresento algumas questões, que julgo imprescindíveis, de continuidade na pauta de trabalho desta Assembleia, seja na construção do processo legislativo, seja na agenda de debates constantes para a cobrança de iniciativas das autoridades competentes, visando ao aprimoramento da execução penal em nosso Estado. Refiro-me especificamente à necessidade imediata de criação, por lei, de um quadro de Agentes Penitenciários estaduais. Não é possível que haja em Minas Gerais cerca de 13 mil Agentes Penitenciários não concursados, sem direito a plano de carreira, à capacitação e à formação permanente para lidar com o ser humano. Reforço a ideia de que hoje os nossos estabelecimentos prisionais não passam de guardadores, depósitos de presos. Refiro-me também à melhoria estrutural da Defensoria Pública, com a admissão de Defensores Públicos por meio de concurso e, se possível, com a criação de varas especializadas de execução de penas. Já apresentei essa ideia aqui, porque tenho vivenciado no Rio de Janeiro um trabalho feito por um núcleo especial de Defensores Públicos no sistema prisional, que tem feito a diferença na execução penal carioca. Precisamos pensar numa especialização dos Defensores Públicos para tratar da execução da pena. A Bahia, o Ceará, todos os Estados do Nordeste fazem distinção entre presos sujeitos a privação da liberdade e presos sujeitos a medidas e alternativas penais. Lamentavelmente, em Minas Gerais não há essa experiência. Aliás, por mais de uma vez apresentamos nesta Casa, não no Judiciário, com o apoio do Deputado João Leite, a sugestão de tentativa de especialização de varas. Na época, foi aprovada por esta Casa, mas vetada pelo governo.

É preciso adotar o processo eletrônico, que tem sido a linha do Conselho Nacional de Justiça. Hoje, enquanto o crime organizado trabalha com o que há de mais apurado em termos de tecnologia, a Justiça ainda trabalha na era do papel, lamentavelmente.

Em relação às Apacs, é necessária a criação de uma lei que torne obrigatória a adoção do método em todas as comarcas do Estado, com garantia de aporte dos recursos orçamentários e financeiros necessários à construção de estabelecimentos adequados e à sua contínua manutenção estrutural, sem prejuízo dos recursos angariados. Naturalmente, a Apac recebe da sociedade civil.

Precisamos pensar ainda em investimentos em outras alternativas penais, entre elas a justiça restaurativa. São essas apenas algumas poucas e sintetizadas sugestões que trago à reflexão de todos que participamos deste memorável evento. Encerro minhas palavras reportando-me, mais uma vez, à sempre abalizada lição do mestre Antônio Augusto Cançado Trindade, que, ao apresentar a “Revista nº 7 do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos”, disse: “No caso brasileiro, a concepção integral dos direitos humanos impõe-se com maior vigor, porquanto desde os seus primórdios de sociedade predatória até o acentuar da crise social agravada nos anos mais recentes, nossa história tem sido até a atualidade marcada pela exclusão, para largas faixas populacionais, seja dos direitos civis e políticos, em distintos momentos, seja dos direitos econômicos, sociais e culturais. A concepção necessariamente integral de todos os direitos humanos se faz presente também na dimensão temporal, descartando fantasias indemonstráveis como as das ‘gerações de direitos’, que têm prestado um desserviço à evolução da matéria ao projetar uma visão fragmentada ou atomizada no tempo dos direitos protegidos. Todos os direitos para todos é o único caminho seguro. Não há como postergar para um amanhã indefinido a realização de determinados direitos humanos. No presente domínio de proteção impõe-se maior rigor e precisão conceituais, de modo a tratar, como verdadeiros direitos que são, os direitos humanos em sua totalidade”.

Mais uma vez, agradeço o honroso convite que recebi desta respeitada Casa Legislativa para participar de um evento desta magnitude. Desculpem-me pela limitação da abordagem do tema, que justifico, se assim posso fazê-lo, pela nossa condição de constante aprendiz dos direitos humanos. No entanto, posso lhes afiançar, não nos falta compromisso ético e moral para o debate, do qual jamais nos furtaremos, sempre movido pelo propósito de contribuir efetivamente para o aperfeiçoamento do sistema de defesa social de nosso Estado. Que Deus nos abençoe a todos. Muito obrigado.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Obrigado, Herbert. Saltaremos a parte de sugestões enviadas pela internet porque lá se encontram disponíveis, e também os vídeos, e vamos diretamente às inscrições. Temos muitos inscritos, mas vocês constataram a riqueza da participação de um leque de entidades. Quanto ao programa do “software”, que o Herbert afirmou estar sendo feito pelo Ministério Público de Governador Valadares, com financiamento, numa parceria conseguida pela Assembleia Legislativa, nós o apresentaremos em março - e todos serão convidados -, com a presença da Ministra de Direitos Humanos e também com a participação da Vara de Execuções Criminais de Valadares, assim como da Secretaria de Defesa Social da região, sempre presente junto à Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

Com a palavra, Úrsulla Almeida Rey Costa, do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, programa PAI-PJ.



A Sra. Úrsulla Almeida Rey Costa - Bom dia a todos e à Mesa. Listarei rapidamente alguns pontos: a questão da liberdade sexual, das cotas para portadores de deficiência nas empresas - há divergência em torno do fato de que portadores de sofrimento mental não podem ser beneficiados com essas cotas -, moradias e albergues para pessoas em sofrimento mental e discussão dos critérios utilizados pelos albergues dessas instituições, a medida de segurança, a desospitalização psiquiátrica, a educação em direitos humanos como parte da política de educação, a revista vexatória nos presídios, a população de rua e as políticas públicas destinadas a ela e, finalmente, os relativos à criança e ao adolescente, nos processos de guarda e visitas e à busca e apreensão de crianças com uso de força policial - o que afeta o princípio do maior interesse da criança -, o que deveria ser feito acompanhado de profissionais e técnicos capacitados para isso. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Úrsulla. Com a palavra, Carlos Antônio Outeiro, Presidente da Associação Comunitária Santa Efigênia/Paraíso. Pode aproximar-se o Sr. Edmundo Pietro.

O Sr. Antônio Carlos Outeiro - Quero cumprimentar o Deputado Durval Ângelo. Na sua pessoa, quero cumprimentar a Mesa. Cumprimento ainda as senhoras e os senhores, bom dia. Quero alertar para dois casos. Precisamos ter realmente os direitos humanos, que sejam mesmo direitos humanos, iguais para todos, que não sejam lembrados somente quando acontece algum fato com repercussão nacional ou mundial. O Deputado Durval Ângelo tem agido em vários locais na nossa região, a região Leste, com um parceiro novo, o Deputado Paulo Lamac. Ele e o Deputado Paulo Lamac estiveram na Serra, estiveram nas torres gêmeas. Você está de parabéns, Deputado.

O Sr. Presidente - Ele pode ser o Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos.

O Sr. Antônio Carlos Outeiro - Meus parabéns, o senhor terá um grande aliado. Ele tem participado muito bem.

Queria falar de dois casos. O primeiro é o caso da Serra. Pela TV Assembleia, vimos que os quatro suspeitos foram presos. Mais uma vez, com intervenção dos direitos humanos, com grande intervenção da comunidade, a coisa se resolveu. Se a comunidade participar da forma como participou no Aglomerado da Serra, as coisas acontecerão. Até apareceu o Governador Anastasia comentando o fato. Em 24 horas, o caso foi resolvido. Há casos que não têm repercussão e que não são resolvidos. Em 2004 ou 2005, quando eu trabalhava no Palácio do governo, mataram o Promotor José Lins do Rego. Foi uma grande perda. Quando o fato ocorreu, o Governador Itamar Franco estava em São Paulo. Assim que recebeu a notícia, ele retornou a Belo Horizonte e pediu que, em 24 horas, o caso fosse resolvido. O Deputado Durval Ângelo, à época, estava no caso também.

O Sr. Presidente - As testemunhas se apresentaram à Comissão de Direitos Humanos. A Polícia Federal tomou conhecimento das testemunhas por meio da Comissão de Direitos Humanos. As testemunhas procuraram primeiro a Comissão.

O Sr. Antônio Carlos Outeiro - Primeiro, foram à Comissão e depois foram para o Palácio do governo. Quer dizer, mais uma vez, o governo entrou na meio para ajudar os direitos humanos, e o Farah foi preso. Vi que ele foi solto por esses dias e fiquei triste, porque a família paga para o resto da vida, mas o indivíduo vai para a cadeia e volta.

Gostaria de falar outra coisa: tenho policiais na família e tenho o maior orgulho deles. Em toda profissão existem pessoas que agem mal. Tenho na família policiais de bom caráter, como há em toda profissão. Não podemos generalizar com respeito à polícia. O caso aconteceu, a comunidade agiu logo em seguida. A comunidade tem de participar sempre, não somente quando o caso toca nos direitos humanos, porque, quando ela participa junto com os direitos humanos, a coisa se resolve. Era isso. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, companheiro. Com a palavra, o Sr. Edmundo Pietro, da Associação dos Usuários do Serviço de Saúde Mental - Assusam.

O Sr. Edmundo Pietro - A Assusam já existe há muito tempo. Eu falo de um jeito, e eles falam de outro. Assusam quer dizer associação dos usuários, dos familiares e de todos os amigos dos cidadãos em sofrimento mental. Estava vendo os Deputados e contei quantas lâmpadas existem aqui. São 110 lâmpadas, fora os 2 holofotes, e 9 lâmpadas apagadas. Uma está piscando e parou de piscar. Quando eu estava internado na Pinel, na toca do leão, não tinha nada que fazer, era restrita minha liberdade. Eu estava amarrado olhando para cima e via as moscas rodando, rodando. Umas conseguiam escapar. Mas vejo os pobres coitados dos Deputados, dos Vereadores, dos políticos e do povo em geral que ficam rodando como as moscas na lâmpada: falam, falam, falam, mas não conseguem sair. Aí, elas morrem e viram alimento de barata, de ácaro e tudo o mais. Agora vou ler o meu texto, cujo título é: "Ser e Estar Sendo Povo". Quer dizer, como somos povo e como iremos nos tornar cidadãos, se é que somos cidadãos. Desculpe-me porque me esqueci de tomar Diazepam e não fui lá em casa buscar. Chamo-me Edmundo. Bom dia a todos que estão aqui, bom dia a todos do Planeta, do universo infinito. Boa vida a todos! Minha ex-mulher, minha primeira mulher - já estou na terceira - me disse que não poderia dar título a nada, porque estaria rotulando e isso é a pior coisa que existe. Mas o título do meu texto é "Ser e Estar Sendo Povo". Ser povo é estar no início do início, tornar-se cidadão é um dos direitos do saber. Às vezes, agimos como o povão e nem por isso somos menores, maiores ou piores. Somos na nossa exata medida. Para ser cidadão é preciso ser povo. É preciso estar para ser povo. Dê ao povo o que o povo quer na sua exata medida, nem mais nem menos. O povo, o cidadão têm o direito a ter mais consciência.

O Sr. Presidente - Obrigado, Edmundo. Agradecemos muito a sua sugestão, que foi de grande valia. Cidadania é isso mesmo. São as duas faces da política dos direitos humanos: cidadania e dignidade humana. Com a palavra, o Sr. Vinícius Marcos Nonato da Silva, da Comissão de Direitos Humanos da OAB e do Sindicato dos Advogados de Minas Gerais.

O Sr. Vinícius Marcos Nonato da Silva - Bom dia a todos. Na pessoa do Deputado Durval Ângelo, cumprimento a Mesa, os demais presentes, lideranças sociais e população em geral. Ontem, analisei o documento do Fórum e vi que um dos assuntos em pauta é justamente o acesso à justiça como garantia do exercício dos direitos humanos. Entendo que os três pilares que possibilitam o acesso da grande massa da população à justiça são a Defensoria Pública, os DAJs e os sindicatos dos trabalhadores, que possibilitam aos trabalhadores terem os seus direitos, principalmente perante à Justiça do Trabalho. Entretanto, ultimamente, vimos uma certa reação e resistência da justiça em relação ao Sindicato dos Trabalhadores, principalmente quando o Sindicato atua na qualidade de substituto processual dos trabalhadores da categoria que representa. Recentemente, a título de exemplo, o Sindicato dos Rodoviários ajuizou várias ações na Justiça do Trabalho pleiteando a garantia de direitos dos trabalhadores, o cumprimento de convenção coletiva, o





direito a receber por insalubridade, e a reação desse órgão foi lamentável. Ouviu-se nos corredores boatos de que Juízes se reuniram para dar decisões conjuntas para extinguir as ações. Mais triste ainda é ver que esses boatos estão se concretizando na prática. Vi no documento que uma das propostas da Comissão é fazer o recrutamento de magistrados para a formação política. Gostaria de endossar esse projeto. Como disse o Desembargador Herbert, citando Norberto Bobbio, a questão de direitos humanos é também uma questão política. Então, ela tem de ser tratada nesse campo. Os magistrados têm de entender que a decisão deles no processo não se esgota ali, ela afeta toda a relação capital-trabalho e enfraquece, aliás, a luta dos trabalhadores na mesa de negociação, quando o empresariado e a classe patronal se sente forte, até mesmo para recusar a negociar à mesa achando que o Judiciário vai conseguir resolver os seus problemas. Gostaria de deixar essa mensagem, principalmente lembrando que trabalho é o direito mais inerente, a característica mais inerente ao ser humano, então tem de ser tratado com carinho. O trabalho digno é um dos pilares da questão dos direitos humanos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vinícius. Com a palavra, Clarise Fernandes da Silva, da ONG Clarosofia Núcleo Mundial.

A Sra. Clarise Fernandes da Silva - Boa-tarde. Sou Presidente da ONG Clarosofia Núcleo Mundial. Uma das preocupações da ONG Clarosofia Núcleo Mundial é a questão real do desenvolvimento humano, da proteção da pessoa humana. A nossa instituição é sistematizada por 84 gestões, nas quais está inserida a defesa dos direitos humanos.

Muito antes de ser Presidente da Clarosofia Núcleo Mundial, com 17 anos de idade, participei do movimento feminista pelas Diretas Já. Feminista, não: na verdade, cá pra nós, nesse movimento, houve total desencontro, total desinformação das pessoas que se propuseram a realizá-lo. Naquele momento, enquanto as mulheres estavam querendo atacar os homens, eu, adolescente, toda inocente, muito apaixonada, bem-amada, sugeria que a gente se preocupasse em resgatar a família, os conceitos e os valores tangíveis à família. Era uma luta ombro a ombro, ao lado dos homens. Aliás, diante de um grande homem sempre há uma grande mulher, e vice-versa. Temos de hastear a bandeira para erradicar o desemprego e a violência contra a criança e o adolescente, o adulto, o idoso, o ser humano em geral. Os direitos humanos vieram para garantir os direitos fundamentais. E, nas Diretas Já, só queriam discutir um segmento e colocar os direitos humanos em uma redoma, mas não é assim.

Os direitos humanos têm de ser discutidos como um todo. Com isso, quero dizer que hoje vivemos a subversão dos valores, o que está fazendo a sociedade viver uma convulsão social. E essa convulsão social está causando danos muito grandes à nossa sociedade. Por isso precisamos investir na prevenção. Recentemente, recebi duas voluntárias, uma da Inglaterra e outra da Alemanha, que estão totalmente estupefatas com o que aconteceu no setor. O que é cidadania lá? Vocês acham que uma família que não tem fonte de renda e que não está qualificada fica desamparada, vai para a criminalidade? Não vai, porque o governo tem a responsabilidade de amparar a família, liberar subsídio de determinado salário, moradia, qualificar, capacitar e evitar que essa família seja vítima de violência ou de genocídio. Essa família é efetivamente protegida, enquanto aqui só se investe no curativo, que se torna muito mais caro que a prevenção.

Gostaria de encaminhar uma proposta para as famílias que não têm subsídio, que não estão qualificadas. Tentei incluir isso no PPAG, mas não foi acatado. Que venham liberar subsídio para a manutenção dessas famílias, para monitorá-las com psicólogos, qualificá-las, de preferência em parceria com a nossa ONG Clarosofia, que é uma bandeira nossa, porque a vida não pode continuar sendo banalizada. A subversão de valores hoje prioriza investir muito mais em tecnologia que em seres humanos. Temos de investir no capital humano, literalmente. É importante investir na tecnologia, mas, primeiramente, deve-se priorizar o ser humano. Se quisermos combater a criminalidade, temos de ter responsabilidade social. Temos de lembrar que hoje os representantes públicos estaduais e federais recebem salários que variam para mais de R\$100.000,00. Como garantir direitos humanos com uma disparidade real quando a maior força produtiva, de 80% da população, é obrigada a viver com um salário mínimo para pagar água, luz, telefone, outros impostos, alimento, bancar uma criança?

Outra coisa, a professora tem por obrigação ensinar, e não educar. Educar é obrigação dos pais. Com isso, é preciso urgentemente amparar a família que não tem subsídio. A mãe tem de voltar a ser educadora de seus filhos, efetivamente, porque, se ela não for educadora, não colaborará para uma educação de qualidade. Faço esse apelo. Não me admiro se estiver errada, por causa da inversão de valores e do capitalismo selvagem. É preciso que haja reforma e aplicação dos três Poderes, sobretudo do Legislativo, na revisão dos Códigos de Processo Civil e Penal e da aplicação deles literalmente. Obrigada, desculpem-me e um abraço.

O Sr. Presidente - As propostas elaboradas agora também serão registradas e incluídas no "site", talvez com uma síntese. Quem quiser uma precisão melhor deve encaminhar por escrito. Com a palavra Maria Tereza, do Grupo de Amigos e de Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade.

A Sra. Maria Tereza dos Santos - Falarei um pouco sobre a revista feita no familiar quando entra no presídio para visitar seu ente querido, que está ali dentro. A pergunta é: "O que deverá estar na agenda de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?". No que diz respeito ao familiar do preso, já sei o que é. Deverá estar a proibição dessa revista, que é inconstitucional, ilegal e vergonhosa. Ela fere a dignidade humana. Por que o familiar do preso tem de passar por essa revista e o Diretor do presídio não? Por que o familiar tem de passar por essa revista e o Agente Penitenciário não?

Todos nós sabemos o tamanho - serei bem banal - do buraco do corpo de uma mulher. Lá dentro, definitivamente, não cabe uma barra de 1kg de maconha. É isso que se apreende nos presídios. Como isso entrou lá? No corpo de uma mulher não foi. Tem saído na mídia que agentes são presos por tráfico de drogas. Por que eles podem entrar com a droga para vender no presídio e o Estado fica fazendo vistas grossas disso? Por que, quando viajo para outro Estado, passo pelo "scanner" no aeroporto, a Polícia Federal me vira do avesso, sem que eu precise tirar a roupa, abaixar, sem me esculachar com palavras malditas, e, no presídio, tenho de passar por tudo isso? Por que não colocam "scanner" em todos os presídios? Porque, se colocarem "scanner" nos presídios, vão acabar com o negócio lucrativo, que é a venda de drogas pelos agentes do Estado, que estão ali para cuidar dos presos. Queremos que acabem com isso.

Outra coisa que deverá estar na agenda da Assembleia é uma investigação séria para sabermos o porquê de o governo de Minas insistir em privatizar o sistema prisional. Definitivamente, preso não é mercadoria. Os outros países estão visitando o Estado de Minas



para levar para eles o modelo Apac, que tem dado muito certo em Minas. Na Apac, gastam-se em média R\$500,00 por preso, o governo quer privatizar o sistema prisional para gastar R\$2.400,00 por preso. Para onde vai esse dinheiro? Para o bolso de quem? Alguém está ganhando muito dinheiro com isso. Nós, da sociedade, é que vamos ter de pagar por isso? Isso deverá estar na agenda da Assembleia. Queremos saber para onde vai esse dinheiro. Tenho a certeza de que para cuidar do preso não é. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigada, Maria Tereza. Com a palavra Ideslaine, da Ocupação Dandara.

A Sra. Ideslaine dos Santos Pereira - Sou da Ocupação Dandara. Na verdade, farei uma pergunta sobre a qual quero que reflitam. Quando os órgãos competentes tomarão, realmente, a verdadeira decisão de ajudar as ocupações? Não adianta falar só que apoiam, não adianta querer nos ajudar depois de chegar à situação em que está a Camilo Torres. Um exemplo: 300 famílias correndo o risco de ir para o meio da rua, sem ter onde morar. A resposta que deu na mídia foi: “40, talvez a Prefeitura cuide; 260, se virem”. Então, como eles vão se virar, se estão morando lá? Sou da Ocupação Dandara, onde há 887 famílias. São, mais ou menos, 3 mil a 4 mil pessoas morando lá dentro. Pergunto: essas 3 mil a 4 mil pessoas terão de acampar na frente da Prefeitura para morar lá? Na verdade, para nós a única solução que nos chega é: o Defensor e o Ministério Público estão fazendo isto e aquilo, mas, logo depois, vem uma liminar de despejo. Será que teremos de ser presos para os direitos humanos olharem para nós?

Uma família verá um trator chegar e destruir a única casa que tem e ficará de braços cruzados? Com certeza, muitos idosos sofrerão infarto e haverá muita borracha e pimenta, que é o que a polícia tem para nós. Como eles dizem, “esse bando de favelados merece isso”.

Pergunto a vocês mais uma coisa: será que precisaremos cair lá no fundo para poder abrir a boca e dizer que temos mesmo um defensor que cuida de nós, como população? Não fui para a Ocupação porque quis, mas por necessidade. Minas Gerais me colocou lá. Meu marido recebia um salário mínimo, as crianças e também eu estávamos passando mal e não tínhamos remédio. Assim, fomos parar naquele lugar. Se hoje estou naquele lugar, não é porque quero. Ninguém quer ser humilhado. Ninguém quer chegar à rua e ouvir dizer “esse é mais um sem-terra”.

Estamos lá porque necessitamos. Para quem ainda não andou dentro da Ocupação Dandara e para vocês que estão na Mesa, quero dizer que lá já não é uma favela. Convidamos todos a visitar o lugar. Estamos fazendo o que Minas Gerais deveria fazer: um bairro organizado, com praça, área para posto e escola. Nós, moradores, construímos tudo isso com os nossos braços. Cada casa que está lá não custou R\$1.500,00. Cada casa que está lá custou de R\$600,00 a R\$700,00, porque é feita em mutirão. Falamos que somos fura-filas do Minha Casa, Minha Vida. Uma fila imaginária que não existe?! Como ficamos com alguém em uma fila, tendo ela se inscrito há 10 anos? Se ela não tinha onde morar, teve de se virar e ir para outro lugar. No Minha Casa, Minha Vida, em Belo Horizonte, não há nada com menos de três salários mínimos. Na minha casa não tem três salários mínimos. Então, sinto muito, mas é na Ocupação que vou continuar. Obrigada.

O Sr. Presidente - Acho que o apelo da Ideslaine vale para todos nós, que somos dos direitos humanos. Em uma sociedade democrática de direito, cada cidadão tem responsabilidades com direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos institucionalmente já esteve lá por duas vezes. Houve seis debates sobre a Ocupação Dandara. A insensibilidade da Prefeitura é muito grande. Também por igual número de vezes estivemos no Tribunal de Justiça com o Prof. Fábio Santos e outros advogados. A Comissão de Direitos Humanos marcará uma nova visita à Ocupação Dandara, e, nessa oportunidade, todos que estão aqui serão convidados para ir lá e manifestar apoio à luta das famílias do local. Todos os que estão aqui receberão o convite com a data da visita formal, mais uma da Comissão de Direitos Humanos.

A questão da moradia é um problema sério. Também acompanhamos o caso dos predinhos de Santa Teresa, há 16 anos. Eu e o Deputado João Leite fomos as primeiras autoridades que chegamos lá, mas sabemos que o poder da Comissão de Direitos Humanos é mais moral, não temos poder de execução. Contudo, depois do Carnaval, marcaremos uma visita à Dandara para manifestar apoio às famílias, e isso será divulgado para todos.

O Sr. Emílio José Lacerda Vilaça - Quero só fazer um esclarecimento. Também estivemos lá, o Fórum Mineiro de Direitos Humanos e o Vicariato da Arquidiocese de Belo Horizonte. Conheço tanto lá quanto a Ocupação Camilo Torres e a Ocupação Irmã Dorothy. Estivemos nesses três lugares e, no dia 16, acompanhamos a audiência pública que houve lá com o Comando da polícia, na Camilo Torres. Houve a presença da comissão da Assembleia, a todo o tempo, abrindo espaço.

Registro também a ação da Câmara Municipal em apoio a essas comunidades, por meio do Vereador Adriano Ventura. Essas duas esferas de poder estão buscando iniciar o diálogo com as entidades a todo o tempo. Estão tentando vencer resistências, indiscutivelmente. Mas, com firmeza, cada vez mais estaremos lutando para abrir espaço para essa discussão.

O Sr. Presidente - Aliás, Emílio, poderíamos fazer uma caravana de cidadania e direitos humanos e visitar as três ocupações num dia só. Vamos montar uma estrutura na Assembleia e alguns ônibus sairão daqui. Todos serão convidados, esperamos que os ônibus estejam cheios. Então, vamos fazer uma caravana de cidadania e direitos humanos nas três ocupações, a fim de manifestar de forma mais clara esse apoio. Com a palavra, a Sra. Egidia Maria.

A Sra. Egidia Maria de Almeida Aiexe - Vou pedir licença para fazer uma consideração rápida e terei de retirar-me em seguida, pois estou comprometida com o encontro de formação do Centro Nacional dos Direitos da População em Situação de Rua, que terá sede em Belo Horizonte. Minas Gerais tem esse protagonismo na área dos movimentos sociais.

Acho que temos de sair daqui com uma proposta mais efetiva, a Ideslaine tem toda a razão nesse ponto. Ficamos apoiando, mandando “e-mail”, enviando ofício, mas, concretamente, temos de sair daqui com a proposta de criação do Conselho Estadual das Cidades, em que vamos pensar todas essas políticas. Aí atenderíamos às duas questões que foram abordadas com muita ênfase, que dizem respeito a Ribeirão das Neves e a outros Municípios que estão em situação de risco, no aspecto da segurança econômica. Dentro da discussão que é feita no Fórum Nacional da Reforma Urbana, proponho a criação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano. Seria pensar esse desenvolvimento urbano como uma política nacional, como um sistema e, dentro dessa proposta, a criação dos conselhos das cidades, em que reuniremos setor público e sociedade civil de forma paritária, a fim de pensar em saneamento ambiental, habitação, transporte, mobilidade, controle do uso do solo, políticas de desenvolvimento territorial, programas



multissetoriais e agendas compartilhadas entre os diversos entes federados. Essa proposta tem de sair deste fórum, não vamos adiar mais isso. Sem a criação de um comitê intersetorial das cidades, não conseguiremos caminhar; vamos ficar só na lamentação e não na proposição. Obrigada a todos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Sr. Cláudio Rodrigues.

O Sr. Cláudio Rodrigues - Obrigado. Sou Cláudio Rodrigues e atuo no mandato coletivo popular do Deputado Paulo Lamac, que ontem assumiu a Vice-Presidência da Comissão de Direitos Humanos. Tenho certeza de que será um grande colaborador dessa Comissão, que tem na Presidência o ilustre Deputado. Aproveito para agradecer a oportunidade e para cumprimentar a Mesa e todos os presentes.

Quero fazer algumas considerações, prestando, primeiramente, minha solidariedade à população de Neves, que já sofre muito e à qual, de maneira violenta, está sendo imposto mais um presidio.

O Sr. Presidente - São oito novos presídios.

O Sr. Cláudio Rodrigues - Exato. Para se ter uma ideia, eu estava outro dia numa reunião em Neves e um companheiro contou que estava com o filho para ser atendido numa emergência quando chegaram quatro prisioneiros. E imediatamente a ordem de atendimento foi priorizada em benefício deles. Nada contra isso. O prisioneiro precisa de atendimento e tem direito a ele, mas pergunto: e a população de Neves? Como serão resolvidas essas questões? Falta moradia em razão da mudança dos familiares, que vão para a cidade para estarem próximos dos seus entes queridos. Quero prestar essa solidariedade e, é lógico, não poderia deixar de posicionar-me em relação à tragédia ocorrida na Vila Cafezal. Os companheiros já estão presos, tomara que sejam atingidos pela nossa Comissão de Direitos Humanos. E, permanecendo na cadeia, que possamos garantir a eles uma boa estada lá.

O Sr. Presidente - Com certeza.

O Sr. Cláudio Rodrigues - Quero posicionar-me em relação a duas questões, pois não há como falar em direitos humanos sem tocar nesses assuntos. Primeiro, há a necessidade de uma reforma no Judiciário. Não há como fazermos esse embate, ocuparmos este espaço e, depois, vermos um sistema judiciário que não permite o acesso da população; um sistema pago, capitalista. Sabemos que têm acesso à Justiça os que podem pagar um bom advogado. Quem precisa ir à Defensoria Pública reivindicar atendimento pode esquecer, pois ficará sem justiça. Não temos justiça de verdade no Brasil para atender à população. A reforma do Judiciário é necessária, a fim de se garantir o acesso da população a esse bem precioso, que é a justiça.

Segundo, não há como falarmos em direitos humanos ou em democracia, se estamos sujeitos a essa implacável censura nos meios de comunicação, especialmente em Minas Gerais. É impossível termos a plena garantia de nossos direitos, uma democracia justa e igualitária, quando observamos fatos como os ocorridos no ano passado. Na época, o pessoal de uma comunidade quilombola de São João da Ponte, Norte de Minas, foi preso e levado para uma cidade em blocos, famílias inteiras, inclusive crianças. Eles ficaram, durante horas, em exposição pública, algemados, enquanto os fazendeiros passavam para provocá-los. Não vimos sequer uma linha sobre o fato ser publicada na imprensa mineira, que se calou, como ocorre há oito anos no Estado. Ter direitos humanos é ter uma Minas sem censura. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, Hélio Pereira Leitão, da Associação dos Usuários de Transportes Coletivos Urbanos Terrestres de Minas Gerais.

O Sr. Hélio Pereira Leitão - Bom dia, Deputados, especialmente Durval Ângelo, incansável cidadão na defesa dos direitos humanos. Serei breve. Primeiramente, faço uma crítica a este fórum, dirigindo-me à Comissão de Transporte e Obras Públicas. Por que a Comissão não está discutindo o transporte público neste fórum? Entendo que não há desenvolvimento, se não há uma política adequada para esse setor.

A outra questão é a seguinte: quando as nossas autoridades - Executivo e Legislativo - aprovarão uma lei que venha banir definitivamente das nossas Corporações os policiais "fichas sujas", da mesma forma como estão fazendo com os políticos? O episódio ocorrido não é novidade: dois dos policiais acusados já são criminosos e respondem a processo, enquanto vestem uma farda tão digna como a da polícia. Por que eles ainda não foram excluídos? Foi necessário esperar mais um crime? Agora os jornais publicam que estão presos. Ora, daqui a alguns dias estarão na rua. Srs. Deputados, os senhores precisam fazer uma lei que, de fato, obrigue o policial a ter ficha limpa para exercer suas funções, pois, caso contrário, nada disso resolverá.

É uma vergonha assistirmos a essa violência, a essa intriga entre as Polícias Civil e Militar. Os policiais, que são pagos por nós, estão ali para nos defender, e não para fazer intrigas. O policial que não estiver satisfeito com o seu soldo deve procurar a sua vocação. Ele precisa estar satisfeito com o que ganha para não se envolver em propina e em corrupção. Termos um policial que seja um verdadeiro cidadão é a necessidade da Polícia de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Hélio. Com a palavra, o Sr. Walney José de Almeida, Presidente da Associação dos Peritos Criminais do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Walney José de Almeida - Bom dia a todos! Gostaria de fazer uma pergunta aos membros da Mesa. (- Lê:) "Por que Minas Gerais não acompanha a maioria dos Estados brasileiros bem como a segunda diretriz mais votada na Conseg, que é promover a autonomia e a modernização dos órgãos periciais criminais, por meio de orçamento próprio, como forma de incrementar a sua estruturação, assegurando a produção isenta e qualificada da prova material, bem como o princípio da ampla defesa e do contraditório, em respeito aos direitos humanos?" Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Walney. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes.

O Sr. Josadac Marques - Neste momento, Sr. Deputado, gostaria de quebrar o silêncio que está dentro de mim. Há quase três anos - estarão completos em alguns dias - o meu pai foi vítima de um atropelamento. Moro em Manaus, no Amazonas. O jornal e a televisão divulgaram a notícia, mas somente depois a recebemos. Quando cheguei a Belo Horizonte, encontrei o meu pai no CTI. Depois, quando fomos buscar os documentos, mesmo depois de o fato ter sido divulgado pela televisão, jornal e rádio - e a população fotografou -, no hospital, o laudo dizia que o acidente havia acontecido dentro de casa.



Meu pai permaneceu durante 90 dias no CTI. Neste momento, pela quarta vez depois do acidente e do falecimento do meu pai, a minha irmã também está no CTI. Durante 22 anos, deixei de cumprir um dos meus compromissos como cidadão por indignação. Nesse tempo dirigia-me a uma seção eleitoral apenas para justificar o meu voto. No ano passado, depois de 22 anos, renovei o meu título, pois precisava atualizar o meu passaporte. Nos últimos 20 anos, este é o quarto evento público de que participo depois que abandonei o meu emprego público.

Nos últimos cinco anos, o meu pai não pôde ver o trabalho que iniciou como cidadão, pois foi camelô, vendedor de doces e deu origem a uma ONG que está presente em 126 países. Cansados de esperar algumas respostas, passamos a pensar no que fazer, pois o problema já conhecíamos. Permita-me usar o minuto que me resta para virar a moeda. Como família, tomamos a decisão de usar o dinheiro que gastaríamos com advogados para dar início a uma campanha social. No próximo dia 15 de abril, quando estará perto de completar os três anos do acidente do meu pai, acontecerá no Brasil e na América do Sul uma campanha chamada “Amigos da esperança”. Depois desses 22 anos no anonimato, acredito ser ainda possível termos esperança. Foi produzido um livreto chamado “Ainda existe esperança”, que será distribuído no Brasil, no dia 15 de abril. São 10 milhões de exemplares. Em agosto, distribuiremos em Belo Horizonte 600 mil DVDs para mostrar que ainda existe esperança. Por quê? Na realidade, se fôssemos esperar a morosidade do processo jurídico e outras situações... Temos muitas respostas. O meu pai faleceu e não voltará, mas ainda desejo fazer o que posso pelas outras pessoas.

Gostaria de firmar um compromisso com esta Casa. Há pouco foi falado sobre o protagonismo parlamentar. Pelo quinto ano consecutivo, aguardo a confirmação internacional de um programa de protagonismo jovem e juvenil. Nos últimos cinco anos, o nosso projeto social foi citado como referência internacional num programa na página Brasil. Não tenho recursos para desenvolver esse trabalho, mas gostaria de voltar a esta Casa daqui a cem dias para mostrar o trabalho que estamos desenvolvendo no Brasil e no mundo e que permitiu que ele fosse citado, em cinco anos consecutivos, como um dos projetos de destaque do Brasil no relatório internacional. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Josadac. Se você quiser, poderemos marcar uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. Hoje, a TV Assembleia transmite, ao vivo, para mais de 300 cidades de Minas Gerais e também para outros Estados, e você poderá, com toda certeza, apresentar esse projeto. Temos também a transmissão da TV Assembleia pela internet, permanentemente. Podemos marcar essa audiência. Como você viu aqui, o que nos move na luta pelos direitos humanos é o princípio da esperança. Esse é o nosso princípio fundamental.

O Sr. Josadac Marques - Muito obrigado, vamos deixar esse material para cada Deputado e para as outras entidades.

O Sr. Presidente - Vamos encaminhá-lo, pode ter certeza.

Com a palavra, o Sr. Gustavo Corgosinho, da Defensoria Pública de Minas Gerais, setor de direitos humanos.

O Sr. Gustavo Corgosinho - Bom dia, Deputado Durval Ângelo, na pessoa de quem cumprimento os membros da Mesa e os demais presentes. Venho a esta Casa, representando a Defensoria dos Direitos Humanos, para dizer, neste fórum, o que sugerimos para o desenvolvimento de Minas Gerais, que é uma melhor estruturação da Defensoria Pública. Em várias falas que nos antecederam, pudemos notar que o povo está clamando pela presença da Defensoria Pública. A verdade é que hoje somos poucos Defensores no Estado de Minas Gerais. Quando fiz o concurso para a carreira da Defensoria Pública, em 1997, ingressando em 1998, nós totalizávamos 750 Defensores em todo o Estado. Depois do terceiro concurso tivemos o quarto, quando ingressaram mais 110 colegas. Depois tivemos o quinto concurso, quando ingressaram mais 150 colegas. São 750, mais 110, mais 150, que dá um total de 464 Defensores no Estado. Como pode essa matemática de subtração com a entrada de novos colegas? A verdade é que durante esses 12 anos tivemos uma evasão da carreira da Defensoria Pública de 546 colegas, dos quais 146 saíram em razão de uma decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas, excluindo esses, aqueles que escolheram sair da carreira foram 406, o que, dividido pelo número de dias, dá exatamente um Defensor Público abandonando a carreira a cada 10,7 dias. Não posso dizer se hoje somos realmente 464, porque esses dados já têm mais de 20 dias. Pode ser que já sejamos 462. Tudo isso acontece em razão da falta de investimento em Defensoria Pública, das condições adversas de trabalho dos profissionais que, mesmo sendo poucos, têm que fazer das tripas coração para tentar atender à população. E sem acesso à justiça não adianta o reconhecimento de qualquer outro direito porque não há como exigí-lo na Justiça. Como falou a Dra. Márcia, fica como letra morta.

Finalizo dizendo que vejo com muita indignação a notícia veiculada pela imprensa de que a Defensoria Pública estaria omissa em face ao grave caso ocorrido no Aglomerado da Serra. No dia seguinte foi instaurado um procedimento na direitos humanos, sendo solicitadas todas as informações necessárias. As indenizações que forem de direito daquelas pessoas serão pleiteadas. Fica aqui o nosso inconformismo com essa minoria de irresponsáveis da imprensa que tentam jogar o nome da Defensoria Pública em total descrédito, apesar do trabalho de anos, de dificuldades e privações pelas quais passam os valorosos e combativos colegas da Defensoria Pública mineira, que venho defender, Deputado Durval Ângelo, com indignação, em face das notícias veiculadas sobre uma omissão que não existe nem existirá. Continuaremos sempre ao lado do povo.

Pedimos socorro à Assembleia para que a segunda mais antiga Defensoria Pública do Brasil - perdendo apenas para a do Rio de Janeiro - não se torne a última em investimentos, em desenvolvimento, como está colocado nos três diagnósticos, que poderão ser consultados nos “sites” do Ministério da Justiça, da Associação Nacional dos Defensores Públicos e no próprio material distribuído aqui pelo fórum. Como os senhores podem perceber, tudo o que está em vermelho representa os Municípios onde não existe a figura do Defensor Público. A minoria de Municípios em azul são aqueles que possuem colegas em condições de lutar pela população. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Gustavo. Com a palavra, Cynthia Camargo, autônoma, de Belo Horizonte.

A Sra. Cynthia Camargo - O meu nome é Cynthia Camargo. A Egídia, que, infelizmente, foi embora, convocou a sociedade civil e o poder público para discutirem a formação dos conselhos, o que se pretende não só em direitos humanos, mas também em outros segmentos. Gostaria que ela conclamasse também os empresários. Acabei de fazer parte de um projeto-piloto que está sendo desenvolvido em quatro Municípios brasileiros, um deles localizado em Minas. Esse projeto cria um grupo de trabalho constituído por





representantes de empresários, do poder público e da sociedade civil. Gostaria de abordar a ascensão das classes D e E. Essa ascensão é mais econômica, e não de direitos. As pessoas julgam que, se tiverem mais dinheiro, poderão comprar, consumir, ter. Isso ocorre mundialmente, e não apenas no Brasil; é a formação burra de uma sociedade.

Recentemente, um antropólogo disse em um de seus livros que a violência no trânsito vem do pensamento de que o meu carro é melhor que o seu, então tenho mais direitos. O Deputado Durval Ângelo e outros comentam que direitos humanos, às vezes, fazem parte do aspecto moral. Esta é uma Casa Legislativa, vocês podem propor leis. Vamos para a prática. Resumindo, precisamos melhorar a nossa qualidade de educação, de saúde, de meio ambiente, para termos direito a ter direitos, como dizem. Caso contrário, vamos discutir, discutir, mas não chegaremos a lugar nenhum. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Cynthia. Com a palavra, Denilson Martins, do Sindpol.

O Sr. Denilson Martins - Sr. Deputado e nobre companheiro Durval Ângelo, Dr. Herbert, demais componentes da Mesa, estive aqui na quinta-feira passada, a fim de tratar de defesa social. Fizemos uma provocação, ou melhor, um relato, e vaticinamos que aconteceria uma tragédia se continuássemos tendo uma força policial descomunal como a que temos: mais de 50 mil homens sem controle, sem discricionariedade, sem respeito à dignidade da pessoa humana, ocupando todos os espaços de poder, como se ninguém a controlasse. Lamentavelmente, aconteceu com o filho e com o irmão de um policial. Não é um fato isolado, como dizem o Dr. Anastasia, o Dr. Cláudio Beato e o Hugo, da Secom, que controla a imprensa neste Estado. Trouxemos um corolário, que colocamos nas mãos do João Leite, não de agressões feitas ao pezinho rachado, ao presidiário, Dr. Herbert, mas de agressões feitas a policiais. A última fronteira do criminoso até o criminoso de farda é o policial. O Juiz está com a caneta na mão; ele manda, mas quem executa é o policial. Quando um militar dá tapa na cara de um Delegado, dá tapa na cara de um Agente Penitenciário, ou quando um operador de segurança pública pratica a tortura colocando preso dentro de um cômodo durante seis horas, é porque acabou. Esse modelo está podre e tem que mudar, tem que ser alterado. Se o Governador tiver responsabilidade, como comandante-chefe dessa força policial, tem que ter coragem para mudar. O modelo de Minas não é um modelo para o Brasil. O que está acontecendo aqui, senhoras e senhores, remonta aos mais funestos tempos da ditadura militar, em que, escondendo-se por trás de um coturno, por trás de uma farda, um cidadão submete o outro. E isso não acontece pela discricionariedade da lei.

Durval, quero contribuir como Presidente de Sindicato, como um experiente policial com 21 anos de operacionalidade. Hoje cheguei atrasado porque estava de plantão em Santa Luzia, onde houve 26 ocorrências, fazendo o filtro que deve ser feito. Quem faz o controle externo da atividade do policial militar, em primeira instância, é o Delegado de Polícia, e, em segunda instância, é o Promotor de Justiça. Resgatando o que foi deliberado na Conseg, queremos ter, no Brasil, uma polícia cidadã, um policiamento de proximidade, uma polícia comunitária, uma polícia com baixa letalidade. Mas estamos vendo polícia matando até polícia. Queremos ter uma polícia investigativa e que respeite as prerrogativas de uma e de outra. Hoje, Dr. Herbert, V. Exa. é uma exceção, é uma ilha. No Tribunal de Justiça das altaneiras Minas Gerais, temos Juizes e Desembargadores concedendo mandados de busca e apreensão a policiais militares, sem qualquer respaldo de inquérito. Pessoas inocentes têm suas vidas devassadas sem qualquer documento pré-processual que as garanta. Isso não é discricionariedade.

Vi aqui o Dr. Rodrigo Filgueira. Vejo Promotores concedendo pareceres favoráveis a isso. A justificativa é que não há Polícia Civil. Errado! Que se exija e que se faça concurso para a Polícia Civil, que se exija que a polícia judiciária cumpra o seu papel. Mas isso não está acontecendo neste Estado. Exigimos que o Governador, se tiver honestidade, competência e coragem, faça um manual de procedimento da conduta ética policial. Não podemos mais ter uma polícia que nos pergunte: "Você sabe com quem está falando?" Temos uma polícia que atende telefone dentro de um banco, que sabe que há uma lei que proíbe isso, mas, quando é repreendida, dá socos, chutes e tapas. Isso não pode mais acontecer. Exigimos um marco regulatório. Se esse Governador tiver coragem, se tiver discricionariedade, se o Cláudio Beato deixar e se o Hugo, que domina a imprensa neste Estado, deixar, poderá estabelecer um marco regulatório, mostrando qual é a atribuição da polícia preventiva.

Vangloriam-se de fazer 40 mil ocorrências por mês. Isso é um atestado de incompetência. Se foram feitas 90 mil ou 40 mil ocorrências, foi porque deixaram de prevenir 40 mil delitos, deixaram de prevenir a vida. Hoje, existe uma linha de montagem de ocorrências e de processos: Ctrl C e Ctrl V. A ditadura do boletim de ocorrências acaba com vidas humanas, acaba com a liberdade de ir e vir de cidadãos. Arrebatam a vida das pessoas, colocando no boletim de ocorrência versões falaciosas, como aquela de anteontem de que os dois "de cujus" estavam vestindo fardas, que os dois defuntos estavam vestindo fardas. Ou pior, adjetivaram dois cidadãos honestos, porque os chamaram de marginais. A emissora que divulgou isso foi colocada para correr. Graças a Deus, o Aglomerado da Serra é uma comunidade consciente, madura, que sabe lutar por seus direitos. Ela tem rádio comunitária, associação comunitária e líderes que não deixam que a versão falaciosa de um boletim de ocorrência impere sobre a vida de um povo e de uma nação. Fica aqui a sugestão do manual de procedimento policial e de ética, o marco regulatório e a polícia cidadã, que é discurso bonito na boca do Governador Anastasia e do Cláudio Beato, mas eles são incapazes de colocá-lo em prática. Que Deus os abençoe. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, companheiro. Com a palavra, Raimundo Batista Ferreira, Vereador de São Gonçalo do Pará.

O Vereador Raimundo Batista Ferreira - Boa tarde a todos os presentes. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Durval Ângelo. Bom seria não precisar existir a Comissão de Direitos Humanos para fazer essa defesa, pois, se é necessária, é porque existe violação de direitos por parte do Estado. Às vezes, o descumprimento dos direitos é fomentado pelas próprias instituições. Citarei algumas e me basearei na minha cidade, São Gonçalo do Pará, pois os fatos que lá acontecem possivelmente se estendem a todo o Estado.

Quando uma pessoa procura um posto de saúde, em sua fadiga e estresse, tem que ser atendida da forma correta, com respeito e dignidade. Entretanto, em minha cidade, ao procurar, desesperada, por esse atendimento, ela encontra funcionários que não a recebem bem, e, para qualquer reclamação feita, pequena que seja, é chamada a Polícia Militar, que, se faz não sei o que, em vez de registrar a omissão do socorro, faz um boletim de ocorrência de atrito verbal. Esse ato facilita ao Delegado sobrestar essa ocorrência e, de certa forma, protelar a questão. Isso, porque é amigo do Prefeito e dos políticos. Essa é uma das nuances.



É importantíssimo também que, a partir do momento em que instituições se dizem protetoras e institucionalizadas, os órgãos públicos tenham, em seu quadro, funcionários efetivos, como é obrigatório por lei. Desembargador, considero errado que, na minha cidade - e creio que o problema se estende a todo o Estado -, o Chefe do Executivo contrate escrivães para a Polícia Civil, para a elaboração de inquéritos que gerarão processos contra o próprio Município. Ou seja, cada Poder deve ser harmônico, independente e livre. Mas será que realmente o é, uma vez que, nas cidades do interior, o poder está com quem grita, diz, responde e dá as cartas? Esse é um problema muito importante e deve ser debatido nesta Assembleia.

Além disso, gostaria de sugerir ao Deputado Durval Ângelo que estude a possibilidade de serem criadas comissões de direitos humanos em todas as Câmaras Municipais de Minas Gerais. Isso seria relevante, e se faria um bom trabalho. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado. Estamos trabalhando com a proposta da criação de comissões de direitos humanos em todas as Câmaras. Isso é muito importante. Com a palavra, Kátia Ferraz, da CVI, de Belo Horizonte.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Boa tarde, Deputado Durval Ângelo. Meu nome é Liliane Arouca do Carmo. Gostaria de pedir desculpas porque a Kátia já se retirou. Falo em nome dela e em nome da CVI. Solicitaria mais uma vez a visibilidade do invisível, inclusive nesta Casa. O banheiro da Câmara Municipal de Belo Horizonte é mais acessível do que o desta Casa. Já passaram por aqui nosso ilustre João Batista, Walter Tosta, Leonardo Matos e precisamos disso. Nosso Desembargador infelizmente ainda não nos viu aqui.

Gostaria de dizer também que, apesar da presença do Dr. Gustavo Corgozinho, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, com uma placa assinada pelo nosso Exmo. Aécio Neves, neto do patrão de meu avô, que foi motorista do nosso saudoso Tancredo Neves, não há acessibilidade, não há banheiro com acessibilidade para deficientes, não existe o profissional intérprete de libras e não existe rampa naquele lugar. Precisamos da intervenção desta Casa a nosso favor. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, companheira. Com a palavra, Luciana Franco, da Faculdade Pitágoras.

A Sra. Luciana Franco - Meu nome é Luciana Franco. Suiu o novo mapa da violência no Brasil. Fizeram o recorte da última década de 1998 a 2008, e um dado gritante que me chamou muito a atenção foi a questão do futuro dos nossos jovens. A cada ano no Brasil morrem 33 num universo de 100 mil jovens, entre a idade de 15 a 24 anos, assassinados. Quer dizer: o futuro do nosso país está morrendo assassinado. E quando é feito o corte racial, esse número dobra, indo para 70,6 em cada 100 mil. É uma questão grave. Mais de 100 anos depois da abolição da escravidão o negro no Brasil ainda está sendo negligenciado pelas autoridades. Se observarmos nos postos de trabalho, nas universidades, mesmo na Câmara dos Deputados, no Senado, quantos negros temos? Quando falamos da quota para negros as pessoas ainda discutem, argumentam e acham que está errado.

Outra questão que gostaria de mencionar diz respeito à fila dos ônibus para Ribeirão das Neves. Vi na mídia que as pessoas chegam a ficar até três horas na fila. Isso é ultrajante. Depois que a pessoa trabalhou o dia inteiro, quer chegar em casa e ver sua família. E para isso pega um transporte público que não é digno nem decente. É um direito da população ser transportada com dignidade depois de um dia de trabalho. Estamos atrasados pelo menos uns 50 anos na questão do transporte público em Belo Horizonte e em todo o Brasil. Isso tem que ser olhado, como disse a Dra. Márcia. Tem que haver o verbo e a verba destinada para essa questão que está sendo esquecida.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, Cássio Luiz, do Conselho da Juventude e morador do Aglomerado da Serra.

O Sr. Cássio Luiz Barbosa - Boa tarde a todos. Deputado Durval Ângelo, gostaria de agradecer primeiramente a você que esteve na Serra conosco durante todos esses dias. Estivemos subindo o morro junto a vocês, Paulo Lamac, Carlin Moura.

Outro dia eu estava nesta Casa falando sobre cultura. Falávamos da dificuldade das associações em conseguir verba para a cultura, para a dança, para a música e ao final eu falei que nossos jovens estavam morrendo. Está gravado na TV Assembleia. Passou uma semana e mataram um menino que carreguei no colo, amigo da minha família. Era um menino de que nós cuidamos e os policiais forjaram aquilo tudo. Como a Comissão está à frente disso, tenho certeza de que agora o negócio vai funcionar. Não queremos que se coloquem os sujeitos na cadeia só para dar satisfação, sendo que amanhã eles vão ficar livres e depois o caso vai ser abafado. Eles mutilaram uma família. A comunidade não desce para o asfalto, quando morre bandido, porque sabe que bandido não vale nada. A comunidade só desce quando matam pessoas de bem.

Ontem, na Rádio Itatiaia, ouvi o Deputado Sargento Rodrigues e fiquei bobo com o que ele disse, para justificar o injustificável: a prisão pela Rotam, no ano passado, de 12 mil armas. E daí? Isso é obrigação da polícia. Pago luz, água, IPTU. A Rotam não está fazendo mais que sua obrigação. A função deles é essa. Sargento Rodrigues, não venha com essa. É lógico que você tem de defender sua classe. Eles votam em você. Mas na comunidade não há bobo. Acham que todos da comunidade são leigos, não têm conhecimento. Mas vamos cobrar. A comunidade vai descer nem que seja por dois ou três anos. A morte do Jeferson não ficará impune. Carregamos esse menino.

Durval, obrigado. Você viu lá no morro o tamanho do buraco no chão.

O Sr. Presidente - Ângulo de 90°.

O Sr. Cássio Luiz Barbosa - Justamente. Não precisa ser perito. O Durval, nós e as emissoras vimos lá. Conversei com um repórter da Globo e disse a ele para tomar cuidado com o que colocam em suas reportagens. Eles não sabem o que colocam; editam as coisas à maneira deles. Não precisa ser perito. Quando há troca de tiros, não são disparados no chão tantos tiros. Aquilo foi execução, covardia. Eles fazem isso. A polícia sobe lá e faz covardia. Já vi coisa acontecer lá que nem o capeta acredita. Um abraço.

O Sr. Presidente - Obrigado, Carlos. Como a perícia não foi feita no local, porque os corpos das duas pessoas, Jeferson e Renilson, foram retirados, nós e o fotógrafo da TV Assembleia tiramos mais de 70 fotos mostrando a posição dos tiros. Encaminhei-as ontem ao Delegado que preside o inquérito, ao Corregedor da Polícia Militar e à Ouvidoria de Polícia. São mais de 70 fotos coloridas. Antes de ontem, estivemos no Aglomerado. Ontem o Denilson foi à perícia. Os policiais com luvas recolheram todos os fragmentos para descaracterizar o local do crime. Temos três ou quatro testemunhas de que eles, com luvas, para não se identificarem, descaracterizaram o local. Isso é da época da ditadura militar. Um absurdo! Não sei o que é mais grave em toda essa história.



Estamos recolhendo sugestões do tema “Direitos humanos” por meio do “site” da Assembleia. Gostaríamos que todos acessassem essa rede para recolhermos as sugestões. Antes de passar às considerações finais, passo a palavra à Sra. Kátia Ferraz.

A Sra. Kátia Ferraz - Boa tarde a todos. Hoje estamos na comissão de representação do Fórum Técnico de Segurança. Fizemos um trabalho antes do fórum, nos grupos, e agora continuamos com as reuniões. Há várias questões relativas às deliberações do fórum que temos tentado postar nas outras temáticas. Gostaria de pedir à Comissão de Direitos Humanos que tentasse articular as outras questões que postamos em relação à defesa social e à saúde. Tratamos de várias questões relativas à vulnerabilidade dos grupos sociais, à violência contra as pessoas deficientes. Fui entrevistada. Cerca de 100% das denúncias de direitos humanos, de violência sexual e de agressão contra pessoas com deficiência... Pessoas com deficiência estão ficando grávidas de parentes, por violência sexual. Em 2009, foi 67%; em 2010, 100%. Queríamos falar especialmente dos deficientes mentais, que não podem fazer a identificação. Na segunda-feira, três participantes do nosso movimento nacional estiveram com o Senador Lindberg, em Brasília, solicitando a efetivação da convenção da ONU, no que se refere aos direitos das pessoas com deficiência. É o primeiro documento internacional do século XXI, que hoje é o Decreto nº 6.949. Obrigada.

O Sr. Presidente - Acho que essa pesquisa pode ser feita pela assessoria da Assembleia, mas seria bom que as entidades que postaram propostas - que têm essa interface - em outros fóruns fizessem o mesmo quanto ao fórum específico dos direitos humanos.

O Sr. Cássio Luiz Barbosa - Durval, gostaria de fazer um breve comentário. Durval, quero dizer-lhe que pode contar com a nossa comunidade. Estão querendo abrir um processo contra você, mas o que foi dito lá, na Serra, não partiu de sua boca, pois você não convive com os moradores da localidade nem conhece a situação. Nós é que falamos. Nós sabemos e vemos o que acontece. Soubemos que o Sargento Rodrigues entrará com um processo contra você. Mas se ele o fizer terá de entrar com um processo contra toda a nossa comunidade. Conte conosco.

O Sr. Presidente - Há um velho ditado popular que diz: “Praga de urubu magro não pega em cavalo gordo”, apesar de eu ter emagrecido um pouco mais...

Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Emílio José Lacerda Vilaça, que vem fazendo um grande trabalho.

O Sr. Emílio José Lacerda Vilaça - Sr. Presidente, parabéns V. Exa e toda a Assembleia porque esse é um ato de democracia. Se entendermos o que o violero diz: “Antonce se a gente veve lutando, antonce a gente deve se arreunir”, V. Exa. está de parabéns, pois aqui trouxe todos os segmentos da sociedade, com direito de fala. Cumprimento os colegas componentes da Mesa, parabenizando-os pela participação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Emílio. Gostaria de dizer que nosso Estado é o primeiro do Brasil que dispõe de uma lei permanente de combate à tortura. Apresentamos a solicitação, no ano passado, com o apoio do Conselho Estadual de Direitos Humanos, com as emendas que vocês apresentaram. Isso já é uma realidade, inclusive o período de 1964, retroativo, já está aberto para que façam suas inscrições. É uma conquista de Minas Gerais que hoje é o primeiro Estado do Brasil a ter uma lei permanente que prevê indenização quando um agente do Estado cometer um ato de tortura contra qualquer pessoa, seja outro agente do Estado, seja um cidadão comum. Agradeço a parceria do Conselho.

O Sr. Emílio José Lacerda Vilaça - Sr. Presidente, permita-me ressaltar que vários processos de pessoas que foram torturadas, no regime militar, que perderam o prazo para requerer os benefícios foram agora salvaguardados pela lei que V. Exa. trouxe à Casa, ouvindo os segmentos dos direitos humanos. Portanto, muitos daqueles que ficaram fora da indenização agora a estão pleiteando. Temos um grande volume de novos processos.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a nossa companheira, Márcia Martini, essa grande referência na luta pelos direitos humanos em Minas Gerais.

A Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini - Obrigada, Deputado Durval Ângelo. Usarei meus minutos finais para fazer um encaminhamento. Entre as propostas aqui apresentadas e das que li por meio da internet - perdoem-me por ser repetitiva -, muitas delas constam no documento final da Terceira Conferência de Direitos Humanos. Portanto, por uma questão de respeito ao grupo que examinou a questão, às mais de 800 pessoas que compareceram à conferência, às mais de 100 entidades que se fizeram representar, encaminho no sentido de que sejam identificadas as propostas apresentadas neste fórum, não só dentro da Agenda Setorial de Direitos Humanos, mas de todas as outras, e que isso leve a um documento que oriente o trabalho dos Deputados na legislatura que ora se inicia e que tenha um lastro na própria proposta que consta no documento final. A título de exemplo, cito algumas que consegui identificar num primeiro momento: apoio a associações e a grupos de familiares de pessoas em privação de liberdade e de jovens em cumprimento de medida socioeducativas; coibição de práticas abusivas na revista; investimento na Defensoria Pública; articulação e construção de Apaes; implantação da justiça restaurativa.

Então, todas essas propostas já constam nesse documento.

O Sr. Presidente - Esta checagem será feita.

A Sra. Márcia Maria de Paiva Borges Martini - Perfeitamente.

Então, como uma medida de fortalecer esse documento, e até num ano de conferências como será 2011, poderemos mostrar para a população de Minas Gerais que aquilo que discutimos em 2008 teve efetividade de alguma maneira, foi objeto de projeto de lei ou foi abraçado pela agenda da Assembleia Legislativa.

Por último, agradeço e quero ressaltar que é sempre um prazer renovado participar dos eventos desta Casa e de rever amigos. Agradeço a oportunidade.

O Sr. Presidente - Obrigado. Com a palavra, o amigo Herbert Carneiro, que é essa face humana do Judiciário em Minas Gerais.

O Desembargador Herbert Carneiro - Meu caro Deputado Durval Ângelo, mais uma vez, agradeço a oportunidade do debate, que é altamente cívico, cidadão, portanto construtivo no sentido de um Estado Democrático de Direito. Cada vez que venho a esta Casa Legislativa saio daqui engrandecido e com a certeza de que o debate aqui é posto em prática. Cito um exemplo, porque tive o privilégio de debater e ver transformados em lei dois assuntos de suma importância que foram construídos na discussão da Comissão Especial de Execução Penal. Refiro-me às Leis nºs 18.401, de 2009, e 19.478, de 2011. A primeira para autorizar ao Poder Executivo



a concessão e a subvenção econômica às pessoas jurídicas que contratarem egresso do sistema prisional do nosso Estado. A segunda trouxe normas importantes para o aprimoramento da execução penal em nosso Estado, entre elas o controle da execução penal por meio de programas eletrônicos de computador, a regulamentação de autorização de saídas de preso nos estabelecimentos penais e o monitoramento eletrônico de presos. Foi fruto de muito debate e muita construção.

Sabemos, Durval, de muitas divergências, mas convergimos no bem-estar de todos nós, mineiros.

Coloco-me à disposição para esse debate e, repito, com a independência e com a transparência que penso deve ter o Juiz. Também no que diz respeito a um assunto que foi recentemente discutido nesta Casa: a prevenção e combate à tortura em Minas Gerais, vi, com muita satisfação, um posicionamento aqui tirado de adesão ao pacto nacional de prevenção e combate à tortura em Minas Gerais. São contribuições fundamentais, todas elas, com certeza, promovedoras dos direitos humanos do cidadão mineiro.

Parabenizo, portanto, à Assembleia Legislativa por mais esta oportunidade. Coloco-me sempre aberto ao debate franco, sincero, crítico ao Poder Judiciário. Sou um dos que criticam a atuação do Poder Judiciário, mas sempre com o propósito de construir uma sociedade mais igualitária, mais humana. Que possamos dizer que estamos, sim, vivendo num Estado Democrático de Direito! Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado.

Cada lei, como também a contra a tortura, foi um passo muito difícil. Elas só foram concretizadas e sancionadas, apesar de pareceres técnicos de alguns órgãos governamentais contrários, em virtude da mobilização da sociedade. Essa, acho, é a grande questão.

Termino com o poeta Drummond: acho que temos de acreditar nesse futuro de mãos dadas, esse é o nosso grande desafio. Direitos humanos não é ação individual, não é ação de uma instituição, mas é um projeto coletivo, de construção do Estado Democrático de Direito. Então, temos de seguir juntos, de mãos dadas, acreditando no porvir. Muito obrigado a todos.

#### Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

### ATA DO EVENTO REALIZADO NA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/2/2011

#### Presidência do Deputado Marques Abreu

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Palavras do Sr. Presidente - Exibição de vídeo - Palavras do Secretário Braulio Braz - Palavras do Sr. Lars Grael - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Josbertini Virgínio Clementino - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Emerson Silami - Apresentação de sugestões - Palavras do Sr. Antônio Eduardo Muzzi - Apresentação de sugestões.

#### Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião à realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, com o objetivo de receber sugestões de autoridades, especialistas e cidadãos, a fim de subsidiar a construção da agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para os próximos anos.

#### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Braulio Braz, Secretário de Estado de Esportes e da Juventude; Lars Grael, atleta olímpico, velejador e ex-Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo; Josbertini Virgínio Clementino, membro do Conselho Nacional de Juventude e ex-Coordenador-Geral da Comunidade Empreendedores de Sonhos; Emerson Silami, Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG; e Antônio Eduardo Muzzi, Gerente de Lazer e Esportes da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais.

Com a palavra, o Sr. Presidente, Deputado Marques Abreu.

#### Palavras do Sr. Presidente

Boa tarde a todos e a todas, Deputados e Deputadas presentes. É uma honra participar desta Mesa, com pessoas tão ilustres. Na qualidade de Presidente da Comissão de Esporte e Lazer, abro este espaço dentro do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais para falar daquilo que, como atleta profissional, foi a razão de todo o meu ser, de toda a minha vida e da minha presença aqui hoje. Falar de esporte e lazer, de esporte e juventude é falar de vida e de saúde, de educação e, acima de tudo, de prazer, o prazer que o esporte traz ao ser humano. Por isso prefiro aproveitar todo o tempo possível aqui hoje para deixar os ilustres convidados transmitirem seus conhecimentos e experiências, que serão de grande utilidade para todos nós.

#### Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Passaremos agora à exibição de um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o tema "Esporte e juventude".

- Procede-se à exibição do vídeo.

#### Palavras do Secretário Braulio Braz

Exmo. Sr. Deputado Marques Abreu, Presidente da Comissão de Esporte e Lazer da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Sr. Lars Grael, ex-Secretário da Juventude, Esporte e Lazer do Estado de São Paulo; Sr. Emerson Silami, Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG; Sr. Antônio Eduardo Muzzi, Gerente de Lazer e Esporte da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; Sr. Josbertini Virgínio Clementino, membro do Conselho Nacional de Juventude e ex-Coordenador-Geral da Comunidade Empreendedores de Sonhos; Srs. Deputados presentes; senhoras e senhores; boa tarde.





A SEEJ sente-se honrada em participar do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais e agradece a oportunidade concedida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais para trazer a público as ações empreendidas pelo governo do Estado nas áreas do esporte e do protagonismo juvenil. Hoje a SEEJ executa programas com recursos próprios e em parcerias firmadas com a União, Municípios ou entidades, em praticamente todos os 853 Municípios mineiros. Esses programas abrangem ações que vão dos Jogos do Interior de Minas aos preparativos para que Minas Gerais esteja apta a receber os jogos da Copa do Mundo de 2014 e competições dos Jogos Olímpicos de 2016. Em aproximadamente 500 Municípios, a Secretaria mantém programas de ação esportiva continuada para crianças e adolescentes, em sua maioria inseridos no Programa Estruturador Minas Olímpica criado em dezembro de 2005 pelo governo de Minas, o Programa Estruturador Minas Olímpica promove, por meio do desporto, a inclusão social e o protagonismo juvenil, e contempla ações que visam ao desenvolvimento de atividades esportivas para todas as faixas etárias. O Minas Olímpica atende a crianças e a adolescentes de todo o Estado com ações voltadas para a busca de talentos esportivos, por intermédio do Minas Olímpica Oficina de Esportes; amplia o acesso de estudantes a práticas desportivas e culturais, por meio do Minas Olímpica Nova Geração; estimula a prática do esporte nas escolas, por meio do Minas Olímpica Jogos Escolares de Minas Gerais; e apoia o esporte amador, por intermédio do Minas Olímpica Jogos do Interior de Minas. O Minas Olímpica também estimula a prática esportiva da população por meio do Minas Olímpica Saúde na Praça e busca o Aprimoramento do Esporte Escolar nas Escolas de Tempo Integral, por intermédio de programa desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Educação.

A Secretaria de Estado de Esportes e da Juventude - SEEJ - executa o Minas Olímpica Nova Geração, que é um programa de inserção social de jovens, por meio do esporte, e busca torná-los socialmente menos vulneráveis, através de sua formação integral e de sua participação em vivências esportivas, pedagógicas, lúdicas, de promoção de sua saúde, autocuidado e complementação nutricional. O referido programa oferece em seus núcleos práticas esportivas, psicopedagógicas e culturais para estudantes com idade entre 10 a 15 anos, oriundos prioritariamente de famílias de baixa renda ou em situação de risco social. Em 2010, foram atendidas 22 mil crianças e adolescentes de 200 Municípios. Em parceria com o Ministério do Esporte, a Secretaria executa também o Programa Segundo Tempo, que atende a 40 mil crianças em 192 Municípios, com atividades esportivas e pedagógicas e complementação nutricional. Há que destacar ainda o Minas Olímpica Oficina de Esportes, responsável pela promoção do esporte nas suas diferentes modalidades e pela geração de infraestrutura, equipamentos, materiais, metodologias e de recursos humanos para que o aluno-atleta desenvolva sua trajetória esportiva. Em 2010, o Oficina de Esportes beneficiou 2.100 atletas, de 7 a 16 anos com aptidão para o desporto, em 30 oficinas de 26 Municípios, sendo uma delas uma unidade paraolímpica. Além de garantir aos estudantes acesso ao esporte de forma orientada e com infraestrutura de qualidade, o programa visa ao aprimoramento do talento esportivo, com objetivo de revelar novos atletas de alto rendimento. Estes futuros atletas são indicados por professores de educação física das escolas parceiras das oficinas, passam por um processo seletivo e são direcionados para as modalidades para as quais tenham maior aptidão. O programa oferece a prática de basquetebol, voleibol, handebol, futsal, futebol, natação, “tae kwon do”, judô, ginástica olímpica e atletismo. A SEEJ executa também o Minas Olímpica Jemg, que integra equipes de escolas das diferentes redes de ensino, com objetivo de aprimorar e ampliar a prática esportiva educacional. Desenvolvido em parceria com a Secretaria de Educação, os Jogos Escolares de Minas Gerais - Jemg - visam à qualificação do esporte escolar, de forma a contribuir para uma educação de qualidade e a formação integral dos estudantes de Minas Gerais. Os jogos selecionam as escolas e os alunos de 12 a 17 anos que se destacam em atletismo, basquete, futsal, handebol, voleibol, tênis de mesa, xadrez, natação e judô, para representar Minas Gerais nas Olimpíadas Escolares. Eles acontecem em quatro etapas, em dois módulos. O módulo I destina-se a alunos de 12 a 14 anos e o módulo II a alunos de 15 a 17 anos. O Minas Olímpica Jemg 2010 bateu recorde de inscrições, com 184 mil alunos-atletas inscritos, de 4.700 escolas, representando 667 Municípios, o que equivale a 78% das cidades mineiras. Já o Minas Olímpica Jimi recebeu, em 2010, a participação de 12.622 atletas, de 189 Municípios. Idealizada para promover o desenvolvimento da cultura esportiva, a competição seleciona os atletas que disputarão os Jogos Abertos Brasileiros.

Minas Gerais executa ainda o Minas Olímpica Saúde na Praça, que é um programa de atividade física orientada, através da prática esportiva e lazer, e que visa ao estímulo à preservação do meio ambiente e do prazer de conviver, sempre com orientação de profissionais de educação física, fisioterapeuta e nutricionista, em espaço público. As praças recebem estruturas paisagística, ambiental e física e a população dos Municípios passa a contar com profissionais da área de saúde, que atuam em atividades orientadas e no desenvolvimento e acompanhamento de ações de incentivo à adoção de estilo de vida saudável e de educação para o lazer. A SEEJ já firmou convênio com 85 Prefeituras mineiras para a implantação do Programa Minas Olímpica Saúde na Praça em seus Municípios. Até o final de 2010, a SEEJ construiu ou tornou adequadas praças para a prática esportiva e de lazer em 31 Municípios. Outros 54 Municípios receberam recursos para aquisição dos equipamentos e qualificação de profissionais para o desenvolvimento da metodologia do programa. Em parceria com a Secretaria de Estado de Educação, a SEEJ executa também o projeto Aprimoramento do Esporte Escolar. Implantado nas escolas de tempo integral, o projeto é uma ação que busca a melhoria da qualidade da educação física oferecida pela rede estadual de ensino fundamental e a consolidação de um sistema de qualificação descentralizada e de monitoramento de resultados. O projeto contempla 120 mil alunos de 1.836 escolas vinculadas às 46 superintendências regionais de ensino e é realizado em sete polos, em parceria com as instituições de ensino superior. Até 2010, foram qualificados 2.594 professores de educação física de escolas de tempo integral.

É executado também pelo Governo de Minas, por intermédio da Secretaria de Esportes e da Juventude e da Cemig, o programa Campos de Luz, que, nas suas duas etapas iniciais, já levou iluminação para 602 campos comunitários de 377 Municípios, valorizando os clubes e criando opções de lazer noturno para as populações locais. O governo de Minas também construiu ou reformou aproximadamente 1.500 equipamentos esportivos de 2003 a 2010, por meio da execução direta ou de convênios com Municípios e entidades. Um dos projetos executados dotou de quadras cobertas 191 Municípios que não possuíam tal equipamento esportivo e o centro de treinamento esportivo se encontra em fase de construção. O governo de Minas está construindo esse centro juntamente com a Universidade Federal de Minas. O investimento é da ordem de R\$50.000.000,00. A Secretaria de Estado



de Esportes e da Juventude - SEEJ - também participa do processo de modernização do complexo Mineirão-Mineirinho e do Estádio Independência e entregou à população de Sete Lagoas o Estádio Joaquim Henrique Nogueira - a modernizada Arena do Jacaré. Por meio da Subsecretaria da Juventude e em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, a SEEJ desenvolve o Projeto Vocação, que já capacitou mais de 113 mil jovens de 14 a 24 anos de área rural em atividades que possibilitaram a inserção no mercado de trabalho regional.

Há ainda o Projeto A Terceira Margem do Rio, que capacitou 979 jovens dos Municípios da Bacia do Alto Rio das Velhas na utilização racional dos recursos naturais; o Projeto Pode Crê!, que desenvolve ações voltadas à educação sexual de 380 jovens moradores de áreas carentes de Belo Horizonte; e o Diálogos da Juventude, que estimula a maior participação do jovem na melhoria da qualidade de vida de sua comunidade por meio dos oito objetivos do milênio, das Nações Unidas. Para finalizar, devo destacar o Projeto Chefs do Amanhã, que incentiva o interesse e a participação do jovem em uma nova proposta de culinária básica e saudável e já qualificou 1.335 jovens em situação de vulnerabilidade social de Belo Horizonte e Contagem; e o Projeto Mão na Massa, que, em parceria com o Centro Universitário de Belo Horizonte, o Serviço Voluntário de Assistência Social de Minas, a Fundação Estadual de Meio Ambiente, o Centro Mineiro de Referência em Resíduos e o Mercado Central, oferece 12 cursos gratuitos e profissionalizantes a jovens de áreas carentes de Belo Horizonte e entorno. Essas são, senhoras e senhores, ações já implementadas pelo governo do Estado de Minas Gerais na busca do aperfeiçoamento do esporte e do desenvolvimento do protagonismo juvenil. Essas são ações que demonstram que o governo do Estado busca, em última instância, a construção de uma Minas Gerais forte, progressista e vencedora, convencido de que a Minas Gerais por todos pretendida surgirá dos esforços presentes e futuros da nossa juventude e dos nossos jovens atletas. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Sr. Secretário, obrigado pelo depoimento e pelos esclarecimentos. Isso demonstra que Minas está no caminho certo, crescendo na área esportiva. Tenho certeza de que continuará assim com o nosso Governador Antonio Anastasia. Dessa forma, tornou-se um grande parceiro nesta nossa nova empreitada na Comissão de Esporte e Lazer, realizando um trabalho em conjunto.

#### Palavras do Sr. Lars Grael

Boa tarde a todos. Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente desta reunião, Deputado Marques Abreu, a quem desejo sucesso na vida pública e nesta Casa de leis, na mesma proporção com que conquistou os gramados do Brasil, aqui representando o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente desta Casa. Saúdo também o nosso ícone do esporte brasileiro, que há anos se dedica à vida pública com referência de retidão, caráter e amor ao esporte, o Deputado João Leite. Cito aqui o meu companheiro no Ministério do Esporte e Turismo - uma máquina de dedicação e trabalho - quando atuei como Secretário Nacional do Esporte, o Deputado Antônio Carlos Arantes, em cuja pessoa cumprimento os demais parlamentares presentes. Saúdo também o Secretário de Estado de Esportes e da Juventude, Braulio Braz; os componentes da Mesa; o Prof. Emerson Silami, aqui representando a UFMG; meu amigo Muzzi, meu companheiro de gestão pública federal, aqui representando a Fiemg; o Sr. Josbertini, representando o Conselho Nacional de Juventude; as senhoras e os senhores profissionais de educação física. Quero agradecer à Cemig - empresa com a qual tenho vínculo profissional - o pedido para eu vir aqui hoje participar deste fórum, o que, para mim, é uma honra muito grande. Faço isso por meio da sua subsidiária do Rio de Janeiro, a Light, e venho aqui proferir esta palestra, em tempo reduzido, sobre a atuação desta Assembleia Legislativa na proposição de leis, de políticas relativas ao esporte em Minas Gerais e suas consequências, naturais e diretas, para o esporte brasileiro. Creio ser esse fórum uma iniciativa louvável, de grande importância.

Iniciarei minha exposição abordando a evolução do papel do esporte primeiramente no cenário federal. Vivemos numa estrutura esportiva, no âmbito privado, que é do chamado Pacto Confederativo, cuja legislação data ainda do Estado Novo, do governo Vargas, que mais tarde evoluiu para sua representação junto à gestão pública federal como uma secretaria vinculada ao Ministério da Educação, à época Ministério da Educação e Cultura - SEED-MEC. Ao longo do tempo, o esporte veio ganhando importância. Tempos depois, contamos com uma Secretaria Nacional do Esporte, um Ministério Extraordinário dos Esportes, criado pelo nosso grande ídolo do esporte brasileiro, Pelé. Criou-se também a autarquia ligada ao governo federal para gestão esportiva, o Indesp. Depois o esporte resgatou um "status" de Ministério, a fase do Ministério do Esporte e Turismo, muito bem conduzido por um parlamentar de Minas Gerais, o Deputado Federal Carlos Melles; até chegar, em passado recente, a ser alçado a um "status" e a um Ministério específico, que é o Ministério do Esporte. Pela importância que se dá ao tema "Esporte", o grau político vem ganhando e avançando em função de um reconhecimento com relação à gestão pública. Comissões de esporte foram criadas no âmbito do Congresso Nacional, desta Casa de Minas Gerais, que creio ser outro alcance estratégico; e as leis foram avançando. Porém, temos uma primeira premissa que não podemos perder de vista, que é a Constituição Federal, cujo art. 217 aborda a temática do esporte e dá ênfase ao direito do cidadão e ao dever do Estado de fomentar o desporto educacional, o esporte de criação nacional e o esporte de participação. As leis complementares surgiram ao longo do tempo: inicialmente a Lei Zico, em função da gestão do ex-jogador Zico como Secretário Nacional de Esportes, mais voltada para as questões específicas do futebol brasileiro; depois a Lei Complementar nº 9.615, a Lei Pelé, um pouco mais abrangente e que está em vigor, alterada mais tarde pela Lei Maguito Vilela. E, de lá para cá, várias leis surgiram complementando a questão do esporte. O Ministério da Justiça reconheceu, por meio do Conanda e por força de lei, o esporte como meio de ação social - embora possa parecer óbvio, não havia esse reconhecimento até então. Aprovou-se a Lei Agnelo-Piva, remetendo percentuais de recursos da Caixa Econômica Federal e da loteria em favor dos esportes olímpicos e paraolímpicos do Brasil. Aprovamos também, em uma das fases, a lei de importação de material olímpico e paraolímpico sem similar técnico nacional, com isenção do IPI e do imposto de importação. Mais tarde, aprovou-se o Estatuto do Torcedor, em que se concedeu ao torcedor o direito de consumidor em espetáculos esportivos e se regulamentou essa matéria. Aprovou-se também, por demanda da Comissão Nacional de Atletas, a lei de Bolsa-Atleta federal. E depois houve uma conquista histórica do esporte brasileiro: a Lei de Incentivo ao Esporte. Trata-se de uma luta travada desde o princípio dos anos 80. Hoje ela está em vigor. No momento, o governo federal tenta aprovar uma medida provisória que dispõe sobre a criação de autoridade pública olímpica e situações correlacionadas.



Chegamos então ao papel de uma Assembleia Legislativa Estadual. Esta Casa de Minas Gerais promove, com muita propriedade, este fórum. Analisarei aqui os Estados que conseguiram recentes avanços em relação à Lei de Incentivo ao Esporte. Inicialmente o Estado do Rio de Janeiro promulgou uma lei de incentivo por meio do ICMS. Essa conquista também foi árdua. Hoje ela já está consolidada como direito adquirido. Mas, como quase sempre, a lei surge do benefício à cultura, e aí o esporte reivindicou isonomia, mas enfrentou dificuldades. Na época o esporte contou com a facilidade de ter um Deputado Estadual, assim como esta Casa, compromissado com o esporte, o Roberto Dinamite, que apresentou uma proposta de estender os benefícios da cultura ao esporte. O Zico lotou as galerias da Assembleia, então conseguiram aprovar uma lei de incentivo até hoje fundamental para o Estado do Rio de Janeiro. Seguindo essa tendência, outros Estados aprovaram leis de incentivo, Bahia; Goiás, com o projeto Bolsa-Atleta; Distrito Federal; e recentemente, em 2010, o Estado de São Paulo. Fiquei muito feliz em constatar que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por meio do documento do Fórum Democrático de Esporte e Juventude, mostra as principais leis aprovadas recentemente. Realmente houve um importante avanço. Considero esse avanço como uma conquista para o esporte do Estado de Minas Gerais. Vejo também que há uma lei de incentivo vinculada à dívida ativa de empresas com o Estado de Minas Gerais. Considero fundamental que essa lei se estenda ao ICMS - se isso já não acontece -, para atrair a iniciativa privada a acreditar no esporte de Minas Gerais, seja detectando valores e talentos no esporte, seja apoiando equipes, clubes, equipes olímpicas e paraolímpicas, potencializando essa usina de esporte, que é o Estado de Minas Gerais, na sua preparação para bem representar o Brasil nos Jogos Olímpicos de 2016.

Outra lei que considero importante - não sei se Minas a possui -, é o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - Condeca -, em São Paulo. Lá conseguimos aprovar, quando fui Secretário de Estado, que essa lei permitisse investimentos a favor da criança e do adolescente, por meio de projetos sociais e esportivos, com a mesma isonomia e jurisprudência alcançadas pela Lei do Conanda Federal, assim como o projeto Bolsa-Atleta. Percebo que Minas Gerais está avançada nessa questão. É preciso ampliar as ações, ter critérios cristalinos e uma análise técnica em relação a sua aprovação.

Voltando à Constituição, fica claro que realmente o dever do Estado é o fomento do esporte na base. Hoje o Brasil tem uma vocação para sediar grandes eventos internacionais. Sediara, neste ano, os Jogos Mundiais Militares. Embora muitos entendam que esse evento seja de menor relevância, não o é. Ele é o 2º maior evento esportivo do mundo. Este ano quase 100 países estarão reunidos em competições esportivas no Rio de Janeiro. Se considerarmos que, nos jogos olímpicos de Pequim, 24% do montante de medalhas alcançadas em todos os esportes foram obtidas por atletas militares, veremos que se trata de uma competição de grande relevância.

O Brasil também sediará a Copa do Mundo de futebol, com destaque para Minas Gerais e o Estádio do Mineirão. Haverá também os Jogos Olímpicos. Hoje há grande vocação do Brasil em abrir-se para o mundo, promover sua imagem, como uma economia crescente e uma democracia consolidada. Ele deve se abrir como uma potência para o turismo, e a melhor forma de divulgar isso é por meio dos eventos esportivos.

A Espanha já provou isso para o mundo quando sediou a Copa do Mundo em 1982 e consolidou esse processo de abertura por meio do turismo, com os Jogos Olímpicos em Barcelona, em 1992.

O que falta para o Brasil é a clareza de saber até onde vai o dever do Estado em seus investimentos com o esporte. Até onde o cidadão contribui e onde aparece a iniciativa privada? Hoje, de forma geral, vejo o Estado investindo mais em infraestrutura e em eventos de esporte de alto rendimento, descuidando da essência, isto é, do esporte na escola, na base.

O Secretário provou que Minas Gerais tem feito considerável avanço nos jogos estudantis do Estado. Tomara que a sua meta seja atingir todos os 853 Municípios e que, quem sabe, seja o maior evento de esporte educacional do Brasil. Ele, que vem da área empresarial, tem a meta de poder chegar ao fim deste governo estadual colocando Minas entre as três potências estaduais do esporte brasileiro nas competições multiesportivas. Realmente, essa é uma meta possível.

Repito, o que falta ao Brasil é justamente essa ênfase na base. Faltam poucos anos para sedirmos os Jogos Olímpicos, e há uma preocupação muito grande com a infraestrutura. Aliás, uma preocupação devida diante do caos do nosso sistema aeroportuário. Realmente, pouca coisa está acontecendo.

O principal legado que podemos deixar ao Brasil é a ênfase em políticas públicas com ação social no esporte, sobretudo na escola. Aqui, em Minas Gerais, acompanhei programas de grande sucesso, que às vezes trocaram de nome em função da mudança dos programas do governo federal. Há anos, quando era diretor do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - Indesp -, conheci o programa chamado Toriba, e depois veio o programa Esporte Solidário para Minas Gerais, como também o programa Esporte na Escola. Mais recentemente, o programa Segundo Tempo e o programa Minas Olímpica, potencializando as ações do governo do Estado de Minas.

Existe uma outra questão relevante para a qual Minas também pode se apresentar não apenas com a prioridade de sediar uma chave da Copa do Mundo de Futebol. Nesta semana, o Comitê Olímpico Brasileiro lançou um edital para que os Municípios se cadastrem como voluntários para receberem centros de treinamentos e aclimatação para as equipes olímpicas de esportes diversos em todo o Brasil. Minas Gerais tem infraestrutura e cultura esportiva para isso, bem como cidades agradáveis no tocante ao aspecto climático, que poderiam se candidatar e lucrar muito. Estou falando não só de investimentos, mas também da possibilidade de poder propagar uma imagem saudável e um turismo de impacto econômico. Conheço cidades que são ideais para isso, como é o caso de Camanducaia, Monte Verde e São Lourenço - que têm um clima bastante agradável para os treinamentos em lugares de altitude -, Uberlândia, São Sebastião do Paraíso e Montes Claros - que têm estrutura esportiva avançada e importante. Tudo isso, em sinergia com as instituições de esporte em Minas Gerais, que também tem a excelência de oferecer estrutura esportiva. Como exemplo, cito o Minas Tênis Clube, com a sua estrutura invejável para todo o País; a estrutura esportiva da PUC de Minas Gerais, que deveria ser mais aberta à comunidade esportiva; assim como o centro esportivo da UFMG e a pista da Polícia Militar de Minas Gerais. É a conhecida estrutura do Sistema S: Sesc e Sesi.

Enfim, é essa integração que é muito importante. Espero que o esporte não seja tratado de forma isolada, ou seja, como uma cápsula, porque o esporte precisa estar integrado às políticas públicas vinculadas essencialmente à educação. Aliás, não teremos educação de qualidade enquanto não pudermos universalizar o esporte na escola e valorizar o profissional de educação física. É





preciso ainda dotar as escolas de uma estrutura mínima de práticas esportivas, mesmo que não haja espaço para uma quadra poliesportiva, mas que possa haver um dojo para o judô ou um tabuleiro de xadrez e uma mesa para tênis de mesa.

Isso é uma questão de vontade; de mudar um comportamento e, sim, criar no Brasil uma expectativa olímpica em vez de apenas alimentar o ufanismo de sermos um País olímpico.

É preciso investir também em políticas de saúde preventiva, o que significa incentivar a atividade física, combatendo a ociosidade e o sedentarismo. Com isso, tem-se um retorno; ou seja, com o esporte e a prática de atividades físicas, tem-se um povo mais saudável, o que vai onerar menos o sistema médico-hospitalar do Estado de Minas Gerais e do País.

Precisamos investir também em políticas ligadas ao meio ambiente. Hoje, grande parte das modalidades do esporte atuam no meio ambiente. Portanto, é preciso promover a integração com políticas ambientais para mitigar o impacto ambiental de uma competição esportiva e ter o atleta como um cidadão compromissado com um mundo mais sustentável e que respeite mais as condições ambientais. Se pensarmos nos desastres recentemente ocorridos no Brasil, veremos a importância de o homem que se lança ao campo, à natureza ou ao mar saber ser um propagador de políticas ambientais.

Da mesma forma, é preciso vincular as políticas de esporte a políticas de segurança pública. Sabemos que muitas vezes as políticas governamentais não chegam às áreas de maior criminalidade, aonde chega o esporte; o esporte é capaz de fazer uma distensão social. Como exemplo, esse programa feito em parceria com a Cemig para iluminar os campos de futebol é fundamental. O jovem ocioso, que está perambulando pela noite, fragilizado e exposto ao consumo de bebidas alcóolicas e outras drogas, pode passar a praticar esporte. Um campo iluminado, além de gerar segurança, em função da luz, atrai o jovem ou qualquer cidadão para a prática esportiva.

É preciso ainda vincular o esporte ao turismo, pois eventos esportivos têm impacto turístico; divulgam positivamente o Município ou o Estado, o que vai gerar um impacto direto na economia. Como referência, cito uma recente parceria firmada entre a Prefeitura de Três Marias e o nosso Projeto Grael, pelo Instituto Rumo Náutico, que temos desenvolvido há quase 13 anos, desde sua base em Niterói. Por esse projeto, para mudar o conceito de que vela é esporte de elite, levamos velas para jovens de comunidades carentes, da rede pública de ensino, ensinando-os a nadar e a navegar e oferecendo educação ambiental, já com oficinas de ensino técnico profissionalizante. Assim, fizemos uma parceria com a Prefeitura e a Cemig, com núcleo em Três Marias, que está evoluindo de forma esplendorosa, com um retorno social muito bom naquela cidade e já gerando um grande impacto. Para terem ideia desse impacto, neste ano o campeonato brasileiro de velas da Classe Laser, a mais popular das classes olímpicas, foi realizado em Florianópolis e cinco cidades se candidataram a sediar o próximo campeonato brasileiro: para surpresa de todos, pela primeira vez foi eleita uma cidade de águas interiores, e o campeonato será em Três Marias. Por quê? Ora, Três Marias já gerou uma vocação náutica e o lugar é maravilhoso; o que faltava eram cultura e oportunidade. Assim, essa parceria entre a Prefeitura, a Cemig e os velejadores vai fazer com que o campeonato seja ali realizado, o que vai dar uma mídia muito boa e fomentar o turismo em Três Marias. É esse tipo de ação de sinergia que podemos fazer aqui, e é nesse aspecto que posso contribuir mais diretamente com este debate.

Agradeço muito, Sr. Presidente, o tempo que me foi destinado, colocando-me à disposição. Muito obrigado a todos. Bons ventos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Lars Grael, por seu depoimento e pela aula que nos deu hoje. Gostaria apenas de dizer, Lars, que, em meu ponto de vista, dar o exemplo não é a melhor maneira de influenciar as pessoas, mas a única. Não pelas medalhas conquistadas por você ou por seus campeonatos, que foram fantásticos, mas, sim, por sua vitória de vida, parabéns, Lars.

### Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Sr. Presidente - Agradecemos as sugestões recebidas até agora pelo telefone e pela internet. O telespectador da TV Assembleia que deseja participar e ainda não enviou sua sugestão pode acessar o "site" da Assembleia – [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br) –, abrir o link do Fórum Democrático e clicar em "Participe Agora" para enviar sua contribuição, ou telefonar gratuitamente para o número 0800-709-2564.

A Presidência informa que a publicação das atas deste Fórum Democrático será feita no Diário Oficial do Estado, o "Minas Gerais", na edição do dia 5 de março, na seção "Diário do Legislativo".

A Presidência informa ainda aos participantes que as sugestões recebidas durante as discussões temáticas serão agrupadas em um documento junto com as participações encaminhadas via Consulta Pública, as colaborações dos especialistas e dos parlamentares da Legislatura anterior. Este documento será entregue à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa ao final do Fórum Democrático, a fim de subsidiar a construção da agenda da Casa para os próximos anos.

Agora, esclarecemos que, entre um expositor e outro, abriremos espaço para a apresentação de algumas sugestões presenciais, por escrito ou oralmente, e de outras enviadas por via de consulta pública pelo formulário do "Participe Agora" e pelo 0800-709-2564. A partir deste momento, os participantes poderão encaminhar suas sugestões por escrito no formulário que está sendo distribuído pela equipe de apoio. Aqueles que desejarem fazer sua intervenção oralmente deverão especificar isso no formulário.

### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora ao vídeo com sugestões do Sr. Roberto Rocha Tross, Coordenador Especial da Juventude da Secretaria de Esporte e da Juventude de Minas Gerais, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procedeu-se à exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Passaremos agora à leitura de algumas contribuições recebidas por via de consulta pública, que estará em funcionamento no "site" da Assembleia, [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), até o dia 28 de fevereiro. Informamos que a íntegra das contribuições está no "site".

Sugestão enviada por David Monteiro, de Belo Horizonte: "disponibilização de espaço físico para o corpo administrativo de todas as federações esportivas de Minas Gerais que estejam regularmente estabelecidas, de preferência aquelas voltadas para as modalidades olímpicas."

Sugestão enviada por Simone, de Belo Horizonte: "implantação do ensino de ginástica olímpica e rítmica e de futebol feminino nas escolas de vilas e favelas, como atividade extraclasse, e encaminhamento dos destaques para grandes clubes".





Sugestão enviada por Lucas Flávio Pereira Motta, de Sabará: “transformação das resoluções do I Encontro nacional de Juventude Negra - Enjune - em políticas públicas, priorizando-as como diretrizes étnico-raciais para a juventude”.

Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Solicitamos àqueles que fizerem uso do microfone que se identifiquem, sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Pedimos também que entreguem antes a sua contribuição, por escrito, à assessoria. Cada participante disporá de até 3 minutos para sua intervenção. A leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Com a palavra, Iram Leite Ferreira, da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro.

O Sr. Iram Leite Ferreira - Boa tarde a todos. Sou Iram Leite Ferreira, Coordenador da Associação Comunitária Noiva do Cordeiro.

Podemos dizer que a preocupação com esporte e juventude é zero no meu Município. Houve um debate na Câmara sobre os jovens e a juventude, mas não temos nada de esportes hoje. Os nossos jovens estão caminhando para as drogas e para o álcool. Por quê? Porque não temos um evento sequer ao qual levá-los, no nosso Município. Gostaria que esta Casa e o Sr. Secretário montassem um programa para nós, principalmente para as férias, que são um problema, pois os alunos não vão à escola e ficam sem atividade alguma. Reunimos a Polícia Militar, o Delegado da cidade e o Conselho Tutelar e estamos visitando as festas para retirar os jovens de lá. Então faço um apelo, para levarmos alguma atividade para o Município.

Sou Presidente de uma associação na zona rural. Hoje o único evento que temos lá é um jogo de futebol. Se precisamos de um jogo de camisas, fazemos uma vaquinha para comprar. Estamos carentes de tudo.

Gostaria que levassem para o Município, para o interior, alguma atividade para que não mais vejamos esses jovens, tão novos, com 16 e 17 anos, caminhando para o álcool e para as drogas. Fazemos o que podemos para evitar isso, mas a solução seria o esporte. Se o Estado levasse também um curso profissionalizante para o interior, o jovem teria um afazer durante o dia e no final de semana.

Não dispomos de um ginásio poliesportivo. O campo existente na cidade está acabado. Procuramos a Prefeitura, mas ela não tem recursos para nos ajudar. Peço ao Sr. Secretário que nos ajude. A Secretaria disponibilizava um “kit” esportivo, com bola de futebol, bola de vôlei, peteca e rede. Fiz um pedido, desde o ano passado, e estamos aguardando o recebimento desse “kit”. Faço então um apelo ao Secretário: para, se possível, disponibilizar o “kit” para as associações, principalmente aquelas da zona rural. Estamos lá, é só nos procurar ou a Prefeitura, que o encaminharemos a esses jovens. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Iram, pela sua contribuição. É importante frisar que a Assembleia Legislativa está buscando cada vez mais essa integração com a sociedade. É realmente importante este fórum para as pessoas se inteirarem da nossa vida no Estado de Minas Gerais. Com a palavra, a Sra. Anísia Sudário Daniel, do Conselho Regional de Educação Física.

A Sra. Anísia Sudário Daniel - Boa tarde. Meu nome é Anísia Sudário Daniel. Estou aqui representando o Conselho Regional de Educação Física.

O nosso ilustre convidado Lars Graef foi muito feliz em sua fala, quando disse que a base do esporte é feita na escola. Então uma das propostas era justamente esta: que se incrementassem as aulas de educação física, porque, muitas vezes, é o único local que o jovem tem para a prática de esportes e de atividades físicas. Hoje a grande maioria dos Municípios e a própria Belo Horizonte não dispõem de ginásios, praças, nem campos de várzea - que tínhamos muito há um tempo atrás, mas que simplesmente acabaram.

Primeiramente, quero agradecer pela criação da comissão, pois foi uma luta. Fizemos um seminário na Assembleia Legislativa em novembro de 2009 e constituímos uma comissão de acompanhamento das propostas. Ficamos o ano de 2010 lutando até obtermos a criação dessa comissão. Gostaríamos que ela tivesse um carinho com as propostas inseridas nesse documento. Se conseguirmos implementar um terço delas, ficaremos muito satisfeitos. Obrigada.

O Sr. Presidente - Agradecemos sua sugestão. A situação é difícil nos Municípios pequenos do interior, com quadras precárias e quebradas. Qual a motivação que um garoto terá para praticar esporte em um local nessas condições? O esporte é sempre muito bem-vindo, desde que bem orientado e que traga motivação para a criança praticá-lo. Com a palavra, a Sra. Aparecida Maria Martins Pereira, do Consep.

A Sra. Aparecida Maria Martins Pereira - Boa tarde. Sou torcedora e jogadora do Esporte Clube Democrata, de Governador Valadares, meu primeiro time. Hoje, sou técnica do time Dois Toques na Bola, e temos apoio do Cepet-MG. Gostaria de lembrar ao Graef que Governador Valadares tem o Campeonato Internacional de Voo Livre, que foi esquecido ao se falar das cidades-polo. Não podemos esquecer a cidade onde não nascemos, mas vivemos. Meu pai era militar e se reformou no 6º Batalhão de Infantaria. Faço como meu pai, trabalho na comunidade. Tenho a honra de dizer que meu primeiro time foi o Democrata, de que fui jogadora, e que hoje sou técnica do time em que o Paulinho treina as garotas que também jogam no Cepet-MG. O Consep faz o laço Oeste e Barreiro. Precisamos de mais apoio. Como fã incondicional do Governador Anastasia, quero lhe pedir que preste mais atenção nisso. Estou muito feliz porque nosso grande craque Marques é Deputado e Secretário. Como técnica agrícola, estou à disposição da Casa para o que for preciso. Vim de Frei Inocêncio como técnica agrícola e virei mulher da comunidade em Belo Horizonte. Já era mulher da comunidade no interior, ou seja, tenho 52 anos de vida comunitária. E tenho um filho jogador, Reinaldo Jeferson. Escute o nome desse craque. É uma homenagem ao rei Reinaldo. Quis homenageá-lo colocando seu nome em meu filho caçula, que tem 16 anos e joga futebol. Tal pai, tal filho. Muito obrigada. Fiquem com Deus.

O Sr. Presidente - Obrigado. Desejo boa sorte ao seu filho nessa luta, pois a carreira não é fácil. Com a palavra, o Deputado Tadeuzinho Leite, Vice-Presidente da Comissão de Esporte.

O Deputado Tadeuzinho Leite - Boa tarde a todos. Primeiramente, cumprimento o nosso Presidente da Comissão de Esporte, Deputado Marques Abreu. Tenho certeza de que, com os outros integrantes da Comissão, faremos um bom trabalho para incentivar o esporte e o lazer na nossa Minas Gerais. Cumprimento nossos ilustres convidados, que farão palestras importantes hoje. Parabênzo a Casa pela iniciativa de promover este debate em que discutiremos e conheceremos um pouco mais a parte de esporte e lazer da nossa Minas Gerais.

Quero fazer um depoimento. Sou de Montes Claros e sou ex-atleta do vôlei, mas não dei muito certo no esporte. Em Montes Claros, uma das regiões mais pobres de Minas Gerais, o esporte era totalmente desestimulado, não havia esporte. Por meio de um projeto, do



qual fui um dos fundadores com outros participantes, conseguimos criar um time de vôlei, o BMG Montes Claros, que no ano passado, seu primeiro ano, foi vice-campeão de vôlei e este ano já está no 3º lugar na Superliga de Campeões do Brasil. Trata-se de um time por meio do qual conseguimos divulgar e alavancar o sentimento do montes-clarenses, do norte-mineiro, pelo esporte. Então, por esse projeto de vôlei, o famoso Pequeno Atômico, há hoje em Montes Claros o projeto Viva Vôlei, que ensina mais de 500 crianças carentes a jogar vôlei. E olha que o vôlei não é um esporte tão famoso e abrangente como o futebol. Hoje o vôlei é a paixão de Montes Claros. Há também um time de futebol do Norte, da primeira divisão do Campeonato Mineiro de Futebol.

A nossa intenção é divulgar o esporte e melhorar a qualidade de vida, inserir cada vez mais o jovem para que ele possa praticar um esporte. Costumo dizer - essa é uma das minhas bandeiras - que o esporte ensina, educa, disciplina e tira a criança mais necessitada das drogas, da mão do bandido e da violência, que hoje, infelizmente, é um problema muito grave no nosso Estado. O esporte tira o jovem da violência e leva-o para um futuro melhor. Queria apenas fazer esse depoimento e parabenizar o Presidente, Deputado Marques Abreu, e a Mesa, que estão conduzindo os trabalhos deste fórum do esporte. Mais uma vez, coloco-me à disposição para defender, nos próximos quatro anos, o nosso lazer e a nossa juventude em toda Minas Gerais. Muito obrigado a todos, um abraço e boa tarde.

O Sr. Presidente - Obrigado, Deputado Tadeuzinho Leite, meu companheiro na nova Comissão de Esporte, um grande desafio para nós nos próximos quatro anos. Compomos a bancada jovem da Assembleia Legislativa. No nosso primeiro mandato já temos essa responsabilidade, mas, acima de tudo, encaramos esse desafio de frente para realizar um grande trabalho. Com a palavra, o Sr. Edgar Silva dos Anjos, do Instituto Juventude Cidadã.

O Sr. Edgar Silva dos Anjos - Boa tarde a todos. Pensando no que deverá estar na agenda da Assembleia, uma coisa que me incomoda muito é pensar na juventude, tão atrelada ao esporte. Não que o esporte não tenha um papel significativo quando se debate sobre a juventude, mas, para mim, pensar na juventude tão subalterna à questão esportiva é o mesmo que dizer que o esporte se resume ao futebol. Temos de pensar na juventude de maneira mais ampla, nas questões culturais, do emprego, do trabalho. O Estado tem de ter essa preocupação. Foi demonstrado no vídeo, e o próprio coordenador da juventude citou isso como exemplo: pensar na entrada do jovem no mercado de trabalho. Isso me remete um pouco a 2009, quando foi aprovada nesta Casa a Lei Estadual da Juventude, do Deputado André Quintão, mas que até hoje não saiu do papel. Tive a oportunidade de acompanhar e ajudar na elaboração dessa lei e lembro-me de como foi difícil para esta Casa elaborá-la, pensando em todos os aspectos humanos que envolvem esse debate, como a questão da escola, da educação, o aspecto moral da formação do jovem, a questão esportiva, a garantia e permanência do jovem na escola e a questão cultural. Isso tudo constitui o debate que tem de estar na pauta da Assembleia, independentemente da questão esportiva. São coisas mais amplas. Esse movimento já acontece na esfera federal, na qual existe a Secretaria Nacional da Juventude, que pensa na juventude em toda a sua amplitude e toda a atenção que ela merece. Não que esse sistema não seja articulado com outros eixos temáticos, como o esporte, a cultura e outros que citei aqui. Então, esta Casa tem de ter essa preocupação.

Há alguns projetos do governo que estão além da área esportiva, como o Chefs do Amanhã, que ensina os jovens a cozinhar. Tem uma formação bacana. Mas é um projeto limitado; o governo trabalha com a concepção de projeto piloto para a juventude. Os projetos são pequenos, atendem poucas pessoas e o estardalhaço na propaganda é grande. Foi falado em 4 milhões de jovens. Quantos deles são atendidos por programas do governo? Precisamos pensar em uma política estruturadora, na política pública de juventude que garantirá ao jovem ser realmente cidadão, fazer parte da sociedade. Não há muitos jovens aqui hoje. É fundamental pensar na participação do jovem nas esferas da sociedade, seja na política, na econômica, na cultura. É isso o que precisamos promover. Deixo essa ressalva e esse registro a fim de que a Assembleia pense nessas questões.

O Sr. Presidente - Obrigado, Edgar, pelas suas ponderações, muito felizes, por sinal.

#### Palavras do Sr. Josbertini Virgínio Clementino

Boa-tarde a todas e a todos. Primeiramente agradeço pelo convite da Assembleia. Cumprimento o Deputado Marques Abreu; o Sr. Braulio Braz, Secretário de Esportes e da Juventude, que precisou se ausentar; o Lars Graell, meu amigo esportista e medalhista, com quem tive a oportunidade de conversar um pouco ontem, na vinda do aeroporto; o Sr. Antônio Eduardo Muzzi, representando a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais; e o Sr. Emerson Silami, Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG. É uma honra estar aqui na casa do povo mineiro. Quero também fazer uma saudação de agradecimento ao Roberto Tross, Coordenador de Juventude da Secretaria de Esportes e da Juventude, que, na verdade, conhecemos carinhosamente como Betão. Ele foi meu colega no Conselho Nacional de Juventude e está fazendo um grande trabalho à frente da Pasta. Também está aqui presente o pessoal da Juventude Socialista do PDT, partido em que também milito e a quem quero até dar um alô.

Na verdade, estava sentindo-me um pouco solitário nesta discussão. Conheço o esporte mais como usuário, como curioso a respeito do tema, porque sou judoca e ciclista. Meu campo de estudo, de pesquisa e trabalho na universidade e no Conselho Nacional de Juventude é a juventude, as soluções e políticas para os jovens. Portanto, gostaria de me deter nisso, porque todos os discursos vão em direção ao esporte. A própria cartilha e o vídeo aqui tratam do esporte e não falam nada sobre juventude. Há essa dificuldade nesse tema novo, que, às vezes, torna-se invisível diante dos outros campos. Por isso, quero dedicar aqui meus 18 minutos restantes para fazer um pouco essa discussão com as senhoras e os senhores. Ontem vim conversando com o Lars Graell e disse a ele que fiz até uma apresentação, mas que o tempo era curto. Entretanto, agora tenho mais do que obrigação de fazê-la por completo, para trazer informações sobre juventude para este Plenário, a fim de fazermos uma discussão qualificada.

Não há como discutirmos juventude, um assunto importante - na verdade, fundamental -, mas não suficiente como o esporte para dar conta dos 50 milhões de jovens brasileiros. Recebi o convite para responder à pergunta: "O que deverá estar na agenda da Assembleia de Minas para promover o desenvolvimento do Estado?" Para mim é fácil, porque deve haver priorização da juventude no processo de desenvolvimento de Minas.



Não se tem processo de desenvolvimento de um país, de uma comunidade, de uma cidade, de um Estado como Minas, se não se prioriza a juventude. Se não investirmos nessa parcela da população, o grande legado pode ser algo que impeça o desenvolvimento.

Trarei conceitos iniciais, já que não dispomos dos materiais de juventude. Clarearei alguns conceitos que, posteriormente, podem ser discutidos. Isso é coisa de professor - sou da academia também -, todavia tentarei fazer o melhor.

Quando falamos em juventude, às vezes nos referimos ao estado de espírito ou ao jovem mais adulto. Isso, na verdade, serve para a poesia, para a arte e para diversos campos do saber. Para a ótica de política pública, para a ótica de governo, temos de definir uma faixa etária, infelizmente. A ONU trabalha na perspectiva de idade entre 15 e 24 anos, para o que há uma diferenciação em todo o mundo, como na Ásia, na China, onde essa idade se estende até os 42 anos. Em alguns países, trabalha-se esse conceito definindo-se a idade até 20 anos. O Brasil adotou, a partir Lei Federal nº 11.129, de 2005, que nossa juventude abrange todas as pessoas que estão entre 15 e 29 anos. Quando, daqui para frente, eu estiver falando sobre juventude às senhoras e aos senhores, estarei tratando dessa população, dessa faixa etária.

Queria dizer-lhes que há um acúmulo internacional acerca dessa discussão. Em 1965, a ONU, pela primeira vez, tratou da temática de juventude, por meio da declaração sobre o fomento entre a juventude dos ideais de paz, respeito mútuo e compreensão entre os povos. Vinte anos depois, tem-se, pela primeira vez no mundo, a tematização pela ONU da priorização da sua agenda. Em 1985, tivemos pela primeira vez o Ano Internacional da Juventude. No ano passado, o mesmo aconteceu. Houve um pacto na agenda mundial, e vários países acabaram por criar órgãos e programas, por estarem preocupados com essa população jovem do mundo inteiro. Desde então, há uma preocupação constante na agenda dos governos, o que ocorre também de maneira regional, para se tratar dessa população.

Há vários tratados no plano internacional. Houve uma conferência mundial de Ministros de Juventude, em 1998, em Lisboa. Nesse período, em Braga, também foi realizado o I Fórum Mundial da Juventude. Em Dacar, reuniram-se para criar uma estratégia para tratar do que fazer com a juventude do mundo. Quero, por meio desses “slides”, deixar para vocês a mensagem de que há esse acúmulo de discussões no mundo.

Mais recentemente, em 2005, a Organização Ibero-Americana de Juventude - OIJ - aprovou a primeira Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude. Tudo isso, aos poucos, está entrando na pauta dos governos e da institucionalidade. O Brasil, que no ano passado entrou nessa organização, hoje ocupa a sua Vice-Presidência. Tem lá uma cadeira. Entrou tardiamente, mas já entrou grande nesse processo.

No Brasil, falamos sobre juventude, mas nem sempre com esse nome, pois às vezes confundem o estudante, o jovem, o jovem trabalhador, o jovem usuário do sistema de saúde, o jovem usuário do sistema de assistência social. São várias as facetas. Somente há pouco temos discutido o jovem cidadão, que deve ter direitos. Posso dizer que já se discuti um pouco o que fazer com as pessoas nessa faixa etária. Em 1927, quando se discutiu o código de menores, trataram desse conceito. Em 1940, Getúlio Vargas já vinha tratando desse aspecto, quando trabalhou a educação moral e cívica. A própria educação física para os jovens foi uma forma de trabalhar um pouco a preocupação com esse público. Em 1970 e 1980, também houve alguma preocupação mais ao encontro da sociedade civil. Em 1990, principalmente em protesto da redemocratização, vimos uma discussão mais focada em crianças e adolescentes.

Há uma diferença bem clara, que gostaria de pontuar aqui: a política para criança e adolescente é uma política de proteção, de tutela, e tem de ser assim mesmo; e a política para a juventude é uma política emancipatória, em que, na verdade, promovemos a autonomia do jovem como um todo - é outra perspectiva. Foi um avanço, e começou-se a discutir isso tudo.

O governo Fernando Henrique começou algumas ações, mas mais no campo da associação do jovem e referentes às drogas. Fizemos alguns programas ligados a isso, mais de jovens em situação de risco social, mas não numa amplitude maior, como estamos discutindo na agenda brasileira hoje.

Em 2002 tivemos, pela primeira vez, a questão da juventude na agenda eleitoral dos candidatos a Presidente da República. Várias organizações se reuniram no Rio de Janeiro, e os diversos candidatos a Presidente fizeram propostas no campo da juventude. Portanto, ainda é muito recente esse campo na institucionalidade.

A Câmara dos Deputados vem fazendo um pouco dessa discussão. Existe a Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude, que vem fazendo uma série de debates, e já podemos extrair alguns documentos no plano nacional, em que já estamos trabalhando como legado da política de juventude. O principal deles é o Plano Nacional de Juventude, um plano para 10 anos, para garantir direitos da juventude, desde a educação, cultura, tecnologia da informação, segurança pública, saúde, esporte e lazer, e diversos outros temas de interesse da juventude; e o Estatuto da Juventude, para garantir uma série de direitos e deveres da juventude. Para isso tudo já há projeto de lei, já aprovado em comissão e pronto para ser votado em Plenário. E vem se criando esse acúmulo todo.

Em 2003, a Unesco discutiu o Índice de Desenvolvimento da Juventude, para medir a qualidade de vida da juventude, indicador similar ao IDH, mas focado na juventude. O grande diferencial que aconteceu nesse período mais recente foi a criação de várias Secretarias, depois de um estudo solicitado pelo Presidente Lula, que identificou várias ações soltas para a juventude no governo. A partir desse estudo feito por um grupo interministerial, foram tomadas as primeiras medidas em 2005: a criação da Secretaria Nacional de Juventude, que fica no âmbito da Presidência da República, e do Conselho Nacional de Juventude, em que estamos atuando. É um conselho grande, representativo, com 60 membros, que produz muito. E o maior programa para juventude hoje no Brasil, chamado ProJovem, que tem quatro facetas: ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador, ProJovem Urbano e ProJovem Campo, um programa de fôlego, sobre o qual penso que terei oportunidade de falar.

Em 2008, tivemos o maior processo de discussão sobre juventude no Brasil, recentíssimo - dois anos, dois anos e pouco -, em que 400 mil jovens no País discutiram juventude a partir da Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Houve discussões municipais, estaduais, com jovens de comunidades ribeirinhas, jovens quilombolas. Tentamos abarcar todos os segmentos de



juventude, 400 mil pessoas no processo inteiro fizeram a discussão, da qual saíram 22 prioridades da juventude brasileira, que está se tentando construir com o governo brasileiro para garantir os direitos da juventude.

Por último, uma grande conquista da juventude brasileira. Pasmem: a Constituição brasileira não trata de juventude no capítulo de direitos, nem há a palavra “juventude” na Constituição! Na verdade, não havia. A partir de um esforço concentrado, principalmente do Conselho Nacional de Juventude, com a mobilização de diversos setores da juventude brasileira, ano passado conseguiu-se aprovar, no âmbito do Congresso Nacional, Câmara e Senado, a inclusão do nome “juventude” no capítulo de direitos da Constituição brasileira. Aí começamos a poder pensar em programas para a juventude nas suas diversas facetas e necessidade, como o Edgard disse.

Por que se discute juventude? Há três questões, e não é à toa que ela está entrando na agenda. A primeira é a quantidade populacional: há 50 milhões de jovens brasileiros - só a quantidade de jovens brasileiros é maior que a população da Argentina e da Venezuela. É muita gente que pressiona por política pública. Então, há a questão demográfica clara.

As condições de exclusão social. Se pusermos uma lupa nos dados da juventude e compararmos com qualquer outro segmento da população brasileira, veremos que ela é o setor mais precário, que sofre mais com o desemprego. Estava assistindo ao jornal e vi que os dados de desemprego são de 6,1%. Em algumas Capitais temos o pleno emprego já, mas, mesmo assim, a juventude sofre muito com o desemprego. Os desempregados, os que não conseguem acesso ao emprego são jovens ainda.

Há diversos aspectos da exclusão, do próprio esporte, que, se colocarmos uma lupa, veremos que a juventude é a que mais sofre com todos os problemas.

Os gestores públicos, os que tomam decisão, os políticos brasileiros, os grandes líderes estão compreendendo que, se não investirem na juventude, ela poderá ser um obstáculo para o desenvolvimento. Essa agenda é muito clara.

Já foi mencionado aqui pelo coordenador de juventude a questão do “crack” e outras drogas. Isso está na agenda do dia, todos os telejornais se referem a essa questão. Há várias mazelas que associamos aos nossos discursos, a imprensa, aliás, tem muito essa prática. Na verdade, está-se tendo a consciência de que, se não dermos um tratamento a essa questão, perderemos toda a geração que pode ajudar na prosperidade e no desenvolvimento deste país. Está, então, havendo uma consciência de que a juventude é a mola propulsora do desenvolvimento do Brasil. Se não conseguirmos profissionalizá-la e colá-la nas grandes linhas de desenvolvimento, estaremos perdendo uma oportunidade econômica e social para o Estado.

O Brasil hoje tem 50% da juventude da América Latina e 80% do Cone Sul. A Argentina tem 40 milhões de pessoas. Então, só de jovens temos muito mais. A juventude brasileira compreende 26% da população do Brasil de 15 a 29 anos.

Na verdade, no final das décadas de 70 e 80, houve um fenômeno denominado “baby boom”, em que a taxa de natalidade foi muito anormal. Nasceram muitas pessoas. Há várias teorias sobre isso. Se vocês observarem os telejornais da década de 90, verão que havia muitas mães que iam para as filas para conseguir escolas para seus filhos. A demanda era muito maior do que a oferta. O Estado não se preparou para o fenômeno referido. O número de pessoas que nasceram no começo das décadas de 70 e 80 foi muito grande. Então, o Estado tem de se preparar porque as pessoas começam a pressionar por saúde pública, por educação, por acesso aos bens culturais, por esporte, como se tanto se mencionou aqui, pela segurança pública, que é um aspecto em que a juventude sofre muito em vista do preconceito e de sua maneira de vestir.

Observem, na tela, agora, a pirâmide etária do Brasil em 1981. Na base, até 4 anos, vejam quantas pessoas há. A parte que está em verde é feminina, e a parte em roxo, masculina. A estratificação é de cinco em cinco anos. Quando a barra se afasta do zero é porque há mais pessoas. Havia, então, muitas crianças de até 4 anos. Em 1992, vemos que a pirâmide vai engordando. Com o passar da idade, vemos um avanço. Observem que na década de 90 havia muitas pessoas entrando na adolescência, por isso havia essa pressão por escolas públicas. Assistíamos ao Jornal Nacional e víamos que as mães não conseguiam matricular os seus filhos, porque o Estado não se preparou para aquele momento, para essa demanda. Então, em 2002, na faixa de 15 a 29, 20 a 24, o Brasil nunca teve tantos jovens como hoje. Não estou aqui com os dados de 2011, mas nem o Brasil nem o mundo nunca antes tiveram tantos jovens como agora. Alguns teóricos dizem que nunca teremos tantos jovens como atualmente. Estamos, pois, perdendo a oportunidade para esse momento. Se não prepararmos políticas públicas para a massa dessa população brasileira, se não conseguirmos levar escolaridade, qualificação profissional mais aprofundada, fazer com que se faça uma transição de sair dessa fase de criança e adolescência e entrar na fase adulta plena para vivência na sociedade, perderemos toda uma geração. Há alguns dados aqui que pularei em virtude do tempo que me foi destinado.

Com relação à precariedade da vida da juventude, das condições de vida, vemos que os jovens são os mais pobres.

Quando falamos em educação, constatamos que, a cada 100 jovens, 26 são estudantes. Temos vários dados aqui. Quase 3 milhões de jovens no Brasil ainda não frequentam escolas, o que é uma vergonha. Se falarmos em analfabetismo, na minha região, Fortaleza, no Piauí, no Rio Grande do Norte, na Paraíba, em Alagoas e no Maranhão, temos bolsões de jovens analfabetos para os quais precisamos dar prioridade na agenda.

Devemos tomar o cuidado para não cairmos na facilidade de associar juventude a grupo de risco ou a problema. Muitas vezes dizemos que é preciso criar programas para ocupar os jovens, pois, caso contrário, como dizia minha mãe, farão danoção ou coisa ruim. Na verdade, precisamos garantir direitos para a juventude, assegurar direitos a cada um dos jovens brasileiros e vê-los como cidadãos, pois devem ter acesso a bens culturais, à escola - se possível de tempo integral -, a esportes, à cultura, a língua estrangeira, etc. Tudo isso deve ser um conjunto de direitos. Devemos mudar a lógica de ocupação de tempo, dizer que isso deve ser natural para a população brasileira e afirmar que o jovem deve ser ator estratégico no desenvolvimento do País. Não devemos ter outro discurso.

Como meu tempo está acabando - tenho apenas 15 segundos -, falarei rapidamente da agenda. Respondendo à pergunta da Assembleia sobre a que devemos dar celeridade, seria preparar e incluir a juventude na Constituição Estadual - não sei como esse item está na agenda do Parlamento. Esse deve ser o marco inicial. Além disso, trabalhar planos para 10 anos de juventude. Sr. Presidente, peço apenas mais 1 minuto para finalizar minha mensagem. Não devemos buscar ações emergenciais. Para as ações que a imprensa nos apresenta e que doem em nosso coração, as quais queremos resolver, como a questão do “crack”, que está na agenda do dia,





devemos ter, sim, ações emergenciais, porém não será com isso que trataremos a juventude. Devemos tratá-la de maneira estratégica, com planos para 10 anos e orçamento; e isso só é possível por meio de leis.

Apesar da agenda apertada, fiz questão de vir aqui hoje, pois as Casas Legislativas têm papel fundamental: garantir o direito para as juventudes mineira e brasileira. E apenas conseguimos fazer isso na Casa do povo, ou seja, nas Assembleias Estaduais. Era isso o que tinha a dizer. Muito obrigado. Fico à disposição para o debate.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Josbertini, obrigado por sua colaboração e seus esclarecimentos. O senhor tocou no ponto que o Edgar Silva dos Anjos, que estava no último bloco, nos cobrou: a juventude. Com muita clareza, fez uma excelente palestra.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Agradecemos as sugestões recebidas até agora pelo telefone e pela internet. Assistiremos agora ao vídeo com as sugestões do Sr. Rogério Aoki Romero, Secretário Adjunto de Estado de Esportes e da Juventude, para a construção da agenda da Assembleia.

- Procede-se a exibição do vídeo.

O Sr. Presidente - Abriremos agora espaço para as contribuições dos participantes. Com a palavra, o Sr. José Silva Soares Júnior.

O Sr. José Silva Soares Júnior - Sou estudante de Direito. Obrigado. Boa-tarde. Cumprimento Lars Graef, que é exemplo para o esporte brasileiro. Ninguém melhor do que ele para deixar clara essa questão. Faço minhas as palavras do nosso amigo Iran, de Belo Vale. Minas Gerais é um Estado muito extenso e possui uma cultura rural bastante rica. Lamento que, num fórum tão importante como este, não haja discussão alguma sobre a zona rural, que é o que procuramos desenvolver hoje em Minas. Não é isso, Iran? Na zona rural não há incentivo algum ao esporte, que é tão necessário a todos. Como todos sabem, falta uma educação física interativa, uma escolinha de futebol e um incentivo ao vôlei para as meninas. Precisamos demais dessa atenção na zona rural.

O Estado mineiro é muito extenso. Belo Horizonte é a principal área que temos - é só aqui que isso é desenvolvido. Para o interior, não vai ginásio poliesportivo nem quadra esportiva. Então, o interior precisa dessa atenção, principalmente porque, quando vierem à Copa das Confederações e à Copa do Mundo, os turistas comerão o pão de queijo e o queijo de Minas e perguntarão onde foi feito. Certamente todos aqui têm um pezinho no campo. Nada melhor do que valorizar as nossas origens e estender esse desenvolvimento para a zona rural. Obrigado.

O Sr. Presidente - Sr. José Silva, obrigado pela participação. Com a palavra, a Sra. Maria Alves de Sousa.

A Sra. Maria Alves de Sousa - Boa-tarde. Sou de uma comunidade quilombola do Município de Ouro Verde de Minas e atualmente militante da juventude trabalhadora rural da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - Fetaemg. Quero agradecer aos que me antecederam e lembraram, questionaram e propuseram a questão da juventude rural como tema e população que também clama por socorro.

Nós, da juventude rural, compreendemos, entendemos que o Brasil, enquanto governo federal, tem avançado bastante nas questões da política de juventude e de esporte, assim como Minas Gerais. Compreendemos isso. Agora é necessário e urgente que pensemos e as pessoas que nos representam acreditem que o campo brasileiro é um campo com gente, que possui a sua diversidade como o Estado e o País. Além disso, que, independentemente da região do nosso país, a juventude está lá, assim como crianças e todo um conjunto de população com suas origens e cultura que necessitam de uma política que venha a eles atender.

Quero aqui dizer que precisamos de uma educação que dialogue com a nossa realidade, com a realidade das pessoas que têm o seu diferencial, em que a sua cultura precisa ser levada em conta. Precisamos de uma política de esporte que leve em consideração a diversidade da geografia de nosso país. Quero dizer também que os programas existentes são bem-vindos, pois entendemos que eles são necessários para nosso país, porém eles não dialogam com a nossa realidade, ou seja, não atendem a nossa juventude rural. Quanto aos jovens, quero aqui dizer que é necessário que o Ministério do Esporte e a Secretaria de Estado de Esporte e da Juventude de Minas Gerais repensem os programas existentes e pensem em novos programas que venham atender à nossa juventude. Quero aqui citar exemplo dos programas Segundo Tempo e Minas Olímpica, que não atendem às crianças e aos jovens do meio rural. Foi dito aqui que há Municípios onde não existe quadra de esportes. Falarei dos Municípios do interior que têm quadras de esportes - citarei como exemplo o meu Município. Enquanto no meio urbano há três quadras de esportes, no meio rural não há nem uma, havendo no Município comunidades distantes mais de 15km, 20km. Como essas pessoas terão conhecimento e serão atendidas por essa política existente sem garantia de recursos para transporte, alimentação? Assim, muitas coisas são necessárias para o nosso acesso às políticas hoje existentes.

Antes de terminar, quero dizer - e pedir - que é necessário também haver junto a essas políticas o acompanhamento educativo, psicológico e profissional, porque não é necessário apenas ter acesso à educação e à prática de esportes; mas é necessária uma política que transforme pessoas em cidadãos críticos e que possam ser protagonistas do seu próprio desenvolvimento, de acordo com a sua realidade e com o seu modo de vida. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Maria, por sua contribuição, suas reivindicações, sua coragem - muito bacana essa atitude. Com a palavra, o Sr. Márcio Miranda, da Escola Municipal Joaquim Pereira.

O Sr. Márcio Miranda - Boa-tarde. A minha proposta é sugerir a produção e a distribuição de livros didáticos sobre a disciplina Educação Física, que norteiem as ações dos professores, evitando assim que os alunos pratiquem esportes de maneira intuitiva ou não pratiquem. Na verdade, o que vemos hoje é um ensino em que percebemos não haver qualidade no âmbito esportivo. E como foi apresentado pelo Sr. Lars, o importante é que se fomente o esporte na base e assim se propague até à juventude. Até então a juventude não foi citada aqui, mas sabemos que tal processo se inicia na infância. Não há como iniciar na juventude sem que haja infância, então, vamos começar na infância, dar qualidade de vida, partir para a juventude e depois para a vida adulta. Sei que se trata de um Fórum de Esporte e Juventude, mas alguém que tem qualidade de vida na infância e na juventude, provavelmente terá uma vida ativa e será uma pessoa, digamos, com saúde. Acredito eu que, partindo desse princípio, poderemos evitar problemas com a saúde pública.



Há algum tempo, não se preocupava com a obesidade, mas sim com a desnutrição; e hoje é o contrário: a grande preocupação é com a obesidade na adolescência.

Quanto à vulnerabilidade social, há riscos, mas grandes projetos são implementados, como o Segundo Tempo, em parceria com o Ministério do Esporte; e o Minas Olímpica.

Esses projetos só conseguem arrebancar e ser efetivos quando têm qualidades. Não adianta apenas implantá-los e jogá-los em algum lugar. Se não colocarem pessoas capazes de fazer com que esses projetos aconteçam na sua amplitude, nada funcionará.

Acredito que só dar nomes aos projetos, colocar pessoas para trabalhar e destinar verbas não é fazer política pública. Infelizmente acredito que ações isoladas não atenderão à infância, à juventude e aos adultos. Essas eram as minhas considerações.

O Sr. Presidente - Obrigado, Márcio. Com a palavra, Alexssandro Hipólito da Silva, da Escola Estadual Carlos Drummond de Andrade.

O Sr. Alexssandro Hipólito da Silva - Boa-tarde. Sou professor de Filosofia e Sociologia da instituição Carlos Drummond de Andrade. Muito se tem falado da escola de tempo integral. Por que isso me preocupa? Hoje a escola de tempo integral está virando depósito de criança. Eu, como professor, filósofo e sociólogo - estou cursando mestrado em ciências sociais -, vejo com preocupação a grande maioria dos políticos. Todos nós, quando tomamos conhecimento da palavra "política" - segundo Aristóteles, todo ser humano é um animal político por sua natureza -, devemos estar cientes de tudo que acontece no âmbito social, pois aí é cabível a minha participação.

Simplesmente falaram da escola integral e de tantos outros projetos. Vim do interior e não tenho conhecimento, na prática, desses projetos. Com certeza, na teoria, no papel daquele senhor que foi o primeiro a falar, parece que tudo funciona muito bem. Mas será que funciona na prática? Não vemos qualificação dos professores das escolas integrais.

Como professor da rede estadual de Belo Horizonte, não vejo a qualificação dos professores de educação física. Vejo, sim, o professor sentado e os meninos jogando bola, quando ele não está nem aí, pois só intervém quando há uma briga. Não devemos simplesmente nos preocupar em mudar o Brasil para a Copa do Mundo, mas sim para a vivência social. Ontem dizia aos meus alunos que, enquanto os nossos partidos políticos mantiverem o poder nas mãos, virem o sujeito como objeto e não trabalharem de sujeito para sujeito, a nossa educação irá de mal a pior. O que aconteceu no Aglomerado da Serra, ali no Cafezal, continuará acontecendo. Educar não é só levar polícia, forças armadas, mas trabalhar o aspecto humano do cidadão. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço ao Alexssandro a contribuição. Ainda temos mais dois participantes. Com a palavra, o Sr. Amantino Mota Mendes, do Projeto Resgatar.

O Sr. Amantino Mota Mendes - Em primeiro lugar, boa-tarde. Deputado Marques, esclareço que sou cruzeirense, mas segura aí. É com muita mágoa que pego este microfone para dizer que, quando se fala em política, se faz necessário falar em política para todos.

Convido os membros da Mesa a fazer como vários Deputados fizeram, quando subiram a serra na terça-feira para verem de perto aquela exclusão social, onde moradores, trabalhadores e estudantes são decepados sem nenhuma responsabilidade do Estado. Citaram o Projeto Resgatar. Quero fazer um convite para que as pessoas subam ao Bairro Taquaril, fronteira com Sabará, onde não há nenhuma política citada aqui. O projeto Resgatar é o único projeto social existente nessa comunidade. É horrroso discutir política sem conhecer o dia a dia das pessoas.

Parabenizo o sociólogo. Ele disse que, quando se fala em esporte, não basta falar em esporte e rendimento, mas também em educação. O Resgatar visa a utilizar o esporte para orientar as pessoas. Mas o Projeto Resgatar não é só resgatar. No Projeto Resgatar Pé na Bola, o caminho é a escola.

É horrroso falar assim, porque muitos já conhecem o meu trabalho na comunidade, mas ninguém teve a coragem de ir até lá ver com essas crianças vivem e caminham. Eu me viro com elas, mas não sou nenhum professor de educação física, nem tenho nenhuma formação. Sou um lavador de carros e é por isso que acho horrroso o Estado falar que administra. Para mim, eles só administram para quem querem, e não para aquela comunidade. Vale a pena ir até lá e ver de perto essa situação.

O Sr. Presidente - Obrigado, Amantino. Realmente, um assunto importante e bastante preocupante, para o qual temos de trabalhar em conjunto com a comunidade. A Assembleia abre este espaço, principalmente a partir da 17ª Legislatura. O ideal é governar junto à sociedade. Que a sociedade caminhe ao nosso lado dentro da Assembleia!

Devido à grande quantidade de pessoas inscritas para se manifestarem ao microfone, vamos encerrar as inscrições para participação oral em breve. Já o recebimento das sugestões por escrito continuará aberto até o final do evento. Vou chamar só mais um participante. Com a palavra, o Sr. Josadac Marques, do Instituto Mãos e Vozes.

O Sr. Josadac Marques - Boa-tarde, Sr. Deputado e colegas participantes deste fórum. Estou de passagem em Belo Horizonte. Digo de passagem, porque estou me transferindo do Amazonas para Belo Horizonte. Durante 30 anos, atuei como profissional fora desta cidade.

Neste momento, farei menção ao que já foi dito. A ONU estabeleceu, no ano de 2001, o Ano Internacional do Voluntário, e estamos dentro do período do Ano Internacional da Juventude, que começou em agosto de 2010 e vai até agosto de 2011.

No ano passado, estive nesta Casa para fazer uma proposição, mas como o Ano Internacional da Juventude começou em 12 de agosto e, no dia 5 de agosto, começava o período eleitoral, com a propaganda gratuita, quase não se divulgaram os eventos. Pelo menos, não temos nenhum registro de eventos da juventude no Ano Internacional da Juventude. Como funciona essa atividade? Se os senhores ainda quiseram entrar no "site" da ONU ou digitar a frase "Ano Internacional da Juventude", verão que qualquer evento realizado na comunidade e com a aprovação do Comitê Internacional terá a logomarca do evento impressa pela comunidade.

No dia 15 de abril deste ano, acontecerá no Brasil a 10ª edição do Dia Global do Voluntariado Jovem. Neste momento, tenho a oportunidade de representar o Comitê Internacional no Brasil. Em Belo Horizonte, coordeno todas as atividades do Brasil. Recentemente, ao fazer o relatório de dez anos de atividade, surpreendi-me com o fato de que a última comissão organizadora do Dia Global da Juventude no Brasil, em Belo Horizonte, aconteceu em 2004. Por isso, gostaria de incluir nessa agenda dois itens. Se, nos próximos anos, irá acontecer, em Belo Horizonte e no Brasil, os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo, a minha sugestão para este



fórum é que seja incluído, num futuro próximo, um fórum técnico para diferenciar cidadania, solidariedade e voluntariado, principalmente no que se refere às questões de protagonismo jovem e juvenil.

Por fim, fica aqui o desafio para que, num futuro próximo, além do fórum, tenhamos também uma reunião solene para conhecermos os trabalhos da juventude na área de protagonismo juvenil, que até então é desconhecida nesta Casa e também em outras, já que não há uma comissão específica para a juventude. Existem muitos projetos que precisam ser conhecidos. Aliás, para realmente finalizar, farei menção a um projeto que aconteceu agora, em janeiro. Um projeto em que 30 mil jovens no Brasil doaram 15 dias de férias para atividades de cidadania na comunidade. Num futuro próximo, espero poder trazer a vocês detalhes de como isso aconteceu. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Josadac. Gostaria de lembrar que após a fala dos palestrantes daremos continuação às contribuições orais.

### Palavras do Sr. Emerson Silami

Boa-tarde a todos. Agradeço o honroso convite que me foi feito por esta Casa, de cujos eventos tenho participado desde 2009 - assim, já conheço bem algumas pessoas que aqui estão. Cumprimento os membros da Mesa na pessoa do Deputado Marques Abreu, que, além de dirigir esta reunião, é Presidente da Comissão de Esporte e Lazer desta Assembleia.

Participando dos eventos realizados nesta Casa, observo o que tem acontecido com a imagem do esporte para os nossos legisladores e mesmo para as pessoas não diretamente ligadas à área de esportes, algumas das quais já se manifestaram aqui. No primeiro evento a que compareci, vim representando o Conselho Regional de Educação Física, um parceiro desta Casa. O Deputado João Leite e o Vereador Heleno Abreu, à época seu assessor, deram início a esse trabalho, de que tive a felicidade de participar dando minha humilde colaboração.

O Secretário de Esportes já falou hoje sobre as parcerias firmadas com a nossa universidade e sobre os projetos existentes, praticamente sobre tudo o que está sendo feito pelo esporte. Quero deixar claro que não acho que o esporte é a única coisa importante, mas uma coisa a mais. Tudo tem de ser feito para a juventude. Não me refiro apenas à juventude de 15 a 29 anos de idade; isso tem de começar na infância. Aliás, o esporte é para todos os jovens, adultos e idosos - eu mesmo entro na fase sexagenária daqui a um mês; portanto, acho que o esporte realmente deve ser para todos. Mas estamos aqui para falar sobre os jovens.

A primeira coisa que temos de ver é a relação do esporte com a sociedade. Temos de nos perguntar quais são as funções do esporte e qual é o seu papel em várias áreas. Qual o seu papel na educação? Qual o seu papel na saúde? Esse assunto já foi abordado hoje; meu amigo Rogério Romero, Secretário Adjunto, falou sobre a obesidade, um problema mundial que está relacionado principalmente com a falta de atividade física. Qual é o papel do esporte na ocupação do tempo de ócio das pessoas? Qual o papel político do esporte nos âmbitos local, regional e internacional - isso é algo importante?

Também temos de nos lembrar da importância do esporte para a identidade nacional. Quando se fala em futebol, todos se lembram do Brasil; em judô, todos pensam no Japão; em basquete, nos Estados Unidos; em esqui, nos países nórdicos etc. Qual é o papel cultural do esporte? Qual o seu papel na economia? Ninguém pode se esquecer de que, com o desenvolvimento do esporte, a economia também se desenvolve, com, por exemplo, material esportivo, obras esportivas, transmissões de eventos por rádio, televisão e jornais etc. Com o esporte, tudo anda bem. Aqui, a maior venda de jornais acontece depois dos clássicos entre Atlético e Cruzeiro. Então, a economia também anda com o esporte, que, aliás, é um dos pilares da economia mundial.

Qual a importância do esporte para o jovem? O Brasil se tornará o centro do esporte mundial nos próximos anos. Não relacionamos aqui a Copa das Confederações nem a Copa Sul-Americana, que acontecerá em 2015 e que, para o Brasil, será muito importante.

Então, o que é o esporte? Um texto de Jorge Olímpio Bento, Diretor da Faculdade de Educação Física da Universidade do Porto, diz o seguinte: "Mas... o que é o esporte? Não há resposta simples para uma pergunta tão complexa". "De resto, uma resposta, sendo muito curta, é redutora e diz pouco; e, sendo longa, é uma fuga da pergunta".

Temos várias definições de esporte. O Prof. Valdir Barbanti, antigo colega de profissão, desportista, jogador de basquete e campeão de atletismo, tem uma definição do que é esporte. Trata-se de uma definição bem ligada ao esporte competitivo de alto rendimento. No entanto, há outras definições que são mais abrangentes. Por exemplo, hoje, cerca de 8 mil pessoas participam das corridas de rua, inclusive eu. Isso é esporte. Todos estão ali competindo e querendo chegar na frente. Na verdade, fico feliz quando consigo ganhar de alguém mais novo do que eu. Afinal, há rapazes com 20 anos que não conseguem me acompanhar. Portanto, isso é esporte. Ainda há outras definições para o esporte.

Outra característica do esporte é a diversidade. Podemos dizer que temos no Brasil praticamente apenas dois esportes: futebol e voleibol. Exatamente os mais populares, com mais investimento público e mais exposição na mídia. Mas vejam a quantidade de manifestações esportivas que temos: esportes de alto rendimento, educacional, escolar, amador, profissional, não formal, para deficientes ou adaptado, indígenas, autóctones, intelectivos - por exemplo, o xadrez -, radicais - hoje muito comuns -, com animais, motorizados, aéreos, militares - teremos neste ano os jogos mundiais militares, com provas específicas -, de inverno, combinados, derivados de outro esporte. Ressalto que essas denominações são contempladas pelo governo para financiamento. Podemos dizer que esporte é algo muito rico, não é mesmo?

Sou uma pessoa entusiasmada com o esporte. Na verdade, a vida inteira fui um entusiasta do esporte. Temos ainda os esportes olímpicos, que têm essa variedade toda. Até por curiosidade, hoje li no jornal que Jacqueline Mourão, daqui de Minas Gerais, que já disputou olimpíada de inverno e de verão, classificou-se para as finais de um campeonato mundial de esqui de 10km. Ela nasceu e foi criada em Belo Horizonte, e aqui nunca vimos neve. Isso é um dado interessante.

O esporte atende a todos os quatro pilares da educação: aprender a aprender, que são as competências cognitivas; aprender a fazer, que são as competências produtivas; aprender a conviver, que são as competências sociais; e aprender a ser, que são as competências pessoais. Portanto, o esporte atende perfeitamente a esses quatro pilares. Além disso, o esporte traz muitos benefícios aos jovens: prevenção de doenças e melhoras da saúde e da qualidade de vida.



Gostaria de diferenciar aqui o esporte, atividade física, das outras atividades que considero igualmente importantes, como a música, as artes plásticas, a pintura, o desenho e tudo o mais que quiserem.

Sabe-se que o esporte é uma atividade que ocupa o jovem e dá a ele saúde física; se esse jovem não praticar nenhuma atividade, se tornará uma pessoa sedentária, ficará gordo e sofrerá de infarto precocemente. Quer dizer, perderemos uma pessoa produtiva por ter sido sedentária e por não ter tido orientação para a prática de atividade física.

Outros benefícios do esporte para o jovem: formação de hábitos de vida saudáveis; melhoria do desempenho escolar; ocupação do tempo de ócio; melhoria da autoestima; redução da criminalidade juvenil; inclusão social - mostrarei alguns exemplos com fotografias -; diminuição da evasão escolar. Aliás, isso já foi abordado aqui. As escolas têm de ter um local que atraia as crianças, um lugar que dê uma ocupação a elas, desenvolva a cidadania, o espírito de grupo e a disciplina e o respeito às regras.

Recentemente fui à África do Sul e fiquei conhecendo um projeto coordenado pelo José Flávio, um brasileiro de Belo Horizonte, ex-aluno da Escola de Educação Física e ex-funcionário da Secretaria de Esportes.

Esse projeto se chama Kicking for Peace. Nem preciso dizer que está relacionado ao futebol.

Aqueles prédios ali atrás são de uma universidade do Cabo, a mais rica universidade da África do Sul. Ao lado está o pessoal da periferia, que não pode frequentar a universidade, mas frequentam um campo fora. Aqui está parte desse projeto, que é muito grande.

Queria mostrar as crianças descalças. O José Flávio conseguiu acesso a praças de esporte privadas de escolas e universidades. Os meninos não têm sapatos, mas jogam descalços, não há problema. Não sei se é do tempo do Marques ou do João Leite, mas antigamente a turma jogava futebol sem sapato. Não precisava de sapato para jogar futebol. Depois, é claro, quando se vai jogar o futebol oficialmente, precisa-se de chuteiras, mas para aprender não é necessário usar um tênis Nike de R\$500,00.

Lá pude ver esse trabalho sendo feito. O José Flávio é este de cartola aí em cima - não sei se está dando para ver bem. Quis mostrar esse projeto, que considero interessante, porque ele usa o futebol para unir diferentes comunidades. A África do Sul veio de problemas muito mais sérios que os nossos, e hoje a violência lá é muito menor do que a nossa. Ela desenvolve clínicas e torneios em que equipes de diferentes comunidades, culturas, poder aquisitivo e religião são incluídas e têm a oportunidade de estarem juntas. Esse projeto ganhou o prêmio internacional das Nações Unidas no ano passado. Ganhou um prêmio em dinheiro e a honraria de ter sido escolhido entre 400 projetos em 100 países. As Nações Unidas financiam alguns projetos no Brasil - não sei se financiam algum em Belo Horizonte -, mas o José Flávio se dispôs e deixou até o endereço dele caso alguém tenha interesse em entrar em contato com as Nações Unidas. Acredito que as nossas autoridades teriam facilidade para isto: propor que eles também auxiliem esse nosso projeto.

Isto aqui atrás é uma favela de 17 mil habitantes, construída pelo próprio governo, enquanto os prédios ficam prontos. É como estão fazendo no Brasil: casas melhores. Não há campo. Isto aqui é pura areia. Ele fez os campos na areia, e a molecada não precisa nem de sapato. Todos lá jogam futebol de praia. Aqui são centenas de crianças que são atendidas.

Esta é uma foto tirada lá. É interessante porque eles têm monitores da própria comunidade, que ajudam a controlar as crianças.

Em Minas está sendo feita muita coisa. Como sou otimista, acredito que as coisas aqui estão sendo feitas. As autoridades estão tomando as medidas necessárias. O Minas Olímpica hoje é um projeto muito importante, assim como os jogos - os Jemg e os Jimi - também são para o desenvolvimento do esporte. Tenho acompanhado isso por meio da parceria que o Cref tem com a Secretaria de Esportes. Há seriedade nessas promoções.

Entretanto, não resolveremos o problema do desenvolvimento esportivo de uma só vez. Ouvi aqui, e nunca havia pensado no problema do esporte no meio rural. Imaginem; sou Diretor de uma faculdade. Mas hoje aprendi alguma coisa importante. São tantos os problemas que precisamos ter paciência para resolvê-los pouco a pouco. Não podemos nos apavorar. O Estado está fazendo, o governo federal está fazendo, e acredito que muitas prefeituras que também têm mais condições estão fazendo. Já outras, talvez, não tenham recursos nem para manter a própria prefeitura; então, fica difícil investir.

Mas tudo isso está sendo feito. Sou otimista e tenho de acreditar nisso. Acredito nos Deputados, no Secretário, no Governador e em todas as autoridades, porque, se perder essa crença, a coisa não funciona mais. Tenho de acreditar porque eles precisarão do meu apoio. Preciso trabalhar. Todos nós temos de arregaçar as mangas e trabalhar, seja na comunidade ou onde for.

Se algo não vem, é porque não teve jeito. Nunca penso que alguém teve má vontade comigo, mas que não foi possível. Como administrador da Universidade, peço algo ao Reitor e, se ele disser que não é possível, eu nem discuto. No outro dia, peço outra coisa e, se ele disser que é possível, ótimo.

Perto do Mineirão e do Mineirinho, teremos este complexo, o Centro Esportivo Universitário, e uma pista pública, que pertence à Universidade, mas será administrada em conjunto com a Secretaria de Esportes e da Juventude. Hoje já temos na escola um ginásio usado pela federação de "tae kwon do". Só eles o usam. Foi construído pelo Ministério dos Esportes, com uma verba obtida na época em que o Lars Graef era Secretário.

Sou otimista. Estou no esporte desde a década de 60, sou professor da Universidade há 36 anos, mas estou lá dentro há 40, e só vi a coisa melhorar, nunca piorar. Sou do esporte, fiquei vários anos no atletismo e 22 anos no futebol, mais recentemente. Acredito que tudo vai melhorar, tudo isto que estamos vendo contribuirá para que, dentro de algum tempo, possamos oferecer aos nossos jovens melhores condições de práticas esportivas. E que eles, ao invés de escolherem a droga e a balada noturna, escolham o esporte. Para isso, deverá haver uma melhor atenção. Obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de "slides".

O Sr. Presidente - Obrigado pelo depoimento e otimismo. Quanto a jogar bola descalço, creio que o João jogou mais que eu. Agradeço a presença do Deputado João Leite, do Heleno e do Valdir, que jogou conosco.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Assistiremos agora a um vídeo com as sugestões do Sr. Sérgio Bruno Zech, Presidente do Minas Tênis Clube, para subsidiar a construção da agenda da Assembleia para os próximos anos.

- Procede-se à exibição do vídeo.





### Palavras do Sr. Antônio Eduardo Muzzi

Boa tarde. Agradeço ao Presidente Marques Abreu o convite. Cumprimento os colegas da Mesa. É um desafio ficar por último após tantas apresentações importantes. O que deverá estar na agenda da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais para promover o desenvolvimento do Estado? Sou profissional de educação física formado há mais de 20 anos. Tive uma vida profissional bastante rica e fui muito privilegiado.

Trabalhei mais de 20 anos na rede pública, tanto na estadual quanto na municipal. Tenho ótimas lembranças da Escola Municipal Professora Alcida Torres, no Bairro Taquaril, na qual ministrei aulas durante 15 anos. Então, sei exatamente da realidade exposta aqui.

Na minha vida profissional, tive oportunidade de ter experiências relacionadas ao esporte e à juventude. Como o tema é superdesafiante, procurarei enfocar um projeto que há hoje no Sesi, empresa privada ligada à Federação das Indústrias e que sobrevive com recursos da indústria. Na formação esportiva, há hoje aproximadamente 40 mil jovens e crianças entre 7 e 17 anos, e, na prática do esporte, no Sesi, em 77 Municípios do Estado, há aproximadamente 100 mil crianças e jovens. Atendemos a todas as classes sociais. Às vezes, as pessoas pensam que o Sesi atende apenas filhos de trabalhadores da indústria, mas não. Atendemos também a comunidade. Há quase 10 mil crianças atendidas gratuitamente.

Nesta proposta, coloco como tema desafiador os valores do esporte. Entendemos que os valores do esporte, nos projetos de formação esportiva do Sesi, tanto na rede escolar como nas escolas de esporte, são realmente o legado definitivo, aliás, um dos legados. Foram expostos anteriormente pelos colegas da Mesa vários legados. Então, vou destacar os valores do esporte. Vou ler rapidamente e apresentar algumas imagens.

Os valores do esporte não são algo novo: estão relacionados há séculos. O valor que o esporte transmite pode se associar à educação, tendo-se criado vínculo com a história do esporte há muito tempo.

Mostrarei algumas imagens que retratam muito mais o que está sendo dito. Gostaria de destacar neste conteúdo a participação do Prof. Lamartine da Costa, de Ana Miragaia, Márcio Torini, Marta Gomes e Fábio Rodrigues, que ajudaram os profissionais de educação física do Sesi a construir este trabalho. Então, os valores do esporte são algo muito mais antigo. Entretanto, não podemos perder de vista que o esporte é uma prática corporal construída, vivenciada e modificada na interação dos homens na cultura, refletindo seus valores e gerando os novos. Isso é muito bacana.

Várias pessoas falaram aqui sobre a questão dos valores locais e regionais e dos novos valores. A sua forma e constituição dependerão sempre dos objetivos atribuídos a ele. Vale ressaltar que os valores não são necessariamente do esporte, mas refletem-se no esporte e são também gerados a partir dos significados que os indivíduos e grupos sociais dão à prática esportiva.

Considerando-se os diversos objetivos, valores e motivações dos indivíduos, grupos e instituições, o esporte é pensado e praticado em três dimensões, que também já foram citadas: rendimento, educação e participação. Embora essas dimensões sejam diferentes, os valores interagem entre elas. Resulta então uma enorme influência que o esporte exerce sobre o imaginário das crianças e dos adolescentes e, conseqüentemente, sobre o seu comportamento esportivo e social. Esse fato e a atitude dos profissionais de educação física, líderes que tratam do esporte e da educação, têm gerado constantes preocupações com o rumo do esporte moderno sob o ponto de vista da ética e levado a reflexões sobre como pode ser possível a existência do esporte em uma convivência pacífica e não corruptível em suas diversas manifestações.

Estou lendo sobre a questão dos valores e passando algumas imagens, para fazermos uma reflexão sobre os valores do esporte.

Citarei agora um exemplo, não entendendo que seja o melhor: foi uma das ações desenvolvidas em outro país, em 1989. Trata-se de um programa denominado Espírito Desportivo, de uma câmara municipal de Portugal, que envolve jovens de 10 a 18 anos. Eu o trouxe como exemplo, até porque ele poderia ser uma das sugestões para a pauta da Assembleia.

Eles atuaram em cinco áreas fundamentais. A primeira: um programa educativo específico para professores nas escolas de ensino básico e secundário, ou seja, educar os professores para tratarem dos valores do esporte. A segunda: publicação de documentos de apoio a esses professores. Todos os autores que citei antes - o Lamartine, a Ana, o Márcio - ajudaram-nos a construir um livro sobre valores do esporte. A terceira: estudos de investigação sobre valores, sobre as culturas locais, sobre quais valores serão identificados, em quais deveríamos investir e quais deveríamos desenvolver. A quarta: conferências e seminários em escolas e clubes. Estamos carentes de conferências e seminários em relação aos valores do esporte, que citarei mais tarde, valores esses que cuidarão dos jovens, da juventude, desenvolvendo o cidadão. A quinta: atribuição de prêmios anuais de espírito desportivo - desporto escolar e desporto federado. Em relação aos valores do esporte, podemos premiar os desportos escolar e federado. Mais à frente, veremos como isso poderia ser feito.

Aqui trago alguns exemplos de atitudes. Trouxemos o Gustavo Borges para falar sobre sua vida esportiva, suas dificuldades, sucessos, fracassos e valores para pais e alunos das nossas escolinhas.

Classificação dos valores. Temos valores econômicos, com conotações de prosperidade ou riqueza, pobreza e miséria. Há pessoas que se acham muito ricas, outras, muito pobres, dependendo do valor e da forma como elas interpretam. Temos os valores religiosos, que se realizam por meio de normas e virtudes das religiões, em uma dimensão que seja o santo, o sagrado ou a crença. Há os valores estéticos, o que é feio, bonito, o bom e o mau gostos. Há os valores sociais, éticos e morais, que são os mais focados por nós nesta apresentação. São aqueles que ocupam o comportamento humano, da reflexão sobre os valores da vida, da virtude, do vício, do direito e do dever, do bem e do mal. Isso é amplamente explorado nas atividades esportivas de formação, de rendimento e de educação, independentemente das dimensões.

Destacamos os valores morais para análise dos valores do e no esporte. Valores morais são regras de conduta que têm como base a consciência moral das pessoas ou do grupo social formado pelos costumes e tradições predominantes em determinado meio cultural. Esses valores se retratam na disciplina, na participação em equipe, no aceite das regras, em saber ganhar e perder. Para que isso seja construído por meio do esporte, precisamos desenvolver atitude nos educadores do esporte e da prática esportiva. O que está faltando é atitude. Ouvi algumas críticas em relação aos profissionais de educação física que se refletem em todos os profissionais da



educação. Às vezes, o profissional de educação física fica mais exposto, porque está lá, na quadra. E o profissional de outra área, que está tão desinteressado na educação, como o exemplo dado, dentro da sala? A questão do valor, para dar certo, é uma questão de atitude. Precisamos tomar cuidado com determinadas críticas, porque essa questão da atitude atinge qualquer área da educação.

Temos aqui algumas imagens. Nota-se hoje que a percepção do senso comum quanto à prática esportiva e à geração de valores sociais independe da manifestação esportiva. Como dito pelos meus colegas da Mesa e agora pelo Prof. Emerson, são “n” as modalidades esportivas. Assim podem ser identificados valores associados ao esporte de um modo geral. Alguns exemplos: trabalhar em equipe. Quando se disputa um esporte coletivo - handebol, voleibol, basquete - é preciso conviver com aquele colega que está com rendimento melhor que você, assim como com aquele que apresenta rendimento pior. Todos ali estão em função de um objetivo comum, no caso dos esportes de rendimento. Nas escolinhas ou na escola de formação esportiva, ocorre o mesmo. Há crianças e jovens que aprendem mais rápido, enquanto outras aprendem mais devagar. O trabalho em equipe, o respeito ao líder da equipe - o professor -, o respeito ao líder das equipes de competição - o técnico ou o líder comunitário - são valores que o jovem e a criança levarão para a vida. Amanhã, quando ele estiver trabalhando numa empresa ou num negócio próprio, esse valor terá de estar internalizado. Por isso precisamos desenvolver esses valores nas três áreas de atuação dos esportes, como já dito aqui: no rendimento, na formação ou na educação.

Outros valores: encontrar respostas nos momentos difíceis. Até na vida emocional, até no trato com a família, com o pai, com a mãe, valores aprendidos nos esportes são desenvolvidos no dia a dia. Respeitar a diferença, aprender a decidir, aceitar seu limite e o limite do outro. Sentir orgulho de representar o time é sentir orgulho de fazer parte da sua família, da sua comunidade ou de ser aluno de uma determinada escola. Todos os valores desenvolvidos no esporte podem refletir na formação do jovem do futuro, da juventude. Aprender a ganhar e aprender a respeitar: essa é a nossa mensagem.

Fiz algumas anotações durante a apresentação dos colegas. O que deverá estar na agenda de Minas Gerais? Nossa proposta é que esteja na agenda da Assembleia de Minas Gerais desenvolver programas que possam qualificar profissionais ligados ao esporte, para que tenham atitudes para que sejam desenvolvidos valores sociais, por meio da formação esportiva, por meio do rendimento ou por meio da educação esportiva. Essa é a nossa proposta. Muito obrigado.

- No decorrer de seu pronunciamento, procede-se à exibição de “slides”.

O Sr. Presidente - Obrigado, Antônio Muzzi. Pode ter a certeza de que, mesmo sendo o último, sua contribuição foi muito importante, assim como a de todos os demais presentes.

#### Apresentação de Sugestões

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase final de apresentação de sugestões e debates. Lembramos que a leitura e a apresentação oral de propostas serão feitas de acordo com o volume de sugestões recebidas. Com a palavra, o Sr. Bruno Vilela, da Oficina de Imagens.

O Sr. Bruno Vilela - Meu nome é Bruno Vilela, sou de uma organização de Belo Horizonte chamada Oficina de Imagens, que trabalha com comunicação, educação e direitos, mas com foco na criança, adolescente e juventude. Vim aqui reforçar o que já foi falado sobre a juventude. Houve pouco cuidado com ela aqui, o nosso material não cita nada sobre juventude e, no debate, ela foi abordada apenas pelos participantes e pelo nosso amigo do Conselho Nacional de Juventude. Antes de vir para o fórum, verifiquei as políticas do governo do Estado para a juventude. Fiz os cálculos em cima de quantas pessoas atinge, e comecei a pensar um pouco sobre elas. Temos quase 4 milhões de jovens no Estado, e a política do governo não atinge nem 5% deles.

Além do número, que talvez seja importante para a escala, a fim de atingir mais pessoas, não imagino que essas políticas sejam as que toda juventude gostaria de ter. Fico pensando como podemos abrir mais diálogos como esse, mais espaço para discussão. Um espaço importante para discussão são os Conselhos Municipais, o Conselho Estadual de Juventude, esferas de discussão sobre a política, como elas podem ser implementadas nos Municípios, nos Estados, enfim, nas esferas de poder. Então gostaria que entrasse na pauta o processo de discussão do Conselho Estadual e o apoio aos Conselhos Municipais. Apesar de estarmos ainda na discussão e de ainda não ter sido aprovado o Estatuto da Juventude, acho fundamental começarmos a discutir, nos conselhos que já existem em Minas, formas de participação, de sustentabilidade, e as políticas que a juventude quer para seus Municípios ou para a vida. É isso. Gostaria também de colocar na pauta a discussão sobre o Orçamento. É muito legal falarmos sobre política de juventude, mas sem orçamento ela não existe. Sem dinheiro não há como colocar em prática as políticas pensadas. Pode-se pensar várias coisas, mas sem a prioridade no Orçamento, nada acontecerá. Então gostaria que essa pauta também entrasse na discussão do PPAG, da LOA, da LDO.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Bruno, pelas sugestões. Com a palavra, Vicente Silluzio, da UNE.

O Sr. Vicente Silluzio - Boa tarde a todos e a todas, sou Vicente e estou Diretor da União Nacional dos Estudantes. Neste momento queria dar uma contribuição para este debate sobre juventude e esporte, a relação do esporte com a educação das nossas crianças e da nossa juventude. Queria fazer coro com o companheiro Alexssandro, que falou sobre a educação em tempo integral. Hoje ouvimos muito falar em escola em tempo integral através de candidatos a Prefeito, a Governador, a Deputado. Vemos até alguns exemplos de escola em tempo integral, inclusive em nosso Estado. Gostei muito do termo usado pelo companheiro, que diz que muitas dessas escolas chamadas escolas em tempo integral viraram depósitos de crianças. Queria trazer aqui a escola em tempo integral idealizada por Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, com exitosa experiência no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, com o então Governador Leonel Brizola, que construiu mais de 500 escolas no Rio de Janeiro. Ele foi muito criticado, porque as escolas eram caras e as estruturas eram muito grandes, e dizia que as escolas em tempo integral não podem ser tratadas como gasto público, mas como investimento na vida das nossas crianças carentes, que serão os futuros homens e mulheres do nosso país. Trago essa reflexão. Como diz o companheiro Josbertini, muitas vezes as políticas públicas de juventude, em se tratando da nossa parcela da sociedade que mais sofre com a violência, as drogas e a prostituição, são dadas em respostas a esses problemas. Elas devem ser tratadas como direito da nossa juventude, da nossa sociedade. Em se tratando da nossa população mais carente, são essas crianças que estão expostas ao



tráfico, à violência, enquanto seus pais estão trabalhando. As classes média e alta não têm esse problema porque colocam os filhos numa escola de tempo integral particular para que estejam bem cuidados enquanto estão no trabalho. Essa escola em tempo integral, idealizada por Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, garante o beabá das crianças, o acompanhamento médico e odontológico, o acesso ao esporte e ao lazer, enfim, é uma educação em tempo integral completa. Sai caro para o Estado, mas ele tem de ter vontade política, assim como teve Leonel Brizola para realizar uma escola em tempo integral de verdade, que acolhesse nossas crianças e formasse jovens para o nosso futuro. Para finalizar, cito o exemplo do nosso fenômeno Ronaldinho. Ele estudou numa escola de tempo integral no Rio de Janeiro. Ele fala disso com muito orgulho. Talvez se não tivesse estudado numa escola de tempo integral na sua infância, não teria sido o fenômeno que foi, eternizado no futebol internacionalmente. Acho que o que deverá estar na agenda da Assembleia Legislativa de Minas Gerais para o Desenvolvimento do nosso Estado é uma escola em tempo integral de verdade, que acolha as nossas crianças, que eduque, que dê acesso à saúde e que dê toda a oportunidade para elas se formarem como homens e mulheres para construir esse Brasil.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vicente, pelas ideias. Aliás, tivemos muitas aqui, hoje. A Assembleia Legislativa, mais do que nunca, está buscando essa integração com a sociedade. Com a palavra, o Sr. Rafael Afonso da Silva, do Movimento Muda Aterro.

O Sr. Rafael Afonso da Silva - Boa tarde. Sou líder de movimentos sociais, dentre eles o Muda Aterro. Estamos aqui com imensa satisfação numa Casa que sempre nos acolheu. Estou ao lado de uma pessoa especial, que é o Deputado João Leite, que apoiou o nosso pleito relativo ao aterro. Hoje estamos tratando de esportes e juventude. Parabéns ao Deputado Marques, que é jovem e é Presidente da Comissão de Esporte e Juventude. O Estado foi feliz nessa escolha, pois o esporte e a juventude estarão bem representados.

Como oriundo do esporte amador, trago um pleito para que o Estado incentive, principalmente os Municípios, apoie as equipes amadoras. Todos os campos estão se transformando em condomínio, no programa Minha Casa Minha Vida. Nada tenho contra o programa, até o apoio. Ocorre que as crianças e os jovens deixam de ter espaço para o lazer e caminham para outros espaços. O Deputado João Leite dizia no almoço que, no campo do Alvorada, encontrávamos o jovem que batia as suas peladas, mas hoje caminham para o morro. O caminho da droga é mais fácil de ser buscado. Temos, portanto, de ter mais responsabilidade nessa área.

Ouvi hoje uma entrevista que dizia que Atlético e Cruzeiro conseguiram um patrocínio de televisão de R\$50.000.000,00 para o triênio 2012-2014 para o Campeonato Brasileiro. Aprendi na Escola do Legislativo, nos PPAGs, que, ao inventar a despesa, deve-se indicar a fonte de recursos. De onde está saindo o dinheiro para esse patrocínio? Então, é necessário esmiuçar de onde estão vindo esses recursos, pois eles não vêm de graça.

Há 34 anos sou Presidente de uma agremiação esportiva, no Bairro Pindorama, dentro do Aterro Sanitário. Somos reconhecidos como utilidade pública do Município de Belo Horizonte, Lei nº 4.036, de 1996. Quero pedir a esta Casa que nos represente bem na fiscalização para que desvios não sirvam para o engrandecimento de poucos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Rafael. Com a palavra, Kátia Ferraz, do CVI.

A Sra. Kátia Ferraz - Boa tarde, Deputados e demais membros da Mesa. Sou Presidente do Centro de Vida Independente de Belo Horizonte - CVI -, tenho acompanhado os fóruns e queria falar de um direcionamento importante: o esporte paraolímpico.

Queria sugerir - aliás foi uma das minhas contribuições na consulta pública - e reforçar a minha ideia para que essa sugestão seja avaliada após este fórum. É importante que o esporte paraolímpico seja um incentivo para a inclusão da pessoa com deficiência nas redes de ensino básico, fundamental, médio ou superior. Isso porque, como qualquer outro atleta, a pessoa tem o seu momento de disposição física e condição de ter aquele desempenho. Seria muito interessante se esse fosse um dos instrumentos para fomentar a inclusão da pessoa com deficiência na escola.

Quando falávamos sobre educação, notamos a existência de um problema muito grave: a dificuldade da pessoa com deficiência. Imagine a dificuldade na cognição, a dificuldade para ela ser incluída e acompanhar a idade escolar. As pessoas com deficiência têm a mesma capacidade que tem qualquer outro aluno. É importante haver alguma tecnologia que colabore para que desempenhem as atividades escolares. Hoje, a tecnologia assistiva, que é um dos temas do Ministério da Ciência e Tecnologia, é uma linha de pesquisa. O Estado deveria tomar isso como exemplo para produzir equipamentos para a melhoria de desempenhos, pois sabemos - e quem acompanha esporte sabe disso - que, nos últimos eventos esportivos internacionais, muitos atletas paraolímpicos trouxeram mais medalhas que os que não têm deficiência. No entanto, a mídia divulga que eles surgiram do nada, mal sabem como é difícil o patrocínio dos atletas, e, mais ainda, para a pessoa com deficiência. Não é mesmo Joãozinho? O Estado deve reconhecer esse tipo de linha. Que ela seja mais um dos instrumentos para fomentar isso.

Temos procurado trabalhar a questão da pessoa com deficiência em todos os outros temas. Tenho certeza de que o tema pode ser um ponto para que isso seja promovido. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Kátia. Tenho certeza de que a Casa avaliará, da melhor maneira possível, suas reivindicações. Com a palavra, a Sra. Liliane Arouca.

A Sra. Liliane Arouca do Carmo - Boa tarde, nobre Presidente, toda a Mesa e todos os presentes neste Plenário. Gostaria de perguntar ao Sr. Antônio, do Sesi, por que o Circo do Sesi Gameleira encerrou suas atividades relacionadas à parte esportiva para deficientes físicos. Gostaria muito de saber o motivo pelo qual foi encerrado. Esse é o primeiro ponto.

Quanto ao segundo ponto, queria dizer algo ao ilustre Lars Grael, que me parece que já se retirou. Na pessoa do Deputado Marques Abreu e do nosso querido Deputado João Leite, sugiro que as mesmas atividades que estão sendo realizadas em Três Marias sejam repassadas para a região de Furnas e do Rio Grande. Abrimos este fórum comentando sobre desenvolvimento e inovação, e o Rio Grande foi mencionado, dizendo que braços dele já foram puxados para São Paulo. Então, o meu segundo ponto é que puxemos também na parte do esporte para Minas Gerais.

Solicito a esta Casa que, nos próximos fóruns, iniciemos as discussões na área da educação e da saúde - essencialmente a educação, pois é o que precisamos neste país. O ócio e o sedentarismo da juventude têm aumentado bastante. É preciso direcionar a questão da atividade física e intelectual dos nossos jovens. Estamos numa sociedade que está partindo para um número restrito de filhos. Muitos



casais que, nestes últimos anos, têm-se juntado por meio de casamentos ou concubinato não têm tido interesse de aumentar o número de filhos. Logo, a nossa sociedade está-se tornando uma sociedade de jovens adultos a jovens idosos. Então é importantíssima a parte educacional para tirarmos o ócio e o sedentarismo dessas pessoas e programarmos uma aposentadoria mais digna para o brasileiro. Os nossos aposentados guardam o seu rico dinheirinho para investir na aposentadoria com saúde diferentemente dos europeus ou dos norte-americanos que investem na sua saúde emocional, em passeios e turismo. Essa é a minha ponderação. Boa tarde. Obrigada.

O Sr. Presidente - Obrigado, Sra. Liliane. Solicito ao Sr. Antônio Muzzi que esclareça tal assunto nas suas ponderações finais. Com a palavra, o Sr. Welington de Souza, da Amife.

O Sr. Welington de Souza - Deputado Marques Abreu, parabéns. Boa tarde a todos, nosso amigo Deputado João Leite, demais membros da Mesa e presentes. O meu nome é Welington de Souza. Sou Presidente da Associação Mineira das Federações Esportivas - Amife - e da Federação Mineira de Ciclismo. Minas Gerais possui 853 Municípios. No entanto, não temos praças esportivas devidamente revitalizadas dentro do esporte especializado - aliás, as poucas que temos não possuem monitores nem acompanhamento. Como poderemos trabalhar nossos atletas em apenas cinco anos para a Olimpíada de 2016? Quais os recursos que Minas tem para o esporte especializado? O orçamento de Minas é um dos menores em relação aos outros Estados. O que poderemos fazer? O que as federações podem fazer?

No Parque Fernão Dias, há uma área onde se construiu o primeiro velódromo paraolímpico do País com uma pista de "bicicross" que está detonado. Há cinco anos, solicitamos recursos para reformá-lo, mas não conseguimos. Pedimos, pedimos, pedimos, e morremos na praia. Como seremos atletas para 2016? Qual será a Olimpíada? Direi para a minha filha: "Em 2016, estivemos presentes.". Ela perguntará: "Pai, quem foi campeão nas modalidades "y", beta ou gama?". Não haverá. E aí, o que faremos?

As reclamações feitas aqui procedem. O paraolímpico apresenta grande número de medalhas. Lido com um atleta paraolímpico, portador de necessidades especiais, que é um dos melhores do Brasil. Ele foi treinar no Parque Fernão Dias e caiu. Gente, é difícil! E falam: "o cara é um guerreiro". Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Welington, por sua colaboração. Com a palavra, a Sra. Simone Coimbra de Sousa, da Comissão em Prol da Ativação do Conselho da Juventude de Pedro Leopoldo.

A Sra. Simone Coimbra de Sousa - Meu nome é Simone Coimbra, tenho 16 anos e sou estudante de uma escola estadual. Como estamos falando de esporte e juventude, venho aqui dizer que hoje, na escolas estaduais, só há uma aula por semana de Educação Física. A escola não oferece materiais para que as aulas de educação física ocorram. Não estou recriminando os professores, mas haver uma aula por semana e não haver material não incentiva jovens a praticar esportes. A minha sugestão é que haja escolas técnicas esportivas para ensinar todo tipo de esporte e não só o futebol. Gostaria de pedir também para que a Assembleia olhasse para as áreas menos favorecidas. Isso porque hoje um jovem que mora perto de Belo Horizonte pode não ter acesso ao esporte, porém tem acesso a outras atividades, enquanto que os jovens das áreas menos favorecidas não têm acesso ao esporte nem a outras atividades. Então os jovens acabam ficando ao deus-dará. Deveríamos, então, pensar sobre essa questão. Como já foi dito aqui, não há quadras em áreas rurais - e não há mesmo - e o local de jogar é na rua e descalço. Então deveriam mesmo olhar essas áreas. Muitos jovens vêm a Belo Horizonte para tentar jogar em algum clube, como Atlético e Cruzeiro, mas muitos não conseguem, então voltam para suas cidades e acabam perdendo o entusiasmo pelo esporte.

Conversamos aqui sobre a escola onde estudamos, que não há estrutura para receber pessoas deficientes. E o que o Estado está fazendo hoje em prol disso? Uma pessoa deficiente fica sem acesso ao esporte. Na escola onde estudamos há uma cadeirante. Para ela conseguir chegar até a sala onde estuda, ela tem de passar por trás da escola, o que está acabando com ela. Para mim, ela está sendo afastada de todos nós. Como ela faz para chegar até a quadra? Como o professor a incluirá na prática de esportes? Então, eu queria saber o que o Estado está fazendo para haver investimentos no esporte e nas escolas. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Muito obrigado, Simone. Realmente, são reivindicações muito importantes, às quais nós, como Deputados, estaremos atentos e faremos o possível para contribuir. Muito obrigado. Com a palavra, o Sr. Maycon de Jesus Miguez, da Comissão em Prol da Ativação do Conselho Municipal de Pedro Leopoldo.

O Sr. Maycon de Jesus Miguez - Boa tarde a todos. É um prazer estarmos aqui participando deste fórum. A Simone já falou sobre alguns investimentos que faltam na área da educação, na inclusão de pessoas deficientes em atividades esportivas. Não só nas escolas mas também em praças públicas, em lugares aonde querem ir para participar de atividades, as pessoas portadoras de necessidades especiais não encontram as adaptações de que necessitam.

Tratando também da juventude, como o fórum de hoje nos reservou, para mudar algumas realidades precisamos da criação do Ministério da Juventude, que irá nos beneficiar mais a cada dia. Creio eu que, se ficarmos aqui, dentro de salas, nos corredores, apenas participando de fóruns e conversas, não vamos conseguir nossos objetivos. Devemos também sair e fazer com que essas conversas se tornem realidade.

Temos aqui 50 milhões de jovens brasileiros, e o Brasil ocupa a 6ª posição no "ranking" de homicídios de jovens, segundo o Ministério da Justiça, dado atualizado há mais ou menos uma hora. É triste a nossa realidade. É triste saber que a juventude, muitas vezes, não encontra um lugar específico para manifestar-se. Não encontra um lugar bacana para estar no momento, na hora certa em que precisa de desenvolvimento pessoal. Há falta de infraestrutura não apenas no esporte, mas também na educação. O jovem precisa de educação de qualidade. Estamos vendo os professores lá fora. Muitos jovens estão em casa sem aula. Os jovens precisam também da base: educação, esporte, lazer e cultura. Assim, vamos criar não apenas uma juventude melhor, mas um país melhor. Temos 50 milhões de jovens que amanhã podem fazer o Brasil mudar totalmente. Enquanto não mudarmos a nossa concepção, os nossos pensamentos em relação à juventude, não vamos sair das salas, das reuniões, para transformar nossas palavras em realidade.

Creio que vamos melhorar a cada dia. Aqui estão muitos e muitos jovens que, se dependerem de nós, mudarão a história não só de Minas, mas também do Brasil. Vamos lutar, sim, porque é o nosso direito; e venceremos, porque temos objetivos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Parabéns, Maycon. Com a palavra, o Sr. Carlos Antônio Outeiro, Presidente da Associação Comunitária dos Moradores de Santa Efigênia e Paraíso.





O Sr. Carlos Antônio Outeiro - Boa-tarde. Quero cumprimentar o nosso querido Deputado Marques, Presidente desta reunião, os demais membros da Mesa e o público. Cumprimento também o nosso amigo Deputado João Leite, que está aqui do lado, o Deputado Adelmo Carneiro Leão e os outros.

Trouxe alguns temas. Há um tempo dei sugestão de um dos temas sobre o esporte e a juventude. Se conseguíssemos construir um centro olímpico em cada regional - Leste, Oeste, Centro-Sul -, ajudaria muito. Essa ação tiraria muitas pessoas da periferia e descobriríamos muitos craques e talentos. Não temos nada.

Meu amigo Zinho falou há pouco. O Taquaril possui mais de 30 times de futebol. Espaço não falta lá, mas até hoje não possui um campo de futebol. Eles saem de lá para jogar em outros lugares. Registrei isso aqui. Considero uma vergonha. Muitas pessoas tomam conta dos campos de futebol. Uma família se apodera do campo, e a maioria dos campos são municipais. Ela toma conta do campo por 20, 30 ou 40 anos e não empresta para a comunidade. Lá perto de casa, no Real Pompéia e no Paraíso, há problemas. Eles alugam o campo, não investem na juventude e ficam lá tomando cerveja e comendo churrasco. Isso tinha de ser julgado. O meu amigo Zinho sai com a meninada dele lá do Taquaril para alugar um campo no Paraíso ou no Real Pompéia. Temos de tomar uma providência.

Estou sentindo falta aqui - não vou falar torcida organizada - da torcida desorganizada. Eles só querem saber de brigar. Eles tinham de estar aqui para educar a juventude deles e falar sobre esporte. Isso não interessa a eles. Eles querem é baderna. Na minha época não existia torcida organizada. Eu ia com a família, todos alegres, vendo o João Leite pegar os pênaltis. Hoje não podemos ir ao Mineirão. Você vai lá e corre o risco de os "caras" tentarem matá-lo.

Falarei mais um pouco. Serei breve. Temos o projeto Segundo Tempo, do governo federal - acho que ele acabou agora. Ele pagava uns trezentos e poucos reais ou R\$420,00 ao atleta, se este estivesse cursando faculdade. Acredito que os ex-atletas também participavam desse projeto.

Pode existir um homem do campo que conhece futebol e sabe tudo da comunidade, mas ele é colocado para treinar 54 jogadores. Já na Escola Estadual Santos Dumont, havia um professor para treinar quatro jogadores. Em nosso projeto, existem cerca de cento e poucos meninos.

Isso precisa ser olhado e revisto. A Escola Santos Dumont fica no Bairro Santa Efigênia, onde ficava o campo do Nazário e do Paraíso e do Barroso. Hoje já não podemos jogar, apesar de termos um ginásio poliesportivo que ganhamos do lançamento participativo. Já não podemos jogar lá hoje, porque o seu Vice-Diretor, o Sr. Osmar, não deixa. Não adianta procurar por autoridades e ir daqui para ali, porque os meninos continuam jogando na rua.

Ontem estive num projeto e até fiquei com vergonha. Aliás, o rapaz da faculdade do interior, de camisa verde, falou sobre isso há pouco. Havia seis pessoas do projeto, que ganham dinheiro, assentados tomando conta e batendo papo, enquanto os meninos jogavam descalços. Fui apresentado a eles, já que eu trabalhei no Olímpico Clube, e o cunhado do Deputado João Leite trabalhou no Promove, e perguntei por que os meninos estavam jogando descalços. Eles me responderam que era porque eles gostavam. Mas não. Perguntei como poderiam comprar chuteiras para jogar, e eles me disseram que aí já é outro problema. Eles deveriam estar treinando os meninos, mostrando-lhes a posição.

Muitas vezes o talento está perto de você, como estava o Renan, no Clube Atlético Mineiro, e aquele vagabundo do Luxemburgo não o descobriu. Não adianta o talento estar do seu lado, se são colocadas pessoas incompetentes para tomar conta. Ele veio aqui e sujou a história do meu Clube Atlético Mineiro.

Encerro dirigindo-me ao meu amigo Emerson Silami, Diretor da UFMG. Você disse que fica insatisfeito quando não consegue as coisas, mas uma universidade nem se compara com o Taquaril ou com o Cafezal, porque lá não temos nada. Ficaremos muito satisfeitos se você nos mandar de presente bolas e camisas usadas. Quem dera se a nossa turma da periferia pudesse chegar perto de uma faculdade para jogar uma bola.

Não temos nada, mas temos muita esperança no Marques. Aliás, há pouco tempo defendi o Marques. Trabalho com o Deputado Paulo Lamac, e alguém me perguntou se o Marques daria certo na política. Respondi que sim, porque ele tem talento e personalidade. O retrato do futebol está com o meu amigo João Leite, que é um exemplo. Independentemente de a pessoa ter sido atleta ou não, para ser político é preciso ter personalidade, dignidade, e ser uma pessoa honesta, porque o restante ele aprende dentro da Casa.

Estamos aqui para ajudar e para cobrar. Meus parabéns, Marques. Obrigado a todos.

O Sr. Presidente - Obrigado, Carlos. Passo a palavra ao nosso Deputado João Leite, que é muito ligado às questões do esporte.

O Deputado João Leite - Boa-tarde. Deputado Marques Abreu, gostaria de dar boas-vindas a V. Exa., que vem somar esforços na Assembleia Legislativa, com o esporte e com a sua juventude.

Aqueles que muitas vezes não acreditam nos atletas, nos esportistas e no Parlamento deveriam acompanhar a palestra que o Muzzi trouxe hoje, sobre os valores do esporte. Aliás, o que o Muzzi disse está na vida do Deputado Marques Abreu, na minha e na de muitas outras pessoas. A nossa formação é de disciplina e perseverança.

Muitas vezes ficamos assentados por muito tempo apenas ouvindo, mas também ficamos em pé dentro de um gol ou ouvindo um discurso de um treinador. Estamos sempre aprendendo alguma coisa. Assim, o Deputado Marques Abreu não tem como dar errado, porque ele veio justamente trazer a grande contribuição da sua experiência como atleta. Imagino que a sua trajetória foi parecida com a minha, que comecei descalço, jogando futebol, até o momento em que fui para um grande time e adquiri um vasto conhecimento de mundo, viajando, jogando no mundo inteiro, em outros países, e vestindo a camisa da Seleção Brasileira.

O futebol, mais que outras modalidades esportivas, é um esporte democrático e que dá uma grande possibilidade de transformação social para a criança e para o jovem brasileiro, embora o atletismo também seja assim, não é mesmo, Prof. Silami?

Querida dar as boas-vindas ao Deputado Marques Abreu. V. Exa. vai nos ajudar muito. Temos conseguido, com muitos que estão aqui, uma grande mudança no esporte em Minas Gerais. Em 2003, Minas Gerais tinha, de Orçamento para o esporte, R\$200.000,00. Esse era o valor que saía do Tesouro Estadual para o esporte em Minas Gerais. No ano passado, fechamos o ano com R\$50.000.000,00. Em 2003, havia 54 Municípios nos jogos escolares de Minas Gerais, e, neste ano, participaram 667 Municípios.



Nos últimos jogos escolares de xadrez de Minas Gerais, onde temos o programa Xadrez nas Escolas, 650 dos enxadristas concorrentes eram de escolas públicas do Estado. O campeão brasileiro de xadrez é de uma escola pública. Como isso foi alcançado? Entre outras coisas, com um projeto estruturador para o esporte, chamado Minas Olímpica, de que participaram o Conselho Regional de Educação Física, sempre conosco, a Associação Mineira das Federações - Amif - e várias pessoas que se uniram a nós nesta Assembleia. Foi também com a atuação da Frente Parlamentar do Esporte, presidida pelo Deputado Ivair Nogueira, que fomos alcançando esses resultados. Hoje, Marques, Minas Gerais tem mais de 600 campos de futebol iluminados - como se disse aqui, o Campo do Naja foi o primeiro. No lugar em que os campos foram iluminados, o índice de ocorrências criminais caiu 75%. Isso se deu pela iluminação do campo de futebol! Tudo isso foi conseguido com muita união.

Por emenda de nossa autoria, agora será dado um repasse maior de ICMS aos Municípios que investem no esporte; neste início, Uberlândia foi o Município que mais recebeu, porque foi o que mais investiu no mês de janeiro; em seguida, está Ribeirão das Neves. Agora mesmo, o Estado disponibilizou R\$4.000.000,00, por outro projeto, de uma lei de incentivo ao esporte. Por outro projeto ainda, 200 escolas estaduais receberão material esportivo por 10 anos.

Ou seja, travamos uma grande luta nesta Assembleia Legislativa, e agradeço por todas as informações trazidas pelos participantes deste fórum, que nos vão ajudar nessa luta a que vamos dar continuidade. Nela, contávamos já com muitos companheiros atletas, a maioria de nós participantes da Frente Parlamentar do Esporte: goleiros e jogadores da defesa. Agora temos um artilheiro, e sei que o Marques vai-nos ajudar muito para as vitórias do esporte, da juventude e da educação, nesta Assembleia Legislativa. Saúdo você. Também saúdo o Prof. Silami, esta figura que amamos, a quem respeitamos, por quem tenho grande admiração e que tem dado enorme contribuição para a educação no Brasil e fora dele. Agradeço também a presença do representante da juventude, de cujo trabalho todos têm falado tanto, e do Muzzi, a quem já conhecemos e que é nosso. Agradeço também a todos vocês que participam deste fórum e vieram trazer sua contribuição. Queremos vocês sempre aqui, queremos vencer, queremos levar essa oportunidade para as crianças e para os nossos jovens.

Estou lembrando do pessoal de Pedro Leopoldo, que não falou do Cepel! Não podemos utilizar o Cepel, já que ele é uma boa estrutura de esporte que temos em Pedro Leopoldo? Por último, ainda lembrando do pessoal de Pedro Leopoldo, quero falar de algo que também conseguimos aqui: a partir de agora, nenhuma escola pode ser construída em Minas Gerais sem uma quadra poliesportiva. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, João, por suas palavras. Para mim, você é um grande exemplo a ser seguido nesta Casa, por ter saído do futebol, como eu, e construído a carreira brilhante que vem fazendo dentro da Assembleia. Quero, cada vez mais, fazer parte do seu cotidiano para que possamos crescer juntos nesta Casa.

Dando prosseguimento, há mais alguns participantes inscritos. Com a palavra, o Vereador Vanderlei Dias Gonçalves, da Câmara Municipal de Pedro Leopoldo.

O Vereador Vanderlei Dias Gonçalves - Deputado João Leite, falaria do Cepel, mas assim que chegasse a minha vez.

Gostaria de ressaltar que um dos momentos mais felizes da minha vida está acontecendo hoje, pois, além de trazer alguns jovens de Pedro Leopoldo para participarem aqui, eles estão fazendo isso de forma proativa. Os questionamentos feitos por eles nesta Casa não foram induzidos por ninguém, ou seja, não foi preciso que eles fossem corrompidos. Acredito que a experiência que esses jovens estão tendo, na praxe, já está fazendo com que eles tenham esse senso crítico apurado, a ponto de conseguirem intervir e fazerem isso por eles mesmos.

Realmente vemos que o discurso que os Municípios utilizam hoje é o da falta de recursos, mas, pelo que foi exposto aqui, os recursos existem. O que falta, então, talvez seja a boa vontade para transformar o que é política de governo em política de Estado. Para isso também é necessário que se formule uma legislação que, de certa forma, force os Municípios a colocarem na agenda a temática da juventude como uma política de Estado. Uma política que deva ser implementada de forma vinculada, assim como temos com relação à criança e ao adolescente, ao Estatuto do Idoso e a outras políticas que já deixaram, há muito tempo, de serem tratadas meramente como políticas. Elas podem contar com a discricionariedade dos governos a fazerem com que sejam implementadas na prática. Uma política que ganhe a seriedade e a notoriedade que deve ganhar. Portanto, quando o Deputado João Leite citou o Cepel, deu para saber que ele conhece bem a nossa realidade atual.

Temos um dos melhores e maiores centros poliesportivos da Região Metropolitana, que já abrigou eventos metropolitanos e estaduais, mas hoje se encontra relegado a segundo plano, mesmo tendo hoje orgulho de podermos ostentar, de termos o Dirceu Lopes, o Príncipe do Futebol, nascido em Pedro Leopoldo. Vemos, então, que isso só nos entristece. Sabemos também que essas políticas, muitas vezes, não contam com a participação dos maiores interessados, os nossos jovens, para saberem como a política está sendo construída. Seria isso feito por nós, que muitas vezes pensamos o que eles querem, mas dentro do nosso tempo? Talvez seja o momento de começarmos a colocar esses jovens na mesa de discussão para que eles possam dizer o que querem, em vez de nós falarmos o que eles querem. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Obrigado, Vereador Vanderlei. Agora passaremos às considerações finais. Agradeço aos ilustres convidados que compuseram a Mesa comigo. Ao Sr. Josbertini Virgínio Clementino, membro do Conselho Nacional de Juventude e ex-Coordenador-Geral da Comunidade Empreendedores de Sonhos, obrigado; ao Sr. Emerson Silami Garcia, Diretor da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da UFMG, obrigado; ao Sr. Antônio Muzzi, Gerente de Lazer e Esportes da Fiemg, obrigado.

Com a palavra, para as ponderações finais, o Sr. Emerson Silami Garcia, por favor.

O Sr. Emerson Silami Garcia - Agradeço a todos a paciência de me ouvir. Também não posso deixar de agradecer ao Deputado João Leite o elogio que dirigiu a mim. Fizemos uma amizade ao longo do tempo. O voto é secreto, mas ele sabe que não votei nele; então, isso valoriza ainda mais o elogio. O Deputado sabe que a nossa amizade continua a mesma e que a admiração é recíproca.

Nosso colega fez uma menção, e eu não queria dar a impressão errada de que a Universidade está rica e nadando em dinheiro. Ela é praticamente como todos os órgãos públicos, que lutam com dificuldade. Essa obra que está sendo construída é um resgate do atraso em que se encontra o investimento no esporte em Minas Gerais, e isso não é culpa do governo atual nem do anterior. Isso vem de



longo tempo. O ex-Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia, junto com os Secretários de Esportes, inclusive o atual, o Sr. Braulio Braz, que aqui está, estão dando seqüência ao projeto. Hoje temos uma carência nacional de investimento no esporte, e não dá para resolver de um dia para o outro. Isso vai demorar mesmo, mas tem de começar. Aqui está começando. Vejo várias coisas acontecendo. Esse centro que está sendo construído é público, e essa é a grande vantagem.

Vou dar um desconto e dizer, como administrador - nunca tinha sido administrador, mas passei a ser -, que a manutenção dos equipamentos é complicada. Imaginem: quando se constrói um ginásio poliesportivo, é preciso ter cinco ou seis funcionários para o espaço funcionar. Deve haver alguém tomando conta à noite, senão, é invadido. Eles roubam e quebram tudo. Então, deve haver dois ou três seguranças, mais os servidores para a limpeza e demais funções. E, no serviço público, vocês sabem, a função é única. O servidor não pode ter desvio de função. Então, o custo é muito grande. Eu, agora, como administrador, percebi que, quando sai a verba para construir uma obra, deve vir junto a dotação orçamentária para a contratação de um grupo de servidores para aquilo funcionar. Se eu entrego para a prefeitura, o Prefeito fala: “Não tenho funcionário. Terei de contratar cinco ou seis funcionários”. Aí, abandona aquilo ou entrega a alguém. Ouvi aqui a crítica de que, depois, o campo ou a quadra são alugados.

A minha participação final é a sugestão, para os legisladores, de que, quando se for construir alguma coisa, se der para dotar o orçamento de servidores para cuidar daquilo, ótimo; se não der, não façam. Já ouvi de algumas pessoas que não adianta fazer, pois daí a um tempo vira um elefante branco, é abandonado, vira ruína. Isso é pior ainda, porque é jogar dinheiro público fora. Essa é a ideia que gostaria de deixar. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Josbertini Virgínio Clementino.

O Sr. Josbertini Virgínio Clementino - Agradeço e parabeno a Assembleia. Essa aproximação com o povo por meio do debate é muito importante. Ficar aqui por quase quatro horas demonstra que a Assembleia está colocando na pauta a participação popular. Quero dizer aos militantes da política para a juventude que temos de avançar, e há uma movimentação para haver um ministério da juventude. Temos de trabalhar mais para a pauta sair da invisibilidade e acumularmos forças, porque as batalhas que temos de enfrentar são muito duras. Obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para suas considerações finais, o Sr. Antônio Eduardo Muzzi.

O Sr. Antônio Eduardo Muzzi - Liliane, o Sesi teve de interromper o atendimento de esporte para pessoas com deficiência, há algum tempo, devido a questões de condomínio, pois na unidade do Cira funcionava outra escola que não era do Sesi. Tenho a grata satisfação de você ter feito essa pergunta hoje, porque, a partir do dia 11 de março, reabriremos o esporte para pessoas com deficiência, iniciando com basquete, bocha e natação. Sempre estivemos ligados ao esporte para pessoas com deficiência. Temos, em Uberlândia, uma pista de atletismo, com base em convênio assinado com a Confederação Brasileira de Atletismo, para treinamento de jovens para a Olimpíada de 2016. Serão 40 jovens do Brasil inteiro, captados na comunidade, com acesso livre, e há 5 mineiros entre os 40 em treinamento intensivo. Estão vindo técnicos do exterior para qualificar esse pessoal. Esse é o único centro de treinamento em funcionamento, no Brasil, na modalidade de atletismo, e sua pista se chama Ádria Santos, em homenagem à nossa grande campeã paraolímpica. Temos o prazer de realizar duas ou três vezes por ano eventos esportivos paraolímpicos, não apenas de competição, mas também para treinamento. Temos uma equipe treinando junto com os atletas ditos “normais”. Portanto, tenho a grata satisfação de informar que estamos voltando com o esporte em Belo Horizonte, naquelas três modalidades.

Agradeço ao Deputado Marques Abreu a oportunidade de participar desta assembleia tão importante. Agradeço a companhia de todos. Obrigado.

O Sr. Presidente - Agradeço a todos os participantes da Mesa, que engrandeceram muito o nosso fórum. A realização do Fórum Democrático para o Desenvolvimento de Minas Gerais, para subsidiar a agenda de trabalhos da Assembleia neste biênio, condiz com a prática desta Casa de se fortalecer como Poder de representação por meio da interlocução com a sociedade civil organizada e com o cidadão mineiro.

Hoje encerramos este evento com a certeza de que conseguimos alcançar o objetivo de nos aproximar ainda mais da sociedade para conhecer os seus anseios. Alguns números confirmam o saldo positivo do Fórum Democrático: tivemos mais de 5.800 inscrições, mais de 550 participações, entre presenciais, via internet e 0800, e, até o momento, tivemos mais de 650 contribuições recebidas via consulta pública, que continuará disponível no “site” da Assembleia até o dia 28 de fevereiro. Assim como tivemos um grande apoio da sociedade neste evento, contamos com essa parceria ao longo de toda a legislatura, na certeza de que, assim, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais se consolidará ainda mais perante os mineiros como o Poder do cidadão.

Também estava debutando hoje. Fiquei um pouco nervoso no início dos trabalhos. Tudo que é novo, no início, traz um pouco de insegurança. Hoje estava em um desses dias. Mas, graças a Deus, conduzimos os trabalhos da melhor maneira possível. O apoio e a participação de todos fez com que encerrássemos o dia com um grande trabalho realizado.

## ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/2/2011

Às 14h3min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Sávio Souza Cruz, Carlos Henrique e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião, esclarece que não há ata a ser lida, por ser a primeira reunião da Comissão, e informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. O Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Carlos Henrique para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Sávio Souza Cruz e para Vice-Presidente o Deputado Tiago Ulisses, ambos por unanimidade. O Deputado Sávio Souza Cruz declara empossado o Vice-Presidente, a quem passa a direção dos trabalhos. O Vice-Presidente dá posse ao Presidente e retorna a ele a direção da reunião. Ouvidos os parlamentares, a Presidência informa que a Comissão se reunirá ordinariamente às quintas-feiras, às 11 horas. Cumprida a



finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2011.

Sávio Souza Cruz, Presidente - Antônio Carlos Arantes - Tiago Ulisses - Carlos Henrique.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 24/2/2011**

Às 15h18min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Bosco, Carlin Moura e Fred Costa, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente; a seguir, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Carlin Moura para atuar como escrutinador. Apurados os votos, são eleitos Presidente o Deputado André Quintão e Vice-Presidente o Deputado Fred Costa, ambos com quatro votos. O Presidente “ad hoc” empossa o Vice-Presidente eleito, que, ato contínuo, empossa o Presidente eleito. O horário das reuniões ordinárias é fixado para as quintas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2011.

André Quintão, Presidente - Carlin Moura - Fred Costa.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011**

Às 14h21min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Ana Maria Resende e os Deputados Duarte Bechir, Gilberto Abramo e Luiz Henrique, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Ana Maria Resende, declara aberta a reunião e comunica que não há ata a ser lida, por ser a primeira reunião da Comissão. A Presidência informa que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Gilberto Abramo para atuar como escrutinador. Apurados os votos, verifica-se que foram eleitos para Presidente o Deputado Duarte Bechir e para Vice-Presidente a Deputada Ana Maria Resende, ambos com quatro votos. A Presidente “ad hoc”, Deputada Ana Maria Resende declara empossado como Presidente o Deputado Duarte Bechir e passa-lhe a Presidência. O Deputado Duarte Bechir declara empossada como Vice-Presidente a Deputada Ana Maria Resende e fixa o horário das reuniões ordinárias nas quartas-feiras, às 14h30min. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, a ser realizada em 2/3/2011, às 14h30min, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende - Luiz Henrique.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO ESPECIAL DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2011**

Às 14h38min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Antônio Carlos Arantes, Fabiano Tolentino, Doutor Viana, Romel Anízio e Rômulo Viegas, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Tenente Lúcio. Havendo número regimental, o Presidente “ad hoc”, Deputado Romel Anízio, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida por se tratar da primeira reunião da Comissão. A seguir comunica que a reunião se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente. Em seguida, determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Doutor Viana para atuar como escrutinador. Feita a apuração dos votos, são eleitos para Presidente o Deputado Antônio Carlos Arantes e para Vice-Presidente o Deputado Fabiano Tolentino, ambos por unanimidade. O Presidente “ad hoc” declara empossado o Deputado Antônio Carlos Arantes, a quem passa a direção dos trabalhos. Este, dá posse ao Vice-Presidente e, de acordo com os parlamentares, informa que a Comissão se reunirá ordinariamente, às quartas feiras, às 15 horas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de março de 2011.

Antônio Carlos Arantes, Presidente - Fabiano Tolentino - Romel Anízio.

### **ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 2/3/2011**

Às 10h8min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Liza Prado e os Deputados Almir Paraca, João Leite e Dalmo Ribeiro Silva (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Almir Paraca, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado João Leite, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é





subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Adriene Andrade, Conselheira e Corregedora, encaminhando o demonstrativo gráfico de resultados do Tribunal de Contas no segundo semestre de 2010; e de correspondência publicada no “Diário do Legislativo”, na data mencionada entre parênteses: ofício dos Srs. Jadilson de Jesus Cordeiro Maciel, Presidente da Câmara Municipal de Turmalina; Cristovam Joaquim Fernandes Ramos Filho, Promotor de Justiça (2) (18/2/2011); Júlio César Machado Ferreira de Melo, Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça (23/2/2011); Roberto Gomes de Souza, Procurador do Trabalho; Antônio Augusto Junho Anastasia, Governador do Estado; Mauro Barbosa da Silva, Chefe de Gabinete do Ministério dos Transportes; e da Sra. Josina Feitosa da Silva e do Sr. José Alci Lacerda de Jesus, Presidente e Diretor de Ações Institucionais, respectivamente (25/2/2011). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3, 12, 15, 16, 17, 20, 49, 50, 56, 81 a 90, 112 a 118, 134, 162/2011. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos da Deputada Rosângela Reis (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para que os titulares da Secretaria de Desenvolvimento Regional e da Secretaria Extraordinária de Gestão Metropolitana apresentem o Estudo Técnico sobre o Programa de Desenvolvimento Regional “Vale do Aço: uma agenda de Desenvolvimento Integrado”; seja realizada reunião de audiência pública na região do Vale do Aço para discutir a região metropolitana e a implantação da agência metropolitana naquela região; do Deputado Dalmo Ribeiro Silva em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater o Software Público de Gestão Municipal Integrada, desenvolvido pelo Ministério do Planejamento e disponibilizado sem custo aos Municípios; do Deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada reunião de audiência pública conjunta da Comissão e da Comissão de Meio Ambiente para obter esclarecimentos sobre as atividades de mineração nas Serras da Gandarela, da Moeda, do Rola-Moça, da Piedade, do Curral, Capão Xavier e outras; do Deputado Celinho do Sinttrocel em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Timóteo para discutir as repercussões e formas de compensar as perdas orçamentárias em Ipatinga, Timóteo e Belo Oriente, causadas pelas mudanças no fator do cálculo para a distribuição do ICMS; do Deputado Almir Paraca (3) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater as diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Mineração 2030 do Ministério de Minas e Energia; seja realizada reunião de audiência pública no Município de Paracatu para debater as questões ambientais relativas ao Município, especialmente os impactos causados pela mineração de ouro e as ações a serem empreendidas para a sua mitigação; seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad - e dos demais órgãos responsáveis quanto aos aportes, à destinação e à efetiva utilização dos recursos concedidos pela Bolsa Verde e pelo Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado; da Deputada Liza Prado (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública no Município de Ribeirão das Neves para discutir o descaso do poder público com o referido Município, especialmente com o sistema carcerário; seja realizada reunião de audiência pública para discutir com os feirantes da Feira Municipal de Cultura da Avenida Afonso Pena, no Município de Belo Horizonte, e com a administração municipal o edital que altera as concessões de licenças da Feira; do Deputado Pompílio Canavez em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para discutir a implantação da hidrovía do Lago de Furnas, ligando o Município de Alfenas a Formiga e promovendo a integração das regiões Sul e Sudoeste do Estado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de março de 2011.

Sebastião Costa, Presidente - Carlin Moura - Pompílio Canavez.



## ORDEM DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 10/3/2011

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.



2ª Fase  
(das 16h15min às 18 horas)  
(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Especial da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco a Deputada Liza Prado e os Deputados Pompílio Canavez, João Leite e Sebastião Costa, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 16/3/2011, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de dar posse ao Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 4 de março de 2011.

Almir Paraca, Presidente.



## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 1º/3/11, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Fábio Cherem

exonerando, a partir de 10/3/11, Walton Hilton de Carvalho do cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas;

nomeando Wilbert Marani Lima para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 10/3/11, Janaina Andrade Goulart Paula do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão VL-27, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando, a partir de 10/3/11, José Alberto da Silva do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria; exonerando, a partir de 10/3/11, Pollyanna Rodrigues Batista da Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Heloisa Helena Marinho Fraga para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando José Alberto da Silva para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas, com exercício no Gabinete da Presidência;

nomeando Maria Aparecida Vidal para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

nomeando Pollyanna Rodrigues Batista da Silva para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas, com exercício no Gabinete da 3ª-Secretaria;

nomeando Sebastiao Alves Costa Caldeira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria.

Nos termos do inciso VI, art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, e Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

nomeando Ester Dias de Souza para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão Extraordinária de Integração ao Parlamento do Mercosul;

nomeando Janaína de Assis Massote para o cargo de Assistente Administrativo, VL-36, código AL-EX-01, com exercício na Comissão de Saúde.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, da Resolução nº 5.203, de 19/3/02 e 5.305, de 22/6/07, assinou o seguinte ato:

nomeando Helio Schueller Barboza Pereira da Silva para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria, com exercício no Gabinete da Liderança do PDT.



## AVISO DE LICITAÇÃO

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2010 CONCORRÊNCIA Nº 1/2010

Objeto: contratação de agência de publicidade e propaganda para prestação de serviços de comunicação à ALMG. Resultado da classificação final das propostas técnicas e de preços: Licitante classificada em 1º lugar: Consórcio FAZ/Branez. Demais licitantes classificadas: Tom Comunicação Ltda.; JMM Comunicação Ltda.; Lume Comunicação Ltda.; MC.Com Ltda.; Asa Comunicação Ltda. Ficam todos os licitantes classificados convocados a apresentar a documentação de habilitação prevista no item 8 do edital respectivo até as 18 horas do dia 21 de março de 2011.

Belo Horizonte, 4 de março de 2011.

Eduardo de Mattos Fiuza, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.



## ERRATA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 4/3/2011, na pág. 63, col. 4, onde se lê:

“Meire Grazielle Alquemim de Souza”, leia-se:

“Meire Grazielle Alkmim de Souza”.